



**Charlotte Valadier**

**ARTICULANDO MIGRAÇÃO E PROSTITUIÇÃO:**

**As “economias morais” nos discursos públicos, nas práticas políticas e nas experiências subjetivas das brasileiras trabalhadoras do sexo na França**

**Tese de Doutorado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo programa de pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof. Carolina Moulin Aguiar

Rio de Janeiro  
Abril de 2020



**Charlotte Valadier**

### **ARTICULANDO MIGRAÇÃO E PROSTITUIÇÃO:**

**As “economias morais” nos discursos públicos, nas práticas políticas e nas experiências subjetivas das brasileiras trabalhadoras do sexo na França**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo programa de pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Prof. Carolina Moulin Aguiar**

Orientadora  
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Prof. Jimmy Casas Klausen**

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Prof. Bruno Magalhães**

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Prof. Adriana Piscitelli**

UNICAMP

**Prof. Natália Maria Félix de Souza**

PUC-SP

Rio de Janeiro , 30 de abril de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Charlotte Valadier**

Doutora no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI-PUC Rio). Obteve graduação em Ciências Políticas e mestrado em Relações Internacionais pelo Institut de Sciences Politiques de Toulouse, na França. Especialista em questões relacionadas à prostituição, tráfico sexual transnacional e migração de trabalhadores do sexo.

#### Ficha Catalográfica

Valadier, Charlotte

Articulando migração e prostituição : as “economias morais” nos discursos públicos, nas práticas políticas e nas experiências subjetivas das brasileiras trabalhadoras do sexo na França / Charlotte Valadier ; orientadora: Carolina Moulin Aguiar. – 2020.

420 p.; il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Relações internacionais, 2020.

Inclui bibliografia

1. Relações internacionais - Teses. 2. Migração. 3. Prostituição. 4. Tráfico de seres humanos. 5. Migrantes trabalhadoras do sexo. 6. Economias morais. I. Aguiar, Carolina Moulin. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Relações internacionais. III. Título.



Para todas as mulheres guerreiras deste mundo,  
que continuam conquistando cada vez mais espaços  
e resistindo às múltiplas adversidades que encontram no caminho.

## Agradecimentos

À minha orientadora Professor Carolina Moulin Aguiar por acompanhar a realização deste trabalho. Seus comentários foram sempre justos e pertinentes, e me inspiraram a ir sempre mais à fundo no tema.

Aos professores que participaram da Comissão Examinadora pelas importantes contribuições.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pelos auxílios concedidos sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Às minhas colegas do Instituto de Relações Internacionais Verônica e Mariana, pela leitura e correção cuidadosa do meu português.

Aos meus pais e à minha irmã pelo amor, atenção e apoio incondicionais. Eles sempre me encorajaram para alcançar as minhas metas na vida.

A todos meus amigos, e particularmente às minhas amigas feministas da França (Mounia, Yasmine, Hermine, Léa, Marina, Yéléna) e do Brasil (Agata, Priscila, Sofia, Ariane) pela força dos laços de amizade, pelas conversas exaltadas sobre as questões de gênero e racismo, e pelas ajuda e recepção nas suas casas para que eu pudesse realizar o trabalho de campo nas distintas cidades na França e no Brasil.

A todos os funcionários e voluntários das associações *Cabiria*, *Le Bus de Femmes*, *Acceptess T*, *PASTT*, *Amicale du Nid* e das *Brigades de Répression du proxénétisme*, que contribuíram, por meio das suas palavras, à riqueza dessa pesquisa.

Por fim, às todas as brasileiras cisgêneros e transgêneros que confiaram em mim, que me deixaram entrar em seus mundos sociais e que concordaram em compartilhar suas experiências de vida comigo e com o público.

## Resumo

Valadier, Charlotte; Moulin Aguiar, Carolina. **Articulando migração e prostituição: as “economias morais” nos discursos públicos, nas práticas políticas e nas experiências subjetivas das brasileiras trabalhadoras do sexo na França**. Rio de Janeiro, 2020. 400 p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A figura da “migrante trabalhadora do sexo” pode ser interpretada de múltiplas formas de acordo com interesses, visões morais e objetivos políticos dos atores em jogo. Este trabalho analisa as perspectivas de “segurança”, “gênero” e “resistência” promovidas, respectivamente, por atores governamentais, associações e pelas próprias migrantes brasileiras na França. Investiga como as interações sociopolíticas das brasileiras trabalhadoras do sexo cisgêneros e transgêneros configuram, em conjunto, uma “economia moral da mobilidade de trabalhadores sexuais”. Mais especificamente, esta tese tem como intuito elucidar de que forma o rótulo de “vítima” vulnerável, por um lado, e os de “criminosa”, “cafetina”, “clandestina” e “transgressora”, por outro, são produzidos e mobilizados pelos diferentes atores envolvidos na regulação da migração laboral sexual. A análise realizada neste trabalho baseia-se em pesquisa de inspiração etnográfica, descrevendo o campo da prostituição brasileira nas cidades francesas de Paris, Lyon e Toulouse. A partir dessa imersão, a tese demonstra como as articulações existentes entre a categoria de “vítima” - de tráfico, de exploração laboral sexual, do patriarcado, do capitalismo desigual - e a categoria de “criminosa” - por cafetinar as amigas, por ser clandestina, por alimentar o mercado negro, por exercer uma atividade imoral - são mobilizadas nesse contexto. Revela uma realidade altamente nuançada e ambivalente, uma vez que as brasileiras prostitutas são muitas vezes, ao mesmo tempo vítimas e autônomas, manipuladas e oportunistas, cafetinas e exploradas.

## Palavras-chave

Migração; Prostituição; Tráfico de Seres Humanos; Migrantes trabalhadoras do Sexo; Economias Morais; Vitimização; Securitização; Criminalização; Autonomia.

## Abstract

Valadier, Charlotte; Moulin Aguiar, Carolina (Advisor). **Articulating migration and prostitution: “moral economies” in public discourses, political practices and subjective experiences of Brazilian sex workers in France.** Rio de Janeiro, 2020. 400 p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The “migrant sex worker” character can be interpreted in multiple ways according to the interests, moral views and political goals of relevant stakeholders within this context. This work analyzes how the perspectives of “security”, “gender” and “resistance”, respectively promoted by government actors, associative agents and the subjects themselves reverberate in the empirical practice, that is, through the interactions of Brazilian cisgender and transgender sex workers with the other actors surrounding them and with whom they together configure the “moral economy of the mobility of sex workers”. More specifically, this thesis aims to investigate how the label of vulnerable and naive “victim” on the one hand, and the labels of “criminal”, “pimp”, “illegal” and “transgressive” on the other are produced and mobilized by the different actors involved in the regulation of sexual labor migration. The analysis carried out in this work is based on ethnographic-inspired research, describing the field of Brazilian prostitution in the French cities of Paris, Lyon and Toulouse. From this immersion, the thesis demonstrates how the articulations between the category of "victim" - of trafficking, of sexual labor exploitation, of patriarchy, of unequal capitalism - and the category of "criminal" - for pimping friends, for being clandestine, for feeding the black market, for exercising an immoral activity - are mobilized in this context. It reveals a highly nuanced and ambivalent reality, since Brazilian prostitutes are often simultaneously victims and autonomous, manipulated and opportunists, pimps and exploited.

## Keywords

Migration; Prostitution; Human Beings Traffic; Sex Workers Migrants; Moral Economies; Victimization; Securitization; Criminalization, Autonomy.

# Sumário

<b>Siglas.....</b>	<b>12</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>14</b>
<b>I. Delimitação da pesquisa.....</b>	<b>14</b>
I.1. Articulação entre migração e trabalho do sexo.....	14
I.2. A “migrante trabalhadora do sexo”: quem é ela?.....	16
<b>II. Um campo plural e multi-situado.....</b>	<b>21</b>
II.1. Imersão Etnográfica.....	21
II.2. Desafios, posicionamento e limites do campo.....	31
<b>III. Análise dos dados de campo e problemática geral.....</b>	<b>39</b>
III.1. Curiosidades e elementos surpreendentes do campo.....	39
III.2. Problemática de pesquisa e objetivos.....	43
III.3. Estrutura da tese.....	46
<b>PARTE I: A MIGRAÇÃO DE TRABALHADORAS DE SEXO EM DEBATE.....</b>	<b>50</b>
<b>Capítulo 1. Revisão da literatura sobre deslocamento de trabalhadoras do sexo e tráfico de seres humanos para fins de prostituição.....</b>	<b>51</b>
<b>1.1. A perspectiva de segurança ou a criminalização da “migrante irregular prostituta”.....</b>	<b>51</b>
1.1.1. O duplo processo de vitimização e criminalização da migrante trabalhadora do sexo.....	52
1.1.2. A construção de uma categoria de “risco”.....	53
1.1.3. O tráfico sexual como justificativa para a implementação de políticas migratórias restritivas.....	55
<b>1.2. A perspectiva do gênero ou a moralização da migrante trabalhadora do sexo.....</b>	<b>57</b>
1.2.1. O feminismo radical abolicionista: prostituição e tráfico sexual como escravidão moderna.....	58
1.2.2. O feminismo liberal: direitos e empoderamento das trabalhadoras do sexo.....	61
1.2.3. O feminismo pós-colonial: interseccionalidade entre raça e classe e gênero.....	63
<b>1.3. A perspectiva da autonomia e o empoderamento da migrante trabalhadora do sexo.....</b>	<b>66</b>
1.3.1. A perspectiva crítica: rumo à desconstrução das categorias homogeneizantes.....	66
1.3.2. A leitura pós-moderna: para além das dicotomias reducionistas.....	69
1.3.3. A leitura queer sobre trabalho do sexo e migração: desafio à heteronormatividade.....	71
1.3.4. A teoria da Autonomia da migração.....	73



## **Capítulo 2. Regimes de mobilidades sexual: normas, políticas e realidade brasileira na interseção entre migração laboral e tráfico sexual.....76**

### **2.1. O regime internacional sobre mobilidade laboral sexual e o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.....77**

- 2.1.1. O surgimento da noção de “tráfico de mulheres” no direito internacional .....78
- 2.1.2. As coalizões transnacionais sobre o “tráfico de mulheres”.....83
- 2.1.3. O Protocolo de Palermo de 2000.....87

### **2.2. O regime europeu de securitização das fronteiras comunitárias.....92**

- 2.2.1. O direito europeu sobre migração e tráfico sexual.....93
- 2.2.2. A securitização da “migrante trabalhadora do sexo” na Europa.....99
- 2.2.3. A governança europeia de uma categoria de “risco”.....107

### **2.3. A legislação francesa sobre prostituição e tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.....114**

- 2.3.1. As principais disposições da lei de 13 de abril de 2016.....114
- 2.3.2. Os impactos da lei de 2016 na fragilização das migrantes trabalhadoras do sexo.....121
- 2.3.3. Quando as medidas repressivas ultrapassam as medidas protetivas..126

## **Capítulo 3. As economias morais do trabalho sexual transnacional e a figura da “vítima criminosa”.....131**

### **3.1. Análise das “economias morais” do mercado sexual transnacional .....133**

- 3.1.1. O conceito de “economia moral” e suas implicações na migração de trabalhadoras do sexo.....133
- 3.1.2. Rumo a uma antropologia das “economias morais da migração e do trabalho sexual”.....139

### **3.2. Análise da figura da “vítima criminosa”.....145**

- 3.2.1. Desconstrução das dicotomias e demarcações simplistas.....146
- 3.2.2. Crítica da instrumentalização da figura da “vítima criminosa”.....153

### **3.3. As ambivalências nas falas das trabalhadoras do sexo.....159**

- 3.3.1 A interconexão entre as dimensões materiais e subjetivas.....159
- 3.3.2. Para além da dicotomia “vítima”/“criminosa”.....169

## **PARTE II. AS BRASILEIRAS TRABALHADORAS DO SEXO NA FRANÇA: AMBIVALÊNCIAS NO CAMPO.....180**

### **Capítulo 4: Discursos, práticas e interações dos atores públicos em disputa no campo.....181**

#### **4.1. Discursos, práticas e interações dos atores de segurança: a securitização das trabalhadoras do sexo migrante na França.....182**

- 4.1.1. Os atores de segurança.....182
- 4.1.2. Discurso de segurança sobre criminalidade organizada, migração irregular, prostituição e tráfico sexual.....185

4.1.3. Práticas policiais na identificação das vítimas e na investigação das redes de proxenetismo e tráfico sexual.....	193
4.1.4. Relações entre atores de segurança e agentes associativos de apoio as trabalhadoras do sexo na França.....	198

**4.2. Discursos, práticas e interações dos atores abolicionistas: a vitimização das migrantes trabalhadoras do sexo.....201**

4.2.1. As associações abolicionistas.....	201
4.2.2. O discurso abolicionista sobre prostituição e tráfico sexual.....	204
4.2.3. Práticas abolicionistas no tratamento das vítimas de tráfico sexual.....	211
4.2.4. Relações entre atores abolicionistas e os outros atores em jogo.....	216

**4.3. Discursos, práticas e interações dos atores não abolicionistas: o empoderamento das migrantes trabalhadoras do sexo.....221**

4.3.1. As associações comunitárias não abolicionistas.....	221
4.3.2. O discurso não abolicionista sobre a prostituição e tráfico sexual.....	225
4.3.2.1. Uma terminologia desconstrutivista como meio de valorização das “profissionais do sexo”.....	225
4.3.3. Práticas regulamentaristas no atendimento às trabalhadoras do sexo	236
4.3.4. Relações entre atores regulamentaristas e os outros atores institucionais.....	241

**Capítulo 5: Economias morais nas experiências pessoais e no cotidiano das brasileiras trabalhadoras do sexo na França....246**

**5.1. Do argumento econômico às aspirações individuais nas trajetórias de migração e prostituição.....247**

5.1.1. A experiência da migração.....	247
5.1.2. A vivência do trabalho sexual.....	258

**5.2. A economia moral nos acordos entre as trabalhadoras do sexo brasileiras e suas cafetinas.....272**

5.2.1. Como a economia moral surgiu do meu campo.....	272
5.2.2 Quando expectativas econômicas e obrigações morais se integram nas interações das trabalhadoras do sexo brasileiras com as suas cafetinas.....	281

**5.3. As economias morais no cotidiano das brasileiras trabalhadoras do sexo na rua.....295**

5.3.1 Interações das trabalhadoras do sexo brasileiras entre colegas de trabalho.....	295
5.3.2. Interações das trabalhadoras do sexo brasileiras com os clientes.....	303

**Capítulo 6. Vitimas e/ou criminosas? As ambivalências na fala das brasileiras trabalhadoras do sexo.....316**

**Capítulo 6. Vitimas e/ou criminosas? As ambivalências na fala das brasileiras trabalhadoras do sexo 337.....318**

**6.1. As brasileiras trabalhadoras do sexo na França como vítimas das forças globais.....317**

6.1.1. Vítimas das estruturas geopolíticas e macroeconômicas.....	319
6.1.2. Vítimas da opressão de Gênero.....	325
6.1.3. Sujeitas à violências múltiplas.....	336

6.3.2. Violências contra as “trans”.....	339
<b>6.2. As brasileiras trabalhadoras do sexo na França: “criminais” e “transgressoras” diante das instituições.....</b>	<b>342</b>
6.2.1. “Criminais” porque clandestinas.....	344
6.2.2. Transgressoras porque prostitutas.....	357
6.2.3. Racismo, “prostitutofobia” e transfobia institucionais.....	365
<b>6.3. Vítimas e/ou culpadas de trafico e exploração sexual?.....</b>	<b>372</b>
6.3.1. As dicotomias de gênero e de nacionalidade.....	373
6.3.2. Das vítimas traficadas às culpadas de exploração sexual.....	384
6.3.3. Quando vitimização e criminalização se misturam nas experiências pessoais das brasileiras trabalhadoras do sexo.....	391
<b>Conclusão.....</b>	<b>398</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>405</b>

## Siglas

Ac. Sé	Accueil Sécurisant Ac.Sé,
Acceptess T	Actions Concrètes Conciliant Éducation, Prévention, Travail, Égalité, Santé et Sports pour les Transgenres
BRP	Brigade de Répression du Proxénétisme
CATW	Coalition Against Trafficking in Women
CNDA	Cour Nationale du Droit d'Asile
DCPAF	Direção Central de Polícia de Fronteiras
EUROJUST	European Union's Judicial Cooperation Unit
EUROPOL	European Police Office
FRONTEX	Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira
GAATW	Global Alliance Against Trafficking in Women
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
JOC	Jeunesse Ouvrière Chrétienne
LGBTI	Lésbico, Gay, Bissexual, Transexual e Intersexuais
NSWP	Network for Sex Work Project
OCRTEH	Office Central pour la Répression de la Traite des Êtres Humains
OFPRA	Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Observatório da Prostituição
PASTT	Prévention Action Santé Travail pour les Transgenres
RSA	Revenu de Solidarité Active
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



«Comme le travail domestique, l'éducation des enfants, le service sexuel féminin doit être bénévole. L'argent, c'est l'indépendance. Ce qui gêne la morale dans le sexe tarifé n'est pas que la femme n'y trouve pas de plaisir, mais bien qu'elle s'éloigne du foyer et gagne son propre argent. La pute, c'est «l'asphalteuse», celle qui s'approprie la ville. Elle travaille hors le domestique et la maternité, hors la cellule familiale. Les hommes n'ont pas besoin de leur mentir, ni elle de les tromper, elle risque donc de devenir leur complice. Les femmes et les hommes, traditionnellement, n'ont pas à se comprendre, s'entendre et pratiquer la vérité entre eux. Visiblement, cette éventualité fait peur.

Virginie Despentes, *King Kong Théorie*

# Introdução

## I. Delimitação da pesquisa

### I.1. Articulação entre migração e trabalho do sexo

Nesta pesquisa, pretendo estudar a particularidade da relação entre migração e trabalho, em específico quando o trabalho em questão se refere ao trabalho do sexo. Embora a circulação internacional de pessoas por questões de trabalho parece um fenômeno ordinário na atual conjuntura da globalização, quando o objeto da força produtiva concerne o corpo ou o sexo, a relação entre migração e trabalho vê-se tencionada. Nesse sentido, uma vez tornado objeto de trabalho e fonte de renda, o sexo, enquanto mercadoria, interfere e desestabiliza a naturalidade desse fenômeno de deslocamento internacional de pessoas em busca de oportunidades de trabalho.

As temáticas do tráfico sexual de pessoas e da prostituição transnacional são fortemente relacionadas à reestruturação do sistema econômico em escala global. Nas últimas décadas, o fenômeno da globalização se manifestou por uma crescente transnacionalização das relações econômicas, comerciais, financeiras, tecnológicas e culturais (Santos, 2002). As mudanças no processo produtivo levaram ao aumento das desigualdades sociais e do desemprego estrutural nos países mais pobres do mundo. Nesse contexto, devido à ausência de perspectiva profissional, as classes mais pobres e menos qualificadas das sociedades capitalistas (Santos, 2017) foram incitadas a orientar sua busca de trabalho no setor informal e temporário.

Esse movimento de globalização foi acompanhado por uma aceleração geral das migrações internacionais e por uma reorientação dos fluxos dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos. A revolução nas tecnologias de informação, de comunicação e de transporte tornou os modos de vida dos países do Norte mais visíveis e atrativos para os países do Sul. A precariedade econômica e social incentivou as pessoas do Sul a buscar melhores condições de vida em países mais desenvolvidos, muitas vezes passando por situações de manipulação,

coerção ou exploração para trabalhos forçados, incluindo o trabalho escravo e a exploração sexual.

Nesse contexto, desde a década de 80, observa-se uma intensificação dos deslocamentos das populações dos países do chamado Terceiro Mundo à procura de novas oportunidades de trabalho. Diante da intensificação dos fluxos migratórios, os países receptores do chamado Primeiro Mundo vêm endurecendo as legislações migratórias com o intuito de restringir cada vez mais a entrada de migrantes. É justamente nesse cenário global no qual se situa a problemática do tráfico sexual de pessoas, ou seja, a articulação entre as temáticas da busca de trabalho e da criminalização da migração internacional.

Além disso, a reestruturação do mundo do trabalho e a diminuição do papel social do Estado nos países capitalistas afetaram as mulheres das regiões pobres do mundo, tornando as condições de trabalho feminino cada vez mais precárias. Por conta dessa precariedade econômica, cada vez mais mulheres escolhem migrar para outros países à procura de oportunidades de trabalho (Truong, 2003).

Diante da tendência de muitos Estados europeus em fechar ou obstaculizar a travessia de suas fronteiras nacionais, muitas migrantes se veem obrigadas a recorrer à ajuda de “intermediários” para entrar nos territórios de forma irregular. Ademais, uma vez no lugar de destino, as imigrantes encontram muita dificuldade em se inserir nas sociedades receptoras, especialmente se estão em situação de irregularidade. Nessas circunstâncias, não há muitas alternativas para as migrantes pouco qualificadas, o que limita sua integração à setores informais da economia. Com pouca ou nenhuma proteção, muitas recorrem ao universo da prostituição (Santos, 2017).

Dito isso, é possível argumentar que a temática da migração laboral sexual é fortemente constituída por dinâmicas de gênero. As trajetórias transnacionais de migração e de prostituição são permeadas por representações de corpo, gênero, sexo e sexualidade. Nesse sentido, faz-se necessário analisar a articulação entre migração

laboral sexual e gênero, explorando não apenas a mobilidade de mulheres, mas também a de sujeitos feminilizados, como travestis ou transgêneros.

Atualmente, há uma tendência geral da mídia em associar imediatamente a migração internacional de trabalho sexual com o tráfico de pessoas. Segundo Natália Ledur Alles e Denise Cogo (2017), essa propensão em associar a migração relacionada ao mercado do sexo como tráfico sexual deriva de uma visão moral e conservadora que considera a prostituição invariavelmente como exploração. Essa equivalência entre migração orientada a atuar na prostituição e tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual contribui para reforçar a estigmatização e a marginalização dos sujeitos envolvidos na indústria transnacional do sexo. Sendo assim, é de crucial importância distinguir os conceitos tráfico de pessoas e migração para o trabalho sexual, não apenas para a compreensão da singularidade de cada um desses fenômenos como também para entender as implicações existentes entre os significados atribuídos a esses termos nos discursos políticos e nas práticas de combate ao tráfico de pessoas.

Tendo em mente essas observações, o foco da minha pesquisa é o de examinar o vínculo entre os fenômenos de migração e de trabalho sexual a partir da experiência de brasileiras cisgêneros e transgêneros na França. Por meio de uma análise das divisões clássicas dentro do campo de estudos sobre migração, prostituição e tráfico sexual, exploro as rotulações associadas às “brasileiras trabalhadoras do sexo” na França. Essa pesquisa visa fazer um mapeamento das principais visões que delimitam o debate acadêmico contemporâneo sobre a construção da figura da “migrante trabalhadora do sexo”, bem como uma análise dos impactos de tais categorizações no campo político, sobretudo para a formulação e implementação de políticas públicas.

## **1.2. A “migrante trabalhadora do sexo”: quem é ela?**

Quando se fala de prostituição transnacional, ou de tráfico de pessoas com fins de exploração sexual, há uma confusão generalizada no emprego dos termos “prostitutas” e “trabalhadoras do sexo”, ou “prostituição” e “tráfico sexual” - muitas



vezes erroneamente equiparados. Os valores associados a cada nomeação, bem como as dinâmicas político-subjetivas que daí derivam, conduzem a mecanismos de identificação e análise radicalmente diferentes da problemática de circulação internacional de trabalhadoras do sexo.

Dessa forma, estudar a interconexão entre migração e trabalho do sexo exige uma análise sistemática dos mecanismos de produção das categorias “trabalhadora o sexo”, “prostituta”, “migrante” e “vítima traficada”. Portanto, investigar os processos de categorização que estão em jogo é um primeiro passo indispensável a qualquer pretensão de pesquisa sobre as temáticas de tráfico sexual e prostituição.

A delimitação da categoria da “migrante trabalhadora do sexo” revela interesses políticos e divergências ideológicas notáveis. De forma geral, os debates se cristalizam em torno da oposição entre o pedido de reconhecimento do *status* de “trabalhadora sexual” e o de “vítima” (Pryen, 1999). Em outras palavras, as controvérsias sobre o tema surgem de uma polarização teórica e ideológica entre autores que defendem o postulado de uma liberdade de trabalhar na prostituição, e outros que enfatizam uma restrição estrutural que invalidaria a possibilidade real de escolha dessas trabalhadoras.

Dependendo da particularidade do caso e da experiência individual, as migrantes provenientes dos países do Sul Global que se prostituem nos países da Europa se veem transferidas de uma condição para outra. Assim, se o deslocamento e o tipo de trabalho exercido envolvem uma situação de irregularidade, elas são categorizadas como “vítimas traficadas”, ao passo que, se a migração resulta de uma decisão individual autônoma, veem-se colocadas na categoria “migrantes trabalhadoras do sexo”. Dessa forma, projeta-se sobre a dinâmica migratória uma dicotomia entre mobilidade voluntária e forçada que é cada vez mais problemática.

Em certa medida, o deslocamento forçado se mantém incompatível com a concepção liberal do trabalho e da migração para fins laborais como espaço de realização e progresso subjetivo. Por essa razão, quando se evidencia o caráter

forçoso da mobilidade de alguns grupos de trabalhadores do sexo, uma dimensão securitária e humanitária lhes é atribuída de forma quase que natural. A linha de demarcação aqui é vaga e permeável, o que torna a figura da migrante trabalhadora do sexo tão ambivalente e, conseqüentemente, profundamente política.

Diante dessas observações, neste trabalho, identificarei quais são as representações dominantes sobre as pessoas que migram e trabalham na “indústria do sexo” a partir do caso particular das brasileiras que se prostituem na França. Explorarei as diferentes narrativas sobre as migrantes brasileiras trabalhadoras do sexo na França que correspondem aos discursos de um conjunto de atores centrais ao processo de subjetivação e controle dessas migrantes. Esses três grupos de atores são, a saber: (i) atores governamentais, que articulam visões do fazer estatal e preocupações específicas ao estado Francês; (ii) as organizações não governamentais e associações de assistências às vítimas de tráfico sexual; e (iii) as pessoas migrantes diretamente envolvidas.

A pesquisa parte do pressuposto de que esses três conjuntos de atores articulam leituras e percepções, campos éticos e normativos, bem como propostas políticas divergentes. Esses atores justificam seus próprios interesses e procuram influenciar e orientar a implementação de determinadas políticas públicas a partir de interpretações, por vezes, radicalmente opostas. Se uma primeira interpretação, que domina os debates atuais, enquadra a problemática sob o ângulo da criminalização da migração e da prostituição, outras perspectivas dão ênfase à análise das hierarquias baseadas no gênero ou às práticas de resistência das migrantes trabalhadoras do sexo.

A primeira interpretação, que domina os debates sobre a migração e a prostituição em geral, é a perspectiva securitária. Essa abordagem se refere à visão da migrante trabalhadora do sexo como uma ameaça, tanto para a soberania do Estado-Nação, quanto para os valores tradicionais da família e da sexualidade feminina (Aradau, 2004, 2008; Berman, 2003). A perspectiva da segurança lê a migração irregular e o tráfico sexual como crimes que devem ser combatidos pelos Estados

europeus por meio de políticas migratórias restritivas, de modo a obstaculizar toda forma de imigração irregular e manter as mulheres nas suas famílias e países de origem (Chaumont, 2004; Doezema, 1999; Wijers, 1999).

Assim, os instrumentos jurídicos internacionais de combate ao tráfico de pessoas<sup>1</sup> surgiram da obsessão dos governos ocidentais de controlar suas fronteiras a fim de evitar a “invasão” de imigrantes não documentados provenientes de países pobres (Kempadoo, 2005; Piscitelli, 2010). Em última instância, as políticas públicas de combate ao tráfico são destinadas a controlar os corpos e os costumes dos migrantes (Berman, 2002; Blanchet, 2002; Doezema, 1999; Guillemaut, 2004b, 2006; Wijers, 1998, 1999), vistos e tratados simultaneamente como vítimas em risco e invasores perigosos (Ausserer, 2007).

A segunda literatura coloca a questão do gênero no centro do debate sobre prostituição, tráfico sexual e mobilidade de trabalhadoras do sexo. Essa interpretação considera a migrante que exerce a prostituição como uma “vítima traficada”, ingênua e vulnerável que necessita de ajuda e proteção por parte das instituições públicas (Andrisajevic, 2004, 2005; Aradau, 2004, 2008; Agustin, 2005; Doezema, 2000, 2004; Kempadoo & Doezema, 1998; Pickup, 1998; Piscitelli, 2007a, 2007b, 2009a, 2009b, 2010, 2011). Essa interpretação é defendida em grande parte pelas organizações humanitárias abolicionistas<sup>2</sup>, que concebem as migrantes prostitutas como sujeitos em sofrimento - vítimas das desigualdades estruturais relacionadas ao mercado laboral global e ao sistema social e cultural patriarcal. Observa-se, então, que há uma retórica de empreendedorismo moral e ideológico presente nesse regime

---

1 No âmbito do direito internacional, a Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio de 1949 e o protocolo Adicional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças de 2003, consideram a prostituição como escravidão e qualquer projeto de migração para fins de prostituição como tráfico sexual. Enfocam na obrigação dos Estados em combater os crimes de proxenetismo e atuar na prevenção, reeducação e readaptação social das prostitutas, bem como em facilitar a repatriação daquelas em situação de irregularidade.

2 A perspectiva abolicionista, promovida por feministas radicais, tem como linha ideológica condenar todas as formas de proxenetismo, proibir toda troca de serviço sexual, suprimir a condicionalidade das permissões de residência às pessoas prostituídas estrangeiras e promover políticas de prevenção da prostituição e educação em favor da igualdade entre mulheres e homens.

discursivo, pois defendem visões conservadoras ou tradicionais sobre o corpo, a sexualidade e o papel da mulher nas sociedades (Mayorga, 2011).

O discurso anti-tráfico dominante se baseia no pressuposto de que as migrantes precisam ser resgatadas, retiradas do universo da prostituição e reabilitadas à sociedade de destino ou deportadas para seus países de origem. Todavia, em contraposição à essa exacerbada vitimização das mulheres migrantes, surgem outras concepções feministas – as concepções liberal, crítica e pós-estrutural - que enxergam as migrantes trabalhadoras do sexo como sujeitos ativos, racionais, com capacidade de agir estrategicamente em função de suas circunstâncias e necessidades.

Por fim, a terceira literatura, denominada de “resistência”, enfatiza as noções de subjetividade ou de “agência” das migrantes profissionais do sexo. Em vez de enxergá-las como “vítimas” ou “criminosas”, a ótica da resistência, defendida por autores críticos (Agustin, 2005, Mayorga, 2011 Piscitelli, 2007a, 2007b, 2009a, 2009b, 2011; Silva & Blanchette, 2015), pós-modernos (Andrisajevic, 2004, 2005; Pickup, 1989) e *queer* (Butler, 1990, 1993; Chambers 2009; Phillips, 2009), reivindica a imagem das migrantes trabalhadoras do sexo como sujeitos “autônomos” autodeterminados e capazes de negociar, concordar, mas também de se opor conscientemente e transformar as relações de poder nas quais estão inseridas.

A postura da resistência luta para desconstruir o discurso hegemônico fixo sobre o tráfico sexual e a prostituição, tal como defendido pelos autores abolicionistas. Essa postura enfatiza o estudo caso a caso, com o objetivo de ressaltar a singularidade de cada experiência subjetiva e desvelar, assim, uma realidade altamente plural e heterogênea, feita de escolhas individuais, planejamentos e desejos migratórios (Agustin, 2007; Mayorga, 2011; Piscitelli, 2007a, 2007b).

Muitos trabalhos sobre as mobilidades internacionais de migrantes sul-americanas que trabalham na indústria do sexo na Europa revelaram que, mesmo em condições de grande vulnerabilidade estrutural, elas contemplam a migração e o trabalho sexual como projetos autônomos que abrem oportunidades de ascensão

(Agustín, 2007; Piscitelli, 2007a, 2007b, 2009a, 2009b; Sacramento & Alvim, 2016). De acordo com essa visão, as noções de “agencia” e “empoderamento” são ressaltadas, uma vez que a mobilidade das mulheres e a independência financeira trazida pelo trabalho do sexo são vistos como instrumentos de elevação social (Doezema, 1999; Wijers, 1998). Assim, a recusa de se identificar como vítima pode ser interpretada como uma resistência às narrativas hegemônicas anti-tráfico (Piscitelli, 2013).

Essas três leituras trazem elementos significativos sobre como diversos atores que compõem o campo da administração dos fluxos migratórios e da indústria do trabalho do sexo interpretam as brasileiras que exercem a prostituição na França. Busco, ainda, compreender as ambivalências e disputas que se abrem na “economia moral” (Fassin, 2009, 2011, 2012) da migração sexual e como as próprias migrantes respondem, reagem e se constituem nesses processos.

## **II. Um campo plural e multi-situado**

### **II.1. Imersão Etnográfica**

#### **No Brasil**

Os temas prostituição de mulheres e tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual despertaram meu interesse já desde o mestrado. Assim, nessa época, realizei um estudo generalizado sobre a prostituição na cidade de Toulouse, na França. Embora tal esforço me propiciou um panorama da prostituição na cidade, a minha dissertação de mestrado não integrou a questão da migração, visto incluía de forma não diferenciada tanto a prostituição francesa como estrangeira.

Quando viajei e decidi morar no Brasil um tempo, pensei imediatamente em aprofundar essa problemática, porém, dessa vez, integrando a dimensão migratória entre a França e o Brasil. A partir daí a minha vontade foi a de investigar os percursos

e as experiências de brasileiras trabalhadoras do sexo na França, no quadro de uma tese de doutorado mais aprofundada.

A minha imersão no campo foi realizada nos dois países, primeiramente no Brasil e depois na França. No Rio de Janeiro, entrei em contato com dois antropólogos especialistas em temáticas sobre o turismo sexual, prostituição e tráfico internacional de pessoas: os professores Thaddeus Gregory Blanchette<sup>3</sup> e Ana Paula da Silva<sup>4</sup>. Ambos formam parte do Observatório da Prostituição (OP), um projeto de extensão do Laboratório de Etnografia Metropolitana-LeMetro do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ). O prof. Thaddeus Gregory Blanchette aceitou que eu o acompanhasse no trabalho de campo dele durante as saídas de noite programadas nos bairros de prostituição da cidade. Aproveitei, então, essa oportunidade para poder observar os ambientes, as interações e as particularidades dos diferentes espaços de prostituição cariocas. Isso ocorreu entre o mês de setembro até o mês dezembro de 2017.

Em primeiro lugar, conheci a Vila Mimosa, uma zona tradicional da prostituição popular do Brasil. A Vila é um amontoado de pequenos bares e clubes de *strip-tease* em corredores, vias e becos que desembocam em uma rua delapidada num bairro muito pobre da zona norte da cidade. Todos os bares tocam música, geralmente funk, e servem cervejas além de outros álcoois. Geralmente na faixa dos 30 e 40 anos, as mulheres ficam quase nuas, usam saltos e lingerie com babados, esperando os clientes chegarem. Nos andares de cima das casas, a maioria dos quartos são minúsculos com pouca luz e mal ventilados e compostos por uma cama só.

Em outras oportunidades, também fizemos a volta dos clubes de Copacabana, na zona sul, um bairro rico e turístico do Rio. A noite começava geralmente no Mab's,

---

3 Thaddeus Gregory Blanchette é Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional e é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Campus Macaé. Ele desenvolve pesquisa com ênfase em imigração, turismo sexual, prostituição e história do Brasil. Para maiores informações, ver <http://lattes.cnpq.br/7129575660517432>.

4 Ana Paula da Silva é Doutora em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora colaboradora do Mestrado Interinstitucional em Antropologia Social (MINTER), uma parceria do Museu Nacional com a UFRJ. Suas pesquisas são nas áreas de relações raciais, gênero, sexualidades e trabalho de turismo sexual, prostituição e tráfico internacional de pessoas. Para maiores informações, ver <http://lattes.cnpq.br/8469871668400038>.

um restaurante na orla, que a partir de 23 horas se torna o centro de gravitação de garotas de programa. Grupos de homens vão nesse lugar para se divertir, comer e beber, mas também para dar uma olhada nas mulheres. Sozinhas ou em grupo de duas à três, as mulheres examinam seus potenciais clientes, prontas para captar os sinais dos homens que as convidam para sentarem na mesa com eles. Se as conversas e a mulher forem do gosto do cliente, inicia-se uma negociação sobre o tipo e as condições da prestação. Geralmente, pouco tempo depois, os dois saem junto do bar para algum lugar mais isolado.

Depois do Mab's, continuamos as noites em outros clubes fechados e reconhecidos pela prática de prostituição, tais como o Barbarella, Casablanca ou o Balcony. Nesses clubes, há características padrões como a disposição de um balcão do bar no lado, uma pista circular no meio para os shows de *strip-tease* e alguns quartos no andar de cima. Confortáveis, os clubes atraem uma clientela de classe média, que vem se distrair com música, bebidas e companhia de mulheres após uma jornada de trabalho. Os clientes pagam um ticket na entrada, o que confere direito a bebidas alcoólicas. As mulheres, na faixa entre 20 e 30 anos, são mais bonitas e mais cuidadas do que na Vila Mimosa, e os preços dos serviços sexuais, mais altos.

Nos distintos lugares mencionados, conversei brevemente com algumas das mulheres, expliquei o tema da minha pesquisa e perguntei se algumas delas já tinham ido para Europa e mesmo para França. As poucas que já tinham de fato viajado para Europa, tinham ido à Itália ou à Espanha, mas nenhuma delas tinha escolhido a França como país de destino.

Decidi passar pela mediação de associações do Rio que apoiam as pessoas que trabalham com a prostituição e, nesse momento, entrei em contato com a Casa Nem<sup>5</sup>. Além de acolher e hospedar transexuais, travestis e transgêneros na sua sede, a Casa Nem é um espaço que empodera o público Lésbico, Gay, Bissexual, Transexual e Intersexual (LGBTIs) em situações de vulnerabilidade social por meio da organização

---

5 Para maiores informações, ver <https://www.facebook.com/pages/Casa-Nem/1090307731030189?nr>

de oficinas, debates, festas e shows. Encontrei a presidente, Indianara Siqueira<sup>6</sup>, que era então vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Indianara era uma mulher transgênero alta, com o cabelo comprido, liso e loiro. Ela inspirava muita segurança e autoridade.

Foi ela quem me apresentou a Casa Nem, explicando as dificuldades da associação e a situação das pessoas transgêneros trabalhadoras do sexo no Brasil. Porém, quando perguntei a ela se conhecia mulheres que tinha ido para França, ela me deu uma resposta negativa. A partir desse momento, entendi que não servia mais procurar, no Brasil, brasileiras que tivessem tido alguma experiência na França. Devia, portanto, mudar drasticamente de estratégia. Foi quando resolvi ir eu mesmo à França, para encontrar diretamente com essas brasileiras.

## **Na França**

Como planejei ficar na França alguns meses, escrevi para várias associações e instituições francesas envolvidas na governança da prostituição e do tráfico sexual. O meu trabalho empírico na França durou nove meses, de setembro de 2018 até junho de 2019, e realizou-se em três cidades distintas: Lyon, Paris e Toulouse. Com a preocupação de me ater aos objetivos da pesquisa, realizei inúmeras observações de campos, escrevi relatórios com base nas anotações do meu caderno de campo e conduzi múltipla entrevistas.

Durante a minha permanência nas sedes das associações em conjunto com as missões diurnas e noturnas das equipes móveis nas áreas urbanas de prostituição, reuni mais de cento e dez páginas de anotações sobre a minha observação do campo. Também registrei muitas conversas informais entre os agentes profissionais dessas distintas associações. Realizei um total de trinta e uma entrevistas com brasileiras trabalhadoras do sexo, dentre as quais doze com mulheres cisgênero e dezenove com mulheres transgênero; seis entrevistas com representantes de distintas associações e

---

<sup>6</sup> Para maiores informações, ver <http://vereadoresquequeremos.redelivre.org.br/project/indianarasiqueira50169/>



duas entrevistas com agentes da *Brigade de Répression du Proxénétisme* de Paris e de Toulouse.

Como as profissionais do sexo brasileiras são consideradas um grupo marginalizado devido às suas situações de precariedade econômica e social, optei por aproximá-las pelo intermédio de associações de prevenção, saúde e promoção dos direitos dos trabalhadores do sexo na França. Trabalhei como voluntária durante vários meses, em conjunto com as equipes de funcionários dessas associações, com o fim de estabelecer uma primeira relação de confiança com elas. Participei de ações de prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, de divulgação de informação sobre riscos relacionados à prostituição e de orientação sobre o acesso à saúde pública, e sobre os processos administrativos de regularização. Além disso, acompanhei também os trabalhadores sociais nas suas missões de prevenção nas ruas, rodando pelos bairros de prostituição das cidades.

Em Lyon, entrei em contato com *Cabiria*<sup>7</sup>, uma associação de saúde comunitária que trabalha com e para as pessoas prostitutas. Acompanhei a equipe móvel de *Cabiria*, cinco vezes em setembro de 2018 e cinco vezes em janeiro de 2019, nas suas ações de prevenção de rua, participando das saídas diurnas e noturnas do ônibus nos diferentes bairros de prostituição de Lyon. Essas rodadas me permitiram observar a organização da prostituição na cidade, seus atores, os espaços, as temporalidades e as relações tecidas nesses lugares. Concentrei a minha atenção nos bairros com forte concentração de mulheres de origem brasileira, em particular, nos bairros de *Gerland*, *Pérrache* e em *Saint Priest*. Além da distribuição de preservativos e gel lubrificante, o trabalho de prevenção consiste em fazer perguntas sobre o estado de saúde geral das trabalhadoras do sexo e orientá-las para hospitais caso necessário. Trata-se também de convencê-las em ir na sede da associação para realizar testes para detectar de doenças sexualmente transmissíveis ou receber um atendimento jurídico com um advogado.

---

7 Para maiores informações, ver: <http://cabiria.asso.fr/>

Já em Paris, trabalhei com três associações. A primeira associação, *Le Bus de Femmes*<sup>8</sup>, propõe também uma ação comunitária de saúde pública para as pessoas que exercem a prostituição na capital. Em janeiro de 2019, acompanhei seis vezes o ônibus de prevenção nas rodadas de dia e de noite nos bairros de Paris, especialmente no *Bois de Boulogne*, no *Bois de Vincennes* e em *Saint Germain-en-Lay*, onde boa parte das brasileiras trabalham.

A segunda associação que engajei, em Paris foi o PASTT<sup>9</sup>, uma associação comunitária de prevenção e de ação para a saúde e os direitos laborais das pessoas transgênero. Assim como na primeira associação, participei de quatro rodadas com o ônibus de prevenção nos bairros de prostituição parisienses, principalmente no *Bois de Boulogne*, em fevereiro de 2019. Além disso, passei cinco manhãs na sala de espera do PASTT apenas para conversar com trabalhadoras do sexo brasileiras antes de serem atendidas pelas enfermeiras ou juristas.

A terceira associação que acompanhei na capital foi Acceptess T<sup>10</sup>, que também luta a favor do reconhecimento e dos direitos das pessoas transgêneros. Da mesma forma, passei quatro manhãs na sala de espera na sede da associação para conversar com trabalhadoras do sexo brasileiras. Participei também de dois aniversários organizados pela associação no local, em dezembro de 2018 e em março de 2019, e de uma festa animada por *Drag Queen* no *Parc de la Vilette*. No caso, era uma loteria organizada com o fim de sensibilizar o público em relação aos novos testes rápidos de detecção do HIV e para recolher fundos para a associação.

Por fim, em Toulouse, observei o trabalho da associação *Le Mouvement de Nid*<sup>11</sup>, uma associação abolicionista que acompanha as prostitutas em seus procedimentos administrativos e acesso à justiça. O *Mouvement du Nid*, em particular, tem como objetivo denunciar e combater as violências que decorrem do

---

8 Para maiores informações, ver: <http://busdesfemmes.org/>

9 Para maiores informações, ver: <http://www.pastt.fr/>

10 Para maiores informações, ver: <https://www.acceptess-t.com/>

11 Para maiores informações, ver: [http://www.mouvementdunid.org/\\_Delegation-de-la-Haute-Garonne\\_](http://www.mouvementdunid.org/_Delegation-de-la-Haute-Garonne_)

*systeme prostitueur* (“sistema prostituidor”). Passei uma tarde observando o atendimento ao público no local e participei de uma ação móbil de noite na cidade.

Por meio de conversas pontuais com um conjunto de funcionários dessas associações, consegui obter informações sobre as posturas políticas de cada uma delas, sobre os impactos das leis em vigor na França e sobre as necessidades e dificuldades dos trabalhadores do sexo na França. Além de trazer elementos importantes para entender como funciona na prática o atendimento público às prostitutas na França, e às brasileiras em particular, essas entrevistas forneceram uma visão geral de como as instituições públicas enxergam as suas experiências e vida cotidiana. Nesse sentido, tal investigação contribuiu com significativo material analítico para compreensão das principais questões levantadas no debate público sobre o problema da migração sexual.

### **Etnografia e método das histórias de vida**

A minha pesquisa tem inspiração etnográfica, pois ela parte da descrição de casos particulares para iluminar "verdades gerais" (Gusterson, 2008, p.108) sobre a migração de profissionais do sexo. Por meio da observação participante e de entrevistas com os funcionários de associações, meu objetivo foi o de sondar o trabalho cotidiano desses agentes e as suas interações com as migrantes brasileiras em particular. Além de favorecer a construção de relações de confiança e intimidade entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa, a observação participante foi particularmente propícia para explorar a diferença entre o que Hugh Gusterson chama de "*frontstage*" e "*backstage*", ou seja, "between formal, dealized accounts of a culture and the messy divergences of actual practice" (Gusterson, 2008, p. 100).

Aqui, a observação participante abriu espaço para analisar as defasagens entre os discursos oficiais sobre a mobilidade de trabalhadores do sexo e sobre o tráfico de pessoas, e as práticas cotidianas das migrantes brasileiras. Ademais, tal método permitiu investigar como os rótulos "vítima" ou "criminal" são socialmente e

culturalmente construídos. Portanto, esse movimento etnográfico serviu para compreender as bases morais e conceituais nas quais as perspectivas da criminalização e da vitimização, sustentadas pelos discursos oficiais, se fundamentam.

Sendo o propósito primário compreender as articulações entre migração, gênero e trabalho do sexo, também realizei entrevistas com profissionais do sexo brasileiras que residem no território nacional francês e/ou brasileiras que migraram para França e retornaram para o Brasil, seja forma voluntária ou compulsória. Ressaltei aspectos relacionados tanto à infância no Brasil e as relações com a família quanto com a sociedade brasileira em geral, desde a decisão de sair do Brasil, à travessia do Brasil até a Europa, até chegada até à França, as condições de permanência e de trabalho sexual no território francês, as possíveis experiências de deportação/expulsão, assim como os projetos profissionais, os sonhos, as expectativas, as conquistas e fracassos pessoais, as relações afetivas e amorosas, e as dificuldades diante de situações de discriminação, preconceito e violência.

O intuito aqui foi o de estudar como esses sujeitos vivenciaram a experiência da migração e do trabalho do sexo a partir de seus relatos de vida. Usei o método da história de vida, dado que esse método possibilitou uma imersão nas trajetórias individuais e uma impregnação mais sensível às dinâmicas das relações que se estabelecem ao longo do processo de migração e do trabalho do sexo.

De acordo com Roberto Cipriani, Enrico Pozzi e Consuelo Corradi (1983), usar a história de vida como estratégia obriga o sujeito a refletir sobre si mesmo, organizando as lembranças desordenadas e suas percepções imediatas de forma coerente. Tal esforço possibilita o surgimento de micro-eventos na narração que, além de pontuar a vida cotidiana do indivíduo, destacam elementos provavelmente comuns ao grupo social de pertencimento. Dessa forma, a história de vida permite revelar, dentro da experiência individual, o contexto maior em que se desenvolve, e, assim,

contribuindo para a construção social de uma realidade mais geral (Cipriani et al., 1983).

A partir das histórias de vida, a ideia é ver em que medida se torna possível a construção de um perfil sociológico associado à “profissional do sexo brasileira” ou à “brasileira traficada” ou, ao contrário, até que ponto a singularidade de cada percurso de vida impede tal generalização teórica. Portanto, tais relatos podem não só informar as relações e contextos sociais mais amplos nos quais essas brasileiras estão inseridas, mas também as suas percepções quanto à sua motivação para migrar para França e à sua residência no território.

O método das histórias pessoais propiciou a apreensão dos nexos existentes entre as condições de migrante e de prostituta. A partir das diferentes experiências narradas, busco averiguar como essas brasileiras percebem e ressignificam as suas trajetórias de migração e de prostituição. Dentre outros, enfatizo aspectos relacionados a como elas construíam as suas identidades pessoais e laborais, como vivenciam as suas interações sociais, como percebem as relações de poder nas quais estavam inseridas, mas também como elas impulsionam possíveis estratégias de resistência.

As migrantes trabalhadoras do sexo, da mesma forma que qualquer outro indivíduo, são moldadas por processos complexos e ambivalentes de identidades, normas e expectativas. Usar o método das entrevistas abertas ou semi-direcionadas permite, assim, ressaltar as ambiguidades e as contradições no enquadramento identitário de determinadas mulheres como “vítimas”, “criminosas”, “trabalhadoras de sexo empoderadas” e, então, repensar o conhecimento já estabelecido sobre a questão da prostituição e do tráfico de seres humanos. De fato, tal método permite às trabalhadoras do sexo a possibilidade de falar livremente sobre suas próprias experiências, enfatizando aspectos identitários que vão além dos rótulos típicos à retórica da vitimização e da criminalização. Dessa forma, as ambiguidades e sutilezas

de suas histórias particulares poderiam ser reintegradas e revalorizadas nas narrativas sobre prostituição transnacional e tráfico sexual.

Nesta pesquisa, adoto uma ótica “contrapontual”, na linha de interpretação do Edward Said (1993), para reconsiderar a pluralidade e a multiplicidade de subjetividades e experiências envolvidas no tráfico de seres humanos. Dar voz às migrantes subalternas possibilita dismantlar as construções binárias de identidades, a fim de revelar sua “mutual embeddedness and their worldliness.” (Chowdhry, 2007, p. 110). Para Geeta Chowdhry (2007), em sua análise da leitura de Edward Said nas Relações Internacionais, uma análise contrapontual envolve a ideia de “counterpoint, intertwining and integration, and mutually embedded histories [...] that denaturalizes conventional International Relations and reveals the hidden interests, the embedded power relations, and the political alignments behind the claims of value free, and objective theorizing” (Chowdhry, 2007, p. 110).

Desse modo, a realização de entrevistas abertas ou semiestruturadas com a comunidade de trabalhadoras do sexo brasileiras permitiu dar voz aos principais atores do tráfico humano. O método abre o caminho para uma história mais ampla do chamado “tráfico de seres humanos”, na qual todas as subjetividades estão representadas. Em especial, as histórias invisíveis e escondidas de pessoas provenientes de países do Terceiro Mundo, cujas opiniões, geralmente silenciadas, podem, assim, ser reintegradas no debate contemporâneo. Em vez de separar a “trabalhadora sexual branca, ocidental, autônoma e capacitada” da categoria das migrantes “pobres, negras, ingênuas e abusadas”, uma análise contrapontual pode proporcionar, pelo contrário, uma visão mais abrangente das “dominant, in-between, and submerged voices” (Chowdhry, 2007, p 110).

Alinhado a esse suporte analítico-metodológico, desde o início, o meu desejo era o de incluir estudos de gênero. Queria analisar as múltiplas dimensões de poder que existem nas relações entre os homens e as mulheres na sociedade atual. Inicialmente, pensava restringir meu campo às mulheres cisgêneros porque formam a

maior parte das pessoas prostitutas no mundo. No entanto, me dei conta muito rapidamente que não podia não incluir as mulheres transgêneros<sup>12</sup> dado que corresponde à boa parte das brasileiras trabalhadoras do sexo na França. Essa particularidade brasileira apareceu de uma maneira tão óbvia que decidi justamente explorá-la de forma mais profunda. Assim, abri mão do meu objeto de estudo para uma interpretação mais ampla da identidade de “mulher”, dissociando-o de gênero enquanto sexo biológico, e privilegiando a dimensão social e individual do gênero feminino.

Desde então, quis incluir dentro da minha pesquisa uma comparação entre os percursos de vida, as relações com as famílias, a maneira de perceber o trabalho do sexo, o cotidiano e as diferentes formas de discriminações que sofrem seja as mulheres cisgêneros seja as transgêneros. Queria ressaltar tanto os pontos comuns como as divergências nas biografias dessas mulheres, não só nas suas trajetórias de migração e de prostituição, mas também desde o olhar da sociedade e das instituições.

## **II.2. Desafios, posicionamento e limites do campo**

### **A minha presença no campo**

A presença do sociólogo no campo tem efeitos não só sobre o contexto, mas também sobre o próprio estado do objeto em que se pretende observar. O trabalho de campo é uma experiência intersubjetiva, na qual realidade e conhecimento se constroem simultaneamente. De acordo com Inanna Hamati-Ataya, o conhecimento e a realidade são mutuamente constitutivos por meio da ação da reflexividade. Segundo a autora, a reflexividade “operates not within each level of action separately, but at their junction, since conceptually and practically it is not possible to separate the processes of knowledge-construction from the constructed reality within which knowledge is produced” (2013, p 679). A reflexividade atua na maneira pela qual os

---

<sup>12</sup> “Transgênero” é um termo abrangente para pessoas cuja identidade ou expressão de gênero (masculino, feminino ou outro) é diferente de seu sexo (masculino, feminino) de nascimento.

sujeitos percebem a presença do pesquisador e pode levar à adaptação dos discursos e das práticas como resposta às expectativas criadas. Essa distorção pode ter repercussões sobre a recepção da realidade pelo pesquisador, o que pode em última instância alterar na análise e nos resultados da própria pesquisa.

Uma dificuldade importante da minha pesquisa sobre o tema da prostituição foi a distância social que me separava dos sujeitos investigados. Minha condição de mulher francesa, branca, educada e de classe média me distanciava muito da condição das mulheres brasileiras que interroguei. O alto capital cultural que eu possuía me dava uma certa legitimidade em relação a essas mulheres, geralmente menos instruídas e, muitas vezes, excluídas do sistema educativo brasileiro ou expulsas de casa pelos pais e deixadas na rua. No entanto, a posição de autoridade intelectual que eu podia deixar transparecer foi compensada pela minha experiência de vida comparativamente "inferior", por ser muito mais jovem do que elas e por não ter passado por tantas dificuldades econômicas, sociais e afetivas.

Outro elemento interessante a analisar é a minha característica de mulher cisgênero e heterossexual. O fato de ser uma mulher cisgênero e heterossexual foi, sem dúvida, de grande ajuda para poder desenvolver conversas íntimas sobre relacionamentos, afetos e sexualidade, especialmente com as mulheres cisgêneros. Por um lado, visto que eu não era um cliente potencial, elas percebiam que meu interesse por elas não se tratava de uma mera troca econômico-sexual; o que inspirava simpatia e favorecia a criação de um laço de amizade. Por outro lado, as disposições interativas associadas ao universo feminino estavam, nesse caso, jogando ao meu favor. O simples fato de ser mulher implicava que eu tinha qualidades "naturais" e que era parte constitutiva do meu gênero, como sensibilidade, gentileza, compaixão e empatia com o outro.

A origem latina do verbo transitivo "prostituir" contém uma dimensão fora da esfera privada: *prostitutere* significa "expor em público" e vem de *pro* "à frente" e *statutere* "estabelecer" ou "fazer ficar em pé". A visibilidade e a ostentação são,



portanto, centrais na prostituição. A rua pode ser vista como um teatro, onde os corpos se expressam de acordo com uma linguagem própria. A prostituição é um espaço em que performance e exposição de si são permanentes. Ao longo das entrevistas, notei que as histórias eram contadas muitas vezes com ênfase, exagero e encenação.

Meus primeiros passos nos bairros de prostituição foram objetos de intensas ponderações sobre a forma em que ia me apresentar em geral. As primeiras saídas no campo levantaram reflexões sobre a maneira em que meu corpo podia se projetar nesse universo, e sobre quais partes de mim podiam ser exibidas ou, ao contrário, ocultadas.

Me dei conta que o campo estava agindo sobre mim quando na hora de sair para entrevistar as trabalhadoras do sexo, dava atenção à minha aparência física. Nesse sentido, quis desmontar o estereótipo da pesquisadora distante e desdenhosa, e substituí meus óculos de vista que me dão um certo ar de seriedade pelas lentes de contato. Evitei usar joias ou bolsa de couro, para não deixar transparecer os signos da minha classe social. Meu objetivo era transparecer o mais simples possível para favorecer o desenvolvimento da intimidade. Revirava meu armário, pensando em que tipo de roupa eu colocaria. Escolhia quase sempre uma roupa básica, um *jean* e uma *T-shirt* comuns. Bania o uso de vestidos, saias ou maquilagens visíveis demais. Essas escolhas não eram anódinas. Fiquei desconfortável com essa minha atitude, e tentei aprofundar o porquê dessa minha vontade de parecer diferente.

De forma indireta, acho que queria manter uma distinção social com as mulheres trabalhadoras do sexo. Muito provavelmente tinha receio em que os clientes pensassem que eu também era uma trabalhadora do sexo (o que, ao final das contas, aconteceu várias vezes, independentemente da roupa que usava naqueles momentos). Assim, jogava com esse vai-e-vem entre assimilação e distinção, alternando entre vontade de me apresentar como uma mulher ordinária, semelhante a elas, e vontade de me diferenciar mantendo uma fronteira simbólica entre mim e elas. A encenação

do meu corpo evoluía de acordo com as minhas intenções de parecer com elas ou até, pelo contrário, de me distinguir.

### **Tempo, espaço e acesso às mulheres**

O campo é altamente imprevisível. Uma das coisas que percebi logo foi que era impossível estimar o tempo de coleta dos dados que ia precisar nas diferentes cidades. O tempo parecia se contrair e descontrair de forma aleatória, sem que eu tivesse nenhuma forma de controle sobre.

A título de ilustração, houve momentos em que eu registrei conversas de cinco pessoas simultaneamente em uma única noite, assim como também passei semanas e semanas sem dar nenhuma entrevista. Em todas as vezes que começava a ficar decepcionada pela lentidão do campo, as coisas de repente se desbloqueavam, se encaixavam de novo, e o ritmo se acelerava. Um outro bom exemplo cabível foram as vezes que me confrontei com recusas por várias mulheres em seguida, e, poucos dias depois, recebi várias respostas positivas.

Nas primeiras semanas em Paris, apesar do meu envolvimento nas associações mencionadas, eu não conseguia entrar em contato com brasileiras trabalhadoras do sexo. Precisava dar provas do meu empenho e demonstrar perseverança para ser plenamente aceita e integrada às equipes e atividades pelas associações. Tratou-se de um trabalho preliminar de construção de laços de confiança com os funcionários das distintas associações, como etapa indispensável para a obtenção da carta branca para acessar às mulheres. Assim, passei várias semanas contribuindo em várias atividades nos locais das associações e participando de vários eventos relacionados à promoção da saúde e direitos dos trabalhadores do sexo e das pessoas transgênero.

Entendi que esse tempo de teste era crucial para que as equipes das associações me conhecessem e entendessem a minha forma de abordar o tema, a minha maneira de conduzir a pesquisa, e, sobretudo o meu empenho em apoiar as atividades da associação e ajudar ao público atendido. À título de exemplo, foi só depois de ter vindo seis vezes no local e de ter participado à dois eventos externos

organizados por uma das associações que um(a) do(a)s funcionário(a)s aceitou me encaminhar uma lista interna que continha os números dos celulares pessoais de oito mulheres brasileiras.

Nos momentos em que apresentava minha pesquisa às brasileiras trabalhadoras do sexo, as primeiras reações foram reflexos de desconfiança. Elas não entendiam qual era meu objetivo e porquê me interessava por elas. Inclusive, algumas achavam que a minha atitude era um pouco invasiva. No entanto, conversas banais e casuais sobre a vida no Brasil e na França, e sobre suas diferenças culturais, contribuíram para criar um clima de familiaridade, e muitas delas acabaram aceitando em participar.

Além disso, cabe ressaltar a importância do momento presente, do imediato, da oportunidade repentina. Algumas vezes, aconteceu-me de ter que deixar tudo o que estava fazendo, seja um jantar com amigos seja um passeio pela cidade no fim de semana, e sair correndo para me encontrar com uma pessoa, que, de repente, estava disponível para conversar. Eu sabia que tinha que aproveitar essa oportunidade imediata, visto que o futuro era incerto: podia ser arriscado remarcar um encontro para um outro dia.

Além do tempo, a questão do lugar em si também tem muita relevância. A escolha de um espaço no qual as pessoas possam se sentir à vontade, relaxadas e abertas aos outros é primordial para que as mesmas possam liberar suas palavras. Nesse aspecto, as festas organizadas mensalmente para os aniversariantes que frequentam a associação *Acceptess T* eram espaços muito propícios para criar contatos com trabalhadoras do sexo brasileiras. Nesses momentos de comemoração, bebidas, comidas e bolos eram compartilhados entre os funcionários e os usuários da associação, e nessas ocasiões algumas bailarinas apresentavam performances artísticas. Momentos de diversão com esse foram ótimos para me apresentar de forma mais informal e trocar ideias antes de explicar o tema da minha pesquisa.

Tentei agir de maneira similar em todas as cidades, porém, embora tenha conseguido encontrar algumas brasileiras nos lugares de prostituição por intermédio dos ônibus de prevenção da associação *Cabiria* em Lyon, esse não foi o caso em Paris por exemplo. Descobri mais tarde o motivo: a maioria profissionais do sexo brasileiras em Paris trabalham em apartamentos.

Ademais, a minha imersão no *Bois de Boulogne* e os primeiros contatos com as trabalhadoras do sexo não foram tão produtivos como eu imaginava. Com pressa e em busca por clientes, elas interagiam pouco com o pessoal das associações, ou então agiam quando era o caso de um objetivo determinado, como o de pegar os preservativos. As mulheres não se mostravam muito dispostas a conversar comigo e compartilhar seus os números de celulares.

Após várias saídas, diurnas e noturnas, com os ônibus de prevenção de saúde do *Bus de Femmes* e do *PASTT* sem encontrar brasileiras, decidi mudar de estratégia. Desde então, eu ia várias vezes por semana para as sedes do *PASTT* e da *Acceptess T* e ficava na sala de espera, esperando as brasileiras chegarem. Essa tática se revelou muito mais produtiva, pois as trabalhadoras do sexo que chegavam estavam muito mais dispostas a conversar comigo. Ademais, a sala de espera é um lugar de trocas entre pessoas vindas pelas mesmas razões e pelas mesmas necessidades em termos de saúde. Como o nome o indica, é um lugar de “espera”, ou seja, um lugar no qual o tempo está parado, fica em suspenso. Esses espaços e momento de pausa me permitiram expor a minha pesquisa com mais tranquilidade, sem ter a sensação de atrapalhar os sujeitos em seus tempos de trabalho ou de lazer.

### **Sobre consentimento e confidencialidade**

Em todas as conversas que tive com os sujeitos envolvidos, sempre expliquei da forma mais clara possível o tema e os objetivos da minha pesquisa. Nunca obriguei ninguém a participar dela, e nunca me mostrei insistente com pessoas que não pareciam claramente curiosas e dispostas em colaborar. Comentei com as pessoas que pareciam interessadas que as entrevistas podiam permanecer anônimas a fim de

preservá-las de qualquer risco de serem reconhecidas pelas famílias no Brasil ou na Europa, ou mesmo ameaçadas por qualquer tipo de pessoas envolvidas com prostituição ou cafetinagem.

Mesmo algumas entrevistadas aceitando serem identificadas, tomei a decisão de não mencionar informações pessoais tais como nomes, apelidos, data de nascimento, local de residência ou de trabalho na análise final dos dados de campo, para ter a certeza de não colocá-las em situação de risco ou de constrangimento desnecessário. Assim, todos os nomes que aparecerão nas transcrições selecionadas serão fictícios e inventados por mim mesma.

Ainda, também trocarei os nomes dos lugares, das datas e de outras informações que estimei ser precisas demais. Da mesma forma, para alguns trechos das entrevistas ou conversas informais com funcionários públicos, agentes de associações ou policiais, mencionarei somente o tipo de organização, sem especificar os nomes e as cidades dos serviços específicos.

Em todas as minhas interações com trabalhadoras do sexo, usei a língua portuguesa para criar uma relação mais íntima e para que fosse mais fácil elas se expressarem. Não forcei ninguém a confessar experiências dolorosas relacionadas às situações passadas ou presentes, pois deixei os participantes falar de forma completamente livre sobre os assuntos que queriam.

As poucas vezes que percebi um desconforto por parte da pessoa na hora de fazer uma pergunta de ordem pessoal, explicava claramente para ela que era seu direito não responder logo eu trocava de assunto. No final das contas, deixei as participantes livres para escolher os temas que desejam comunicar comigo e guardar para eles os assuntos que consideram de ordem privado.

### **Vieses e limites do campo**

A tendência inelutável de entrevistar sujeitos apresentando o mesmo tipo de perfil foi uma preocupação que me perseguiu ao longo do meu trabalho de campo e à qual não podia escapar. Percebi que as pessoas que encontrava eram envolvidas, de

uma forma ou outra, no militarismo associativo, ou, pelo menos, que frequentavam as associações como usuários. Nesse aspecto, o campo era distorcido pelo interesse que alguns participantes tinham em termos de visibilidade política.

Com efeito, algumas brasileiras transgêneros entrevistadas, que eram ativistas das associações *Acceptess T* e o *PASTT*, pensaram que a minha pesquisa podia ser um canal para dar mais visibilidade à causa trans. Embora considere que tal reciprocidade de interesse era, sem dúvida, válida, notei que por detrás de suas falas, havia um objetivo político mais amplo de promoção da luta para os direitos das pessoas transgênero. Como, então, fazer uma generalização da realidade de pessoas transgêneros a partir de relatos de brasileiras estritamente envolvidas no meio associativo? Como ter acesso às pessoas transgênero mais isoladas por fora da esfera militante ou da comunidade LGBTI?

De todas as entrevistas que conduzi, apenas uma podia ser relacionada a um caso de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, tal como é definido nos textos de Direito Internacional. Porém, quando escutei os comentários de Vanessa Simoni, jurista responsável do setor que trata dos seres humanos da associação *Le Bus des Femmes*, bem como os discursos dos agentes da *Brigade de Répression du Proxénétisme* de Paris e de Toulouse sobre casos judiciais envolvendo brasileiras, compreendi que o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual era uma parte não negligenciável da realidade migratória das trabalhadoras do sexo estrangeiras. Se o tráfico sexual tal como é definido pelas normas internacionais existia de fato, era difícil de ser investigado, pois as suas vítimas eram complicadas de serem alcançadas.

Surgiu em seguida um segundo problema: a tendência à caricatura. Por um lado, eu não queria minimizar as declarações de mulheres trabalhadoras do sexo emancipadas para realçar os depoimentos de opressão e sofrimento. Mas, por outro, também não queria negar a expressão dos abusos e das desgraças para reter apenas a ilusão de um trabalho fácil e lucrativo. Como selecionar os elementos biográficos comuns às experiências de migração e prostituição, sem operar uma seleção arbitrário

sobre a legitimidade de tal ou tal subjetividade? Como eleger os relatos mais relevantes? Como diferenciar os sujeitos observados “bons” dos “ruins” (Deschamps, 2007)? A partir de quais critérios classificamos determinados discursos do lado da verdade e da norma e outros do lado da fantasia e da exceção?

Em Lyon, lembrei de duas brasileiras que repetiam várias vezes que as suas vidas não tinham nada de extraordinário. Pediram desculpas por não ter histórias "interessantes" para contar, na medida em que proveram de famílias “normais”. Foi interessante pensar em como elas separavam os relatos "bons", dignos de serem contados, dos relatos “ruins”, desprovidos de interesse. Percebi que elas estavam projetando ideais sobre o que eu podia considerar ser uma história boa, apresentando com as qualidades requeridas para ser selecionada para o meu estudo:

“Antes de vir para Espanha, eu trabalhava normal. No Brasil, fui casada e tinha uma vida normal. Não era má a minha vida lá. Não tenho uma história para te contar. A minha história é uma história feliz e boa! Não é uma história triste não, então não sei se vai ser útil para você” (Lidia, cisgênero).

Em suma, algumas brasileiras entrevistadas estavam preocupadas em não responder de forma correta às minhas expectativas sobre o que podia ser considerada como uma biografia relevante. Como se existisse histórias válidas e outras inapropriadas.

### **III. Análise dos dados de campo e problemática geral**

#### **III.1. Curiosidades e elementos surpreendentes do campo**

Ao longo da minha experiência no campo, constatei que o universo da prostituição é bastante restrito e fechado em si mesmo. Muitas vezes, fiquei surpreendida ao ver como as pessoas e os acontecimentos eram intimamente conectados uns com os outros. Quanto mais mergulhava no meu campo, mais me aproximava do centro do tema e ficava satisfeita ao constatar que estava frequentando

os lugares adequados e conversando com as pessoas as mais propícias para me passar informações cruciais que procurava.

Em setembro de 2018, me encontrei pela primeira vez com uma brasileira transgênero na sede de uma associação em Paris. Depois de uma breve conversa sobre a minha pesquisa, ela me convidou à sua para almoçarmos juntas com outras trabalhadoras do sexo. Quando entrei no prédio dela, passei pelo pátio interior e alguma coisa chamou a minha atenção: havia no meio uma mesa decorada com candelas e flores, como se fosse um altar. No centro da mesa, vi um quadro com uma foto. Era o retrato de uma mulher jovem, de pele clara, com olhos e cabelos escuros, que apresentava um largo sorriso. Reconheci logo essa foto: tratava-se da foto que estava sendo divulgada constantemente nas mídias nas duas semanas anteriormente a esse encontro. Era o retrato de Vanesa Campos<sup>13</sup>, uma trabalhadora do sexo transgênero peruana, que havia sido morta na madrugada do dia 17 de agosto, no *Bois de Boulogne* em Paris.

A brasileira, ao ver a minha reação diante da foto, fez alguns comentários sobre o caso e a autoria do assassinato. No tom da voz dela, senti uma mistura de emoções, que iam desde da indignação e tristeza à raiva, passando pelo medo e resignação. Com o dedo, ela apontou a janela do penúltimo andar: Vanessa Campos morava nesse prédio, junto com pessoas da comunidade dela e colegas de trabalho sexual. Nunca podia imaginar que, menos de um mês depois do assassinato, essa história macabra ia entrar na minha vida e na minha pesquisa de forma tão direta. Também não podia presumir que me encontrava precisamente na rua e no prédio onde grande parte das pessoas transgênero latino-americanas moram em Paris. Foi essa primeira anedota que me abriu os olhos diante do fato que não podia ser uma mera coincidência. Pelo contrário, isso demonstrou o quão a comunidade de pessoas transgênero constituía um grupo restringido e coeso.

---

13 Para maiores informações sobre o caso, ver [https://www.francetvinfo.fr/societe/prostitution/ce-que-l-on-sait-du-meurtre-de-vanesa-campos-prostituee-tuee-au-bois-de-boulogne\\_2916049.html](https://www.francetvinfo.fr/societe/prostitution/ce-que-l-on-sait-du-meurtre-de-vanesa-campos-prostituee-tuee-au-bois-de-boulogne_2916049.html) e <http://www.leparisien.fr/faits-divers/meurtre-de-vanesa-campos-fin-de-cavale-pour-le-tireur-presume-19-01-2019-7992381.php>



Mais tarde, me dei conta que isso valia também para as conexões entre as pessoas. Ao passo que fazia entrevistas individuais com pessoas que não eram acompanhadas necessariamente pelas mesmas associações ou não trabalhavam necessariamente no mesmo lugar, realizei que existiam determinadas conexões entre elas. Muitas delas eram amigas, vizinhas, colegas ou vieram a se conhecer no lugar do trabalho. Muitas se “ajudaram” de uma forma ou outra, seja para receber uma recém-chegada na própria casa, para orientá-la às associações adequadas ou mesmo para apresentar o *Bois de Boulogne*.

Os laços que elas tecem uma com a outra eram muitas vezes vagos e ambíguos, em um *continuum* que vai desde troca econômico-afetivas e/ou generosidade pura (por exemplo, se nenhuma forma de compensação financeira foi pedida em troca da hospedagem) ao oportunismo econômico (por exemplo, quando elas pedem uma compensação superior ao valor do aluguel dividido por pessoa). Percebi que era muito difícil entender com exatidão o tipo de relações que elas tecem entre elas, pois o limite entre a noção de “ajuda” e a noção de “interesse” é altamente flexível, mutável e evolutivo de acordo com o contexto e as pessoas. Desde então, quis aprofundar o tema das relações entre trabalhadoras do sexo brasileiras na França.

Outra surpresa foi quando, na França, conduzi entrevistas com duas brasileiras que me comentaram que foram envolvidas como vítimas numa história de cafetinagem na Europa. Ambas me explicaram que moraram com mais oito trabalhadoras do sexo em uma casa mantida por uma cafetina brasileira, que, por sua vez, extorquia uma quantia de dinheiro que ia muito mais além do preço regular do aluguel.

Quando falaram o nome da cafetina em questão, o abalo foi imenso. Eu a conhecia. Tinha conhecido ela no Brasil quando a própria tinha me revelado como ela foi comprometida em um caso de cafetinagem por ter alugado apartamentos para trabalhadoras do sexo estrangeiros na Europa. Só que naquele momento, eu nunca poderia ter suscitado que sete meses depois eu viria a entrevistar duas vítimas desse

mesmo caso de cafetinagem. Isso confirmou a minha intuição inicial: as brasileiras trabalhadoras do sexo e as pessoas transgênero se organizam em torno de comunidades nos quais as relações oscilam entre solidariedade e concorrência, generosidade e oportunismo, e amizade e ódio.

A tensão principal da minha pesquisa surgiu de forma bastante clara, especialmente à medida que ia relendo as transcrições das entrevistas com as trabalhadoras do sexo brasileiras. Os mesmos tipos de perguntas ressurgiam sistematicamente na minha mente, sempre relacionadas à qualidade das relações estabelecidas entre elas. Por exemplo: “Qual tipo de relação X estabeleceu com a pessoa que ajudou ela a entrar?”; “Será que a colega de casa de Y paga a mesma quantia de dinheiro para o aluguel?”; “Será que a tia de Z realiza realmente a metade dos programas para justificar uma divisão de 50 % das receitas para cada uma?”; “Será que W fala a verdade, quando diz que não exercitou nenhuma pressão sobre a amiga dela apesar de ter sido denunciada por ela?”.

Quanto mais analisava as entrevistas, mais as relações pareciam complexas e ambíguas. Os termos “amiga” ou “contato” apareciam em quase todos os relatos das trabalhadoras do sexo brasileiras, mesmo quando designavam pessoas que as tinham explorado e que, por conseguinte, podiam entrar na categoria de “cafetina” de acordo com base as definições do Direito Internacional. Assim, a maioria das brasileiras que interroguei, apesar de terem tido ajuda de “contatos” para se estabelecer e trabalhar da prostituição na França, não se consideravam realmente como vítimas de tráfico sexual. Embora tivessem aproveitado das suas situações de ilegalidade para tirar alguma forma de benefício econômico, elas consideravam esses “contatos” como pessoas que as ajudaram a realizar seus projetos de migração e de trabalho de sexo. Se algumas delas parecessem cientes do desequilíbrio nas relações entre elas e as “cafetinas”, a grande maioria não demonstravam ressentimentos contra elas; aliás, ao contrário, demonstravam uma forma de reconhecimento e gratidão.

Na hora das releituras das transcrições, me dei conta que quase todas elas tinham passado por um forma de “tráfico” ou “contratação ilegal” entendidas em um sentido largo na medida em que tinham aceitado passar por acordos não legais com terceiros para obter uma passagem de avião, para atravessar as fronteiras, para ter acesso um “ponto” ou “praça” para trabalhar na rua, para encontrar um proprietário que aceitasse alugar um apartamento sem documentos ou para achar um condutor com documentação legal para deslocar a camioneta de trabalho.

Inversamente e de forma mais surpreendente, constatei que boa parte delas tinham sido envolvidas em negócios ilegais como a falsificação dos passaportes ou o aluguel de quartos para trabalhadoras do sexo irregulares. Conclui que muitas delas não eram nem totalmente inocentes, nem totalmente criminosas e que as categorias “vitima” e “cafetina”, “traficada” e “traficante”, “exploradora” e “explorada” eram categorias altamente mutáveis e permeáveis.

### **III.2. Problemática de pesquisa e objetivos**

À luz das considerações mencionadas até agora, a minha pergunta de pesquisa é: como os três conjuntos de atores já mencionados - (i) atores governamentais, (ii) associações e organizações não governamentais e (iii) as prostitutas brasileiras - interpretam a figura da migrante trabalhadora do sexo no contexto francês?

Diante dessa pergunta geral, esse trabalho explora como migração e prostituição se articulam dentro do campo acadêmico por meio da discussão teórica sobre a delimitação da categoria “migrante trabalhadora do sexo”, mas também dentro do campo político, ao analisar as implicações termos da formulação e da implementação de determinadas políticas públicas.

Além de examinar as bases conceituais dos discursos e narrativas dominantes sobre essa categoria, essa pesquisa investigará a arquitetura normativa que enquadra a gestão das migrantes trabalhadoras do sexo, por meio de um estudo dos textos jurídicos nos níveis internacional, regional e nacional. Para tanto, se tratará de entender como as três visões dominantes da migração sexual - (a) “segurança”, (b)

“gênero” e (c) “resistência” - se reverberam no campo empírico particular, ou seja, mergulhando na experiência e na vivência específica de brasileiras trabalhadoras do sexo na França. Esse movimento contribuirá para compreender as ambivalências das relações entre os atores que configuram a “economia moral” da migração sexual brasileira na França.

Partirei da hipótese preliminar de que as perspectivas dominantes, que direcionam o debate para (a) a criminalização da migração e da prostituição, (b) a opressão de gênero ou (c) a autonomia/ resistência das migrantes trabalhadoras do sexo, condensam elementos relevantes para analisarmos a “economia moral” da migração sexual brasileira na França.

O meu intuito é analisar como são construídas as categorias conceituais, morais e políticas associadas à brasileira trabalhadora do sexo da França. Assim, pretendo investigar como os rótulos de “vítima” e de “menina inocente” por um lado, e os rótulos da “criminosa”, da “cafetina”, da “clandestina” e da “mulher imoral” por outro, são construídos pelos diferentes atores envolvidos na regulação da migração laboral sexual.

Desejo salientar que a prostituta brasileira pode ser interpretada de diferentes maneiras dependendo dos interesses, das visões morais e dos objetivos políticos dos (i) atores governamentais, das (ii) associações e organizações não governamentais e das (iii) brasileiras trabalhadoras do sexo. Portanto, viso usar a riqueza do meu trabalho de campo para iluminar as articulações existentes entre a categoria de “vítima” - de tráfico, de exploração laboral sexual, do patriarcado, do capitalismo desigual, etc.- e a categoria de “criminosa” - por cafetinar as amigas, por ser clandestina, por alimentar o mercado negro, por fazer um trabalho imoral etc.

Para tanto, nessa pesquisa, confronto os rótulos da “migrante trabalhadora do sexo” construídos pelos distintos atores da governança da migração global e do trabalho sexual com a vivência e as experiências das brasileiras trabalhadoras do sexo na França. A minha finalidade é mostrar que a realidade no campo é bem mais

nuançada e ambígua do que afirmam os atores públicos, já que muitas vezes as brasileiras trabalhadoras do sexo são ao mesmo tempo vítimas e autônomas, manipuladas e oportunistas, cafetinas e exploradas, clandestinas e cidadãs do bem, etc.

A partir desse objetivo geral, estabelecem-se outros objetivos específicos, tais como:

- Delimitar a discussão tanto acadêmica como política sobre a relação entre migração e prostituição e sobre a delimitação da categoria de “migrante trabalhadora do sexo”.
- Mapear a literatura internacional, brasileira e francesa e as diferentes abordagens conceituais e políticas no que diz respeito às problemáticas de migração sexual, ao tráfico sexual e à prostituição transnacional.
- Sistematizar a arquitetura normativa a nível internacional, regional e nacional sobre as questões de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual assim como a circulação transnacional de trabalhadoras sexuais a fim de mapear os pontos de interseção entre a governança global da migração e a governança global da prostituição, em termos de produção de normas, regras e convenções jurídicas.
- Compreender as lógicas e os argumentos das três abordagens principais - (a) “segurança”, (b) “gênero” e (c) “resistência” - no debate sobre migração, prostituição e tráfico sexual, mas também as suas implicações respectivas em termos da construção de um problema social e da formulação de soluções políticas específicas.
- Examinar como a imbricação dessas três abordagens molda a “economia moral” da migração para o trabalho sexual na França, economia essa em que normas, visões morais e interesses dos grupos de atores concorrentes se entrelaçam.

- Examinar como a interconexão entre migração e prostituição se articula no contexto francês a partir do estudo da experiência e da vivência das trabalhadoras do sexo brasileiras que residem na França.
- Analisar como as migrantes trabalhadoras do sexo interpretam suas próprias posições nessas circunstâncias e como definem seu lugar social e sua própria subjetividade. Aqui, se trata de avaliar como mulheres brasileiras que migraram para a França e estão envolvidas no universo da prostituição interpretam e incorporam os status de “vítimas traficadas”, de “cafetina” ou de “migrante clandestina” ou como ao contrário elas rejeitam tais rótulos e elaboram estratégias de resistências próprias.
- Sondar os tipos de relações que se desenvolvem entre todos os atores envolvidos na regulação da migração laboral sexual, ou seja, entre os representantes da seguridade governamental e os funcionários das associações de assistências às pessoas prostitutas e transgênero, entre os agentes das associações opostas ideologicamente, entre os policiais e as brasileiras trabalhadoras do sexo na rua, entre as brasileiras trabalhadoras do sexo e as possíveis cafetinas, colegas de trabalho e clientes.

### III.3. Estrutura da tese

Como mencionado previamente, o intuito da minha tese é analisar como são construídas as categorias conceituais, morais e políticas associadas à brasileira trabalhadora do sexo da França. Argumento que a prostituta brasileira pode ser interpretada de diferentes maneiras dependendo dos interesses, das visões morais e dos objetivos políticos dos diferentes atores em jogo.

Em particular, exploro como os rótulos da “vítima” e da “coitadinha inocente” por um lado, e os rótulos da “criminosa”, da “cafetina”, da “clandestina” e da “transgressora” por outro, são produzidos pelos diferentes atores envolvidos na regulação da migração laboral sexual, com o fim de legitimar práticas de vitimização

e criminalização das migrantes trabalhadoras do sexo e implementar políticas migratórias e prostitucionais restritivas.

Dessa forma, tenho a ambição usar a riqueza do meu trabalho de campo para evidenciar as articulações existentes entre a categoria de “vítima” - de tráfico, de exploração sexual, do patriarcado, do capitalismo, etc. - e a categoria de “criminosa” - por prostituir as amigas, por ser clandestina, por alimentar o mercado negro, por exercer uma atividade imoral, etc. Portanto, ao longo da tese, confronto os rótulos da “migrante trabalhadora do sexo” construídos pelos distintos atores da governança da migração global e do trabalho sexual com as experiências das brasileiras trabalhadoras do sexo na França.

Esse mergulho empírico nos permite mostrar que a realidade no campo é bem mais nuançada e ambígua do que afirmam os atores públicos, já que muitas vezes as brasileiras trabalhadoras do sexo são ao mesmo tempo vítimas e autônomas, manipuladas e oportunistas, cafetinas e exploradas. O confronto com a realidade empírica possibilita desvelar, então, o quanto os discursos oficiais repousam em pressupostos distorcidos e afastados da vivência e das experiências das brasileiras na França.

A minha tese faz um movimento estratégico do macro e para o micro: parto de uma análise mais abrangente dos temas migração laboral sexual e do tráfico sexual e tento reduzir progressivamente minha lente de leitura, mergulhando cada vez mais a fundo na particularidade do meu campo. Sendo assim, o meu trabalho articula-se em seis capítulos, divididos eles mesmos e dentro de duas grandes partes gerais que informa a estrutura.

Na primeira parte dessa pesquisa, apresento a literatura, os debates teóricos, os conceitos e as normas que regem o campo da migração e da prostituição, de forma bem geral. Faço uma análise global dos discursos, das concepções morais, das alianças de atores transnacionais e das convenções internacionais sobre o tema da migração de trabalhadoras do sexo para Europa.

O primeiro capítulo apresenta uma revisão bibliográfica que diz respeito à construção dos vínculos entre o trabalho do sexo e a migração internacional de pessoas, a partir das três chaves de leituras já mencionadas - (a) “segurança”, (b) “gênero” e (c) resistência”.

O segundo capítulo explora o sistema normativo que rege a mobilidade humana, a prostituição e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Através do mapeamento das normas, convenções e programas implementados pelo Direito internacional, pela União Europeia, pela França e pelas prefeituras francesas, este capítulo faz uma análise cuidadosa da articulação entre os regimes de governança da migração e os regimes de governança do trabalho sexual. Para isto, examino o estado atual dos mecanismos jurídicos internacionais, regionais, nacional e locais referentes à regulação da migração internacional, do trabalho do sexo e do tráfico de seres humanos.

O terceiro capítulo fundamenta o quadro teórico e conceitual do nosso objeto de estudo. O seu objetivo é o de apresentar uma discussão teórica tanto do conceito de “economia moral” da migração e do trabalho sexual, como da figura da “vítima criminosa” associada às migrantes trabalhadoras do sexo. A noção de “economia moral” servirá de base conceitual para estudar essas imbricações entre o material (forças estruturais e econômicas) e o moral (regras éticas, obrigações morais, ideologias, emoções e afetos) que regem o universo da migração e do trabalho do sexo. Nos permitirá, dessa forma, interpretar as tensões e os paradoxos atuais entre os quadros morais e as lógicas do mercado do trabalho sexual transnacional e ressaltar a ambivalência vigente das relações recíprocas entre os diferentes atores envolvidos na governança da migração e da prostituição.

Na segunda parte dessa tese, foco muito mais na singularidade do meu campo, ou seja, na governança das brasileiras trabalhadoras do sexo na França. Uso os dados etnográficos que surgiram do meu trabalho de campo em Paris, Lyon e Toulouse para mostrar como os rótulos associados às prostitutas brasileiras “vítimas”, “coitadas” e



“ignorantes” por um lado e “imorais”, “clandestinas” e “cafetinas”, por outro, dependem das visões, interesses e ideologias de atores concorrentes.

O objetivo do quarto capítulo é o de trazer uma descrição mais densa do meu campo, apresentando os discursos e as práticas dos diferentes atores públicos em disputa que governam as trabalhadoras do sexo brasileiras na França. Visa mostrar como cada conjunto de atores – atores de segurança, atores abolicionistas e atores não abolicionistas – apresentam considerações morais, interesses e objetivos profissionais distintos e as vezes opostos. Assim, as políticas de controle das mobilidades das trabalhadoras do sexo e de regulação da prostituição na França são o resultado de tensões entre atores concorrentes, que defendem discursos ideológicos e práticas profissionais divergentes.

Com base nas narrativas das brasileiras trabalhadoras do sexo na França, o quinto capítulo analisa a economia moral da migração e do trabalho sexual, mostrando como as brasileiras interpretam a atividade prostitucional ao mesmo tempo a partir de uma perspectiva econômica e de uma perspectiva moral. Salienta como “interesse” econômico e “moralidade” se entrelaçam de forma muito ambígua e complexa na forma com que as trabalhadoras do sexo se relacionam no cotidiano com as suas cafetinas e com seus clientes.

Por fim, o intuito do sexto capítulo será o de desconstruir todas as formas de categorizações subjetivas associadas às migrantes trabalhadoras do sexo que se baseiam em lógicas binárias, fixas e hierárquicas. Destacarei de que forma as trabalhadoras do sexo brasileiras interpretam as suas próprias experiências ao explorar, por meio das suas narrativas, de que forma elas se conformam e subvertem simultaneamente a esses marcadores subjetivos, se autodesignando ora como “vítima”, ora como “transgressora”. Tentarei também transcender esse duplo rótulo de “vítima transgressora”, mostrando que as migrantes trabalhadoras do sexo não podem ser reduzidas a essas duas categorias simplistas, visto que suas experiências e trajetórias são muito mais plurais e ambivalentes do que isso.

# **PARTE I: A MIGRAÇÃO DE TRABALHADORAS DE SEXO EM DEBATE**

## **Capítulo 1. Revisão da literatura sobre deslocamento de trabalhadoras do sexo e tráfico de seres humanos para fins de prostituição**

Esse capítulo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica que foca na construção dos vínculos entre o trabalho do sexo e a mobilidade internacional de pessoas, a partir de três chaves de leituras - (a) “segurança”, (b) “gênero” e (c) resistência”. Essas três leituras articulam semioses específicas sobre a natureza e os sentidos, dilemas e valores atrelados à experiência da migração sexual. Embora organizadas de forma separada, tais semioses são atreladas ao campo dos embates e disputas políticas sobre a questão, compondo, assim, um conjunto de forças materiais e discursivas que constitui o que chamo de “economia moral da migração sexual”.

### **1.1. A perspectiva de segurança ou a criminalização da “migrante irregular prostituta”**

A primeira leitura, da criminalização da migração e do trabalho do sexo, é privilegiada pelos discursos de segurança dos Estados europeus. O discurso de segurança foca na imagem da migrante ingênua, enganada e escravizada sexualmente (Pickup, 1998; Berman, 2003; Andrijasevic, 2004; Aradau, 2004, 2008; Jahic e Finckenauer, 2005) que reforça os apelos à repressão do Estado no combate ao tráfico sexual e à prostituição. A instrumentalização da imagem das migrantes prostitutas como “vítimas criminosas” (Jaksic 2008) faz parte de uma estratégia discursiva que tem como objetivo a implementação de políticas restritivas em matéria de imigração, tais como a expulsão de migrantes para seus países de origem. Nessa chave de leitura, há uma identificação da prostituição com o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

### 1.1.1. O duplo processo de vitimização e criminalização da migrante trabalhadora do sexo

Nesse contexto, é justamente o duplo *status* de irregularidade das migrantes trabalhadoras do sexo que provoca esse receio generalizado, dado que são vistas ao mesmo tempo como “migrantes clandestinas” e “putas marginalizadas”. Sendo assim, criminaliza-se tanto o delito de atravessar as fronteiras nacionais de forma ilegal quanto a natureza do trabalho sexual, considerado imoral ou pervertido (Mayorga, 2011). Os dois estigmas se entrelaçam dentro da figura duplamente criminal da “prostituta ilegal” (Aradau, 2004; Jaksic, 2008). A estigmatização da migrante irregular prostituta pode ser interpretada como uma dupla fronteira que exclui as migrantes irregulares prostitutas das sociedades de destino. De fato, as migrantes prostitutas enfrentam duas barreiras que reforçam um processo de distanciamento delas em relação à sociedade receptora. A primeira é a fronteira geopolítica, por serem estrangeiras, de raça e nacionalidade diferentes da população receptora. A segunda é a fronteira moral, por exercerem a prostituição.

Nas políticas de combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, duas dinâmicas ambivalentes se entrelaçam: por um lado, a crescente compaixão pelas vítimas do tráfico sexual; por outro, a crescente hostilidade em relação às prostitutas ilegais que perturbam a ordem pública e têm estreitas ligações com criminosos. Claudia Aradau (2004, 2008), em seus estudos sobre a articulação entre as políticas de compaixão e as políticas de risco, evidencia como a construção do perfil típico da “vítima criminosa” (Jaksic, 2008) serve de base indispensável à securitização do tráfico sexual. Assim, duas imagens são construídas e articuladas ao mesmo tempo: a imagem de um indivíduo em perigo a ser traficado e a de um indivíduo que constitui um perigo para a sociedade (Ausserer, 2007). Enquanto por um lado está desenhada a imagem da “vítima” desamparada e inocente, por outro, se destaca a imagem da migrante “ilegal”, que deve ser enviada de volta ao seu país de origem, sendo considerada uma ameaça à estabilidade e à ordem social (Chapkis, 2003).

É com base nessa dupla periculosidade que ocorre a inflexão da compaixão pela vítima para a repressão da migrante ilegal e se desenvolve o duplo

processo de vitimização e de criminalização. A imagem ideal da vítima vulnerável que os atores abolicionistas têm retratado transforma-se para reaparecer sob o perfil da criminosa que precisa ser condenada pelo crime que cometeu ao vir para a Europa e ao se envolver na prostituição (Jaksic, 2008). A vítima inocente de traficantes, que merecia compaixão, é transfigurada em uma estrangeira perturbadora que deve ser expulsa do espaço europeu. As migrantes traficadas não são mais consideradas como vítimas a serem resgatadas, mas sim como causas de insegurança para os Estados europeus (Aradau, 2004; Berman, 2003; Mathieu, 2012).

### **1.1.2. A construção de uma categoria de “risco”**

Geralmente promovidos pelos Estados do chamado “primeiro mundo”, os discursos de segurança baseiam-se numa vontade de controle da migração feminina proveniente dos países do “Terceiro Mundo”. A narrativa anti-tráfico é utilizada para reificar a migrante prostituta como uma categoria perigosa, com o objetivo de se estabelecer uma estratégia política para exercer maior controle sobre o seu deslocamento (Doezema, 1999; Berman, 2003; Blanchet, 2002; Guillemaut, 2004b, 2006; Wijers, 1998, 1999). Por meio do processo complexo de securitização da migração e da prostituição, as migrantes trabalhadoras do sexo são identificadas como “ameaças” ou “riscos” que colocam em perigo a ordem pública, o modelo tradicional da família e da feminilidade, e desafiam a soberania dos Estados europeus.

A criminalização da prostituição e da migração feminina fundamenta-se na essencialização da mulher estrangeira como grupo populacional “vulnerável” (Andrijasevic, 2004; Aradau, 2004, 2008; Berman, 2003; Jahic e Finckenauer, 2005; Pickup, 1998), o que a expõe à suspeita de envolvimento com a prostituição e com a imigração irregular. Por representar uma possível “vítima” de exploração sexual, a migrante irregular prostituta passa a ser um objeto de “risco” ou “ameaça” para a segurança e a soberania dos Estados. Associa-se à migrante um olhar sobre uma “outra” criminosa que deve ser punida e reenviada para seu país de origem, por meio da prática de expulsão do território de destino.

A literatura sociológica sobre a "sociedade de risco" foi inspirada, antes de tudo, pelas obras de Ulrich Beck (1992), que colocou o risco no centro da sociedade pós-industrial. O risco pode ser definido como um cálculo racional que indica a probabilidade de um evento acontecer no futuro. Os riscos resultam de uma *“combination of abstract factors, which render less probable the occurrence of undesirable modes of behaviour”* (Rose, 1989, p 287). Nesse âmbito, a prevenção de desordens sociais é um tipo de racionalidade clínica que se baseia no conhecimento aprofundado em áreas específicas da psicologia e psicanálise com o objetivo de se identificar a probabilidade de uma pessoa cometer um ato violento (Aradau, 2004). A prevenção do risco significa então a antecipação da ocorrência de eventuais comportamentos sociais indesejáveis, com o objetivo de prevenir um possível perigo futuro.

Sendo assim, a periculosidade torna-se *“a quality immanent to a subject”* (Castel, 1991, p. 287); por conseguinte, as práticas de risco referem-se à avaliação qualitativa das características pessoais dos indivíduos. Para Claudia Aradau, *“a risk identity is therefore constituted through a combination of therapeutic interventions, pathological categorizations and a statistical calculation of the incidence of certain factors in a population group”* (2004, p 268). A governança do tráfico sexual origina-se da identificação das “migrantes” como grupo de pessoas de “alto risco” de serem traficadas, por apresentarem determinadas características sociológicas - jovens, vulneráveis, inocentes, pobres e com poucas qualificações. A designação das mulheres traficadas como população “de risco” lhes confere, assim, uma identidade ameaçadora que permite constituí-las como sujeitos a serem governados (Berman, 2003).

Com efeito, para os profissionais de psicologia, além de ser uma experiência traumática em si para a pessoa traficada, o tráfico sexual também é relacionado a traumas no passado da vítima: *“victims of trafficking thus suddenly begin appearing in reports as doubly traumatized, both by the experience of trafficking and by earlier/childhood experiences of abuse”* (Aradau, 2004, p 272). Os eventos traumáticos no passado da vítima - abuso sexual na infância, ambiente familiar disfuncional, violência doméstica - são evidenciados pelos especialistas como elementos que aumentam a probabilidade da mesma ser traficada.

De acordo com essa visão clínica, o fato de ter sido vítima de tráfico constitui, por si só, um indicador de comportamentos futuros de risco. Os estudos psicológicos enfatizam a importância da continuidade do trauma ao sugerir que a maioria das vítimas de abusos sexuais passados continua experimentando sequelas a longo prazo, tais como distúrbios sexuais, depressão, ansiedade e comportamento suicida. Assim, por terem sido vítimas de abuso sexual ou de tráfico no passado, tais mulheres apresentariam o risco de ser futuras vítimas de tráfico ou até mesmo se tornarem futuras ofensoras sexuais. A continuidade temporal do trauma é precisamente o elemento desencadeador que ativa a lógica da gestão de risco (Aradau, 2004, p 275).

A construção do perfil típico da migrante trabalhadora do sexo em risco de ser traficada é identificada como uma estratégia que instaura os mecanismos de controle e disciplina dos corpos das vítimas. A noção de disciplina traduz aqui novas formas de controle biopolítico (Foucault, 1976, 1991) sobre as migrantes irregulares que transgridem as fronteiras soberanas. A “biopolítica” (Foucault, 1976) é uma técnica de governo que gerencia e direciona os corpos e os movimentos dos migrantes, com o objetivo de sintonizá-los às necessidades do Estado moderno. Por meio de uma vasta rede de técnicas e tecnologias de governo, os comportamentos dos migrantes são regulados e disciplinados para que não transgridam as fronteiras soberanas.

De acordo com Didier Bigo (2002), essas técnicas de governança de (in)segurança se fundamentam numa “*governmentality of unease*”, ou seja, uma governamentalidade do receio, da apreensão. O modo de governar por meio da segurança é também o modo de governar por meio da insegurança, na medida em que “*the object of government is not cure or care but management of neurosis and the anxieties that are its foundations*” (Isin, 2009, p.30).

### **1.1.3. O tráfico sexual como justificativa para a implementação de políticas migratórias restritivas**

Os Estados usam a migração como espaço de governança, onde as fronteiras nacionais são utilizadas como meios para garantir a segurança nacional e global e reafirmar seus poderes soberanos. Nesse contexto, a retórica da

securitização do tráfico sexual se constitui como um discurso estratégico que reitera o papel do Estado como protetor das fronteiras soberanas, como garantidor da comunidade política e como agente normalizador de seus cidadãos. Segundo Jacqueline Berman,

“because sex-trafficking discourses function as a constitutive part of border issues, they become a means through which the state redress this “grave threat” to security, can claim control over the border and perform the role of “securer” of the nation ” (2003, p. 50).

Dessa forma, ao deportar as migrantes para seus países de origem e ao eliminar as ameaças internas ao modo de vida europeu, os Estados europeus reiteram seus direitos de intervir sobre o indivíduo e sobre as populações. Desse modo, os discursos dominantes funcionam como uma tecnologia governamental na qual o Estado procura reafirmar a sua posição na contenção da ansiedade criada pela globalização e pela integração europeia e relegitimar a sua função como árbitro e representante da nação. Os atos de exclusão e deportação dos migrantes para seus países de origem fortalecem ao mesmo tempo a imagem de pureza da comunidade política e legitimam o papel do Estado em representá-la e protegê-la (Berman, 2003, p 62). Além de contribuir para a exclusão dos sujeitos "ilegais" e de impedi-los de pertencer à nação, o discurso anti-tráfico sexual participada gênese de uma coerência "racial" e "moral" da comunidade política receptora.

A securitização pode ser definida como um conjunto de práticas que formam um *continuum* de insegurança que se fundamenta na criação de um vínculo entre ilegalidade e imigração (Bigo, 2002, 2007; Huysmans, 2006). De acordo com Jef Hyusmans (2006), a securitização ocorre quando a apreensão se transforma em perigo existencial para a sobrevivência da comunidade política. Nesse quadro, a relação com o ambiente hostil é administrada de forma que os perigos existenciais são mantidos à distância, o que produz uma dinâmica de inclusão e exclusão. Por meio de instrumentos administrativos e práticas cotidianas de segurança, uma estratificação social na qual os imigrantes são excluídos da comunidade estabelecida é produzida.

Nesse sentido, as leis e práticas da União Europeia vêm contribuindo para a securitização da imigração. A partir dos anos 90, a política de imigração da



União Europeia passou a construir e legitimar a imigração como fonte de ameaça existencial à manutenção do espaço Schengen. As medidas de controle de fronteiras externas da comunidade tornaram-se mais rígidas, restringindo a entrada de pessoas de fora da comunidade a fim de garantir que a circulação interna da área Schengen fosse realizada apenas por pessoas autorizadas. A partir dessa reflexão, poderíamos interpretar as práticas de deportações das trabalhadoras do sexo em situação de irregularidade como uma estratégia política radical de distanciamento ou neutralização de imigrantes.

## **1.2. A perspectiva do gênero ou a moralização da migrante trabalhadora do sexo**

A segunda lente de leitura que será examinada nessa pesquisa é a do gênero. A primeira razão do uso da categoria gênero é que a prostituição e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual são fenômenos majoritariamente femininos. Ademais, o estudo de gênero torna-se primordial, dado que a dinâmica da migração feminina e do tráfico de pessoas incorpora e reproduz as construções sociais associadas às categorias de masculino e feminino. De fato, uma análise de gênero permite sondar os mecanismos da dominação masculina e de produção de relações hierárquicas entre homens e mulheres presentes nas sociedades capitalistas. Por meio de uma crítica geral ao sistema do patriarcado, as teorias feministas questionam os efeitos estruturantes das diferentes formas de poder, até então aparentemente naturalizadas (Enloe, 2004) e trazem à tona as desigualdades globais com base no sexo e no gênero. Portanto, os estudos feministas dirigem uma crítica ao modelo essencialista de diferenciação sexual, desconstruindo a visão com base no determinismo biológico. Tendo isso em mente, o objetivo da abordagem de gênero é o de analisar as articulações existentes entre a categoria “mulher”, o tráfico sexual e a migração internacional feminina.

Em nossas sociedades, a prostituição tem uma forte conotação moralista que implica a estigmatização das mulheres por conta do ato de transgressão moral. Na prática, as migrantes trabalhadoras do sexo são submetidas a um olhar normativo moralizante, por exercerem um trabalho considerado “sujo” ou

“imoral” (Kempadoo & Doezema, 1998). Geralmente representadas como desviantes ou escravas sexuais, as prostitutas são vistas como mulheres que negam a essência ou a moralidade feminina, e que, portanto, devem ser objeto de formas de controle específicas (Mayorga, 2011). Os discursos moralistas têm como função orientar as políticas públicas, pois defendem visões conservadoras ou tradicionais no que se refere ao o corpo, à sexualidade e ao papel da mulher na sociedade.

Nessa pesquisa, a questão do tráfico sexual será articulada à temática de gênero, ao ressaltarmos as contribuições dos vários movimentos feministas – radical, liberal, pós-colonial - no debate contemporâneo sobre as problemáticas da prostituição, da migração para o trabalho sexual e do tráfico sexual de pessoas.

### **1.2.1. O feminismo radical abolicionista: prostituição e tráfico sexual como escravidão moderna**

Desde a década de 80, os estudos abolicionistas dominam grande parte da literatura contemporânea sobre as problemáticas da prostituição e do tráfico sexual. A primeira onda feminista radical baseava-se em um discurso de dominação sexual que defende que a prostituição é uma forma categórica de opressão e subordinação social das mulheres (Shrage, 1997). Para esses autores radicais, a prostituição é sinônimo de escravidão sexual, pois eles enquadram a prostituição e o tráfico sexual em termos de uma violação dos direitos humanos das mulheres. A abolição da prostituição seria, portanto, considerada a condição necessária para se pôr fim ao tráfico sexual.

Em 1984, Katheen Barry lança a rede feminista internacional contra a escravidão sexual e o tráfico de mulheres, que em 1988 tornou-se a *Coalition Against Trafficking in Women (CATW)*, organização abolicionista líder na luta contra o tráfico de mulheres. Katheen Barry rejeita a ideia de escolha ou de livre arbitrio avançada pelas feministas liberais, uma vez que considera que a prostituição é forçada por definição. Da mesma forma, Katheen Barry (1984) recusa separar o tráfico da prostituição, argumentando que todas as formas de tráfico e de prostituição constituem uma violência contra as mulheres. De acordo com esse ponto de vista, a prostituição, da mesma forma que o estupro, a

mutação genital, o incesto e a violência seriam uma forma de exploração sexual. As feministas radicais consideram que o sexo é objetivado, ou seja, é transformado em mercadoria a ser comercializada na indústria do sexo. Assim, através do ato de se prostituir, a mulher é reduzida a um objeto sexual à disposição dos homens, o que destrói a sua dignidade humana. Essa abordagem “objetiva” considera que o ato de exploração sexual é prejudicial em si mesmo, porque se baseia em abusos e mecanismos de desumanização.

Por conseguinte, ao afirmar que a prostituição prejudica as mulheres, e que os mercados de prostituição legais facilitam o tráfico sexual, as feministas radicais se opõem à institucionalização e à normalização do trabalho sexual (Jeffreys, 2000). Assim, nas palavras de Katheen Barry (1995):

“Normalizing the sexual exploitation of women does not make it less sexually exploitative; it only makes it more easily available. In fact, when women are encouraged to incorporate within themselves, into their identities, the knowledge of themselves as socially acceptable sex objects, the damage of prostitution, or of any sexual objectification, is intensified” (Barry, 1995, p 36)

Segundo Carole Pateman (1988), o contrato sexual, através do qual as mulheres vendem seus próprios corpos no mercado sexual, baseia-se em uma noção fictícia de consentimento. As feministas radicais consideram a prostituição como fundamentalmente errada, porque mercantiliza aquilo que não pode ser alienado do “self”: o próprio corpo. O uso sexual do corpo por meio do contrato prostitucional exige que a mulher aliene a integridade do corpo com o “self”, gerando graves consequências físicas e fisiológicas (Barry, 1995; Jeffreys 2005). Carol Pateman (1988) argumenta que “*selves are inseparable from bodies*”, e que a contratação do uso do corpo é diferente das outras formas de emprego, uma vez que a prostituta se dissocia de sua sexualidade e, portanto, de sua feminilidade (1988, p. 207).

De acordo com a abordagem feminista radical, um estudo aprofundado do domínio sexual e da violência masculina são de importância fundamental para a compreensão dos fenômenos da prostituição e do tráfico sexual. A dominação masculina constitui uma forma de controle que opera na produção e reprodução de relações hierárquicas de gênero na sociedade. O feminismo radical aponta que a prostituição é sustentada pelas desigualdades econômicas, políticas e sociais entre

os homens e as mulheres. Tal corrente fornece um argumento forte que vincula a natureza sexista e sexualizada do fenômeno do tráfico sexual com o sistema patriarcal moderno. As desigualdades Norte/Sul, a legalização da prostituição e o status de subordinação da mulher são designados como as causas estruturais de um sistema de “escravidão moderna” (Hughes, 2000).

Ademais, o feminismo radical distingue as vítimas de tráfico sexual pelas suas características sociológicas. Retratadas como mulheres humildes e ingênuas, as vítimas de tráfico sexual requerem ajuda para serem resgatadas da escravidão e reintegradas a uma nova vida, livre de prostituição. Esse discurso de moralização e vitimização baseia-se na imagem típica da migrante trabalhadora do sexo como vítima vulnerável e passiva que precisa ser protegida pelos assistentes sociais (Pickup, 1998; Berman, 2003; Andrijasevic, 2004; Jahic & Finckenauer, 2005).

Todavia, a posição feminista radical sobre o tráfico de mulheres recebeu críticas exacerbadas por parte de ativistas trabalhadores do sexo no que diz respeito à sua tendência de essencializar a sexualidade e a relação entre o ato sexual e a identidade própria. Os profissionais do sexo argumentam que o trabalho sexual não é necessariamente a única atividade em torno da qual suas identidades são definidas (Kempadoo & Doezema, 1998, p. 3). Tal entendimento resulta do fato de que a visão radical ignora tanto a variedade de significados quanto as mudanças de percepções e de valores que as mulheres têm sobre suas vidas sexuais. Além disso, a abordagem radical subestima o fato de que os regimes de criminalização contribuem para marginalizar os profissionais do sexo.

Por último, a abordagem feminista radical corre o risco de compreender as mulheres como um grupo homogêneo impotente, ou seja, como vítimas constantes do sistema socioeconômico e político. De fato, tal corrente não diferencia as experiências das mulheres de acordo com sua classe, raça ou idade, ao contrário das feministas pós-coloniais, que trazem à tona as conexões múltiplas entre raça, gênero, sexualidade e classe (Andersen, 2005). Ao colocar em foco o agressor ativo masculino em sua posição de controle e dominância, o feminismo radical abolicionista pressupõe que a vítima está em um estado passivo (Pickup, 1998, p. 1009). É com base nessa última observação que as feministas liberais vão desenvolver uma crítica feroz aos discursos abolicionistas. Em vez de abordar as

migrantes trabalhadoras do sexo como sujeitos passivos, as feministas liberais as consideram atores ativos, racionais, com poder de consentimento e reivindicação. Nessa nova visão, as migrantes trabalhadoras do sexo são capazes de se organizar em grupos e de formular reivindicações políticas, seja em termos da regulação do trabalho sexual, de direitos laborais e sociais, ou de direito à livre circulação.

### **1.2.2. O feminismo liberal: direitos e empoderamento das trabalhadoras do sexo**

Em resposta à abordagem abolicionista, considerada vitimizante, uma extensa literatura feminista emergiu desde o final dos anos 90. Feministas de inspiração liberal e profissionais do sexo começaram a conceituar a prostituição como uma forma de “trabalho” (Perkins, 1991). Majoritariamente membros da *Global Alliance Against Trafficking in Women (GAATW)* e do *Network for Sex Work Project (NSWP)*, as duas organizações rivais da *Coalition Against Trafficking in Women (CATW)*, os defensores da visão liberal afirmam que apenas o uso da força pode ser usado como um critério para definir situações de tráfico para fins de exploração sexual. Com efeito, segundo o feminismo liberal, a leitura radical nega a agencia das mulheres que entram no comércio sexual de forma voluntária. A perspectiva liberal, ao contrário, enfatiza a liberdade e a escolha individual da maioria dos trabalhadores do sexo (Kempadoo & Doezema, 1998).

Em contraste com a visão feminista radical, a tradição liberal concebe os seres humanos como agentes racionais e defende uma concepção individualista de natureza humana. Por ser dotado de razão, o indivíduo tem a capacidade de pensar e agir racionalmente e, portanto, de exercer sua autonomia e afirmar suas escolhas pessoais. Para as feministas liberais, a igualdade de gênero passa, sobretudo, pela remoção de barreiras legais e institucionais que impedem o acesso das mulheres aos mesmos direitos e às mesmas posições de poder do que os homens (Tickner, 2001, p. 12). Por esse motivo, a igualdade de direitos, o acesso à educação e às oportunidades econômicas tornam-se as prioridades da luta feminista liberal. Sob esse ponto de vista, a sobre-representação das mulheres na política decorre, por um lado, dos processos de socialização e educação que se dão de forma diferenciada entre homens e mulheres; por outro, das restrições legais que limitam as

liberdades e os direitos das mulheres. Assim, a dominação generalizada dos homens sobre as mulheres é vista aqui como o resultado de um desequilíbrio institucional.

Essa perspectiva pró-trabalho do sexo está centrada nas noções de agência e empoderamento e refere-se à capacidade dos atores sociais de transformar as relações de poder nas quais estão inseridos, bem como de reorientar o discurso sobre o trabalho sexual como positivo e capacitador (Outshoorn, 2004). Em contraposição à imagem da mulher vítima, presente nos discursos abolicionistas, é ressaltada a figura da mulher envolvida no mercado do sexo como sujeito ativo, capaz de negociar e reivindicar direitos políticos.

Além disso, as feministas liberais denunciam o caráter paternalista das leis e dos programas internacionais e nacionais de combate ao tráfico sexual. As feministas liberais defendem a descriminalização dos mercados da prostituição, considerando que o controle da atividade da prostituição e as políticas restritivas em matéria de imigração são responsáveis pela subordinação das mulheres (Agustin, 2007). As leis abolicionistas são condenadas sob o argumento de que elas colocam as trabalhadoras do sexo em maior risco de violência e exploração (Wijers, 1998).

A reivindicação básica dos ativistas liberais é a de que os profissionais do sexo tenham o direito de trocar serviços sexuais em seus próprios termos e próprias condições. Tal corrente defende a possibilidade desses agentes de negociar precisamente o tempo, o montante e o serviço específico, sem a intromissão do Estado, polícia, proxenetas, ou clientes. Esses defensores exigem respeito e dignidade, reclamando o direito de trabalhar em condições seguras e saudáveis, e de se organizarem como profissão, da mesma forma que em qualquer outro setor profissional.

“Removing sex workers’ fundamental right to choose – whether to work, how to work, when to work, and where to work – is a flagrant infringement of their basic working rights, their integrity, and their humanity, not a universal and inherent feature of the sexual exchange.” (Clintock, 1993, p 4)

No entanto, a corrente do feminismo liberal tem também falhas significativas. Em primeiro lugar, a ideia de que as mulheres têm as mesmas

qualidades e habilidades que os homens pressupõe que o padrão de comportamento masculino é um objetivo a ser alcançado a todo custo e de forma uniforme. Ademais, ao se restringir a concepção de igualdade estritamente ao sexo biológico, o “gênero”, enquanto categoria de análise, acaba sendo eliminado do estudo das relações de poder (Aoust, 2016). Nessa percepção "dessexualizada" da realidade, raça, gênero e classe tornam-se irrelevantes.

Contudo, as desigualdades de gênero não podem ser analisadas separadamente de questões relacionadas a classe social, raça/etnia e diversidade cultural. Esse último ponto foi alvo de críticas por parte das feministas pós-coloniais, cujo objetivo principal é identificar e analisar as relações sociais sob o capitalismo global em todas as suas configurações, sejam elas nacional, racial, ética, de classe e de gênero (Limoncelli, 2009).

### **1.2.3. O feminismo pós-colonial: interseccionalidade entre raça e classe e gênero**

O feminismo pós-colonial se desenvolveu no âmbito da disciplina de relações internacionais no início dos anos noventa, a partir de experiências de mulheres de cor, de minorias étnicas e de imigrantes provenientes de países do Terceiro Mundo. Ao abranger várias críticas feministas do capitalismo e do patriarcado, os estudos feministas pós-coloniais destacam o papel do racismo, do colonialismo e do neocolonialismo na opressão das mulheres de cor (Peterson & Runyan, 1999). O comércio internacional do sexo é entendido por esse ponto de vista como uma força que capitaliza e reforça as hierarquias de gênero, raciais e nacionais.

As feministas pós-coloniais denunciam os discursos e as práticas colonialistas de muitas feministas ocidentais em suas tendências de querer "salvar" ou “iluminar” as mulheres do Terceiro Mundo. Com efeito, autores críticos e pós-coloniais condenam os discursos feministas dominantes ocidentais, que segundo eles constroem uma imagem “típica” negativa da vítima traficada, que enfatiza unicamente a sua inocência e a sua vulnerabilidade (Berman, 2003; Jahic & Finckenauer, 2005). De fato, a maior parte dos textos oficiais

abolicionistas retrata a mulher traficada como negra, jovem, pobre, pouco educada, proveniente de situações familiares e sociais difíceis.

Outra característica dos discursos ocidentais anti-tráfico destacada pelo feminismo pós-colonial é a tendência a infantilizar as migrantes prostitutas (Doezema, 2004). Ao associar a imagem dessas migrantes a crianças, reforça-se a ideia de que o projeto de migração para a Europa com o objetivo de exercer a prostituição não poderia resultar de uma decisão madura, consciente e autônoma, mas sim de uma falta de juízo devido à idade das migrantes (Osborne, 2004). Comparar as migrantes prostitutas a crianças, que seriam irresponsáveis perante a lei, evidencia a compreensão geral das mulheres imigrantes como ingênuas e incapazes de serem responsáveis por seu próprio destino a partir de critérios racionais. De acordo com esse argumento, essas mulheres, por serem facilmente manipuláveis, necessitariam de proteção e tutela por parte dos Estados.

As migrantes prostitutas provenientes do Terceiro Mundo têm sido retratadas pelos discursos dominantes eurocêntricos como exóticas, raras, ou seja, diferentes das profissionais do sexo brancas europeias. Definir as características estranhas das “outras prostitutas” serve para diferenciar, delimitar e dissociar tais imigrantes da categoria de “trabalhadoras do sexo europeias”. Com efeito, as prostitutas provenientes de países em desenvolvimento são geralmente identificadas a partir de aspectos étnicos, raciais e sexuais.

Por exemplo, Adriana Piscitelli (2007a), em seu estudo sobre as brasileiras na indústria do sexo na Espanha, aponta o fato de que, além de serem retratadas como mulheres amáveis e carinhosas, as representações comuns definem as brasileiras principalmente pela sua sensualidade e erotismo, ou seja, como se fossem naturalmente sexualizadas. A construção histórica da identidade da mulher brasileira como uma mulher sensual e livre para vivenciar sua sexualidade evidencia um caráter claramente eurocêntrico e colonial (Silva & Blanchette, 2005).

De modo geral, essas “outras” mulheres provenientes de etnias, raças, culturas e sociedades fora do mundo ocidental, são designadas como vítimas incapazes de exercer autonomia, incultas, sexualizadas e submetidas a modelos tradicionais de gênero. No contexto da comercialização sexual, “*cor, cultura,*



*religião, procedência e raça são utilizadas para excluir, inferiorizar e explorar o outro*”(Mayorga, 2011, p 330). A sexualização do exótico, da raça e da etnia é parte integrante do jogo de relações de poder e de exclusão entre cidadãos europeus e cidadãos estrangeiros, mulheres europeias e mulheres imigrantes, mulheres brancas e mulheres de cor. Nas palavras de Claudia Mayorga,

“Assim se constituíram as outras mulheres, mulheres de etnias e raças distintas, culturas e sociedades diferentes, que comparadas com o modelo hegemônico da mulher ocidental foram heterodesignadas como sem cultura, vítima e incapazes de autonomia, sexualizadas (muitas vezes imorais) e presas a valores tradicionais de gênero. Essas representações que concebem uma espécie de naturezas mulheres do terceiro mundo, das latinas e/ou das brasileiras, justificam relações hierárquicas de poder, de exclusão e desautorização de seus discursos e práticas” (Mayorga, 2011, p 344)

Isso tem uma forte repercussão na forma através da qual as políticas anti-tráfico são orientadas e prescritas. Com efeito, a suposta ingenuidade e vulnerabilidade da migrante prostituta serve de argumento para identificá-la como “ameaça”, ou seja como sendo facilmente enganada, recrutada e traficada por redes criminais transnacionais. As “outras” mulheres, designadas como “vítimas”, são assim reduzidas a sujeitos passivos das intervenções imperialistas dos países do Primeiro Mundo. Nos debates contemporâneos sobre o tráfico sexual, as vozes das vítimas nativas tornam-se irrelevantes, sendo substituídas pela voz do ajudante colonial, que formula estratégias políticas para regular seus corpos e movimentos. Para Laura Agustin,

“the protagonists in debates on ‘trafficking’ are first-world citizens, not migrants, and migrant women are routinely characterized as pushed, obligated, or coerced, even when they travel for the same reasons as men: to expand their horizons and get ahead through work” (2005, p 107).

A perspectiva feminista pós-colonial está fortemente vinculada com a teoria crítica, pois se fundamenta na desconstrução do discurso colonial. Ao desenvolver uma análise da retórica e da gramática usadas pelos discursos dominantes sobre prostituição e tráfico sexual, a perspectiva feminista crítica argumenta que essas narrativas não emergem de sujeitos neutros engajados com uma realidade objetiva, mas sim refletem propósitos e interesses políticos e sociais preexistentes.

### **1.3. A perspectiva da autonomia e o empoderamento da migrante trabalhadora do sexo**

A terceira leitura que irei investigar nessa pesquisa é aquela da “resistência”. Essa perspectiva é defendida por autores críticos e pós-modernos, que lutam para desconstruir o discurso hegemônico fixo sobre o tráfico sexual e a prostituição, tal como defendido pelos autores abolicionistas. A perspectiva da resistência se opõe à convergência entre prostituição transnacional e tráfico sexual, diferenciando claramente a prostituição autônoma e voluntária da prostituição forçada ou do tráfico sexual. A perspectiva da resistência vê as leituras da vitimização e da criminalização como dois mecanismos que, em vez de constituir uma solução para combater o tráfico sexual, apenas agravam as condições de precariedade das trabalhadoras do sexo. Nesse sentido, há um posicionamento radicalmente novo aqui: em vez de serem tratadas como “vítimas” ou “criminosas”, a leitura da resistência reivindica a imagem das migrantes trabalhadoras do sexo como “sujeitos autônomos”, autodeterminados e capazes de negociar, concordar, mas também de se oporem conscientemente e transformarem as relações de poder nas quais estão inseridas.

#### **1.3.1. A perspectiva crítica: rumo à desconstrução das categorias homogeneizantes**

A abordagem crítica sobre migração, prostituição e tráfico sexual tem como objetivo evidenciar como a instrumentalização da imagem das migrantes prostitutas na Europa faz parte de uma estratégia discursiva que serve para legitimar a intervenção pública, especialmente em matéria de políticas migratórias. De acordo com autores críticos, para analisar essas problemáticas, é fundamental distanciar-se de representações dominantes simplistas e uniformes da “vítima” traficada, desamparada e sem agencia (Berman, 2003) em favor de descrições mais apropriadas e multifacetadas da questão do tráfico sexual.

Esse movimento de desconstrução permite um distanciamento do “discurso de salvação” característico da retórica abolicionista, que retrata as migrantes prostitutas como vítimas passivas, pobres, ingênuas, enganadas e submetidas aos maus-tratos dos traficantes, abrindo, assim, o debate para visões

alternativas que ressaltam sua autonomia e atuação política (Silva et al., 2014).

A abordagem da resistência privilegia a voz dos principais sujeitos envolvidos nos fenômenos de migração internacional e de tráfico sexual. Em vez de focar nos perfis sociológicos ou nas características pessoais das vítimas de tráfico sexual, essa postura contra-hegemônica enfatiza o estudo caso a caso, com o objetivo de ressaltar as experiências subjetivas de cada mulher. Dessa forma, por meio de estudos etnográficos desconstrutivistas, os autores críticos tentam identificar as defasagens entre os discursos dominantes sobre o tráfico sexual e os relatos das experiências vivenciadas pelas pessoas para as quais os programas de combate ao tráfico internacional são direcionados. Adotando métodos de observação participante e entrevistas semiestruturadas com mulheres categorizadas como “vítimas do tráfico”, o propósito dos teóricos críticos é o de detectar as lacunas entre a retórica oficial sobre o tráfico sexual e a realidade plural da migração e do cotidiano.

O objetivo é desconstruir a categoria restritiva e homogeneizante de “tráfico”, uma vez que essa categoria tende a invisibilizar e despolitizar a migração autônoma. Assim, ao contrapor as histórias de vida de mulheres migrantes, é possível revelar um projeto de vida muito mais complexo, que vai além do mero objetivo de trabalhar na indústria do sexo. Desvela-se uma realidade altamente heterogênea, feita de escolhas, planejamentos e desejos migratórios. A leitura crítica contribui para abrir espaço para o surgimento de histórias singulares, que destacam o papel ativo das pessoas dentro do percurso migratório (Andrijasevic, 2005).

Adriana Piscitelli (2007a, 2009a), por exemplo, em seu estudo sobre as brasileiras na indústria do sexo na Espanha, destaca que, contrariamente às representações dominantes, a maioria delas já havia oferecido algum tipo de serviço sexual no Brasil, e migraram com este objetivo em mente. Por conseguinte, muitas mulheres traficadas estariam conscientes sobre o tipo de trabalho que as esperava nos países de destino. Segundo Andrijasevic (2004), a prostituição poderia ser vista como parte integrante do projeto de migração, como etapa indispensável através da qual as pessoas pretendem criar novas oportunidades na vida.

A prostituição ofereceria, nesse contexto, uma sensação de emancipação às migrantes, por não terem que depender economicamente de ninguém. A estabilidade de um rendimento mensal daria às migrantes prostitutas mais independência e mais força para impor seus desejos, opiniões e formas de vida perante possíveis companheiros violentos ou autoritários (Mayorga, 2011, p 342). Os autores críticos, portanto, chamam a atenção para os motivos de migração que integram questões e desejos pessoais. Eles ressaltam que muitas mulheres querem migrar para explorar lugares famosos, descobrir outras culturas, conhecer novas pessoas, ou até mesmo para se casar (Agustin, 2005, Mayorga, 2011, Piscitelli, 2007a). Além do critério econômico, realizar uma viagem para a Europa é um sonho que inclui uma ideia de evolução cultural e o desejo de liberdade e a busca pela ampliação do próprio horizonte.

Ademais, autores críticos insistem na noção de “ajuda”, nos projetos de migração das mulheres (Agustin, 2005, Mayorga, 2011 Piscitelli, 2007a, Silva e Blanchette, 2015). Muitas vezes, os processos migratórios são financiados e respaldados de maneira autônoma mediante redes familiares e comunitárias. Desmontando o estereótipo das grandes redes ou máfias organizadas por trás do tráfico, o enfoque está pelo contrário nas redes informais de escala reduzida, constituídas por amigos, vizinhos ou parentes, que viabilizam os projetos de migração. Assim, as pessoas terceiras envolvidas na imigração não seriam necessariamente grupos poderosos e bárbaros do crime organizado.

Por fim, outra crítica aos discursos de segurança refere-se aos elementos de coerção e de manipulação por parte de grupos criminosos. Na fase de recrutamento, em vez de descrever a relação com os traficantes como abusiva, a maioria das mulheres traficadas identifica os aliciadores como pessoas que lhes propiciam uma oportunidade de trabalho no exterior (Agustin, 2005). Esses exemplos mostram como, através da lente feminista crítica, cada um dos pressupostos homogeneizantes sobre o tráfico de mulheres podem ser desconstruídos.

### **1.3.2. A leitura pós-moderna: para além das dicotomias reducionistas**

As perspectivas feministas pós-modernas se desenvolveram no início dos anos noventa com os trabalhos de Judith Butler (1990, 1993), como alternativas às narrativas universalistas e totalizantes promovidas pelo feminismo liberal e materialista. As abordagens feministas pós-modernas têm como foco de estudo a construção social e discursiva da alteridade e rejeitam a ideia de uma identidade de sexo e de gênero pré-definida ou fixa. O corpo sexuado não é entendido como um fenômeno natural, mas como um processo de *performance* na qual as identidades sexuais e “generizadas” são constantemente afirmadas e reativadas pelas estruturas de poder.

As feministas pós-modernas questionam a produção do significado do que é ser "mulher" e as implicações políticas associadas a tal entendimento (Butler, 1990). A perspectiva seguida pelas feministas pós-modernas é diferente de outras abordagens feministas, pois o projeto fundamental não é libertar as mulheres de identidades opressoras, mas sim estudar os mecanismos de poder que moldam a identidade das mulheres (Zalewski, 2000).

De acordo com essa abordagem, as identidades dos grupos sociais são determinadas através de relações hierárquicas. Sendo assim, os discursos dominantes tendem a refletir relações dicotômicas binárias onde o primeiro termo é valorizado e idealizado, enquanto o segundo é desvalorizado e inferiorizado. De fato, no caso do tráfico sexual e da prostituição, nota-se que as narrativas dominantes se baseiam em uma retórica dualista.

A título de exemplo, os trabalhos de Kathleen Barry (1984, 1995) foram criticados pelas feministas pós-modernas por supostamente apresentarem um discurso da modernização que vincularia a diferenciação entre tráfico e prostituição independente do nível de desenvolvimento dos países (Pickup, 1998). Constrói-se uma hierarquia de desenvolvimento social e econômico que situa o tráfico de mulheres no estágio mais primitivo de desenvolvimento. De acordo com essa visão, o tráfico sexual torna-se o arquétipo das sociedades pré-industriais, onde as mulheres são propriedades exclusivas dos homens e, portanto, excluídas

da esfera pública. No outro extremo da escala, a prostituição independente está associada às sociedades desenvolvidas pós-industriais, onde as mulheres alcançam um nível alto de independência econômica e de liberdade social.

Da mesma forma, a distinção entre prostituição voluntária e tráfico sexual fundamenta-se em uma divisão de raça e de classe entre profissionais do sexo (Pickup, 1998). O estereótipo depreciado da migrante prostituta, passiva, pobre e ingênua se opõe ao estereótipo idealizado da “trabalhadora do sexo” ocidental ativa, capacitada, e ciente das próprias escolhas (Doezema, 1995). Retratando invariavelmente as mulheres não-ocidentais como vítimas impotentes e vulneráveis, os discursos dominantes sobre o tráfico sexual continuam a designar as mulheres ocidentais como ponto de referência para a feminilidade moderna, educada e socialmente liberada (Mohanty, 1991). Portanto, as dicotomias de primeiro mundo/terceiro mundo, rico/pobre, branco/preto, ativo/passivo, prostituição voluntária/forçada, representam um leque amplo de modos de demarcação das mulheres julgadas por serem “diferentes” (Andrijasevic, 2004).

Os estereótipos, definidos como construções estéticas e sociais (Dyer, 1993) têm como função condensar e ordenar conotações complexas e traduzi-las em imagens simples e fáceis de se entender. Organizados em torno de uma narrativa padrão estática, os estereótipos são, portanto, fixos. Isso é particularmente relevante para a figura da vítima de tráfico sexual na perspectiva abolicionista: o estereótipo da vítima inocente e manipulada pelos traficantes permite reduzir a complexidade da sua realidade social. Tal estereótipo constitui também uma maneira de se preservar a fronteira entre os grupos sociais, especialmente em situações em que diferenças entre categorias sociais não são claramente perceptíveis.

Sendo assim, os estereótipos da trabalhadora do sexo branca europeia, capacitada e consciente das suas próprias escolhas por um lado, e da migrante irregular, traficada e ingênua por outro, permitem discriminar as duas categorias, quando na realidade elas se misturam e se interpenetram. A perspectiva *queer* se desenvolveu precisamente com o propósito crucial de abalar toda fronteira ou demarcação identitária homogeneizante e abrir espaço para novas formas de flexibilidade ou negociabilidade identitária.

### 1.3.3. A leitura queer sobre trabalho do sexo e migração: desafio à heteronormatividade

Uma das principais críticas da perspectiva *queer* acerca do feminismo radical é a de que essa corrente tem se preocupado exclusivamente com as relações de gênero, dentro de uma estrutura heterossexual. As feministas radicais foram acusadas de defender e promover a “heteronormatividade” (Butler, 1993), conceito entendido como o poder exercido sobre indivíduos pela aplicação de normas heterossexuais. Focando apenas nas relações homem-mulher, a leitura feminista radical participa da exclusão e marginalização daqueles indivíduos com orientação sexual diferente. Além disso, tal leitura toma a “identidade” como uma categoria a-histórica dada, e não problematizada. Em vez disso, a teoria do *queer* rompe com as categorias binárias, como "masculino"/"feminino" ou "heterossexual"/"homossexual", argumentando que “*sexual identities, desires, and categories are fluid and dynamic*” (Gamson & Moon, 2004, p 49).

De modo geral, tendo como objeto de estudo os sexos e os gêneros, a teoria *queer* preocupa-se com as sexualidades “não-monolíticas” (Weber, 2004), tais como homossexuais, lésbicas, bissexuais ou transgêneros. No entanto, cabe ressaltar que a tendência de se equiparar os LGBT com os *queer* é fictícia, dado que ela reduz o termo “*queer*” à descrição da identidade de qualquer indivíduo não heterossexual, em outras palavras, a um mero termo de inclusão. O termo “*queer*” não se refere a uma essência, seja de natureza sexual ou não. Em vez disso, é um termo puramente relacional, que extrai seu significado precisamente por estar fora de qualquer norma.

A política *queer* ressalta, então, a impossibilidade da inclusão (Chambers 2009; Phillips, 2009). Segundo David Halperin (1995), o termo “*queer*” adquire seu significado em oposição à norma: “*Queer is by definition whatever is at odds with the normal, the legitimate, the dominant. There is nothing in particular to which it necessarily refers. It is an identity without an essence*” (p. 62). De fato, a relação negativa da política *queer* consiste em uma resistência subversiva contra as categorias normativas hegemônicas de gênero e sexualidade. Portanto, é contra-normativa, anti-conformista e antiassimilacionista:

“Queerness (unlike ‘homosexuality’ for instance) audaciously asserts the existence of something fundamentally unintelligible, incommensurable, incompatible, and finally inassimilable. And indeed, what makes it political is the irreducible fact that it is incorrigible.” (De Genova, 2010, p 109)

Sendo assim, a política *queer* visa quebrar a ordem hierárquica e abolir todo tipo de normatividade. Subvertendo a regulação social da sexualidade, contribui, então, para a libertação das trabalhadoras do sexo diante das ideologias sociais e sexuais dominantes. Desafiando a ideia de que existe uma identidade sexual unificada ou fixa, a teoria *queer* refuta as limitações associadas à identidade “profissional do sexo”. Judith Butler (1990) argumenta que o gênero e a orientação sexual não são identidades internas estáticas, mas processos que são continuamente promulgados, no cotidiano. A partir da chave de leitura *queer*, pode-se dizer que as práticas sexuais das trabalhadoras do sexo são *queer* na medida em que manifestam uma forma de liberdade não-conformista e não-compatível com a ordem sociopolítica do patriarcado heteronormativo.

O ato de trabalho sexual torna-se uma "performance da heterossexualidade" que desafia os arranjos dominantes de poder (Pendleton, 1997). Embora a trabalhadora do sexo interprete um conjunto de códigos altamente femininos para responder ao desejo masculino, essa teatralização é realizada de acordo com seus próprios termos. As trabalhadoras do sexo inventam e se apropriam deliberadamente de uma personalidade, jogando com os atributos da feminilidade e com as fantasias masculinas. O trabalho do sexo torna-se então uma "paródia da norma heterossexual" (Read, 2013, p. 475).

Aderindo a algumas normas da feminidade hegemônica, e violando outras ao mesmo tempo, as profissionais do sexo desestabilizam as ideologias binárias de gênero e subvertem as estruturas, regras e costumes da heteronormatividade (Kay, 1999). A indústria internacional do sexo está repleta de contradições e nuances, e vai além da caricatura binária e simplista entre “mulheres escravas” e “homens dominantes”. De fato, o mundo da prostituição é um espaço de conversão e transformação de gênero, onde a complexidade e a ambiguidade das práxis sexuais se manifestam. Nesse sentido, as profissionais do sexo, como todos os outros indivíduos, “*enact multiple, overlapping, intertwined, contradictory and simultaneous identity roles*” (Read, 2013, p 244). Em última instância, o



movimento *queer* possibilita a formulação de um discurso alternativo, que põe em destaque as múltiplas dimensões da sexualidade e promove a diversidade e a pluralidade de identidades sexuais (Creed, 1994).

Além disso, a teoria *queer* desestabiliza os limites e as hierarquias que circunscrevem os significados sociais associados às mobilidades transnacionais das migrantes trabalhadoras do sexo. Quando as migrantes entram no mundo da prostituição transnacional, elas experimentam novos estilos de vida “fractalmente *queer*”, que surgem do encontro entre antigos e novos modelos de pessoalidade, de regimes de sexo e de gênero, criando, assim, novas sexualidades globalizadas (Mai, 2012). O conceito “fractal” é um conceito intrinsecamente paradoxal, que visa captar a ambivalência entre a irregularidade (a estranheza) e a recorrência (a normatividade) ou, em outras palavras, entre o fragmento (a margem) e o todo (o convencional) (Madelbrto, 1982).

O projeto de migração e a entrada na indústria global do sexo podem ser vivenciados como espaços fractais na medida em que os indivíduos se envolvem em práticas e estilos de vida que são ao mesmo tempo irregularmente estranhos e recorrentemente normativos. Ambas experiências reproduzem e desafiam ao mesmo tempo as trajetórias heteronormativas de vida e os papéis de gênero patriarcais. De fato, alternando entre comportamentos de conformidade e de transgressão, elas rompem com a imagem de uma identidade pessoal e social unificada em termos de gênero, de sexo ou de profissão. Esse movimento de oscilação entre vida “reta” em casa e “desviante” no trabalho abre espaço para a negociação de diferentes aspectos de si mesmos, produzindo assim identidades altamente hibridizadas.

#### **1.3.4. A teoria da Autonomia da migração**

Os fenômenos da prostituição e do tráfico sexual são moldados tanto por forças no nível macro quanto no nível micro. Estudar as interações entre as estruturas hegemônicas de dominação de gênero, de raça e de classe por um lado, e os atos de subjetividade individuais por outro torna-se, nesse contexto, de importância crucial. É justamente nos espaços intersticiais entre a escala sistêmica

e a escala intersubjetiva que são produzidos novos impulsos, novas resistências e novos movimentos que levam às mudanças sociais.

De acordo com a teoria da autonomia da migração (Mezzadra, 2011; Papadopoulos et al. 2008), além das condições externas que conduzem os migrantes a atravessar as fronteiras (perseguição, pobreza, desastre, conflito), os projetos de migração resultam também de processos decisórios subjetivos, que integram as estratégias individuais, familiares e comunitárias para a sobrevivência. De acordo com Sandro Mezzadra (2011), é fundamental tomar em consideração *“the fundamental contribution that family and community networks make both to the dynamics of migration and the integration of migrants in “receiving societies”* (2011, p 11).

Essa teoria chama a atenção para as práticas de subjetividade que se expressam além de causas objetivas. Trata-se de integrar a macro análise – os processos estruturais – com a microanálise – a experiência subjetiva individual – dentro do estudo da migração (Mezzadra, 2011, p.8). A migração é concebida como uma força criativa, moldada ao mesmo tempo, tanto pelas práticas e pelos desejos dos sujeitos autônomos, complexos e heterogêneos, como pelas estruturas sociais, culturais e econômicas. De acordo essa teoria, o impulso migratório é incontrollável, pois precede ou excede sempre toda tentativa política de controle fronteiriço. Nas palavras de Anne Mc Nevin, *“From an Autonomy of Migration perspective, migrants are the origin of a creative force that exceed and/or precedes sovereign control and institutes new social relations.”* (2013, p.193).

Recorrer à perspectiva da autonomia da migração nos ajuda a conceber a presença da migrante trabalhadora do sexo não em termos de "vitimidade" mas em termos de subjetividade, abrindo assim o caminho à expressão de práticas inovadoras de resistência e de luta. Deve ser dada especial atenção para as práticas subjetivas, as expectativas e os desejos das migrantes que trabalham na indústria do sexo. Num contexto caracterizado pela pobreza e pela necessidade de sobrevivência, "fazer dinheiro" é um objetivo que permite as jovens migrantes realizar seu desejo de alcance de autonomia psicológica e de mobilidade social ascendente (Mai, 2014).

As subjetividades complexas e às vezes contraditórias das jovens

migrantes se formam a partir de uma interação ambígua entre sobrevivência, aspiração ao estilo de vida hedonista, distanciamento da família e transformação dos modelos tradicionais de autoridade. As migrantes prostitutas, por ocuparem posições ambíguas e contraditórias, como mãe, filha, vítima, migrante ou profissional do sexo, abraçam, resistem e remodelam simultaneamente as representações existentes da feminilidade e do trabalho sexual. É nessa complexidade que podem ser identificados tanto aspectos de vulnerabilidade quanto aspectos de resiliência. As migrantes prostitutas, portanto, não podem ser identificadas estritamente como vítimas ou como profissionais do sexo.

Neste primeiro capítulo, apresentei uma revisão bibliográfica sobre a construção dos vínculos entre o trabalho do sexo e a migração internacional de pessoas. Assim, explorei como migração e prostituição se articulam dentro do campo acadêmico por meio da discussão teórica sobre a delimitação da categoria “migrante trabalhadora do sexo”.

Analisei como as três perspectivas dominantes direcionam o debate para (a) a criminalização da migração e da prostituição, (b) a opressão de gênero ou (c) a autonomia/ resistência das migrantes trabalhadoras do sexo. O estudo das bases conceituais dessas três visões políticas e morais trouxe elementos analíticos essenciais para entendermos como a imbricação dessas abordagens molda a “economia moral” da migração para o trabalho sexual na França, economia essa na qual normas, visões morais e interesses dos grupos de atores concorrentes se entrelaçam.

Uma vez apresentada as discussões teóricas sobre migração e prostituição, o objetivo do próximo capítulo será o de investigar a arquitetura normativa que enquadra a gestão das migrantes trabalhadoras do sexo, a partir de um estudo nos textos jurídicos em níveis internacional, regional e nacional.

## **Capítulo 2. Regimes de mobilidades sexual: normas, políticas e realidade brasileira na interseção entre migração laboral e tráfico sexual**

O segundo capítulo explora o sistema normativo que rege a mobilidade humana, a prostituição e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Através do mapeamento das normas, convenções e programas implementados pelo direito internacional, pela União Europeia, pela França e pelas prefeituras francesas, este capítulo faz uma análise cuidadosa da articulação entre os regimes de governança da migração e os regimes de governança do trabalho sexual. Para tal, examino o estado atual dos mecanismos jurídicos internacionais, regionais, nacional francês e locais referentes à regulação da migração internacional, do trabalho do sexo e do tráfico de seres humanos.

Numa primeira seção, apresento o contexto histórico no qual a definição da noção de tráfico de seres humanos surgiu na cena internacional. Realço como a definição resultou de intensas negociações entre alianças de atores transnacionais que se enfrentaram para impor suas visões de forma a imbuir suas concepções ideológicas e políticas na definição do crime do tráfico de pessoas. Realizo também um estudo crítico do Protocolo de Palermo de 2000.

Numa segunda seção, faço um estudo aprofundado da arquitetura normativa da União Europeia no que diz respeito ao controle das fronteiras externas estatais e ao combate ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. Demonstro como o enquadramento normativo europeu tende a criminalizar as migrantes trabalhadoras. O processo de securitização da imigração e do tráfico sexual faz com que as prostitutas migrantes irregulares sejam identificadas como “ameaças” que colocam em risco a ordem pública e a soberania dos Estados europeus, justificando-se, assim, um imperativo de controle e restrições de movimento das trabalhadoras do sexo que desejem entrar ou que já estejam dentro do espaço Schengen.

Numa terceira seção, desenvolvo um estudo crítico da legislação francesa e da recente lei de 2016, dando especial atenção aos impactos dessa lei na prática,

nas condições de trabalho e na vida cotidiana das migrantes trabalhadoras do sexo. Exponho as repercussões práticas da atual penalização dos clientes, em termos da vulnerabilização e precarização das profissionais do sexo que trabalham na rua. Uso os dados coletado no meu trabalho de campo em Paris, Lyon e Toulouse, para argumentar que a legislação francesa atual contribui ainda mais para a estigmatização, criminalização e precarização das profissionais do sexo, das migrantes irregulares em particular.

## **2.1. O regime internacional sobre mobilidade laboral sexual e o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual**

O tráfico de seres humanos não é um fenômeno simples de ser compreendido. Durante muito tempo, não houve consenso internacional sobre o que constituiria o tráfico de seres humanos, e sobre qual seria a definição adequada dessa atividade. Embora várias organizações governamentais e não governamentais tentassem apresentar seus próprios conceitos de definição do tráfico sempre houve uma confusão muito grande entre esse fenômeno e os outros tipos de criminalidade que potencialmente possam estar a ela relacionados.

No discurso contemporâneo, o tráfico global de pessoas está fortemente relacionado à migração, especialmente à ilegal, e ao contrabando de migrantes por um lado, e ao comércio de mulheres e crianças para fins de prostituição por outro. De acordo com Kapur (2005, p.115), a associação do tráfico com as várias formas de mobilidade e com o trabalho sexual, em contrapartida, está no centro do debate atual sobre o tráfico de seres humanos.

Por essa razão, é de suma importância tomar cuidado na identificação desse problema. Apesar da complexidade em definir o que constitui o tráfico de seres humanos e como isso ocorre, tal fenômeno possui características que lhe são próprias e que o diferenciam de outros fenômenos que com ele possam vir a se confundir, como os processos migratórios, o contrabando de migrantes, a prostituição e o turismo sexual (Morais Sales, Onofre De Alencar, 2008).

De acordo com o Dicionário Dicio<sup>14</sup>, o termo tráfico advém do verbo traficar, que significa realizar operações comerciais clandestinas e ilegais.

<sup>14</sup> Disponível em <https://www.dicio.com.br/trafico-3/>

Inúmeras são as tentativas de defini-lo, e a interpretação dada ao conceito, em maior ou menor grau, é objeto da instrumentalização por parte dos governos e organizações internacionais e não governamentais para influenciar as políticas de combate ao fenômeno. Hoje em dia, o termo é utilizado para descrever crimes transnacionais complexos, como o tráfico de pessoas, drogas, armas, animais, além de outros que ao longo do tempo adquiriram proporções alarmantes no contexto da globalização.

De acordo com Wendy Chapkis (2003, p. 926), esta confusão geral sobre a definição do tráfico ficava refletida nas tentativas de quantificar as suas vítimas. Para a autora, é muito frequente que relatórios contabilizem os imigrantes não documentados detidos nas fronteiras como se todos tivessem sido traficados. Outros documentos se referem ao tráfico exclusivamente em termos de exploração sexual, portanto excluindo-o de todas as outras formas de tráfico. Outro exemplo é a tendência geral de considerar todos os imigrantes trabalhadores sexuais como vítimas de tráfico sem, no entanto, levar em consideração a questão do consentimento e as suas condições de trabalho.

### **2.1.1. O surgimento da noção de “tráfico de mulheres” no direito internacional**

#### **2.1.1.1 O pânico moral do “tráfico de escravas brancas”**

Durante o século XIX, uma preocupação moral e política nos Estados Unidos e na Europa com o tráfico de “escravas brancas”, ou seja, o tráfico de mulheres europeias trazidas para as Américas para serem exploradas sexualmente, surgiu. O pânico moral, sintomático dos medos gerados pelos grandes fluxos migratórios daquela época, originou-se a partir de rumores de que mulheres brancas seriam capturadas e trazidas para as colônias com a finalidade de serem forçadas a trabalhar como prostitutas.

De acordo com Jo Doezema (1999), são temores a respeito de mudanças sociais, tais como a emancipação da mulher e a chegada de estrangeiros, que alimentaram as narrativas do tráfico de escravas brancas. A razão para tal foi o fato de que o deslocamento feminino era visto como uma consequência perigosa da autonomia e da libertação sexual feminina. Portanto, o tema do tráfico surgiu a

partir da necessidade do controle do corpo e da sexualidade da mulher branca europeia migrante (Santos, 2002). Esse pânico moral criado pelos relatos de tráfico de escravas brancas propiciou, nos séculos seguintes, o surgimento de legislações e políticas de combate ao tráfico de pessoas. No começo do século XX, os Estados se organizaram em nível internacional para lutar contra esse fenômeno.

Com a Conferência de Paris de 1902, o primeiro acordo internacional visando à repressão ao tráfico de pessoas foi elaborado. Assim, o Acordo Internacional para a Supressão do Tráfico de Escravas Brancas, elaborado pela Liga das Nações e ratificado por doze países em 18 de maio de 1904 em Paris, foi o primeiro instrumento legal com o objetivo de combater “o recrutamento e o abuso de mulheres e meninas para finalidades imorais no exterior” (Derks, 2000). Esse texto focou-se no tráfico de mulheres brancas, não incluindo mulheres traficadas de outras raças, como por exemplo, a raça negra.

Seis anos depois, em 1910, a Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Escravas Brancas, conhecida como Convenção de Paris, integrou a noção de uso de força ou prática fraudulenta no recrutamento e na inserção de mulheres no campo da prostituição em outros países. Tal convenção teve como objetivo a construção de uma política comum para os treze Estados signatários tendo em vista “combater o abuso e a coação de mulheres e meninas brancas para fins imorais”, punindo os traficantes quando esses utilizassem a força ou a fraude. Com a noção de “consentimento imoral e fraudulento”, verificou-se uma preocupação moral subjacente relacionada com perspectivas puritanas sobre autonomia e à sexualidade feminina.

É somente com a Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças de 1921, promovida pela Liga das Nações em Genebra, que foram incluídas provisões para crianças e que se retirou a conotação racial, suprimindo o termo “tráfico de escravas brancas”. Como as Convenções anteriores, a de 1921 não prevê medidas que se destinem à proteção e assistência das vítimas do tráfico, fazendo referência apenas à repressão e punição dos envolvidos nessa prática e nos acordos de extradição entre os Estados signatários.

Em 1933, na Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres

Maiores, realizada em Genebra, a noção da coação da pessoa traficada, até então recorrente nos textos internacionais, desapareceu. Dessa vez, criminalizou-se o recrutamento com a finalidade de exploração da prostituição, mesmo em ocasiões em que tenha se observado o consentimento da vítima. A convenção de 1933 marcou a prevalência do viés abolicionista sobre as tendências regulacionistas nas legislações locais.

### **2.1.1.2 A Convenção de 1949 para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem**

Em 1945, após a II Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas, extinguindo a Liga das Nações. Dessa forma, foi elaborado o Protocolo de Emenda da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, concluído em Genebra em 30 de setembro de 1921, e da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, concluída em Genebra em 11 de outubro de 1933. Tais documentos foram elaborados apenas com o objetivo de ratificar dispositivos já existentes que se referiam à Liga das Nações, consistindo em uma adaptação à nova organização com a qual estariam, a partir de então, vinculados.

Ratificada por setenta e dois países, a Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem de 2 de dezembro de 1949<sup>15</sup> é um dos principais textos do pós-guerra sobre direitos humanos inscritos numa perspectiva abolicionista. Elimina-se a referência explícita às mulheres como objetos do tráfico, incluindo-se pela primeira vez os homens como também possíveis vítimas de tal delito. Essa convenção criminaliza os atos relacionados à prostituição e considera as mulheres como vítimas a serem protegidas.

A condenação moral do fenômeno está escrita e evidenciada no preâmbulo da Convenção:

“a prostituição e o mal que a acompanha, isto é, o tráfico de pessoas para fins de prostituição, são incompatíveis com a dignidade e o valor de pessoa humana e põem em perigo o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade.”

<sup>15</sup> Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvRepTrafPessLenoc.html>



O tráfico de mulheres aparece aqui como o componente internacional do "mal" mais abrangente da prostituição. A Convenção continua a evocar a antiga relação entre prostituição e tráfico (Uçarer, 1999) e adota a perspectiva de controle do crime de tráfico enquanto prostituição. Nessa perspectiva abolicionista, o combate ao tráfico anda lado a lado com a erradicação da prostituição. Dessa forma, o texto baseia-se no parâmetro jurídico de criminalização de todos os atos e pessoas intermediárias envolvidas no comércio sexual. Os quatro primeiros artigos não apenas penalizam os atos de proxenetismo; eles também declaram de forma aberta que o tráfico de seres humanos é uma consequência da prostituição.

Se os proxenetas que exploram outros sujeitos devem ser condenados, as vítimas não são criminalizadas; pelo contrário, elas devem ser protegidas. Para tal, os Estados são encorajados a descriminalizar a prostituição e implementar políticas de vitimização das pessoas prostitutas. De acordo com a Convenção, as vítimas devem se beneficiar de medidas de proteção e reintegração social. O Artigo 16 requer que os Estados signatários adotem medidas preventivas de educação e de assistência social às vítimas, bem como de ressocialização da vítima:

“Artigo 16

As Partes na presente Convenção se comprometem a adotar medidas para a prevenção da prostituição e para assegurar a reeducação e readaptação social das vítimas da prostituição e das infrações de que trata a presente Convenção, bem como a estimular a adoção dessas medidas por seus serviços públicos ou privados de caráter educativo, sanitário, social, econômico e outros serviços conexos.”

As medidas de prevenção podem ser implementadas através de programas nos setores da educação e da saúde para promover a reabilitação das mulheres prostitutas. Essas medidas preventivas são baseadas em considerações sociais, pois elas tendem a explicar as causas da prostituição e promover uma mudança de mentalidades. Trata-se de estudar as possíveis causas da entrada no mundo da prostituição e detectar situações de vulnerabilidade de natureza social, econômica e psicológica para prevenir a inserção das pessoas em situações de potencial exploração sexual. Nesse contexto, o passado afetivo e familiar da pessoa prostituta, bem como sua situação material e financeira são recorrentemente mencionados como fatores de predisposição para a entrada na prostituição.

Traumas relativos às violências sexuais, aos maus tratos e incesto na infância ao uso de drogas, são vistos como fatores que aumentariam a probabilidade da pessoa prostituta ser sexualmente explorada (Aradau, 2008).

Em última instância, esta Convenção foi muito mais utilizada para punir e criminalizar as pessoas prostitutas do que para protegê-las. A prostituição é vista como um mal que deve ser evitado. Ao serem consideradas como vítimas de exploração, as pessoas prostitutas são vistas como pessoas vulneráveis e marginalizadas que necessitam serem reeducadas e reintegradas ao padrão de vida normalizado da sociedade. O discurso moralizador por trás dessa convenção se baseia em uma justificação psicologizante e estigmatizante. Embora a Convenção de 1949 estipule que o proxeneta é o principal culpado, em último caso, são as vítimas as que detêm a responsabilidade de ter exercitado essa atividade imoral e de terem se colocado em uma situação de alto risco de exploração laboral sexual. Assim, devem ser protegidas e reintegradas à vida “normal”, através da intervenção das instituições governamentais.

A política de vitimização destina-se a ajudar as pessoas que se prostituem a se reintegrarem ao mundo social. De fato, a Convenção obriga os Estados signatários a estabelecerem planos de ação para possibilitar a reeducação e readaptação das vítimas de prostituição. As políticas de readaptação social devem acompanhar as políticas de emprego, educação, formação profissional e igualdade de oportunidades, e requerem meios materiais (centros de acolhimento e de assistência social, postos de saúde, programa de formação, etc.) e meios humanos (equipe médica, assistentes sociais, educadores especializados, etc.). Os países signatários também podem contar com o papel dessas associações para fortalecer sua ação.

Desde o período pós-guerra até os anos 80, a Convenção de 1949 não parece ter sido objeto de contestação. Porém, com o surgimento dos debates sobre a questão da pornografia e o desenvolvimento e crescimento do turismo sexual, os círculos feministas internacionais se mobilizaram em função da questão do tráfico de mulheres, e a Convenção de 1949 voltou ao centro das discussões.

## **2.1.2. As coalizões transnacionais sobre o “tráfico de mulheres”**

### **2.1.2.1. A causa da coalizão contra o tráfico de mulheres (CATW): a abolição da prostituição**

Os debates na Organização das Nações Unidas (doravante, ONU) se reabriram com a adoção da Convenção de 1979 sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, que apela aos estados membros para promover a supressão de todas as formas de tráfico de mulheres e a exploração da prostituição. Foi no âmbito das atividades do Fórum das Organizações Não-Governamentais, criado à margem da Conferência das Mulheres do Meio da Década das Nações Unidas em Copenhague, 1980, que foram realizados cinco workshops sobre os temas da escravidão sexual das mulheres, do tráfico de mulheres e o turismo sexual. As oficinas foram conduzidas por Kathleen Barry e por Uri Kondo da Associação de Mulheres Asiáticas (Bunch; Castley, 1984).

Três anos mais tarde, em Roterdã, na Holanda, foi realizada uma "Oficina Internacional das Mulheres contra o Tráfico de Mulheres", por iniciativa de Kathleen Barry, Charlotte Bunch e Shirley Castley. Nesta ocasião, foi criada a Rede Feminista Internacional Contra a Escravidão Sexual e o Tráfico de Mulheres, que em 1988 tornou-se a *Coalition Against Trafficking in Women* (CATW), organização abolicionista líder na luta contra o tráfico de mulheres. Para as integrantes do grupo, a prostituição é identificada como uma forma de exploração sexual da mesma natureza que o estupro, a mutilação genital, o incesto e a violência contra as mulheres. Algumas militantes acrescentam a essa lista o “comércio de sangue e órgãos humanos”.

Conforme já mencionado no capítulo anterior, as militantes feministas abolicionistas veem a prostituição como uma forma categórica de opressão e subordinação social das mulheres (Shrage, 1997). De acordo com essa abordagem, a prostituição é sinônimo de escravidão sexual. Considerando que tal atividade baseia-se em abusos e mecanismo de desumanização, as abolicionistas concebem a prostituição como extremamente prejudicial para as mulheres. Segundo tal postura ideológica, a troca econômico sexual consiste em um processo de objetificação do corpo. Assim, através do ato de se prostituir, a mulher é reduzida a um objeto sexual à disposição dos homens, o que destrói sua dignidade humana.

A prostituição é vista como atividade responsável pela subordinação das mulheres como grupo; por conseguinte, não pode ser considerada um ato “voluntário”. Por essa razão, a possibilidade de “escolha” ou de livre arbítrio avançada pelas feministas liberais é recusada (Barry, 1984: 35). As militantes abolicionistas se opõem à ideia de “trabalho de sexo” porque acreditam que tal conceito conduz à aceitação da transformação do corpo da mulher em mercadoria a ser comercializada na indústria do sexo. De acordo com Carol Pateman, o contrato laboral sexual é diferente das outras formas de emprego, já que leva a prostituta a dissociar o seu ser da sua sexualidade e, portanto, da sua feminilidade (1988, p. 207). O uso do sexo através do contrato prostitucional força a mulher a alienar a sua integridade corporal com seu “*self*”, o que provoca graves consequências físicas e fisiológicas para a mesma (Barry, 1995, Jeffreys, 2000). Nesse sentido, a prostituição é fundamentalmente errada e a noção de consentimento nada mais é do que uma noção fictícia.

Nessa visão, o tráfico de mulheres é reduzido à migração para fins de prostituição. Portanto, os abolicionistas pedem a abolição da prostituição, através da penalização dos “terceiros”, cafetões e outros intermediários que incitam as mulheres a se prostituírem. Para eles, as medidas previstas na Convenção de 1949 não são suficientemente severas. Por isso reclamam medidas de controle reforçadas através da adoção de um novo protocolo (Leidholdt, 1999, Parte 3). A CATW sugere até a substituição da noção de tráfico na Convenção de 1949 pelo conceito mais amplo de exploração sexual (Toupin, 2002).

#### **2.1.2.2. A causa da Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres (GAATW): a defesa dos direitos das trabalhadoras do sexo**

Enquanto o CATW vê o comércio sexual como uma ameaça aos direitos humanos, outras vozes surgiram para formar um discurso alternativo na luta contra o tráfico de seres humanos. Além de defender os direitos das prostitutas e o empoderamento das mulheres traficadas, esse novo movimento promove reformas para mudar as condições de trabalho e de migração das mulheres. Destaca-se uma nova perspectiva sobre o comércio sexual que chama a atenção não tanto para a prostituição em si, mas também para a coerção e o abuso de poder direcionado às

migrantes trabalhadoras do sexo.

Em 1985, forma-se o *International Committee for Prostitutes' Rights*. No mesmo ano na Holanda e no ano seguinte na Bélgica, ocorreram dois congressos mundiais de profissionais do sexo, que dariam origem a uma carta mundial para os direitos das prostitutas. Tal carta apela à descriminalização de todos os aspectos da prostituição adulta resultantes de decisão individual. Uma distinção entre prostituição voluntária e prostituição forçada é, portanto, estabelecida. Outras iniciativas surgiram na mesma época no sudeste da Ásia. Em 1987, criou-se a Fundação Holandesa contra o Tráfico de Mulheres, que luta contra à coerção e o abuso de poder que os profissionais do sexo podem experimentar nos seus percursos migratórios.

Em 1991, a *Global Network of Sex Work Projects* (NSWP) se constituiu, reunindo trabalhadoras do sexo e organizações de assistência à saúde e direitos humanos em mais de 40 países. Posteriormente, a NSWP tomaria uma posição em nome das trabalhadoras do sexo em vários eventos internacionais.

Foi finalmente em 1994, em Chiang Mai, na Tailândia, que uma nova rede internacional de combate ao tráfico é formada: a *Global Alliance Against Traffic in Women* (GAATW). Formada por grupos de apoio para as vítimas de tráfico sexual, grupos de defesa aos direitos das mulheres e alguns grupos de direitos das trabalhadoras do sexo, a GAATW não é abolicionista. Pelo contrário, essa organização adota uma perspectiva de descriminalização da prostituição, avançando a ideia de que o reconhecimento da realidade das mulheres que trabalham como prostitutas passa pela necessária aceitação da prostituição como trabalho. Além disso, a GAATW pretende combater ativamente todas as formas de abuso, violência e coerção presentes em todos os contextos onde a prostituição é exercida.

A GAATW pretende promover uma nova definição do tráfico. Com efeito, enquanto a maioria dos governos reduz a questão do tráfico ao recrutamento e ao transporte para fins de prostituição, independentemente da noção de coerção, a GAATW luta pela adoção de uma definição do tráfico que ligaria os dois fenômenos. Nessa nova visão, o tráfico deveria se concentrar principalmente nas práticas abusivas tanto no recrutamento e no transporte como nas condições de

trabalho da pessoa prostituta (GAATW 1997: 2). Isso refletiria de forma melhor a realidade das experiências das mulheres, que são objeto de violações de direitos humanos não só em termos do transporte para o local de trabalho, como também nos seus próprios locais de trabalho.

A nova coalizão atua em favor da reinterpretação e redefinição das leis e convenções anti-tráfico no interesse dos migrantes - em outras palavras, para que os direitos dos migrantes traficados sejam garantidos, respeitados e protegidos pelas autoridades em vigor. O objetivo é a autodeterminação das mulheres (*empowerment*) e não sua vitimização. Em contraposição à retórica da vitimização presente nos discursos abolicionistas, é ressaltada a figura da migrante envolvida no mercado do sexo como sujeito ativo, capaz de reivindicar seus direitos. As militantes liberais defendem então a descriminalização dos mercados da prostituição, pois consideram tanto o controle da atividade da prostituição como as políticas migratórias restritivas como responsáveis pela subordinação das mulheres (Agustin, 2007). Nesse sentido, as proposições das leis abolicionistas são condenadas sob o argumento de que colocam as trabalhadoras do sexo em maior risco de violência e exploração (Wijers, 1998).

Durante a década de 1990 até a assinatura de um protocolo sobre tráfico assinado em Palermo em dezembro de 2000, as GAATW e NSWP exerceram pressão sobre as organizações internacionais e os órgãos da ONU para mudar as definições de prostituição e de tráfico na Convenção de 1949. Embora a UNESCO conservasse aproximadamente a perspectiva abolicionista da Convenção de 1949, algumas declarações das Nações Unidas se distanciaram da mesma. A Declaração das Nações Unidas de Viena (1993) sobre a eliminação da violência contra as mulheres marcou o primeiro passo no afastamento do abolicionismo, já que condena apenas a prostituição forçada e o tráfico, e não a prostituição por si só.

Radhika Coomaraswami, relatora especial da ONU sobre a violência contra a mulher nomeada em 1994, requiriu que se abrisse uma investigação sobre o tráfico e a prostituição forçada. O relatório final de investigação, apresentado em 1997 e adotado em 2000, estabeleceu uma separação clara entre o tráfico e a prostituição. De acordo com o documento, a coerção deve ser o elemento central de qualquer definição de tráfico (Wijers, Lap-Chew, 1997). Além disso, a nova

definição deve estabelecer uma distinção entre o recrutamento, por um lado, e as condições de trabalho no local de destino, por outro.

O processo que levou ao Protocolo das Nações Unidas sobre o Tráfico de Pessoas em Palermo, em 2000, aparece nesse aspecto como a culminação do longo processo de pressão das coalizões internacionais para afirmar suas respectivas definições sobre o tráfico de mulheres. Esse foi um momento chave, já que até então não havia uma definição verdadeiramente consensual em nível internacional.

Para a CATW, era necessário fortalecer a Convenção de 1949, insistindo na ideia de que todo tipo de prostituição constitui uma exploração sexual e uma violação dos direitos humanos. Sua rede se mobilizou para que a definição de tráfico de pessoas protegesse todas as mulheres vítimas, não apenas as que conseguem provar que houvera coerção. A Rede também trabalhou para garantir mecanismos de proteção para mulheres e crianças traficadas, e para assegurar que medidas consistentes fossem incorporadas ao processo contra traficantes (Raymond, 2002, 2004). Do lado do GAATW e de seus aliados, era preciso incluir uma definição de tráfico que contivesse aspectos de trabalho forçado, escravidão e servidão, tanto internamente como fora das fronteiras, bem como o reconhecimento dos direitos das pessoas traficadas (Jordan, 2002).

No fim das contas, a definição de tráfico de pessoas, especificada no Protocolo sobre Tráfico da ONU, deu origem a interpretações contraditórias, correspondentes a ambos os campos ideológicos.

### **2.1.3. O Protocolo de Palermo de 2000**

Num contexto de preocupação crescente diante dos problemas de criminalidade transnacional e imigração ilegal, a Assembleia Geral da ONU criou um comitê intergovernamental com o fim de elaborar uma convenção internacional mundial contra a criminalidade organizada transnacional que tratasse de todos os aspectos relativos ao tráfico de pessoas. Durante o ano de 1999, o comitê apresentou uma proposta intensamente debatida que foi aprovada como Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, conhecido como o Protocolo de

Palermo<sup>16</sup>. O Protocolo de Palermo foi adotado pela Resolução número 55/25 das Nações Unidas em 15 de novembro de 2000 em Nova Iorque e foi assinado por oitenta países numa conferência de estados-membros em Palermo, na Itália, em dezembro de 2000. Ele entrou em vigor a partir de 29 de setembro de 2003 no plano internacional, tendo sido ratificado pelo Brasil e pela França.

### **2.1.3.1. A definição internacional do delito de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**

Marco legal sobre o tráfico de pessoas, o Protocolo de Palermo declara em seu preâmbulo seu triplo objetivo de “prevenir e combater o tráfico de pessoas, com especial atenção às mulheres e crianças”, “proteger e assistir as vítimas de tal tráfico, com pleno respeito aos seus direitos fundamentais”, e, finalmente, “promover a cooperação entre os Estados signatários para alcançar esses objetivos” (Artigo 2). É importante destacar que o documento faz referência ao tráfico de “pessoas”, e não mais apenas de “mulheres”, como era o caso nos textos anteriores. Assim, tanto homens quanto mulheres podem ser traficados.

Em qualidade de “complemento” à Convenção, esse protocolo surgiu a partir de uma perspectiva de controle do crime organizado. Contudo, se o protocolo tem como foco a prevenção e o combate às redes criminosas globais de tráfico de seres humanos e especialmente a prostituição transnacional, busca também encontrar um equilíbrio entre a repressão dos traficantes e a proteção das vítimas. Nesse sentido, ressalta a importância de se respeitar plenamente os direitos humanos das vítimas envolvidas e promove entre os Estados formas de atingir os objetivos propostos.

Conforme a linha a) do artigo terceiro do Protocolo de Palermo<sup>17</sup>:

“a) A expressão “tráfico de pessoas” significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”

<sup>16</sup> Disponível em <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>

<sup>17</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5017.htm)



Neste terceiro artigo, três elementos constituintes do delito de tráfico de pessoas são identificados:

(1) **A ação.** A definição discerne os atos que constituem o tráfico de pessoas do recrutamento de pessoas nos países de origem, até o alojamento ou acolhimento nos países de recepção, passando pelo transporte e transferência de pessoas nos países de trânsito. Qualquer uma dessas ações constitui por si só um ato de tráfico, o que significa que apenas uma delas é suficiente para que a infração de tráfico de pessoa seja cometida, caso sejam reconhecidos o uso da coerção e os fins de exploração.

(2) **O meio.** Os atos que constituem o tráfico de pessoas devem ser realizados por meios determinados, através do uso da ameaça, força, ou outras formas de coação. O rapto, o engano, o abuso de autoridade ou situação de vulnerabilidade, e a entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre a outra, são outras formas implícitas de se abusar da situação de vulnerabilidade ou fraqueza da vítima.

(3) **A finalidade.** O crime de tráfico de pessoas existe com o propósito de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravatura, servidão, remoção de órgãos, tecidos, e partes do corpo, além de outras formas de exploração.

### 2.1.3.2. Críticas e falhas do Protocolo de Palermo

O Protocolo de Palermo identifica o consentimento da vítima como insignificante, caso ela tiver agido sob coação ou tiver sido enganada, abusada ou ameaçada de exploração. A linha b) do terceiro artigo estipula que:

“O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na linha a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na linha a).”

Nesses casos, a pessoa deve ser obrigatoriamente considerada vítima de tráfico de pessoas e se beneficiar, assim, de proteção. De forma previsível, essa questão do consentimento foi objeto de intensas contestações (Gallagher, 2001, p. 985). As militantes liberais condenaram essa negação da autonomia e da vontade das migrantes trabalhadoras sexuais. Também reprovaram o fato que se pressupõe,

ideológica e acriticamente, que todas as pessoas sejam potenciais vítimas de tráfico, mesmo no caso de se expressarem claramente consentindo em migrar para exercer a prostituição (Kempadoo, 2005).

O protocolo de Palermo foi de fato um compromisso entre os dois posicionamentos conflitantes na arena política internacional sobre mobilidade sexual e tráfico de seres humanos. Por um lado, a CATW entrou em uma aliança com outros abolicionistas da Rede Internacional de Direitos Humanos para exercer pressão para que o Protocolo contivesse que qualquer migração que envolva trabalho sexual fosse inclusa na definição do tráfico de pessoas, de forma que todos os trabalhadores migrantes pudessem ser tratados como vítimas (Raymond, 2002).

A GAATW, por outro lado, formou uma aliança com o grupo internacional dos Direitos Humanos “*Human Rights Caucus*”. Juntos, conseguiram negociar para que o protocolo deixasse a expressão “exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual” indefinida. Dado que foram objeto de intensas discussões nos encontros de negociações para a elaboração do Protocolo, esses termos foram propositalmente deixados imprecisos, para que cada governo pudesse interpretá-los de acordo com a sua legislação interna (Ditmore; Wijers, 2003, p.84). Essas indefinições ocorreram em resposta à existência de distintos tipos de legislação sobre a prostituição adulta voluntária em diferentes Estados membros (Sullivan, 2003). Isso permitiu que Estados como Alemanha e Holanda, que regulamentam a prostituição como atividade profissional, ou como a Suécia, que a proíbe expressamente, se focassem apenas na prostituição forçada.

Ademais, critica-se o fato de se referir à atividade da prostituição quando o intuito deveria ser justamente o de desvincular o tráfico de qualquer atividade laboral e compreendê-lo bem mais como uma conduta na qual se usam meios fraudulentos para se explorar alguém (Anderson; O’Connell Davidson, 2004). Na realidade, o CATW e a Rede Internacional de Direitos Humanos exercitaram pressão para incluir a prostituição ou exploração sexual na definição da finalidade do crime de tráfico de seres humanos, mantendo, assim, a ligação entre as duas problemáticas. Junto com o grupo *Human Rights Caucus*, o GAATW, por sua vez, militou a favor da ampliação da noção de finalidade do crime de tráfico.

Conseguiram juntos condenar a criminalização da prostituição voluntária e incluir o trabalho forçado, a servidão por dívida e o casamento forçado na definição da finalidade do crime de tráfico, mantendo assim, ao contrário do CAWT, uma dissociação entre as duas problemáticas (Outshroom, 2005).

O Protocolo, portanto, não encerrou os debates sobre o tráfico e sua relação com a migração, a escravidão ou a prostituição. Forneceu uma nova definição e confirmou os direitos existentes. Não obstante, ele contém uma série de fragilidades nos seus instrumentos, deixando interpretações muito a cargo dos Estados ratificantes sem proteção obrigatória para as vítimas (Gallagher, 2001, 1004).

O Artigo 6 do Protocolo prevê a implementação de medidas para assegurar a recuperação física, psicológica e social das vítimas do tráfico de pessoas. Tendo em vista a fragilidade das vítimas, esse artigo atribui grande importância à saúde física e mental e à segurança das vítimas. Ele exige que os Estados ajudem as vítimas, prestando assistência social, médica e psicológica quando essas estiverem no seu território. Uma autorização de residência pode lhes ser concedida. O protocolo examina também a questão do retorno ou repatriação de vítimas de tráfico. Os países de destino devem garantir que as vítimas sejam repatriadas, o quanto antes o possível, voluntariamente e em condições de segurança. Os Estados têm a obrigação de aceitar e facilitar o repatriamento das vítimas, facilitando, por exemplo, o processo de devolução de seus documentos.

Ademais, em vez de propor medidas preventivas, normas de direitos humanos, direitos trabalhistas ou direitos sociais, o Protocolo defende medidas acima de tudo punitivas e anti-imigração, que têm como efeito a criminalização das vítimas. Se o Protocolo prevê no texto a proteção para as vítimas do tráfico, na prática as autoridades nacionais não reconhecem o status de vítima para as pessoas potencialmente exploradas; dessa forma, a lei permanece ineficaz, e a proteção, anulada.

Nessa primeira seção, analisei o regime internacional sobre migração laboral sexual e tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, destacando a tendência claramente abolicionista do direito internacional e a concepção das migrantes trabalhadoras do sexo como vítimas a serem salvas,

curadas, protegidas e reintegradas à "vida normal" das sociedades. Na seção seguinte, reduzo a lente normativa para o nível regional e analiso o regime europeu de governança da mobilidade e do trabalho sexual. Demonstrarei como o processo comunitário de securitização da imigração e do tráfico sexual contribuem para a criminalização das migrantes trabalhadoras do sexo.

## **2.2. O regime europeu de securitização das fronteiras comunitárias**

Nesta segunda seção, faço uma análise da política europeia sobre tráfico sexual e migração de trabalhadoras do sexo. Em primeiro lugar, faço um estudo aprofundado da arquitetura normativa da União Europeia no que diz respeito ao controle das fronteiras externas e ao combate ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. Apresento o processo comunitário de securitização da imigração, bem como o quadro legal atual da União Europeia sobre a questão do tráfico sexual.

Em segundo lugar, realço como o processo de securitização faz com que as migrantes irregulares prostitutas sejam identificadas como “ameaças” que colocam em risco a ordem pública, o modelo tradicional da família e da sexualidade feminina, e a soberania dos Estados europeus. A inflexão dos discursos de compaixão pelas vítimas de tráfico sexual contida nos discursos de criminalização das migrantes irregulares trabalhadoras do sexo se traduz no nível das políticas públicas por meio da passagem da necessidade de tutela por parte do Estado para o imperativo de controle e restrições dos movimentos das migrantes que pretendem entrar na União Europeia.

Em um último momento, analiso a forma através da qual os atores públicos de segurança constroem um perfil de risco para a categoria “prostituta migrante”, com o objetivo de controlar e disciplinar os movimentos das migrantes trabalhadoras do sexo irregulares. Os discursos de segurança sobre migração e tráfico sexual têm um impacto direto nos modos de governança das migrantes e na orientação das políticas migratórias. Nesse sentido, analiso a forma de governança das migrantes irregulares prostitutas e suas implicações, em termos de distanciamento, exclusão e deportação.

### **2.2.1. O direito europeu sobre migração e tráfico sexual**

A securitização da migração está inserida em um contexto histórico político, econômico e social peculiar - o período do pós-11 de setembro de 2001 -, que representou um momento de inflexão nas políticas migratórias globais. Em resposta à intensificação dos fluxos de migrantes para a União Europeia e ao aumento da ameaça terrorista em nível internacional, as medidas migratórias se tornaram cada vez mais rígidas no continente europeu.

#### **2.2.1.1. A institucionalização comunitária do controle de fronteiras e da imigração ilegal**

A administração dos fluxos de pessoas, bens e serviços interestaduais sempre foi um desafio para a integração da União Europeia. Desde o início, o liberalismo econômico se consolidou como base ideológica da integração comunitária, pregando a livre circulação de recursos para que esses fossem alocados de modo mais eficiente. Logo, a liberdade de movimentação transfronteiriça foi fundamental para o processo de integração regional.

Em 25 de Março de 1957, os representantes da Bélgica, da República Federal da Alemanha, da França, da Itália, de Luxemburgo e dos Países Baixos assinaram o Tratado que instituiu a Comunidade Econômica Europeia<sup>18</sup>. Com o artigo 48 do tratado, institucionalizou-se o conceito de liberdade de locomoção dos trabalhadores, que em seguida, se expandiu para a liberdade de pessoas em um sentido mais amplo. Nesse contexto, desenvolveram-se as noções de fronteira “interna” e “externa” à comunidade europeia, a interna designando aquela que separa os países-membros entre si, enquanto a “externa” delimitando o espaço da comunidade europeia de terceiros países. O duplo intuito da integração era o de amenizar as barreiras internas e, ao mesmo tempo, reforçar o controle da fronteira externa.

Desde o começo, o projeto europeu era intimamente ligado à necessidade de uma política comum de cooperação em relação à imigração em geral e à imigração ilegal em particular. Com efeito, as modificações geopolíticas após a

---

<sup>18</sup> Disponível em [https://www.cvce.eu/obj/treaty\\_establishing\\_the\\_european\\_economic\\_community\\_rome\\_25\\_march\\_1957-en-cca6ba28-0bf3-4ce6-8a76-6b0b3252696e.html](https://www.cvce.eu/obj/treaty_establishing_the_european_economic_community_rome_25_march_1957-en-cca6ba28-0bf3-4ce6-8a76-6b0b3252696e.html)

ruína dos regimes comunistas na Europa Oriental, o incremento da imigração para a União Europeia no final de 1980 e o aumento dos pedidos de asilo relacionados com conflitos fez a imigração irregular se tornar uma preocupação central para os tomadores de decisão políticos europeus. Para responder a esses novos desafios, as práticas comunitárias operacionalizaram um intenso processo de securitização da liberdade de circulação (Ferreira, 2011). Um complexo aparato de segurança se desenvolveu, por meio da proliferação de agências de inteligência e de segurança comunitária.

O início da cooperação europeia no domínio do controle fronteiriço e combate à migração irregular deu-se com a assinatura, em 14 de junho de 1985, do “Acordo de Schengen”<sup>19</sup>. Assinado inicialmente entre Alemanha, Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos, o Acordo de Schengen teve como objetivo a instauração de um regime de livre circulação para todos os nacionais dos países signatários. Para este fim, os tradicionais postos de fronteira nacionais foram suprimidos gradualmente, permitindo a livre circulação de europeus e nacionais de outros países que ingressaram legalmente na União Europeia. Ao mesmo tempo, o acordo internacional estabeleceu o controle comum da fronteira externa, por meio da harmonização da legislação em matéria de cooperação entre autoridades de fiscalização fronteiriça.

Criou-se também um banco de dados virtual chamado de “*Schengen Information System*” a fim de se tratar informações sobre pessoas e bens. Tal sistema é utilizado pelas autoridades policiais e judiciais dos Estados para monitorar e controlar os viajantes não europeus classificados como ameaças à segurança pública, executar um mandado de detenção europeu e facilitar o recolhimento de provas para os processos penais. A observação e o direito de perseguição transfronteiriça permitem que policiais de um determinado país continuem a vigiar ou perseguir um indivíduo suspeito no território de um outro país do espaço Schengen, sem autorização prévia. Além disso, centros de Cooperação Policial e Aduaneira foram estabelecidos nas fronteiras comuns, para garantir uma partilha eficiente dos recursos.

Nas décadas posteriores, observou-se um movimento de crescente institucionalização comunitária do controle de fronteiras (Ferreira, 2011). O artigo

19 Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/schengen\\_agreement.html?locale=pt](https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/schengen_agreement.html?locale=pt)

K.1 do Tratado de Maastricht<sup>20</sup> de 07 de fevereiro de 1992 junta no pilar “justiça e assuntos internos” todas as questões referentes a asilo, imigração, trânsito de pessoas, cooperação policial e judicial. No mesmo documento, foi criada a *European Police Office* (EUROPOL), um centro europeu destinado ao combate da criminalidade transnacional e ao reforço da cooperação policial entre os Estados-Membros.

O objetivo dessa agência europeia de Polícia é coordenar o intercâmbio de informações sobre atividades criminosas transnacionais na UE como terrorismo, tráfico de drogas e crime organizado, e promover ações conjuntas entre as polícias nacionais. A Europol fornece apoio estratégico e operacional às autoridades policiais dos Estados-Membros na luta contra a criminalidade organizada transnacional através de coleta, tratamento e análise das informações. Nos termos do artigo 4.º da Decisão Europol<sup>21</sup>, essa última tem competência para combater o tráfico de seres humanos e as redes de imigração clandestina na Europa. Nesse sentido, serve como base para interligar os inquéritos realizados nos diferentes Estados-Membros e identificar criminosos ou redes de imigração e exploração que operam nas fronteiras.

O tratado de Amsterdã<sup>22</sup> de 2 de outubro de 1997 revisitou os aspectos pendentes do Tratado de Maastricht, que eram emprego, livre circulação de cidadãos, justiça, política externa e de segurança comum e reforma institucional, tendo em vista acomodar a entrada de novos membros. Tornando-se o novo regulamento legal da UE, o Tratado de Amsterdã reitera o controle comunitário de fronteira externa como um objetivo fundamental. Ao criar um espaço de liberdade, segurança e justiça comum, as questões referentes à liberdade de movimentos, antes integradas a um pilar intergovernamental, passaram, então, a fazer parte do pilar comunitário<sup>23</sup>. O título IV do Tratado de Amsterdã instaura uma política única europeia de vistos, asilo, imigração e locomoção de pessoas no novo espaço europeu de “liberdade, justiça e segurança”.

20 Ver <http://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/maastricht-treaty>

21 Décision du conseil du 6 avril 2009 portant la création de l'Office européen de police, 2009/371/JAI), article 4, journal officiel de l'Union Européenne, site "europa". Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:121:0037:0037:FR:PDF>

22 Ver [https://europa.eu/european-union/sites/europa.eu/files/docs/body/treaty\\_of\\_amsterdam\\_pt.pdf](https://europa.eu/european-union/sites/europa.eu/files/docs/body/treaty_of_amsterdam_pt.pdf)

23 Ver <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/3/os-tratados-de-maastricht-e-de-amsterdam>

Para facilitar a ação das autoridades judiciárias da UE na luta contra a criminalidade organizada, o Conselho Europeu<sup>24</sup>, composto pelos chefes de governos dos Estados-membros se reuniram em outubro de 1999 na Finlândia. O Conselho de Tampere apelou para a criação de um órgão jurídico comunitário: a Unidade de Cooperação Judicial da União Europeia, a chamada *European Union's Judicial Cooperation Unit* (EUROJUST). Essa agência visa fomentar a cooperação entre as polícias e os magistrados nacionais na persecução e extradição de crimes transnacionais. Dessa forma, o sistema de justiça europeu tornou-se competente para intervir em investigações policiais e processos judiciais criminais. Assim, nos termos do artigo 6º da Decisão JAI/2002/187<sup>25</sup>, a Eurojust pode solicitar às autoridades competentes dos Estados-Membros a criação de uma equipe de investigação conjunta. Ela também garante a transmissão de informações entre as autoridades nacionais competentes, por meio de seu Sistema de Informação.

A institucionalização securitária da migração e da movimentação de pessoas acelerou-se com a agenda antiterrorista do pós-11 de setembro. Ao longo das reuniões do Conselho Europeu, o desejo de criação de um órgão comunitário de controle de fronteiras externas foi se amadurecendo (Ferreira, 2011).

A FRONTEX<sup>26</sup>, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira foi fundada em 2014, com o fim de gerenciar a cooperação operacional nas fronteiras externas dos Estados-membros da UE. Com sede em Varsóvia, na Polônia, a sua missão é a de ajudar os Estados-Membros da UE e os países associados do Schengen a proteger as fronteiras externas do espaço de livre circulação da UE. Em 2016, a Agência foi alargada e melhorada para se tornar a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, ampliando as suas funções, abarcando do controle da migração à gestão das fronteiras, e assumindo uma responsabilidade crescente no combate à criminalidade transfronteiriça. A FRONTEX é atualmente reconhecida como uma das pedras angulares do espaço de liberdade, segurança e

24 Ver [http://www.europarl.europa.eu/summits/tam\\_pt.htm](http://www.europarl.europa.eu/summits/tam_pt.htm)

25 Décision 2003/659/JAI Du Conseil du 18 juin 2003 modifiant la décision 2002/187/JAI instituant Eurojust afin de renforcer la lutte contre les formes graves de criminalité, Journal Officiel de l'Union Européenne, Europa Disponível em: <http://eurojust.europa.eu/doclibrary/Eurojust-framework/ejdecision/2003%20Amendment%20to%20Eurojust%20Decision%20%28Council%20Decision%202003-659-JHA%29/Eurojust-Council-Decision-2003-659-JHA-FR.pdf>

26 Ver <https://frontex.europa.eu/language/pt/>



justiça da UE, responsável por treinamentos e por ajudar nas trocas de informações entre entidades nacionais de controle de fronteira.

Dentro de um cenário de constante securitização institucional, o Tratado de Lisboa<sup>27</sup> (2007) aboliu a estrutura de pilares. Os aspectos relativos ao espaço de liberdade, segurança e justiça até então integrados ao terceiro pilar foram transferidos para o primeiro pilar. Doravante, os assuntos de imigração e polícia ficaram unidos sob o arcabouço comunitário. Nesse contexto, não apenas a imigração ilegal como também a criminalidade organizada transnacional foram encaradas como ameaças à integração europeia. O tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual se tornou uma prioridade na agenda de securitização da União Europeia, passando a ser tratado pelos mecanismos comunitários de segurança.

#### **2.2.1.2. O quadro normativo da União Europeia sobre o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual**

As organizações regionais e intergovernamentais adotaram suas próprias convenções e declarações sobre o tráfico de seres humanos. A União Europeia desenvolveu um conjunto de instrumentos legislativos e operacionais para combater esse fenômeno. Os textos adotados pela UE incentivam os Estados a cooperar e a desenvolver estratégias para combater e incriminar o tráfico de seres humanos, mas também para proteger e assistir suas vítimas.

Apesar de serem pouco vinculativos e coercitivos, os textos internacionais têm sido o catalisador de um movimento normativo europeu. Na sequência do protocolo de Palermo, a UE adotou a Decisão-Quadro 2002/629/JAI de 19 de julho de 2002<sup>28</sup> relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos, com o objetivo de incorporar determinadas disposições do Protocolo e clarificar as questões do conceito de vítima de tráfico e da irrelevância do consentimento, entre outros elementos. Contudo, tendo a considerado insuficiente para a proteção das vítimas de tráfico sexual, a União Europeia decidiu revogar a Decisão-Quadro de 2002 e substituí-la por outra diretiva. Sendo assim, a UE adotou, em 5 de abril de 2011, a

27 Ver <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/5/o-tratado-de-lisboa>

28 Décision-cadre 2002/629/JAI du Conseil, 19 juill. 2002, relative à la lutte contre la traite des êtres humains, JOCE, n° L. 203. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=CELEX%3A32002F0629>

nova Diretiva relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e para a proteção das vítimas.

A Diretiva 2011/36/UE<sup>29</sup> é um marco legal referência na luta contra o tráfico de seres humanos, pois estabelece normas mínimas comuns para determinar e sancionar as infrações relacionadas com o tráfico de seres humanos. A diretiva de 2011 promove uma intervenção mais abrangente, direcionada para direitos humanos, vítimas e questões de gênero. Essa nova diretiva tem como objetivos melhorar a coordenação dos Estados-membros na persecução da infração de tráfico de seres humanos, assim como reforçar e unificar as medidas preventivas para a proteção das vítimas. Ela também apresenta um conceito mais amplo de tráfico de seres humanos, introduzindo novas formas de exploração.

A nova diretiva tem um caráter mais vinculativo, uma vez que prevê sanções para os Estados-Membros que não cumpram as disposições. A diretiva exige que os Estados punam o tráfico de seres humanos sob pena de prisão de, pelo menos, cinco anos ou, pelo menos dez anos em caso circunstâncias agravantes. Além disso, os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas se beneficiem de proteção e assistência efetivas durante e após o processo penal, por meio da disponibilização, por exemplo, de provisão de moradia, assistência médica e psicológica, e serviços de interpretação e tradução caso necessário. Por fim, no que diz respeito às medidas preventivas, a diretiva exige que os Estados-Membros desencorajem a procura da prostituição através da educação e formação, realizem campanhas de informação e sensibilização, e formem agentes públicos competentes.

As questões relativas à residência e ao estabelecimento não são abordadas na diretiva de 2011 e continuam sendo reguladas pela Diretiva 2004/81/CE<sup>30</sup>, de 29 de Abril de 2004. Tal diretiva, relativa à autorização de residência emitida a nacionais de países terceiros que sejam vítimas de tráfico de seres humanos ou que tenham sido sujeitas a uma ação para facilitar a imigração ilegal, estabelece que os países cooperem com as autoridades competentes.<sup>31</sup> O objetivo dessa

29 Directiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=legissum%3Ajl0058>

30 Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:I33187&from=FR>

31 Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32004L0081>

diretiva é incentivar a cooperação e prestar assistência às vítimas de tráfico ou imigração ilegal por meio da concessão de títulos de residência temporária.

Depois de termos estudado os mecanismos jurídicos de controle das fronteiras e de combate ao tráfico sexual no nível europeu, é preciso entrar mais profundamente na análise teórica do processo de securitização das migrantes irregulares que se prostituem na Europa. A próxima parte desta seção procura analisar a maneira através da qual a “migrante irregular prostituta” é interpretada como uma ameaça existencial para o bem-estar e a segurança dos Estados europeus. Exploro de que forma os discursos e as práticas de segurança atrelados a essa determinada categoria de risco que a constitui possibilitam a aplicação de medidas de regulação dos comportamentos e movimentos das migrantes não documentadas que se prostituem no continente europeu.

### **2.2.2. A securitização da “migrante trabalhadora do sexo” na Europa**

A definição das características “ameaçadoras” da migrante irregular prostituta é fundamental para poder classificá-la como objeto de perigo para a segurança dos cidadãos e dos Estados Europeus. A construção retórica do “outro perigoso” é um passo essencial, com base no qual se possibilita a implementação de políticas migratórias rígidas e a aplicação de medidas de criminalização e de deportação para os seus países de origem.

#### **2.2.2.1. Discurso de segurança e identificação da migrante trabalhadora do sexo como um “outro ameaçador”**

No âmbito dos debates contemporâneos acerca do tráfico de mulheres, os discursos dominantes se constroem em torno de uma imagem “típica” da pessoa traficada (Berman, 2003). Enquanto por um lado são acentuadas a crueldade e a maldade dos traficantes, por outro lado são enfatizadas a inocência e a ingenuidade das vítimas (Jahic; Finckenauer, 2005). Os discursos dominantes se baseiam principalmente no campo semântico da vulnerabilidade e no uso frequente da palavra “vítima”. Seguindo uma posição abolicionista, os textos

oficiais retratam as mulheres traficadas como jovens, pobres, pouco educadas e com situações familiares e sociais difíceis.

Outra característica dos discursos anti-tráfico é a tendência a infantilizar as migrantes prostitutas (Doezema, 2004). Ao se associar as migrantes prostitutas a crianças, destaca-se a ideia de que o projeto de migração para Europa com o fim de exercer a prostituição não pode ser o resultado de uma decisão madura, consciente e autônoma, mas sim de uma falta de juízo devida à idade (Osborne, 2004). Comparar as migrantes prostitutas a crianças, irresponsáveis perante a lei, evidencia a compreensão geral das mulheres imigrantes como ingênuas e incapazes de serem responsáveis pelo seu destino a partir de critérios racionais. Facilmente enganadas, portanto, necessitariam de proteção e tutela por parte dos Estados.

Conforme mencionado acima, tanto a Diretiva 2011/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à prevenção e à luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, como a Estratégia para a Erradicação do Tráfico de Seres Humanos 2012-2016<sup>32</sup> têm como preocupação central a proteção das vítimas do tráfico. Os Estados-membros da União Europeia são incentivados a assegurar a proteção e assistência às vítimas e testemunhas do tráfico, para conter os riscos de intimidação ou represálias por parte dos traficantes. Insistindo na vulnerabilidade da vítima, os textos europeus atribuem uma grande importância à sua segurança e saúde física e mental. As vítimas, vistas como inocentes e desamparadas, necessitam de auxílio por parte dos assistentes sociais, que são representados, nesse contexto, como salvadores e protetores.

De acordo com a lógica de Claudia Aradau (2004, 2008), a construção da figura da vítima como inocente é uma estratégia que faz parte, de maneira mais ampla, de um discurso humanitário de compaixão baseado no registro emocional. O processo de vitimização serve como base para o desenvolvimento de uma “política de compaixão”. Ao destacar a desolação da pessoa traficada, apela-se às emoções e ao reconhecimento do sofrimento da vítima para que se possa, então, criar formas de solidariedade. Os textos de direitos e relatórios oficiais no nível regional da União Europeia enfatizam o papel fundamental dos serviços sociais no

32 Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, Estratégia da União Europeia para a erradicação do tráfico de seres humanos 2012-2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52012DC0286>

acompanhamento e na reinserção social das prostitutas. Os assistentes sociais devem oferecer apoio material e psicológico, além de ajudá-las se estiverem em situação de perigo.

Em última instância, o objetivo é de incentivá-las a deixar o universo da prostituição. A vítima é considerada a partir de uma perspectiva psicológica como “anti-social” e que, portanto, deve ser “curada” e reinserida na sociedade. No caso das migrantes ilegais, os textos estipulam que os Estados devem garantir o regresso das vítimas de tráfico, seja de forma voluntária ou pela força. Aqui, as migrantes prostitutas são reduzidas ao silêncio e os agentes sociais são considerados os mais adequados para representar os seus interesses. Assistimos um ponto de inflexão: as migrantes traficadas não são mais consideradas como vítimas a serem resgatadas, mas como causas de insegurança para os Estados europeus.

As imigrantes têm sido definidas pelos discursos dominantes ocidentais como diferentes, exóticas, raras, em outras palavras, como “outras”. As mulheres provenientes dos países do Sul global são geralmente identificadas a partir de aspectos étnicos e raciais. Por exemplo, a sexualidade das mulheres latino-americanas e das brasileiras, em particular, tem sido enfatizada como um atributo significativo. No seu estudo sobre as brasileiras na indústria do sexo na Espanha, Adriana Piscitelli (2007a, 2007b, 2009a, 2009b) destaca que, além de serem retratadas como mulheres amáveis e carinhosas, as representações comuns definem as brasileiras principalmente pela sua sensualidade e erotismo, como se fossem naturalmente sexualizadas.

De modo geral, as “outras” mulheres, ou seja, aquelas provenientes de etnias, raças, culturas e sociedades fora do mundo ocidental, são designadas como vítimas, incapazes de autonomia, incultas, sexualizadas e submetidas a modelos tradicionais de gêneros. Essa suposta vulnerabilidade conduz a um segundo passo, que culmina na identificação da migrante irregular prostituta como ameaça. O argumento fundamental é que, por serem ingênuas, as migrantes se colocam como vulneráveis, em alto risco de serem enganadas, recrutadas e traficadas por redes criminais transnacionais. Sem permissão de residência, essas mulheres se põem

em situação de ilegalidade, e portanto, tornam-se criminosas diante das leis europeias.

Em suma, a instrumentalização da imagem das migrantes prostitutas na Europa como vítimas passivas, pobres, ingênuas, enganadas e submetidas aos maus-tratos dos traficantes faz parte de uma estratégia discursiva que leva à legitimação da intervenção pública para criminalizá-las. Para autores da teoria crítica da migração e da prostituição, a figura convencional da “vítima” traficada desamparada alimenta o “discurso de salvação”, que, em última instância, elimina qualquer possibilidade de agência (Berman, 2003). Nas representações dominantes, não apenas os interesses e os direitos das mulheres migrantes são ignorados, como também a sua possibilidade de autonomia, de reivindicação e atuação é neutralizada. De acordo com essa perspectiva, o fato de se afirmar que as migrantes irregulares prostitutas são vítimas e criminosas cria as condições próprias da sua vulnerabilidade e ilegalidade.

#### **2.2.2.2. Processos de categorização e securitização da “migrante traficada”**

Definida quase sempre de modo pejorativo, a prostituição está conotada em nossas sociedades por uma forte valoração moralista (Kempadoo & Doezema, 1998). A prostituição implica a estigmatização como forma de sanção pela transgressão moral. Por ser considerada como um trabalho “sujo” e “imoral”, as migrantes prostitutas estão submetidas a um olhar normativo de tipo moral. Geralmente representadas como desviantes, as prostitutas são consideradas como aquelas que negam a essência ou a moralidade feminina, portanto devem ser objeto de formas de controles específicos (Mayorga, 2011). Além do estigma moral, a migrante irregular prostituta carrega um outro estigma com forte valor depreciativo devido à sua situação de irregularidade: o estigma criminal. Por um lado, por exercer uma atividade considerada “indecente”, a migrante irregular prostituta se diferencia, por um lado, do resto das mulheres imigrantes; por ser “ilegal”, se diferencia por outro, do grupo das outras trabalhadoras do sexo europeias.

Seguindo a lógica de Didier Fassin (2011), essa dupla estigmatização pode ser abordada como duas fronteiras que separam as migrantes irregulares

prostitutas da sociedade de acolhimento. Enquanto as fronteiras externas – *borders* – são geralmente vistas como limites territoriais que definem e se associam às entidades políticas (Estados) aos sujeitos legais (cidadãos), as fronteiras internas – *boundaries* – são consideradas construções sociais que estabelecem diferenças simbólicas (de classe, de gênero ou de raça) e produzem identidades (nacionais, étnicas ou culturais). Nessa perspectiva, as migrantes prostitutas enfrentam duas fronteiras que reforçam o processo de distanciamento delas frente à sociedade de acolhimento: a fronteira externa, por serem estrangeiras, e a fronteira interna ética, por exercerem a prostituição.

Muitas vezes, as representações dominantes sobre o tráfico sexual se baseiam em uma retórica binária. O estereótipo da migrante prostituta como passiva, pobre e ingênua se opõe e responde no outro lado do espectro ao estereótipo da “trabalhadora do sexo” europeia ativa, capacitada e ciente das próprias escolhas. Dependendo do ângulo de abordagem da problemática, as dicotomias primeiro mundo / terceiro mundo, rico / pobre, branco / preto, ativo / passivo, livre/traficada, prostituição voluntária / forçada, representam uma variedade de modos de definição e de demarcação do “diferente” (Andrijasevic, 2004). Os estereótipos, definidos como construções estéticas e sociais (Dyer, 1993), têm como função condensar e ordenar uma grande quantidade de conotações complexas em imagens simples e fáceis de se entender. Organizados em torno de uma narrativa padrão estática, os estereótipos são, portanto, fixos. Isso é particularmente relevante para a figura da vítima de tráfico sexual na perspectiva abolicionista: o estereótipo da vítima inocente, vulnerável e manipulada pelos traficantes permite reduzir a complexidade da sua realidade social.

Tal estereótipo é também uma maneira de se preservar a fronteira entre os grupos sociais, especialmente em situações em que diferenças entre categorias sociais não são claramente perceptíveis. Os estereótipos separam o que na realidade é muito mais fluído. Dessa forma, os estereótipos da trabalhadora do sexo branca europeia, capacitada e consciente das suas próprias escolhas, e, em contrapartida, da migrante irregular, traficada, vulnerável e ingênua, permitem discriminar as duas categorias, quando na realidade essas se misturam e se

interpenetram. A separação com o outro externo permite, ao mesmo tempo, a demarcação da entidade autônoma interna. Ao definir as migrantes irregulares como “outras”, se define simultaneamente a própria identidade da mulher europeia.

Segundo a escola de Copenhague, a segurança refere-se, acima de tudo, a uma situação existencial na qual a sobrevivência do Estado como unidade política está ameaçada (Buzan et al., 1998). “*In the context of the international system, security is about the ability of states and societies to maintain their independent identity and their functional integrity.*” (Buzan, 1991, pp. 18-19). Para Jef Huysmans (2006), designar o deslocamento de pessoas como perigo existencial é um ato politicamente constitutivo que afirma e reproduz a unidade de uma comunidade política. De fato, no movimento de securitização da migração, se destaca o desejo de se criar a imagem de uma unidade completa e harmoniosa que está enfrentando uma ameaça de conflito ou um risco de desintegração devido a fatores externos. “*Everyday accounts of unease towards migration are connected to an existential situation in which political autonomy and unity is constituted by representing a hostile environment.*” (Huysmans, 2006, p 50-51).

Nesse sentido, além do objetivo de proteger a autonomia da unidade política, a securitização da migração é um modo particular de se definir a identidade própria da unidade em um mundo plural. Assim, a segurança funciona a partir de uma relação dialética constitutiva entre o dentro e o fora, ou seja, com base na ideia de que a unidade interna está vinculada à sua separação com a pluralidade externa (Walker, 1993). Esta interpretação implica que a securitização das migrantes irregulares prostitutas é um ato político constitutivo: o fato de se proclamar que os fluxos de pessoas põem em perigo a sobrevivência e a autonomia das comunidades europeias afirma, simultaneamente, a unidade e a soberania da União Europeia.

Segundo Jef Huysmans, os migrantes e os refugiados são uniformizados em uma força coletiva perigosa (Huysmans, 2006, p 58). As individualidades são aniquiladas em favor de uma massa única que põe em perigo a comunidade em que desejam entrar. A diversidade das biografias individuais e a multiplicidade de motivos para a emigração são eliminadas e absorvidas em uma entidade



unificadora, resumidas na palavra “imigrante”. A particularidade das histórias de vida, as razões singulares e as circunstâncias sociais e familiares não são mais relevantes para o processo de delimitação entre “os cidadãos”, por um lado, e “os imigrantes”, por outro.

Nomear o imigrante como ameaça existencial para os recursos do Estado-providência e para a estabilidade sociocultural da Europa é a condição prévia para invocar uma lógica de amigos e inimigos. Michael C. Williams (2003) destaca o papel que a identidade e o sentimento de pertencimento desempenham nas relações de segurança. “*A successful securitization of identity involves precisely the capacity to decide on the limits of a given identity, to oppose it to what it is not and to cast as a relationship of threat and even enmity [...]*” (Williams, 2003, p 518). Ao definir a identidade social como singular, a securitização nega a multiplicidade das identidades sociais. Para o autor, securitizar a migração implica na reificação de uma “identidade monolítica” na qual a subjetividade, a pluralidade e a diversidade são canceladas. Assim, qualquer forma de negociabilidade ou flexibilidade identitária é minimizada.

Em última instância, a securitização da migração de mulheres funciona através da categorização das migrantes irregulares prostitutas como inimigas ameaçadoras, tendo em vista proteger o bem-estar e a soberania dos Estados europeus. O processo de categorização ou de rotulação – *labeling* – das migrantes irregulares prostitutas é uma prática instrumental que serve, em última análise, aos interesses dos Estados. Os rótulos têm significados políticos muito poderosos porque constroem identidades particulares (Zetter, 1991). Os procedimentos burocráticos precisam construir artificialmente rótulos, com o objetivo de identificar categorias de clientes e logo implementar políticas específicas. Ao etiquetar os sujeitos como “migrantes” e “prostitutas”, os Estados as distinguem do resto dos cidadãos, legitimando, assim, políticas públicas adequadas. Dessa forma, o rótulo “traficada”, geralmente associado à migrante prostituta, lhe confere a identidade de “vítima”, que possibilita a implementação de políticas de vitimização. Da mesma forma, o rótulo “irregular” assina a identidade de “ilegal”, que condiciona a implementação de políticas de criminalização.

Com efeito, duas dinâmicas ambivalentes se entrelaçam nas políticas de luta contra o tráfico sexual. Por um lado, a crescente compaixão pelas vítimas do tráfico; por outro, a crescente hostilidade contra as mulheres ilegais que perturbam a ordem pública e têm estreitas ligações com criminosos. Claudia Aradau (2004, 2008), nos seus estudos sobre a articulação entre as políticas de compaixão e as políticas de risco na securitização do tráfico de seres humanos, revela a criação de um perfil típico da “vítima-criminosa” como base indispensável de uma estratégia política. Com isso, duas imagens são construídas e articuladas ao mesmo tempo: a imagem de um indivíduo em perigo de ser traficada e a de um indivíduo como um perigo para a sociedade. Enquanto está desenhada a imagem da “vítima” desamparada e inocente, por outro lado se destaca a imagem da migrante “ilegal” que deve ser enviada de volta para seu país de origem, sendo considerada uma ameaça à estabilidade e à ordem social.

É com base nessa dupla periculosidade que ocorre a inflexão da compaixão pela vítima para a repressão da migrante ilegal e que se desenvolve o duplo processo de vitimização e criminalização. A imagem ideal da vítima vulnerável, que os atores abolicionistas têm retratado, transforma-se para reaparecer sob os traços de uma “vítima criminosa” que precisa ser condenada pelo crime que cometeu ao vir para Europa e ao se envolver na prostituição (Jacksic 2008; 2011). A vítima inocente de traficantes, que merecia compaixão, é transfigurada em uma estrangeira perturbadora, que deve ser expulsa do espaço europeu. Assim, as migrantes traficadas não são mais consideradas como vítimas a serem resgatadas, mas como ameaças para os Estados europeus.

Vimos que através do processo de securitização, as migrantes irregulares prostitutas são identificadas como ameaças que colocam em risco a ordem pública, o modelo tradicional da família e da sexualidade feminina, e a soberania dos Estados europeus. A inflexão dos discursos de compaixão pelas vítimas de tráfico sexual para os discursos de criminalização das migrantes irregulares prostitutas se traduz no nível das políticas públicas pela passagem da necessidade de tutela por parte do Estado para o imperativo de controle e restrições dos movimentos das migrantes que projetam entrar na União Europeia.

Na próxima seção, analiso de que modo os atores públicos de segurança constroem um perfil de risco para a categoria das migrantes irregulares prostitutas com o objetivo de controlar e disciplinar seus movimentos. Os discursos de segurança têm um impacto direto nos modos de governança das migrantes e na orientação das políticas migratórias. Após o estudo dos discursos dominantes sobre a migração e o tráfico sexual, faz-se necessário analisar a forma de governança das migrantes irregulares prostitutas e as suas implicações em termos de distanciamento, exclusão e deportação.

### **2.2.3. A governança europeia de uma categoria de “risco”**

#### **2.2.3.1. A gestão de risco como técnica de governança**

A literatura sociológica sobre a "sociedade de risco" foi inspirada, antes de tudo, pelas obras de Ulrich Beck (1992), que colocou o risco no centro da sociedade pós-industrial. Segundo ele, a sociedade de risco pode ser concebida como um mundo caracterizado pelas incertezas e o descontrole, gerados pelas inovações tecnológicas cada vez mais aceleradas. Seu argumento central é que a modernidade marca um momento de ruptura histórica. A sociedade industrial clássica, que se baseava na produção e na distribuição de riqueza, está sendo reconfigurada em “sociedade de risco”, na qual a repartição dos riscos não correspondem mais às diferenças sociais e econômicas; pelo contrário, são mais democráticos e globalizados. Nesse novo cenário global, a noção de “risco” torna-se essencial.

O risco pode ser definido como um cálculo racional que indica a probabilidade de um evento acontecer no futuro. Assim, o risco é uma forma de racionalidade que pode ser mensurável e calculável segundo as leis da probabilidade. Vários autores dos campos da sociologia e da criminologia apontaram uma crescente prevalência da mentalidade de risco na área da segurança como um aspecto da nova modernidade.

Para Rita Abrahamsen e Michael C. Williams (2010), a modernidade neoliberal se traduz por mudanças nas atitudes, normas e práticas de segurança:

“Risk is not simply a synonym for danger; it is a particular way of thinking about and responding to potential dangers. Risk is preventative, not restorative; it is primarily actuarial and calculative and works by designing and controlling

spaces, by the collection of statistics and the production of categories of danger, and through surveillance.” (Abrahamsen e Williams, 2010, p 78).

Segundo os dois autores, no que se refere à esfera penal e jurídica, uma das características mais notáveis do neoliberalismo é o processo de despolitização e racionalização do crime que está em andamento. O crime se transfigurou de uma questão política a um problema técnico a ser gerenciado através de instrumentos tecnológicos. Tratado como uma questão de responsabilidade moral de cada pessoa, o comportamento criminoso é cada vez mais atribuído às características individuais. Dessa forma, os criminosos são representados como atores racionais, responsáveis e moralmente culpados por suas próprias ações. Os fatores sociais que outrora explicavam o desvio são, a partir daí, eclipsados e substituídos pela primazia do argumento econômico, que enfatiza o cálculo racional e a ação oportunista. Consequentemente, as respostas enfatizadas como soluções são de tipo técnico e gerencial, e ocorrem através de meios de controle espacial, monitoramento e regulação dos fluxos ou identificação de perfis de risco.

A perspectiva de gestão de risco é uma combinação específica de várias racionalidades e tecnologias de risco. A prevenção de desordens sociais é um tipo de racionalidade clínica que se baseia no conhecimento aprofundado em áreas específicas da psicologia e psicanálise, para identificar a probabilidade de uma pessoa cometer um ato violento (Aradau, 2004). Nessa compreensão preventiva, os riscos resultam de uma “combination of abstract factors, which render less probable the occurrence of undesirable modes of behaviour” (Rose, 1989, p 287). Faz-se necessário, portanto, prevenir um perigo futuro, mesmo se for virtual, antes que esse seja realizado no presente. A prevenção do risco significa, então, a antecipação da ocorrência de eventuais comportamentos sociais indesejáveis. O medo do perigo futuro é usado para recorrer à técnica de gestão de risco, técnica principal da securitização:

“Here is the main technique of securitization, to transform structural difficulties and transformations into elements permitting specific groups to be blamed, even before they have done anything, simply by categorizing them, anticipating profiles of risk from previous trends, and projecting them by generalization upon the potential behavior of each individual pertaining to the risk category” (Bigo, 2002, p 81).

Sendo assim, a periculosidade torna-se "*a quality immanent to a subject*" (Castel, 1991, p. 287) e, por consequência, as práticas de risco referem-se a uma avaliação qualitativa das pessoas. Para Claudia Aradau (2004), a governança do tráfico sexual origina-se da delimitação e da categorização de grupos de “alto risco” de serem traficados. Através do conhecimento psicológico, a gestão dos riscos clínicos cria perfis específicos para conter o risco das categorias de pessoas consideradas como tendo problemas mentais e emocionais. “*A risk identity is therefore constituted through a combination of therapeutic interventions, pathological categorizations and a statistical calculation of the incidence of certain factors in a population group*” (Aradau, 2004, p 268). A designação das mulheres traficadas como população “de risco” lhes confere, portanto, uma certa identidade que permite constituí-las como sujeitos de governança.

Com efeito, para os profissionais de psicologia, além de ser uma experiência traumática em si para as mulheres, o tráfico é também relacionado a fatores traumáticos no passado da vítima. “*Victims of trafficking thus suddenly begin appearing in reports as doubly traumatized, both by the experience of trafficking and by earlier/childhood experiences of abuse.*” (Aradau, 2004, p 272).

Os eventos traumáticos no passado da vítima - abuso sexual na infância, ambiente familiar disfuncional, violência doméstica - são evidenciados pelos especialistas como elementos que aumentam a probabilidade de essa ser traficada. Nessa visão clínica, o fato de ter sido vítima de tráfico torna-se um indicador de comportamentos futuros de risco. Ao sugerir que a maioria das vítimas de abusos sexuais passados continua experimentando sequelas de longo prazo - distúrbios sexuais, depressão, ansiedade, comportamento suicida -, os estudos psicológicos enfatizam a importância da continuidade do trauma. Assim, por ter sido vítima de abuso sexual ou de tráfico no passado, as mulheres apresentam o risco de ser uma futura vítima de tráfico, ou até mesmo uma futura ofensora sexual. A continuidade temporal do trauma é precisamente o elemento desencadeador que ativa a lógica da gestão de risco:

“The risk of women migrating or being re-trafficked is thus to be contained and prevented; they are to be surveyed and disciplined, subject to trauma therapy with the purpose of turning them into subjects able to monitor their own risk. Risk technologies have made possible the specification of the victim — previously

the object of pity — as inherently and perpetually ‘risky’, thus subverting the emotional promise of the politics of pity and turning it into an abstract suspicion of risk.” (Aradau, 2004, p 275).

O risco serve para governar a conduta de indivíduos, coletividades e populações (Dean, 2009). A construção do perfil típico da migrante prostituta em risco de ser traficada é identificada como uma estratégia que instaura os mecanismos de controle dos corpos das vítimas. Os movimentos e os comportamentos das migrantes são regulados e disciplinados para alinhá-los com os interesses do Estado. A noção de disciplina traduz, aqui, novas formas de controle biopolítico (Foucault, 1976) sobre as migrantes irregulares que transgridam as fronteiras soberanas. Por meio de uma vasta rede de técnicas e tecnologias, a “biopolítica” (Foucault, 1976) é uma técnica de governo que gerencia e direciona os corpos das vítimas de tráfico sexual, com o objetivo de sintonizá-los com as necessidades do Estado moderno. Segundo Michel Foucault (1976), a noção de biopolítica diz respeito a uma transformação da forma de governar do Estado, que passou de um poder de morte para um poder sobre a vida, por meio do gerenciamento da população. Assim, o poder soberano se afirma através da governança da vida biológica, em vez da vida política. Isso reduz o cidadão no que Agambem (1998) chama de “*bare life*”, a vida nua. O sujeito da política não é mais o cidadão, mas a gestão da própria vida biológica em si. Dessa forma, a biologização da política transforma a vida em uma função, reduzindo-a às suas essências biológicas e à sua função de sobrevivência.

### **2.2.3.2. Reafirmação do Estado soberano e mecanismos de distanciamento, exclusão e deportação das migrantes trabalhadoras do sexo**

A migração torna-se um espaço no qual o Estado pode atuar sobre as fronteiras e os corpos a Serviço da demanda de segurança nacional e global. Segundo Jacqueline Berman (2003), os discursos dominantes sobre o tráfico sexual constituem um meio para o Estado exercer seu poder soberano. De fato, tais estratégias discursivas reafirmam o papel do Estado como protetor das fronteiras soberanas, como garantidor da comunidade política e como agente normalizador de seus cidadãos. “Because sex-trafficking discourses function as a

constitutive part of border issues, they become a means through which the state redress this “grave threat” to security, can claim control over the border and perform the role of “securer” of the nation " (Berman, 2003, p. 50).

Ao deportar as migrantes e ao eliminar as ameaças internas ao modo de vida europeu, o Estado reitera seu direito de intervir sobre o indivíduo e sobre as populações. Sendo assim, os discursos dominantes funcionam como uma tecnologia governamental na qual o Estado procura reafirmar a sua posição na contenção da ansiedade criada pela integração europeia e pela globalização e relegitimar a sua função como árbitro e representante da comunidade política. Os atos de exclusão e deportação, ao mesmo tempo que fortalecem a imagem da pureza da comunidade política, também legitimam o papel do Estado em representá-la e protegê-la (Berman, 2003, p 62). Sendo assim, discurso do tráfico sexual não apenas exclui os "ilegais" de pertencer à mesma nação. Ele também atribui uma coerência "racial" e "moral" à comunidade política.

Para que um problema seja securitizado com sucesso, a ameaça existencial deve justificar a suspensão das regras “normais” do jogo político (Buzan et al., 1998). O perigo tem que ter efeitos suficientes para convencer o público a tolerar as violações das regras de direito, que seriam normalmente respeitadas. Nos discursos dominantes sobre o tráfico sexual, a estrutura retórica relacionada à ideia de extrema vulnerabilidade e de emergência conduzem a necessidade de uma resposta imediata por parte do Estado. O tráfico representa uma ameaça existencial que põe em perigo a integridade política da comunidade. Sendo apresentado como uma questão de segurança de suprema prioridade, o tráfico sexual exige a suspensão provisória da política normal e das regras de direito, a fim de ser tratado e combatido através de meios extraordinários.

Assim, a emergência justifica a implementação de medidas políticas extraordinárias, como o fechamento das fronteiras, a deportação, ou a tutela das vítimas por parte dos agentes públicos. A fronteira entre os cidadãos e os migrantes é facilmente desfocada, e portanto, não há uma clara distinção entre os cidadãos seguros e os imigrantes ameaçadores - o que conduz ao surgimento de um ambiente generalizado de medo. Segundo Karin Fierke (2007), a

reconfiguração das relações entre cidadãos e migrantes cria um clima de insegurança e mal-estar. A ansiedade leva à formação de um estado contínuo de exceção, que reproduz o poder soberano. Para a escola de Copenhague, a suspensão da política normal torna-se, nesse caso, um "estado permanente de exceção". *"In the state of exception, the sovereign becomes both the law and outside he law, imposing extra-judicial exceptional powers or a permanent state of emergency, which becomes an important technology of governmental control."* (Fierke, 2007, p 116). A suspensão dos poderes legislativos e judiciais convencionais e a concentração do poder nas mãos do executivo central constituem o estado de exceção.

Para Huysmans, as políticas de insegurança visam a identificar e excluir determinadas categorias de pessoas, reificando-as como perigosas (Huysmans, 2000). No caso das políticas migratórias, essas crenças negativas levam a ações discriminatórias contra o grupo dos migrantes. Os discursos e as políticas de segurança ordenam as relações sociais através da distribuição do medo e da confiança: "Security framing constitutes domains of political interaction by distributing and administering fear and trust. Human relations are arranged by distinguishing those one can trust from those one should fear." (Huysmans, 2006, p 51). As relações de confiança se articulam por meio de um distanciamento da comunidade política de seres humanos outros, que não podem ser confiáveis e, por consequência, devem ser temidos.

No caso das políticas migratórias, a confiança é administrada por meio da gestão e do controle dos estrangeiros perigosos. Em outras palavras, através do fechamento das fronteiras, do controle da entrada dos imigrantes ou da implementação de medidas de expulsão ou deportação. A título de exemplo, no caso do tratamento dos pedidos de regularização de situação das migrantes vítimas de tráfico sexual na Europa, à primeira vista, as mulheres já são suspeitas de terem inventado ou modificado as próprias narrativas, para que possam se enquadrar no tráfico enquanto categoria, e com isso, aumentar as suas probabilidades de obter vistos ou permissão de residência. O primeiro passo dos policiais encarregados de investigar as redes criminais é o de avaliar a veracidade das denúncias das



migrantes, detectar as mentiras nas histórias pessoais e impedir a permanência das migrantes econômicas no território nacional.

No processo de securitização das migrantes, o medo do estrangeiro funciona como princípio organizacional (Huysmans, 2006), já que contribui para categorizar e ordenar as relações humanas. As políticas de segurança se propõem a enfrentar as incertezas na diferenciação das relações humanas benignas e perigosas, distinguindo as populações confiáveis das populações que não o são. “The securitization of migration is then a process that creates continuous unease and uncertainty, focusing general fears and the “social distribution of bad” on the specific category of the immigrant” (Bigo, 2002, p 78).

Para assegurar a sobrevivência da comunidade política, as ameaças precisam ser continuamente controladas e enfrentadas, até serem eliminadas. A política de segurança é ligada a uma estratégia de distanciamento ou neutralização das ameaças (Huysmans, 2006). A relação com o ambiente hostil é administrada, mantendo-se os perigos existenciais à distância, o que produz uma dinâmica de inclusão e exclusão. De fato, os instrumentos administrativos e as práticas quotidianas de segurança produzem uma estratificação social que exclui os imigrantes da comunidade estabelecida. Dessa forma, as deportações de migrantes irregulares prostitutas representam a forma mais radical de excluir as populações de risco do território nacional.

Para Julia Mayorga, no que diz respeito ao tráfico sexual e às políticas migratórias, “cor, cultura, religião, procedência e raça são utilizadas para excluir, inferiorizar e explorar o outro” (Mayorga, 2011, p 330). A raça, a etnia ou a cultura são características-chave do jogo de relações de poder e de exclusão entre cidadãos europeus e estrangeiros, ou entre mulheres europeias e imigrantes. Seguindo o argumento de Jef Huysmans (2006), as políticas de integração dos migrantes representam uma estratégia mais sutil e menos radical, de redução ou eliminação da diferença entre os estrangeiros e os cidadãos. Essas políticas visam a diminuir ou a aniquilar as qualidades perigosas ou perturbadoras dos estrangeiros. De fato, a meta dos programas de reinserção profissional das migrantes regularizadas é a de incitar a saída do universo da prostituição, para que se encontre uma atividade mais decente e compatível com o modo de vida

européu. Da mesma forma, a ocultação dos elementos culturais ou religiosos se torna essencial para sua incorporação no sistema de valores ocidental. O objetivo final é o de destruir as características culturais ou morais singulares dos estrangeiros para preservar e garantir a identidade da comunidade ameaçada.

Nessa segunda seção, estudei o atual regime normativo europeu sobre migração, o trabalho do sexo e o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. Após termos estudado a articulação entre migração e trabalho do sexo no nível internacional bem como no nível regional europeu, agora é o momento de reduzir ainda mais a nossa lente normativa e focar na escala nacional.

### **2.3. A legislação francesa sobre prostituição e tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual**

Nessa seção, desenvolvo um estudo crítico da legislação francesa e de seus impactos no terreno, ou seja, nas condições de trabalho e de vida das migrantes trabalhadoras do sexo. Depois de apresentar as disposições principais da recente lei de 6 de abril de 2016, mostrarei as suas repercussões práticas em termos de seus efeitos na vulnerabilização e precarização das profissionais do sexo que trabalham na rua. Se por um lado a vertente social da lei parte do intuito de proteger as vítimas de exploração sexual e reinserir as pessoas prostitutas na sociedade francesa, é a vertente repressiva da lei a que prevalece, por meio da criminalização dos clientes e das repressões da prostituição de rua em nível local. Por trás da vontade de promover e respeitar os direitos das pessoas prostitutas e proteger os sujeitos mais precários, as preocupações migratórias do governo francês continuam sendo as mesmas, ou seja: restringir os fluxos de migrantes em geral e a entrada de migrantes prostitutas em particular.

#### **2.3.1. As principais disposições da lei de 13 de abril de 2016**

Na França, os debates parlamentares a respeito do Projeto de Lei acerca do “reforço da luta contra o sistema de prostituição” chegaram ao fim no dia 6 de abril de 2016. Sendo uma proposta da campanha política presidencial de François Hollande de 2012, esse projeto de lei foi objeto de intensos debates desde 2013. Contudo, a lei n°2016-44 de 13 de abril de 2016 foi finalmente aprovada pela

Assembleia Nacional, tomando como exemplo a legislação sueca para se combater o chamado “sistema prostitucional”.

A lei de 13 de abril de 2016 baseia-se em três disposições principais: a revogação da infração de solicitação pública de prostituição, a proibição de compra de ato sexual, e a criação de um percurso de saída da prostituição.

### **2.3.1.1. A revogação da infração de solicitação pública de prostituição**

Antes de tudo, a lei de 13 de abril de 2016 revogou a lei sobre a segurança interior - *Loi de la Sécurité Interieure* - de 18 de março de 2003, que punia as prostitutas que solicitassem clientes na rua. O artigo 225-10-1 do código penal francês definia a solicitação pública de prostituição como o ato de solicitar uma pessoa alheia em público e incitá-la a envolver-se em relações sexuais em troca de remuneração ou promessa de remuneração, por qualquer meio que seja, inclusive através de uma atitude passiva. Com a lei de 2003, tornou-se proibido abordar clientes na rua, em bares, ou outros locais públicos não só de modo “ativo”, mas também de forma “passiva”, ou seja, demonstrando uma intenção de oferecimento de serviços sexuais pelo comportamento ou pelo uso de roupas ousadas.

O delito de solicitação pública de prostituição era punível com dois meses de prisão e uma multa de 3750 euros. As pessoas estrangeiras podiam ver seu título de residência retirado e podiam ser expulsas do território. Essa lei surgiu em resposta às reclamações dos vizinhos e conferiu à polícia medidas estendidas para suprimir a suposta presença perturbadora das prostitutas no espaço urbano. Embora as sentenças fossem raramente aplicadas, muitas pessoas foram presas e mantidas sob custódia policial, o que foi considerado pela Liga dos Direitos Humanos como assédio institucionalizado.

Em janeiro de 2013, quando a lei de “*racolage passif*” tornou-se efetiva, eu tive a oportunidade de realizar uma entrevista com um agente da associação abolicionista *l’Amicale du Nid de Toulouse*. Segundo as suas próprias palavras:

“Em 2003, houve um período extremamente repressivo e escandaloso que durou alguns meses. Até algumas pessoas falavam de “incursões” para descrever essas operações policiais. A gente via meninas levadas à força ao tribunal, com algemas, como se fossem acorrentadas. Todo o trabalho prévio que tínhamos feito com elas para ganhar a confiança delas, para convencê-las a falar com a polícia e confessar elementos sobre as situações de vítimas foi arruinado. Pouco a

pouco, eles entenderam a estupidez dessa lei que na verdade só respondia à pressão dos moradores locais. Acabou sendo totalmente contraproducente, porque ainda menos meninas iam denunciar seus cafetões à polícia. Eles achavam que, ao colocá-las em custódia, elas poderiam falar sobre suas situações como vítimas. Mas foi uma ilusão total, foi um fiasco completo! Ao ponto que até os magistrados não quissem mais jogar este jogo. Não queriam mais condenar essas meninas, porque sabiam que elas que teriam que pagar as multas precisamente com o dinheiro da prostituição. As consequências desta lei foram desastrosas para as que foram condenadas, porque ficaram com um registo criminal. Para as pessoas regularizadas que tinham autorizações de residência de longo prazo e que desejavam solicitar a nacionalidade francesa, foi muito problemático.” (*Amicale du Nid de Toulouse*, novembro de 2012, tradução da autora)

A revogação do crime de solitação pública foi amplamente aceita entre as prostitutas e as associações de assistência a trabalhadoras do sexo, tanto as abolicionistas quanto as regulamentaristas. Essa opinião também foi apoiada no relatório de informação sobre a prostituição na França, registrada na Assembleia Nacional em 13 de abril de 2011<sup>33</sup>.

### 2.3.1.2. A proibição de compra de ato sexual

O objetivo da lei de 2016 foi a adesão do sistema judicial francês ao modelo sueco no que diz respeito à interdição da compra de atos sexuais. Essa lei parte do pressuposto que um cliente que recorre à compra de um ato sexual contribui para a prosperidade do chamado “sistema prostitucional”. Com a proibição da compra de um ato sexual, a lei pretende tornar os clientes mais responsáveis diante da realidade do proxenetismo e das redes de tráfico de pessoas.

No Código Penal Francês, o artigo 611-1 define a infração nos seguintes termos: “solicitar, aceitar ou obter relações de natureza sexual de uma pessoa envolvida na prostituição, inclusive de modo ocasional, em troca de uma remuneração, promessa de remuneração, ou fornecer um benefício em espécie ou promessa de tal vantagem, é punido com multa prevista pelas contravenções da quinta classe<sup>34</sup>” (tradução da autora).

33 Rapport de la mission d’information sur la prostitution en France (2011) Disponível em <http://www.assemblee-nationale.fr/13/pdf/rap-info/i3334.pdf>

34 FRANÇA. Loi n.º 2016-444 du 13 avril 2016 visant à renforcer la lutte contre le système prostitutionnel in Legifrance: 2016. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT00032396046&dateTexte=&categorieLien=id>>.

A partir de então, os clientes da prostituição na França foram considerados delinquentes, e a compra de atos sexuais foi sancionada por uma contravenção de 1.500 euros. Em caso de reincidência, a infração de recurso à compra de um ato sexual torna-se um delito punível com uma multa de € 3.750, e o cliente vê-se obrigado a realizar um curso de conscientização sobre a luta contra a compra de atos sexuais<sup>35</sup>. Para este propósito, um fundo especial no orçamento do Estado é destinado à prevenção da prostituição<sup>36</sup>.

A lei de 2016 foi amplamente apoiada por militantes e associações abolicionistas, muitos dos quais se reuniram em um coletivo chamado Abolição 2012<sup>37</sup>. Com efeito, os abolicionistas defendem com firmeza a ideia de penalizar os clientes da prostituição, uma vez que consideram que a compra de um serviço sexual constitui uma violência por si só e contribui para alimentar o “sistema prostitucional” e as redes de exploração sexual.

Entretanto, essa lei dividiu muito a opinião pública e os atores envolvidos na governança da prostituição e da migração laboral sexual. Em resposta a esta lei, muitas profissionais do sexo e associações de prevenção da saúde, comunitárias ou não, se uniram em um coletivo de anti-penalização para protestar contra a criminalização dos clientes. Diversos trabalhadores do sexo e agentes associativos mencionaram que não houve uma diminuição no número de trabalhadores do sexo, apesar da previsão da lei, cujo argumento era o de que a penalização da demanda reduziria mecanicamente a oferta. Pelo contrário, de acordo com os militantes anti-penalização, as condições de trabalho das profissionais do sexo se deterioraram consideravelmente.

De qualquer forma, ao longo do período do meu trabalho de campo com as associações de assistência às pessoas prostitutas, notei que a penalização dos clientes na rua ainda não era aplicada na prática. Muitas profissionais do sexo e funcionários de associações comentaram que o objetivo dessa lei era mas bem o de dissuadir os clientes por meio de pressão e intimidação:

---

35 Ibid.

36 FRANÇA, ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Société contre le système prostitutionnel – Travaux préparatoires de la Loi n.º 2016-444 du 13 avril 2016*. Disponível em <[http://www.assemblee-nationale.fr/14/dossiers/systeme\\_prostitutionnel\\_reforcement\\_lutte.asp](http://www.assemblee-nationale.fr/14/dossiers/systeme_prostitutionnel_reforcement_lutte.asp)>.

37 Disponível em: <https://www.abolition2012.fr/index.php/2-non-categorise/1-les-associations-du-collectif>

“Teve um período no ano passado que os policiais pegaram muito no pé. Mas os policiais não estão penalizando os clientes não, eles estão, tipo, só botando medo neles mesmo. Acho que é mais uma questão de medo mesmo.” (Irene, cisgênero).

“Os clientes têm medo, é por isso que acabou o movimento na rua. Então eu perdi muitos clientes assim. Eu por exemplo perdi um cliente bom, que pagava bem. Ele agora não vem mais, porque tem medo da polícia. Ele não vem mais porque ele falou para mim: ‘Meu Deus, eu sou casado, imagina se a polícia pega a gente assim!’. Entendeu? É assim mesmo.” (Natália, cisgênero).

“Os clientes não ligam mais. Nunca aconteceu dos clientes serem pegos. Já aprovaram a lei, mas nunca deram nem uma multa. Mas assusta os clientes, tem um monte de clientes que não vem mais por causa disso. Às vezes a polícia pára, manda descer [da camionete]. Eles perguntam: ‘Você está acompanhada?’ Respondo: ‘estou sim’ e eles me pedem: ‘Manda ele descer’. Aí tem uns clientes que não querem descer, tem uns que ficam com medo. Que querem se jogar debaixo da cama e tudo. Eu falo: ‘Pára com isso. *Arrête!*’ (rindo muito). Um dia teve um gordo que eu falei, meio nervosa: ‘mas você não entra debaixo da cama!’. E ele estava querendo ir pra trás da cama. E a polícia ficava batendo, quase derrubando a porta: ‘pá, pá, pá’. Eu falei para ele: ‘Bota a roupa, bota a roupa!’. Eu fazia o gesto com a mão mas ele não estava entendendo né? Porque o meu francês não é bom. Aí eu abri a porta e o homem estava aí. Aí o policial olhou e começou a rir quando viu o tamanho do homem. O policial falou ‘Vai se vestir’ em francês. Aí o homem se vestiu, o policial pegou a documentação dele, chamou a atenção dele, falou que se pegasse ele de novo ia dar a multa. Que a multa ia chegar na casa dele e que a esposa dele ia descobrir. Depois ele foi embora e mais nada.” (Laura, cisgênero).

### 2.3.1.3. A criação de um percurso de saída da prostituição

A lei de 2016 também prevê uma vertente social com um “percurso de saída da prostituição e de integração social e profissional”. Dependendo da situação das pessoas, esse percurso prevê a emissão de uma autorização de residência provisória de seis meses que pode ser renovada até três vezes, a provisão de uma ajuda financeira para a inserção social e profissional para as pessoas que são elegíveis para receber benefícios sociais mínimos, e o acompanhamento por uma associação aprovada para as questões de habitação social, formação profissional, saúde e direitos.

Embora a implementação de um instrumento adicional e de novos orçamentos para ajudar as pessoas que querem cessar o trabalho do sexo tenha sido aclamada de forma unânime pelas associações e trabalhadores do sexo por mim entrevistados, a implementação desse percurso de saída da prostituição foi muito criticado.

As críticas do projeto de lei se concentraram na natureza discriminatória e nas condições restritivas do acesso ao percurso de saída da prostituição, que impedem a participação efetiva das pessoas mais vulneráveis, como as trabalhadoras do sexo migrantes (Bail, Giametta & Rassouw, 2018). O problema de regularização da estadia no território e o difícil acesso ao alojamento são apontados como as grandes dificuldades confrontadas pelas migrantes trabalhadoras do sexo.

Também critica-se a falta de consideração da realidade das situações das pessoas. O acesso ao percurso social é condicionado ao comprometimento, por parte dos trabalhadores do sexo, em interromper totalmente a prostituição. Isto parece economicamente irrealista, pois os subsídios financeiros concedidos não são suficientes para que esses vivam dignamente. Tais questões foram apontadas por um agente de uma associação *Acceptess T* durante uma entrevista realizada em Paris:

“As poucas pessoas que conseguem receber benefício social ganham uma alocação de 330 euros por mês. Mas isso não é nada para morar em Paris! E o alojamento de emergência não funciona porque o alojamento é totalmente saturado em Paris. E também a componente que eles chamam de ‘acesso ao trabalho’, nós sabemos muito bem qual é a situação das pessoas que tem 15 ou 20 anos de experiência no trabalho sexual e que nem falam a língua francesa. Não vamos mentir, essas pessoas não vão encontrar um emprego tão facilmente. Ainda mais com a questão da transfobia. Você acha que realmente era preciso essa lei? Claro que não! Nós sabemos por experiência que essas pessoas continuarão a fazer o trabalho sexual. Porque não podemos viver em Paris com 330 euros! E mesmo com 1000 euros é complicado!” (*Acceptess T*, novembro de 2018, tradução da autora)

Tal obrigação de cessar atividades de prostituição para se candidatar ao percurso de saída da prostituição constitui um problema que diz respeito à igualdade de acesso aos direitos, porque não leva em consideração a singularidade e as dificuldades sociais e econômicas de cada pessoa. Muitos consideram que uma mudança progressiva seria mais pragmática e mais respeitosa em relação às escolhas e às necessidades das trabalhadoras do sexo. De acordo com um representante da associação *Acceptess T*, a obrigação de cessar a atividade de prostituição de forma drástica na hora da constituição do dossiê é uma violação da privacidade das pessoas:

“O apoio social que nós oferecemos às pessoas não é condicionado por nada. Respeitamos a vida da pessoa. Se uma pessoa consegue encontrar um emprego,

por exemplo, nunca questionamos sua privacidade procurando saber se continua se prostituindo ou não. O que nos parece um abuso é o fato de que esse percurso de saída da prostituição é muito intrusivo na vida privada, porque a pessoa está sob controle, é infantilizada, como se fosse considerada uma criança. O princípio de assinar um contrato para abandonar a prostituição já é extremamente humilhante por si só. E além disso, o Estado remove praticamente toda a capacidade jurídica da pessoa a nível constitucional. Porque é quase como se estivessem sob tutela, como se fossem crianças ou pessoas doentes. Mas elas não são doentes, elas devem ter suas dignidades e seus direitos e respeitados.” (*Acceptess T*, novembro de 2018, tradução da autora)

Ademais, há uma incoerência no fato de os trabalhadores do sexo serem obrigados a renunciar a uma atividade que não é ilegal. Essa condicionalidade de entrada no percurso de saída da prostituição cria um problema legal e ético, conforme mencionado pelos assistentes sociais que acompanham as pessoas nos processos de requisição legal.

Além disso, a condicionalidade para uma associação que deseja solicitar autorização para implementar uma política global de assistência para pessoas em situação de prostituição ou para vítimas de proxenetismo e exploração sexual tem sido amplamente criticada. O argumento é de que tal condicionalidade funcionaria como um meio de condicionar os subsídios públicos à aceitação de um determinado discurso político do Estado, mais especificamente o discurso abolicionista. A exigência de uma autorização legal reduz o leque de opções para profissionais do sexo. Por fim, o projeto foi criticado pela sua falta de realismo, pois o orçamento concedido aos solicitantes é considerado extremamente insuficiente para a implementação efetiva desse percurso de saída.

A criação de comissões para validar os pedidos de “percursos de saída” tem sido muito lenta desde abril de 2016. As comissões são presididas pelos prefeitos e reúnem representantes de diferentes serviços departamentais cujo objetivo é avaliar os dossiês dos candidatos. Profissionais do sexo e associações entrevistadas têm criticado muito essas comissões por, segundo eles, estarem totalmente defasadas e dissociadas da realidade no terreno.

Um agente da associação *Acceptess T* demonstrou muita preocupação com o aumento da estigmatização das pessoas que não desejam entrar nesse percurso de saída de prostituição. Além disso, ele denunciou o processo de culpabilização dos trabalhadores do sexo que se beneficiam de tal percurso, mas que não



conseguem cessar o exercício da prostituição de um dia para o outro, o que lhes leva a mentir ou a esconder as suas atividades:

“Isso leva as pessoas a viverem na negação, porque todas essas pessoas perseguidas pela moral e pela lei acabam mentindo ou se escondendo. As pessoas se colocam cada vez mais em situações de perigo porque vão trabalhar em lugares completamente isolados. Imagine a situação de uma pessoa beneficiária desse percurso de saída da prostituição que assinou um contrato com uma associação, que tem uma autorização de residência, que apesar de todos os obstáculos no caminho em seu caminho conseguiu encontrar um pequeno emprego em paralelo, mas que ainda assim continua a se prostituir para sobreviver. Você acha que essa pessoa vai se expor na rua, com o risco de ser controlada pela polícia e perder sua permissão de residência? Eu espero que sim, espero que um pedaço de papel, uma autorização de residência não seja mais importante que a vida, a segurança e a dignidade. Mas a realidade é outra, a realidade é que elas vão se esconder em lugares afastados e isolados, para preservar seus papéis. E eu não vou julgá-las porque é o sistema que as força a chegar a esse nível.” (*Acceptess T*, novembro de 2018, tradução da autora)

Da mesma forma, o percurso de saída é criticado, por fortalecer o controle social das pessoas prostitutas por parte do Estado por meio de políticas disciplinatórias :

“A pessoa que deseja se beneficiar desse percurso deve assinar um contrato de saída da prostituição com as associações, para certificar que está aderindo a um percurso de reintegração social, mas na verdade [isso] trata-se mais um percurso de reeducação forçada. Eu considero extremamente abusivo por parte do Estado, usar seu poder dominante para forçar as pessoas em extrema situação de precariedade e vulnerabilidade a se submeterem a essa forma de reeducação forçada.” (*Acceptess T*, novembro de 2018, tradução da autora)

### **2.3.2. Os impactos da lei de 2016 na fragilização das migrantes trabalhadoras do sexo**

Em colaboração com onze associações<sup>38</sup>, dentre as quais algumas foram associações comunitárias de prevenção da saúde que operam em diferentes cidades e departamentos franceses, os sociólogos e cientistas políticos H. le Bail, C. Giametta e N. Rassouw (2018) realizaram um inquérito<sup>39</sup> junto a profissionais do sexo para avaliar como os mesmos foram impactados pela lei de 2016. Segundo os pesquisadores, apesar da intenção declarada da lei de proteger os indivíduos, a maioria dos profissionais do sexo que foram consultados

38 As associações que participaram dessas investigações são *Médecins du Monde*, *Grisélidis*, *Cabiria*, *Paloma*, *Association du Bus des Femmes*, *Collectif des femmes de Strasbourg Saint-Denis*, *Acceptess T*, *Le Planning Familial*, AIDES, STRASS, ARCAT.

39 Para consultar este inquérito, ver <https://www.medecinsdumonde.org/sites/default/files/Rapport-prostitution-BD.PDF>

acreditavam que a penalização dos clientes havia sido extremamente prejudicial para eles. A grande maioria das pessoas entrevistadas considera que a adoção da lei de 13 de abril de 2016 impactou fortemente seus rendimentos, bem como afetou suas condições de trabalho de forma extremamente negativa.

### 2.3.2.1. A precarização das migrantes trabalhadoras do sexo

O coletivo anti-penalização desconfiou fortemente da justificativa da lei, segundo a qual a penalização dos clientes mudaria as relações de poder entre as profissionais do sexo e seus clientes em favor das primeiras. Todas as profissionais do sexo que entrevistei descreveram uma perda de poder na relação com o cliente diante das mudanças institucionalizadas pela lei. A razão para tal é que o cliente tende a impor as suas condições com mais frequência, demandando, por exemplo, relações sexuais desprotegidas e preços mais baixos. Assim, segundo agentes das associações *Le Bus Des Femmes e Cabira*, dado que são os clientes os únicos a serem criminalizados pela lei, são eles que teriam que assumir os riscos. Assim, o poder de negociação na troca econômico-sexual favoreceu, em larga medida, os clientes:

“As meninas na rua dizem que por causa da lei de 2016 elas têm menos trabalho. Mas o problema é que elas ainda estão ali. Então, como há menos clientes, as condições [de trabalho] se deterioraram muito. A repressão provocou muita mobilidade nas pessoas prostitutas, o que impediu qualquer forma de solidariedade ou acordo entre elas para estabelecerem tarifas fixas. A pressão sobre a oferta freia o autocontrole dos clientes e o auto-gerenciamento das pessoas prostitutas. (Saída com o ônibus da associação *Le Bus Des Femmes* em Paris, fevereiro de 2019, tradução da autora)

“Na verdade, essa lei assusta todos os bons clientes. O perfil de cliente muda, [e com isso], os códigos e as práticas também. Essa lei acabou invertendo completamente as relações nas negociações a favor dos clientes. Porque agora, como são eles os que assumem os riscos, são eles que decidem as regras! Já na hora dos debates, antes da aprovação da lei, havia alguns clientes que chegavam e propunham suas próprias tarifas. Mas antes, isto era inimaginável! Antes, os clientes sempre pediam tarifas baixas, mas nunca chegavam assim, impondo suas próprias tarifas para as mulheres!” (Saída com o ônibus da associação *Le Bus Des Femmes* em Paris, fevereiro de 2019, tradução da autora)

Essa situação leva a um empobrecimento das pessoas, especialmente para aquelas que já estão em situações precárias, como as mulheres migrantes que trabalham na rua. A totalidade das trabalhadoras do sexo brasileiras que entrevistei viram uma queda em sua renda. A perda de lucro as leva a correr mais

riscos no trabalho do sexo. Isso gera impactos preocupantes na saúde, como a diminuição do uso de preservativos, ou as interrupções de tratamento no caso das pessoas soropositivas:

“A penalização do cliente acabou com o trabalho da gente na rua porque bota medo nos clientes. A maioria é casado, então ficam com medo. Aí os clientes que vêm, eles sabem que a gente está trabalhando pouco, e ficam tentando fazer sem camisinha ou com preços muito menores. No meu caso, ainda eu posso exigir alguma coisa, porque faz tempo que estou aqui e tenho certa segurança, mas as que estão no *Bois de Boulogne*, que trabalham no frio e que moram em hotel, elas não podem exigir muito, coitadas... Então para elas, a situação se degradou muito depois dessa lei. Foi uma degradação total. Realmente foi um grande golpe.” (Rita, cisgênero).

“Sabemos muito bem que elas [as pessoas prostitutas] são ainda mais precarizadas pelo fato de terem cada vez menos clientes e, portanto, cada vez menos renda. E como há muitos clientes ruins, que negociam o preço, que recusam o uso do preservativo... é claro que algumas acabam aceitando relações sexuais desprotegidas, simplesmente para comer ou para ter algum dinheiro no final do dia. Já as prostitutas são extremamente estigmatizadas, porque nos olhos da sociedade, não há nada pior para uma mulher do que ser ‘puta’. E se, além disso, levamos em conta a interseccionalidade, ou seja, se ela é migrante, trans, prostituta e negra, então essa realmente é a pior situação, no sentido em que elas estão realmente em perigo. Então nós sabemos que os clientes abaixam os preços e que algumas fazem programas por 10 euros. E aí isso se torna realmente catastrófico.” (*Le Bus Des Femmes* em Paris, dezembro de 2018, tradução da autora)

### 2.3.2.2. A maior exposição à violência

Os militantes que contestam as disposições da lei de 2016 argumentam que a primeira consequência não foi a diminuição da prostituição conforme era previsto, mas sim um simples deslocamento geográfico das pessoas prostitutas para zonas urbanas mais isoladas e afastadas para encontrar os clientes. Tal deslocamento contribuiu para a vulnerabilização ainda maior das pessoas prostitutas e sua maior exposição à violência, como mencionado por um agente da *Brigade de Proxénétisme* em Paris:

“As prostitutas ficam menos visíveis e tem poucas pessoas para ajudá-las se acontecem problemas com os clientes. Porque se elas estão muito escondidas e se não têm movimento nenhum, elas ficam particularmente propensas à agressão. E essas agressões dificilmente serão interrompidas pelos passantes. Por isso, emitimos reservas com algumas associações em relação a essa lei.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora)

Os resultados da pesquisa qualitativa de H. le Bail, C. Giametta e N. Rassouw (2018) destacam que a violência aumentou de modo multiforme, por

meio de agressões como insultos de rua, violência física, violência sexual e roubos. Embora saibamos que a violência é um fenômeno estrutural e multifatorial, os resultados do meu trabalho de campo são semelhantes às conclusões de H. le Bail, C. Giametta e N. Rassouw. Assim, o aumento da exposição à violência foi um elemento destacado pela maior parte das associações que entrevistei. Vejamos a fala de um agente da associação *Le bus Des Femmes* sobre esse assunto:

"Os programas ficam mais baratos e tem muito mais ataques na rua. Antes era raro ouvirmos histórias sobre agressões, mas agora parece que isso se tornou quase normal. Eles roubam o celular, roubam o dinheiro, às vezes batem nelas. São geralmente jovens de 28 à 32 anos. Eles imaginam que, por serem prostitutas, elas têm um monte de dinheiro. E nem dá para perceber antes, pode ser qualquer um, um francês, um negro ou um árabe que vem bem-vestido, que pergunta para a menina quanto que ela cobra, que dá o dinheiro direitinho, mas que de repente muda completamente de comportamento." (Saída com *Le Bus Des Femmes*, fevereiro de 2019, tradução da autora)

### 2.3.2.3. A invisibilização das trabalhadoras do sexo

Outra repercussão é a maior dificuldade de acesso aos serviços sociais e associativos, já que as trabalhadoras do sexo tendem a se esconder mais. Agentes de várias associações de prevenção de saúde e de promoção dos direitos para trabalhadores do sexo que entrevistei ressaltaram esse problema. Foi o caso, também, de um agente da *Brigade de Répression du Proxénétisme*:

"A presença da polícia na via pública tem necessariamente um impacto na atividade de prostituição, seja nas prostitutas ou nos clientes. A penalização dos clientes somada à atividade regular das patrulhas de polícia fazem com que os clientes venham muito menos. As prostitutas sem documentos também se escondem, porque também têm medo da polícia. Uma coisa é clara: as prostitutas são menos acessíveis tanto às associações que rodam de noite bem como aos nossos controles." (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, Paris, março de 2019, tradução da autora)

Um membro da associação *Cabira* até mencionou que o fato de elas se esconderem dificulta até o trabalho de investigação das redes de proxenetismo e exploração sexual pelos policiais:

"Quando essa lei foi aprovada, eles [os abolicionistas] disseram que a criminalização dos clientes ajudaria a polícia a dismantelar as redes de prostituição. Mas os policiais já tinham alertado, falando para a gente: 'O problema é que as meninas vão se esconder ainda mais. Nós não teremos mais contato com elas, então teremos menos informações para pegar os cafetões'. E o fato dos clientes se esconderem também pode dificultar o trabalho da polícia, porque às vezes são os clientes os que dão informações sobre casos de

proxenetismo para a polícia. Mas agora eles estão com medo de falar!” (*Cabiria*, janeiro de 2019, tradução da autora)

Esse argumento foi confirmado por um membro da *Brigade de Répression du proxénétisme* em Paris:

“Em relação aos impactos, houve um fenômeno de balanço: parte das prostitutas se reorientou para uma atividade mais discreta que a rua, em hotéis ou na internet. E como a maioria das comunidades de prostituição em Paris estão num fenômeno misto [rua e internet], a prostituição se desenvolve particularmente na internet. Por isso, essa lei desloca a visibilidade da prostituição de todos, incluindo para polícia, que trabalha na investigação das redes de exploração sexual, porque a prostituição via internet é mais difícil de detectar. (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, Paris, março de 2019, tradução da autora)

Podemos concluir, portanto, que essa lei é contraproducente, dado que deteriora a qualidade das relações entre os atores em jogo, trazendo ainda mais tensão entre as trabalhadoras do sexo e seus clientes, assim como mais tensão entre elas mesmas e para com os funcionários de associações e os policiais.

#### **2.3.2.4. A perda de autonomia no trabalho do sexo**

Parte das associações que entrevistei ficaram perplexas com a ideia de que a lei de 2016 estava diminuindo o tráfico de pessoas para fins de prostituição, visto que a chegada de migrantes trabalhadoras do sexo na França permaneceu constante, até tendo aumentado um pouco. Além disso, trabalhadoras do sexo e funcionários de associações de saúde mencionam as repercussões negativas dessa lei em termos da perda de autonomia das pessoas prostitutas no exercício do trabalho do sexo e no aumento de riscos de exploração sexual por redes de proxenetismo. Um agente da associação *Cabiria* até sugeriu que, em vez de diminuir os fluxos de migrantes, a queda de renda na prostituição poderia conduzir ao aumento da chegada de trabalhadoras do sexo migrantes:

“Parece que a repressão não está funcionando, porque mesmo com essas leis, cada vez mais migrantes trabalhadoras do sexo estão chegando. Com essa lei, tivemos a impressão de que como há menos clientes, as meninas têm mais dificuldade em pagar as suas dívidas para seus proxenetes e tendem a trazer ainda mais outras mulheres para ajudá-las a pagar suas próprias dívidas. Parece que esta lei reforça ainda mais o tráfico de pessoas. Temos essa impressão porque há cada vez mais mulheres chegando.” (*Cabiria*, março de 2019, tradução da autora)

### 2.3.3. Quando as medidas repressivas ultrapassam as medidas protetivas

Dois anos após a aprovação da lei de 2016, a vertente repressiva da mesma foi a que mais afetou as trabalhadoras do sexo, tendo acentuado situações de precariedade, violência, estigmatização, e riscos à saúde. A vertente social, que devia supostamente proteger as pessoas prostitutas e oferecer condições favoráveis para interromper a atividade de prostituição, não está operacional na prática. Se a prostituição é permitida pelo direito, tudo é feito para servir de empecilho e obstáculo à sua prática e para desencorajar a migração de trabalhadoras do sexo para a França.

#### 2.3.3.1. As medidas locais de repressão da prostituição de rua

Existem fortes divergências e contradições entre a política nacional que pretende proteger os trabalhadores de sexo, e as medidas locais que continuam a reprimi-los. Em nível local, a principal preocupação das prefeituras continua sendo a tranquilidade pública. Tanto as medidas municipais quanto as operações de controle de identidade fazem com que os profissionais do sexo acabem sendo mais penalizados do que os clientes.

Na França, os prefeitos têm a competência local no que diz respeito à segurança pública e à manutenção da ordem pública em seus territórios. Dependendo das necessidades locais, as prefeituras têm a possibilidade de tomar medidas para proibir o estacionamento ou a circulação de veículos de dia e/ou noite nas estradas públicas e em áreas pré-definidas. Em várias cidades francesas, as prefeituras adotam “*arrêtés municipaux*” (“estatutos municipais”) em resposta às reclamações e aos protestos dos residentes e moradores dos bairros nos quais a prostituição é exercida. Vejamos a fala de um agente das *Brigade de Répression du Proxénétisme de Toulouse* sobre esse ponto:

“A polícia municipal garante a tranquilidade pública. São os moradores os que motivam essas ações, porque não aguentam mais. Às vezes são as mães de famílias que escrevem petições para a prefeitura, porque não querem que seus filhos vejam as prostitutas seminuas na rua. Por um lado, dá para entender porque no dia seguinte fica nojento, fica cheio de preservativos usados. Os trabalhadores das empresas que estão ao lado de onde as garotas trabalham ficam cansados e acabam as perseguindo, fazendo sua própria polícia.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, Toulouse, março de 2019, tradução da autora)

Ao delimitar as áreas urbanas, os estatutos municipais que regulamentam o trabalho do sexo na rua afetam diretamente a localização geográfica da prostituição:

“Antes, nós não fazíamos turnos fora da cidade. Nós começamos a partir de 2006. E agora que existem estatutos municipais para afastar as meninas do centro da cidade, muitas se mudaram para as rodovias nacionais. Os estatutos municipais fizeram com que elas fugissem para as estradas do interior; vão para o campo.” (*Cabiria*, janeiro de 2019, tradução da autora)

O principal objetivo dos estatutos locais é afastar as pessoas prostitutas das zonas onde moram as classes média e alta. Eles são meios para satisfazer as exigências e a tranquilidade dos “cidadãos do bem” que moram nos centros das cidades. Por trás da vontade de se manter a ordem pública e os bons costumes, há uma vontade de territorialização e do controle da prostituição de rua e de todos os “vícios sociais” que a acompanham.

Essas medidas se focam sobretudo na prostituição de rua, porque é a mais visível para a sociedade. A prostituição de apartamento é mais tolerada por ser mais discreta. Os estatutos municipais que proíbem o estacionamento de vans são usados como meios para impedir os clientes de estacionar e as pessoas prostitutas de ficarem paradas nas calçadas à espera dos clientes chegarem. Se a prostituição é permitida por direito e pela lei, tudo é feito para obstaculizar a sua prática. Durante uma saída de dia com o ônibus de prevenção de saúde da associação *Cabiria*, vimos que blocos de concreto foram colocados nas zonas de estacionamento do bairro de Gerland, especialmente para impedir o estacionamento das vans das trabalhadoras do sexo:

“Os policiais passam aqui [zona industrial] sobretudo durante o dia. Porque à noite não há moradores ali, então não se importam durante a noite. As mulheres ficam todas desnudas, com grandes decotes, mas como ninguém mora ou passa ali, eles não dizem nada. Incomoda bem menos à noite do que à tarde. E como existem esses estatutos municipais que regulamentam o estacionamento das camionetes, eles usam isso para perturbá-las. Olhe aqui! Eles colocaram blocos de concreto de propósito, justamente para evitar o estacionamento das camionetes. Isso foi feito só para isso, para perturbar as garotas. Mas, muitas vezes, o caminhão do reboque vem e pega as vans das meninas. Já aconteceu de eles tirarem uma van com a garota ainda dentro. (*Cabiria*, janeiro de 2019, tradução da autora)

A grande maioria das trabalhadoras do sexo brasileiras que interroguei não vê as autoridades policiais como uma instituição pública de proteção. Pelo contrário, muitas trabalhadoras do sexo relatam casos de intimidação por parte das forças da ordem, usando, por exemplo, a ameaça de deportação para forçá-las a denunciar seus proxenetas ou seus clientes. Elas também não acreditam na proteção das instituições em caso de denúncia de seus proxenetas, nem na reatividade da polícia em caso de agressões.

### **2.3.3.2. A discriminação e o controle das migrações**

A lei de penalização dos clientes está instrumentalizada para propósitos diferentes daqueles inicialmente pensados. Muito mais do que combater redes de exploração sexual e sensibilizar os clientes, essa lei foi usada para forçar as meninas a sair dos centros das cidades e desencorajar outras mulheres a migrarem até a França para se prostituírem. Parece que essa lei, supostamente destinada a proteger as pessoas prostitutas, serve, na realidade, para regular a imigração:

“Na verdade, os policiais acham chata essa lei de penalização dos clientes. Eu acho que é mais um meio que eles usam para perturbar as garotas. Um dia, havia uma garota trabalhando em uma estrada nacional fora da cidade e a polícia veio dizer para ela que não podia trabalhar lá. Ela respondeu que sim, que ela tinha o direito de trabalhar lá porque ela não estava numa rua privativa e não havia nenhum estatuto municipal. Ela disse para os policiais: ‘Se vocês me trouxerem pessoalmente o estatuto municipal ou outro documento legal comprovando que é proibido para mim estar aqui, então eu vou embora’. E os policiais ficaram putos. Logo depois, eles pararam um de seus clientes e disseram para ela: ‘Enquanto você ficar lá, vamos parar cada um de seus clientes’. Essa lei de criminalização dos clientes, que supostamente protege as mulheres “vítimas dos maus clientes”, nesses casos foi usada essencialmente contra elas, para forçá-las a ir embora. E eu acho que essa lei continuará sendo usada essencialmente dessa forma.” (*Cabiria*, janeiro de 2019, tradução da autora).

Nota-se que as operações da polícia municipal têm como alvo as mulheres migrantes provenientes dos países do terceiro mundo, muitas vezes negras. Há uma distinção entre as mulheres estrangeiras de cor, provenientes dos países considerados “subdesenvolvidos”, e as mulheres brancas provenientes dos países da Europa do leste na rua:

“Essas leis são feitas para conter a imigração. A gente vê bem isso na rua, a polícia incomoda bem mais as mulheres nigerianas, mais do que as mulheres búlgaras, por exemplo. Há claramente uma distinção entre branco e preto. Os controles policiais são sobretudo direcionados às mulheres nigerianas. Eles [os policiais] pedem sistematicamente os documentos para elas. Por isso quando as



nigerianas veem os policiais chegarem, elas fogem logo.” (*Cabiria*, janeiro de 2019, tradução da autora).

O aspecto securitário da lei é bem mais forte do que o aspecto humanitário. O problema é, antes de tudo, um problema de receio da imigração proveniente de países subdesenvolvidos, especialmente do continente africano, já que a prostituta negra africana é bem mais problemática do que a prostituta europeia branca:

“Existe o receio de dizer que a legalização da prostituição poderia incitar a chegada de mais imigrantes ainda. Sob o pretexto de dizer ‘a prostituição é ruim’, tem o lado ‘imigração’, que é latente e que preocupa muito o governo. Basicamente, eles têm medo que essa seja uma porta aberta para se entrar no país. Porque, na verdade, não existe a mesma tolerância de acordo com as nacionalidades. Você vê se você é branco ou se você é negro, já não é o mesmo. São as mulheres migrantes as que são visadas pela lei.” (*Cabiria*, janeiro de 2019, tradução da autora)

Nesse segundo capítulo, apresentei o sistema normativo que rege a mobilidade humana, a prostituição e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual em diferentes escalas: internacional, europeia, nacional e local. Fiz uma análise crítica atenta da articulação entre os regimes de governança da migração e os regimes de governança do trabalho sexual, examinando o estado atual dos direitos internacional, europeu e francês.

Como mencionado na introdução, o intuito da minha tese é analisar como são construídas as categorias conceituais, morais e políticas associadas à brasileira trabalhadora do sexo da França. Argumento que a prostituta brasileira pode ser interpretada de diferentes maneiras, dependendo dos interesses, das visões morais e dos objetivos políticos dos diferentes atores em jogo.

Em particular, exploro como os rótulos da “vítima” e da “coitadinha inocente”, por um lado, e os rótulos da “criminosa”, da “cafetina”, da “clandestina” e da “transgressora” por outro, são produzidos pelos diferentes atores envolvidos na regulação da migração laboral sexual, com o fim de legitimar práticas de vitimização e criminalização das migrantes trabalhadoras do sexo e implementar políticas migratórias e prostitucionais restritivas.

Dessa forma, ambiciono usar a riqueza do meu trabalho de campo para

evidenciar as articulações existentes entre a categoria de “vítima” - de tráfico, de exploração sexual, do patriarcado, do capitalismo, etc - e a categoria de “criminosa” - por prostituir as amigas, por ser clandestina, por alimentar o mercado negro, por exercer uma atividade imoral, etc. Portanto, tanto ao longo da tese como nesse capítulo, confronto os rótulos da “migrante trabalhadora do sexo” construídos pelos distintos atores da governança da migração global e do trabalho sexual com as experiências das brasileiras trabalhadoras do sexo na França.

Esse mergulho empírico nos permite mostrar que a realidade no campo é bem mais nuançada e ambígua do que afirmam os atores públicos, já que muitas vezes as brasileiras trabalhadoras do sexo são ao mesmo tempo vítimas e autônomas, manipuladas e oportunistas, cafetinas e exploradas. O confronto com a realidade empírica possibilita desvelar, portanto, o quanto os discursos oficiais repousam em pressupostos distorcidos e afastados da vivência e das experiências das brasileiras na França.

Dito isso, o próximo capítulo é fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa porque organiza o quadro teórico e conceitual do nosso objeto de estudo. O seu objetivo é apresentar uma discussão teórica tanto do conceito de "economia moral" da migração e do trabalho sexual, como da figura da “vítima-crimina” associada às migrantes trabalhadoras do sexo.

### **Capítulo 3. As economias morais do trabalho sexual transnacional e a figura da “vítima criminosa”**

Neste terceiro capítulo, em uma primeira seção, apresento as origens históricas e as interpretações do conceito de “economia moral” por meio de um estudo aprofundado das obras de E.P. Thompson, J.C. Scott e Didier Fassin. Uso o conceito de “economia moral” para iluminar as articulações presentes no mercado sexual transnacional entre a produção, distribuição e circulação de recursos e poderes econômicos e, em contrapartida, as representações atreladas a valores, normas e ideologias morais. A noção de “economia moral” serve de base conceitual para estudar essas imbricações entre o material (forças estruturais e econômicas) e o moral (regras éticas, obrigações morais, ideologias, emoções e afetos) que regem o universo da migração e do trabalho do sexo, e para ressaltar a ambivalência das relações recíprocas entre os diferentes atores em jogo.

O uso desse conceito possibilita apreender as forças sistêmicas em nível macro e os processos subjetivos em nível micro, a materialidade e as práticas discursivas, o mercado econômico e as ideologias morais, não como dinâmicas opostas que se excluem mutuamente, mas como articuladas e interconectadas. A noção de economia moral nos permite romper com as falsas dicotomias que separam de forma reducionista as estruturas globalizantes das práticas individuais, a linguagem das práticas, o material do simbólico, autorizando, assim, o estudo das suas interações. Olhar para a economia moral será muito relevante para o nosso estudo, na medida em que nos permite interpretar as tensões e os paradoxos atuais entre os quadros morais e as lógicas do mercado do trabalho sexual transnacional e ressaltar a ambivalência vigente das relações recíprocas entre os diferentes atores envolvidos na governança da migração e da prostituição.

A segunda seção tem como intuito dar um passo além para analisar as outras formas de pensamentos dualistas que dão uma visão simplista às nossas problemáticas. O objetivo dessa segunda seção é desconstruir e transcender todas as formas de categorizações subjetivas associadas às migrantes trabalhadoras do sexo que se baseiam em lógicas binárias, fixas e hierárquicas. Examino em

particular como os discursos dos atores governamentais sobre as migrantes prostitutas se articulam em torno na figura da “vítima criminosa”, designando-a ao mesmo tempo como “vítima” e “transgressora”, traficada e traficante, explorada e oportunista. Tento também desconstruir esse duplo rótulo de “vítima transgressora”, mostrando que as migrantes trabalhadoras do sexo não podem ser reduzidas a essas duas categorias simplistas, pois suas experiências e trajetórias são muito mais plurais e ambivalentes do que isso.

Nessa tentativa de melhor entender a complexidade do tráfico sexual global e da migração transnacional de trabalhadores do sexo, enfatizo três teorias das Relações Internacionais que tratam da problemática das fronteiras de forma relevante: a perspectiva pós-estruturalista, a Sociologia Política Internacional e o Novo Materialismo. Por meio de uma análise crítica dos discursos convencionais sobre tráfico sexual e prostituição, a leitura pós-estrutural nos ajuda a desconstruir as dicotomias simplistas que permeiam os debates contemporâneos. A Sociologia Política Internacional e o Novo Materialismo, por sua vez, ao articular diferentes níveis de análise e ao conectar a materialidade à linguagem, nos permite ultrapassar esses falsos dualismos. Dessa forma, repensamos as conexões entre as forças materiais e as práticas intersubjetivas, levando em consideração tanto a importância das estruturas socioeconômicas que influenciam os comportamentos das migrantes trabalhadoras do sexo, como também da sua agência e práticas autônomas.

Em uma terceira seção, vinculo o debate teórico-conceitual com o meu campo, mostrando como o conceito de economia moral e as dicotomias associadas à imagem da “vítima” e da “transgressora” se articulam com as falas e práticas das brasileiras trabalhadoras do sexo. Por meio de um estudo antropológico das “economias morais da migração e do trabalho sexual”, ressalto o ponto de vista das principais pessoas implicadas, ou seja, dou voz às próprias migrantes trabalhadoras do sexo.

Dessa forma, mostro como as trajetórias de migração e de prostituição das

brasileiras convocam tanto motivos materiais e econômicos (necessidade de sobrevivência, de enriquecimento rápido ou acumulação de bens e capitais) como decisões subjetivas individuais (projetos pessoais, desejo de viajar ou curiosidade de descobrir outras culturas). Destaco também de que forma as trabalhadoras do sexo brasileiras interpretam as suas próprias experiências ao explorar, através das suas narrativas, de que forma elas se conformam e subvertem simultaneamente a esses marcadores subjetivos, se autodesignando ora como “vítima”, ora como “transgressora”.

### **3.1. Análise das “economias morais” do mercado sexual transnacional**

#### **3.1.1. O conceito de “economia moral” e suas implicações na migração de trabalhadoras do sexo**

##### **3.1.1.1. O conceito através dos estudos de E.P. Thompson e J.C. Scott**

A noção de economia moral foi elaborada originalmente pelo historiador britânico E.P. Thompson em 1971 e enriquecida pelo cientista político J.C. Scott em 1976. Em suas respectivas obras, E.P. Thompson e J.C. Scott analisaram a atividade econômica moral que caracterizava a Inglaterra rural no século XVIII e as áreas agrícolas do Sudeste Asiático no início do século XX. Esses autores buscaram entender as lógicas de processos macroeconômicos e políticos desses contextos históricos ao reunir, ao mesmo tempo, características estruturais e disposições morais dos indivíduos. Na visão dos mesmos, o econômico e o moral estão profundamente entrelaçados na estrutura social, na medida em que a reprodução ou mudança de um sistema depende da interface particular entre mudanças nos padrões de acumulação de capital, de mentalidade social e de relações entre frações de classe.

Partindo de uma análise das revoltas em torno do preço dos cereais na

Inglaterra na segunda metade do século XVIII, Edward Palmer Thompson (1971) vê o mercado e a reprodução social como espaços onde as relações de classe são constantemente renegociadas. Em seu ensaio *A economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*, E. P. Thompson introduz uma dimensão "moral" através de uma leitura marxista da história econômica e social das classes populares.

O autor elabora primeiro uma crítica à análise de seus colegas historiadores economistas que interpretam os movimentos populares na Inglaterra do século XVIII apenas em termos de redistribuição, interesse e necessidades econômicas. Para ele, as insurreições populares não podem ser vistas como uma consequência mecânica do aumento dos preços dos alimentos ou de cortes nos preços dos grãos. Para ele, explicar os protestos e as mobilizações em termos de determinismo econômico ou fisiológico é uma forma reducionista de se pensar, na medida em que não leva em conta a dimensão simbólica e os aspectos sociais e culturais que causavam as revoltas.

A abordagem iniciada por E.P. Thompson baseia-se no pressuposto de que o acesso aos recursos ou bens não é o único parâmetro determinante na explicação sociológica de lutas políticas. Nesse sentido, o historiador britânico se recusa a adotar uma "visão espasmódica" e mecânica da multidão e do motim - segundo a qual as pessoas reagiriam "compulsivamente" a "estímulos", como a fome ou o desespero econômico - mostrando que tais revoltas expressavam, antes de tudo, concepções populares de justiça relativas a questões econômicas.

De acordo com E.P. Thompson, tais protestos eram baseados em referências morais e éticas da multidão, que tomava como justas e legítimas certas práticas em período de escassez, como o fato de cobrar das elites produtoras obrigações sociais para com os pobres. Dessa forma, para o autor, é preciso focar-se, sobretudo, na tradução ou projeção no espaço público do que é considerado como merecido ou não, justo ou injusto, moral ou imoral.

E.P. Thompson observa que esses movimentos de multidões são baseados em formas de "legitimação" segundo as quais os homens e as mulheres que

participavam dessas mobilizações eram movidos pela crença de que defendiam seus direitos e costumes tradicionais. Nesse sentido, destaca-se a noção crucial de “legitimidade tradicional”, definida como uma crença comum segundo a qual os membros da comunidade estão defendendo um conjunto compartilhado de direitos e costumes tradicionais. A economia é, portanto, moral, na medida em que se baseia em um sentido moral compartilhado entre toda a comunidade de pertencimento do que deve ser feito, que reúne a multidão no mesmo destino, até a revolta (Fassin, 2009, p. 1244).

Para o autor, no mundo rural, existe um “consenso popular” em torno de práticas consideradas “legítimas” relacionadas ao mercado. Essas práticas se insiram numa “visão tradicional coerente relativa às normas e obrigações sociais”, que pode ser chamada de “economia moral dos pobres”. É esse “consenso popular” sobre as normas morais compartilhados pelos membros de um grupo social que, caso haja violação de seus “pressupostos morais” os reúne numa luta ou revolta política.

Portanto, o que à primeira vista parecia representar rebeliões irracionais e desordenadas é, de fato, uma resposta consciente a uma violação dos princípios fundamentais que governam as relações assimétricas entre os diferentes grupos sociais. Mais do que a desigualdade como tal, seria a injustiça a responsável por gerar rebeliões.

O conceito de economia moral segundo E.P. Thompson (1971) refere-se, portanto, a dois níveis de análise. Em primeiro lugar, a economia moral é um sistema de produção e circulação de bens e serviços. Mas, em segundo lugar, a economia moral também é um sistema de normas, princípios e obrigações morais que conjuntamente orientam julgamentos e atos. Mais do que regras econômicas, são princípios de boa vida, justiça, dignidade, respeito, reconhecimento. Não estamos mais no campo da produção e distribuição de bens e serviços, mas no campo da avaliação e da ação, que dizem respeito à economia e outros tipos de atividade social (Fassin, 2009, p. 1244).

O conceito de economia moral teve muito sucesso e foi objeto de reapropriação para além dos círculos da história social e do pensamento marxista, como no caso da antropologia. A partir do estudo das grandes insurreições camponesas que ocorreram no sudeste da Ásia durante a depressão de 1930, J.C. Scott (1976) desenvolveu um modelo de trocas entre os patrões e os camponeses. Para Scott, essas revoltas não foram o resultado de uma exploração econômica por si só, mas também de uma quebra de um padrão social de direitos e expectativas morais que até então definia as relações de poder desiguais porém toleradas entre camponeses, elites e patronos externos (Scott, 1976, p.6).

Para o autor, a economia moral corresponde a um sistema de valores subjacentes à expressão das emoções e à ocorrência de revoltas:

“If we understand the indignation and rage which prompted them [rebels] to risk everything, we can grasp what I have chosen to call their moral economy: their notion of economic justice and their working definition of exploitation - their view of which claims on their product were tolerable and which were intolerable.” (J. C. Scott, 1976, p.3)

Na verdade, J. C. Scott não procura tanto compreender as causas das revoltas, mas se interessa muito mais por suas condições de possibilidade. Segundo o autor, a resposta dos agricultores é estruturada por uma certa concepção de justiça social, concebida como um direito à sobrevivência que ele chama de “ética da subsistência” dos agricultores (Fassin, 2009, p 1247). Com efeito, ele trata de entender as estratégias econômicas dos camponeses pobres diante de situações de precariedade devido à sua fraqueza de recursos fundiários e à importância dos riscos naturais. Segundo ele, os camponeses não são guiados pelo desejo de maximizar seus lucros, mas sim pelo desejo de minimizar seu risco de perda, já que a principal ameaça por eles percebida é a da carestia.

Nessa perspectiva, para J. C. Scott, é a economia moral que, ao criar uma alta reciprocidade entre os proprietários de terras e os camponeses em termos de direitos e obrigações entre eles, dá forma ao protesto social. Assim, para o autor,



há uma “ética de subsistência” entre os camponeses asiáticos que atribui aos mais ricos da comunidade a obrigação em minimizar o sofrimento e a exploração dos mais pobres. Nesse contexto, é o rompimento desses laços interpessoais ou a violação dos direitos tradicionais que podem gerar rebeliões por parte dos camponeses.

### **3.1.1.2. A interpretação de Didier Fassin: direito moral, expectativas de justiça e os limites do aceitável**

De acordo com Didier Fassin (2009), na sua leitura da obra de J. C. Scott, o “desejo de segurança” está na base do que os agricultores concebem como um fundamento absoluto de direito moral (Fassin, 2009, p 1248). Assim, é com base no não respeito desse princípio moral de “direito de subsistência” por parte dos colonizadores Britânicos que se cria um ressentimento dentro da comunidade. A expectativa de justiça é, portanto, essencial. A não consideração da reivindicação moral de subsistência é o que cria um sentimento de injustiça e propicia a mobilização da multidão, pois o acordo implícito sobre a estrutura da exploração tolerável é rompido.

De acordo com Didier Fassin (2009), no seu artigo “as economias morais revisitadas”, o trabalho de J. C. Scott trouxe duas contribuições significativas. Primeiramente, não são tanto as revoltas nem as resistências que estão no centro da reflexão feita na obra de J. C. Scott. O autor se concentra mais no cotidiano do que no evento, na subsistência do que na revolta em si e, portanto, nas estratégias de resistência mais do que nas irrupções de violência (Fassin, 2009, p. 1248). A contribuição de J. C. Scott nos permite destacar o ordinário das lutas comuns muito mais do que as rebeliões de natureza extraordinária. A segunda diferença atribuída a E.P. Thompson ressaltada por D. Fassin (2009, p. 1248) é que J. C. Scott reintroduz valores na economia moral, da qual se tornam um elemento central. Dessa forma, não nos limitamos apenas ao campo das normas e das tradições, estando, também, no domínio dos valores e dos sentimentos:

“The focus is no longer purely on norms, obligations, customs, or traditions, it is also on values and emotions, and especially on the sense of justice. The issue is less about understanding what should and what should not be done (the normative dimension) than about what is and what is not tolerable (the evaluative dimension).” (Fassin, 2009, p.1249)

A definição de economia moral dada por D. Fassin refere-se à “produção, distribuição e circulação de sentimentos, emoções e valores morais, normas e obrigações no espaço social” (Fassin, 2009, p. 1257). Se essa definição tem em comum com os usos de E. P. Thompson e JC Scott de refletir sobre os diferentes processos de legitimação e deslegitimação, ela se distingue pela atenção particular dada à dimensão afetiva e emocional dos sentimentos morais. Essa concepção de economias morais permite a inclusão de análise de estratégias de moralização no âmbito dos debates públicos que apelam aos sentimentos, valores e representações morais.

Em suma, a “economia moral” refere-se a uma concepção de troca entre povo e elites, baseada em normas de reciprocidade e direitos de subsistência inscritos em rotinas diárias. A economia moral é, portanto, um equilíbrio, um arranjo de fato, no qual uma situação de dominação define os limites do aceitável (Siméant, 2010). Sendo assim, é preciso levar a sério as expectativas ligadas à subsistência, aqui não apenas considerada no sentido de mero sustento, mas no sentido do que seria justo e injusto que deriva do que parece ser razoável de se esperar das autoridades.

À luz do que foi exposto acima, a economia moral pode ser interpretada como um sistema no qual os princípios e lógicas do mercado são articulados com relações não mercantis, de normas e obrigações que juntos orientam as percepções e os atos dos indivíduos. Além de regras econômicas propriamente ditas, são princípios de justiça, respeito e dignidade que permitem operar uma distinção do que pode ser feito ou não e influenciar, portanto, as práticas sociais.

### **3.1.2. Rumo a uma antropologia das “economias morais da migração e do trabalho sexual”**

#### **3.1.2.1. As articulações entre circulação de serviços sexuais e ideologias morais**

As contribuições de E. P. Thompson e J. C. Scott, bem como a interpretação da noção de economia moral por D. Fassin, são instrumentos teóricos eficazes para a compreensão das complexidades dos fenômenos de migração e de prostituição. A noção de “economia moral” serve como base conceitual para estudar as imbricações entre o material (forças estruturais e econômicas) e o moral (regras éticas, obrigações morais, ideologias, emoções e afetos) que regem o universo da migração e do trabalho do sexo.

As práticas de troca e reprodução no mercado sexual transnacional são, dessa forma, indissociáveis de valores, sentimentos e relações sociais. Nessa pesquisa, uso o conceito de “economia moral” para desvelar as articulações entre a distribuição de recursos econômicos e poderes, e as representações atreladas a valores, normas e ideologias relativas aos fenômenos de migração e de prostituição. Partindo da definição de Didier Fassin (2009, p 1257), entendo por “economia moral” da migração laboral sexual tudo o que se refere à produção, distribuição e circulação de serviços sexuais junto ao uso de sentimentos morais, emoções e valores, normas e obrigações associados ao campo da migração e do trabalho do sexo.

Na interpretação mais básica do conceito para o meu objeto de estudo, entendo por “economia” a produção, a distribuição, a circulação dos corpos e dos serviços sexuais no mercado sexual transnacional. A prostituição e o tráfico sexual respondem ao jogo entre a oferta de prestações sexuais, representada pela disponibilidade dos corpos e dos sexos no mercado sexual, e a demanda, impulsionada pelos desejos e fantasias de serviços sexuais.

Porém, as questões de prostituição e tráfico sexual não podem ser apenas

interpretadas pelas forças econômicas e materiais que regem o comércio sexual transnacional. A particularidade do nosso tema é precisamente que essas não se tratam de trocas de quaisquer mercadorias, bens ou serviços, como em algum outro tipo de mercado, uma vez que tais trocas dizem respeito aos corpos e às sexualidades dos indivíduos. Dessa forma, as feministas radicais consideram que a prostituição é prejudicial em si, porque através do ato de se prostituir, o sexo é objetivado, ou seja, é transformado em mercadoria a ser comercializada na indústria do sexo. Seguindo essa lógica radical abolicionista, a prostituição reduz a mulher a um objeto sexual que se coloca à disposição dos homens, o que destruiria a sua dignidade humana (Barry, 1995; Jeffreys, 2000; Pateman, 1988). Portanto, os militantes abolicionistas veem a prostituição como “moralmente inaceitável”, por interpretarem que essa se baseia em abusos e mecanismos de desumanização.

Os atores abolicionistas proferem um discurso de tipo moral, que se fundamenta em ideologias e representações morais sobre o corpo humano e a sexualidade feminina. Nesse caso, a prostituição de migrantes e o tráfico sexual são temas que apelam à expressão de sentimentos e emoções, como a compaixão ou a indignação. Sendo assim, entendo por “morais” as representações atreladas a valores, normas, ideologias sentimentos e obrigações morais que surgem no debate público quando os atores discutem as questões relativas aos fenômenos de migração e prostituição.

### **3.1.2.2. O estudo das tensões entre atores públicos concorrentes**

No que diz respeito à nossa pesquisa, a relevância do conceito de economias morais reside na sua capacidade de produzir novas formas de inteligibilidade do universo da migração e da prostituição. Para D. Fassin (2009, p. 1265), em contraste com a filosofia e a sociologia moral, que tendem a pensar em termos de dilemas morais, formalizando as oposições entre posições individuais, a antropologia das economias morais privilegia o estudo dos conflitos

morais, suas inscrições históricas e suas dimensões políticas.

Didier Fassin vê as economias morais como sistemas instáveis e fluidos, atravessados por tensões e contradições. Para ele, os conflitos de emoções e valores que dividem os grupos sociais podem ser negociados e transformados ao longo do tempo, de acordo com circunstâncias e configurações particulares (Fassin, 2009, p. 1264).

Uma análise da economia moral contribui para examinar a articulação e o entrelaçamento entre as normas, as expectativas e as obrigações morais dos grupos de atores envolvidos no gerenciamento contemporâneo da migração laboral e da prostituição transnacional. Olhar para a economia moral permite interpretar as tensões e os paradoxos atuais entre os quadros morais e as lógicas do mercado do trabalho sexual transnacional e ressaltar a ambivalência vigente das relações recíprocas entre esses diferentes atores.

Seguindo a lógica de D. Fassin, o nosso intuito de desenvolver uma antropologia das economias morais da migração e do trabalho sexual não é tanto o de focar nas moralidades que as questões da migração e da prostituição levantam, mas muito mais nas tensões e confrontos que essas últimas provocam na arena política, e conseqüentemente, no que essas nos dizem sobre a sociedade atual.

No nosso estudo, podemos interpretar as disputas entre os diferentes grupos de atores envolvidos na governança das migrantes trabalhadoras do sexo como dinâmicas sociais concorrentes que caracterizam a atual “economia moral da migração e trabalho do sexo”. Os discursos, práticas e interesses dos atores securitários, abolicionistas e regulamentários representam outras tantas “economias morais” em disputa na arena política.

A título de exemplo, os atores governamentais estão presos entre lógicas estratégicas de proteção das fronteiras, por um lado, e lógicas humanitárias, de auxílio às populações mais vulneráveis, por outro. É essa tensão entre a exigência de restrições da entrada de migrantes no território nacional e a “obrigação moral”

de assistir, respeitar a dignidade e promover os direitos humanos das pessoas vulneráveis como as migrantes trabalhadoras do sexo que constitui a economia moral dos agentes securitários e dos atores abolicionistas. Essas contradições entre interesses político-econômicos e considerações éticas, intrínsecas à economia moral dos atores governamentais, fazem com que as leis e medidas implementadas pelo Estado oscilem entre repressão e expulsão dos imigrantes ilegais, e, em contrapartida, ajuda às migrantes vítimas de redes de exploração sexual.

Dito isto, um de nossos objetivos nessa pesquisa será justamente o de analisar as retóricas e práticas dos diferentes atores que competem entre si na arena política, e que juntos caracterizam a economia moral da mobilidade humana e da prostituição.

### **3.1.2.3. A ênfase nas subjetividades das migrantes trabalhadoras do sexo e nas suas resistências ordinárias**

Segundo D. Fassin (2009, p. 1264), usar as economias morais como base conceitual e metodológica nos permite desenvolver uma análise histórica e socialmente situada. Ao contrário da abordagem em termos da economia política, que propõe uma perspectiva externa que objetiviza as relações de produção e de classe e deslegitima a experiência dos atores, a leitura em termos de economias morais reestabelece o ponto de vista de dentro, reconhecendo todas as subjetividades políticas envolvidas.

Sendo assim, eu pretendo desenvolver um estudo antropológico das “economias morais da migração e do trabalho do sexo” que possibilite ressaltar o ponto de vista das principais pessoas implicadas, ou seja, das próprias migrantes trabalhadoras do sexo. Na minha opinião, a grande força da análise antropológica das economias morais das migrantes trabalhadoras do sexo provém justamente do fato que essa privilegia a voz dos principais sujeitos envolvidos nos fenômenos de migração internacional e de tráfico sexual. Em vez de focar apenas nas forças

materiais que influem a circulação dos corpos e dos serviços sexuais, um estudo antropológico das economias morais das migrantes trabalhadoras do sexo nos permite destacar uma visão contra hegemônica ao enfatizar as experiências subjetivas dessas mulheres.

As migrantes trabalhadoras do sexo, assim como qualquer outro indivíduo, são moldadas por processos complexos e ambivalentes de identidades, normas e expectativas. Adotar um ponto de vista antropológico permite reconsiderar a pluralidade e a multiplicidade de subjetividades e experiências envolvidas no tráfico de seres humanos.

Tal ótica antropológica concede às trabalhadoras do sexo a possibilidade de falar livremente sobre suas próprias experiências e enfatizar aspectos identitários que vão além dos rótulos típicos da retórica da vitimização e da criminalização. Dar voz às migrantes subalternas possibilita, então, dismantlar as construções binárias das suas subjetividades, e assim revelar as imbricações desses elementos identitários. Dessa forma, fazer uma análise antropológica das economias morais da migração e do mercado sexual transnacional ressalta as ambiguidades e contradições presentes no enquadramento identitário dessas mulheres que as descreve como “vítimas”, “criminosas” “trabalhadoras de sexo empoderadas”, podendo repensar o conhecimento já estabelecido sobre a questão da prostituição e do tráfico de seres humanos.

Dessa forma, as ambiguidades e sutilezas das histórias particulares das migrantes trabalhadoras do sexo poderiam ser revalorizadas e reconsideradas nos discursos e nos debates contemporâneos. A reincorporação dessas vozes subalternas na arena discursiva e política dominante possibilitaria perturbar e contrabalançar as narrativas hegemônicas sobre os temas da prostituição transnacional e do tráfico sexual.

Desse modo, ao dar voz aos principais atores do tráfico humano, o estudo antropológico das economias morais da comunidade de trabalhadoras do sexo brasileiras abre caminho para a formulação de uma história mais ampla do

chamado “tráfico de seres humanos”, na qual todas as subjetividades estão representadas. Em especial, fazem-se visíveis as histórias ocultas e escondidas de pessoas provenientes de países do Terceiro Mundo, cujas opiniões são geralmente silenciadas, podendo, assim, serem integradas no debate contemporâneo.

A economia da prostituição transnacional enraíza o trabalho do sexo nas obrigações mútuas que surgem ao longo do tempo, quando as trabalhadoras do sexo interagem com autoridades públicas e organizações humanitárias, transacionam com os clientes e quando se relacionam umas com as outras. Nesse sentido, ao denominar o trabalho do sexo como um ato moral, aponto não apenas para as representações morais que essa atividade econômica expressa, como também para as relações que se tecem entre as pessoas prostitutas e os outros atores envolvidos no seu cotidiano, sejam essas colegas de trabalho, clientes ou atores públicos que governam a migração e o trabalho do sexo.

A segunda parte dessa tese focará justamente na “economia moral” da migração e da prostituição vivenciada pelas brasileiras trabalhadoras do sexo. Mostrarei como o deslocamento do Brasil para França é vivenciado por tais trabalhadoras como uma experiência de interseção entre dimensões materiais e estruturais e, ao mesmo tempo, subjetivas e individuais. De fato, preocupações e projetos de ordem econômica e material no nível macro se mesclam com aspirações pessoais, desejos, emoções e valores morais no nível micro.

Assim, o conceito de economia moral será usado para evidenciar como o “interesse econômico” e de “moralidade” se entrelaçam de forma muito complexa nas relações entre as trabalhadoras do sexo e os outros protagonistas do mercado sexual transnacional. Apontarei de que forma nas interações cotidianas das trabalhadoras do sexo com os protagonistas que rodeiam as suas atividades econômicas existem expectativas recíprocas, em termos de comportamento e obrigações morais por parte de cada parte no relacionamento. Portanto, o conceito de economia moral nos ajudará a interpretar os acordos concluídos entre as trabalhadoras do sexo e as pessoas intermediárias que as ajudam a atravessar as



fronteiras, desvelando como o oportunismo econômico na exploração sexual se entrecruza com sentimentos como a ajuda, a benevolência, a maternagem e a amizade, de forma extremamente ambígua.

### **3.2. Análise da figura da “vítima criminosa”**

Conforme vimos, a força da noção de economia moral provém do fato de que essa possibilita apreender as forças no nível macro e os processos no nível micro. Da mesma forma, a materialidade e as práticas discursivas, o mercado econômico e as ideologias morais são concebidas não como dinâmicas opostas e excludentes, mas como articuladas e interconectadas. Analisar a economia moral da migração e do trabalho do sexo autoriza a vinculação das dimensões estruturais com as dimensões simbólicas, mostrando que tanto as forças globalizantes associadas à situação geopolítica, ao mercado capitalista e ao sistema patriarcal, quanto as práticas subjetivas, associadas aos julgamentos morais, aos significados do justo e do injusto, e à agência individual influem no gerenciamento da mobilidade de trabalhadoras do sexo.

Escolhi usar a noção de economia moral para o meu objeto de pesquisa porque ela permite justamente romper com as falsas dicotomias que separam de forma reducionista as estruturas globalizantes das práticas individuais, a linguagem das práticas, e a materialidade do simbólico, propiciando, assim, o estudo das interações entre essas dimensões. Por meio da análise das economias morais que regem o mercado sexual transnacional, pretendo dar ainda mais um passo e desconstruir todas as formas de pensamentos dualistas que oferecem uma visão simplista de tais problemáticas.

Dessa forma, essa segunda seção terá como objetivo desconstruir e transcender todas as formas de categorização associadas às migrantes trabalhadoras do sexo que, por sua vez, baseiam-se em retóricas binárias, fixas e hierárquicas. Examinarei como os atores securitários e abolicionistas constroem

seus discursos sobre as migrantes prostitutas com uma referência constante à figura da “vítima criminosa”, que é ao mesmo tempo vítima e transgressora, traficada e clandestina, explorada e exploradora. Tentarei desconstruir esse duplo rótulo, mostrando que as migrantes trabalhadoras do sexo não podem ser reduzidas a esses dois rótulos limitantes uma vez que suas experiências e trajetórias são muito mais ambivalentes e plurais.

### **3.2.1. Desconstrução das dicotomias e demarcações simplistas**

#### **3.2.1.1 Desestabilizar o discurso abolicionista hegemônico**

Os debates contemporâneos sobre tráfico sexual e prostituição são permeados por várias fronteiras conceituais que organizam e classificam as categorias de estudo em construções binárias. Primeiro mundo / terceiro mundo, branco / negro, rico / pobre, empoderamento / vulnerabilidade, consciência / inocência, prostituição voluntária / tráfico sexual, migração autônoma / migração forçada, entre vários outros, são exemplos de pensamentos dicotômicos em torno dos quais as diferentes abordagens teóricas sobre essas problemáticas se posicionam. Embora sejam definidas de forma oposta uma à outra, essas categorias não são mutuamente exclusivas ou independentes, mas deve ser, ao contrário, analisadas de forma relacional.

Em geral, as dicotomias contrapõem dois polos opostos, quando na realidade, o sentido só pode ser interpretado quando ambos estão justapostos. Além disso, essas dicotomias são apresentadas sob uma ordem hierarquizada, pois um polo é sempre designado superior ao outro. Sendo assim, os discursos dominantes tendem a refletir relações dicotômicas binárias, onde o primeiro termo é valorizado e idealizado, enquanto o segundo é desvalorizado e inferiorizado.

Os militantes abolicionistas fundamentam seu discurso sobre a distinção entre prostituição voluntária e tráfico sexual precisamente numa retórica dualista, a partir de uma divisão de raça e de classe entre profissionais do sexo (Pickup, 1998). O estereótipo depreciado da migrante prostituta, passiva, pobre e ingênua,

opõe-se outro lado do espectro ao estereótipo idealizado da “trabalhadora do sexo” ocidental ativa, capacitada, e ciente das próprias escolhas (Doezema, 1995). Retratando invariavelmente as mulheres não-ocidentais como vítimas impotentes e vulneráveis, os discursos dominantes sobre o tráfico sexual continuam a designar as mulheres Ocidentais como ponto de referência para a feminilidade moderna, educada e socialmente liberada (Mohanty, 1991). Portanto, as dicotomias primeiro mundo/terceiro mundo, rico/pobre, branco/preto, ativo/passivo, prostituição voluntária/forçada, representam um leque amplo de modos de demarcação das mulheres julgadas por ser “diferentes” (Andrijasevic, 2004).

A abordagem pós-estrutural parte do pressuposto de que os fenômenos estão em constante transformação; o que leva a renegar qualquer categorização em termos absolutos. Os pós-estruturalistas apresentam uma preocupação em abalar toda categoria, que as teorias dominantes de Relações Internacionais identificam como diametralmente opostas - dentro / fora, eu / outro, hierarquia / anarquia, identidade / diferença - uma vez que consideram delimitações como contingentes e arbitrárias.

Segundo os autores críticos pós-modernos, essas dicotomias estão apresentadas pelas teorias modernas, como imperativos inquestionáveis, lógicos e naturais. Por meio de uma estrutura narrativa específica, os discursos modernos dominantes conseguem transformar uns ordenamentos de valores particulares em verdades autoevidentes. Dessa forma, por meio da dicotomia anarquia / soberania, o discurso moderno dominante transfere as contradições presentes na esfera doméstica das sociedades, para a esfera das relações internacionais. Nesse movimento, a disparidade interna, que dividia as sociedades, se transforma em diferenças externas, entre Estados nacionais.

A exclusão das diferenças permite, portanto, legitimar a presença de um poder estatal soberano e unificado, que defende a harmonia da comunidade política. Nesse sentido, de acordo com J. Huysmans (2006), designar a migração

de pessoas entre Estados como perigo existencial é um ato politicamente constitutivo, que afirma e reproduz a unidade da comunidade política. De fato, no movimento de securitização da mobilidade humana, se destaca o desejo de criar a imagem de uma unidade completa e harmoniosa, que enfrenta ameaça de conflito ou risco de desintegração, por causa de fatores externos.

Sendo assim, além do objetivo de proteger a autonomia da unidade política, a securitização da migração é um modo particular de definir a identidade própria da unidade em um mundo plural. A segurança funciona a partir de uma relação dialética constitutiva entre o dentro e o fora, ou seja, com base na ideia que a unidade interna está vinculada a sua separação com a pluralidade externa (Walker, 1993). Esta interpretação implica que a securitização das migrantes trabalhadoras do sexo é um ato político constitutivo: o fato de proclamar que os fluxos de pessoas põem em perigo a sobrevivência e a autonomia das comunidades europeias, afirma simultaneamente tempo a unidade e a soberania da União Europeia.

As principais demarcações da vida política contemporânea não devem ser conceituadas apenas como meras linhas territoriais que demarcam as divisões geopolíticas entre Estados. Pelo contrário, para poder dar conta da complexidade das identidades contemporâneas, deve-se tomar em consideração a atual proliferação e caráter ubíquo das fronteiras e limites. Com efeito, torna-se evidente que as categorias que delimitam as migrantes não documentadas e os trabalhadores do sexo transcendem os binários simplistas *insiders / outsiders*, previstos pelo discurso abolicionista dominante. Pensar nas disputas políticas que ocorrem nessas linhas de demarcação permite portanto o surgimento de novas subjetividades políticas, que não são mais contidas pelos marcadores convencionais decorrentes da lógica da soberania estatal.

Dessa forma, abre-se espaço para investigar a miríade de figuras de migrantes trabalhadores do sexo, definidas por uma multitude de outras demarcações, como de gênero, classe social, raça, nacionalidade, sexualidade, etc.

Integrar as interações múltiplas entre raça/etnia, classe social e cultura permite abalar os pensamentos dicotômicos simplistas, típicos do discurso abolicionista dominante, e assim aproximar de forma melhor a complexidade dos fenômenos de prostituição e de tráfico sexual. Além disso, abordar a interseccionalidade entre esses diferentes rótulos abre a análise para novas formas de negociação e resistência das migrantes diante dessas categorizações.

A categoria da “migrante trabalhadora do sexo” é construída a partir de uma visão totalizante e estereotipada sobre o tráfico sexual. Os estereótipos, definidos como construções estéticas e sociais (Dyer, 1993), têm como função condensar e ordenar conotações complexas em imagens simples e fáceis de entender. Organizados em torno de uma narrativa padrão estática, os estereótipos são, portanto, fixos. Isso é particularmente relevante para a figura da vítima de tráfico sexual na perspectiva abolicionista: o estereótipo da vítima inocente e manipulada pelos traficantes permite reduzir a complexidade da sua realidade social.

Os estereótipos são também uma maneira de preservar a fronteira entre os grupos sociais, especialmente em situações em que diferenças entre categorias sociais não são claramente perceptíveis. Sendo assim, os estereótipos da trabalhadora do sexo branca europeia, capacitada e consciente das suas próprias escolhas por um lado, e da migrante irregular, traficada e ingênua por outro, permitem discriminar as duas categorias, quando na realidade se misturam e se interpenetram.

### **3.2.1.2 Abrir para novas formas de identidades e subjetividades políticas**

A Sociologia Política Internacional se desenvolveu dentro da disciplina das Relações Internacionais precisamente com propósito crucial de abalar toda fronteira ou demarcação identitária homogeneizante.

Antes de tudo, a Sociologia Política Internacional surgiu como uma instância de problematização da questão das fronteiras e a desestabilização dos

limites do internacional (Huysmans & Nogueira, 2016). De fato, os teóricos da Sociologia Política Internacional evidenciam a arbitrariedade das práticas de delimitação de fronteiras, e denunciam a naturalização e essencialização das demarcações, feita pela abordagem convencional (Bigo & Walker, 2007). De acordo com esses autores, qualquer linha de diferenciação de espaços específicos deve ser interpretada como um resultado contingente da decisão soberana, e, por conseguinte, sujeito à contestação política.

Um das características da Sociologia Política Internacional é a de tentar revelar as discontinuidades presentes no discurso convencional sobre as fronteiras do internacional. Trata-se de questionar as narrativas totalizantes e os princípios gerais, que buscam a universalização da particularidade, em favor da multiplicidade e diversidade de discursos alternativos. Esse movimento significa não apenas questionar as fronteiras como construções sociais não unitárias e lineares, mas também evidenciar sua instabilidade e sua lógica de fluxos (Bigo, 2013).

Ademais, a Sociologia Política Internacional busca analisar o mundo contemporâneo por meio da articulação entre as múltiplas disciplinas como Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Relações Internacionais (Bigo & Walker, 2007). Propõe uma perspectiva relacional e processual, que rejeita as falsas distinções entre agência e estrutura, individualismo e holismo, ou Estadação e sistema interestatal (Bigo, 2013). Essa nova abordagem também abre espaço para novas formas de flexibilidade ou negociabilidade identitária.

Muitos teóricos políticos da Sociologia Política Internacional buscam localizar a "política" por meio das atividades e das lutas entre os agentes em campos sociais específicos (Bigo, 2013). Nesse sentido, a "política" refere-se aos espaços sociais problemáticos em que os agentes competem e se mobilizam na (re)definição de seus interesses. Desde o início dos anos 2000, uma literatura crescente busca pensar as migrantes irregulares para além da lógica soberana, a partir das categorias de migrantes "abjetos" (Nyers, 2003) ou "indesejáveis"

(Squire, 2009). Esses autores questionam como a política convencional e os limites da cidadania podem ser renegociados por meio das mobilizações políticas das migrantes irregulares. Aproximam-se da complexidade da condição da migrante trabalhadora do sexo através do campo da “abjeção” e da “despolitização”.

De modo geral, esses teóricos políticos concebem as migrantes como sujeitos “abjetos”, pois estão já dentro do espaço do Estado, e portanto nunca poderão ser totalmente eliminadas. De acordo com J. Kristeva, o abjeto é uma força perturbadora que envolve aquilo que *“disturbs identity, system, order. What does not respect borders, positions, rules. The in-between, the ambiguous, the composite”* (1982, p 4). A partir dessa chave de leitura, as mobilizações políticas das migrantes trabalhadoras do sexo, que incluem migrantes não documentadas, podem ser analisadas como movimentos de afirmação de subjetividade abjeta (Nyers, 2003).

Ao contestarem a lógica violenta que os nega voz e agência política e ao questionar as demarcações decorrentes da lógica excludente do Estado soberano, essas migrantes seriam capazes de experimentar e constituir novas formas do ser político. A articulação de demandas políticas em termos de direitos laborais e de livre circulação fazem com que novos espaços da política sejam produzidos. Assim, os engajamentos políticos das migrantes trabalhadoras do sexo abrem espaço para possibilidades do ser e fazer político que não reproduzem a lógica soberana que os relega a um campo despolitizado e abjeto. Com efeito, ao formular reivindicações, as migrantes trabalhadoras do sexo provocaram rupturas abruptas com o regime político convencional, até então baseado na privação de direito para os não-cidadãos. Autorizando-se o direito de falar, reconfiguram, portanto, o espaço do político (Nevin, 2006).

E. F. Isin (2008) introduz a noção de “atos de cidadania” para fazer referência aos atos nos quais os sujeitos se constituem como cidadãos, independentemente do status legal. Em vez de designar a cidadania europeia como

um status jurídico definido pelos Estados, a nova abordagem abala as próprias premissas da cidadania moderna. De fato, a concepção da cidadania passa a ser conceptualizada em termos de atos por meio dos quais, mesmo aqueles não reconhecidos como atores políticos legítimos, constituem-se enquanto cidadãos. Nessa nova leitura, a cidadania se constitui por meio das práticas que contestam a ordem institucional existente, e por meio das quais as subjetividades políticas são produzidas. Assim, é possível se pensar a cidadania não a partir dos sujeitos-cidadãos, mas dos atos capazes de produzir outros sujeitos que têm o direito a ter direitos.

Esses atos de cidadania têm um caráter perturbador capaz de chamar atenção para novas formas criativas de se intervir politicamente. Essa abordagem ressalta o papel constitutivo da ruptura, da desordem e do desvio no campo político da cidadania europeia. Sob esse ângulo, a reivindicação de direitos por parte das migrantes não documentadas pode ser conceptualizada como um ato de cidadania (Nevin, 2006; Nyers, 2008; Squire, 2009). Enquanto os cidadãos modernos seguem esquemas já estabelecidos de participação política, as migrantes trabalhadoras do sexo, ao manifestarem, criam novos roteiros de cidadania e se constroem a si mesmo como novos atores políticos (Isin, 2008).

Levando esse argumento mais adiante, poderia se dizer que as migrantes, documentadas ou não, que trabalham na indústria do sexo representam o “excesso político” que ultrapassa os limites e as restrições da ordem existente. De acordo com o argumento de J. Rancière (2004, 2006), a categoria “política” refere-se ao rompimento radical da ordem estabelecida, pelas intervenções daqueles indivíduos que não têm lugar dentro dela. Esses sujeitos se constituem em “sujeitos políticos”, portanto, apenas na medida em que são “sujeitos excedentes”, que atuam desde uma posição não redutível às identidades já existentes. Por conseguinte, a política

“erupts from that incipient and often elusive space of non-identity, the interval defined by non-existence: its eruption is radically new, hitherto un-accounted for, unpredictable and unanticipated, and it interrupts the order of things with an odd



(queer) supplement, an excess that, strictly speaking, does not belong and has no place” (Genova, 2010, p 111).

Sendo assim, conceptualizar as mobilizações políticas e as reivindicações das migrantes prostitutas "indesejáveis", como práticas políticas excedentes, possibilita imaginar novas formas de ser e agir político, que não se limitam à ordem da comunidade política moderna. Elas podem romper com a condição abjeta e apolítica que lhes é imposta, e reformular uma nova dinâmica da cidadania, não limitadas pela lógica moderna exclusivista da soberania estatal.

Vista sob esse ângulo, a política, em vez de ser uma questão de “inclusão”, se ativa em relação à crise. O aporte teórico de Jacques Rancière ajuda a conceitualizar as reivindicações das migrantes trabalhadoras do sexo como política de “anti-identidade” (Genova, 2010). De fato, por serem irregulares em termos de atividade profissional e de mobilidade humana, as migrantes não documentadas trabalhadoras do sexo são sujeitos problemáticos. O objetivo de suas demandas políticas não é de ser incluídas na categoria de “cidadão” tal como existe hoje, mas bem de derrubar as fundações e as premissas da cidadania moderna. Nesse sentido, essas reivindicações insubordinadas e ininteligíveis dentro do regime da legalidade poderiam ser interpretadas, em última instância, como uma reivindicação de anti-identidade.

### **3.2.2. Crítica da instrumentalização da figura da “vítima criminosa”**

#### **3.2.2.1. Explorar os processos de construção das categorias de “vítima” e de “transgressora”**

Dentro dos debates contemporâneos acerca do tráfico de mulheres, os discursos dominantes se constroem em torno de uma imagem “típica” da pessoa traficada (Berman, 2003). Enquanto por um lado são acentuadas a crueldade e a maldade dos traficantes, por outro lado são enfatizadas a inocência e a ingenuidade das vítimas (Jahic & Finckenauer, 2005). Os discursos abolicionistas se baseiam principalmente no campo semântico da vulnerabilidade e no uso

frequente da palavra “vítima”, retratando as mulheres traficadas como jovens, pobres, pouco educadas, com situações familiares e sociais difíceis.

De acordo com autores críticos, a instrumentalização da imagem das migrantes prostitutas na Europa como vítimas passivas, pobres, ingênuas, enganadas e submetidas aos maus-tratos dos traficantes faz parte de uma estratégia discursiva que leva à legitimação da intervenção pública. Para esses autores, a figura convencional da “vítima” traficada desamparada alimenta o “discurso de salvação”, que, de última instância elimina qualquer possibilidade de agência (Berman, 2003). Nas narrativas abolicionistas sobre a prostituição e o tráfico sexual, não apenas os interesses e os direitos das mulheres migrantes são ignorados, mas também a sua possibilidade de autonomia, de reivindicação e atuação, é neutralizada.

Porém, a imagem de vítima vulnerável e inocente colada às migrantes arroladas em redes de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual é contraposta de modo quase simétrico a imagem da “imoralidade” colada às trabalhadoras do sexo que exercem a atividade prostitucional de forma voluntária e autônoma.

Definida quase sempre de modo pejorativo, a prostituição está conotada em nossas sociedades por uma forte valoração moralista (Kempadoo & Doezema, 1998). A prostituição implica necessariamente uma estigmatização, como forma de sanção social pela transgressão moral cometida pelas mulheres. Por ser considerada como um trabalho “sujo” e “imoral”, as migrantes prostitutas estão submetidas a um olhar normativo de tipo moral. Geralmente representadas como desviantes, as prostitutas são consideradas como aquelas que negam a essência ou moralidade feminina, portanto devem ser objeto de formas de controles específicos (Mayorga, 2011).

Além do estigma moral, a migrante irregular prostituta carrega um outro estigma com forte valor depreciativo devido à sua situação de irregularidade: o

estigma criminal. Por um lado, por exercer uma atividade considerada “indecente”, a migrante irregular prostituta se diferencia do resto das mulheres imigrantes, e por outro, por ser “ilegal”, ela se diferencia, das outras trabalhadoras do sexo europeias.

Sendo assim, a estigmatização da migrante irregular prostituta pode ser interpretada como uma dupla fronteira que exclui as migrantes irregulares prostitutas das sociedades de destino. De fato, as migrantes prostitutas enfrentam duas barreiras que reforçam um processo de distanciamento delas em relação à sociedade receptora. A primeira é a fronteira geopolítica, por serem estrangeiras, de raça e nacionalidade diferentes da população receptora. A segunda é a fronteira moral, por exercerem a prostituição.

É justamente esse duplo status de irregularidade das migrantes trabalhadoras do sexo, vistas ao mesmo tempo como “putas” e “clandestinas”, que provoca um “pânico moral” generalizado dentro das sociedades atuais. Ambos o delito de atravessar as fronteiras nacionais de forma ilegal e a natureza do trabalho sexual, considerado imoral ou perverso, são severamente condenados (Mayorga, 2011). Os dois estigmas se entrelaçam dentro da figura duplamente criminal da “prostituta ilegal” (Aradau, 2004; Jaksic, 2008).

Em última instância, a securitização da migração de mulheres funciona através da categorização das migrantes irregulares prostitutas como inimigas ameaçadoras, com o objetivo de proteger o bem-estar e a soberania dos estados europeus. O processo de categorização ou de rotulação – labeling – das migrantes irregulares prostitutas é uma prática instrumental que serve, em última análise aos interesses dos Estados. Os rótulos têm significados políticos muito poderosos porque constroem identidades particulares (Zetter, 1991). Ao etiquetar os sujeitos como “migrantes” e “prostitutas”, os Estados as distinguem do resto dos cidadãos e assim legitimam políticas públicas adequadas. O rótulo “traficada”, que está geralmente associado à migrante prostituta, assina assim a identidade de “vítima”,

que possibilita a implementação de políticas de vitimização. Da mesma forma, o rótulo “irregular” assina a identidade de “ilegal”, que condiciona a implementação de políticas de criminalização.

### **3.2.2.2. Entender a passagem da “vítima” à “criminosa”**

Nas políticas de combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, duas dinâmicas ambivalentes se entrelaçam: por um lado, a crescente compaixão pelas vítimas do tráfico sexual; por outro, a crescente hostilidade em relação às prostitutas ilegais que perturbam a ordem pública e têm estreitas ligações com criminosos. Claudia Aradau (2004, 2008), em seus estudos sobre a articulação entre as políticas de compaixão e as políticas de risco, evidencia como a construção do perfil típico da “vítima criminosa” serve de base indispensável à securitização do tráfico sexual. Assim, duas imagens são construídas e articuladas ao mesmo tempo: a imagem de um indivíduo em perigo a ser traficada e a de um indivíduo que constitui um perigo para a sociedade (Ausserer, 2007). Enquanto por um lado está desenhada a imagem da “vítima” desamparada e inocente, por outro, se destaca a imagem da migrante “ilegal”, que deve ser enviada de volta ao seu país de origem, sendo considerada uma ameaça à estabilidade e à ordem social (Chapkis, 2003).

É com base nessa dupla periculosidade que ocorre a inflexão da compaixão pela vítima para a repressão da migrante ilegal e se desenvolve o duplo processo de vitimização e de criminalização. A imagem ideal da vítima vulnerável que os atores abolicionistas têm retratado transforma-se para reaparecer sob o perfil da criminosa que precisa ser condenada pelo crime que cometeu ao vir para a Europa e ao se envolver na prostituição (Jaksic, 2008). A vítima inocente de traficantes, que merecia compaixão, é transfigurada em uma estrangeira perturbadora que deve ser expulsa do espaço europeu. As migrantes traficadas não são mais consideradas como vítimas a serem resgatadas, mas sim como causas de insegurança para os Estados europeus (Aradau, 2004; Berman, 2003; Mathieu,

2012).

Através do processo de securitização, as migrantes irregulares prostitutas são identificadas como ameaças que colocam em risco a ordem pública, o modelo tradicional da família e da sexualidade feminina e a soberania dos Estados europeus. A inflexão dos discursos de compaixão pelas vítimas de tráfico sexual para os discursos de criminalização das migrantes irregulares prostitutas se traduz ao nível das políticas públicas pela passagem da necessidade de tutela por parte do Estado para o imperativo de controle e restrições dos movimentos das migrantes que projetam entrar na União Europeia.

A criminalização da prostituição e da migração feminina fundamenta-se na essencialização da mulher estrangeira como grupo populacional “vulnerável” (Aradau, 2004, 2008; Andrijasevic, 2004; Berman, 2003; Jahic & Finckenauer, 2005), o que a expõe à suspeita de envolvimento com a prostituição e com a imigração irregular. Por representar uma possível “vítima” de exploração sexual, a migrante irregular prostituta passa a ser um objeto de “risco” ou “ameaça” para a segurança e a soberania dos Estados. Associa-se à migrante um olhar sobre uma “outra” criminosa que deve ser punida e reenviada para seu país de origem, por meio da prática de expulsão do território de destino.

Geralmente promovidos pelos Estados do chamado “primeiro mundo”, os discursos de segurança baseiam-se numa vontade de controle da migração feminina proveniente dos países do “Terceiro Mundo”. A governança do tráfico sexual origina-se da identificação das “migrantes” como grupo de pessoas de “alto risco” de serem traficadas, por apresentarem determinadas características sociológicas - jovens, vulneráveis, inocentes, pobres e com poucas qualificações.

Com efeito, para os profissionais de psicologia, além de ser uma experiência traumática em si para a pessoa traficada, o tráfico sexual também é relacionado a traumas no passado da vítima: “victims of trafficking thus suddenly begin appearing in reports as doubly traumatized, both by the experience of

trafficking and by earlier/childhood experiences of abuse” (Aradau, 2004, p 272). Os eventos traumáticos no passado da vítima - abuso sexual na infância, ambiente familiar disfuncional, violência doméstica - são evidenciados pelos especialistas como elementos que aumentam a probabilidade da mesma ser traficada.

De acordo com essa visão clínica, o fato de ter sido vítima de tráfico constitui, por si só, um indicador de comportamentos futuros de risco. Os estudos psicológicos enfatizam a importância da continuidade do trauma ao sugerir que a maioria das vítimas de abusos sexuais passados continua experimentando sequelas a longo prazo, tais como distúrbios sexuais, depressão, ansiedade e comportamento suicida. Assim, por terem sido vítimas de abuso sexual ou de tráfico no passado, tais mulheres apresentariam o risco de ser futuras vítimas de tráfico ou até mesmo se tornarem futuras ofensoras sexuais. A continuidade temporal do trauma é precisamente o elemento desencadeador que ativa a lógica da gestão de risco (Aradau, 2004, p 275). A designação das mulheres traficadas como população “de risco” lhes confere, portanto, uma identidade ameaçadora que permite constituí-las como sujeitos a serem governados (Berman, 2003).

Sendo assim, a narrativa anti-tráfico é utilizada para reificar a migrante prostituta como uma categoria perigosa, com o objetivo de se estabelecer uma estratégia política para exercer maior controle sobre o seu deslocamento (Berman, 2003; Guillemaut, 2004, 2006; Wijers, 1998, 1999). Por meio do processo complexo de securitização da migração e da prostituição, as migrantes trabalhadoras do sexo são identificadas como “ameaças” ou “riscos” que colocam em perigo a ordem pública, o modelo tradicional da família e da feminilidade, e desafiam a soberania dos Estados europeus.

A construção do perfil típico da migrante trabalhadora do sexo em risco de ser traficada é identificada como uma estratégia que instaura os mecanismos de controle e disciplina dos corpos das vítimas. A noção de disciplina traduz aqui novas formas de controle biopolítico (Foucault, 1976, 1991) sobre as migrantes

irregulares que transgridem as fronteiras soberanas. A “biopolítica” (Foucault, 1976) é uma técnica de governo que gerencia e direciona os corpos e os movimentos dos migrantes, com o objetivo de sintonizá-los às necessidades do Estado moderno. Por meio de uma vasta rede de técnicas e tecnologias de governo, os comportamentos dos migrantes são regulados e disciplinados para que não transgridam as fronteiras soberanas.

Na próxima seção, através da análise dos relatos das brasileiras trabalhadoras do sexo, exploro como elas interpretam as suas experiências de mobilidade e de trabalho do sexo como sendo na interseção entre dinâmicas estruturais e processos subjetivos individuais. Também examino como essas brasileiras se posicionam diante das rotulações restritivas que lhes são atribuídas em termos de vitimidade ou criminalidade, desvelando uma realidade muito mais sutil e ambivalente.

### **3.3. As ambivalências nas falas das trabalhadoras do sexo**

#### **3.3.1 A interconexão entre as dimensões materiais e subjetivas**

Com base num estudo da economia moral do mercado sexual transnacional, o intuito agora é mostrar como o fenômeno de migração de trabalhadoras do sexo é moldado pela interação complexa e plural entre forças estruturais, no nível macro, e processos subjetivos, no nível micro. O objetivo é prestar atenção para os espaços intersticiais entre a escala sistêmica e a escala intersubjetiva, ao estudar as interações entre as estruturas hegemônicas de dominação de gênero, raça e classe, por um lado, e os atos de subjetividade individuais por outro.

##### **3.3.1.1 Rumo a uma abordagem relacional e processual**

Analisar os fenômenos de migração e de trabalho de sexo sob o ângulo da economia moral nos permite desenvolver uma perspectiva relacional e processual,

rejeitando as falsas distinções entre agência e estrutura ou entre individualismo e holismo. Se por um lado, a interpretação do nosso estudo em termos de economia moral nos impede cair na armadilha de um estruturalismo totalitário que nega intersubjetividade dos agentes, por outro, também nos preserva da tentativa de redução do individualismo à estrita contingência das decisões dos atores.

Em vez disso, o estudo da economia moral das migrantes trabalhadoras do sexo sugere uma abordagem relacional do nosso objeto de pesquisa, que captura tanto as dimensões coletivas das agências individuais como os aspectos individuais das mudanças estruturais.

A preocupação central em rejeitar a separação entre diferentes níveis de análise está fortemente ligada ao projeto crítico da virada do "Novo Materialismo" no pensamento social e político dos anos de 2010. O Novo materialismo analisa as relações complexas que ligam os processos aos níveis micro e macro, examinando tanto os costumes e as práticas diárias, quanto os desenvolvimentos geopolíticos mais amplos que podem afetá-los (Coole & Frost, 2010).

O Novo Materialismo teoriza a interação complexa entre a linguagem e a "matéria", uma vez que considera que ambos são suturados de forma fundamentalmente juntos. Recusa a produção de hierarquia entre a materialidade e os aspectos intersubjetivos e linguísticos, e aponta como as relações humanas estão imersas em um contexto tanto social quanto material.

De acordo com D. Coole e S. Frost (2010), o significado, a identidade e a subjetividade são sempre interdependentes e mutuamente constituídos por meio da força da materialidade. Para os autores, o novo materialismo vê a materialidade, não como um objeto passivo, cujo conteúdo e significado podem ser facilmente capturados, representados ou construídos através da linguagem, mas bem como algo politicamente ativo e vivo. A retomada da dimensão material é devida à necessidade de entendermos como as relações humanas estão imersas em redes e contextos sociais, econômicos e políticos, onde a materialidade possui uma



agência própria. Nesse sentido, insiste-se na abertura, na contingência e na complexidade das forças materiais.

Dito isso, a prostituição e o tráfico sexual podem ser vistos como fenômenos moldados pela interação complexa e plural entre forças ao nível macro e processos ao nível micro. É justamente nos espaços intersticiais entre a escala sistêmica e a escala intersubjetiva que são produzidos novos impulsos, novas resistências e novos movimentos que levam às mudanças sociais. Nas próximas subseções, vamos analisar como as trajetórias de migração e de trabalho do sexo são o resultado da interconexão entre dinâmicas sistêmicas que oprimem as trabalhadoras do sexo migrantes e valores, normas, sentimentos e expectativas morais que estimulam as decisões individuais.

### **3.3.1.2. “Não tinha outra opção”: opressão estrutural e necessidade de sobrevivência**

O feminismo materialista vê a prostituição como a forma de opressão mais antiga das mulheres, que resulta da institucionalização da desigualdade de gênero. As mulheres prostitutas são vistas como oprimidas pelas forças sociais que agem sobre elas e as obrigam a exercer a prostituição. O trabalho do sexo é visto como o produto da restrição das suas escolhas, ou seja, como o último recurso para as pessoas que dispõem de menos opções.

De acordo com essa leitura feminista marxista, as trabalhadoras do sexo dos países do Sul podem ser vistas como inseridas em uma estrutura abrangente que as oprime, as impele a migrar e se prostituir no exterior. O racismo, o patriarcado, a transfobia ou a pobreza constituem vários determinismos que orientam seus comportamentos. O mercado de trabalho sexual internacional, o contexto geopolítico pós-colonial e a divisão econômica Norte/Sul constituem um conjunto de estruturas opressoras que agem sobre as decisões e ações individuais das trabalhadoras do sexo.

A prostituição transnacional é fortemente relacionada a reestruturação do sistema econômico em escala global. As mudanças no processo produtivo levaram

ao aumento das desigualdades sociais e do desemprego estrutural nos países mais pobres do mundo. Nesse cenário, a precariedade econômica e social incentivou as classes mais pobres e menos qualificadas das sociedades capitalistas do Sul a buscar melhores condições de vida em países mais desenvolvidos.

Durante as entrevistas que realizei junto com 31 brasileiras trabalhadoras do sexo nas cidades de Paris, Lyon e Toulouse, tive a oportunidade de escutar as histórias individuais de cada uma delas e os motivos que as conduziram a migrar e se prostituir na França. Me dei contas que os elementos materiais e econômicos pesavam muito nas suas experiências de vida. Assim, quase todas as interlocutoras brasileiras mencionaram as dificuldades financeiras pelas quais passaram no Brasil e invocaram o argumento econômico como a principal razão que motivou a viagem para a Europa. Foi o caso de Julia, que me contou:

“A minha história é mais ou menos a mesma história que todo mundo. Eu passava por muitas dificuldades econômicas. A minha família é muito humilde, muito mesmo. Em total somos 3 irmãs. Eu morava num lugar muito perigoso, no moro do Alemão, em um subúrbio do Rio. Na época foi umacoisa assim: eu ia muito para a praia no final de semana e lá tinha uma pessoa que agenciava as meninas para levar para a Espanha. Entendeu.” (Julia, cisgênero).

A reestruturação do mundo do trabalho e a diminuição do papel social do Estado nos países capitalistas afetaram as mulheres das regiões pobres do mundo, tornando as condições de trabalho feminino cada vez mais precárias. Por conta dessa precariedade econômica, cada vez mais mulheres escolhem migrar para outros países a procura de oportunidades de trabalho (Truong, 2003). Nesse contexto, a prostituição tem uma ligação direta com as limitações estruturais enfrentadas pelas mulheres no mercado do trabalho. A desvalorização e a exploração do trabalho feminino subqualificado impacta fortemente a escolha das mulheres em entrar na atividade prostitucional. O relato de Luiza ilustra o pensamento feminista materialista, segundo o qual a prostituição seria o resultado de uma situação de desespero econômico-social, devida às faltas de oportunidades de emprego em geral e as restrições sofridas pelas mulheres no mercado do

trabalho em particular:

“Eu já me prostituía no Brasil. Eu me casei muito jovem, com 16 anos, mas logo depois me separei do meu marido porque era violento. E aí fui para São Paulo com 17 anos justamente para poder sobreviver, para ter uma vida melhor. E eu já estava com uma filha para criar. No Brasil nessa época o salário mínimo era de fazer piedade, por causa da situação econômica que era lastimada. A gente trabalhava por miséria e com o que a gente ganhava, não dava para nada. A gente trabalhava 7 dias por semana, 9 ou 10 horas por dia e no final do mês o salário não dava nem para pagar o que você come. Na época eu morava em um quarto que nem era um quarto, era uma vaga em um quarto com mais 5 pessoas. E não alcançava nem pagar o quarto e a comida ao mesmo tempo. Era uma coisa ou a outra. Então no Brasil eu estava naquela situação crítica. Por ser mulher e ter todas as portas fechadas, mas também porque os salários eram miseráveis. Então as mulheres que não viviam com a família eram obrigadas a se prostituir para sobreviver.” (Luiza, cisgênero).

As desigualdades econômicas entre os países do Norte e do Sul provocadas pela colonização e pelo capitalismo neoliberal levaram algumas trabalhadoras do sexo a escolher migrar para países mais desenvolvidos e estável econômica e monetariamente. Este elemento foi mencionado por várias das trabalhadoras do sexo com quem me encontrei, como é o caso de Ariane, que valorizou o fato do euro ser uma moeda forte no mercado internacional:

“A maioria das migrantes partem porque esses países Sul-americanos, Brasil, Argentina, Chile têm moedas bem mais desvalorizadas na frente do euro. Então o pouco que você ganha aqui, você manda para lá e vale muito mais. Dá um impulso para sair da vida. É a procura de um lugar melhor, de um trabalho melhor. Até eu tenho certeza que no dia que o euro igualar com a maioria dessas moedas Sul-americanas, nos vamos partir para os nossos países novamente. Porque a gente pode fazer a mesma coisa lá. O que tá ajudando é simplesmente isso: o euro aqui tá mais forte. Foi isso que me animou para deixar o Brasil. Porque ganhava um dinheiro bom lá no Brasil, mas o que me animou para deixar o Brasil foi o euro! Pensei que ia ganhar em euro e aí me endividei para isso.” (Ariane, transgênero).

Porém, essas dinâmicas sistêmicas não são suficientes para explicar os fenômenos de migração e de prostituição. Trajetórias individuais e aspectos de ordem mais pessoal entram em jogo nas economias morais das trabalhadoras do sexo, enfrentando e compensando essas forças holísticas. Elementos arbitrários, como uma ruptura amorosa, a perda de um emprego fixo, o falecimento de um

parente, ou a violência de um companheiro, bem como aspirações pessoais como o desejo de viajar e descobrir outras culturas também pesam nas decisões de migrar para outro país. Assim, as emoções, os afetos e os valores afetam os processos decisoriais das trabalhadoras do sexo, contrabalançam assim, tais determinismos estruturais.

### **3.3.1.3 “Eu escolhi mesmo”: subjetividade e projetos individuais**

Além das condições externas que conduzem os migrantes a atravessar as fronteiras (perseguição, pobreza, desastre, conflito), os movimentos resultam também de processos decisoriais subjetivos, que integram as estratégias individuais, familiares e comunitárias para a sobrevivência. A teoria da “Autonomia da Migração” (Papadopoulos et al., 2008; Mezzadra, 2011) chama a atenção para as práticas de subjetividade, que se expressam além das causas objetivas. Essa teoria integra a macroanálise (os processos estruturais) com a microanálise (a experiência subjetiva individual) dentro do estudo da migração. A migração é concebida como uma força criativa, moldada ao mesmo tempo, tanto pelas práticas e pelos desejos dos sujeitos autônomos, complexos e heterogêneos, como pelas estruturas sociais, culturais e econômicas.

Recorrer à perspectiva da Autonomia da migração ajuda a conceber a presença da migrante trabalhadora do sexo, não em termos de vitimidade mas em termos de subjetividade. Essa teoria abre o caminho à expressão de práticas subjetivas, dando especial atenção às expectativas e aos desejos das migrantes que trabalham na indústria do sexo. Num contexto caracterizado pela pobreza e pela necessidade de sobrevivência, “fazer dinheiro” permite às jovens migrantes não apenas de sair da precariedade econômica, mas também de realizar seu desejo de independência psicológica mobilidade social ascendente (Mai, 2014). As subjetividades complexas e às vezes contraditórias das jovens migrantes se formam a partir de uma interação ambígua entre sobrevivência, aspiração ao estilo

de vida hedonista, distanciamento da família e transformação dos modelos tradicionais de autoridade.

Muitos autores críticos (Piscitelli, 2007a, 2007b; Oso Casas, 2006) destacam o papel ativo das pessoas dentro do percurso migratório, para desvelar uma realidade altamente heterogênea, feita de escolhas, planejamentos e desejos migratórios. Adriana Piscitelli (2007a, 2009b), em seu estudo sobre as brasileiras na indústria do sexo na Espanha, ressalta que, contrariamente as representações dominantes, a maioria delas já havia oferecido algum tipo de serviço sexual no Brasil, e migraram com este objetivo em mente.

Sobre as 31 brasileiras que entrevistei, apenas uma não era ciente de que ia ter que se prostituir na França. As outras 30 já sabiam que iam migrar para exercer o trabalho do sexo na Europa e planejaram a viagem com essa intenção. A maioria explicou que não foram enganadas sobre o tipo de trabalho que as esperavam na Europa, já que as modalidades e as condições são definidas antes da viagem com as cafetinas. Escutamos os trechos de duas entrevistas sobre este assunto:

“Agora vou te dizer uma coisa: ali tudo mundo sabia o que ia fazer na Europa. Tudo mundo. Ninguém veio pensando que ia para lá para esfregar os pratos. Não. Na Espanha tem muita gente presa por causa disso e é sacanagem, inclusive o dono do lugar na Espanha foi preso e muitas meninas foram denunciar ele falando mentiras. Eu não denunciei ninguém. Eu falei: ‘Não vou falar uma coisa que não é. Se estou aqui é porque eu sabia! Eu não vou me meter nesses problemas.’” (Julia, cisgênero).

“Quando eu vim para Espanha, eu sabia de tudo. Nunca fui enganada. A maioria das meninas mentem, porque a gente sabe o que vai fazer. Tudo mundo sabe. É claro que sabem porque elas [as cafetinas] explicam tudo para a gente. Ninguém vai sair do seu país sem saber o que vai fazer, não é?” (Rosângela, cisgênero).

Muitas brasileiras que interroguei insistiram no fato de que o projeto de migração para Europa foi uma escolha pessoal deliberada:

“Para mim particularmente, foi uma opção, e não me arrependo. Eu faria de novo. Eu acho que tudo é uma opção. Cada um tem a sua história, mas cada um tem sua razão. E eu não posso dizer que foi uma experiência que eu não faria de novo. Mas eu não me arrependo. Acho que tinha que ser assim.” (Julia, cisgênero).

Por conseguinte, muitas mulheres traficadas estariam conscientes sobre o tipo de trabalho que as esperava nos países de destino. Segundo R. Andrijasevic (2004), a prostituição poderia ser vista como parte integrante do projeto de migração, como etapa indispensável através da qual as pessoas pretendem criar novas oportunidades na vida. Os autores críticos, portanto, chamam a atenção para os motivos de migração que integram questões e desejos pessoais. Eles ressaltam que muitas mulheres querem migrar para explorar lugares famosos, descobrir outras culturas, conhecer novas pessoas, ou até mesmo para se casar (Agustin, 2005; Mayorga, 2011; Piscitelli, 2007a). Além do critério econômico, realizar uma viagem para a Europa e um sonho que inclui uma ideia de evolução cultural e o desejo de liberdade e a busca pela ampliação do próprio horizonte.

Em relação a esse tema, eu lembro de um encontro com uma brasileira de 23 anos em um bar que foi particularmente fascinante para mim. Eu lembro que apesar de ser muito jovem, Larissa tinha uma presença e inspirava muita autoconfiança e determinação. Entrava na introspecção da sua vida com uma distância e maturidade emocional impressionante. Tinha muita convicção e fé em tudo o que empreendia. Ganhava em torno de 8000 euros por mês, dos quais mandava a metade para o Brasil, para a construção da casa de seus pais. Ela sustentava os pais e seu irmão menor. Refletia a imagem de uma mulher extremamente independente, perseverante e corajosa, que, além do argumento econômico, tinha decidido sair do Brasil para descobrir outras culturas, viajar, conhecer novos lugares e se sentir livre de ir e vir à vontade. Em suas palavras:

“Eu estava morando sozinha porque eu sempre gostei de ser independente. A minha mãe pode bater no peito e ter orgulho da filha que ela tem! Porque eu sempre fiz tudo sozinha, eu sempre corri atrás das coisas, nunca fui uma pessoa de ficar parada. Eu tenho carteira de trabalho assinada no Brasil desde que tenho 15 anos de idade. Eu sempre corri atrás. Com 18 anos, eu já tinha o meu apartamento, com o meu marido. A gente namorou um ano, dos 16 para os 17 anos e aí com 17 anos a gente casou oficialmente. Aí fiquei 2 anos e pouco morando com ele, debaixo do mesmo teto. E descobri que não era aquilo que eu queria. Eu queria viver! Enfim, a gente se separou e vendemos tudo. E eu estava já com esse foco de ir embora, de vir para fora. E eu fiz pressão na mente dessa pessoa para ela me trazer e acabou que deu certo. E eu vim de vez.” (Larissa,

cisgênero).

Foi Larissa quem procurou os contatos certos para poder realizar a viagem para a França. Ela não foi pressionada por uma pessoa intermediária; ao contrário, foi ela quem fez pressão para concretizar seu projeto de migração. Ela foi o próprio motor da sua trajetória de deslocamento.

Se o impulso migratório de Larissa era bastante excepcional em sua positividade, não foi o caso da maioria das outras brasileiras trabalhadoras do sexo. Muitas delas foram incentivadas a deixarem o Brasil depois de eventos ou acontecimentos pessoais dramáticos, como a perda de um emprego, a morte de um parente, uma depressão nervosa ou uma ruptura com um companheiro abusivo. Para Camila, foi a perda da sua mãe que desencadeou o projeto de ir embora:

“Eu vim direito para Lyon há 4 anos. Mas trabalhar dessas coisas, eu nunca tinha trabalhado assim. Eu comecei a trabalhar disso na França, porque tenho meu filho. Mas quando estava no Brasil, a minha mãe faleceu. Daí não conseguia mais ficar na casa dela. Tenho meu filho, a gente passou por muitas coisas junto com a minha mãe né. Daí não deu e falei ‘Não dá mais, vou para França.’ Porque tenho a minha irmã aqui. Aí ela falou ‘vem, fica na minha casa.’ Assim que eu vim para cá.” (Camila, cisgênero).

No caso de Fernanda, foi o desejo de dar um futuro melhor para ele que constituiu o elemento “gatilho” gerador da viagem para a Europa:

“O que mais me incentivou a vir para a Europa não foi a vida que posso ter ganhando com esse dinheiro. Porque o dinheiro que ganho aqui, as pessoas pensam que é fácil mas não é fácil. É rápido, mas não é fácil. E o que mais me incentivou a vir mesmo, com toda a garra, foi meu filho. Porque decidi criar o meu filho e dar um futuro para ele. Quando meu filho tava com 11, meu sobrinho que tava com 14 foi preso no Brasil por tráfico. Os dois eram melhores amigos. Aí eu falei ‘Meu filho não vai ser um traficante.’ E eu meti a cara e a coragem e fui para Portugal. Foi isso que me incentivou. Tudo o que eu fiz, tudo o que eu passo, o frio, as humilhações, tudo, foi para o meu filho. Tou feliz pelo meu filho, entendeu. Porque eu sei que eu vou poder pagar uma faculdade para ele. Tudo o que eu não tive na vida, entendeu. Então se for para resumir tudo mesmo assim do porque que eu vim para Europa me sujeitar a essa vida foi para dar uma educação melhor para meu filho. Porque eu vi que ele não ia para um caminho bom se continuasse lá no Brasil.” (Fernanda, cisgênero).

Para Carolina, o fato de ficar desempregada se juntou com o fato de ter

uma irmã que já morava na França e que a convenceu de efetuar a viagem:

“Nunca passamos por dificuldades financeiras, o meu pai era militar. A minha mãe trabalhava por conta própria, ela tinha uma loja dela de roupa. Eu nunca pensei em vir para Europa, eu vim mesmo para Europa porque a minha irmã casou com francês! Quando eu fiquei desempregada, a minha irmã já morava na França e era estabilizada e então fui para a França! Ela pagou a minha passagem. Mas nunca passei por dificuldades assim no Brasil. Eu tinha uma vida muito de família, corretinha, tudo certinho. O meu pai sempre tinha o salário dele. Nós sempre tivemos tudo!” (Carolina, cisgênero).

Aqui é muito interessante como ela explica a reviravolta na sua vida. Ela se considera de boa família, sem problemas financeiros específicos. Ela explica a própria trajetória de vida por um conjunto de eventos não planejados e que não têm necessariamente um vínculo com o seu meio social.

Para Aslhey, foram as repercussões de uma desilusão amorosa na sua saúde mental e emocional que a motivaram a sair do Brasil:

“E comecei a ter um relacionamento com um menino de 18 anos. Só que não deu certo, terminei e fiquei dois meses solteira. Só que logo após, veio um cara na minha vida. Eu falei: ‘Não quero namorar porque acabei de sair de um relacionamento’. Mas ele insistiu, insistiu, insistiu e acabei namorando. Só que eu me iludi com essa pessoa que idealizei demais e não era quem imaginava. Resumindo: fui iludida. Era uma pessoa muito problemática. E eu idealizei um homem que, ao passar dos meses, mentia demais. Eu idealizei um príncipe que depois virou sapo. E fiquei muito abalada. Fiquei depressiva. Comecei a entrar em depressão. Eu estava chorando. Não conseguia ir para academia. Não consegui reagir para a vida. Eu estava muito magra. E o cabelo começou a cair. Entrei naquele sofrimento silencioso. Isso foi há um ano e pouco. Por isso que reagi e decidi ir para Europa. Acabou que entendi que o problema não era eu. Eu fiz um flashback de tudo que estava passando e pensei que não estava bem no Brasil. Eu estava decepcionadíssima, o relacionamento estava andando mal, a minha mãe não me dava aquela assistência de antes. Falei: ‘Quer saber, eu vou embora.’ Desci pro centro comprar aquela passagem. Em uma semana tive que tirar as fotos, comprei roupas, joias, brincos para fazer as fotos. Corri contra o tempo. Comprei malas, bolsas, tudo o que precisava para vir.” (Lorena, transgênero).

As migrantes prostitutas, por ocuparem posições ambíguas e contraditórias, como mãe, filha, vítima, migrante ou profissional do sexo e abraçam, resistem e remodelam simultaneamente as representações existentes da



feminilidade e do trabalho sexual. É nessa complexidade que podem ser identificados tanto aspectos de vulnerabilidade quanto aspectos de resiliência.

Na próxima seção, vamos ver como as imagens da “migrante trabalhadora do sexo” são construídas com base em dicotomias que remetem, muitas vezes, a visões estereotipadas e exageradas. Devemos, então, nos afastar da tendência em reduzir os perfis das prostitutas brasileiras na França aos arquétipos da “vítima coitadinha” ou da “cafetina sem escrúpulos”, já que esses são, muitas vezes, bastante afastados da realidade.

### **3.3.2. Para além da dicotomia “vítima”/”criminosa”**

#### **3.3.2.1 O exemplo de Luana como arquétipo da “vítima coitadinha”**

A primeira vez que me encontrei com Luana foi na sala de espera da associação do PASTT. Ela tinha os cabelos loiros, semi-longos, amarrados com grampos. Tinha os olhos azuis profundos. Quando ela chegou na sala para se sentar, percebi logo o seu nervosismo. Parecia muito agitada, tinha uma forma desajeitada de se mover e de falar. Conversava com tudo mundo, mas de modo muito confuso, sem deixava os seus interlocutores responderem. Nos momentos de pausa, ela murmurava palavras incompreensíveis para si mesma e as suas mãos ficavam tremendo. Entendi que tinha algum tipo de distúrbio psicológico. Esperei algum tempo sem saber como a abordar. De vez em quando ela me olhava e sorria para mim, então finalmente tomei coragem para tomar o primeiro passo. Expliquei o motivo da minha presença e perguntei se ela queria contribuir para a minha pesquisa. Ela aceitou logo, ficou muito empolgada e me convidou no dia seguinte para a casa dela.

No dia seguinte, depois de uma hora e meia de espera na frente do seu prédio, Luana apareceu na rua. Ela me pediu desculpas pelo seu atraso e me fez entrar no prédio. Ela morava num quarto embaixo das escadas do prédio, no fundo do pátio interior. Quando chegamos na frente da porta, notei que a fechadura tinha sido forçada. Ela empurrou cuidadosamente a porta, se esgueirou pelo vão e

entrou. Ouvi um barulho de móvel sendo arrastado pelo chão. Ela estava puxando o armário que tinha colocado atrás da porta para me deixar entrar corretamente.

Ela me explicou que tinha sido expulsa ilegalmente pelo proprietário e que teve que passar pelo buraco da ventilação para poder entrar novamente. O proprietário tentou trocar a fechadura na sua ausência, porque fazia um ano que ela não pagava mais o aluguel. Porém, os funcionários da associação responsável por acompanhar Luana explicaram para ela que o proprietário não podia expulsá-la, porque o alojamento era "indigno e insalubre". Isso significava que só podia forçá-la a ir embora depois de reformar inteiramente a quitinete em conformidade com as regras estabelecidas. Ademais, a "trégua invernal"<sup>40</sup> já tinha começado.

Ela morava em uma quitinete extremamente pequena e escura, sem janela. Notei muita umidade no ar e um cheiro forte de mofo. No lugar de uma cozinha, tinha uma pequena geladeira e um fogão, bem ao lado da cama. Não tinha nem porta nem luz no banheiro e constatei uma grande quantidade de água no chão. Ela me contou que gotas de água pingavam continuamente pelo teto e que ratos entravam pelos tubos.

Luana me convidou para sentar em cima da sua cama e começou a me contar sobre a sua vida. Ela era muito agitada e parecia desconfortável quando havia momentos de silêncio. Ela não conseguia ficar parada, gesticulava, se levantava e se sentava na cadeira continuamente. Ela se perdia no seu relato, pulava de um assunto para outro sem transição. Como eu tinha bastante dificuldade para manter o fio da narrativa, tive de cortá-la várias vezes para guiar e manter a coerência da narração.

Depois de um tempo, Luana me ofereceu um copo de vinho e um cigarro. Aceitei, pensando que isso poderia ajudar a descontrair a atmosfera. Quando ela começou a abordar o tema da transição de gênero, ela levantou várias vezes a sua camisa para me mostrar os seus seios de silicone. Ela reclamou do tamanho de

---

40 A França colocou em prática, desde 1954, uma lei de "trégua invernal" que impede proprietários de despejarem locatários, mesmo por falta de pagamento. Quem burla a lei está sujeito às penas que podem ir até 3 meses de prisão e uma multa de 30 mil euros

seus mamilos e propôs que eu os tocasse. A um certo ponto, no meio da sua narração exaltada, ela fez um gesto brusco e derrubou o seu copo de vinho. Ela parou de falar alguns segundos e logo continuou a história que estava contando. Cinco minutos depois, ela pegou uma vassoura e começou a varrer o chão. Falou e varreu durante quase meia hora, mesmo após o chão já estar limpo.

Quanto mais ela me contava sobre seu passado e suas experiências de vida, mais se formava na minha mente a imagem de uma pessoa sofrida que acumulava todas as desgraças e tragédias possíveis. À medida em que Luana falava, o arquétipo da vítima aparecia na minha frente, de forma cada vez mais evidente. Vejamos os trechos seguintes, coletados ao longo da entrevista:

“Eu sou do Ceará. Bem de longe. Eu nasci em Cedro, mas a gente viveu no município de Iguatu. São 8 horas de viagem. Meu pai já era alcoólatra. Minha mãe sofria muito com meu pai chegando todo dia bêbado. Meu pai não dava mais dinheiro para pagar o aluguel. Meu irmão não tinha trabalho e fumava muita maconha. A gente tava naquela situação. No Ceará, eu repeti por três anos a primeira série, primeiro pela dificuldade da gente morar em um sítio muito afastado, e segundo porque eu era muito atrasada no ensinamento. Os alunos que não frequentavam a cidade ficavam muito atrasados com as matérias porque não podiam atravessar o rio. Então eu tinha que andar 16 quilômetros a pé para ir até a escola. Tinha que sair 5 horas da manhã praticamente. O meu irmão não estudou, a minha irmã é analfabeta, nem sabe escrever o nome dela. E outra: eu apanhava todo dia da minha mãe. Se eu não chegava antes das 23h era uma surra todo dia. E meu irmão fazia a cabeça da minha mãe. Ele me segurava o punho na rede para eu apanhar. Se não chegava na hora certa, eu não tinha comida. Era assim. A minha vida era desse jeito. E com meu pai nunca tive um relacionamento bom. Teve um papo dentro da família do meu pai, quando a minha mãe estava grávida de mim, ela diz que eu não era filho do meu pai. Ele não gostava de mim porque pensava que eu não era filho dele. Eu pensava que meu pai não iria me aceitar. A minha mãe já não me aceitava, então imagina meu pai.” (Luana, transgênero).

A partir dessa fala, já podemos fazer o retrato de uma pessoa que provém de uma família com problemas econômicos e sociais. Além de ter sido rejeitada e maltratada pela própria família na infância, Luana não conseguiu ser escolarizada corretamente. Esse relato tem semelhanças como os mitos dos discursos anti-tráfico dominantes que centralizam e apresentam uma narrativa tipificadora sobre a experiência do tráfico sexual. De acordo com A. P. da Silva, T. Gregory

Blanchette e A. Bento (2014), o movimento antitráfico se sustenta numa criação, no imaginário público, da imagem da experiência “típica” de uma brasileira traficada. Segundo os autores, a “típica brasileira traficada” é uma mulata pobre, que nasceu numa região pobre no “interior” ou no “nordeste” do Brasil, que tem baixo grau de escolaridade e nenhuma qualificação para o mercado de trabalho. Ela é representada também como um tanto ingênua, pois acredita naquilo que vê na televisão e no cinema em relação à vida maravilhosa no exterior.

No entanto, no caso de Luana, além dessas características sociais, outros fatores de vulnerabilidade relacionados ao seu gênero devem ser levados em consideração na sua experiência pessoal. Com efeito, ela sofreu violência na escola, quando começou a se travestir:

“Só estudei no primeiro ano. Não terminei porque fui agredida na escola da favela. Eles me agrediram em 30 pessoas. Eu estava começando a saber o que era travesti, estava começando a tomar hormônios para ter peitinho, para ficar mulher e tudo mais, e eles não aceitaram. Na escola me deram um lixão, em 30 pessoas. Fui internada 2 meses. Quebrou a minha costela” (Luana, transgênero).

Além disso, Luana foi vítima de um estupro na infância:

“A primeira vez que teve penetração, foi com 7 anos de idade. Eu era oamiguinho do filho dele. Esse homem era de uma família rica da minha cidade. Eu tive essa experiência com ele me fodendo dentro do armazém de algodão. Eu o vi fazer o xixi e eu fui ver por curiosidade. Olhei ele fazendo xixi e como ele sabia que eu tinha um jeito de menina, eu quis. Não é que ele me violentou, não é que ele foi um pedófilo. Eu quis também. Quando eu fui lá olhando ele fazendo xixi, ele me falou: ‘Tranquilo, você pode olhar. Você quer pegar também?’ E eu quis pegar. Aí eu peguei e chupei um pouquinho. Depois ele tentou me comer. Fazia mal naquela época, ele tentou me comer um pouco, mas saiu sangue. Aí eu falei ‘tá doendo, tá doendo, tá doendo’. Aí sangrou e tudo o mais e ele ficou com medo. Mas assim, foi eu que quis essa primeira experiência. Só que depois disso, ele cortou a minha amizade com o filho dele. E não contei para ninguém. Mas ali não era tanto por atração sexual. É que eu me sentia mulher. Atração sexual só foi depois, com 10 anos de idade, saindo com os adultos.” (Luana, transgênero).

Em suma, o abuso sexual na infância, somado à falta de amor e maltrato pelos pais, às humilhações e agressões na escola são aspectos de vulnerabilidades que nos incitam a colocar Luana na categoria típica da “vítima”, em risco de ser traficada. De acordo com Claudia Aradau (2004, 2008), a retórica anti-tráfico se

baseia em uma visão clínica que coloca a noção de “trauma” no centro da sua argumentação discursiva. Para a autora, o discurso anti-tráfico dominante se apoia nos estudos psicológicos para apontar o ambiente familiar disfuncional, as violências sexuais e os maus-tratos na infância como fatores traumáticos que aumentariam a probabilidade de alguém ser traficada e explorada sexualmente (Aradau, 2004, 2008). Ao sugerir que a maioria das vítimas de abusos sexuais passados continua experimentando sequelas de longo prazo - distúrbios sexuais, depressão, ansiedade, comportamento suicida -, os profissionais da psicologia enfatizam a importância da continuidade do trauma. Assim, por ter sido vítima de abuso sexual ou de tráfico no passado, as mulheres apresentam um risco de ser futura vítima de tráfico, ou até mesmo um futuro ofensor sexual.

Sendo assim, o passado afetivo e familiar das pessoas prostitutas, bem como as suas situações de vulnerabilidade sociais, econômicas e psicológicas são recorrentemente mencionados como predisposições para o ingresso na prostituição.

Porém, é fundamental levar em consideração o fato de eu ter selecionado o relato de Luana porque representava o retrato mais “exagerado” que extrai do meu campo. Apenas duas das 31 brasileiras trabalhadoras do sexo que entrevistei apresentavam as características associadas ao arquétipo da “vítima” em potencial risco de ser traficada. As 29 brasileiras restantes não as apresentavam, ou apresentavam apenas um dos fatores de vulnerabilidade mencionado acima, sem que isso fosse suficientemente relevante para produzir ou questionar uma forma de causalidade.

Na segunda parte dessa tese, ao longo dos capítulos 5 e 6, procederei em uma desconstrução do “mito da mulher traficada”, incentivando discussões mais realistas e nuançadas sobre o tráfico de pessoas no Brasil. Em vez de focalizar apenas na exceção e no extraordinário - ou seja, enfatizando apenas o relato mais espetacularmente vitimizante - darei uma visão mais modulada da prostituição e do tráfico sexual, dando importância igual a todas as histórias de vida das

brasileiras que exercem o trabalho sexual na França. Veremos que, ainda que os discursos institucionais as descrevam como vítimas a serem protegidas, muitas delas não se reconhecem com tal.

### 3.3.2.2. Ambivalências na figura da “vítima-criminosa”

Outro momento marcante durante o meu trabalho de campo foi o meu encontro com Laísa, uma brasileira transgênero. Quando ela me pediu para nos encontrarmos na frente do Tribunal de Justiça, entendi logo que devia ter alguns problemas judiciais. Quando a vi de longe, ela estava conversando com uma pessoa, provavelmente o seu advogado. Ela parecia muito triste e abatida. Eu propus para ela de ficarmos em um bar ao lado do Tribunal, e no caminho até lá, ela me contou sobre sua situação. Tinha sido duas vezes presa por ter sido comprometida em casos de proxenetismo.

No segundo processo judicial, a Laísa tinha sido culpada por ter exercido um papel de “intermediário” entre uma cafetina e uma outra prostituta brasileira. Laísa representava para mim o perfeito exemplo de como as migrantes prostitutas podiam se encontrar ao mesmo tempo no lugar da vítima e da culpada. Leiamos a sua história:

“Depois de alguns anos no Brasil, eu me encontrei com uma menina que me cobrou 1000 dólares só para me dar o telefone uma ‘gracinha’ que morava aqui em Paris. Eu liguei para ela e ela me falou: ‘Pode vir aqui na minha casa por 300 euros por semana’. Só que assim que cheguei em Paris, uma amiga minha da Espanha, que tinha me ajudado muito no passado, me ligou. Deu um problema com ela na Espanha e ela me falou: ‘Laísa, preciso ir para Paris’. Eu falei: ‘Bruna, eu nem cheguei em Paris, não posso te ajudar’. Nesse momento eu estava morando na casa de bichas, pagando diárias. A cafetina ouviu a conversa e ela pensou que podia ser mais dinheiro para ela. Então me falou que a minha amiga podia vir para Paris, que eu podia morar com uma outra fulana, e que a Bruna podia pagar também 300 por semana na casa de não sei quem... Aí falei: ‘Tá bom, já é com vocês’. Eu não via a Bruna há muitos anos. Ela chegou em Paris. Ela tomava tantos remédios que tinha aquela baba branca na boca. Eu falei assim ‘Bruna, como é que você está?’. Ela estava toda desnorteada. Quando ela chegou no apartamento, ela tinha que ir para a casa de não sei quem. Mas a cafetina não quis e falou para ela ‘Não, fica aqui. No meu quarto tem um lugar para você dormir. É 300 por semana’. E ela falou para mim: ‘Laísa, ela é a tua amiga. Se ela não pagar, é você quem paga’. Nesses 45 dias que a gente morou juntos, eu não

lembro se foi uma, se foi dois ou se foi três semanas, mas eu tive que pagar duplo. A Bruna ia para o Bois de Boulogne mas não trabalhava, ela não sabia falar francês, nem eu sabia falar francês na época. E eu falando para a minha amiga: ‘Bruna, não pode ficar desse jeito’. Porque ela estava 24 por 24 horas dopada. E o Bois de Boulogne era perigosíssimo. Tem que estar sano para ir lá. Resumindo, tinha duas cafetinas: a secretária, que me deu o contato, e essa que tem um apartamento em Paris. Com a do apartamento estava tudo certo: a gente pagava as diárias. Mas na hora que chegou essa Bruna no Bois de Boulogne, essa que me deu o contato e que me cobrou 1000 dólares e levou ela para o Bois de Boulogne, arrumou não sei quem lá. Custava 500 euros para ela descer e trabalhar no ponto. Ela já pediu 1000 e a Bruna começou a trabalhar. Aí teve uma hora que eu saí do apartamento, juntei meu dinheiro e aluguei um apartamento para morar sozinha em Paris. E falei para a Bruna: ‘Eu não vou poder te levar comigo porque o proprietário do apartamento sabe que eu sou puta, e ele não quer confusão.’ Então não levei a Bruna comigo. Deixei ela com as meninas. Eu fiquei com um ódio... Olha como aconteceram as coisas. Essa minha amiga Bruna queria denunciar essa cafetina. Acabou que a história estava num ponto que a bicha estava fazendo pressão em mim para eu pagar o dinheiro da Bruna. A cafetina do apartamento me falou ‘me deve tanto de diária’. Eu dei o dinheiro da Bruna para a bicha. Mas além disso, eu tive que resolver a questão do dinheiro dela no Bois de Boulogne. Eu falei para a cafetina ‘Calma, que uma coisa de cada vez, tudo se paga.’ Mas a cafetina não quis. Ela não aguentou esperar. Quando fui lá para pegar a Bruna é que ela me explicou que não queria mais ficar lá no apartamento, então eu paguei a semana de hotel da Bruna. E a cafetina falou assim para mim: ‘Mas agora que a sua amiga não vai mais morar aqui, não quero mais 1000 euros, eu quero 2000’. Ela já queria interesses. Aí a Bruna foi na Brigade de proxénétisme para denunciar a cafetina. Teve um dia que fui no hotel da Bruna. Foi dali que me envolvi na história. Queria falar com ela desse negócio, para ir na polícia juntas. Ela não tava, então mandei uma mensagem para ela, falando: ‘Eu tô com o dinheiro aqui, se você quiser, você vai e denuncia ela’. Peguei uma folha de agenda e escrevi ‘Bruna, cadê você? Eu te ligo e você não responde. O que que está acontecendo? Eu espero que a nossa amizade não custe 2000 euros’. Escrevi isso no bilhete. Ela foi na polícia com esse bilhete. Foi aí que pela segunda vez fui envolvida numa história de cafetinagem. Eu não consigo engolir o fato de ter entrado nessa história assim, de forma tão absurda. Por uma história de cafetinagem. O juiz que me condenou, ele entendeu como se eu fosse a pessoa que pegava o dinheiro das prostitutas e entregava para as cafetinas. ‘Intermediário’. E nem era isso. A cafetina que estava cobrando, ela estava me ameaçando para que eu pagasse o dinheiro da outra que não ia pagar. Falando: ‘ah, ela é a tua amiga, como ela não tem dinheiro, é você que tem que pagar. Se você não pagar, eu vou invadir a casa da tua família no Brasil, vou matar eles’. Sabe? Toda essa história. Na época que isso aconteceu, a Bruna era completamente louca porque ela queria se operar e ir embora. Não queria mais marido, não queria mais Europa, queria só se operar e ir embora. Quando ela fez essa denúncia e viu que tinha ficado em custódia junto com a bicha dos apartamentos, eu falei para ela: ‘Mas como que você fez um negócio assim para eu ficar presa junto com essa bicha?’. Ela me respondeu ‘Láisa, não se preocupa

que eu vou embora, eu vou fazer a minha operação, vou fazer isso, vou fazer aquilo e não se preocupe.’ Foi um erro na época, eu devia ter vindo com ela na polícia, para ela me tirar dessa história. Mas não foi assim, porque estava tão ansiosa de fazer as operações dela e tal, que não fez nada. Nossa como eu estou querendo matar esses viados todos, porque estou comendo tanta merda por causa de uma coisa que não fiz. Seria muito mais tranquilo para eu falar ‘Sim eu fui cafetina e tentei explorar alguém’ porque pagaria o eu teria feito. Mas me encontrei nessa situação por uma coisa que não fiz, porque não tinha nada a ver com isso. Só pelo fato de estar ali no meio. Hoje por exemplo eu acho que se tivesse que acontecer de novo, eu não iria a ficar neutra como fiquei. Eu pularia de um lado do jogo. Mas como eu tentei ficar neutra, eu me fodi. Eu quis ajudar a Bruna e tomei no cu. Então se paro para pensar hoje, eu acho que devia tomar uma posição, pular de um lado ou do outro” (Laísa, transgênero).

Nesse relato, vemos que Laísa está ao mesmo tempo sob controle da sua cafetina e responsável pela sua amiga Bruna. Ela é submetida a uma forma de coação por parte da sua cafetina, que pede para ela pagar o seu aluguel além do da sua amiga. Isso a conduz a exercer uma forma de pressão em Bruna. Ao se tornar uma pessoa intermediária entre Bruna e a cafetina, Laísa passa da categoria de vítima traficada e explorada por outros, à categoria de criminal, exploradora de seres humanos para fins de prostituição.

Por um lado, estamos longe da imagem estereotipada da vítima inocente e vulnerável. Com efeito, foi a Laísa quem procurou os contatos na França, seja para alugar seu quarto, seja para conseguir ter uma “praça” no Bois de Boulogne. Ela conhecia as “cláusulas” dos contratos pelos quais passou com as diversas “cafetinas” com que se relacionou, pois não foi enganada nem manipulada.

Porém, isso não invalida o fato de que ela teve que pagar uma quantia de dinheiro extremamente alta para as várias cafetinas com quem se relacionou. Ela também chegou a ser pressionada e a receber ameaças, não apenas contra a sua própria pessoa, mas também ameaças sobre os seus familiares no Brasil. Ela foi, portanto, explorada e coagida por outros, o que a remete automaticamente à categoria de “vítima”.

Entretanto, por outro lado, estamos também longe da figura da cafetina manipuladora e maltratante divulgada pelos discursos e mídias dominantes. Laísa



e Bruna desenvolveram uma relação de amizade que envolvia alguma forma de benevolência e maternagem. A Bruna tinha ajudado a Laísa no passado e agora, era a vez de Laísa ajudar a Bruna, ao pagar o aluguel e a “praça” dela para as cafetinas; ao pagar as diárias do hotel e ao propor para ela acompanhá-la na Delegacia.

Porém, isso não invalida o fato de que foi ela quem, de certa forma, se envolveu nessa situação delicada, ao se colocar como intermédio entre Bruna e as cafetinas. Com efeito, ela aceitou que a Bruna chegasse em Paris, a colocou em contato com as suas cafetinas, apresentou o Bois de Boulogne para ela e pagou as dívidas que a Bruna estava devendo às cafetinas. Esses atos fazem com que ela seja, diante da lei, culpada de exploração sexual de outrem.

Em última instância, a Laísa pode ser vista como vítima, mas não tão vítima assim, e como criminal, mas não tanto também não. Ademais, no que diz respeito à forma como ela viveu essa situação, ela não parecia se considerar nem como vítima, nem como criminosa. Ao longo da entrevista, Laísa comentou que “não teve sorte” mas que ao mesmo tempo que “não tinha que se meter nessa”. Através da fala da Laísa, percebi todos os sentimentos contraditórios que poderiam surgir das situações complexas com as quais as migrantes trabalhadoras do sexo que residem na Europa são confrontadas.

Sendo assim, reduzir as subjetividades das migrantes trabalhadoras do sexo aos arquétipos de vítima ou de cafetina dá uma visão maniqueísta e distorcida que não reflete de forma fiel a realidade. O exemplo de Laísa é uma das múltiplas trajetórias de vida das brasileiras que entrevistei na França, que mostram o quão ambivalentes e sutis as posições de migrantes e de prostitutas na França podem ser.

Nesse terceiro capítulo, fizemos um estudo aprofundado das economias morais que regem os campos da migração e do trabalho sexual, e da análise da construção de categorias binárias associadas às subjetividades das migrantes

trabalhadoras do sexo. Vimos também como os diferentes rótulos de “vítima” e “coitadinha inocente” por um lado, e de “criminosa”, “cafetina”, “clandestina” e “transgressora” por outro, são produzidos pelos diferentes atores envolvidos na regulação da migração laboral sexual, com o fim de legitimar determinadas práticas e políticas públicas a favor da securitização das migrantes trabalhadoras do sexo.

Confrontei essas rotulações com as experiências empíricas das brasileiras trabalhadoras do sexo na França tendo em vista demonstrar que as suas realidades são muito mais nuançadas e ambivalentes do que as afirmações divulgadas pelos atores que dominam os debates e a arena política contemporânea sobre migração laboral sexual, muitas vezes baseadas em pressupostos falsos e distorcidos.

Na segunda parte da minha tese, foco muito mais na singularidade do meu campo, ou seja, na governança das brasileiras trabalhadoras do sexo na França. Assim, usarei os dados etnográficos que surgiram no meu trabalho de campo em Paris, Lyon e Toulouse para mostrar como os rótulos associados às prostitutas brasileiras “vítimas”, “coitadas” e “ignorantes”, e, em contrapartida, “imorais”, “clandestinas” e “cafetinas”, dependem estreitamente das visões, interesses e ideologias de atores concorrentes.

Compararei tanto as rotulações produzidas pelos atores governamentais por meio de discursos e práticas de securitização e criminalização - como as rotulações produzidas pelas associações humanitárias de auxílio às trabalhadoras do sexo migrantes por meio de discursos e práticas de vitimização - com as contrastantes experiências das brasileiras trabalhadoras do sexo na França.

Esse confronto diante da empiria evidenciará as ambivalências que não só acompanharam as trajetórias de migração e de prostituição (motivos da viagem, decisões individuais, desejos e questões pessoais, etc), mas também o dia a dia das brasileiras na França (obstáculos e dificuldades encontradas no cotidiano), bem como suas relações com os indivíduos que as rodeiam (colegas de trabalho na rua,

cafetinas, clientes, policias, associações, etc). Dessa forma, destacarei várias experiências e anedotas por meio das quais as posições paradoxais das brasileiras trabalhadoras do sexo se revelam de forma a transcender amplamente a dicotomia simplista de “vítima”/“criminosa”.

## **PARTE II. AS BRASILEIRAS TRABALHADORAS DO SEXO NA FRANÇA: AMBIVALÊNCIAS NO CAMPO**

## Capítulo 4: Discursos, práticas e interações dos atores públicos em disputa no campo

O objetivo deste capítulo é trazer uma descrição mais densa do meu campo, apresentando os discursos e as práticas dos diferentes atores públicos em disputa que governam as trabalhadoras do sexo brasileiras na França. Visa mostrar como cada conjunto de atores - atores de segurança, atores abolicionistas e atores não abolicionistas - apresentam considerações morais, interesses e objetivos profissionais distintos e as vezes opostos. Assim, as políticas de controle das mobilidades das trabalhadoras do sexo e de regulação da prostituição na França são o resultado de tensões entre atores concorrentes, que defendem discursos ideológicos e práticas profissionais divergentes.

Na primeira seção do quarto capítulo, foco no discurso e nas práticas de securitização das migrantes trabalhadoras do sexo na França. Depois de fazer uma descrição dos atores de segurança - *Brigade de Répression du Proxénétisme* (BRP) e o *Office Central pour la Répression de la Traite des Etres Humain* - responsáveis pela identificação e pelo tratamento administrativo das vítimas de proxenetismo, mostro que os discursos de securitização das migrantes prostitutas levam a infantilização das mesmas, bem como a suspeita constante de fraude nas narrativas das vítimas de tráfico e exploração sexual. A desconfiança por parte dos policiais que investigam as redes de proxenetismo faz com que as mulheres sejam obrigadas a participar ativamente do seu próprio processo de vitimização, entrando na pele da “boa” vítima, passiva, ingênua, dócil e vulnerável. Caso contrário, elas são consideradas como “falsas” vítimas ou vítimas “utilitaristas”, que se aproveitam do sistema judiciário francês para serem regularizadas. Aos olhos dos atores de segurança, elas passariam, então, para a categoria de “migrantes indesejáveis” que devem ser controladas, securitizadas e mesmo expulsas do território nacional.

Na segunda seção, enfatizo os discursos e as práticas de vitimização das migrantes trabalhadoras do sexo na França. Depois de apresentar os atores abolicionistas – *Mouvement du Nid* e *Amicale du Nid* -, mostro como a construção

da categoria de “vítima” se fundamenta num discurso moralizante, que tendem a controlar o comportamento e a sexualidade da mulher. Os atores abolicionistas têm como objetivo a erradicação da prostituição e do tráfico sexual, pois consideram que são dois fenômenos interligados que violam a dignidade e os direitos humanos das mulheres. Desta visão, decorrem práticas de seleção das “vítimas merecedoras”, ou seja, as que pararam a prostituição e se distanciaram das suas redes de proxenetas, e de condenação das “falsas vítimas”, isto é, as que continuam a se prostituir e poderiam se transformar em futuras cafetinas.

Na terceira seção, me detenho no discurso e nas práticas de empoderamento das migrantes trabalhadoras do sexo na França. Depois de apresentar as associações não abolicionistas que lutam para a defesa dos direitos das trabalhadoras do sexo e das pessoas transgênero - *Le Bus des Femmes*, *Cabiria*, *PASTT*, *Acceptess T* - mostro como o discurso e as práticas de empoderamento das trabalhadoras do sexo repousam em uma lógica diametralmente oposta à dos atores abolicionistas. A horizontalidade e o “não julgamento” associados às práticas das associações não abolicionistas fazem com que tendem a atender um público mais amplo do que as associações abolicionistas, uma vez que incluem as pessoas que continuam exercendo a prostituição. Dessa forma, em vez de focar na cessão da atividade prostitucional e no distanciamento com as redes de proxenetismo, os parâmetros de identificação das vítimas de tráfico e exploração sexual se baseiam na determinação do uso da violência e da coerção.

#### **4.1. Discursos, práticas e interações dos atores de segurança: a securitização das trabalhadoras do sexo migrante na França**

##### **4.1.1. Os atores de segurança**

###### **4.1.1.1. A *Brigade de Répression du Proxénétisme***

Dois serviços policiais estão envolvidos na identificação de vítimas de tráfico: a *Brigade de Répression du Proxénétisme* (BRP) - Brigada de Repressão do proxenetismo – e o *Office Central pour la Répression de la Traite des Etres Humains* (OCRTEH) - Escritório Central de Combate ao Tráfico de Seres

Humanos. A *Brigade de Répression du Proxénétisme (BRP)*<sup>41</sup> é um serviço da polícia judiciária francesa especializado em crime organizado, colocado sob a autoridade das prefeituras. Além de implementar ações de polícia judiciária relacionadas a crimes e ofensas sexuais, tais como o estupro e o exibicionismo, tem como papel controlar a prostituição e combater o proxenetismo, constatando as infrações, reunindo as evidências e procurando os culpados.

O começo da *Brigade de Répression du Proxénétisme* remonta a 1747, com a criação da primeira polícia dos bons costumes, denominada literalmente de *Bureau de la discipline des mœurs* - “Escritório da disciplina de costumes” -. Esse escritório funcionava como serviço de inteligência, cuja missão principal era buscar informações comprometedoras sobre determinados clientes de prostitutas. Em 1914, essa brigada é transferida para um novo serviço policial, a polícia judiciária, e novas funções lhe são atribuídas. Suas três missões principais dizem respeito às infrações relacionadas à prostituição, à moralidade e à repressão do narcotráfico. Os agentes da brigada dos costumes controlam as casas de prostituição fechadas, lutando contra os bordéis clandestinos e contra a Trata das brancas. Além disso, combatem também contra a pederastia e as publicações consideradas obscenas. Em 1939, o seu nome é alterado e passa a designar-se *Brigade Mondaine* - “Brigada Mundana” -. Com a lei do 13 de abril de 1946, as casas de prostituição são oficialmente proibidas. A brigada mundana é então encarregada de desmontar as instituições clandestinas. No período de 1946 a 1960, várias medidas fortalecem gradualmente o dispositivo repressivo contra o proxenetismo e a definição do crime de cafetinagem tende a se ampliar.

Em 1975, um novo serviço policial especializado é criado, a *Brigade des stupéfiants et du proxénétisme* - “Brigada de Narcóticos e Proxenetismo”-, substituindo a Brigada Mundana. Seus efetivos são reforçados e suas missões limitam-se à luta contra o proxenetismo, à Trata das brancas e ao tráfico de drogas. Em 1989, a Brigada de Narcóticos e Proxenetismo divide-se em duas brigadas: a Brigada de Narcóticos e a atual *Brigade de Répression du Proxénétisme (BRP)*. A BRP finalmente se tornou autônomo em 1992.

---

41 Para maiores informações, ver <https://www.police-nationale.net/brigade-repression-proxenetisme/#hissorique-presentation-brp>

Hoje em dia, a Brigada de repressão do proxenetismo tem por missões vigilar a prostituição e reprimir o proxenetismo. A BRP controla os locais de prostituição, como cabarés ou estabelecimentos de espetáculos, bares com recepcionistas, agências de *escorte girls* e rastreia também as atividades clandestinas que ocorrem na rua ou na internet. Além disso, a BRP conduz investigações para ajudar as vítimas de prostituição e tráfico, por meio da coleta de informações e testemunhos, da infiltração de policiais nas redes criminais e da implementação de dispositivos de rastreamento. Pode também realizar perquisições e proceder à detenção.

#### **4.1.1.2. O *Office Central pour la Répression de la Traite des Êtres Humains***

Dois anos antes da França ratificar a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico de Seres Humanos, o Decreto de 31 de outubro de 1958 estabelece o *Office Central pour la Répression de la Traite des Êtres Humains* (OCRTEH) - Escritório Central de Combate ao Tráfico de Seres Humanos -, cuja missão é a de combater a escravidão sexual transnacional. É, ao mesmo tempo, uma agência de inteligência nacional e internacional e um serviço de investigação que lida com os casos mais importantes em escala internacional. Esse serviço centraliza a documentação e os resultados das investigações dos serviços policiais da França com o objetivo de harmonizar a repressão do proxenetismo.

O OCRTEH está sob a autoridade do Ministério do Interior. Três grupos de investigação trabalham ou sozinhos ou em colaboração com os serviços regionais de polícia judiciária, por iniciativa própria ou por pedido do tribunal. O OCRTEH tem competência para produzir um conhecimento especializado em tráfico, propiciando cifras sobre os números de redes desmanteladas, criminosos presos, vítimas identificadas de acordo com a idade e o país de origem. Essa *expertise* é direcionada ao Ministério do Interior, aos serviços policiais nacionais, mas também ao público através da mídia. No nível internacional, o conhecimento especializado do OCRTEH é solicitado regularmente pela Europol e Interpol. O sistema policial de combate ao proxenetismo é, assim, reforçado, marcando uma primeira evolução em direção a uma polícia mais voltada para a luta contra o



crime aos níveis nacional e internacional e menos em direção à inteligência em nome da manutenção da ordem política (Mainsant, 2012, p.107).

#### **4.1.2. Discurso de segurança sobre criminalidade organizada, migração irregular, prostituição e tráfico sexual**

##### **4.1.2.1. Infantilização e diferenciação das trabalhadoras do sexo migrantes**

Autores críticos acusam os discursos anti-tráfico de construir uma imagem negativa da vítima traficada, alegando que enfatizam, de forma sistemática, a sua inocência e a sua vulnerabilidade (Berman, 2003; Jahic & Finckenauer, 2005). Nos discursos de segurança contemporâneos, a mulher traficada é quase sempre retratada como negra, jovem, pobre e pouco educada. Outra característica é a tendência a infantilizar as migrantes prostitutas (Doezema, 2004). Ao associar a imagem dessas migrantes a crianças, reforça-se a ideia de que as migrantes trabalhadoras do sexo seriam ingênuas e incapazes de serem responsáveis por seu próprio destino, o que justificaria o controle e proteção de seus corpos por parte dos agentes do Estado. Escutamos a fala do chefe de Brigada de via pública do departamento da *Haute Garonne*, que havia entrevistado previamente em 2012:

“Vamos implementar um programa municipal para melhorar a tranquilidade dos moradores e, talvez, um pouco a segurança e o dia a dia das meninas. Vamos tentar, de forma preventiva, ir ao encontro delas e dizer para elas que devem se comportar de modo adequado, para melhorar a tranquilidade dos moradores. A ideia é a seguinte [lendo um documento oficial]: ‘É o comportamento das pessoas que justificam essa missão, e não a condição de prostituta’. Como na maioria dos casos, elas são vítimas, queremos dar à polícia municipal um estado de espírito e uma filosofia diferente durante as intervenções. Vamos tentar colocar limites para elas, primeiro geograficamente, em definindo espaços específicos. Nós tentaremos fazê-las entender que, quanto melhor elas se comportam, menos reclamações chegarão na prefeitura e assim mais tranquila ficarão. É simplista, mas é assim que funciona.” (Chefe de Brigada de Via Pública da Segurança Departamental da *Haute Garonne*, 2012, tradução da autora).

Nesse relato, vemos que a polícia de via pública apresenta como missão de educá-las, explicando-lhes as regras básicas da convivência social, como se fossem crianças. O fato de considerá-las todas como vítimas contribui para legitimar o entendimento comum não tem nenhuma noção de educação e respeito aos outros. Assim, quase todos os policiais que entrevistei descreviam as trabalhadoras do sexo de rua como pouco educadas, grosseiras, barulhentas e

suas. Isso reflete a visão extremamente infantilizante que os atores de segurança têm das prostitutas de rua, e particularmente das prostitutas migrantes.

As prostitutas provenientes de países em desenvolvimento são geralmente identificadas a partir de aspectos étnicos, raciais e sexuais. Provenientes do chamado “Terceiro Mundo”, elas são retratadas pelos discursos dominantes eurocêntricos como exóticas, ou seja, diferentes das profissionais do sexo brancas europeias. Definir as características estranhas das “outras prostitutas” serve para diferenciar, delimitar e dissociar tais imigrantes da categoria de “trabalhadoras do sexo europeias”.

De modo geral, essas “outras” mulheres provenientes de etnias, raças, culturas e sociedades fora do mundo ocidental, são designadas como vítimas dependentes, incultas, sexualizadas e submetidas a modelos tradicionais de gênero. A suposta ingenuidade e vulnerabilidade da migrante prostituta serve de argumento para identificá-la como “ameaça”, isto é, como sendo facilmente enganada, recrutada e traficada por redes criminais transnacionais. Essas “outras” mulheres, designadas como “vítimas” coitadas, são assim reduzidas a sujeitos passivos das intervenções imperialistas dos países europeus. Nos debates contemporâneos sobre o tráfico sexual, as vozes das vítimas nativas se tornam irrelevantes, sendo substituídas pela voz do ajudante colonial, que formula estratégias políticas para regular seus corpos e movimentos.

#### **4.1.2.2. Separar as vítimas “cooperativas” das vítimas “utilitaristas”**

Uma dificuldade importante do trabalho dos policiais durante a apresentação das denúncias e os interrogatórios é o de levar as pessoas a reconhecerem o próprio status de vítima. As audições com as autoras das denúncias são momentos em que as polícias vão determinar, a partir de critérios subjetivos, o grau de “vitimização” das pessoas. É interessante observar que, os atores legítimos para estabelecer o status de vítima não são as pessoas que sofreram da ofensa, mas bem as autoridades públicas competentes, no caso, os policiais responsáveis das investigações das redes de proxenetismo:

“As vítimas são mais ou menos cooperativas. Tem vítimas que, apesar dos elementos materiais que comprovam que se prostituem, nos olha bem nos olhos e afirmam não se prostituir. Elas não estão prontas para reconhecer que são prostitutas. Nesses casos, não falamos para elas que são ‘vítimas’. Porque quando

existe uma forma de voluntarismo na atividade de prostituição, não é o termo de ‘vítima’ que abordamos no começo. Mesmo se existe uma forma de exploração que as torna automaticamente vítima de proxenetismo diante da lei, elas não se veem por esse prisma. Então fazemos outros tipos de perguntas, do tipo: ‘que atividade você tem?’, ‘Como está indo?’. Primeiro, devem reconhecer o fato que elas se prostituem e que há alguém que a ajuda por trás. Então, avançamos passo a passo. Dependendo da situação, não são as mesmas coisas que destacamos no começo, nem as mesmas palavras que usamos. E por fim, no final, perguntamos sempre ‘você sabe o que é prostituição? E o proxenetismo?’ ‘Você deseja registrar uma denúncia?’ A abordagem da ‘vítima’ é complicado podem ser mais menos manipuladas, mais ou menos forçado, e elas não necessariamente se apreendem como vítimas.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

Nesse relato, observamos que o rótulo de ‘vítima’ pode ser apostado a qualquer pessoa considerada ‘explorada’ perante os critérios da lei, mesmo as que não se reconhecem como tal. O fato delas demonstrarem vontade e autonomia nas suas trajetórias de migração e de prostituição e não se reconhecerem como vítimas não conta, uma vez que para caracterizar o delito de tráfico de seres humanos ou de proxenetismo, o consentimento das vítimas é nulo, como vimos no capítulo terceiro da presente tese. Observa-se agora a perspectiva de um agente da *Brigada de Repressão do Proxenetismo* sobre esse assunto:

“Outro momento chave é quando intervimos para dismantelar as redes. Procuramos ouvir a palavra das pessoas que identificamos como vítimas de proxenetismo. A abordagem é completamente diferente quando intervimos nesse momento, porque elas podem não se sentirem vítimas. Dependendo da própria apreensão de seus status de vítimas, elas não estão necessariamente prontas para dizer tudo ou colaborar com nós, porque elas não tiveram tempo para pensar. Todo o processo de acompanhamento das associações na apresentação de uma denúncia as leva a refletir sobre seus próprios status. E quando as ligamos pelo telefone, quando vamos buscá-las diretamente nos apartamentos ou na rua, e que pedimos para elas nos seguir para registrar uma reclamação, elas não têm toda essa preparação. Se não são preparadas pelas associações, elas não estão prontas para falar. Uma vez, tivemos o caso de uma nigeriana que confessou ‘sim, eu me prostituo, dou dinheiro pra ela e foi ela quem me trouxe aqui na França’. A ofensa era plenamente constituída. Mas, no final, quando perguntamos para ela se ela desejava registrar uma denúncia ela nos respondeu: ‘não, não quero denunciá-la, porque ela era boa comigo’. Então é isso, se não tem violência física, elas acham que é uma forma de ajuda. Ou pode ser que elas tenham medo ou que estejam apaixonadas pelos seus cafetões. As vezes a dependência da rede é tão forte que não conseguem tomar distância e então não se considerem vítima. Isso acontece muito com a comunidade sul-americana, elas não querem ser consideradas como vítimas e falam que a relação que tinham com as suas cafetinas era uma forma de ajuda. Há muitas razões para elas não se reconhecerem como vítimas.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

Além disso, se todas são vistas como “vítimas”, nem todas elas são classificadas da mesma maneira. Existe uma diferenciação no modo de ser “vítima”: uma “boa” vítima é uma pessoa que participa plenamente do seu processo de vitimização. Em outras palavras, para merecer o status de “boa vítima”, ela deve colaborar de forma ativa com os policiais, dando-lhes todas as informações que possuem, mesmo aquelas que podem ser arriscadas para a sua segurança pessoal.

Logo, a autora da denúncia se encontra diante de dois caminhos possíveis. A primeira possibilidade é a de cooperar e obedecer às injunções policiais, entrando na pele da “vítima ideal”, ignorando os riscos de represálias e se afastando geograficamente e afetivamente de todas as pessoas envolvidas na rede de proxenetismo. Nesse caso, ela deve demonstrar e se comportar como uma “boa” vítima, ou seja, aparecendo na frente dos policiais como passiva, ingênua, manipulada e vulnerável. Quanto mais consegue despertar compaixão e convencer os agentes policiais e judiciais da sua “vitimidade”, maiores serão as suas chances de obter êxito no processo judicial e de acessar aos direitos decorrentes do status de vítima. Por exemplo, admitir que se precisa de apoio social e psicológico, e consentir em ser acompanhada por uma associação, mesmo se não tiver necessidade particular, fazem parte dos critérios de identificação de uma “boa vítima”:

“Quando elas vêm apresentar uma denúncia ou no final da audiência de uma vítima, as orientamos sistematicamente para uma associação, pelo menos as que nos consideramos como ‘vítima’. Assim que nós acreditamos que se trata de uma vítima de proxenetismo, terminamos a audiência perguntando para elas se querem entrar em contato com uma associação. É sistemático. Tem algumas que estão em situações particularmente vulneráveis, que necessitam de apoio social ou psicológica, nesses casos tentamos fazer um acompanhamento um pouco mais personalizado, pedindo para associação vir diretamente na delegacia ver a pessoa. Às vezes há reticências por parte delas, mas, ao mesmo tempo, nós sentimos que existe uma necessidade. A necessidade não é a mesma a cada vez. Porque elas se posicionam de maneira diferente. Mas pode ser uma primeira toma de consciência do próprio status de vítima e uma mão estendida para oportunidades de apoio associativo.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

Contudo, nem todas as investigações desembocam no julgamento do culpado e no acesso à emissão de uma autorização de residência renovável. O alto

custo e as incertezas associados ao processo de denúncia fazem com que muitas pessoas acabem se retirando do processo.

A segunda possibilidade é uma consequência do fracasso da primeira. Se a colaboração da potencial vítima não é considerada suficiente pelos policiais responsáveis da investigação, ou então se as informações dadas são imprecisas ou inverificáveis, apresenta-se a categoria da “vítima utilitarista”. Em outras palavras, alguém que se aproveita do sistema judicial para regularizar a sua estadia na França. De vítima oportunista, acusada de desviar o procedimento com o fim de regularizar a sua situação administrativa, ela passa então a ser designada como “ameaça” para a integridade do Estado. A passagem da “vítima” à “ameaça” a ser neutralizada e securitizada depende, portanto, da capacidade das trabalhadoras migrante de provar a sua vulnerabilidade, passividade e docilidade frente aos agentes estaduais.

#### **4.1.2.3. Pânico moral diante da globalização das redes de proxenetismo e securitização das vítimas vulneráveis**

Para ter acesso aos direitos decorrentes do status, as vítimas de tráfico devem registrar uma queixa ou testemunhar junto à OCRTEH e BRP - os principais órgãos policiais responsáveis pelo combate ao tráfico de seres humanos e ao proxenetismo. A identificação das vítimas exige um forte envolvimento da parte das trabalhadoras do sexo em todas as etapas do processo: custódia, testemunho, interrogatório, confronto com os culpados, apresentação da denúncia, e, por fim, julgamento.

Na ausência de evidências materiais constatando a violência sofrida, a polícia atribui particular importância à idade das autoras das denúncias. No contexto da identificação policial, quanto mais jovem a vítima é, maior é a sua probabilidade de convencer da autenticidade dos fatos alegados, visto que a juventude simboliza a vulnerabilidade e a inocência aos olhos dos policiais.

Além da idade, a origem geográfica também é levada em consideração para identificar o uso da coerção. As mulheres provenientes da Europa do leste são quase naturalmente designadas como vítimas, pois os cafetões romenos, albaneses ou búlgaros sendo reputados por ser violentos. Escutamos relatos do chefe de Brigada de Via Pública da Segurança Departamental da *Haute Garonne* e

do vice-prefeito responsável da segurança pública, que já tinha sido entrevistado em 2011 no contexto da minha dissertação de mestrado, sobre os métodos das máfias e as redes de proxenetismo da Europa do leste:

“As meninas do leste são muitas vezes vendidas pelas suas famílias nos círculos ciganos ou turcófonos. Elas têm uma responsabilidade social extremamente forte, já que estão encarregadas de sustentar suas famílias e alimentar as crianças. Elas são manipuladas e acreditam que vão encontrar um emprego na Europa Ocidental como babá, cozinheira ou faxineira. Depois, elas são mandadas em esconderijos na Alemanha ou na ex-Iugoslávia. Elas passam por “casas de adestramento”, onde são espancadas e esturpadas várias vezes, com o objetivo de aniquilar sua vontade. Depois destas casas, elas estão prontas para a rua. Eles são ameaçados de represálias contra suas famílias, caso escaparem da rede ou denunciarem alguém. Elas são reduzidas ao que é conhecido como “escravidão moderna” ou “trata de seres humanos”. A máfia da Europa do leste é particularmente violenta, seus comportamentos com as meninas são horríveis. Por exemplo, em Paris, alguns anos atrás, a polícia encontrou o corpo de uma garota ucraniana que havia sido arrastada atrás de um carro por vários metros, até morrer. Os cafetões fazem isso para dar o exemplo para outras meninas e dissuadi-las de falar ou denunciar a rede criminal à polícia”. (Chefe de Brigada de Via Pública da Segurança Departamental da *Haute Garonne*, 2012, tradução da autora).

“As redes mais agressivas, os mais mafiosos, os mais perigosos, são geralmente os cafetões da Europa do leste, porque eles têm métodos extremamente duros. Eles recrutam as meninas nos países delas, com métodos muito cruéis. Primeiro, os cafetões as fazem acreditar que elas vão encontrar um trabalho na França e depois, quando elas estão nas mãos deles, as treinam, as massacram um pouco e ensinam para elas o que eles chamam de ‘disciplina’. É muito, muito violento. Eles não têm compaixão nenhuma, eles não se importam. É como se fossem gados para eles, eles estão nem aí! Eles trazem as meninas, as colocam no que chamado de ‘casa de abate’ ou ‘matadouros’, onde as treinam, as violam em vinte caras, todos os dias, elas são maltratadas, batem nelas, etc. Eles têm métodos de degradação total, eles as transformam em escravas, as drogam. As transformam em zumbis. Além disso, eles tiram seus passaportes, os enviam para países onde elas não conhecem ninguém. Elas não têm escolha nenhuma. Essas são como mercadorias. É isso que as pessoas bem-intencionadas não entendem. Eles não se importam, eles não têm escrúpulos nenhum. Para eles, são mercadorias. E às vezes para os clientes também. Porque toda essa prostituição é consumida por homens que geralmente têm problemas pessoais, que sofrem de miséria sexual, que tem trauma das mulheres. Quando eles vão para as putas, eles vão se descarregar! As pagam, as usam como mercadoria, e evitam assim de criar uma relação entre os seres humanos.” (Vice-prefeito responsável da segurança pública, 2012, tradução da autora).

Nesses relatos, os cafetões da Europa do leste são desenhados como pessoas extremamente brutais e insensíveis. Essa essencialização da violência masculina anda de mão dada com afirmações igualmente estereotipadas sobre as mulheres da Europa do leste. O próprio fato de identificar a cultura europeia dessa

região como violenta ajuda os policiais à classificação de “meninas do leste” como “vítimas” (Jaksic, 2016). Além das mídias, essas narrativas estereotipadas e essencializantes circulam também em reuniões de grupos de especialistas ou comissões ministeriais com o fim de produzir emoção e provocar indignação do público. Portanto, essas convenções acabam gerando um impacto real, pois orientam a forma com que o processo de identificação das vítimas é realizado pelos policiais.

Aqui vemos a clara tendência à generalização. O caso particular das redes de proxenetismo da Europa do leste, que deveria ser interpretado dentro de um contexto histórico e geopolítico singular, é instrumentalizado e transformado em arquétipo do tratamento de seres humanos para fins de exploração sexual. As redes de prostituição da Europa do leste são erigidas em protótipo ideal da “máfia transnacional”, que transpõe as fronteiras nacionais e substituem os grupos criminais locais:

“As redes de prostituição da Europa do leste são máfias de verdade, tanto nas suas estruturas quanto nas suas organizações. As redes de prostituição estão cada vez menos interligadas com outros tipos de crime, pois o tráfico de pessoas para fins de prostituição é uma atividade muito mais lucrativa do que o tráfico de drogas ou armas. Na verdade o ‘tráfico de seres humanos’ no sentido amplo é a atividade criminosa a mais lucrativa atualmente. As redes são geralmente segmentadas e divididas de acordo com sua especialização. Às vezes se conectam, mas não é o que vemos com mais frequência. Com a globalização, as prostitutas nacionais foram substituídas por prostitutas estrangeiras. Da mesma forma, as máfias estrangeiras chegaram à Europa e substituíram as máfias locais.” (Chefe de Brigada de Via Pública da Segurança Departamental da *Haute Garonne*, 2012, tradução da autora).

Nessa narrativa, a angústia diante do fenômeno de globalização transparece de forma bastante evidente. Anedotas sensacionalistas e relatos alarmistas são muitas vezes usados para provocar medo e pânico entre a população. A visão extremista de uma rede criminosa monstruosa, difusa e incontrolável contribui para criar um desconforto do público perante a abertura das fronteiras nacionais. O vice-prefeito responsável da segurança pública se interrogava sobre uma possível ligação entre todas as formas de criminalidade, do tráfico de mulheres até o terrorismo, passando pelo tráfico de droga:

"Combater as redes de proxenetismo é essencial. O nosso objetivo é desmantelar todas estas redes. Porque sabemos que depois todo esse dinheiro alimenta o crime organizado e o grande banditismo. Até podemos nos interrogar se, da mesma

maneira que o tráfico de drogas, as redes de proxenetismo não têm um impacto sobre o terrorismo em geral...? Porque eu não vejo razão para que os terroristas não aproveitam desse tipo de rendimentos...” (Vice-prefeito responsável da segurança pública, 2012, tradução da autora).

Ao contrário da violência física praticada pelos cafetões na Europa Oriental, a violência sofrida pelas mulheres nigerianas é mais difícil de compreender pelos agentes de segurança. Escutei várias vezes os policiais realizarem referência ao fenômeno do “juju” como um elemento de fantasmagoria cultural que poderia explicar a desconfiança das mulheres nigerianas diante das autoridades francesas. De acordo como eles, o *juju* seria uma espécie de ritual de bruxaria usado pelas cafetinas como método de coerção para reduzir as mulheres nigerianas ao silêncio:

“A Nigéria é um país vasto, com múltiplas etnias e confissões religiosas. Os bruxos, chamados ‘zouzous’ enfeitiçam as meninas e as enviam nas redes intermediárias. As meninas costumam pertencer às minorias cristãs. Eles não falam nada, para não correr o risco das suas famílias serem massacradas em represalhas.” (Chefe de Brigada de Via Pública da Segurança Departamental da *Haute Garonne*, 2012, tradução da autora).

“Existem ritos de vodu que também são algo muito poderoso. São ritos em que a família está geralmente envolvida, porque está presente no momento do juramento. E estas crenças são bastante fortes na verdade. Mas acho difícil avaliar o quanto elas estão sujeitas a estas crenças e se elas conseguem tomar distância com isso ou não. Mas, grosso modo, elas acreditam que se elas atraíam seus cafetões ou parem de pagar suas dívidas, existem muitos tipos de maldições que caem sobre ela e suas famílias.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

Os rituais de bruxaria dificilmente servem como evidências materiais confiáveis para as investigações. Por conseguinte, uma suspeita ainda maior pesa sobre a veracidade das histórias produzidas pelas nigerianas em particular e pelas africanas em geral.

Em suma, a identificação das vítimas de tráfico e exploração sexual se baseia não apenas nas chamadas evidências materiais, mas também em um conjunto de avaliações morais. A polícia tenta reduzir as incertezas inerentes ao processo de identificação das vítimas, recorrendo tanto aos objetos como as evidências materiais e os testemunhos, como às palavras, às convenções sociais, as regras e as avaliações morais, para orientar sua ação e participam do enquadramento e controle dos indivíduos desviantes. Com base nas percepções



que a polícia tem da idade, da origem e até da “raça” das denunciantes e testemunhas, essas apreciações morais, refletem, em última instância, a “economia moral” dos atores de segurança. Economia moral essa a partir da qual são construídos os discursos de securitização das migrantes trabalhadoras do sexo na França.

#### **4.1.3. Práticas policiais na identificação das vítimas e na investigação das redes de proxenetismo e tráfico sexual**

##### **4.1.3.1 A depreciação das denúncias e testemunhos das vítimas nas investigações policiais**

Durante os interrogatórios, os policiais fazem diversas perguntas sobre os locais de prostituição, os horários da atividade, as tarifas, bem como sobre dados de identificação dos culpados, como o endereço, o número de telefone ou as placas de matrícula dos veículos. Trata-se de reunir um conjunto de elementos que permitam restituir os fatos alegados e atestar do uso da coação:

“Existem duas formas de abrir um processo judicial. A primeira é a apresentação de uma denúncia. Mas o problema é que muitas vezes, por todas essas razões de controle e dependência, as vítimas têm medo de apresentar uma queixa, e isso nos obriga a fazer um trabalho de iniciativa. Qualquer denúncia gera uma investigação ou, pelo menos, uma verificação das informações que a vítima nos dá. Às vezes chegamos a ver a vítima várias vezes, a medidas que a palavra das vítimas vai se liberando, graças ao trabalho paralelo de acompanhamento das associações. As informações se tornam mais precisas e elas acabam nos dando cada vez mais elementos. Mas muitas vezes, apesar delas entrarem num processo de denúncia, elas não querem mais ir até o final. E elas fazem marcha ré para trás, por medo. Eu concordo com a ideia de que registrar uma denúncia é um forte ato de reconstrução das vítimas e que permite arquivar o procedimento de obtenção de papéis, mas é um processo muito longo. Uma denúncia não é apenas o registo de uma queixa, o envio dos documentos e pronto. Não! Depois de uma denúncia, nós temos que fazer todo um trabalho de investigação. Nós somos um serviço de polícia judiciária. Não somos apenas um ofício de recepção e registo das reclamações, nós estamos aqui para dismantelar as redes! O nosso trabalho é um trabalho de monitoramento. Investigamos os fluxos financeiros, realizamos escutas telefônicas, prosseguimos os suspeitos, coisas assim. Por isso que abrimos muitos casos por iniciativa. Deixamos os nossos ouvidos bem abertos, escutamos o que se diz daqui e de lá, para entender um pouco o que está acontecendo. E depois tentamos montar uma investigação preliminar, que transmitimos ao tribunal. E se o tribunal valida o dossiê, aí depois disso podemos passar para a segunda fase, com recursos maiores. Mas isso raramente se faz na sequência de uma denúncia, pode acontecer, mas é bastante raro.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

Contudo, devido as dificuldades do caminho de uma vítima de tráfico e ao alto preço da denúncia, poucas trabalhadoras do sexo ousam aparecer no fase final de julgamento. Embora o dispositivo de proteção da lei prevê uma lógica compensatória, a maioria das vítimas se retraem antes da finalização do processo. Assim, poucas vítimas se atrevem continuar nas outras etapas dele. Na hora de tessemunhar contra seus cafetões, muitas preferem ficar caladas ou mentir, por medo de retaliação. Um agente da BRP me explicou que essa alta probabilidade de desistência por parte das vítimas faz com que os policiais prefiram abrir os dossiês de investigação por iniciativa própria. A manipulação e o medo de represália e por parte dos cafetões são apontados como as principais razões do receio das vítimas em denunciar:

“Percebemos que elas não nos contam tudo porque têm medo. Às vezes, elas nos dão elementos de pessoas que estão no exterior porque imaginam que assim fica mais difícil para nós alcançá-los. Elas evitam falar sobre as pessoas que servem de intermediário na França, sobre as que coletam o dinheiro e fazem a ligação na França, por exemplo. Elas falam um pouco sobre algumas coisas, mas de forma vaga, porque imaginam que não sabemos muitas coisas e porque têm medo de represálias. Por exemplo, uma vez uma vítima queria registrar uma denúncia e quando pedimos a ela para olhar os números de celular dela, ela pegou ele e logo apagou um número. Então, elas vêm apresentar uma queixa com a ideia de entrar no processo de denúncia, mas elas não querem ir até o fim ou estão com medo.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

O testemunho por si só não constitui uma evidência tangível do ponto de vista penal. Assim, um agente da BRP afirmou que as declarações das vítimas não são primordiais para abrir uma investigação policial sobre redes de proxenetismo:

“Montamos os dossiês geralmente sem as declarações das meninas. Leva meses para criar um dossiê. Depois passamos a fase de interpelação dos culpados. O problema é que são populações [os cafetões] voláteis, sem residência fixa, então é bem complicado apanhá-los. Mas, ainda que os agarramos e os confrontamos às vítimas, não são necessariamente as declarações das vítimas as que mudarão a situação. Esperamos que as vítimas falem, mas pode acontecer delas não dizerem nada, mesmo tendo tudo debaixo do nariz. No final das contas, o silêncio das vítimas não impede aos cafetões de serem sentenciados, desde que as evidências sejam coletadas.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

Esse mesmo agente continuou declarando que a devalorização dos testemunhos das vítimas de tráfico sexual e proxenetismo era devido ao fato de que, na maioria dos casos, as denúncias não servem para os investigadores por falta de elementos verificáveis:

“Têm muitos interesses que entram em jogo nas denúncias, que não nos levam a lugar nenhum. Já tivemos denúncias com elementos que, após a verificação, não deram nada. Uma denúncia pode servir para elas obterem papéis. Mas para nós, se não há evidências materiais, não faz avançar a investigação em nada. E pelo contrário, tivemos uma vez o caso de uma denúncia de uma vítima, que nos deu o nome do seu cafetão, que nos explicou tudo certinho e, no final das contas, ele não foi condenado por proxenetismo. Nesse caso, era apenas a palavra de um contra a palavra do outro, pois faltavam evidências” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

Sendo assim, o que importa não é tanto o testemunho das vítimas, mas a produção de evidências materiais dos prejuízos sofridos que possam ser verificáveis. O tratamento policial das denúncias é baseado sobretudo nas evidências materiais coletadas no momento da investigação, uma vez que são estas as que permitem determinar se houve qualquer forma de coerção e sob quais condições.

Quando os elementos trazidos pela vítima podem ser considerados insuficientes para o tratamento policial do caso, são os agentes de polícia que determinam, em última instância, se houve realmente o crime de proxenetismo. As histórias particulares de vida, a forma de contar, a atitude e o talento oratório das denunciantes vão servir como base para a interpretação subjetivo e a construção da avaliação dos policiais:

“Em relação às denúncias que recebemos, o efeito perverso do sistema é o de sistematizar a regularização na França de todas as pessoas que se autoproclamam vítimas de proxenetismo. O risco é que pessoas venham registrar uma denúncia e nos contar uma história de vida que nem sempre podemos verificar, seja porque os fatos ocorreram vários anos atrás, seja porque não têm nenhum elemento verificável. A avaliação é bastante difícil para os investigadores. Temos que determinar se é uma “verdadeira vítima”, ou seja, se houve realmente fatos de tráfico de seres humanos e proxenetismo e se realmente os fatos ocorreram há muito tempo e se realmente possui poucos elementos em termos de lugares, nome de pessoas e números de telefone. Às vezes, nos perguntamos se não são sempre as mesmas histórias de vida que nos conta, como, por exemplo, a história da passagem pela Líbia no caso das nigerianas. Porque depois de ter sido acompanhadas pelas associações, ouvimos muitas vezes histórias de vida idênticas. Então nos interrogamos até que ponto essas histórias não acabam sendo um pouco usadas e transformadas. Nós não estávamos junto com a vítima quando os fatos ocorreram, por isso é difícil fazer uma avaliação. De fato, o que resta são a sua palavra, a sua narrativa e a sua credibilidade a serem avaliadas, muito mais do que uma realidade que pode ser objetivada.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

Assim, o testemunho pode ser mobilizado para convencer, para despertar emoções, mas não é considerado suficiente em si só para estabelecer fatos. Nessas

circunstâncias, a realidade dos fatos é estabelecida com base em avaliações morais e interpretações subjetivas do comportamento das vítimas pelos policiais durante os interrogatórios e pelos juízes durante os julgamentos (Jaksic, 2016).

O testemunho, portanto, conta pouco, mesmo que todo o dispositivo de proteção seja precisamente condicionado à ele. Essa depreciação do testemunho contribui para reforçar uma abordagem arbitrária da denúncia, dificultando o acesso aos direitos de várias pessoas.

#### **4.1.3.2. A suspeita de desvio do processo de denúncia para obter documentos**

Ao longo do meu trabalho de campo junto com os agentes da BRP, me dei conta que grande parte do trabalho de monitoramento, investigação e desmantelamento das redes de proxenetismo não necessitava necessariamente da participação das vítimas:

“As meninas geralmente não querem testemunhar. Tivemos uns casos em que havia dezenas de meninas vítimas de uma rede de proxenetismo e nenhuma delas tinha apresentado uma denúncia. Nós as tratamos como vítimas, mas elas não registram queixa. Elas não querem registrar uma reclamação porque elas não se reconhecem como vítimas. Portanto, nesses casos, não usamos o testemunho da vítima. (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

A cooperação entre os policiais da BRP e as vítimas é muitas vezes dificultada pelo fato das trabalhadoras do sexo sem documentos terem medo de ser expulsas do país. Ademais, qualquer desenvolvimento de laço de confiança entre os policiais e as vítimas é travado pela constante suspeita dos policiais, que acusam as poucas que decidem cooperar de usar o mecanismo de denúncia como meio de regularização no território francês. Assim, mesmo quando a denúncia é realmente apresentada, a suspeita de fraude pesa constantemente na narrativa entregue pelo reclamante. Um agente da BRP me confessou que na hora do registro das denúncias, eles duvidam, à primeira vista, da sinceridade das intenções das vítimas. Assim, as autoras das denúncias e testemunhas são suspeitas de desviar o processo de denúncia de seu objetivo principal, com o fim de obter documentos de residência na França:

“Elas costumam vir, falando que estão prontas para registrar uma denúncia. Muitas vezes elas nos dizem claramente ‘me disseram que era necessário fazer isso para ter documentos’. Nos damos conta de que, para elas, o objetivo da

denúncia é conseguir documentos, e não tanto o derrubar os seus cafetões. A finalidade principal para elas é ‘eu gostaria de ter papéis e me disseram que para isso, eu devo registrar uma denúncia’. Nós não vemos muito o lado da importância ‘reconstrução psicológica’ da vítima ou o desejo de preservar futuras vítimas. Óbvio que faz parte também das razões da denúncia. Mas nós vemos que o mais importante para elas é ter papéis. Elas pensam ‘Bom, já que é o melhor jeito para ter documento, eu vou denunciar’. Mas, na realidade, elas não estão tão prontas para colaborar conosco e fornecer elementos. Então, mesmo acompanhadas pelas associações, elas não dão todos os elementos que elas têm. Elas confessam algumas coisas, mas não todos os elementos que tem. Algumas têm essa tendência utilitarista porque o interesse delas está na obtenção de papéis”. (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

Na investigação policial, as vítimas são tratadas mais como informante do que como autoras da denúncia em posição de reivindicar seus direitos. O duplo estigma de prostituta e de imigrante clandestina as reduz a uma posição de espectadora passiva, propulsa no dispositivo de denúncia por medo e não por desejo de emancipação ou empoderamento (Jaksic, 2016).

Assim, as autoras de denúncias ou testemunhas envolvidas na elaboração de provas para identificação policial devem participar ativamente da criação do próprio status de vítima. As que aceitam responder às injunções impostas pela instituição policial o fazem não tanto pelo desejo de punição dos culpados e de indenização ou compensação pelos prejuízos e danos sofridos, mas bem por medo de deportação para seus países de origem. As vítimas ocupam uma posição subordinada na prova de identificação policial, pois são confinadas ao papel de espectadoras passivas das decisões tomadas por outros. Para Milena Jaksic (2016), no seu livro *La Traite des Êtres Humains en France: De la victime idéale à la victime coupable*, esse tratamento arbitrário da denúncia pelos dos serviços policiais contribui para a produção social da ausência das vítimas.

#### **4.1.3.3. Primazia da lógica securitária sobre a lógica humanitária**

Além da não validação da denúncia pelos policiais, a ausência de vítimas resulta também da divisão do trabalho policial que revela uma tensão fundamental entre as lógicas securitárias e humanitárias das políticas anti-tráfico.

Enquanto as BRP e a OCRTEH são responsáveis por impedir que ocorram as proxenetas e direcionar as vítimas para associações especializadas, a Direção

Central de Polícia de Fronteiras<sup>42</sup>, por seu vez, continua caçando essas mesmas pessoas que a lei supostamente pretende proteger. Em um momento de inflação do discurso de securitização, que inclui as prostitutas não documentadas na categoria dos “indesejáveis”, a produção de cifras e estatísticas participa igualmente dessa produção social da ausência das vítimas.

Em um contexto político e social de ampla difusão do discurso anti-imigrantes dentro das sociedades europeias, torna-se mais fácil expulsar as prostitutas e, assim, atender às expectativas dos potenciais eleitores de extrema direita do que implementar um sistema de apoio social que tolera sua presença e visibilidade no território nacional. Portanto, no atendimento às prostitutas migrantes na França e na Europa, há uma tensão entre lógica de segurança, que se refere às prioridades nacionais para a proteção da ordem pública e o combate a imigração ilegal, e a lógica humanitária, que se refere à proteção de pessoas que sofreram algum tipo de violação de seus direitos humanos.

#### **4.1.4. Relações entre atores de segurança e agentes associativos de apoio as trabalhadoras do sexo na França**

##### **4.1.4.1. Das ideologias, convicções morais e interesses profissionais concorrentes...**

O acompanhamento administrativo das vítimas de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual e de proxenetismo inclui vários atores provenientes de instituições com interesses e objetivos distintos. Assim, o tratamento administrativo das denúncias necessita uma colaboração ativa entre os policiais que recebem as queixas e investigam as redes de proxenetismo e as associações de auxílio às vítimas de tráfico sexual que realizam um acompanhamento social, médico e psicológico.

As associações que acompanham as vítimas de tráfico se engajam em uma relação de confiança com os serviços policiais, visto que desempenham um papel de “garantia” que atesta a credibilidade da “boa vítima”. A confiança concedida às associações é o resultado da solidez dos dossiês que estas últimas apresentam para as delegacias de polícia e dos contatos regulares que conseguiram desenvolver

---

<sup>42</sup> Para maiores informações, ver [https://fr.wikipedia.org/wiki/Direction\\_centrale\\_de\\_la\\_Police\\_aux\\_frontiers](https://fr.wikipedia.org/wiki/Direction_centrale_de_la_Police_aux_frontiers)

com os policiais. Quanto melhores e mais regulares ficarem as relações com os policiais durante as reuniões, maior será a sua legitimidade e reputação aos olhos da administração policial. Em contrapartida, as relações podem se degradar caso esse laço de confiança chegam a se deteriorar:

“Tem associações com as quais as coisas não correm muito bem, porque estamos menos acostumados a trabalhar juntos e porque existem mais reserva nas suas posturas. Tem representantes de associações que são transparentes sobre as situações das vítimas e com as quais discutimos juntos da melhor maneira de atendê-las e iniciar uma denúncia. Mas descobrimos também alguns casos de pessoas que alegavam ser vítimas, mas que nas histórias eram muito imprecisas, e fazendo algumas pesquisas, percebemos, que elas já saem conhecidas por fazer declarações falsas. E quando pedimos para as associações se eles sabiam desses casos, nos responderam que sim, que eles sabiam, mas que não nos tinham contado nada. Um vínculo de confiança deve ser criado entre os parceiros. E nem sempre é fácil porque às vezes são problemas de pessoa ou de falta de experiência de trabalho juntos.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

Porém, os interesses e desafios associados à área de controle e segurança por um lado e às áreas social e humanitária por outro, podem obstaculizar a cooperação entre os dois tipos de instituições. Escutamos as falas de dois agentes da Brigada de Proxenetismo sobre as a qualidade das relações entre os policiais e as associações:

“As visões são bem diferentes. Temos posturas, desafios e objetivos diferentes. Não trabalhamos da mesma maneira. Às vezes, com certas associações, temos visões tão afastadas que encontramos dificuldades para interagir e nos unir. Também há uma questão de personalidade, porque dependendo dos interlocutores, a qualidade das trocas muda. Por exemplo, pode ficar complicado trabalhar com um tipo de associação em um determinado departamento, enquanto trabalhar com um outro tipo de associação sobre um outro aspecto social em outro departamento pode ser mais fácil. Dependendo das posturas dentro do meio associativo, a colaboração com os serviços policiais será mais ou menos complicada. Tem a ideologia da associação, mas também tem as convicções pessoais e os modos de ver as coisas que entram no jogo.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

“Em Toulouse, existem três associações, vemos que elas não têm as mesmas posturas. Existem ideologias e dogmatismos. Quando são associações compostas por voluntários, talvez estamos mais dispostos a acreditar neles. Mas às vezes, nos perguntamos se não estamos sendo manipulados. O que nós queremos é informação. Basicamente, queremos prender as pessoas culpadas e colocá-las na prisão. É isso que queremos fazer. Queremos registrar os crimes, procuram os autores e colocá-los à disposição da justiça. Então o nosso verdadeiro objetivo é identificar as redes de proxenetismo, não queremos tomar partido de um lado ou outro.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

A coordenação e a confiança entre as associações e os serviços policiais depende, então, das visões ideológicas, das posturas políticas e morais e dos interesses de cada instituição. Dependendo da proximidade ideológica com a perspectiva abolicionistas ou com a abordagem regulamentarista das associações de apoio às vítimas de tráfico sexual e às trabalhadoras do sexo, a qualidade e as tensões nas trocas com os serviços policiais diferem. Entraremos mais a fundo nas particularidades de cada associação nas próximas seções desse capítulo.

#### **4.1.4.2. ... à necessária cooperação no tratamento das denúncias**

De acordo com os agentes das Brigadas de Repressão do Proxenetismo que entrevistei em Paris e em Toulouse, o aspecto positivo da Lei de 2016 foi a criação das comissões para o percurso de saída da prostituição, porque incentivou os atores da governança das trabalhadoras do sexo migrantes a colaborar de forma mais profunda e regular:

“Às vezes as associações acompanham as garotas para fazer a denúncia na delegacia. As pegam pela mão e as levam até a delegacia para registrar uma denúncia. Mas esse tipo de abordagem é bastante novo, porque antes, os contatos entre a polícia e as associações eram muito limitados e pontuais. E desde a lei de 2016 é a implementação de comissões de saída da prostituição, melhorou muito. Funciona muito bem. Uma vez por trimestre, são organizadas reuniões com o prefeito ou seu representante, as várias associações, a polícia e o ministério público. Então nos vemos regularmente pelo intermediário desta comissão. Não temos necessariamente as mesmas ideias, os mesmos interesses, mas, pelo menos, agora nos conhecemos.” (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

Outro agente da Brigada de repressão do proxenetismo elogiou os vínculos institucionais e interpessoais que agentes policiais e associativos conseguiram criar:

“Vemos regularmente as associações, seja em reuniões organizadas com o Ministério Público sobre temáticas territoriais, seja em reuniões de coordenação com a prefeitura sobre problemáticas do tipo ‘estrangeiros em situação irregular’ ou ‘proteção de vítimas’. Também, quando as vítimas vêm até aqui sozinhas para denunciar seus proxenetas e não conseguimos obter muita informação, falamos com as associações que as acompanham para ver se as informações estão certas. Além disso, nos momentos de desmantelamento da rede, quando vamos na rua ou nos apartamentos para convidar as vítimas a registrar uma denúncia, damos os números de telefone das associações para elas. Aconteceu também de pedir para as associações vir aqui no nosso serviço para conhecer as prostitutas que estávamos ouvindo, para criar um vínculo mais direto. E depois para os casos particulares, quando tem uma solicitação específica, vemos com as associações se eles não podem atendê-las, por exemplo para encontrar um alojamento de



emergência. Os vínculos institucionais se criam à medida que nos encontramos nas reuniões. E os vínculos individuais se criam porque temos os números de celular pessoais dos agentes das associações. Existe uma troca real: quando há urgência, nós ligamos diretamente, senão, marcamos uma data por e-mail. É um trabalho precioso no dia e dia, porque são ações complementares, visto que são as associações as que acompanharão as vítimas até o julgamento. E sabemos que é muito difícil construir um vínculo de confiança forte o suficiente, porque o medo se torna pior quando elas chegam ao julgamento para denunciar seus cafetões na frente deles”. (*Brigade de Répression du Proxénétisme*, março de 2019, tradução da autora).

Dessa forma, apesar dos objetivos opostos, a comunicação e a colaboração dos distintos serviços do Estado e os organismos públicos e semipúblicos parece funcionar na prática. Por um lado, as associações servem de atores intermediários que, ao instaurar uma relação de confiança com as vítimas, participam na “preparação” e “no treinamento” das vítimas, e assim as levam para dar informações cruciais aos investigadores das redes de proxenetismo e tráfico sexual. Por outro, as associações sabem que para que essas pessoas possam ter acesso aos direitos sociais decorrentes do status de vítimas, devem responder às exigências administrativas e elaborar denúncias consistentes e coerentes. Em última instância, nota-se uma forma de interdependência entre os atores e as práticas de segurança e os atores e as práticas humanitárias na governança das vítimas de tráfico e exploração sexual.

Na próxima seção, vamos analisar os discursos, as práticas e as interações dos membros das associações abolicionistas de auxílio às pessoas prostitutas e vítimas de tráfico e exploração sexual. Em vez de focar na securitização e no controle dos movimentos das migrantes, os atores abolicionistas privilegiam um discurso baseado na defesa dos direitos humanos e implementam práticas de vitimização das migrantes prostitutas.

## **4.2. Discursos, práticas e interações dos atores abolicionistas: a vitimização das migrantes trabalhadoras do sexo**

### **4.2.1. As associações abolicionistas**

#### **4.2.1.1. O *Mouvement du Nid***

*Le Mouvement du Nid* foi fundado em 1946, no âmbito da *Jeunesse Ouvrière Chrétienne* (JOC) - “Juventude Cristã Operária” - e sob a liderança do padre André-Marie Talvas. O ano de sua criação marca o fechamento de bordéis, que levou a França a adotar um regime abolicionista específico: a prostituição é tolerada desde que não afete a dignidade de outros ou a ordem pública. Assim, apenas a solicitação pública e a proxenetismo são condenados pela lei. Esse sistema é denunciado como ambíguo pelos militantes do *Mouvement du Nid*, que gostariam de ver a prostituição desaparecer por completo.

Hoje em dia, o *Mouvement du Nid* ocupa um lugar central no espaço de debates sobre prostituição. A associação se distingue não apenas pela sua longevidade e radicalidade, mas também por seu tamanho e sua inscrição nas arenas de mobilizações internacionais (Jaksic, 2016, p.105). Com as suas trinta e três delegações e filiais, o *Mouvement du Nid* tem sedes em quase todas as regiões da França, contando com expressa influência no exterior em países como Brasil, Bélgica, Portugal e Costa do Marfim. Seu status de Organização Não-Governamental (ONG) junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e à UNESCO reforça essa visibilidade internacional. Ao nível nacional, seus principais aliados são a *Fondation Scelles*, o movimento *le "Cri "* et *l'Union Contre le Trafic des Êtres Humains*.

Porém, o financiamento público é relativamente limitado devido ao baixo nível de profissionalização dos membros que favorecem campanhas de informação voltadas à opinião pública, em detrimento das ações de assistência pessoal. O lobby e a *expertise* continuam sendo os meios privilegiados de ação do Movimento. A associação é conhecida por suas campanhas de cartazes, suas intervenções nas escolas e seus estudos sociológicos amplamente divulgados em sua revista trimestral *Prostitution & Société*.

Até hoje, o *Mouvement du Nid* expressa sua afiliação ao catolicismo. Isso é evidente pela disponibilização dos locais da associação em serem emprestados pela instituição religiosa, como o observa um voluntário que entrevistei:

"Originalmente, era um movimento católico, de irmãs operárias, que perdurou no tempo. Isso explica que o nosso local seja emprestado pela Igreja. Mas pouco a pouco, a associação se tornou laica. No nível dos voluntários, se alguns são católicos nas suas vidas privadas, a maioria deles não o é. A maioria nem é católica ou religiosa, mesmo que não pagamos o aluguel" (Voluntário,

*Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

A associação reivindica uma abordagem compassiva à prostituição e às pessoas prostituídas, designadas como pessoas carentes cuja situação requer ajuda incondicional. Essa abordagem compassiva dos mais desfavorecidos não requer profissionalização ou especialização dos membros que, em vez de oferecer assistência social, oferecem uma ajuda com base na caridade (Jaksic, 2016). Os voluntários vão a lugares de prostituição, às vezes com a Bíblia na mão, para trazer um apoio de tipo moral às mulheres, para ajudá-las a sair da “escravidão” da prostituição.

Os voluntários eram recrutados principalmente nas classes populares, na pequena burguesia ou nas novas classes médias que surgiram na década de 1960, contando grande parte de pessoas aposentadas. As relações entre os voluntários e as mulheres prostituídas são condescendentes e até paternalistas. A falta de especialização na assistência social à pessoa, causou, em 1971, uma primeira cisão no Movimento. Parte de seus membros deixou a associação para criar a *Amicale du Nid*, que representa hoje a vertente moderada do abolicionismo francês.

#### **4.2.1.2. A *Amicale du Nid***

Em contraste com o *Mouvement du Nid*, o objetivo da *Amicale du Nid* não é prezar por um mundo sem prostituição, mas ajudar, por meio da ação social, as pessoas que desejam sair da prostituição. Por conseguinte, a *Amicale du Nid* é uma associação de serviço social com uma identidade militante. Como tal, o recrutamento se faz com mais exigências em termos de diplomas e convenções. Diferentemente do *Mouvement du Nid*, que é composto principalmente por voluntários, a *Amicale du Nid* possui funcionários, dentre os quais existe uma grande proporção de assistentes sociais e educadores. Em 2012, quando realizei o meu trabalho de campo junto com a *Amicale du Nid* para a minha dissertação de mestrado, o profissionalismo da associação já era evidenciado através da repartição e especialização das funções:

“Antes de tudo, realizamos um trabalho direito, entramos em contato com as pessoas diretamente nos espaços de prostituição, na rua, para que saibam que nossa associação existe e que essas pessoas têm direitos. Somos uma associação

nacional, com serviços em várias cidades da França. Aqui somos uma equipe pequena: quatro assistentes sociais que trabalham diretamente com pessoas em prostituição, um diretor responsável pelo serviço, uma secretária e contabilista e uma pessoa responsável da prevenção e da formação.” (Assistente Social da *Amicale du Nid*, 2012, tradução da autora).

A *Amicale du Nid* beneficia de muitas subvenções pelo governo, ao contrário do *Mouvement du Nid*, cuja adesão ao *ethos* cristão e às posições radicais exibidas abertamente suscitam algumas reservas por parte das autoridades públicas:

“Com o município, a colaboração é boa. O município sempre nos apoiou, seja de direita ou de esquerda. Somos reconhecidos pelas autoridades municipais como uma associação com certa credibilidade e utilidade pública. Sempre recebemos apoio financeiro, muito modesto em comparação com nosso orçamento geral, mas simbolicamente é muito importante para nós. Por exemplo, atualmente é a prefeitura que paga o aluguel aqui. O Conselho Geral também financia ações de nossa associação. E finalmente a prefeitura, com relação à questão do tratamento dos arquivos das vítimas.” (Educador especializado, *Amicale du Nid*, 2012, tradução da autora).

## 4.2.2. O discurso abolicionista sobre prostituição e tráfico sexual

### 4.2.2.1. A doutrina radical: a fusão entre prostituição e tráfico sexual

A posição do *Mouvement du Nid* é relacionado ao trabalho paternalista e moralizante dos movimentos abolicionistas do século XIX. Defende uma doutrina abolicionista dita “radical”, no sentido que almeja para um mundo sem prostituição. Os estudos abolicionistas radicais defendem a ideia que a prostituição é uma forma categórica de opressão e subordinação social das mulheres (Shrage, 1997). Desde a perspectiva abolicionista radical, a prostituição é sinônimo de escravidão sexual, pois constitui uma violação dos direitos humanos das mulheres. A abolição da prostituição seria, portanto, considerada a condição necessária para se pôr fim ao tráfico sexual. A prostituição deve ser erradicada e as suas vítimas resgatadas, liberada da influência de seus cafetões e reintegradas ao "mundo dos normais", no qual encontrarão um trabalho e uma vida decente.

Nos anos 80 e 90, as associações não abolicionistas introduziram a distinção entre prostituição livre e prostituição forçada, e propõem associar o tráfico sexual apenas à prostituição forçada. O *Mouvement du Nid* rejeita a ideia

de escolha ou de livre arbítrio avançada pelas associações liberais concorrentes, pois considera que a prostituição é forçada por definição. A distinção entre prostituição livre e tráfico aparece então inaceitável para os militantes abolicionistas. Com efeito, consideram o tráfico e a prostituição como equivalentes, argumentando que todas as formas de tráfico e de prostituição constituem uma violência contra as mulheres (Barry, 1984).

O *Mouvement du Nid*, então, mobiliza todo um arsenal demonstrativo para provar a interdependência entre os fenômenos do tráfico e da prostituição. O argumento central é que o tráfico não existiria sem a prostituição, que o acompanha. Ambos os fenômenos estão profundamente enraizados em “um sistema global de exploração”, que tolera a escravidão. Insistir na complementaridade e entrelaçamento dos dois fenômenos tende a invalidar as reivindicações de associações rivais e, portanto, a descartar qualquer possibilidade da existência de uma prostituição livre e autônoma, que comporta o risco de banalização do sistema de exploração sexual.

Segundo a abordagem abolicionista radical, a prostituição, da mesma forma que o estupro, a mutilação genital, o incesto e a violência seriam uma forma de exploração sexual. As feministas radicais consideram que o sexo é objetivado, ou seja, é transformado em mercadoria a ser comercializada na indústria do sexo. Assim, através do ato de se prostituir, a mulher é reduzida a um objeto sexual à disposição dos homens, o que destrói a sua dignidade humana. Essa abordagem considera que o ato de exploração sexual é prejudicial em si mesmo, porque se baseia em abusos e mecanismos de desumanização. Assim, de acordo com um voluntário do *Mouvement du Nid*, são os valores humanistas da associação que fazem com que a comercialização dos sexos, da mesma forma que a comercialização do sangue ou dos escravos, sejam condenados:

“A maioria se prostitui por necessidade. Eu nunca encontro mulheres autônomas. Para mim, a pergunta é: qual é a realidade da prostituição hoje? Elas são trabalhadoras independentes ou são vítimas de tráfico, ou simplesmente pessoas que não têm escolha, mesmo sem cafetão? Para mim, a esmagadora maioria delas não são auto-empendedoras, elas fazem isso para criar seus filhos. Para mim, a lei existe para proteger a maioria delas, mesmo que isso restrinja a liberdade de algumas mulheres que preferem exercer a prostituição em vez de trabalhar meio período como faxineiras e ganham 600 euros por mês. É claro que é complicado. Mas para mim, uma relação econômica é necessariamente violenta. No trabalho assalariado, há necessariamente uma forma de coação e exploração.

Portanto, qualquer relação econômica no capitalismo é necessariamente violenta. E para mim, a sexualidade faz parte do corpo humano. Por isso que não vendemos nosso sangue na França, não queremos chegar à comercialização da sangue por causa da necessidade econômica. E para mim, a sexualidade deve fazer parte desse bem comum inalienável, então temos que proteger as mulheres. Para mim são valores humanistas, porque de certa forma, é a mesma coisa que com a abolição da escravidão ou da exploração de crianças. Por um lado, pode colocar as pessoas na merda porque que se encontram sem trabalho e pode colocá-las em maior precariedade. Mas em algum momento, faz parte dos valores humanistas da sociedade dizer que lutamos contra isso, que não o toleramos e que nosso ideal da sociedade é que todos possam ter acesso à dignidade. É a mesma coisa com a prostituição.” (Voluntário, *Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

Por meio dessa fala acima, podemos observar que o discurso abolicionista é um discurso moral universalizante. Os valores da dignidade humana e do respeito dos direitos humanos são um ideal ético abstrato e desfasado da prática e das realidades do cotidiano.

Dito isso, os abolicionistas radicais se opõem à institucionalização e à normalização do trabalho sexual (Jeffreys, 2005). O *Mouvement du Nid* se opõe a todas às associações que visam a destigmatização e regulamentação da atividade de prostituição. De acordo com um voluntário da associação, ao tolerar a abertura de bordéis, os regimes regulamentaristas atrairiam as redes de proxenetismo, aumentando, dessa forma, os riscos de tráfico. A prostituição e o proxenetismo são dois fenômenos indissociáveis, que seguem o mesmo movimento de expansão ou diminuição:

“Na Alemanha, como o regime é regulamentarista, há muita prostituição. O problema é que, quando você cria um quadro jurídico legal, isso atrai imediatamente todas as redes de proxenetismo, elas tiram vantagem desse quadro legal para florescer. Porque é muito difícil ser prostituta sem documentos na rua, porque tem sempre o risco de ser presa e expulsa. E se abrimos os bordéis, a prostituição torna-se muito mais fácil. Na Alemanha, vemos muitas redes de tráfico em bordéis regulamentados. De qualquer forma, há muito mais prostituição na Alemanha do que na França, porque tem um regime regulamentarista, que aumenta a possibilidade de exploração mulheres.” (Voluntário, *Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

As associações abolicionistas aclamam a Lei de 2016 de penalização dos clientes. Sempre, de acordo com esse voluntário, a penalização dos clientes é benéfica, porque o fato de esgotar a demanda de prostituição teria um impacto positivo na diminuição da oferta e então na chegada de futuras migrantes na França. O resultado seria uma diminuição global do mercado sexual transnacional:

"Eu não acho que a prostituição possa desaparecer totalmente. Mas pode diminuir bastante. Já se pudéssemos acabar com o fato que seja um negócio lucrativo para as redes de proxenetismo, secando a demanda, seria ótimo. Porque apenas existe essa opção para combater as redes, porque diminuindo a demanda, diminuindo a disponibilidade de mulheres, poderemos atuar sobre a oferta e então a prostituição diminuirá muito. A ideia é que o modelo abolicionista funcione como uma mancha de óleo e se torne gradualmente um modelo global com o passar do tempo, como foi o caso da luta contra a escravidão." (Voluntário, *Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

#### 4.2.2.2. O arquétipo da vítima passiva, ingênua e vulnerável

A perspectiva abolicionista radical distingue as vítimas de tráfico sexual pelas suas características sociológicas. Retratadas como mulheres humildes e ingênuas, as vítimas de tráfico sexual requerem ajuda para serem resgatadas da escravidão e reintegradas a uma nova vida, livre de prostituição. Esse discurso de moralização e vitimização se baseia na imagem típica da migrante trabalhadora do sexo como vítima vulnerável e passiva que precisa ser protegida pelos assistentessociais (Andrijasevic, 2004; Berman, 2003; Jahic & Finckener, 2005; Pickup, 1998; Berman, 2003). Escutamos a conversa entre um assistente social e um educador especializado da *Amicale du Nid*, sobre a importância das nacionalidades na classificação de perfis, nas experiências e nos percursos de vida das trabalhadoras do sexo:

- Assistente social: "Há uma grande diferença entre as nigerianas e as ganenses. Quase todas as ganenses sustentam as suas famílias e seus filhos no país. Então, de certa forma, elas previam que iam se prostituir. No caso delas, o processo de inserção ocorrerá mais tarde, em torno de 45 a 50 anos. É o caso também das mulheres do leste, da Ucrânia ou da Moldávia. Porém, é diferente para as nigerianas, porque elas são geralmente mais jovens e foram enganados pela rede; elas pensavam que iam encontrar trabalho como cabeleireira, faxineira ou cozinheira. E depois elas ficam presas com uma dívida. Existe todo um sistema de manipulação que faz que fiquem presas".

- Educador especializado: "Para as búlgaras, muitas delas estão aqui há vários anos e estão totalmente presas num status que podemos chamar de 'sacrificial', porque elas fazem o 'sacrifício' de si mesmas. Elas têm razões válidas aos seus olhos, falando que não têm outra opção, que estão na França para cuidar da família no país de origem. A família no sentido amplo, porque muitas vezes, além dos pais, elas têm filhos e netos para sustentarem. São mulheres que tiveram casamentos muito precoces e separações com homens com perfil geralmente alcoólico e violento. Então, elas voltam para a casa de seus pais, que ainda estão na miséria. Elas se sentem presas e não veem outras possibilidades além de se prostituírem. Existe uma certa forma de resignação entre as búlgaras. Eles tomam as coisas como uma fatalidade."

- Assistente social: "E, ao mesmo tempo, é algo que as faz existir, porque adquirem um status de 'compensação'. A maioria das meninas vem de países muito pobres e algo aconteceu em suas vidas que as desestabilizou. Não é qualquer garota que cai na prostituição. Sempre existe um elemento em particular, uma ruptura em um dado momento, com a família por exemplo, que as transforma em presas fáceis das redes de prostituição. A rede finge de oferece para elas uma solução milagrosa. Portanto, fazer a família viver é sempre uma maneira de 'compensar' a vergonha, a repreensão que fazem a si mesmos. Elas

compensam pensando que participam da sobrevivência de sua família e que conseguiram chegar até aqui. Porque há muitos que morrem no percurso, nos barcos... Então, também para a família, ter um filho na Europa que envia dinheiro é considerado um sucesso.” (Conversa entre um assistente social e um educador especializado, *Amicale du Nid*, 2012, tradução da autora).

Qual que seja a proveniência das mulheres, vemos que a tendência geral é a de vitimizar todas as trabalhadoras do sexo migrantes. Tanto as Nigerianas “traficadas” como a Búlgaras “sacrificadas” entram no estereótipo da vítima passiva, pobre e vulnerável. O status de prestígio e autoridade que elas adquirem dentro da família ao mandar dinheiro é desvalorizado e justificado pela teoria da “compensação” diante da vergonha de se prostituir. Assim, do ponto de vista abolicionista, uma pessoa que se prostitui deve necessariamente sentir nojo e vergonha de si, uma vez que a atividade prostitucional é incompatível com a autonomia, a liberdade e o empoderamento individual.

No fim das contas, quem se prostitui é necessariamente vitimizado. O trabalho das associações abolicionistas consiste, então, em convencer as prostitutas migrantes do próprio status de vítimas, para que aceitem passivamente as condições associadas a esse rótulo:

“O importante é que eles se conscientizem de que estão em condição de vítima de acordo com os critérios de avaliação. Os critérios de identificação, nós podemos marcar mais de uma caixa, porque as vítimas são facilmente identificadas. Mas o mais importante é que elas mesmas se reconheçam vítimas, para que possamos avaliar a situação caso a caso e ver como essa garota pode sair desta. É realmente um trabalho caso a caso, tentaremos encontrar a brecha que nos permitirá fazer algo por uma garota em particular. Isso é importante.” (Educador especializado, *Amicale du Nid*, 2012, tradução da autora).

De fato, o reconhecimento do próprio status de vítima é necessário para que os processos burocráticos sejam ativados, tentando assim a sorte de serem regularizadas.

Além disso, a vitimização teria impactos positivos do ponto de vista psicológico. A interiorização da própria condição de vítima seria sano e construtivo, porque permitiria a reconstrução psicológica e daria força para ir para frente. Contrariamente à posição regulamentarista, que vê, por sua vez, a vitimização das trabalhadoras do sexo como algo que impactaria negativamente a capacidade de decidir, de se responsabilizar, de se tornar independente e até de



implementar projetos pessoais no futuro, a vitimização seria positiva para abolicionistas:

“Essa lei é decisiva para permitir que as pessoas saiam da lógica de isolamento e se reconstruam ao nível psicológico. As que foram ouvidas pela polícia e pelo sistema de justiça têm melhor saúde mental do que as que não falaram nada. A reconstrução é amplamente facilitada pelo reconhecimento do status de vítima.” (Educador especializado, *Amicale du Nid*, 2012, tradução da autora).

Como já mencionamos na primeira seção deste capítulo, a lei prevê a emissão de título de residência temporária específico para as vítimas de tráfico em situação irregular que são formalmente identificadas pela polícia e que denunciam suas redes de exploradores. À esse direito de permanência provisória, estão relacionados outros direitos conexos, como o direito ao trabalho e a possibilidade de receber um subsídio temporário pela espera. Porém, para que possam efetivar a regularização das suas situações administrativas, a colaboração, a atitude passiva e obediente, além das evidências materiais trazidas pelas vítimas, devem ser considerados suficientes pelos agentes de segurança do Estado. Já em 2012, quando perguntei para dois funcionários da *Amicale du Nid* se tinham alguma recomendação ou proposta legislativa, a obrigação de denunciar ou testemunhar contra seus proxenetas era amplamente criticada por estar contrária à própria essência do status de vítima:

- Assistente social: “A minha recomendação seria que não haja mais a obrigação de denunciar. Seria necessário reconhecer a situação da vítima, conceder uma autorização de residência por alguns meses e protegê-las, para que possam se reconstruir um pouco. E talvez que nesse momento, ela conseguirá sair da sua rede de proxenetismo e contará um pouco mais sobre sua história. A obrigação de denunciar é muito forte. Elas têm a obrigação de fornecer informações muito específicas, mas é impossível! Teria que aliviar essa obrigação e se colocar um pouco mais na pele da vítima, reconhecê-la sem forçá-la a denunciar. Há algo errado aqui.”

- Educador especializado: “Pedimos para as vítimas de ser o que ela não pode ser, precisamente por ser uma vítima. Há coisas intrínsecas ao fato de ser vítima, que se opõem ao que a polícia ou a prefeitura esperam delas. Trata-se de redes que operam ao nível internacional, que são muito poderosas. Tudo é feito para que elas não tenham esses elementos, para que as redes possam continuar operando sem risco de serem denunciado pelas mulheres.” (Conversa entre um assistente social e um educador especializado, *Amicale du Nid*, 2012, tradução da autora).

Essa conversa reflete a visão abolicionista das vítimas “silenciosas” e “silenciadas”, que seriam tão frágeis e manipuladas pelas redes de proxenetismo que não estariam em condição de falar.

### 4.2.2.3. O estereótipo da rede de proxenetismo monstruosa, difusa e onnipresente

Em oposição simétrica à figura das prostitutas migrantes como vítimas ingênuas, indefesas e facilmente manipuláveis, os militantes abolicionistas se esforçam em divulgar a imagem de redes de proxenetismo monstruosas e incontroláveis:

“Do ponto de vista econômico, na Nigéria, todas essas redes estão muito bem estabelecidas e trazem somas de dinheiro inacreditáveis. Existem espécies de ‘templos’, de sociedades secretas que ocuparam um lugar muito importante, ao ponto de serem reconhecidas. Esse sistema se tornou muito amplo e tentacular. E a polícia é muito corrupta nesse país. Essas sociedades secretas estão bem estabelecidas, são reconhecidas e temidas pela população local. Têm vínculos com o poder legal, com o Estado nigeriano. Embora oficialmente, em nível internacional, o governo da Nigéria afirmar que está implementando programas relacionados à luta contra o tráfico de pessoas, não estão aplicados. De fato, os políticos apoiam essas sociedades secretas, esses templos, que são financiados pelas redes e pelo dinheiro da prostituição. Depois, em caso de retorno, as meninas temem os riscos de sacrifícios humanos que essas sociedades secretas fazem, porque ainda existem...” (Assistente social, *Amicale du Nid*, 2012, tradução da autora).

“O problema da prostituição é que ela gera quantias enormes de dinheiro para as redes. O lucro financeiro lhes permite de comprar ‘proteções’ em todos os níveis. Em alguns países, as redes bem estabelecida e reconhecida. E a corrupção nesses países colocam enormes é muita problemática. Os políticos querem proteger esses vínculos por várias razões. Podemos observar o aspeto ‘tentacular’ da organização das redes durante as instruções e os julgamentos dos casos. Os chefes de rede, os que tem a autoridade e reconhecimento maior na hierarquia, eles são intocáveis. Quando essas pessoas são muito poderosas, a justiça não pode fazer nada. Já ouvi falar juízes que diziam ‘não temos os meios adequados para tocá-los, é impossível’. Então, pode ser os intermediários chegam a serem condenados, mas o homem que está cabeça da rede, ele permanece.” (Educador especializado, *Amicale du Nid*, 2012, tradução da autora).

Essa narrativa nos propicia uma visão extremamente vaga e difusa das redes de proxenetismo. A falta de conhecimento e estudos sobre os mecanismos e o funcionamento das redes criminais permite um livre espaço à expressão de emoções negativas. Ao comparar às redes à “templos” que realizariam sacrifícios humanos, a retórica abolicionista contribui em divulgar histórias sensacionalistas que fazem apelo exclusivamente ao lado emocional do público. Da mesma forma, a ideia de uma corrupção generalizada, que gangrena o sistema político e econômico na sua totalidade contribui em difundir uma sensação de paranoia geral. A falta de estatísticas confiáveis dá lugar à expressão de discursos

alarmistas e teorias de conspiração. As hipóteses e os números são avançados sem que sejam verificadas na prática.

Por fim, o fantasma da rede de proxenetismo superpoderosa e inatingível é alimentado pelo medo e pela ansiedade da população diante da abertura das fronteiras nacionais e da retirada do Estado (Berman, 2003). Essa visão de uma rede tão poderosa que dominaria os Estados, esmagado a política e a economia propaga, em última instância, um pânico moral entre as populações (Doezema, 1999).

### **4.2.3. Práticas abolicionistas no tratamento das vítimas de tráfico sexual**

De acordo com a abordagem abolicionista, quem se prostitui se torna automaticamente vítima, uma vez que é a prostituição, definida como violação dos direitos humanos, que faz a vítima. Não há necessidade de evidências, marcas, testemunhos ou apresentação de denúncias: é a atividade de prostituição em si mesma que confere a qualidade da vítima.

Existe um movimento de especialização das associações na área de regularização de vítimas de tráfico de seres humanos para fins de prostituição. As associações se esforçam a constituir dossiês mais coerentes e sólidos possíveis, para maximizar as chances de obter autorizações provisórias de residência na França. Para isso, elas são forçadas a operar um importante trabalho de classificação dos dossiês, separando os elegíveis dos inelegíveis, e assim manter sua credibilidade diante dos serviços policiais.

No entanto, o tratamento caso a caso dos dossiês individuais está submetido à uma relação de interdependência entre a polícia e as prefeituras e a um conjunto de restrições que introduz de forma insidiosa a distinção entre vítimas “boas” e “ruins”. A singularidade do caso se confronta com a universalidade da causa. É nessa tensão entre o tratamento de casos singulares e a defesa de princípios universais que as associações abolicionistas se situam.

#### **4.2.3.1. Selecionar a boa vítima: os critérios de distanciamento da rede e cessão da prostituição**

De acordo com o sistema abolicionista radical, apenas as pessoas mais merecedoras têm chance de aceder ao status de vítima de proxenetismo. Aqui, a imagem da “boa vítima” é a de uma pessoa que se distancia da sua comunidade e rede de proxenetismo, que se ocupa com múltiplas atividades e tem projetos pessoais, afastada do mundo da prostituição. As pessoas devem mostrar a sua força de iniciativa e querer integrar a sociedade francesa.

- Eu: “E uma vez que elas têm papéis, elas continuam se prostituindo?”

- Voluntário: “Quando elas conseguem obter documentos, até onde eu sei, elas param a prostituição. Existem duas opções. Tem aquelas que perdemos de vista, e achamos que elas permaneceram no sistema e se tornam cafetões por sua vez. A rede nigeriana é muito difusa. Na verdade, é uma comunidade. E a rede nigeriana está em toda parte da comunidade. Então, de fato, as mulheres que não cortam com a comunidade, nós sabemos que elas permanecem na rede. E elas se tornam cafetinas, por sua vez, elas servem de mãozinhas da rede. Elas se tornam responsáveis por explicar para as novas como proceder. Também por controlar quem vai com quantos clientes, para elas terem uma ideia de quanto cada uma recolheu, para dizer para o cafetão encima dela quanto dinheiro deu. E depois tem as outras. Geralmente as mulheres que acompanhamos e que conseguiram obter seus papéis, os obtiveram justamente porque cortaram todo tipo de contato com a comunidade. Elas não se prostituem mais e conseguem dar um jeito com os benefícios sociais. Porque temos a sorte de estar em um país onde há um acompanhamento social bom. Então eu acho que as que realmente se recusam a cair nessa miséria social, elas se orientam para as redes. Há muitos que perdemos de vista e eu suspeito de estarem ainda nas redes. E elas ganham mais dinheiro trazendo outras mulheres da Nigéria, porque a rede produz muito dinheiro. Mas aquelas que nós acompanhamos, levamos às lojas especiais para bebês para pegar fraldas e potinhos para seus filhos, levamos ao restaurante social para que elas possam comer, porque sabemos que elas não têm renda. Para mim, quando elas chegam a essa fase de emancipação, para mim elas já são guerreiras. Então elas continuam lutando. E eu acho que vindo da Nigéria, onde há muita miséria, onde nem todo mundo come, eu acho que o fato de ter um teto e um pouco de comida, para elas já é alguma coisa.” (Voluntário, *Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

O relato acima nos diz muito sobre a abordagem abolicionista maniqueísta da prostituição e do tráfico sexual. As vítimas são classificadas em duas categorias opostas. Por um lado, há as “vítimas boas”, que conseguiram parar de se prostituir e cortaram suas relações com qualquer pessoa da comunidade e da rede. Se essas vítimas chegam a ser reconhecidas juridicamente, podem chegar a receber benefícios sociais mínimos. Por outro, há as “vítimas más”, que não param de se prostituir e continuam tendo contatos com outros membros da rede. Estas últimas se tornam cafetinas por sua vez:

"Normalmente entre 35 e 40 anos, se ainda estão envolvidas nas redes, isso significa que elas subiram de grau. De qualquer forma, são mulheres que não ficam muito tempo na

França, porque depois um tempo são expulsas. A clandestinidade não dura muito, especialmente para as pessoas que se prostituem na rua. São muito poucas aquelas que conseguiram obter uma autorização de residência e se inserir na França. Vemos muitas mulheres na rua, mas poucas conseguem chegar até o final do percurso de saída da prostituição. Às vezes acompanhamos as pessoas a longo prazo, mas não conseguimos fazer esse trabalho de distanciamento das redes, então o pedido de asilo fica bloqueado e elas não têm possibilidade de inserção.” (Voluntário, *Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

Esse esquema de pensamento parece bastante redutor: as vítimas não podem seguir outros caminhos a não ser o de parar a prostituição ou o de se tornar proxenetas. A prostituição voluntária e autônoma é inimaginável. Visto que prostituição e tráfico são dois fenômenos intimamente ligados na lógica abolicionista, não existe a possibilidade das vítimas continuarem se prostituindo por sua conta, fora da rede. Escutamos agora uma anedota sobre Viviane<sup>43</sup>, uma vítima nigeriana que se transformou em cafetina:

“Há uma denominada Viviane que conhecemos há muito tempo, que tínhamos acompanhado, mas cuja solicitação de asilo não havia sido bem-sucedida. Ouvimos novamente falar dela porque junto com a associação Grisélidis,<sup>44</sup> ela apresentou um dossiê de percurso de saída da prostituição. E ela conseguiu. E isso é problemático, porque depois a vimos de novo na rua com outras duas jovens sob seu controle. É complicado porque ela recebe dinheiro do Estado para alimentar uma rede de proxenetismo. Elas repetem completamente a relação de autoridade que tiveram com seus cafetões, invertendo a relação com as mais novas. Isso nos deixa mal. Não é legal porque isso se chama proxenetismo, mas, ao mesmo tempo, elas já passaram por isso. É muito complicado”. (Voluntário, *Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

Aqui, Viviane representa o arquétipo da “falsa vítima”, que chegou passou da categoria de “vítima”, explorada por outros, à categoria de “cafetina” exploradora das outras. Percebi muito indignação na voz do voluntário do *Mouvement du Nid*, quando contava essa história. Além de se transfigurar em proxeneta, o elemento mais revoltante é o fato da Viviane aproveitar de subsídios do Estado para explorar outras vítimas. A ideia que o dinheiro público pudesse servir para atrair, traficar e explorar outras vítimas se torna insuportável para as associações abolicionistas.

Porém, há uma contradição nessa lógica de pensamento. De acordo com a fala desse voluntário, muitas poucas vítimas conseguem parar a prostituição e sair

43 O nome verdadeiro foi substituído por outro, para manter o anonimato da pessoa referenciada.

44 Grisélidis é uma associação de saúde comunitária que atua com e para profissionais do sexo. Para mais informação, acesse ao site <http://griselidis.com/>

da rede. A prostituição livre sendo inconcebível, isso significa que a grande maioria delas ficaram na rede e se tornaram proxenetas. Essa visão parece extremamente exagerada, pois é impossível que quase todas se convertem em proxenetas.

Em última análise, discriminar as vítimas “puras” das “futuras proxenetas” resulta de uma visão binária redutora. A “boa” vítima é aquela que aceita cortar os laços que mantinha com pessoas da comunidade e que se satisfaz das ajudas social mínima para sobreviver. A boa vítima aceita, portanto, a sua condição de pobre e assistida, contrariamente vítimas “más” que se recusam de viver num estado de precariedade, continuam a atividade prostitucional, ajudando outras prostitutas a entrarem e se prostituírem na França.

#### **4.2.3.2. Separar a vítima “merecedora” da “futura cafetina”**

-Eu: “Quase todas as mulheres que vêm à associação são vítimas forçadas ou existem mulheres independentes?”

-Voluntário: “Não. Não, não. Já acompanhamos algumas jovens francesas, mas era um apoio da ordem moral e psicológico. Por exemplo, acompanhamos uma estudante e uma jovem mulher em lar especializado. Mas é realmente marginal. E elas não vêm no local de permanência, o acompanhamento foi feito de outro jeito, em outro contexto, em cafés, coisas assim. Mas no caso das nigerianas, são todas forçadas.”” (Voluntário, *Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

Nessa conversa, podemos observar uma diferenciação no atendimento e no acompanhamento entre as prostitutas francesas e as prostitutas nigerianas. De acordo com o voluntário do *Mouvement du Nid*, se as nigerianas são “todas forçadas”, as francesas, elas, são mais autônomas. Tal pressuposto implica uma distinção na forma e no lugar de atendimento: as nigerianas, em qualidade de “verdadeiras vítimas” são atendidas na sede da associação e fazem objeto de acompanhamento administrativo, enquanto as francesas, percebidas como “mulheres perdidas ou desorientadas”, são atendidas fora da sede, e fazem objeto de apoio moral. Podemos nos perguntar se o fato de não querer misturar as nigerianas e as francesas no mesmo espaço resulta da vontade de manter uma divisão em termo de nacionalidades, ou se resulta do desejo de afastar as francesas autônomas, consideradas “falsas vítimas”, da sede da associação. Se a teoria abolicionista considera toda pessoa prostituta como vítima, na prática cotidiana, os atores abolicionistas distinguem os graus de vitimização de acordo com as nacionalidades, as idades, as condições do trabalho sexual e o nível de coerção.

Seguindo o objetivo final de tirar as mulheres da prostituição, os voluntários realizam um trabalho de triagem e classificação, de modo a manter apenas as mulheres que desejam realmente sair mundo prostitucional. Consciente de que a obtenção de papéis é uma necessidade vital para as migrantes, as associações abolicionistas não querem ser transformada em "fábricas de papéis". Nesse contexto, o critério de tempo é essencial (Jaksic, 2016). Quanto mais uma mulher é resistente no tempo, maior é a probabilidade de ser identificada como uma boa vítima. Qualquer ruptura do contrato de confiança com a associação pode ser sancionada pela recusa dos funcionários e membros abolicionistas em registrar um dossiê de regularização na prefeitura.

Nesse contexto, a “emancipação em relação à rede” é um critério importante de identificação das “boas vítimas”:

“As que vem na nossa associação são apenas vítimas de tráfico. As nigerianas raramente estão prontas para apresentar uma denúncia contra seu cafetão. Geralmente, é através da solicitação de asilo que vamos tentar trabalhar sobre a relação que elas mantêm com a rede. Elas chegam com uma história falsa, que vamos tentar desconstruir, e pouco a pouco, com o avanço do procedimento, elas percebem que podem confiar cada vez mais em nós e cada vez menos nas pessoas da sua rede. Elas chegam com um mito, pensando que, contando essa história, elas conseguirão ter papéis facilmente. Só que elas são geralmente rejeitadas na *Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides* (OFRA)<sup>45</sup>. De repente, elas se perguntam se não foram manipuladas pela rede, enquanto nós sempre falamos para elas que não iam a obter nada com esse tipo de história. Há também o medo de não ter papéis. ‘Vítima de tráfico de seres humanos’ é um motivo reconhecido pela Convenção de Genebra. Demonstrar que são vítimas de tráfico de seres humanos não é um problema. Mesmo na OFPRA, eles as reconhecem como vítima. O que é mais problemático é a emancipação em relação à rede. Porque na OFPRA, eles temem que hajam redes nigerianas que se estabeleçam na França e que eles deem asilo a pessoas que mais tarde se tornarão cafetões, especialmente com o sistema das ‘mamas nigerianas’, é muito complicado. Portanto, ficam muito atentos ao tema da emancipação em relação às redes nos dossiês. Isso é difícil.” (Voluntário, *Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

De acordo com a lógica abolicionista, o grau de independência da vítima frente a comunidade é um parâmetro que permite estimar as probabilidades das vítimas se transmutarem em cafetões. O governo teme que as regularizações das vítimas de proxenetismo tenha um efeito incitativo, atraindo ainda mais migrantes para a França. Porém, a emancipação total das vítimas em relação aos seus

45 O *Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides* (OFPRA) é uma instituição pública independente, responsável pela aplicação dos textos relacionados ao reconhecimento do status de refugiado, apátrida e admissão à proteção subsidiária. Para mais informação, ver <https://www.ofpra.gouv.fr/>

proxenetas parece pouco realista, dado que os membros da comunidade são muitas vezes as únicas pessoas com as quais interagiram desde a chegada na França. Para que possam provar o distanciamento com a rede, as mulheres devem trocar de número de celular, se mudar para outro bairro e não conviver mais com amigas da comunidade. Isso implica cortar todos os laços sociais e culturais que as vinculavam com seus países de origem, as deixando numa situação de isolamento e solidão.

#### **4.2.4. Relações entre atores abolicionistas e os outros atores em jogo**

##### **4.2.4.1. Interação com os atores regulamentaristas: convergência no acompanhamento social e divergência nas posturas morais e políticas**

Independentemente das dificuldades e bloqueios devidos à discrepância de interesses, posturas políticas e ideológicas entre as perspectivas abolicionistas e regulamentaristas, todas as associações de apoio às trabalhadoras do sexo devem colaborar com elas na prática. Em primeiro lugar, todas as associações fizeram frente comum para denunciar os efeitos negativos da antiga *Loi sur la Sécurité Intérieure*<sup>46</sup> e especialmente da penalização da solicitação pública. Nessa oportunidade, todas se expressaram em uma única voz para denunciar os impactos desastrosos dessa lei em termos de precarização e criminalização das prostitutas migrantes.

Outro ponto de interseção é o reconhecimento dos benefícios da implementação dos percursos de saída da prostituição. Se as associações regulamentaristas criticam as condições para se beneficiar desse percurso, elas ainda concordam com o fato que podem favorecer o acesso aos direitos das trabalhadoras do sexo migrantes. As comissões de percurso de saída da prostituição são elogiadas pela sua lógica de juntar atores e serviços com interesses distintos, obrigá-los a se comunicar entre si, expor seus desacordos e encontrar soluções comuns.

Também, todas as associações concordam com o fato que deveriam se beneficiar de maiores recursos públicos tanto para responder às emergências

---

46 Ver o capítulo três da presente tese sobre a legislação francesa.



sociais, tais como, por exemplo, o alojamento de urgência, como para implementar projetos sociais de longo prazo.

De acordo com um voluntário do *Mouvement du Nid*, o elemento mais em acordo entre as associações é a vontade comum de promover os direitos humanos das trabalhadoras do sexo:

“Entre associações abolicionistas e regulamentaristas, o ponto comum no qual nos encontramos é realmente no âmbito social, na nossa solicitação comum de pedir mais direitos para as pessoas prostitutas. Há um diálogo efetivo. Por exemplo, havia uma condição bastante restritiva, que pedia para as pessoas que estavam no percurso de saída da prostituição de apresentar uma certidão de nascimento autenticada. E todas as associações, abolicionistas como regulamentaristas, disseram que isso era complicado porque as obrigava a entrar em contato com as redes nigerianas para ter esse documento, o que as colocava em perigo, além de ser muito caro para elas. Então, com as três associações junto, a *Amicale du Nid*, o *Mouvement du Nid* e *Grisélidis*, começamos a expressar o nosso desacordo, dizendo que não era oportuno colocá-las em contato com a comunidade nigeriana, enquanto elas deveriam cortar tudo tipo de vínculos.” (Voluntário, *Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

Com essa narrativa, podemos constatar que quando se trata de defender determinados direitos sociais, melhorar os mecanismos de acompanhamento social e dos processos jurídicos ou solicitar mais subvenções públicas, as associações abolicionistas e não abolicionistas formam alianças. Se, em tempos normais, essas associações encontram divergências, em tempos excepcionais ou quando se trata de responder à temáticas pragmáticas específicas, são solidárias uma com as outras. A título de exemplo, observei que ambos os abolicionistas e regulamentaristas se uniram para denunciar os prejuízos da repressão nas ruas, das multas para as prostitutas que trabalham em camionetas e dos controles arbitrários de identidade das forças policiais.

Contudo, quando tomam distância em relação à experiência do terreno, e se retraem para as suas bases teóricas e ideológicas, as associações voltam a entrar em conflito. O ponto mais obscuro nas relações entre abolicionistas e regulamentarista concerne à Lei de 13 de abril de 2016. Se as associações regulamentaristas e de saúdes comunitárias denunciaram com firmeza os prejuízos dessa lei de penalização dos clientes, o *Mouvement du Nid* e a *Amicale du Nid*, em contrapartida, foram muito ativos para que essa lei fosse adotada:

“Para mim, as posições abolicionistas e regulamentaristas são inconciliáveis. Porque as escolhas políticas são opostas, mesmo que o acompanhamento social seja o mesmo. Nós, o *Mouvement du Nid*, somos uma associação abolicionista,

que tem sido muito ativa no processo de adoção da lei de penalização dos clientes. Os relatórios críticos das associações regulamentaristas sobre a lei de 2016, nós achamos que são muito tendenciosos. Enquanto não tivermos uma investigação em larga escala que não seja de uma ou outra das partes, não podemos concluir nada. Porque, por exemplo, o estudo<sup>47</sup> de *Médecin du Monde*<sup>48</sup> – Médico do Mundo - é hiper-tendencioso. A *Amicale du Nid* fez uma análise desse estudo e concluiu que não era objetivo em nada. É muito parcial, porque eles selecionaram o público apenas dentro de sua associação. Portanto, esse é um primeiro viés, porque necessariamente as prostitutas que se dirigem a essas associações são mais inclinadas a compartilhar os valores da associação. Em segundo lugar, ao nível dos números que eles avançam, ainda existe uma maioria de pessoas prostitutas que diz que a penalização dos clientes não houve impactos nos clientes. Devemos repensar as estatísticas do estudo. O problema com a prostituição é que não há real investigação, cada um avança seus próprios números. E eu não gosto da batalha dos números, porque você não pode provar nada com números. O que eu posso dizer é que as nigerianas que estou acompanhando desconhecem totalmente a existência desta lei que as protege; portanto, se você pergunta para elas qual é o impacto da lei em suas atividades, elas nem podem te responder.” (Voluntário, *Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

Como já mencionado previamente na terceira seção do terceiro capítulo desta tese, a adoção da Lei de 2016 reabriu uma guerra entre os atores pró e contra a implementação da mesma. Enquanto que para as associações abolicionistas essa lei é positiva, de acordo com as associações não abolicionistas, a penalização dos clientes é muito prejudicial para as trabalhadoras do sexo, na medida em que impacta fortemente seus rendimentos, afetando as suas condições de trabalho.

#### **4.2.4.2. Interação com os policias: quando lógicas humanitária e securitária se confrontam na prática**

“No âmbito europeu, existe uma vontade política de agir para obrigar os países a respeitar certos pontos das convenções. Há boas intenções, os textos evoluíram lentamente, mas favoravelmente no que diz respeito à proteção das vítimas. Mas o problema são as traduções disso no terreno. Nós vemos isso localmente, com a polícia e a prefeitura, devemos lutar muito. O que vem se contrapor e se confrontar é que, por um lado, há um desejo de reconhecer as vítimas, mas, por outro lado, há a vontade de fechar as fronteiras e fazer uma barragem de migrantes. É sempre o medo de regularizar as pessoas. Essas são duas lógicas que se contradizem. As diferentes lógicas deveriam conversar. Isso é desejável, mas será que é realizável na prática? Não há muitos elementos no qual possamos encontrar um denominador comum. Temos que lutar constantemente para que haja o reconhecimento do que é, aos nossos olhos, o direito das mulheres. O problema é que essas vítimas são reconhecidas no conta-gotas, e esse

<sup>47</sup> Ver os detalhes desse estudo na seção três do terceiro capítulo sobre os impactos da lei de 2016.

<sup>48</sup> Presente na França e em 80 países, *Médecins du Monde* é um movimento internacional independente de ativistas ativos que luta pelo acesso universal à saúde e capacita as pessoas excluídas e suas comunidades para acessar a saúde.

reconhecimento se tornou mais uma exceção do que a regra, quando deveria haver muito mais regularização. A política pública é uma coisa, os homens que a aplicam, é outra!” (Educador especializado, *Amicale du Nid*, 2012, tradução da autora).

A governança da migração e da prostituição é dividida entre duas tendências opostas. Por um lado, os atores “humanitários” defendem a proteção das vítimas de tráfico sexual e das trabalhadoras do sexo migrantes, avançando em argumentos relativos à obrigação de respeito e proteção de seus direitos humanos. Por outro, os atores “de segurança” ressaltam a necessidade de controlar a entrada de migrantes na Europa, avançando argumentos relativos à necessidade de proteger as fronteiras nacionais. As abordagens humanitárias e securitárias parecem, logo, incompatíveis.

Nesse contexto, a maior repreensão das associações de auxílio às trabalhadoras do sexo se deve ao fato de que os serviços policiais são norteados pela injunção governamental de diminuir os números de entrada de migrante no país:

“Mas honestamente os serviços policiais são catastróficos! Eles estão lá apenas para desmontar os dossiês. Eu acho que eles recebem ordens da prefeitura para não dar muitas autorizações de residência. Portanto, eles não estão no espírito da lei.” (Voluntário, *Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

“O problema é que muitas vezes a polícia suspeita de que as mulheres fazem tudo isso apenas para obter documentos. Nos sentimos traídos quando a polícia traz uma resposta negativa e perdemos a confiança. Então, tudo isso é contraproducente.” (Educador especializado, *Amicale du Nid*, 2012, tradução da autora).

Além disso, as associações abolicionistas criticam a falta de tato dos agentes da OCRETH e das BRP quando recebem as denúncias das mulheres vítimas de proxenetismo. A falta de empatia e de compreensão das situações extremamente delicadas das vítimas e a obstinação pelo desmantelamento das redes são apontados como elementos contraproducentes, que inibem a palavra das vítimas ao invés de libertá-las:

“Mesmo que a lei francesa diga que a vítima deve ser protegida e beneficiar de uma autorização de residência, na verdade, é muito mais complicado. Nós as ajudamos a construir histórias de vida coerentes, que contarão para a polícia para denunciar, mas o problema é que elas não têm todos os elementos das redes. Às vezes, a polícia reconhece que uma pessoa é realmente uma vítima. Mas, para eles, o que lhes interessa é um trabalho de investigação das redes, que não dá muitos resultados em termos de número de pessoas presas. Portanto, a posição da

vítima não é muito interessante para a polícia.” (Voluntário, *Mouvement du Nid*, abril de 2019, tradução da autora).

“Há uma grande incompreensão por parte da polícia quando eles dizem que não têm todos os elementos para investigar. Os policiais não medem o fato das meninas serem aterrorizadas pelas redes ou simplesmente elas não saberem de tudo. Se a polícia estivesse mais na posição de reconhecer as vítimas, a confiança seria melhor estabelecida e eles receberiam mais elementos. De fato, quando as mulheres chegam à polícia, já estão na defensiva, então não falam nada. Elas dizem mais coisas à nós do que dizem à polícia. E também acho que os policiais não fazem as perguntas certas. Porque, de fato, as redes explicaram tanto para elas o que não devem dizer, que elas só respondem se os policiais fizerem a pergunta. Então, se a polícia não fizer a pergunta certa, elas não dirão nada. Elas têm uma lógica muito específica. Mas isso, a polícia não entende”. (Assistente social, *Amicale du Nid*, 2012 tradução da autora).

Em suma, as visões ideológicas e os interesses opostos entre atores abolicionistas e atores de segurança fazem com que as relações entre as associações e os serviços policiais sejam tensos na prática.

Nesta seção, vimos como os atores abolicionistas tendem a agir como verdadeiros “*empreendedores morais*”, no sentido descrito por Howard Becker (1985). Assim, os membros do *Mouvement du Nid* e da *Amicale du Nid*, em seus discursos e suas práticas, não apenas tentam convencer as vítimas de proxenetismo à se comportarem de forma “correta”, isto é, adotando uma atitude de passividade e docilidade perante as autoridades públicas; mas também explicar o que é “bom” ou “errado” para elas, proscurendo a continuação da atividade de prostituição e dos contatos com os membros das suas comunidades de pertencimento.

Na próxima seção, vamos analisar os discursos, as práticas e as interações das associações não abolicionistas e de saúde comunitária para as pessoas prostitutas. Em vez de defender uma postura moral e ideológica, os membros das associações regulamentaristas estão mais numa lógica de empoderamento e agência das trabalhadoras do sexo (Kempadoo & Doezema, 1998).

### 4.3. Discursos, práticas e interações dos atores não abolicionistas: o empoderamento das migrantes trabalhadoras do sexo

#### 4.3.1. As associações comunitárias não abolicionistas

##### 4.3.1.1. Associações comunitárias para e com as trabalhadoras do sexo: *Le Bus des Femmes* e *Cabiria*

*Le Bus des Femmes* ou *Les Amis du Bus des Femmes*<sup>49</sup> - “Os Amigos do Ônibus para Mulheres” - é uma associação de saúde comunitária, que oferece apoio social, médico e jurídico às pessoas prostitutas. Com sede em Paris, foi fundada em 1989, em um contexto marcado pela explosão da epidemia da Aids, considerada na época como um flagelo social:

“*Le Bus des Femmes* é a primeira associação de saúde comunitária na França. Começou em 1990, com um projeto entre um médico e as mulheres da comunidade, financiado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Agência Francesa para a luta contra a Aids, no meio da crise do HIV. Em 1994, Lidia Bragoti, uma das mulheres da comunidade, divulgou um questionário para as mulheres, perguntando para elas no final ‘o que você gostaria?’. Havia várias propostas, incluindo a ideia de um ônibus. E funcionou, as meninas queriam um ônibus. Ficamos com um ônibus inglês de dois andares para fazer as voltas dos locais de prostituição em Paris. Com o tempo, a associação cresceu e chegaram mais funcionários. A associação está organizada em dois polos complementares, que não competem entre si: o polo trata de seres humanos, para mulheres que são forçadas a se prostituir e o polo de saúde geral, para garantir que o resto da comunidade tenha acesso ao direito comum. Há também toda uma defesa política dos direitos das pessoas prostitutas.” (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

O ano de sua criação coincide com o surgimento da "segunda geração" de associações de controle da Aids (Act Up-Paris, Actions Traitements, Positifs), que modificou profundamente a relação social com as vítimas, dominada até então pelo registro compassivo. O compromisso dessas associações não apenas visava a destigmatização dos pacientes, mas, acima de tudo, consistia em modificar o processo de produção do conhecimento médico e científico. Colocando-se deliberadamente à contra-corrente da abordagem compassiva e moralizadora da doença, essas associações desenvolvem o modelo do paciente "gerente da própria

---

49 Para maiores informações, ver o site da associação <http://busdesfemmes.org/>

doença". Pouco a pouco, estas últimas se impõem como interlocutores fundamentais das autoridades públicas e das empresas farmacêuticas.

*Les Amis du Bus des Femmes* é amplamente inspirado por esse modelo do paciente capaz de agir sob seus próprios cuidados, mas também pela "medicina humanitária" privilegiada por vários funcionários da *Agence Française de Lutte contre le Sida* - "Agência Francesa para a luta contra a Aids" (Jacsik, 2016). Esse modelo, diz Lilian Mathieu (2001), inspira-se nas ações de organizações humanitárias em países do Terceiro Mundo baseadas na participação das pessoas envolvidas, ou seja, na ideia de que as pessoas tratadas têm a capacidade de "expressar seus pontos de vista e interesses" e são capazes de "participar tanto na concepção quanto na implementação e no gerenciamento desses projetos" (Mathieu, 2001, p. 257-258, tradução da autora). De acordo com essa perspectiva, as pessoas prostitutas aparecem como verdadeiras detentoras de conhecimento, adquirido com a prática prostitucional. Elas saem do escopo das vítimas passivas designadas pelas associações abolicionistas, para se tornarem as únicas porta-vozes legítimas das pessoas prostituídas.

*Les Amis du Bus des Femmes* favorece uma abordagem em que as prostitutas desempenham o papel de especialistas. Abordagem essa que consiste em envolver o público em questão na condução da ação e em valorizar a experiência do terreno, é qualificado de "perspectiva comunitária". O objetivo é reduzir a distância social entre prestadores e beneficiários. Isso se reflete na composição da equipa do *Bus des Femmes*, que inclui ex-prostitutas, enfermeiras, assistentes sociais e gerentes de projeto. O *Bus des femmes* se distingue do *Mouvement du Nid* por seu nível de profissionalização e por sua abordagem horizontal do público em questão, em vez de vertical.

*Le Bus des Femmes* defende o princípio da liberdade de dispor do corpo e obra para o reconhecimento da prostituição como trabalho e pela destigmatização dessa atividade. As prostitutas são consideradas atrizes de pleno direito, são, portanto, os únicos porta-vozes legítimos de sua condição. Nessa perspectiva, a prostituição é uma escolha pessoal, e não é sinônimo de dominação das mulheres pelos homens:

"Essa associação foi fundada por uma prostituta para as mulheres prostitutas, que escolheram se prostituir. E isso, nem todo mundo quer ouvir. Mas isso não é o nosso

problema, nos consideramos todas as pessoas adultas e responsáveis. Nós as ajudamos em qualquer caso, se elas querem permanecer nesta profissão muito bem, mas se elas querem sair da prostituição, nós as ajudamos a sair desta.” (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

Ademais, uma outra associação relevante se apresenta nesse contexto para desconstruir a visão ideal da vítima. *Cabiria*<sup>50</sup> é uma associação de saúde comunitária e pró-direitos criada em 1993 em Lyon, cuja estrutura e modo de funcionamento são semelhantes aos do *Bus des Femmes*. A associação também tem um ônibus de prevenção de saúde e um local aberto todos os dias. É composto por assistentes sociais, enfermeiras e pessoas prostitutas. No entanto, distingue-se do *Bus des Femmes* por uma presença significativa de sociólogos, que usam teorias da interseccionalidade para explicar e interpretar o fenômeno da prostituição. Finalmente, ao contrário do *Bus des Femmes*, sua ação se insere mais no registro político, já que *Cabiria* está na origem de várias manifestações denunciando a repressão às prostitutas de rua.

#### **4.3.1.2. Associações comunitárias para e como as pessoas transgênero: o PASST e Acceptess T**

O *PASTT*<sup>51</sup> - (*Prévention Action Santé Travail pour les Transgenres*) – “Prevenção, Ação, Saúde e Trabalho para as pessoas Transgêneros” - é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1992 pelo Dr. Camille Cabral<sup>52</sup> em resposta às necessidades específicas e às dificuldades encontradas pela comunidade de transexuais e transgêneros. A associação trabalha para o reconhecimento e a inserção sociocultural e profissional das pessoas trans. Além disso, assume também um trabalho de prevenção do HIV-AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis entre populações em risco. Ademais, oferece assistência na obtenção de acomodação. Acompanha também os procedimentos administrativos das pessoas transgêneros juntos de hospital, banco ou prisão e dedica-se, em particular, a ajudar estrangeiros em situação irregular.

Além do apoio prestado às profissionais do sexo, o *PASTT* traz reivindicações políticas para a arena públicas relativas à defesa dos direitos das

50 Para maiores informações, ver o site da associação <http://Cabiria.asso.fr/>

51 Para maiores informações, ver o site da associação <https://regis-PASTT.asso-web.com/>

52 Camille Cabral é uma militante, médica dermatologista e política transgênero franco-brasileira. Foi a primeira transgênero eleita da história da República Francesa (vereadora do 17º arrondissement de Paris pelo Partido Verde). Para maiores informações, veja sua biografia em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Camille\\_Cabral](https://pt.wikipedia.org/wiki/Camille_Cabral)

peças transgêneros, em particular, o *PASTT*. O *PASTT* também participou ativamente do debate político que acompanhou a preparação da *Loi de Sécurité Intérieure* e a Lei de 2016, organizando protestos de trabalhadores do sexo na rua.

Outra associação de defesa às pessoas transgênero com a qual trabalhei foi *Acceptess T*<sup>53</sup>. *Acceptess-T* é uma associação sem fins lucrativos criada em 26 de junho de 2010 por Giovanna Rincon<sup>54</sup>. A associação nasceu do desejo de oferecer uma série de atividades para ajudar as pessoas transgêneros mais vulneráveis, como aquelas que exercem prostituição. Cada letra do nome da associação corresponde a uma palavra que define seu painel de ações: *Actions Concrètes Conciliant Éducation, Prévention, Travail, Égalité, Santé et Sports pour les Transgenres* – “Ações Concretas que conciliam Educação, Prevenção, Trabalho, Igualdade, Saúde e Esporte para Transgêneros”.

A associação tem como objetivo combater todas as formas de exclusão e discriminação relacionadas à identidade de gênero. Promove o reconhecimento das pessoas que se consideram transgêneros na sociedade, de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. De forma similar ao *PASTT*, o trabalho de *Acceptess-T* se estende à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Além disso, a associação está comprometida em facilitar o acesso ao sistema social e de saúde em geral, e especialmente para as pessoas em situação de prostituição. Ademais, promove o acesso à informação, formação, emprego, serviços públicos, cultura e atividades esportivas, a fim de promover a auto-estima das pessoas transgênero.

O objetivo inicial da associação era o de incluir as pessoas transgêneros na participação direta da associação, integrando-as nas equipes, com o fim de entender mais as problemáticas e as necessidades da comunidade trans no terreno:

“Na origem da associação, existe uma demanda que é: como garantir que a participação direta das pessoas envolvidas possa realmente ser uma estratégia de saúde ou uma proposição legislativa para melhorar as condições de vida das pessoas transgênero? O nosso objetivo era demonstrar que éramos suficientemente ‘especialistas’, por nossa própria experiência para acompanhar pessoas semelhantes na aquisição de seus próprios direitos e para participar da luta contra as discriminações. Em dezembro de 2010, participamos pela primeira vez no *Journée Mondiale de Lutte contre le Sida* - [Dia Mundial da luta contra a Aids]. E isso foi importante porque lutamos contra a Aids pelas

53 Para maiores informações, ver o site da associação: <https://www.acceptess-t.com/>

54 Giovanna Rincon é militante em favor dos direitos das pessoas trans gênero. Ela é co-porta-voz da Federação Trans e Intersex e do STRASS, diretora da associação *Acceptess-T*. Ver a sua biografia em [https://fr.wikipedia.org/wiki/Giovanna\\_Rincon](https://fr.wikipedia.org/wiki/Giovanna_Rincon)



peças trans que eram afetadas na primeira pessoa. Pela primeira vez, os usuários trans se mobilizaram em movimento autônomo para criar seu próprio projeto. Porque elas não têm mais vontade de que sejam os outros atores que as convidam, para fazê-las falar. Por esse era o nosso lugar, éramos as primeiras implicadas. E isso fez com que em todas as outras ações contra a Aids, criamos um espaço para pessoas trans.”(Funcionário de *Acceptess T*, dezembro de 2018, tradução da autora).

Essa narrativa revela a vontade dos próprios sujeitos envolvidos, as profissionais do sexo, as pessoas trans e as migrantes de formular suas próprias demandas, impor sua própria voz no debate público, sem serem manipuladas, instrumentalizadas ou ignoradas pelos atores públicos. O trabalho de *Acceptess T* demonstra um verdadeiro objetivo de integração comunitária, no sentido de que as pessoas trans se constituem não só como beneficiários das prestações de saúde, mas também como verdadeiros atores que se organizam em grupo para tomarem nas mãos o seu próprio destino e cuidarem da própria saúde sexual:

“Desde 2010, criamos vários projetos. Hoje temos a aprovação da agência regional de saúde que nos posiciona como representantes dos usuários do sistema de saúde. Essa aprovação é a conquista mais importante da nossa associação em termos de representatividade perante as autoridades de saúde, porque a partir de agora nossa voz tem um título e reconhecimento que nos permite não apenas participar, mas também advogar em certos tópicos, como a questão dos anti-retrovirais e terapias hormonais, do fortalecimento dos percursos de saúde para as pessoas transgênero, da hospitalização de pessoas trans e da luta contra a discriminação no sistema de saúde. E temos uma segunda aprovação que nos permite fazer os testes de despistagem diretamente. Então, passamos de beneficiários e acompanhantes, a autores de um centro comunitário de saúde sexual, onde pessoas que são afetadas pelo HIV poderão detectar sua própria comunidade. Podemos realizar o teste rápido e capilar do HIV tanto no local da associação como também fora. Isso significa que estamos autônomos, nos nossos equipamentos e na possibilidade de ir ao encontro das pessoas que possam estar contaminadas na rua e acompanhá-las.” (Funcionário de *Acceptess T*, dezembro de 2018, tradução da autora).

#### **4.3.2. O discurso não abolicionista sobre a prostituição e tráfico sexual**

##### **4.3.2.1. Uma terminologia desconstrutivista como meio de valorização das “profissionais do sexo”**

A abordagem crítica sobre migração, prostituição e tráfico sexual tem como objetivo evidenciar como a instrumentalização da imagem das migrantes prostitutas na Europa faz parte de uma estratégia discursiva que serve para legitimar a intervenção pública, especialmente em matéria de políticas

migratórias. Assim, de acordo com autores críticos, a agenda da luta contra o tráfico é instrumentalizada para servir os interesses dos países ricos que, em nome da proteção dos direitos humanos, visam livrar-se dos “indesejáveis”, isto é, as prostitutas e os clandestinos (Berman, 2003; Guillemaut, 2007). A associação *Cabiria* está alinhada com essa postura crítica de denúncia às agendas ocultas das políticas antitráfico, agendas estas que se articulam em torno de duas posturas: manter as prostitutas em seus países de origem, e bloquear a entrada do crime organizado (Jacsik, 2016).

Para os autores críticos é fundamental se distanciar de representações dominantes simplistas e uniformes da “vítima” traficada, desamparada e sem agência (Berman, 2003) em favor de descrições mais apropriadas e multifacetadas das questões da prostituição e do tráfico sexual. Esse movimento de desconstrução permite um distanciamento do “discurso de salvação” característico da retórica abolicionista, que retrata as migrantes prostitutas como vítimas passivas, pobres, ingênuas, enganadas e submetidas aos maus-tratos dos traficantes, abrindo assim o debate para visões alternativas que ressaltam sua autonomia e atuação política (Silva et al., 2014). Desta forma, *Cabiria* se recusa a participar da lógica de “vitimização” de mulheres e prostitutas migrantes das políticas anti-tráfico, reivindicando o status de “profissional do sexo”. *Cabiria* busca, acima de tudo, promover uma política pública de emancipação social e de cidadania das pessoas prostitutas diante de múltiplas violências institucionais, estatais, e das máfias. Assim, em vez de falar sobre as vítimas que sofrem, *Cabiria* pretende, antes de tudo, ajudar as mulheres a recuperar o controle de suas próprias vidas.

As ações de *Cabiria* são caracterizadas pelo desejo de desconstruir noções pré-estabelecidas de “vítimas de tráfico”, “redes de proxenetismo” ou “prostituta” (Jacsik, 2016). Essa abordagem deliberadamente desconstrutiva se reflete na constituição de uma nova gramática, que representa melhor o quadro em se inscreve as ações da associação.

Em primeiro lugar, o termo “vítimas de tráfico” foi excluído da gramática de *Cabiria* por causa de suas conotações negativas. De acordo com a associação, o termo “vítima”, além de ser restritivo e rígido demais para as mulheres, refere-se sobretudo à impotência, ingenuidade e incapacidade de agir sem proteção.

Portanto, esse termo é sistematicamente substituído pelo termo “mulheres”, designando-as, sobretudo, como pessoas e sujeitos de direitos. Em segundo lugar, *Cabiria* denomina as mulheres de "migrantes" ao invés de “imigrantes” para enfatizar o processo dinâmico da mobilidade. Por fim, o termo "prostituta" é substituído por "trabalhador do sexo”, desvinculando, assim, a prostituição de uma forma de identidade ou status, para correlatá-la à uma atividade ou um trabalho em si.

Em suma, a abordagem desconstrutivista de *Cabiria* visa abraçar as perspectivas das mulheres, entender suas trajetórias e suas "estratégias de vida", de modo a não reduzir a diversidade de situações individuais à categorias abrangentes como "vítimas" ou "tráfico". *Cabiria* destaca aqui a figura de uma mulher migrante autônoma, dotada do mesmo poder de autodeterminação que as prostitutas tradicionais.

Dessa forma, a questão da terminologia usada pelas associações é muito reveladora das suas posições ideológicas e políticas. Durante o meu trabalho de campo, já presenciei vários debates sobre a importância dos significados associados a cada palavra e sobre a necessidade de usar o repertório de vocábulos adequado aos princípios e posturas políticas dos atores associativos.

Se a postura política do *Le Bus des Femmes* é semelhante à da *Cabiria*, há pequenas diferenças no uso do vocabulário. Com efeito, os funcionários do *Le Bus des Femmes* preferem empregar o termo “prostituta”, mas invertendo a conotação negativa associada ao estigma, para transformá-lo em orgulho identitário. Se recusam de usar a palavra “trabalhadora do sexo”, na medida que a legislação atual não reconhece a prostituição como uma atividade profissionais e, conseqüentemente, não garante os direitos associados a qualquer outro tipo de trabalho. Nesse caso, eles acham incorreto falar de trabalho sexual:

“Então aqui na terminologia da associação, as ‘tradicionais’ são as mulheres que tem entre 40 e 77 anos. Elas sempre se autodenominaram ‘prostitutas’. Por exemplo, Melissa, ela tem 43 anos de trabalho e defende a ‘putanerie’ [“putaria”] com todas as suas forças. Elas falam: ‘Nós sempre nos chamamos de ‘prostitutas’, é assim. Depois, em relação ao termo ‘trabalhadoras do sexo’, há mulheres que dizem justamente que isso não as concerne. Porque o termo ‘trabalhadoras do sexo’ inclui atrizes pornô ou *strippers* que têm um verdadeiro status, elas são ‘intermitentes du spectacle’<sup>55</sup> [intermitentes do espetáculo]. Não é

55 Na França, o termo “intermittent du spectacle” designa um artista ou técnico profissional que trabalha para empresas de performance ao vivo, de cinema e de audiovisual, que se beneficia de subsídios de desemprego,

o caso das prostitutas. Quando as prostitutas não trabalham, elas não têm direito a nada. Mas bom, ao mesmo tempo, eu acho o termo ‘trabalhadora do sexo’ menos estigmatizante e mais dinâmico. Camille Cabral fez a proposta de usar a palavra ‘profissionais do sexo’. Mas para as abolicionistas, se falamos de ‘trabalho sexual’, elas não suportam”. (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

- Funcionário: “Aqui no *Bus des Femmes*, não gostamos muito de ‘trabalho do sexo’, no sentido exato da terminologia. Embora agora assinemos documentos oficiais que usam esse termo, antes, quando eu cheguei na associação, era fora de questão assinar um documento onde estava escrito ‘trabalho sexual’ ao invés de ‘prostituição’. Porque para nós era uma maneira de não dizer ‘prostituta’, na verdade. Nos consideramos que ser prostituta não é um insulto, mas bem a definição de uma forma de trocas econômico-sexuais codificadas.”

- Eu: “Mas o fato do termo ‘prostituta’ ser na forma passiva também me parece problemático, porque dá a impressão de que elas não são atores da sua profissão, não é?”

- Funcionário: “Então, ou você usa o verbo ‘se prostituir’. Ou ‘ser prostituída’. Não é a mesma coisa. Em relação à questão do tráfico, uma pessoa vítima de tráfico pode chegar a ser entendida como ‘ser prostituída’, em vez de ‘ser prostituta’. E, na realidade, não é tão passivo.” (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

#### 4.3.2.2. Críticas da visão dicotomística, moralista e homogeneizante das associações abolicionistas

Tanto os funcionários do *Bus des Femmes* como de *Cabiria* criticam as associações abolicionistas por veicular uma visão distorcida das prostitutas, retratando-as como “idiotas” ou “estúpidas”, que ignoram a própria condição de dominadas e os prejuízos físicos e psicológicos da prostituição. Denunciam também a visão essencialista da mulher propalada pelas feministas abolicionistas, que a associa à passividade, à delicadeza e à vulnerabilidade:

“Para mim, o discurso das abolicionistas é um discurso de violência simbólica, que diz: ‘É para o seu bem. Você é uma mulher, você tem que ser assim. Nós te protegeremos, impedindo que você se prostitua’. E mesmo quando explicamos para mulheres bastante inteligentes que existem mulheres que escolheram de própria vontade a prostituição, elas respondem: ‘Mas elas não sabem, elas não entendem’. Então isso significa que as vejam como completas idiotas! É completamente absurdo! E nós, da associação, somos considerados como pessoas anormais, que defendem os doentes mentais de Foucault, as prostitutas e as trans! Na verdade, o que precisamos é de leis costuradas à mão, porque não podemos resolver situações que não têm nada em comum. É terrível viver com o estigma de prostituta. Às vezes, tem pessoas trans que me dizem: ‘O olhar das pessoas me machuca muito, principalmente o das mulheres!’ E é verdade que as mulheres, quando passam ao lado delas, lançam olhares desdenhosos. No final das contas, essas prostitutas nos servem, à você, à mim e às outras mulheres não prostitutas, para nos sentir mulheres ‘boas’ e ‘honestas’. Porque, em última análise, elas representam exemplos para nunca imitar. Mas as dicotomias, como a prostituta e a virgem ou a prostituta e a mãe da família são falsas. Porque são todas mães.

---

de acordo com critérios de número de horas trabalhadas.

Quase todas têm filhos, são prostitutas e mãe ao mesmo tempo.” (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

“A representação que o *Mouvement du Nid* faz da mulher é de que a prostituição é uma violência contra ela. Para eles, por definição, a mulher é fraca, ela é feminina, ela é doce. Finalmente, todos os estereótipos que temos sobre as mulheres. Portanto, no esquema de pensamento deles, temos que proibir a prostituição para ajudá-las a se defender. Para as abolicionistas radicais, oferecer dinheiro para mulheres para fazer sexo é uma violência à sua condição. É como se elas não tivessem nenhuma forma de vontade própria e estivessem em uma situação de dominação total sobre a qual não teriam controle algum. Ou as consideram também como pobres idiotas. Isso, vemos mais com a *Amicale du Nid*. Há muito tempo, participávamos de um programa europeu organizado pela *Amicale du Nid*. Eles trabalhavam com uma associação ucraniana, chamada "Avenir Ukraine". A mulher desta associação, ela ia fazer prevenção em bares e boates na Ukraina, conversava com as jovens para dissuadi-las de virem à Europa para se prostituírem. E ela dizia claramente que era necessário fazer aquele tipo de prevenção porque as meninas eram estúpidas.” (Funcionário de *Cabiria*, dezembro de 2018, tradução da autora).

A posição das duas associações se alinham às posturas dos autores críticos e pós-coloniais, que denunciam, por sua vez, os discursos e as práticas de muitas feministas ocidentais em suas tendências de querer “salvar” ou “iluminar” as mulheres, especialmente as que provêm do Terceiro Mundo. Esses autores condenam os discursos dominantes ocidentais, que constroem uma imagem negativa da vítima traficada, enfatizando unicamente a sua inocência e a sua vulnerabilidade (Berman, 2003; Jahic & Finckenauer, 2005). Assim, o discurso abolicionista retrata a mulher traficada como negra, jovem, pobre, pouco educada, com situações familiares e sociais difíceis.

Outra característica dos discursos ocidentais anti-tráfico destacada pelo feminismo pós-colonial é a tendência a infantilizar as migrantes prostitutas (Doezema, 2004). Ao associar a imagem dessas migrantes à crianças, reforça-se a ideia de que o projeto de migração para a Europa com o objetivo de exercer a prostituição não poderia resultar de uma decisão madura, consciente e autônoma, mas sim de uma falta de juízo devido à idade das migrantes (Osborne, 2004). Comparar as migrantes prostitutas à crianças, irresponsáveis perante a lei, evidencia uma compreensão generalizada das mulheres imigrantes como ingênuas e incapazes de serem responsáveis por seu próprio destino a partir de critérios racionais. De acordo com esse argumento, essas mulheres, por serem facilmente manipuláveis, necessitariam de proteção e tutela por parte dos Estados. *Le Bus des*

*Femmes e Cabiria* pretendem se afastar do feminismo branco ocidental, que tendem a reduzir as trabalhadoras migrantes à uma categoria fixa e homogênea, com o fim de integrar a interseccionalidade e heterogeneidade nas trajetórias pessoais das migrantes trabalhadoras do sexo.

Em nossas sociedades, a prostituição tem uma forte conotação moralista que implica a estigmatização das mulheres por conta do ato de transgressão moral. Na prática, as migrantes trabalhadoras do sexo são submetidas a um olhar normativo moralizante por exercerem um trabalho considerado “sujo” ou “imoral” (Kempadoo & Doezema, 1998). Geralmente representadas como desviantes ou escravas sexuais pelos discursos feministas dominantes, as prostitutas são vistas como mulheres que negam a essência ou a moralidade feminina, e que, portanto, devem ser objeto de formas de controle específicas (Mayorga, 2011). De acordo com um funcionário do *Bus des Femmes*, o discurso abolicionista é um discurso moralista, uma vez que defendem visões conservadoras ou tradicionais no que se refere ao o corpo, à sexualidade e ao papel da mulher na sociedade:

“O feminismo branco, ocidental e maternal decretou que a prostituição era uma violência contra as mulheres. Houve um debate sobre a Lei de 2016, no canal C8, no qual participaram o porta-voz do STRASS, e um funcionário da nossa associação. Nos damos conta que os abolicionistas, pelo menos os que estavam presentes no debate televisivo estavam completamente fora do que está em jogo, abordando claramente uma posição moral. Disseram ao porta-voz do STRASS e nossa colega, que se prostituem: ‘você não estão conscientes do que vocês estão fazendo, vocês não estão cientes de que vocês são vítimas’. É muito estranho dizer para alguém ‘você não sabe o que está fazendo, você é vítima’. Isso me lembra um pouco os debates sobre o aborto. Eu penso que de qualquer forma, o corpo das mulheres é um campo de batalha no qual todos querem ter uma opinião, seja sobre o véu, a prostituição, a transição de gênero ou o aborto. Existe uma injunção feita às mulheres sobre tudo o que afeta o corpo e a sexualidade, que vai até sobre a maneira de se depilar. Existe um controle moral em muitos níveis. Mas essa injunção é paradoxalmente levada pelas feministas. O que divide as feministas hoje em dia são três coisas: o véu, a transição de gênero e a prostituição. São as mesmas feministas que se reivindicaram protagonistas do movimento de 68, que levantaram o slogan ‘é o meu corpo!’. Eles distorcem completamente esse slogan e colocam as mulheres em posição de vítima, no que diz respeito os debates sobre o véu e prostituição. E elas colocam as mulheres trans no papel de agressora porque as consideram homens disfarçados de mulheres para melhor atacar as mulheres. Mas, quanto ao véu e à prostituição, as abolicionistas as vitimizam, falando em seu lugar, as infantilizam, e, portanto, tentam ensinar para elas a boa moral.” (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

As associações não abolicionistas, portanto, criticam a tendência do feminismo radical e conservador promulgado pelos atores abolicionistas ao formularem injunções morais sobre as mulheres. De acordo com as associações, essa tendência divulgar um discurso maniqueísta que opõe a boa da má sexualidade, a boa da má relação ao corpo e mais geralmente o bom do mau comportamento feminino.

Também ressaltam o efeito perverso desse discurso dominante moralizante, que chega a ser interiorizado pelas prostitutas. O carácter difuso e desse discurso hegemônico faz com que o estigma da “puta” e o status de “desviante” são assimilados pelas próprias mulheres migrantes e as pessoas transgênero:

“A questão do trabalho sexual se tornou uma questão muito importante. Porque existe dentro da comunidade trans, migrantes e profissionais do sexo, o que eu chamo de ‘pornografia do drama’, que consiste em colocar para essas pessoas a responsabilidade de sair da prostituição para criar uma boa imagem das pessoas trans. Então, esse rótulo, de querer ser correta, é geralmente integrado pelas pessoas trans com um sentimento de culpa. O problema é que elas não percebem é que o que as leva a viver nessas condições é de fato estruturado pelas próprias instituições. Porque muitas vezes as pessoas trans que estão nesta situação estão convencidas de que prejudicaram sua família ao se tornarem trans. Eles acreditam que estão prejudicando a sociedade de modo geral, por estarem fora das normas de gênero. Muitas vezes, pensam que não ter um emprego é normal e, quando uma oportunidade mínima lhes é oferecida, elas vão idolatrar a pessoa que as emprega. Eles sofrem todas as formas de violência, se submetem a todas as formas de dominação e, assim, reproduzem o padrão de ‘pornografia do drama’, dizendo ‘obrigada por esse mínimo’, e se tornarão as próprias juízes daquelas quem não querem se submeter a esse sistema autoritário.” (Funcionário de *Acceptess T*, dezembro de 2018, tradução da autora).

Essa narrativa enfatiza o processo de culpabilização das pessoas que se prostituem ou que se se tornaram transgênero. A moralização das prostitutas e das pessoas transgênero conduz ao que o representante de *Acceptess T* chama de “pornografia do drama” - um fenômeno que as responsabiliza por sua precarização econômica e marginalização e social.

#### **4.3.2.3. A distinção entre prostituição livre e prostituição forçada: rumo a empoderamento das trabalhadoras do sexo autônomas**

A partir dos anos 2000, durante as saídas das equipes móveis na capital francesa, as animadoras da associação *Cabiria* se viram diante de um grande

número de mulheres migrantes provenientes da Albânia, Moldávia, Romênia e Kosovo. Em contraste com as búlgaras encontrados nas calçadas já no final dos anos 90, quase todas dessas novas migrantes estavam inseridas em redes de proxenetismo. Um debate interno surgiu para decidir se a associação deveria ou não prover apoio e cuidados às vítimas de tráfico. Após uma votação no conselho de administração, o estatuto da associação é alterado: do lema “trabalhar com e para prostitutas”, adicionou-se a missão de “lutar contra o tráfico de pessoas”. A associação introduz a distinção entre prostituição livre e prostituição forçada, no qual o tráfico cobre apenas a prostituição exercida sob coação de outros. Essa primeira distinção é acompanhada de uma outra diferenciação entre as “tradicionais”, ou seja, as francesas que exercem essa profissão sem qualquer forma de restrições ou controle, e as vítimas do tráfico sexual, assimiladas às estrangeiras arroladas em redes de proxenetismo (Jaksic, 2013, 2016).

A perspectiva do empoderamento é defendida por autores críticos e pós-modernos, que lutam para desconstruir o discurso hegemônico e fixo sobre o tráfico sexual e a prostituição, tal como defendido pelos autores abolicionistas. Esses autores se opõem à convergência entre prostituição transnacional e tráfico sexual, diferenciando claramente a prostituição autônoma e voluntária da prostituição forçada ou do tráfico sexual. A perspectiva do empoderamento das trabalhadoras do sexo vê as leituras da vitimização e da criminalização como dois mecanismos que ao invés de constituir uma solução para combater o tráfico sexual, apenas agravam as condições de precariedade e de vulnerabilidade das trabalhadoras do sexo. Esse aspecto é salientado por um agente da associação *Aceptess T*:

“Hoje na França, o trabalho sexual é um problema ideológico. As pessoas hoje estão presas em um paradigma ideológico, que é ‘se você quiser sair da prostituição, posso te ajudar a sair dela ou devo respeitar o fato de que você quer se prostituir?’ E, diante desse paradigma, na verdade encontramos várias estratégias de prevenção nos lugares de prostituição que são discordantes e que se opõem. Portanto, a pessoa tem que se adaptar a esses diferentes conceitos, como o da abolição da prostituição. Mas, na realidade, depois de passar por associações abolicionistas que vão fazer falsas promessas para elas, essas pessoas retornam aos nossos serviços. Entendem que essas associações não conseguem garantir a elas que saíam desta situação e veem que existe a outra estratégia que nós propomos para elas, que é a do respeito à situação de vida das pessoas. Nós estamos tentando fazer uma estratégia de empoderamento, ajudando-as a não cair na culpa e no processo de vitimização. Porque existe um sentimento de culpa



muito forte na vida das pessoas que se prostituem, elas se sente culpadas porque prejudicam as suas famílias, porque escondem o fato de ser prostituta, porque elas se sentem sujas. Há toda uma série de coisas integradas, interiorizadas e normalizadas, às vezes com violência. E muitas vezes as pessoas que sofrem agressões têm a impressão de que essa violência faz parte do risco do trabalho do sexo. Até consideram normal ter a cara quebrada ou o ombro desmontado, ter sido esfaqueado três vezes ou ter sido baleada no país antes de chegarem na França. Hoje, estamos tentando impedir que as trabalhadoras no sexo se sintam culpadas, mas sim bem empoderadas sobre essas questões. O que aconteceu com Vanessa Campos é bastante revelador. Hoje as trabalhadoras do sexo tentam denunciar coisas, que antes negligenciavam. O primeiro cara que veio me cuspir na cara ou me dar uma cabeçada, eu não dizia nada. Eu tinha o olho roxo, mas não fazia nada, esperava 5 dias, colocava maquiagem e continuava trabalhando, chupando escondendo meu olho com meu cabelo. Eu acho que hoje as meninas não querem continuar sendo passivas. Hoje há uma cobertura da mídia que permite que elas sejam mais consideradas.” (Funcionário de *Acceptess T*, dezembro de 2018, tradução da autora).

Nesse sentido, há um posicionamento radicalmente novo aqui: ao invés de serem tratadas como “vítimas” ou “criminosas”, a leitura do empoderamento reivindica a imagem das migrantes trabalhadoras do sexo como “sujeitos autônomos”, autodeterminados e capazes de negociar, concordar, mas também de se oporem conscientemente e transformarem as relações de poder nas quais estão inseridas.

#### **4.3.2.4. Novas soluções políticas? Da regulamentação do trabalho do sexo à implementação de cooperativas de trabalhadoras do sexo**

A posição dos atores não abolicionistas parte do constato que, no contexto atual em que não há verdadeira emancipação e liberalização sexual da mulher, a prostituição fica um fenômeno inelutável. Enquanto as relações entre os homens e as mulheres não ficarem mais iguais e equilibradas, e enquanto a sexualidade das mulheres ficar subjugada, não há possibilidade de erradicação da prostituição:

“Quantas vezes eu disse aos deputados: ‘vocês podem votar em qualquer lei que quiser, sempre haverá prostituição’. Eu não a valorizo, não a incentivo, mas é assim. Em nossa sociedade, existe essa necessidade, ela é expressa claramente. Não estamos em uma sociedade em que tudo está bem sexualmente, não somos liberados sexualmente, não é verdade. Hoje talvez podemos falar mais sobre práticas que não falávamos antes, mas no geral, estamos ainda em uma sociedade reprimida”. (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

Ademais, as tentativas de repressão da prostituição de rua são vistas pelos atores não abolicionistas como medidas hipócritas que, ao invés de abolir o

fenômeno, apenas contribuem em escondê-lo e afastá-lo dos bairros onde moram as classes médias e burguesas:

“Os anti-prostituição, eles sonham de um mundo no qual a prostituição seria completamente invisível. Para que os ‘bon bourgeois’ [bons burgueses] possam enganar as suas mulheres, mas em lugares muito discretos, para que a sexualidade seja totalmente trancada e não exibida no espaço público. Portanto, não há salões de massagem, nem anúncios acessíveis às boas burguesas. Tipo zero visibilidade. É daí que vem a repressão da prostituição, das pessoas que vão reclamar constantemente.” (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

Dito isso, segundo a opinião pessoal de um funcionário da associação *Le Bus des Femmes*, a possibilidade de trocas sexuais fora do contrato oficial do casamento ou do contrato moral do “casal” apresenta um carácter securitizador, não apenas para as profissionais do sexo, mas também para os clientes:

“Por que querem abolir a prostituição? Pessoalmente eu acho que tem um aspecto seguro e reconfortante de poder solicitar prestações sexuais particulares para alguém que é profissional e que esse serviço esteja em uma estrutura contratual não vinculativa, para além do casamento ou do relacionamento de casal, que seja para os homens ou para as mulheres.” (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

Perante a situação atual de impraticabilidade de abolição da prostituição, os atores não abolicionistas propõem soluções políticas que favorecem o estabelecimento de regras que regem as prestações sexuais realizadas pelas trabalhadoras do sexo. Um funcionário do *Bus des Femmes* comentou sobre esse aspecto que, se acontece uma regulamentação da prostituição tal como é instaurada na Holanda, na Alemanha ou na Espanha, isso por si só não permite diminuir o tráfico e a exploração sexual pelas redes de proxenetismo; na verdade, isso contribuiu, pelo menos, à redução da exposição das trabalhadoras do sexo à violência por parte dos clientes:

- Eu: “E o que você acha do sistema de prostituição na Holanda?”  
- Funcionário: “O problema com a Holanda é que o regulamentarismo não impede o tráfico. Porque o problema é que as redes conseguem muito bem obter documentos para meninas. As meninas estando sob o controle das redes presas, os cafetões falam para o que dizer e o que fazer para conseguir papéis. Mas eles continuam recolhendo o dinheiro delas. No distrito vermelho de Amsterdã, as meninas nas vitrines acabam dizendo ‘quando eu vim para a Holanda, no começo eu pensei que ia a ser dançarina’ Então para mim a mensagem fica clara: há mulheres nas vitrines que estão arroladas em redes. Na Alemanha e na Espanha também. Nas casas fechadas dos países regulamentaristas também há um problema de tráfico de seres humanos.”

- Eu: “Mas, por outro lado, elas estão globalmente menos expostas à violência, não é?”

- Funcionário: “Sim, é verdade. Fomos ver uma ex-colega, que agora é diretora de uma associação equivalente à nossa em Genebra, e ela nos contou, rindo, que em Genebra os problemas de violência eram do tipo ‘ela me roubou uma coisa minha!’. É certo que não é o mesmo nível de problemas que nós temos na França. Então, sim, eu diria que diminui a violência dos clientes, simplesmente porque existe uma estrutura legal e um controle efetivo. É claro que quando você penaliza um setor de atividade, inevitavelmente atrai o crime organizado. Seja droga ou prostituição, é apenas uma consequência lógica de um novo mercado que o crime organizado tenta explorar.” (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

Em contraste com os agentes do *Mouvement du Nid*, que argumentam que os regimes regulamentaristas atraem as redes de proxenetismo e aumentam exploração sexual, os atores não abolicionistas acham que a regulamentação da prostituição poderia ter um efeito de desestimulante para o crime organizado. Discordam com a lógica abolicionista segundo a qual a prostituição e o proxenetismo seriam dois fenômenos que seguem o mesmo movimento de expansão ou diminuição. Pelo contrário, de acordo com a visão não abolicionista, regulamentar o mercado sexual provocaria um efeito de diminuição dos lucros associados ao mercado ilegal da prostituição.

Porém, para uma agente do *Bus des Femmes*, mais do que a regulamentação da atividade prostitucional, a melhor solução política seria a de abertura de casas gerenciadas por cooperativas de trabalhadoras do sexo. O modelo da Nova Zelândia é indicado como exemplo de legislação que permite às profissionais do sexo de se organizarem de forma horizontal entre elas, evitando assim a instauração de relação hierárquica entre as antigas e as novas ou entre mães cafetinas e filhas:

- Eu: “E o que você acha que devemos fazer, quais as são suas recomendações?”

- Funcionário: “Então, acho que são as principais interessadas que podem responder. Eu só posso responder de uma forma extremamente pessoal. Para mim, um dos melhores sistemas é o da Nova Zelândia, que legislou sobre essa profissão. Hoje é considerada como qualquer profissão. Essa lei permitiu que as mulheres se unissem, porque a solidariedade é muito importante, para que elas possam investir em casas. Mas não são bordéis, são casas autogerenciadas pelas trabalhadoras do sexo. Portanto, não há nenhuma mãe cafetina que administra os bordéis. As mulheres são realmente independentes. E a Nova Zelândia é um dos únicos países que tem zero caso de prevalência de HIV desde três anos. Eu acho que é uma boa opção, mas bom, essa é a minha posição pessoal.” (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

Logo, esse modelo deixaria as mulheres livres para decidirem sobre suas tarifas e condições de trabalho, sem a interferência de um terceiro, o que diminuiria o tratamento de seres humanos para fins de exploração sexual.

### **4.3.3. Práticas regulamentaristas no atendimento às trabalhadoras do sexo**

#### **4.3.3.1. Horizontalidade, respeito da vida privada e adaptação às necessidades do público atendido**

A forma de trabalho das associações não abolicionistas se distingue das práticas das associações abolicionistas. Em primeiro lugar, as associações não abolicionistas atendem um público mais amplo do que as associações abolicionistas, uma vez que incluem todas as pessoas prostitutas, independentemente do status de vítima ou não, ou da vontade de sair da prostituição. Contrariamente ao *Mouvement du Nid* e a *Amicale du Nid*, a assistência não é restringida às vítimas de tráfico ou de exploração sexual, ou as prostitutas que estão engajadas em um percurso de saída da prostituição, mas abrangem os cuidados a todas trabalhadoras do sexo que exprimem necessidades sociais ou médicas. Assim, o auxílio proposto não é condicionado por critérios discriminantes e moralizantes.

Por exemplo, para os funcionários do *Bus des Femmes*, a atualidade ou não da prostituição não é um critério de atendimento, pois se adaptam a particularidade de cada pessoa e procuram encontrar soluções no caso a caso. Para eles, as solicitações de auxílio devem provir das próprias trabalhadoras do sexo:

"Aqui somos realmente uma associação comunitária. Muitos de nós já foram ou ainda são profissionais do sexo. Então, estamos no 'não julgamento' total. Eu me enquadrando no pedido da menina. Se a garota que está na minha frente me diz: 'Eu só quero aulas de francês, mas quero continuar trabalhando na rua porque não me vejo trabalhando como funcionária', não tem problema. Se a garota que me diz: 'Estou cansada de estar na rua porque é muito violento. Eu preciso de um contrato', tudo bem, então vamos lá! Estou aqui apenas para acompanhar as pessoas, não estamos aqui para não fazer uma lavagem cerebral ou tentar convencê-las de qualquer coisa que seja, simplesmente seguimos seus pedidos. Nós somos uma associação não abolicionista e não moralizante, consideramos que nos permite atingir uma população muito maior, ou seja, tanto aquelas que querem parar a prostituição como as que querem continuar. E é isso que nos permite identificar as pessoas que são traficadas, porque geralmente elas não têm a opção de parar, elas são forçadas. Nós consideramos que a única solução política válida e realista. Porque as associações como a *Amicale du Nid*, que recebem unicamente as mulheres que realmente pararam a prostituição, não terão

vítimas de tráfico, a menos que tenham escapado, que arriscam suas vidas e a vida das suas famílias para chegar até o local deles. E isso é muito raro." (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

Essa forma de “horizontalidade” e “não julgamento” também se reflete na maneira pela qual a equipe associativa atende às mulheres na rua. Ao invés de adotar uma posição paternalista, os funcionários associativos do *Bus des Femmes* não invadem a privacidade das trabalhadoras do sexo e não tentam controlar seus comportamentos:

“Nós não fazemos ‘maraude’<sup>56</sup>. Eu não gosto das pessoas que usam essa palavra, porque na origem, as ‘maraudes’ eram associadas às equipes do Samu social ou da cruz vermelha, que iam procurar os sem tetos na rua. No nosso caso é bem diferente, nós sabemos onde as mulheres estão. Quando alguém nos informa de que há uma nova pessoa num lugar, fazemos um pequeno desvio. Para nós, os momentos do ônibus devem ser conviviais, somos flexíveis na organização do trabalho: se ela não quiser conversar, é super-rápido, mas se ela quiser conversar, podemos demorar uma hora. Nós não obrigamos elas a nada, não vamos dizer para elas ‘Senta aqui, fica lá, não se mexe, desliga o seu telefone’, coisas que existem em outras estruturas. Se a garota quer sair do ônibus porque o telefone dela está tocando, ela faz o que quiser; se ela está envolvida numa rede de proxenetismo e é cafetão dela a liga, tanto faz. E é isso que nos permite instaurar uma relação de confiança.” (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

O ônibus de prevenção da associação circula quatro dias e noites por semana em locais de prostituição na região de Paris. Uma equipe multidisciplinar sai para encontrar as pessoas que se prostituem diretamente em seu local de atividade e implementam ações de promoção de saúde global. Os modos de prevenção se adaptam às situações e problemáticas específicas relatadas pelas próprias pessoas. No local da associação, profissionais como enfermeiras, assistentes sociais, mediadoras culturais, professora de francês, responsável do polo “trata” ou da reinserção profissional estão à disposição das trabalhadoras do sexo para responder às demandas, que seja no âmbito jurídico, administrativo, medical, social, laboral ou linguístico. Escutamos a fala do agente responsável da reinserção profissional sobre as missões da associação:

“Temos uma equipe no ônibus que faz as rondas nas ruas para entrar em contato com as pessoas que trabalham na rua. É um motorhome adaptado para que as meninas possam subir, para se aquecer um pouco no inverno e para criar um

56 O termo “maraude” é usado na linguagem oral para definir o trabalho de equipes móveis de assistência social e médica, que serpentam as ruas na procura de moradores de rua.

espaço acolhedor, para liberar a fala. Preservativos e géis são distribuídos para quem precisa. As vezes a equipe de saúde nos acompanha nas rondas, sejam médicos, ginecologistas ou enfermeiras para fazer teste de rastreio e conversar sobre contracepção. Podemos também fazer orientações diretas, ou seja, as meninas no terreno marcam encontro direto com os agentes no local. Informamos a elas também sobre seus direitos. Na sede, temos dois assistentes sociais, uma no polo de saúde e uma no polo de tratamento de seres humanos. E uma professora de francês. E eu estou no meio, pelas pessoas que querem se reorientar, trabalho na parte da .... ‘reinserção profissional’. Não gosto dessa palavra ‘profissional’ porque elas já são profissionais. Mas é para ter um complemento de trabalho ou para mudar de profissão. Sou responsável pela inserção profissional. Em geral, existem dois cenários: ou a menina não tem papéis e eu envio elas de volta às aulas de francês até que possam ser regularizadas, ou elas têm papéis e, nesse caso, vamos procurar as ofertas de trabalho e de formação. Se elas são vítimas de tráfico, elas têm status de refugiados e, portanto, têm direito ao *Revenu de Solidarité Active*<sup>57</sup> (RSA). Mas se elas querem um salário em tempo integral, aplicamos e mandamos as candidaturas. Se a garota não fala francês muito bem, o que funciona mais rápido é ser empregada doméstica. Eu explico para elas as posturas físicas para elas não quebrarem as costas, porque as doenças profissionais relacionadas a esse trabalho são terríveis. E funciona bem. Mas geralmente, depois de seis ou oito meses, elas voltam a lágrima nos olhos, dizendo ‘é muito difícil, eu não posso mais’, o que eu entendo muito bem. É o que faz elas se darem conta de que precisam do francês. Então, elas me dizem ‘eu quero parar, eu quero ir para a aula de francês’. E isso é bom, porque depois de dominar o francês, elas poderão trabalhar em muitas outras coisas. Eu tenho quase todas as profissões, de secretária a ajuda médico-psicológica, passando por empregos como vendedor ou contador, etc. Leva tempo, mas quando nos dedicamos a isso, pode resultar em verdadeiros projetos. (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

#### **4.3.3.2.A identificação das vítimas de tráfico: discernir à violência e à coerção na determinação**

Quando uma pessoa é passível de ser designada como vítima de tráfico, ela é direcionada para o coordenador do *Bus des Femmes*. Este último realiza uma primeira classificação visando determinar se houve uso de violência ou coerção, ou se a situação da pessoa corresponde à de uma vítima de tráfico. Se a pessoa entra nesse caso, ela é direcionada ao responsável do polo “trata”, que assume o acompanhamento da pessoa junto a prefeitura ou serviços policiais.

A criação da função de coordenadora da “trata de seres humanos para fins de exploração sexual” em 2004 confirma a distinção feita pela associação entre prostituição livre e forçada. O agente desse polo “trata” está responsável de uma ampla gama de atividades: participação a identificação de vítimas de tráfico na via

57 O *Revenu de Solidarité Active* (RSA) - renda ativa de solidariedade - fornece às pessoas sem recursos um nível mínimo de renda que varia de acordo com a composição da família. Para maiores informações acessar <https://www.service-public.fr/particuliers/vosdroits/N19775>

pública, realização de entrevistas regulares com as pessoas vítimas no local, mobilização de estratégias de emancipação e acompanhamento para o acesso aos direitos específicos das vítimas de tráfico, como o apoio médico e psicológico, a proteção da acomodação, a proteção administrativa (Artigo 316-1 ou asilo) e penal (testemunho, denúncia, parte civil):

- Eu: “Como você distingue entre as meninas traficadas e as que não o são e como a associação acompanha as que são vítimas do tráfico de pessoas?”

- Funcionário: “É um trabalho que é feito de acordo com os elementos que as pessoas nos trazem. Tem mulheres vêm aqui falando diretamente de tráfico. Portanto, se elas querem mobilizar os direitos judiciais, nós as ajudamos com o procedimento. Mas os fatos do tráfico são caracterizados pelo código penal, então se entra nos atos reprimidos pelo código penal, eles podem apresentar uma denúncia. Mas não somos nós que caracterizamos os fatos, é o Tribunal. Se tem mulheres com problemas com pessoas que extorquem o seu dinheiro ou as forçam a trabalhar, nós perguntamos a elas se desejam fazer uma denúncia. Mas não vamos resolver esse problema para elas. É a polícia que pode ajudá-las. O que sim podemos fazer, é marcar uma data e um horário e acompanhá-las à delegacia se tiverem medo de ir sozinhas.” (Funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

Desta forma, o *Bus des Femmes* serve de intermediário para pôr as vítimas em relação com as instituições estatuais e acompanhá-las nos procedimentos jurídicos e administrativos juntos como os serviços da prefeitura e serviços de polícia. A associação facilita a ligação com os outros dispositivos de proteção implementados pelo Estado. Nesse sentido, as missões de proteção administrativa e penal funcionam com base numa estreita colaboração com as *Brigades de Répression du Proxénétisme* (BRP), o *Office Central pour la Répression de la Traite des Etres Humains* (OCRTEH) e os serviços da prefeitura:

“- Eu: “Como se desenrola o acompanhamento com as pessoas com que vocês acham que foram forçadas ou constrangidas a se prostituírem?”

- Funcionário: “Então, as colocamos em relação com a *Brigade de Répression du Proxénétisme*, para que as mulheres possam apresentar uma denúncia contra as pessoas que as obrigam a se prostituir. Há um dispositivo na França que se chama *Ac.Sé*<sup>58</sup>, que abriga as vítimas que correm o risco de se encontrarem de novo as pessoas que denunciaram na rua ou no metrô. Então, são enviadas para uma outra cidade na da França, em um lugar em que estejam seguras. Então, há um acompanhamento de A a Z, do afastamento geográfico até a obtenção dos papéis, as formações profissionais e o acesso ao trabalho. Existem muitas etapas no acompanhamento das vítimas realizado pelo *Bus des Femmes*: existe o programa

58 O dispositivo National Ac.Sé, como *Accueil Sécurisant* - “Acolhimento Securizador”, é uma medida de proteção das vítimas do tráfico na França. Nascido em 2001, o seu objetivo é proteger as pessoas vítimas de tráfico de pessoas que estão em perigo localmente, que propõe a recepção e acompanhamento baseado no afastamento geográfico, bem como animar um centro destinado a todos os serviços ou intervenientes em contato regular ou ocasional com as vítimas. Para mais informação, acessar a página [http://www.allier.gouv.fr/IMG/pdf/alc\\_-\\_guide\\_identifier\\_accueillir\\_accompagner\\_les\\_victimes\\_de\\_traite.pdf](http://www.allier.gouv.fr/IMG/pdf/alc_-_guide_identifier_accueillir_accompagner_les_victimes_de_traite.pdf)

de detecção das vítimas, chamado “*Patience*” [“Paciência”], depois o programa de denúncia, que se “*Joy*” [“Alegria”] e uma vez que elas têm os papéis, tem o programa chamado “*Victoire*” [“Vitória”]. Eu, estou responsável do programa “*Victoire*”: depois delas terem denunciado seus proxenetas, obtido seus papéis e ficarem em lugar seguro, nesta altura podemos trabalhar no que elas querem fazer na vida e para onde elas querem ir.” (funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora)

Esse “enquadramento” da atividade prostitucional tem implicações importantes em termos de identificação dos indivíduos. Aqui, apenas as prostitutas coagidas são susceptíveis de serem qualificadas como vítimas, uma vez que é o uso de violência e coerção que determina a qualidade da vítima. Portanto, não é a natureza da atividade mas as suas condições da sua prática que determinam o acesso ao status de direito (Jacsik, 2016). Nesse sentido, é possível ter escolhido a prostituição e, ao mesmo tempo, ser qualificada como uma “vítima” do tráfico, em termos das condições de trabalho. Ao contrário do *Mouvement du Nid* e da *Amicale du Nid*, a associação não exige o abandono formal da prostituição como condição de acesso aos direitos. Como já mencionei, a prioridade do *Bus des Femmes* é identificar, em primeiro lugar, as necessidades das pessoas, tanto em termos de proteção quanto em termos de cuidados social e médico.

A ação do *Bus des Femmes* está, portanto, situada no presente, visto que cobre as necessidades do presente. Privilegiar o atendimento de acordo com as necessidades das pessoas é inerente à condição particular das vítimas de tráfico. Cabe aos funcionários da associação avaliar qual das necessidades expressas pelas trabalhadoras do sexo corresponde à condição de uma vítima de tráfico:

- Eu: “Como você identifica quando se trata de Tráfico sexual ou não?” -
- Funcionário: “Então, obvio que é complicado. Existem muito poucos casos em que a menina chega dizendo “Sou forçado a me prostituir”. Já está aconteceu, mas é muito raro. Hoje, após a crise migratória de 2015, a grande maioria das pessoas forçadas a se prostituir vem da Nigéria. Portanto, ao longo dos anos que desenvolvemos uma *expertise* e temos duas animadoras da comunidade nigeriana que nos apoiam.”
- Eu: “Mas como você cria os perfis, avalia as necessidades e as encaminha para os diferentes procedimentos?”
- Funcionário: “São as mediadoras culturais que fazem a avaliação. Depende das pessoas que vem e do tipo de pedidos que elas tem. Por exemplo, com a população nigeriana, que é muito importante em Paris e muito afetada pelo tráfico, as mediadoras culturais vão abordar a questão da exploração rapidamente. Então, se a questão não vier da própria pessoa, a mediadora cultural espera um pouco, e depois de algumas entrevistas, abordará a questão, porque é um pouco sistemático. Se os problemas ainda são atuais, haverá um trabalho com as pessoas para saber o que eles querem fazer e se elas querem mobilizar seus direitos.



Portanto, as mediadoras fazem muito trabalho de informação sobre os direitos das pessoas. *Le Bus des Femmes* é uma porta de entrada, na verdade. Informamos as pessoas sobre os dispositivos, e ao final das contas são elas as que decidem de entrar nos procedimentos. Mas, de fato, o trabalho social é isso, é o de dar acesso aos dispositivos de forma básica.”” (conversa com um funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

#### 4.3.4. Relações entre atores regulamentaristas e os outros atores institucionais

##### 4.3.4.1 Interação com os atores abolicionistas

Apesar da fratura política e ideológica que separam as associações abolicionistas das associações não abolicionistas, ambos atores podem ser levados a colaborar no terreno. Se na teoria os posicionamentos, interesses e objetivos em relação à prostituição divergem, a finalidade prática das suas missões é a mesma: auxiliar as pessoas prostitutas e as vítimas de tráfico sexual:

- Eu: “E quais são suas relações com a *Amicale de Nid*, o *Mouvement du Nid* ou outras associações abolicionistas?”

- Funcionário: “Bem, oficialmente nos odiamos, porque não temos as mesmas posições. Mas na prática é mais matizado, porque com os funcionários ou voluntários da *Amicale de Nid* ou do *Mouvement du Nid* não estamos aqui para fazer guerra, estamos aqui para garantir que as mulheres estejam seguras. Então, eu, no polo “formação e emprego”, uso regularmente um dispositivo da *Amicale du nid*, que se chama “*les ateliers Dagobert*”<sup>59</sup> [as “oficinas Dagobert”]. A *Amicale du nid* conseguiu criar uma parceria com uma fábrica de papel, que têm um status que lhes autoriza a pagar mulheres sem documentos, o que permite para estas mulheres parar de se prostituir. Mas é só para as mulheres que realmente querem, não estamos lá para forçar as mulheres a parar a prostituição. Mas para as mulheres que realmente querem parar e não têm papel, pelo menos, elas têm essa opção. E na verdade as nossas relações são muito boas, pelo menos comigo, porque o chefe da oficina não está em uma postura política, ele está aqui para trabalhar, para entregar encomendas para grandes empresas. E ele está lá para ajudar as pessoas. Então, quando nos vemos, não falamos sobre política. O mais importante tanto para ele como para mim é poder dizer que tal pessoa ou tal outra tem um salário, até que possa ser regularizada.” (conversa com um funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora)

Assim, as guerras morais e políticas podem chegar a ser ultrapassadas pelas ações concretas de ajuda e proteção das pessoas prostitutas.

##### 4.3.4.2 Interações com as autoridades policiais

59 Para maiores informações das suas atividades, ver [http://atelierdagobert.com/index.php?id\\_cms=4&controller=cms](http://atelierdagobert.com/index.php?id_cms=4&controller=cms)

De acordo com um agente do *Bus des Femmes*, as relações da associação com a polícia são geralmente cordiais: cada um tenta atingir seus próprios objetivos, aceitando o fato de que a inter-relação é obrigatória e as próprias ações são restringidas pelos limites das do outro:

- Eu: “E como são a suas relações com a BRP?”
- Funcionário: “Está bem. Não é tão ruim assim. Faz muito tempo que trabalhamos com eles, então entendemos os limites de suas ações e acho que eles também entendem os limites das nossas. As vezes não concordamos, nesses casos, nos dizemos que não concordamos e tentamos trabalhar nesses pontos de desacordos.” (conversa com um funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora)

Assim, no que diz respeito ao objetivo de dismantelar as redes de proxenetismo ou prender os clientes violentos, as associações elogiam o trabalho das forças policiais, como é o caso de um agente da associação *Cabiria*:

“Uma vez, a polícia veio nos dizer que houve agressões de mulheres romenas e nos perguntou se conhecíamos essas mulheres. Eles nos disseram "faz três vezes que prendemos o cara, sabemos que é ele, mas como não houve nenhuma denúncia, não podemos guardá-lo. Portanto, se vocês os conhecem estas mulheres, falam para elas que venham registra uma denúncia contra ele, porque não queremos liberá-lo". Bom, no caso desses policiais, eram caras que faziam um bom trabalho.” (Funcionário de *Cabiria*, setembro de 2018).

Se as relações entre as associações não abolicionistas e a polícia se mantêm boas quando o alvo comum é os proxenetas ou os clientes violentos, as relações se degradam quanto se refere ao tratamento das prostitutas migrantes na rua. Nesse caso, os dois conjuntos de atores entram em oposição. Um agente da associação *Cabiria* acusa os policiais que patrulham nas vias públicas de perturbam a propósito às mulheres que exercem a prostituição de rua:

- Funcionário: “Ultimamente, havia um policial que fazia uma mulher cagar na estrada, a qualquer hora do dia ou da noite. Ele dizia para ela “Sai daqui, você não tem direito de trabalhar aqui!”. Ela era uma mulher Ganense. As Ganenses foram as primeiras mulheres a serem deportadas quando colocaram os estatutos municipais.”
- Eu: “E quando vocês vêm que abusos por parte da polícia contra as mulheres na rua, qual são as suas reações? Vocês se interpõem? Como vocês se comportam com as polícias nesses casos?”
- Funcionário: “As vezes se reagimos pode se tornar em uma faca de dois gumes. Na verdade, esse é o problema. Pode acalmá-los se eles perceberem que estamos cientes das suas práticas, mas também pode irritá-los e piorar a situação. De qualquer forma, eles dirão que não fizeram nada disso, que as meninas não entenderam nada. Então às vezes pode acalmá-los, às vezes pode exasperá-los ainda mais.” (Funcionário de *Cabiria*, setembro de 2018).

Como já vimos, as associações são levadas a estabelecer relações de confiança com os serviços de policiais e das prefeituras, que passam pela constituição de “bons dossiês”. Assim, devem selecionar os dossiês com maior probabilidade de sucesso, para garantir a seriedade e a credibilidade das suas instituições.

No entanto, a prudência, a paranoia e a suspeita no que diz respeito ao risco de “desvio de procedimento” são partes integrantes das relações de interdependência que vinculam as associações à polícia ou aos serviços da prefeitura:

- Eu: “E as relações com a polícia, como são?”

- Funcionário: “Durante um tempo, eles não quiseram ver as meninas menores de idade que veíamos durante as rondas de ônibus. Nós realmente tivemos que assediá-los para que eles reconhecessem que essas meninas eram menores de idade, apesar da idade indicada em seus recibos de pedido de refúgio. Mas não são os mesmos serviços policiais que colocam multas para as prostitutas tradicionais que estão em vans na rua. Portanto, é difícil falar sobre a polícia em geral. Mas, de forma geral, as relações com a BRP para a proteção das vítimas de tráfico, está ok, está indo bastante bem.” (funcionário do *Les Amis du Bus des Femmes*, dezembro de 2018, tradução da autora).

“Ultimamente, tivemos muitos problemas com a BRP, principalmente por causa dos papéis para as mulheres nigerianas. Porque a OFPRA ou a CNDA<sup>60</sup> antes queriam que a história fosse coerente e tudo mais. Depois, eles queriam evidências de que as mulheres tinham apresentado denúncias contra seus proxenetas ou rede de tráfico. E agora eles querem a cópia da denúncia. E a BRP eles não queriam dar a cópia das denúncias a algumas mulheres nigerianas, porque quando elas veem a polícia na rua, mesmo que possuam recibos de pedido de documentos, elas fogem. Então para puni-las, eles decidiram dar as cópias das denúncias somente quando tivessem decidido. Como resultado, eles bloquearam o processo de obtenção de papéis. Nós fomos lá várias vezes para tentar desbloquear a situação. Tentei conversar com o chefe da BRP, que me disse: “Não estamos aqui para dar papéis para as pessoas, de qualquer forma, as meninas nigerianas, todas querem registrar denúncias, mas é tudo besteira o que elas contam.” Então os policiais não querem registrar as denúncias das mulheres porque dizem que os relatos delas são todos falsos. Algum tempo atrás, nós tínhamos acompanhado duas mulheres para registrar denúncias para ter os documentos. Mas as mulheres não querem necessariamente denunciar seus maridos. A maioria só quer ter papéis. Então estão prontas para contar suas próprias histórias ou qualquer outra história para conseguir papéis.” (funcionário de *Cabiria*, dezembro de 2018, tradução da autora).

A suspeita de desvio de procedimento pelos serviços policiais e da prefeitura conduzem os agentes policiais a adotar práticas discricionárias, para

60 A *Cour Nationale du Droit d'Asile* (CNDA), é um tribunal administrativo especializado que decide em primeira e última instância os recursos contra as decisões do *Office français de protection des réfugiés et apatrides* (OFPRA). Para mais informação ver <http://www.cnda.fr/>

entravar os processos judiciais e administrativos de emissão dos títulos de residências provisórios. O acesso aos direitos é concedido de modo arbitrário e discricionário pelas autoridades policiais, no caso a caso, dependendo do comportamento das pessoas e de suas nacionalidades, em vez de respeitar a aplicação universal da lei para todos. Atrás desta tendência, o objetivo dos atores de segurança é o de dificultar os processos de regularização das pessoas migrantes e assim desincentivar a chegada de estrangeiras no território francês.

A lógica humanitária inerente ao trabalho social das associações de auxílio às pessoas prostitutas e vítimas de tráfico e exploração sexual se depara com a lógica de controle associada aos serviços policiais. A introdução da lógica judicial no cuidado social dos indivíduos tem como efeito o estabelecimento de relações que oscilam entre cooperação e oposição.

É com os serviços da prefeitura que as tensões atingem seu paroxismo. A atribuição de títulos de residência está, por definição, sujeita a suspeita de não autenticidade e de desvio do procedimento. Essa suspeita é ainda maior quando se trata de uma associação que defende a destigmatização da prostituição, como é o caso do *Bus des Femmes*, de *Cabira*, do *PASST* ou de *Acceptess T*. Nesse sentido, a perspectiva comunitária constitui um estigma que os agentes das associações não abolicionistas devem superar, apresentando um número limitado de pedidos.

Neste quarto capítulo, realizei uma análise dos discursos ideológicos e das práticas profissionais dos diferentes atores públicos concorrentes que governam as migrantes brasileiras trabalhadoras do sexo na França. Apresentei os discursos e as práticas dos atores de segurança, dos atores abolicionistas e dos atores não abolicionistas, apontando para seus respectivos interesses, considerações morais e objetivos profissionais, eventualmente opostos entre si. Em suma, demonstrei em que medida as políticas de controle das mobilidades das trabalhadoras do sexo e de regulação da prostituição na França são resultado de tensões e disputas políticas entre atores concorrentes, que defendem discursos ideológicos e práticas profissionais divergentes.

No próximo capítulo, focaremos nas “economias morais” das trabalhadoras do sexo brasileiras nas cidades de Paris, Lyon e Toulouse.

Confrontaremos as representações dos atores públicos com a realidade das brasileiras trabalhadoras do sexo na França, colocando em contraposição os discursos dos atores de segurança, abolicionistas e não abolicionistas, com as experiências e trajetórias pessoais de migração e de prostituição das brasileiras na França.

Assim, pode-se revelar de forma mais contundente as economias morais que atravessam as brasileiras trabalhadoras do sexo na França, analisando como as conexões entre as forças materiais e as práticas intersubjetivas que orientam suas visões e seus comportamentos. O nosso confronto diante da empiria evidenciará as ambivalências que não só acompanham as trajetórias de migração e de prostituição (motivos da viagem, decisões individuais, desejos e questões pessoais, etc.), mas também o dia-a-dia das brasileiras na França (obstáculos e dificuldades encontradas no cotidiano), bem como suas relações com os indivíduos que as rodeiam (colegas de trabalho na rua, cafetinas, clientes, policiais, associações, etc.).

## Capítulo 5: Economias morais nas experiências pessoais e no cotidiano das brasileiras trabalhadoras do sexo na França

Este capítulo analisa as economias morais que permeiam o cosmos social das brasileiras trabalhadoras do sexo na França. Trata-se de estudar como o deslocamento do Brasil para França, bem como o exercício da prostituição no país de destino, é vivenciado pelas trabalhadoras do sexo cisgêneros e transgêneros. Essa experiência de interseção ocorre, por um lado, entre dimensões materiais e estruturais ao nível macro e, por outro, entre dimensões subjetivas e individuais ao nível micro.

Na primeira seção, mostro como as trajetórias de migração e de prostituição das brasileiras se originam tanto por motivos materiais e econômicos, como também por decisões subjetivas individuais. Assim, enfatizo tanto o critério “econômico” (necessidade de sobrevivência, de enriquecimento rápido ou acumulação de bens e capitais, por exemplo) como critérios de ordem mais individuais e “morais” (projetos pessoais, desejo de viajar, de se aventurar ou curiosidade de descobrir outras culturas). Dessa forma, analiso como essas preocupações e projetos proveniente de fatores econômico e material se intercalam com aspirações pessoais, desejos, emoções e valores morais na vida das brasileiras trabalhadoras do sexo na França.

Na segunda seção, o foco de análise se concentra nas economias morais que regem as relações entre as brasileiras prostitutas e pessoas intermediárias que as auxiliam a atravessar fronteiras territoriais de forma a exercerem práticas de prostituição na França. Exponho de que forma o aspecto econômico se mistura com códigos, regras, expectativas e obrigações morais nas interações e nos acordos concluídos entre as trabalhadoras do sexo e suas cafetinas. O objetivo é explorar como oportunismo econômico, afeto e gratidão se entrelaçam nessas relações de forma muito ambígua.

Na terceira seção, vou mais à fundo nas práticas cotidianas e nas relações que as migrantes prostitutas desenvolvem entre si na rua. Realço como suas interações são regidas por uma variedade de códigos, normas e expectativas de comportamento, que

vão desde da competição, da guerra aberta e da denúncia à polícia até ajuda e solidariedade comunitária. Ademais, faço um estudo das relações entre as brasileiras trabalhadoras do sexo e seus clientes, mostrando de que forma interesses econômicos e afetos se misturam nas trocas no mercado sexual. Assim, as trabalhadoras do sexo desenvolvem uma variedade de relações econômico-afetivas com seus clientes, misturando interesse econômico com demonstração de empatia, maternidade e assistência psicológica.

## **5.1. Do argumento econômico às aspirações individuais nas trajetórias de migração e prostituição**

### **5.1.1. A experiência da migração**

De acordo com os relatos das brasileiras, a migração é vivenciada ao mesmo tempo como uma necessidade e como um fator de empoderamento. A extrema mobilidade das migrantes faz com que elas desenvolvam recursos para sobreviver em situações extremas. Em muitos casos, a migração é ligada a uma ruptura familiar e ao desejo de distanciamento cultural (ódio pela cultura machista dos brasileiros). Parece ter uma mistura entre elementos estruturais (pobreza, família ausente, mente fechada do interior) e de fatores puramente individuais (ruptura amorosa difícil, desejo de ver o mundo).

#### **5.1.1.1. Da necessidade de fugir**

Nesta seção, o intuito é o de mergulhar nas razões que motivaram as trabalhadoras do sexo brasileiras cisgênero e transgênero a sair do Brasil e migrar para Europa.

A maioria das trabalhadoras do sexo que entrevistei mencionaram, em primeiro lugar, ter fugido da violência estrutural e da insegurança difusa e onipresente que gangrenava o país:

“Quando terminei meus estudos, fiz um curso profissionalizante, para trabalhar como operadora de caixa. Trabalhei em muitas coisas. E aí fiquei desempregada em 2008. Eu já tinha 27 anos, quase 28 anos. Eu não tinha filhos, não tinha ninguém e fiquei desempregada. E também fiquei muito chateada, também porque tinha muitos assaltos na época, o país tava passando por muitos problemas de assaltos. O Brasil é um país muito violento. A violência era muito desgostosa e pensei ‘Quero ir embora.’ Pela violência do meu país, entendeu?” (Carolina, cisgênero).

“Aqui a rua não é tão violenta. Tudo é muito mais fácil. Aqui também tem agressão, mas não se comprara com a violência Brasil. No Brasil você entra no carro e o cara tá armado. Você entra no carro e você vê que o cara tem uma pistola na mão. Aí é só você e a sorte. Se for gentil ok, senão é um tiro na sua cabeça. Esse olho que operei, isso foi no Brasil. Fui atrofiada no Brasil quando trabalhava na BR. E estupro, acho que devo ter até... ah, sei lá tenho uma coleção de estupro, nem sei mais contar, entendeu?” (Flávia, transgênero).

Algumas quiseram evadir-se para a Europa por causa da violência dos grupos criminais e dos tráfico de droga que aterrorizam os moradores das favelas brasileiras. As guerras entre bandos rivais de malfeitores e os tiroteios durante as operações policiais fizeram com que a insegurança se tornasse inviável:

“Na minha cidade, que é uma cidade pequena, mataram vários jovens de 16 anos, que estão envolvidos com droga. As meninas e meninos que eu via quando estava na escola, agora estão morrendo todos. Lá na minha cidade, os homens entram dentro da casa das pessoas e matam. Não tem polícia, não tem nada, não prendem ninguém. O país é muito corrupto. O dinheiro compra polícia, delegados, prefeitos, presidentes, juizes, compra tudo.” (Ariane, transgênero).

Para a Taís, foi a expansão e banalização do comércio do crack na rua que a impeliu a sair do país:

“Já fazia programas no Brasil, em São Paulo. Morria de medo por causa da insegurança no Brasil. Foi isso o motivo que me empurrou a deixar o Brasil. No Brasil, vivia apavorada quando saía, ainda mais que naquela época era os anos 90 e tava começando aquela coisa do crack. Esses casos de crack no Brasil me deixavam tão apavorada. E então fugi e fui embora. Por isso também que fui embora para a Itália, porque era muita violência, muito comércio do crack no Brasil. Eu vi o povo cair na droga e aí eu fui.” (Taís, transgênero).

Para todas as pessoas transgênero com quem eu interagi, o projeto de migração era ligado à fuga do ambiente da transfobia no Brasil. O grau extremamente alto de violência e assassinato contra as pessoas transgênero no Brasil as obriga a sair



do país:

“No Brasil matam muito transexuais, expulsam para fora da casa e eles caem na marginalização e na prostituição. Eles vão roubar para comer, para sobreviver, e isso vi gerar violência e depois assassinam transexuais. Às vezes por inveja da gente aceitar a nossa condição sexual e eles não, eles matam. Matam mesmo.” (Ariane, transgênero).

“É que no Brasil o fato de ser gay, travesti ou transsexual é muito complicado. Não aceitam. E agora com esse novo governo é pior ainda, porque é racista, machista, homofóbico. No Brasil, quando a gente sai de casa, a gente não sabe se vai voltar viva ou não. O Brasil é um dos primeiros países que mais matam pessoas LGBT. E lá é um crime que é impune praticamente, porque os criminais que matam pessoas LGBT nunca vão para cadeia, sempre é solta. Ou paga porque lá tem muita máfia, no Brasil.” (Natália, transgênero).

De acordo com Larissa Pelucio (2012), na mente das brasileiras transgênero transgêneros, o Brasil representa o espaço da morte e da pobreza, enquanto a Europa representa o terreno das possibilidades de vida e de acesso a bens simbólicos e materiais, sintetizados nas categorias de “glamour” e luxo. Assim, no caso de Carla, a viagem não foi uma opção, mas bem uma necessidade vital. É o instinto de sobrevivência e a recusa de viver com o risco permanente de ser morta na rua que as impulsionou para migrar:

“O Brasil não é legal para as meninas trans, nem para as mulheres cis. O Brasil não é o país para a diversidade. A gente não tem escolha. Eu vim para França porque quis mudar as estatísticas sobre as trans no Brasil. Uma trans no Brasil, ela chega até os 37-38 anos de idade. Devido à violência que ela sofre, vai até os 38 anos, porque é assassinada! Porque o brasileiro tem o recorde de violência contra as mulheres. Então contras gays e trans, imagina! Mas para escolher mesmo, a gente não tem nada para escolher. Se eu pudesse escolher, meu amor, eu preferia ficar rica no meu país! A nossa área não é fácil para ninguém, você sabe que não é. Uma mulher trans, ela sofre várias agressões, tipo, ela não consegue se entender com família, a sociedade, todo mundo se torna inimigo dela. Até ela mesma se sente inimiga, por isso que muitas se suicidam, não aguentam. Tem que ter uma saúde mental muito forte. Nem toda pessoa é forte o suficiente para ser trans. Como toda mulher, ela tem que ser forte. Tudo é muito mais difícil: para você encontrar um trabalho, para você se socializar. E é mais fácil para um trans que é muito feminina. Então tem que ir pro jogo da beleza. Que nem uma mulher, que tem que ser certinha, que seguir as regras, ficar bonita para a sociedade. Se ela está fora do padrão fica complicado. E a trans, ela fica fora do padrão para tudo.” (Carla, transgênero).

Para Taís, a viagem foi uma evidência, dado que a violência tinha chegado ao limite do suportável. O estado de saturação de Taís diante do perigo onipresente tinha sido ultrapassado. A viagem foi, portanto, uma resposta lógica a esta situação crítica:

“Os estudos eu parei com 13 anos. Quando comecei a virar travesti, eu fui obrigada a parar meus estudos na escola. Porque eu apanhava de skate da molecada da escola. Estavam 3 ou 4 em volta de mim, me batendo com o skate. Era assim. Tinha hora que todo dia tinha uma briga, e como eu nunca ficava quieta, sempre batia de volta e no dia seguinte tinha mais briga ainda. Ave Maria! Assim foi durante 2-3 meses, até que não aguentei mais e parei de ir. Eu sempre tive a vantagem de ser grandona. Com 13 anos, já tinha uma aparência de 17 anos. Isso me facilitou muitas coisas. A minha mãe virou cabreira porque já via em mim tudo muito claro. E isso preocupava ela, pelo que tinha pela frente. E ela não queria isso. Meu pai não podia nem me ver. Nossa senhora, quando ele viu que estava virando um travesti, ele queria me matar! Ele me ameaçou até de morte. Nem eu queria, ninguém queria, mas eu era assim, não tinha outra opção. Comecei a me prostituir com 13 anos. Comecei a tomar hormônios ali em São Paulo. Eu já conhecia os endereços das boates que fechavam as ruas de noite. E quando fechavam as ruas, tinha aquele dinheiro que circulava e foi assim que tudo começou. Eu via as bichas sempre ali, que voltavam da Europa com carro, e decidi ir para a Itália. Assim que com 18 anos fui para a Itália. Falei para ela ‘Não aguento mais, vou embora’. Quando eu fui, nem eu acreditei, todo mundo me falava “Nossa, que corajosa”. Se eu olho para o passado agora, também acho que fui corajosa na época, mas na hora, no momento, ali, no calor, para mim foi uma coisa tão normal porque não aguentava mais ficar nesse lugar de tanta violência e transfobia.” (Taís, transgênero).

Todas as trabalhadoras do sexo transgênero que entrevistei destacaram terem sofrido muito da repressão e da violência policial na rua no Brasil, especialmente durante o período de ditadura:

“Sempre o meu destino era a Europa. Até que eu fui em 2000. Todas iam para a Europa e voltavam naquele tempo com grana, com carro, com tudo. Ai na verdade uma amiga minha me tinha mandado dinheiro naquela época. Eu pensei ‘Tenho que ir embora, não posso mais ficar no Brasil’. Passei por um bom tempo de repressão. A ditadura acabou em 85, mas mesmo assim o sistema de repressão ficou. A repressão era tão grande que a polícia batia na gente na rua. Eu tinha que me esconder o tempo todo. Já voltei para casa roubada, estuprada, tudo. Foi terrível. Os policiais matavam na rua. A gente era considerada como subversivas, entendeu. Naquela época, tinha muito preconceito. Era muito violento. Quando saía na rua para trabalhar, não sabia se ia voltar viva para casa. Eu fui presa várias vezes. Sabe quantas amigas trans morreram no Brasil?! Era toda semana! Era uma ou duas mortas por semana, era uma coisa tão cotidiana para a gente. Era tanta violência com a gente que até a gente achavaque é uma coisa normal, banal! E quando eu mudei para cá, a minha cabeça

mudou, porque no sistema daqui, o ser humano tem valor.” (Flávia, transgênero).

“Aí tive a possibilidade de ir para São Paulo, para ter uma coisa melhor. Aí caí na prostituição. Tinha uns 20-21 anos. Aí eu caí nesse lugar pesado naquele fim da ditadura. Tinha muito tráfico. Era uma coisa que nunca tinha visto da minha vida, pensava que ia morrer ali. Eu via muita marginalização na minha frente. A gente tem costume de dizer que São Paulo é a faculdade das putas. Porque a gente vê muitas coisas feias. Eu corria de polícia na rua, apanhava de polícia como marginal. Chegava e tinha que pagar diária para dormir na casa de um cafetão, que era um traficante, que tinha as casas e apartamentos todos dele.” (Ariane, transgênero).

“Por ter escolhido virar uma mulher, seguir, aparentar uma mulher, a sociedade fez uma exclusão seletiva. Por não enquadrar no padrão que a sociedade tem do heterossexual. Ficava tudo mais difícil. Para você ter uma ideia, na minha época tinha crime de vadiagem<sup>61</sup>. Se a gente era pega, andando na rua tarde demais, dependendo do policial sendo homofóbico, ele podia controlar, pedir documento e pedir para assinar vadiagem, só por estar vestido de mulher. Eu peguei a sociedade ainda fechada, que ainda estava no estereotipo da ditadura, entendeu. Os policiais ainda muito rígidos, batiam na cara da gente afeminada. Então eu assinei vadiagem só pelo fato de andar na rua vindo da casa de uma namorada ou de uma amiga ou vindo de uma discoteca, ser controlada e por estar vestida de mulher com um nome de rapaz no RG. Só por isso assinei vadiagem. Acredita que quando fui assinar a segunda vadiagem, o delegado da polícia me falou ‘Na terceira, você desce no presídio’. Eu respondi ‘Mas eu nunca matei, nunca roubei ninguém’. O senhor está me avisando que vão me mandar para cadeia só porque ando de mulher?’ Tentei argumentar com ele, mas ele só me respondia: ‘É só você parar de andar de mulher ou ficar em casa. Mas se você quiser, você paga um advogado’. Eu saí correndo atrás de um advogado só para pegar o meu caso, para me limpar. Você acredita que isso em 83 eu fui chutada de dois gabinetes de advogados, me dizendo assim ‘Isso é bem-feito para sua cara. É só não sair mais de casa. Toma vergonha na cara!’. Por isso que digo que o povo ainda tava fechado. E quando arrumei um advogado que aceitou pegar o meu caso, ele me cobrou mais caro, mais que o dobro.” (Luciana, transgênero).

Nas histórias acima, vemos que as trabalhadoras do sexo transgênero eram presas dentro de um círculo vicioso de preconceito e discriminação, em todos os níveis (Negróni, 2011). Era impossível para elas sair desta lógica de exclusão e

---

<sup>61</sup>No contexto do código penal brasileiro, mais especificamente no âmbito da lei de contravenções penais de 1942, a vadiagem configurava crime de quem “habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que assegure meios bastantes de subsistência, ou de prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita”. A origem da criminalização da vadiagem no país é, no entanto, muito anterior, aparecendo, por exemplo, no Código Penal de 1890, no qual vadio incluía a exibição pública de “exercícios de habilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem”. No ano de 2012, no entanto, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que a descriminaliza, proposta cuja autoria foi do ex-deputado e então ministro da Justiça Eduardo Cardozo.

marginalização devido ao seu gênero. Muitas delas demonstravam incompreensão e raiva de serem consideradas como criminais, só pelo fato de se identificarem com um gênero diferente do sexo biológico. A transfobia as empurrou a procurar um lugar mais seguro e respeitoso do próprio gênero.

Logo após o motivo da insegurança, o argumento econômico foi o segundo motivo mencionado com mais frequência pelas trabalhadoras do sexo brasileiras que interroguei na França. Algumas delas empreenderam a viagem para o exterior após várias tentativas falidas de montar negócios no Brasil. A falta de clientes, o menor poder aquisitivo, e a corrupção são apontados como causas do insucesso de projetos profissionais passados. Vejamos a experiência de Lídia:

“Eu vim porque tava ruim lá no Brasil. Eu montei três negócios que não deram certo lá. Eu montei uma esfiharia, não deu certo. Depois comprei um carro para vender lanches na rua, não deu certo e o último foi uma clínica. Eu estava nessa área da massagem. Lá passava uma semana ou 10 dias sem atender clientes. Eu estava nessa situação horrível. Eu atendia clientes em um lugar de classe média alta, mas os clientes estavam reclamando que estavam com dívida no banco, que não estavam dando conta das contas de casa, de tudo. Porque lá tem que pagar tudo para ter um bom estudo, e uma boa saúde. E aí fica muito pouco para fazer uma massagem né, porque não é prioridade né. Esse negócio só estava dando para comer e assim eu estava acumulando dívida, precisando de dinheiro, pedindo dinheiro no banco. E aí eu vi que estava trabalhando muito e não tinha lucro. Eu estava devendo 25.000 reais no banco, tendo que ajudar meus filhos. E não estava pagando as contas na casa, entendeu?! E aí eu vim para cá por causa da crise que o Brasil está passando. A comida está muito cara, o aluguel é muito caro, a inflação é muito alta. E aí fica terrível para viver lá. Os planos de saúde são muito caros também. Se você quer estudos para seus filhos você tem que pagar. Se for para estudar bem, tem que ser particular; se for para ter saúde boa e atendimento bom, tem que ser particular. E é tudo pago. E aí falta emprego, e quando você monta um negócio, falta clientes. Porque os clientes não estão conseguindo pagar as contas em casa. E aí vira aquela bagunça! Eu cansei, porque é muito bagunçado. Tem muita roubalheira também, que interfere para quem tem negócio próprio, interfere na saúde das pessoas, interfere na educação. Em tudo, fica tudo bagunçado! Eu cansei de ficar tentando fazer uma coisa num país desorganizado, num país que não ajuda as pessoas, mas pelo contrário, que rouba. E isso é o motivo porque eu vim. E porque também a minha mãe ficou doente e aí eu fiquei apavorada. Isso também me ajudou a vir. Ficar perto para eu poder ver o que estava acontecendo. Então juntou a crise financeira lá com a saúde da minha mãe e eu me mandei para cá. Porque eu sei que aqui é o segundo lugar melhor do mundo para estudar de graça em escola pública. E no Brasil não, se você quer dar a melhor educação para os filhos, tem que ser pagando, e muito dinheiro. Se você quer

dar um plano de saúde, para ter assistência médica boa, você tem que pagar. Tem gente que morre no corredor do hospital lá, e não estão nem aí. Tem mulheres grávidas que dão à luz na calçada assim. Eles não dão muito valor ao ser humano lá. Nem para estudos, nem para a saúde. E aqui não, eu vejo que eles estão dando mais atenção né. Os que estão precisando ter saúde e educação, eles levam muito a sério né.” (Lídia, cisgênero).

Podemos ver que Lídia decidiu ir para a França depois de ter tentado montar vários comércios no Brasil. A falta de clientes, a pouca transparência e a corrupção institucional fizeram com ela acabasse desistindo. O sentimento de fracasso, somado à decepção e à frustração de não conseguir ser empreendedora no próprio país a instigaram a tentar a sua sorte em outro lugar, mais rico, organizado e menos corrompido.

Além disso, é interessante notar que o aspecto econômico não é o único critério que a incentivou a se deslocar. Com efeito, problemas de ordem pessoal como os problemas de saúde da sua mãe foram levados em conta na decisão de ir para França. Este relato ilustra de forma bastante clara como os problemas estruturais e questões subjetivas se intersectam na decisão de migração das trabalhadoras do sexo. Aqui, estamos perante uma superposição de fatores sistêmicos (crise econômica, corrupção endêmica etc) com fatores individuais e afetivos (doença da mãe). É um exemplo muito bom de economia moral, em que elementos materiais se misturam com elementos de ordem moral e emocional.

Na lista dos motivos mais frequentemente mencionados pelas trabalhadoras do sexo brasileiras na França, depois dos parâmetros da insegurança e da crise econômica, é a atração pela cultura europeia mais democrática, mais respeitosa dos direitos humanos e mais tolerantes diante das minorias e diversidades sociais:

“Adotei a Europa, mulher! A Europa é maravilhosa para viver! É como te diz: os europeus, mesmo se eles não estão de acordo com você, eles deixam cada um viver a vida dele. Eles são mais educados, eles guardam o ponto de vista deles para ele, e não vêm apontar para a tua cara falando ‘Eita viado! Tome vergonha, você vai para o inferno!’, como o brasileiro faz. Não, eles respeitam. No Brasil falta o respeito, eles te tratam no masculino de propósito. E aqui não, eles usam o feminino mesmo, e quando falam no masculino dá para ver que é por ignorância mesmo e não por

maldade. Então aqui, mesmo que tenha ignorância, sempre tem essa *'politesse'* [‘educação’ em francês] e esse respeito dos europeus.” (Luciana, transgênero).

Os sistemas de saúde e de educação da França são também muito elogiados pelas trabalhadoras do sexo que interroguei. O Estado social forte e eficiente, o senso cívico forte e a solidariedade dos franceses são muitas vezes ressaltados:

“No Brasil você pode ter uma boa qualidade de vida, mas a vida não tem valor, gente. O que mais aprendi na França é que o material aqui não vale nada. No Brasil as pessoas ostentam demais. É uma coisa absurda. Também aqui o sistema é muito bom. Você chega no hospital tem o *'Bourgeois français'* [‘Burguês francês’ em francês] ao lado do *'clochard'* [‘morador de rua’ em francês] na mesma *'salle d'attente'* [‘sala de espera’ em francês]. Aqui, mesmo sem papel, com a *'Aide Médicale d'Etat'*<sup>62</sup> [‘Ajuda Medical do Estado’ em francês] você fica atendida. Não existe isso no Brasil, isso é impensável! A gente não entende porque que os franceses reclamam assim tanto! [rindo].” (Flávia, transgênero).

“Mulher, é o sistema de saúde, se estivesse ficado no Brasil, eu acho que teria descoberto o meu câncer só quando estivesse bem avançado sabe. Talvez até quando não tivesse mais jeito de curar. Aqui é um país de primeiro mundo. Aqui cuidam de você no hospital até sem documento! Para mim foi o respeito para os seres humanos que os Europeus têm que me fez adotar a França como país. Eu quero envelhecer por aqui! E também aqui o governo francês paga para você estudar. A educação é tudo pago no Brasil. Os políticos no Brasil não querem saber de cidadãos inteligentes. Eles precisam de muitos brasileiros que sejam leigos e pobres, para poder ter faxineiras e tudo.” (Luciana, transgênero).

#### **5.1.1.2. ...ao desejo de viver um sonho cheio de aventuras e descobertas de outras culturas**

A movimentação de um país para outro não é vivida necessariamente como uma fuga de algo. Julia Mayorga (2011), destaca que para as trabalhadoras do sexo, ir para Europa conjuga o ideal de identidade com a estabilidade econômica, o progresso, o desenvolvimento, a evolução cultural, e o sonho de liberdade. Para algumas das brasileiras entrevistadas, o desejo de viajar e de se aventurar em lugares desconhecidos pesou tanto na balança quanto a atração pelo dinheiro e pela segurança na hora decidir de atravessar as fronteiras (ver Agustin, 2005). Escutamos as vozes das brasileiras a respeito:

<sup>62</sup> A Aide Médicale d'Etat é um benefício social destinado principalmente a cobrir as despesas médicas de estrangeiros em situação irregular na França.

“Eu acho que a gente devia ter sido andorinhas em outras encarnações. Porque adoro voar para outros horizontes. Descobrir outras culturas, outras pessoas. Eu não terminei o meu primeiro grau na escola. Eu não tenho um nível de cultura de estudo comprovado, mas eu acho sou uma pessoa inteligente e culta, porque eu conheci, eu viajei, lidei com muita gente, tive experiência com gente exigente.” (Luciana, transgênero transgênero).

“Já fiz faculdade no Brasil, já me formei, já tinha uma carreira. Você pode estar pensando ‘Nossa, mas o que está fazendo lá, já que tem estudos e tinha trabalho...’ Mas eu queria sair, eu queria me aventurar. Porque a minha mãe já morou fora, as minhas tias já moraram fora, o irmão do meu pai também. Então é uma história familiar de morar fora, então o meu intuito era morar fora. Nunca na minha cabeça, pensava em fazer isso. Mas a única pessoa que conhecia e quis me trazer foi a que fazia isso. Então era o único jeito que achei. Eu encarei e vim.” (Larissa, cisgênero).

Há também a vontade de “conquista” no sentido amplo, tanto no âmbito profissional como pessoal. Assim, muitas vezes é a esperança de ascensão econômica, social e simbólica que as empurra para viajar para Europa (ver Oso Casas, 2006):

“A minha irmã estava na Espanha e ela me chamou, me falou ‘Vem, vai ver que em 3 ou 4 meses você vai comprar a sua casa’. Comprei o bilhete e resolvi vir. Foi aquela coisa da conquista mesmo, de querer uma coisa melhor, sabe. O poder da conquista e poder mostrar ‘olha, tá vendo, eu posso!’. É mesmo questão disso, não foi questão de outra coisa não. Era a ideia de vir aqui e com 3 meses conquistar, ganhar e comprar, entendeu?! E o que falo: o poder de compra é tudo muito mais fácil aqui do que no Brasil, então por aí foi! E foi criando essa bola de neve. E quando você vê, já não tem como voltar atrás.” (Mariana, cisgênero).

“Olha o status de vida que eu vou estar! Os lugares que vou frequentar. Vai ter muitos homens milionários chegando em mim, querendo me conhecer! Você acha que vou perder a chance de falar 30.000? Preço de puta é 30.000 euros, meu amor! Logico, se for uma puta da televisão, é lógico. A minha vontade é entrar no mercado altíssimo da prostituição. É isso que quero para mim, entendeu?!” (Aline, transgênero).

Além disso, todas as brasileiras transgênero que entrevistei indicaram terem sido atraídas pela moda, pela roupa, pelos acessórios de luxo e pela possibilidade de ostentação do próprio dinheiro adquirido, como símbolo de sucesso e de beleza. A viagem para a Europa é vista como uma etapa indispensável para se destacar na prostituição, chegar a ser “a mais bonita” e realizar operações estéticas (Pelucio, 2009, 2012). Os fluxos para a Europa são ligados a um projeto permanente de

feminização. A mobilidade pode ser interpretada como um processo constitutivo das brasileiras transgênero, no qual a viagem à Europa as elevará à categoria "europeia". Ser europeia confunde-se com a ideia de ser “bela”, mais elegante e mais sofisticada (Pelucio, 2009). Assim, a viagem para a Itália era muito comum no meio trans Paulista nos anos 90, na medida em que era uma oportunidade para se ganhar dinheiro e realizar a transição de gênero:

“Elas me explicaram que depois dos hormônios podia fazer uma prótese. Mas a prótese era cara, era 3.000 reais. E meus hormônios não davam peito grande, só dava rosto de mulher, coxas e bunda, mas não dava peito. E meu sonho era ter um peito maior. Fui fazer devagarzinho. Aí foi de lá que trabalhando na rua conheci, através de outras travestis, a travesti que me trouxe para a Itália. Foi ela que fez o meu corpo. Juntei o dinheiro, os 3.000 reais e fiz o meu peito, a minha prótese, no Rio de Janeiro. Eu não sabia nada de Europa. A bicha começou a botar silicone na gente. E daí que surgiu a história de ir para a Europa, dessa travesti que fez o corpo da gente. E eu sabia que as bichas da Itália voltavam todas com carros, belas, de corpão. O meu sonho era ter um corpão assim. Aí ela falava para a gente ‘Todas podem ir para Europa e conseguir ter dinheiro, e depois bota corpo, bota peito’. Em São Paulo, tinha ruas só das europeias, que estavam em cima de Mercedes, todas expostas assim, lindas. Aí falei ‘Será que um dia vou ser assim?’ E como falavam que todo mundo conseguia ir para a Europa, daí que surgiu essa ideia da Europa. Eu era amiga dessa cafetina e pagava 10 reais por noite para trabalhar. Mas era legal, vi a minha vida evoluir. Essa minha amiga me ajudou. Trabalhava muito e conseguia dinheiro, consegui ter um apartamento. Olha, até a minha mesa era de mármore!” (Luana, transgênero).

“Meus primeiros contatos com as trans foi em Milano, na rua. Via elas bem-arrumadas, bem-vestidas, com joias, cabelo arrumado, sapato bonito. Eu queria aquilo também. E o jeito de ter aquilo era trabalhar! Elas eram muito mais bonitas do que no Brasil. Era assim um sapato que dava para pagar um aluguel no Brasil! É verdade, impressionante! Tipo assim: a gente não tem casaco de pele no Brasil. Quando cheguei em Milano, todas tinham um casaco de pele! E elas não iam em brechó para compra um casaco de pele de segunda mão, elas iam nas lojas especializadas e compravam novo. Fiquei impressionada pelo preço dos casacos, dos sapatos, das maquiagens, tudo caro. Eu fiquei impressionada e falei ‘Eu quero isso para mim também.’ Só que o jeito para conseguir isso era se prostituindo.” (Laura, transgênero).

Existe uma certa propensão à ostentação da riqueza e da beleza no meio da trans. As trans que possuem roupa, maquiagem e artigos de luxo e que investiram em



operações estéticas caras, ou seja, que mais se aproximam do padrão de beleza e feminilidade valorizado pela comunidade, são vistas como as mais bem-sucedidas. Quando as trans que tinham ido para a Itália voltavam de férias no Brasil, elas tendiam a passear pelos bairros de prostituição paulistas para provocar inveja nas outras:

“Eu quero ficar aqui muitos anos, o tanto que aguentar. Eu quero voltar belíssima. A minha proposta, a minha meta é voltar belíssima. Mutilar a cara toda, puxar a pele, lixar o queixo, lixar a testa. Eu vou fazer tudo o que tiver direito. E eu vou conseguir. Como sempre consegui tudo. E a nossa mente tem um poder muito forte viu. Eu tenho essa meta” (Lorena, transgênero).

Em suma, exploramos como a migração de trabalhadoras do sexo brasileiras na França pode ser analisada a partir do conceito de “economia moral”. De acordo com os relatos das brasileiras, a migração é vivenciada ao mesmo tempo como uma necessidade ou uma força de coerção devido a elementos materiais (crise econômica, insegurança, estrutural, machismo, transfobia, corrupção endêmica, criminalidade difusa), e como o resultado de aspirações individuais, decisões e sentimentos subjetivos (ruptura amorosa, perda de um parente, desemprego, dívida, etc). Agora, vamos focar desta vez mais nas relações intersubjetivas entre as trabalhadoras do sexo e as pessoas intermediárias (cafetinas, amigas, contatos) que participaram ativamente na realização da viagem para Europa e para França.

Conforme vimos nessa segunda seção, focamos na “economia moral” da migração das brasileiras trabalhadoras do sexo. Estudamos como o deslocamento do Brasil para França foi vivenciado pelas trabalhadoras do sexo cisgênero e transgênero como uma experiência na interseção entre dimensões materiais e estruturais ao nível macro, e dimensões subjetivas e individuais ao nível micro. Analisamos como preocupações e projetos de ordens econômica e materiais se misturam com aspirações pessoais, desejos, emoções e valores morais.

Na próxima seção deste capítulo, vamos focar na segunda etapa fundamental depois da viagem, ao investigar a experiência do trabalho do sexo uma vez que as brasileiras cis e transgênero já se encontram no lugar de destino. Análise em primeiro

lugar a economia moral do trabalho sexual, mostrando como as brasileiras interpretam a atividade prostitucional ao mesmo tempo a partir de uma perspectiva econômica e de uma perspectiva moral.

## **5.1.2. A vivência do trabalho sexual**

### **5.1.2.1. A predominância do econômico: sobrevivência, desejo de dinheiro rápido e investimentos capitalísticos**

As trabalhadoras do sexo encontram muitas vezes dificuldades para encontrar um emprego, por estarem não documentadas, fora do mercado de trabalho ou terem baixo capital escolar e profissional (França, 2017; Santos, 2017). A maioria das brasileiras entrevistadas se depararam com empregos precários e mal remunerados, tendo as mesmas trabalhado como empregadas domésticas, costureiras, garçonetes ou vendedoras. Insatisfeitas, exploradas ou frustradas pela falta de rendimento, muitas optaram pela prostituição, em paralelo ou em substituição ao emprego atual. Por exemplo, Carolina recorreu à prostituição porque o salário de faxineira não era suficiente:

“Fazendo faxina, eu ganhava 350 euros por mês. Se eu vivesse só disso, não dava nem para pagar o aluguel. Fazendo programas eu consigo tirar 2.000 e pouco, 3.000 por mês. Eu não posso parar agora. Não tenho condição. Tenho três pessoas na minha casa, que eu preciso sustentar!” (Carolina, cisgênero).

Sendo assim, a prostituição oferece condições de trabalho iguais ou melhores que outros subempregos femininos, possibilita maior renda e não atrela o futuro da mulher a um indivíduo determinado (Silva & Blanchette, 2009). Portanto, a prostituição proporciona independência econômica e aumento de renda de forma rápida.

Do ponto de vista econômico, a decisão de iniciar a prostituição pode acontecer diante de graves dificuldades econômicas. Todas as minhas interlocutoras brasileiras afirmaram ter começado a prostituição por necessidades econômicas:

“Para mim, a prostituição foi por necessidade. Foi a primeira razão. Primeira, segunda e terceira [rindo]. É que a gente tenta sobreviver de todas as maneiras. E só

quando a gente consegue respirar, que a gente começa a pensar. Mas enquanto você está naquele ciclo vicioso de necessidade de sobreviver, eu não pensava em nada. Depois de anos, quando a gente já ultrapassa a fase de necessidade, a gente começa a apreciar o trabalho porque tem também muitas facetas positivas. Mas enquanto você fica naquele desespero, só pensa no dinheiro.” (Luiza, cisgênero).

Duas brasileiras que entrevistei até sofreram de fome e ficaram sem abrigo quando eram adolescentes. Foi o caso de Fernanda, para quem a prostituição foi um reflexo de sobrevivência, para satisfazer suas necessidades biológicas básicas:

“Minhas irmãs também faziam. Mas eu fui a primeira, eu sou a caçula de 13 irmãos. A minha mãe morreu quando eu tinha 21 anos. A minha mãe ganhava bem, só que caiu no alcoolismo. Então nada, quando você é viciada em alguma coisa, nenhum dinheiro é suficiente. Então ela deixava a gente passar fome. Só que meus irmãos eram maiores, aí eles saíram de casa. Eu era a menor então tive que ficar, entendeu. Tive que aguentar um monte de coisas. Eu comecei a prostituição no Brasil. Antes da primeira viagem para Portugal, no Brasil eu fazia pequenas coisinhas assim, sabe. Fazia uma coisinha aqui, outra ali, porque a minha família era muito grande. Começou assim: um velho vinha, me dava um pouco, mas não fazia nada... Só passava a mão nos peitinhos, sabe... Aí me dava dinheiro e eu comprava comida. Eu tinha 17 anos. E aos poucos foi indo assim... Aí depois com 18 anos, não tinha onde morar. Morava numa república cheia de mulheres, trabalhava no berçário, cuidava de criança, de bebês, e estudava a noite... E não tinha comida, ficava pedindo comida para as velhas, para elas me darem um pouquinho. E aí a primeira vez que saí, acho que fiquei uma semana chorando... Fiquei meio traumatizada, sabe? Mas depois vi o que o dinheiro podia comprar. Eu pude comer, pude dormir.” (Fernanda, cisgênero).

Ao longo do meu trabalho de campo acerca da população brasileira transgênero, fiquei surpreendida ao descobrir que as histórias de vida seguiam sistematicamente o mesmo padrão: a grande maioria “cairá” na prostituição porque foi expulsa da casa familiar. Assim, das 19 brasileiras transgêneros com quem conversei, apenas duas saíram de casa por livre e espontânea vontade. As outras 17 foram expulsas pelo pai ou pelos irmãos, de forma mais ou menos violenta. De fato, a esmagadora maioria delas foi expulsa de casa bem no início da transição de gênero, quando tinham entre 14 e 16 anos e começaram a tomar hormônio, do tipo anticoncepcional (Negroni, 2011). Ainda menores de idade, acabaram na rua e não tinham outra opção senão a prostituição. Depois de algum tempo se prostituindo na

cidade ou na capital do estado de origem, muitas delas viajaram para São Paulo. Ficaram alguns anos em São Paulo e empreenderam a viagem para a Europa depois dos 20 anos. Escutamos o testemunho de Natália:

“Eu não falo com a minha família, porque o meu pai me colocou para fora de casa quando eu tinha 15 anos, pelo fato de ser gay. E até hoje nunca mais voltei. Eu não falo com o meu pai, eu falo com a minha mãe só. A minha mãe fala comigo, mas não me apoiou porque na época, como ela não trabalhava, ela dependia do meu pai. Era o meu pai quem trabalhava e sustentava a casa. O meu pai me deu uma surra primeiro e depois me colocou para fora com a roupa do corpo. Aí eu tive que ir embora. Aí eu fiquei morando na rua praticamente 10 dias. E como não tinha dinheiro, eu comecei a me prostituir, e foi aí que começou. Eu comecei a me prostituir na minha cidade. Depois fui para o Paraná e depois do Paraná eu fui para São Paulo, com 16 anos. Eu conheci umas amigas minhas em São Paulo e depois fui para Madrid, e de Madrid vim para cá.” (Natália, transgênero).

Além disso, todas as trabalhadoras do sexo transgênero que eu tive a oportunidade de encontrar me explicaram terem sofrido assédio e discriminação de gênero em todos os espaços sociais. Além da rejeição por parte da família, o bullying realizado pelos coleguinhas de escola fazem com que decidam sair do sistema escolar e ir para a rua. Muitas delas afirmaram que foi principalmente as violências verbal e física sofridas na escola e na rua que as impeliram a se prostituir. Para Luciana, é por culpa da mentalidade dos parentes no Brasil que as mulheres transgênero acabam sendo excluídas e marginalizadas:

“Eu ainda sonho ver uma sociedade ainda mais aberta para nós, com transexuais em bons postos, trabalhando direitinho, não só no meio da prostituição ou no meio da beleza, da maquiagem ou como cabeleireira, mas em todos os setores. Mas como a gente não tem oportunidade de estudar, então não podemos nos especializar em uma formação. Para as novas gerações de trans, que a família aceita e continua dando apoio para estudar e virar gente, vai dar. Mas para nós vai ser difícil, porque nós fomos cortadas do estudo, do direito ao auxílio de formação cedo, por causa da cabeça quadrada de nossos parentes! Eu não vejo a hora das novas transexuais com família mais aberta, se formarem, e não serem jogadas para a rua para virar marginal! Dar a oportunidade do estudo.” (Luciana, transgênero).

Outro questionamento que permeou todo o meu trabalho de campo foi o de entender quais eram as intersecções entre transexualidade e prostituição. Fiquei surpreendida ao me dar conta de como as duas categorias eram interligadas.

Por um lado, o preconceito de gênero e a rejeição social contribui para a marginalização e a vulnerabilização das pessoas transgênero (Negroni, 2011). Nesse cenário, a “escolha” pessoal da prostituição parece fortemente restringida, uma vez que decorre da exclusão econômica e social das pessoas transgênero. Com efeito, para a maioria das pessoas trans que entrevistei, que eram dotadas de capital econômico, social e cultural muito limitados, a prostituição é apresentada como um caminho inevitável, uma decisão evidente e aceita (Chimienti, 2010; Negroni, 2011; Osos Casas, 2006).

Por outro, a prostituição pode ser vista como um meio para efetuar a transformação de gênero, e assim serem realmente aceitas como mulher (Osborne, 2009; Gonzalez, 2018). Assim, de acordo com muitas brasileiras transgênero, a emigração e a prostituição é um meio para realizar a transição de gênero, tanto para pagar as injeções de silicones como para colocar implantes mamários, realizar as operações cirúrgicas e cuidar de sua imagem (Monvalon, 2016). Vejamos a complexidade da relação entre transexualidade e prostituição através das testemunhas seguintes:

“Meu sonho era ser trans, mas não sabia que para ser trans tinha que se prostituir. Eu pensava que podia ser uma advogada, uma médica. Era tudo ilusão, mas a minha cabeça era do Ceará. Eu queria ser mulher, queria ter o físico de mulher, peito de mulher. Aí queria me transformar, ter peito e tudo mais. Só que vi que não dava conta, que tinha que me prostituir. Até tive que abandonar os cursos porque não dava conta. Eu tinha que me prostituir.” (Luana, transgênero).

“E aí com 17 anos, eu descobri a rua. Na verdade eu arrumei um cliente, que me dava 20 reais, por todas as vezes que saía com ele. Mas com esses 20 reais eu fazia virar milhões, há 10 anos era milhões né. Eu comprava anticoncepcional, o mais baratinho, o ciclo 21. Esse primeiro cliente, até era bonito. Ele me ajudou a fazer a parte da transição, porque com esse dinheirinho eu podia tomar anticoncepcional.” (Lorena, transgênero).

“Eu comecei a me prostituir quando eu comecei a transição, porque precisava de mais dinheiro para colocar os seios, fazer a bunda, fazer as plásticas. Aí eu trabalhava num salão numa cidade vizinha e comecei a descer na rua para fazer mais dinheiro, para fazer as minhas plásticas e tudo o mais.” (Ana, transgênero).

Quando não é por necessidade extrema, a decisão de começar a atividade prostitucional pode ser vista como um meio para melhorar a situação de vida pessoal. Em muitos casos, tanto para as mulheres cisgênero como para as transgênero, a prostituição permite aumentar o padrão de consumo e viver de forma muito mais confortável:

“Comecei a prostituição na Espanha, mas não me adaptei e fui embora. Eu estava passando necessidade porque ganhava muitíssimo pouco e morava muitíssimo mal. Aí um belo dia a minha irmã foi me visitar. Foi quando meu pai faleceu, porque antes disso a gente não se falava. Ela achou que a minha vida era muito precária e me falou ‘recomeça, vem trabalhar comigo’. Porque já fazia. Aí falei ‘Ah, vou tentar de novo’. Aí tentei e ganhei uma boa grana numa semana. Comecei a ter uma vida melhor, mais confortável. Antes disso, eu tirava por volta de 600-700 euros e passei a ganhar 3.000 euros por semana, é uma diferença muito grande! E você começa a ter um patamar de vida muito melhor. Você começa a morar em um local melhor, com coisas melhores. E eu sempre gostei, né?” (Mariana, cisgênero).

Também é importante destacar que, além do próprio sustento, muitas trabalhadoras do sexo mandam parte dos ganhos à família no Brasil. Mesmas as que expressam mais insatisfação com o trabalho do sexo se sentem orgulhosas de ganhar dinheiro nessa atividade, pois essa as permite proporcionar uma boa condição de vida para elas, para seus parentes no Brasil e para seus filhos quando os tiverem (França, 2017; Negroni, 2011):

“Desde esse dois anos que estou aqui, eu comprei um carro para o meu pai. Comprei também uma casa para eles e estou reformando ela toda. Tá do jeito que minha mãe quer! Ela escolheu a cor das paredes, tudo tá do jeitinho dela. Deixei ela escolher tudo. Eu trabalho muito, porque eu vim com este foco. Quem quer sair algum dia, igual que estou fazendo, foca. Eu foquei e dei uma vida boa para meus pais. Porque eles têm a minha renda. Todo o meu dinheiro é para eu sobreviver aqui e mando o resto para meus pais. Não mando menos de 10.000 reais para eles. Tem um ano que mando para eles 10.000 todo mês.” (Larissa, cisgênero).

“Somos 6 irmãos no total. E eu tô no meio. O meu pai já é falecido. Eu ajudo a minha mãe, ajudo ela a fazer as coisas dela. Ajudei ela a fazer a aposentadoria e quando ela está precisando de alguma coisa, que vejo que ela está apertada, eu dou para ela algum dinheiro. E eu faço isso porque eu sei que ela sempre foi trabalhadora e fez tudo pela gente. A gente é de família pobre. Mas mesmo assim, minha mãe sempre trabalhou. Minha mãe trabalhou como doméstica e meu pai era tapeceiro; eles nunca deixaram faltar nada para a gente. Então acho que o mínimo que eu posso fazer é

enviar 100 ou 200 euros, dependendo do mês. E no final do ano eu envio mais dinheiro para eles ficarem mais confortáveis. Ou senão, eu ajudo a minha irmã mais velha; quando ela precisa de alguma coisa, eu envio. Meus irmãos todos trabalham, eles são todos independentes, nunca me pesaram, nunca me pediram. Mas é mais com a minha mãe, porque tenho mais intimidade também. Com meus irmãos, eu não tenho tanta afinidade, da gente se falar sempre, e tal.” (Ana, transgênero).

Nos discursos das brasileiras, especialmente as cisgênero, escutei várias vezes que a prostituição gerava uma forma de dependência, pela rapidez com a qual conseguiam obter dinheiro. A ideia de que “é muito difícil entrar nessa vida, mas é ainda mais difícil sair” apareceu em 5 entrevistas. Apesar de declararem que não gostam do trabalho sexual e de terem odiado os primeiros programas, o benefício econômico que elas retiram deste trabalho compensa as dificuldades cotidianas:

“Essa vida vicia. Para entrar é difícil, mas para sair, você tem que ser muito forte, porque é pior que droga. Porque você ganha dinheiro rápido. Tem mulheres aqui que tem várias casas em São Paulo, na Avenida Paulista. Tem mulheres que são ricas lá, cara! E estão continuando e morrendo aqui! (fica nervosa). Mas isso vicia! A pessoa já não consegue mais ficar sem trabalhar assim. Porque é viciante, entendeu? É foda.” (Fernanda, cisgênero).

“No começo é estranho, porque é uma pessoa que fica te tocando, que você não conhece, e tem também o medo da dor, isso tudo. Mas depois acabei me habituando, pelo dinheiro mesmo. Até hoje, fora do trabalho, quando tô na rua e vejo um homem, se ele olha para mim e fala alguma coisa, eu já penso que ele vai me oferecer dinheiro. Fico pensando que, se isso é a finalidade que ele quer, então ele tem que me pagar. Depois disso, eu nunca mais larguei a prostituição porque fiquei visando o dinheiro, na forma rápida de alcançá-lo. O salão de beleza funcionava mas não dava suficiente dinheiro para as coisas que eu queria. Porque eu sou muito gastadora, eu adoro gastar dinheiro, e sempre ajudei a minha mãe e a minha irmã. E também com as plásticas, que ficavam muito caras, né?! É 6.000 o valor de um nariz, mais a cama no hospital.” (Ana, transgênero).

“A gente dá o conselho para as pessoas de não entrar. Porque uma vez que entra é muito difícil de sair. Eu falo para muita gente ‘Não entra, não entra. Vai procurar outra coisa.’ Porque depois que entra é difícil sair. Porque a gente se acostuma a ganhar o que a gente não ganha em outro emprego. E depois a gente não consegue se reacostumar aos outros empregos, entendeu. Então a gente faz o que quer, aonde quer e a gente não tem que ficar aguentando patrão. No meu caso, não me vejo trabalhando numa empresa e de repente levar uma bronca. Eu viro as costas e vou embora, porque já que é para ganhar pouco, se é ainda para levar bronca... não é?!” (Ágata, cisgênero).

“A prostituição é aquela coisa que se você se envolve demais, você nunca vai parar. Nunca mais sai. Porque para quem está de fora, parece que é um dinheiro muito fácil. Mas não é um dinheiro fácil: é um dinheiro muito sofrido. Porque tem que aguentar muita coisa. Muito desaforo. Os clientes te falam: ‘Mas eu te pago então você faz o que eu quero’. Às vezes eles não vêm limpos, é horrível. Às vezes, eles vêm com mau cheiro. Então não é essas mil maravilhas, a prostituição. Mas, pelo menos, dá dinheiro.” (Laura, transgênero).

Até agora, focamos na parte do lucro proporcionado pelo trabalho do sexo no nosso estudo da economia moral do mercado sexual transnacional. Ora, além dos rendimentos, os aspectos econômicos e materiais do mercado do sexo podem ser apreciados através da forma como o trabalho do sexo é encarado pelas pessoas. Para Mariana, o trabalho sexual pode ser comparado com qualquer outro tipo de trabalho dentro da economia capitalística, ou seja, através da lente da produtividade e aplicando as regras do mercado de trabalho clássico, com horários fixos e bem marcados:

“Eu o encaro como um trabalho. Eu venho aqui, trabalho, volto para a minha casa, guardo o meu dinheiro e tal. Encaro como um trabalho, tanto que faço os meus horários. Eu mesmo, não me permito que eu chegue depois de certa hora. É como se fosse um local que tenho meus horários para fazer. Senão vira bagunça. Se o meu horário é das 10h à 20h, é das 10h às 20h. Quando são as 20h, eu vou embora. É o horário que me estimula. Preparei o meu psicológico para trabalhar, tá na minha cabeça. Eu trabalho todos os dias, da segunda até domingo. E só de vez em quando que eu tiro um tempo de descanso. Faço uma vida normal, saio daqui às 19h, volto para casa, tomo um banho, se quero jantar fora, eu vou jantar fora. Para mim, é como se fosse um trabalho com horas, entendeu? É que também a gente não fica contando só as horas de trabalho, a gente conta pelo salário. A gente quer levar mais. Não é que a gente fica contente de ganhar só tipo 200 ou 300 euros. A gente tenta ganhar mais, então tem que fazer mais horas. Nos dias ruins, consigo ganhar 400-500 euros. Nos dias bons, faço tipo 700-800 euros.” (Mariana, cisgênero, 38)

Além disso, a prostituição dá a possibilidade de investir em projetos de longo prazo, depositar o dinheiro para render ou comprar bens imobiliários:

“Ainda não voltei no Brasil porque quando for sair daqui, não vou voltar mais, entende? Por isso que tô tentando juntar o máximo aqui. Tenho um apartamento em Portugal. E no Brasil tenho duas casas.” (Fernanda, cisgênero).

“Eu com 50.000 euros, monto uma coisa legal aqui. Por exemplo, em Portugal. Mas



com 50.000 euros, não monto uma coisa legal no Brasil. São 200.000 no mínimo, para que seja uma coisa legal de dinheiro, para que seja um projeto que dê dinheiro. Eu na verdade, ontem estava conversando com a minha irmã, falamos para montar tipo uma padaria bem top, uma coisa bem moderna. Não sei... Tenho que pensar. Se volto para Portugal, vou montar um restaurante e um centro de estética. Ainda tenho que pensar no que vou fazer. Tenho que pensar concretamente o que eu quero, sabe? Goiânia é muito caro. É um Estado em que tudo é muito caro. Por isso que tô te falando, primeiro vou guardar o dinheiro, depois eu vejo o que faço, daqui para o final do ano.” (Mariana, cisgênero).

Outro elemento interessante que descobri ao longo do meu trabalho de campo é a extrema mobilidade das trabalhadoras do sexo, especialmente as que moram em Paris e que trabalham em apartamento. Elas costumam viajar uma ou duas semanas por mês para cidades menores, na expectativa de terem menos concorrentes, e portanto, encontrar mais clientes. Elas passam por sites básicos de locação de casa temporária, tipo Airbnb, colocam seus anúncios na internet e ficam à espera dos clientes ligarem. Elas fazem um “estudo de mercado”, segundo a localização e o nível de riqueza da cidade e investem em cuidados da aparência corporal e tratamento de beleza para aumentar seus capitais estéticos, como se estivessem trabalhando numa agência de turismo ou de moda. Existe toda uma parte de avaliação dos riscos associados à viagem. Fazem cálculos econômicos para ver se vale a pena tentar a viagem, em outras palavras, para garantir uma margem de benefícios:

“É um dinheiro rápido, mas é porque você gasta muito. Se você tem um dinheiro e tu quer investir numa viagem mas que você investe no lugar errado, tu perde. É um jogo! E tipo um comércio: tu investe em apartamento, em anúncios, em passagem de trem, em comida... Tem os dois lados: tem os pro e os contra, né? Tu pode gastar em um lugar e ganhar bastante, como pode gastar em um lugar ruim e não ganhar nada.” (Carolina, cisgênero).

“Em julho, agosto, a gente gosta de ir para Corsa, porque lá tem praia, então tem turismo. Digamos que tem um rendimento bom. Então a gente paga o avião para ir, lá os apartamentos ficam supercaros, mas a gente vai e divide né, entre os amigos e tal. Então compensa. É um dinheiro certo. Mas é o que te falei, a gente quebra a cara até saber em que cidade você se dá bem ou não. Às vezes é um investimento muito grande. Porque é investimento com o hotel, com a passagem, dependendo da distância aonde você vai, com anúncios para você ser colocada no vip, no top. Investimento em roupa também. E você trabalha com a sua beleza, então você tem

que se cuidar, tem que manter o cabelo bonito, as sobrancelhas. Esse trabalho é com estética, e muitas mulheres colocam peito, bunda. Então você gasta com você. É uma questão de estética mesmo. Peito e bunda, nada disso eu fiz, porque eu sou muito nova ainda. Mas vou colocar os peitinhos também ainda esse ano. Então tenho dois objetivos esse ano: ficar legal e colocar um peitinho! [rindo] Com 3.000 euros dá para colocar o peito na Suíça. 3.000 euros passa na minha mão assim rapidinho, mas o problema é que muito pouco sobra para mim: vai tudo para o Brasil!” (Larissa, cisgênero).

Olhamos um instante para as palavras “investimento”, “jogo”, “comércio”, “rendimento”, “comércio”, “risco”. Ao empregar um vocabulário claramente ligado à terminologia capitalista, Carolina e Larissa ilustram de forma bastante clara a importância dos aspectos materiais e econômicos do trabalho sexual.

Em suma, realcei que o argumento econômico é primordial na decisão de iniciar o trabalho do sexo. É o apelo pelo dinheiro rápido que encoraja as mulheres cisgênero e transgênero a recorrerem ao trabalho sexual. Contudo, através desta ganância rápida e muito mais superior a qualquer outro emprego pouco qualificado, elas adquirem uma forma de prestígio aos olhos dos familiares e dos mais próximos. Com efeito, ao mandar dinheiro para os familiares no país, elas passam a ser as “provedoras” principais da família, e ganham assim estima e consideração de suas famílias no Brasil.

Por conseguinte, a atração pelo dinheiro rápido não é apenas uma questão de um impulso de acumulação de capital econômico. É também o desejo de ascensão simbólica e de valor social associado a esse capital são fundamentais para as trabalhadoras do sexo. Dessa forma, o econômico e o moral são intrinsecamente interligados no trabalho sexual. Vamos focar agora na dimensão ética associada à prostituição, ao analisar os valores, obrigações e justificações das brasileiras trabalhadoras do sexo.

#### **5.1.2.2 “Quero sair desta vida”: nojo, vergonha e justificação moral**

Marina França, no seu artigo “A vida pessoal de trabalhadoras do sexo: dilemas de mulheres de classes populares” salienta que embora as questões

prioritárias e os valores pessoais das trabalhadoras do sexo tenham semelhanças importância com questões e valores de outras mulheres das classes trabalhadoras, ainda assim, o estigma da prostituição coloca diferenças importantes (França, 2017). Várias mulheres escondem o tipo de trabalho que fazem de seus filhos, mesmo que suspeitem que eles saibam. De acordo com a autora, “tentando costurar os fios e conciliar vida pessoal e profissional, as trabalhadoras do sexo fazem arranjos entre diferentes ideais, expectativas e práticas.” (França, 2017, p152).

A prostituição é permeada por uma dimensão moral forte: a interferência do dinheiro contamina e corrompe os laços afetivos e sexuais. Ao provocar a junção da intimidade com o dinheiro, do prazer com a contabilidade, das emoções com a calculabilidade, a prostituição não pode ser manejada por pessoas sentimentais. Por consequência, as prostitutas são consideradas pessoas insensíveis e manipuladoras (Pelucio, 2016).

Observei que as trabalhadoras do sexo, sobretudo as cisgênero, tem uma visão muito desvalorizada sobre a própria sexualidade e o próprio trabalho. Por exemplo, senti um certo tabu ao falar de sexualidade e da vida amorosa com algumas brasileiras cisgênero. As poucas que se sentiam mais à vontade para evocar esses temas ainda tinham muito bloqueio em usar a palavra “prostituição” e preferiam usar termos mais vagos como “esta vida” ou “este tipo de trabalho”:

“Agora estou namorando e meu namorado não sabe. É complicado sabe, é muito difícil! Não é fácil não, porque é uma vida muito oculta. E é uma coisa que a gente própria não aceita né... Então quando a sociedade vai aceitar né. Eu tenho 38 anos. Tem um ano e meio mais ou menos que estou aqui na França. Eu morei em Portugal 12 anos. Trabalhei normal entendeu, fiz uma vida lá. Tipo em restauração, em eventos, essas coisas. Depois fui para os Estados Unidos, fiquei lá 7 meses trabalhando assim. Depois tinha conseguido juntar uma grana, voltei para o Brasil e fiquei lá dois anos e meio e voltei agora. A primeira vez que vim para cá, vim para trabalhar disso. A minha irmã vivia aqui, então eu já vim para cá. E eu já vim consciente do que ia fazer. Quando eu vim, era para morar com ela na Espanha, mas depois não me adaptei à situação lá, acho que fiquei só uns dois meses sofrendo na Espanha. Chorava muito e fui embora para Portugal com duas brasileiras. Depois nunca mais voltei para a Espanha. Nunca mais. E em Portugal eu comecei a trabalhar normal. Fui para lá, falava a mesma língua, era tudo muito mais fácil e comecei a

trabalhar normal. Aí depois disso, vim fazer as coisas sozinha, trabalhei normal um tempo, trabalhei de outras coisas um tempo... E depois trabalhei disso em outro tempo. E acaba virando tipo um hábito. É o que falo, acaba virando um hábito.” (Mariana, cisgênero).

No relato de Mariana, podemos constatar que ela fez várias idas e vindas entre trabalho sexual (“trabalho assim”) e trabalhos precários legais (“trabalhos normais”). Ela é consciente do tabu da prostituição e do julgamento moral da sociedade patriarcal sobre a sexualidade feminina “boa” e “ruim”. De acordo com Gail Petherson (1986, 1996), os conceitos de “prostituição” e de “prostitutas” são construídos como ferramentas sexistas de controle social das mulheres. O “estigma da puta” atribuído a toda mulher que transgrida as designações de gênero contribuem para classificá-las como diferentes, para desvalorizá-las, e sobretudo, para controlar indiretamente todas as mulheres. Constatei que no caso das mulheres cisgênero, o “estigma da puta” era muito interiorizado e aparecia claramente sob a forma da vergonha e do nojo. Quase todas elas mencionaram ter vontade de parar a prostituição, num futuro mais ou menos próximo. Escutamos a fala de Larissa sobre este assunto:

“Eu não fazia no Brasil. Deus me livre, senão o meu pai me raspava o cabelo! Eu nunca fiz no Brasil. Não pretendo ficar toda a minha vida. Assim espero eu, né? Penso em uma coisa provisória. É o que todo mundo fala: é um dinheiro rápido, mas não é fácil! Não é fácil, porque quem faz esse trabalho sabe o que acontece, sabe que não é fácil. Mas é rápido. tem gente que gosta disso, eu fiquei indignada de saber isso! Eu conheci muitas mulheres que fazem porque gostam. Tipo que não consegue ficar sem trabalhar, sem fazer isso. Tem mulher às vezes que continua, que está aqui nem mais pelo dinheiro, porque já tem tudo o que quer ter no Brasil, mas se torna um vício, como cigarro, como álcool. Eu conversei com muitas pessoas sobre isso, mas tem gente que faz porque gosta mesmo.” (Larissa, cisgênero).

Aqui, dá para ver que, para Larissa, não é tanto o fato de trabalhar com o próprio corpo e sexo que é problemático, mas sim o fato de que existem mulheres que gostam ou sentem prazer nas relações sexuais comerciais.

Ao percorrer as histórias de vida, me dei conta de que quase todas as brasileiras cisgênero escondiam para seus parentes que estavam exercendo o trabalho

do sexo. Algumas tomavam as precauções de nunca mencionar nada em relação ao trabalho em geral, e outras falavam que trabalhavam em outras áreas, como as da restauração ou do turismo:

“A minha mãe nunca soube que eu me prostituía. A minha família nunca soube, tá louca! Ninguém da minha família imagina. Até hoje! Pensam que eu trabalho de garçonete, de tudo o que você imaginar. A minha filha, eu sempre disse para ela que trabalhei em restaurante, em hotel, a minha vida inteira. E como eles não tem contato com esse mundo, eles nem imaginam. É um mundo difícil de imaginar.” (Luiza, cisgênero).

Mesmo quando as famílias suspeitam que elas trabalham com a prostituição, as entrevistadas confessaram que tratam de não tocar no assunto nas conversas com seus familiares:

“Até então, eu não falo abertamente para a minha família que eu vim para cá para me prostituir, para trabalhar com prostituição. Eu acho que eles sabem, acho que eles não são tapados, mas eu sempre falei para as pessoas que eu sou cabeleireira, que mexo com cabelo. Eu tenho vergonha de falar abertamente para minha mãe, para minhas irmãs, que me prostituo.” (Ana, transgênero).

Mesmo quando a família está ciente de que se prostituem, algumas expressaram um sentimento de culpa e vergonha:

“Eu já fiz a prostituição, mas assim: me vem um senso de culpa quando faço. Porque a minha mãe sempre me pediu muito para me afastar disso ou de não ficar muito tempo nisso. Como eu tive a minha mãe sempre ao meu lado, eu falo tudo pra ela. Ela me responde: ‘Se você precisa fazer faz, mas por favor não se envolve’. Quando eu faço, eu sempre me sinto um pouco culpada, porque minha mãe sempre me pediu para eu não fazer. Porque é perigoso. Para falar a verdade, eu não me sinto culpada pela minha religião. Eu não me preocupo com isso. O que me preocupa, na minha consciência, é que a minha mãe sempre pediu para eu não fazer.” (Laura, transgênero).

“A minha mãe sabe o que estou fazendo, porque tive que contar para ela. Ela não aceita, mas pela minha situação... Por isso que ela quer que vá atrás de meus documentos para encontrar um trabalho normal. Ninguém pode julgar ninguém, porque não sabe o que as pessoas passam. Por isso que quando você vê uma garota de programas e você pensa ‘Puxa, mas por que ela entrou?’ É muita coisa!! Dá para fazer filmes da vida das meninas.” (Carolina, cisgênero).

“Eu já fui no Bois para passear a noite e eu tiro o chapéu para elas, porque é um parque obscuro, cheio de mato e você tá ali e não tem policiamento perto do local.

Então se acontecer alguma coisa, é você e você sozinha. Quantas já morreram lá e ninguém sabe como foi, quem foi, e a culpa é delas, porque estavam se prostituindo. Tem gente que vêm de país de muita miséria, que vem para cá saindo da miséria e elas são obrigadas a ir. E nada é ao nosso favor, porque é nossa culpa, porque a gente está errada de estar lá.” (Ana, transgênero).

Notei que a maioria das minhas interlocutoras cisgênero nunca tinha se envolvido na prostituição no Brasil e começara o trabalho do sexo na Europa. Também, elas tendiam a compartimentar o espaço-tempo do trabalho sexual e o espaço-tempo da vida pessoal. Percebi que as fronteiras geográficas podiam ser interpretadas como fronteiras simbólicas e morais entre as suas vidas e projetos profissionais pessoais, e as suas vidas como trabalhadoras do sexo. Na narrativa de Mariana, podemos ver como ela usa a separação geográfica como uma separação moral: o fato de nunca ter exercido a prostituição no Brasil a ajuda a manter a sua “dignidade” e “respeitabilidade”:

“Com 25 anos fui para Portugal, fiquei 14 anos, depois fui para Espanha alguns meses e depois voltei para o Brasil. Fiquei lá uns 3 anos. Eu tinha ido embora mesmo, para não voltar. Mas não fazia nada de prostituição. No Brasil, não faço nada disso. Nada, nada, nada. Eu nunca me prostituí no Brasil e nunca pretendo me prostituir no Brasil. Nunca! Acho que lá é meu país e tem aquela coisa de cumprir a questão do respeito, não sei. Porque acaba virando um vício lá também, entendeu? É igual vir aqui: acredito que se for lá também, vai virar um vício, entendeu? Não é o que quero para a minha vida inteiramente, esse vício, Entendeu?” (Mariana, cisgênero).

No entanto, embora a dificuldade e o nojo associados a certas práticas sexuais e determinados clientes sejam comuns entre todas as trabalhadoras do sexo, constatei que as brasileiras transgênero tinham mais facilidade e se sentiam mais à vontade para falar das práticas prostitucionais e das suas relações íntimas quando comparadas com as cisgênero. De fato, eu sentia muito menos desconforto nas conversas sobre detalhes dos programas e práticas sexuais com as mulheres transgênero do que com as mulheres cisgênero. A minha presença como pessoa cisgênero exterior à prostituição era muitas vezes motivo para que as brasileiras transgênero “testassem” a minha reação, exagerando os detalhes ou falando de forma muito crua. Escutamos por

exemplo como Aline fala das suas experiências:

“Tem muitos homens babados. Não são todos assim lógico, mas são muitos. Eu trabalho bem, eu bato muitas portas. Mas muitas coisas surgem assim, eu fico chocada com os homens. A gente é super imunda também. Mas nossa, os *beaufs*<sup>63</sup>... é uma coisa assim, de ficar chocada. Sabe o que um homem pediu para minha amiga?! Um homem já me pediu isso também mas eu não aceitei. Porque eu tive muito nojo. Ele pediu para guardar todas as camisinhas do trabalho, com porra dentro, para ele tomar depois. Alguém me pediu isso no Brasil, mas agora fui ver isso também na Europa. Eu já caguei na boca de homem. Ele me pagou 500 euros para eu cagar na boca dele. Ficou 10 minutos só aqui em casa. E muita coisa! E todos querem ejaculação bucal, para eu gozar na boca deles. Isso acontece muito aqui. É muito normal aqui. Em todos os programas, praticamente, é assim.” (Aline, transgênero).

Tanto nos casos das mulheres cisgênero como nos das transgênero, aparece a noção de “sacrifício” e de “orgulho” pelo fato de mandar dinheiro para a família no Brasil e mostrar que conseguiram “fazer uma vida”. Assim, nas relações com a família, as mulheres assumem a responsabilidade de sustentar os parentes mais próximos (Picitelli, 2007a). Muitas ficam orgulhosas ao conseguir cumprir essa responsabilidade, mesmo essa sendo exercida através de grandes sacrifícios, uma vez que alcança um nível alto de estima dentro da família:

“Eu tô mandando dinheiro também para a minha família. Eu tenho toda uma responsabilidade. Tem vezes que eu falo: sou a mãe e o pai da minha mãe e do meu pai. Eu peguei essa carga para mim. O que a minha mãe não fez, ou não continuou fazendo, eu vim, fiz e terminei. Estou terminando por ela. Mas tô fazendo tudo para dar par eles o sustento. Estou conseguindo, estou alcançando as minhas metas.” (Larissa, cisgênero).

Apesar de serem conscientes de fazer um trabalho “condenável” pela sociedade, as brasileiras que interroguei tinham a tendência de justificar o trabalho sexual através de um discurso do tipo moral. Algumas cisgênero e transgênero viam a prostituição como um meio para reduzir as taxas de estupro, pedofilia, incesto e outro tipo de agressões sexuais. Nessa forma de pensar o trabalho sexual, elas se veem como pessoas que contribuem para o “bem” da sociedade, uma vez que permitem aliviar as pulsões primitivas dos homens e outros vícios da sociedade:

---

63 Um “beauf” é um termo usado na gíria francesa para designar um homem vulgar e inculto.

“Na verdade o nosso trabalho, entre aspas, ‘livra muitas coisas’. Porque talvez o cara tá lá, a mulher não faz nada, então ele acaba vindo. Eu acho que se proibissem realmente a prostituição, iria ter muitos estupros, muitas coisas ruins. Eu não sei se vocês têm noção, mas os homens são animais, eles fazem coisas que você nem acredita.” (Ágata, cisgênero).

“A putaria tem que ter, assim os pedófilos não estropam os filhos. Agora, imagina, se não tiver prostituição: foder com a família, com filho, é uma coisa assim de louco, isso daqui.” (Natália, cisgênero).

“E imagina se acabar a prostituição, vai ter estupro na rua, vai ter violência do nada. Porque o homem tem necessidade disso. Eles vêm rapidinho para se esvaziar e vão embora. Quer dizer, eles vêm para se aliviar! Tem isso de precisar se liberar um pouco, do estresse, de tudo. Sem as prostitutas, as agressões sexuais vão cair todas em cima de vocês, mulheres. Porque homem é um animal vicioso, amiga!” (Ariane, transgênero).

Dessa forma, elas consideram o trabalho do sexo como um trabalho “útil” para a sociedade, uma vez que funcionaria como uma “cura purificadora” contra as perversões sexuais e a violência masculina em geral.

Nesta primeira seção, analisei a economia moral que permeia as experiências de migração e de trabalho sexual das brasileiras trabalhadoras do sexo na França. Agora, vamos nos interessar as economias morais que regem as relações entre as brasileiras prostitutas e suas cafetinas.

## **5.2. A economia moral nos acordos entre as trabalhadoras do sexo brasileiras e suas cafetinas**

### **5.2.1. Como a economia moral surgiu do meu campo**

#### **5.2.1.1. Anedota do campo e conexões inesperadas**

A história que vou contar agora foi determinante para a minha pesquisa porque contribuiu para desconstrução do estereótipo dominante sobre o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, ao desvelar uma realidade distinta. Foi através dela que entendi que as trabalhadoras do sexo interpretavam a noção de



exploração sexual de forma bem particular, em oposição à visão das convenções e de outros textos de direito internacional. Foi muito importante para mim porque é graças a esta história que descobri que as duas categorias de “vítimas” e de “cafetinas” não eram categorias opostas, mas bem porosas e interseccionais.

O ponto de vista dominante vê a exploração sexual apenas como um crime de extorsão de dinheiro e prostituição forçada, sem levar em consideração as relações complexas que as prostitutas tecem entre si. Já para as prostitutas que entrevistei, as relações entre as “filhas” e as “mães” mostravam-se bem mais complexas do que uma mera relação de dominação, incluindo valores morais e sentimentos como afeto, paternalismo, amizade e benevolência.

A história seguinte mostra como a noção de tráfico sexual pode ser vista para além dos acordos e convenções internacionais ao desvelar trajetórias subjetivas muito mais complexas, nas quais o aspecto econômico se mistura com códigos, regras, expectativas e obrigações morais. Portanto, esta história ilumina como o aspecto econômico da exploração se mistura com códigos, regras, expectativas e obrigações morais e, por conseguinte, como oportunismo econômico, afeto e gratidão se entrelaçam nas relações entre as prostitutas e suas cafetinas.

No fim do ano de 2017, decidi começar o meu trabalho de campo no Brasil. Por intermédio de uma associação, consegui realizar algumas entrevistas com mulheres que tinham ido para a França e lá trabalhado. Lembro que depois de uma longa conversa com uma trabalhadora do sexo sobre a sua experiência na Europa, ela me confessou que uma tinha sido envolvida num caso de cafetinagem por ter alugado apartamentos para prostitutas brasileiras na Europa:

“É desse jeito que a gente começou: ele pegava apartamentos e a gente dividia o dinheiro. A gente sublocava 600 euros por semana para cada pessoa que morava nos apartamentos. A gente pagava tipo um aluguel de 1300 reais para um apartamento de 4 salas, com 2 quartos e a gente colocava três pessoas no apartamento para elas se prostituírem. A gente colocava os anúncios para elas e tudo mais e aí era 50 % para elas e 50 % para nós de tudo que entrava de pagamento de diária. Mas depois de um tempo o proprietário descobriu. E como se ganhava muito bem naquele então, o

proprietário passou a exigir que a gente pagasse a metade para ele, os 50%. E aí as pessoas começavam a se prostituir e pagar uma taxa por dia. E como as pessoas procuravam lugares para se prostituir então tinha muita procura e aí eu fui pegando mais apartamentos. Aí obvio que chegaram alguns problemas para resolver. Houve confusão, houve brigas. E aí veio a denúncia por proxenetismo, foi usada a lei de proxenetismo. Então eu tive que sair do país. E fui para outro país. E naquele outro país primeiro comecei a trabalhar nos apartamentos fazendo metade - metade, os 50 e logo depois comecei a pegar outros apartamentos.” (Paula, transgênero).

Sete meses depois, eu estava em Paris, acompanhando trabalhadores sociais em missões de prevenção e assistência às migrantes e trabalhadoras do sexo na rua, rodando pelos bairros de prostituição com ônibus especiais. O meu campo estava se desenvolvendo bem, pois tinha conseguido encontrar algumas pessoas-chave, reconhecidas dentro da comunidade trans. Pelo intermédio de uma delas, consegui ter uma lista de uma dezena de mulheres transgêneros que moravam em Paris. Mandei mensagens para cada uma delas. A Ana me respondeu logo e me convidou no fim de semana seguinte para jantar na casa de uma amiga em Paris.

Lembro que naquele dia estava muito frio, pois estávamos no meio do inverno. Cheguei em um bairro muito chique, bem no centro da cidade. Uma vez na frente do prédio, vi que tinha dois códigos diferentes para entrar. Segui as instruções da Ana e subi as escadas até o quarto andar. Ao chegar no corredor, vi uma mulher trans sair de um apartamento. Ela me convidou para entrar, me explicando que era a vizinha. Entrei no apartamento e senti logo um cheiro de frango com molho de tomates. Uma outra trans, Nadine, estava cozinhando. A Nadine se apresentou, me convidou para sentar e me deu um copo de vinho. Tirei o meu casaco e sentei no sofá. Dei uma olhada rápida ao meu redor: era uma quitinete toda reformada, bem quentinha. Estava tudo muito limpo, bem-arrumado. Meia hora mais tarde, a Ana chegou, acompanhada de mais uma trans, que se chamava Priscila. Eram quatro no total, todas bem diferentes uma da outra.

Elas se conheceram em São Paulo, trabalhando na rua, quando tinham uns 20 anos. Todas vinham de lugares distintos: Manaus, Fortaleza, Recife e Rio. Cada uma

explicou como surgiu a ideia de ir para a França e me dei conta de que três delas tinham sido traficadas. Boa parte dos debates durante a noite foi sobre cafetinagem. Senti muitas emoções distintas nas vozes delas: medo, raiva, impotência, resignação e desespero. A Ana foi a única que conseguiu ir para França sozinha, de forma autônoma. Os relatos da Priscila e da Nadine eram bem diferentes: as duas tinham sido traficadas pela mesma cafetina. Pagaram 12.000 euros para chegar na Europa. Moraram com mais oito prostitutas numa casa gerenciada por uma cafetina brasileira que exigia delas uma quantia absurda de dinheiro.

Quando falaram o nome da cafetina, o choque foi imenso. Era a trabalhadora do sexo que eu tinha entrevistado no Brasil sete meses antes. Tudo se esclareceu na minha cabeça em menos de um segundo: a Priscila e a Nadine tinha sido traficadas e exploradas por essa mesma pessoa. Nunca eu podia ter suspeitado que sete meses depois do meu encontro com essa pessoa no Brasil, eu ia entrevistar duas de suas vítimas em Paris.

Foi com base nesta história que a problemática geral da minha pesquisa surgiu de forma evidente. Confirmou a minha intuição inicial: as brasileiras trabalhadoras do sexo e as pessoas transgênero se organizam em torno de uma comunidade fechada e coesa, dentro da qual as relações entre os membros oscilam entre solidariedade e concorrência, generosidade e oportunismo, e amizade e ódio. O mesmo tipo de perguntas ressurgiam sistematicamente na minha mente, sempre relacionadas à qualidade das relações estabelecidas entre elas. Quanto mais eu analisava as entrevistas, mais as relações que uma tecia com a outra pareciam complexas e ambíguas. Os termos “amiga” ou “contato” apareciam em quase todos os relatos das trabalhadoras do sexo brasileiras, mesmo quando designavam as “cafetinas” que tinham se aproveitado delas. Elas consideravam esses “contatos” como pessoas que as ajudaram a realizar seus projetos de migração e de trabalho de sexo, embora tivessem se aproveitado das suas situações de ilegalidade para tirar disso alguma forma de benefício econômico. Se algumas delas parecessem cientes do desequilíbrio

nas relações entre elas e as “cafetinas”, a grande maioria não demonstrava ressentimentos contra elas; ao contrário, demonstrava uma forma de reconhecimento e gratidão.

Ao passo que fazia entrevistas individuais, percebi que existiam determinadas conexões entre as trabalhadoras do sexo. Muitas delas eram amigas, vizinhas, colegas ou chegaram a se conhecerem no lugar do trabalho. Muitas se “ajudaram” de uma forma ou outra, seja para receber uma recém-chegada na própria casa, para orientá-la para serem acompanhadas pelas associações adequadas, ou para lhes apresentar os bairros de prostituição, como o Bois de Boulogne em Paris, por exemplo. Os laços que elas tecem umas com as outras eram muitas vezes vagos e ambíguos, num contínuo de trocas econômico-afectivas indo da generosidade pura (por exemplo, sem nenhuma compensação financeira em troca da hospedagem) ao oportunismo econômico (por exemplo, quando se pedia uma compensação superior ao valor do aluguel dividido por pessoa). Percebi que era muito difícil entender com exatidão o tipo de relações tecidas entre elas, pois o limite entre a noção de “ajuda” e a noção de “interesse” é altamente flexível, mutável e evolutivo, variando de acordo com o contexto e as pessoas.

Desde então, quis aprofundar o tema das relações entre trabalhadoras do sexo brasileiras na França. Para este fim, decidi usar como base conceitual a noção de “economia moral” para estudar essas imbricações entre o econômico (desejo de dinheiro rápido, ascensão social e prestígio social) e o moral (regras éticas, obrigações morais, ideologias, emoções e afetos) que regiam o universo da migração e do trabalho do sexo.

### **5.2.1.2 Quando o ressentimento dá lugar à gratidão**

Escutamos agora a versão da história pela boca da Priscila, uma das mulheres transgênero brasileira traficada pela trabalhadora do sexo que eu tinha encontrado no Brasil sete meses antes:

“Aí surgiu esse negócio de tráfico de pessoas. Elas te fazem a proposta: 10.000 dólares. Quer?! Ou não quer?! A pessoa conversa contigo e acerta o preço do trato. A gente tinha medo... Paguei 12.000, me chamaram e me levaram para lá. Quando cheguei lá, eles me falaram ‘você tem que pagar isso, isso e aquilo’. Eu tinha que pagar a minha dívida, mais toda a minha comida, o aluguel da casa e o táxi para ir trabalhar. Depois daquele lugar, eu vim para Paris, por causa da confusão que deu com ela e uma outra cafetina lá naquele primeiro lugar, porque ela trazia muitas meninas. E aí fomos todas espalhadas pela Europa. Aí, como a gente era ‘filhas’ dela, uma filha foi para um país, outra filha para outro. E ela me mandou para cá, para Paris. Cheguei em Paris, eu não sabia falar francês mas já tinha um lugar para morar, porque elas tinham tudo já organizado né. Me deram também um telefone. Eu trabalhava metade/metade. O 50 % daquilo que ganhava eu dividia com ela. Se eu ganhava 200 euros, era 100 para ela, 100 para mim. E ainda tinha que pagar 100 euros por dia para dormir. Aí eu falei para a cafetina ‘como que é que vou pagar esses 500 euros para você por semana?’ Eu não tinha condição de pagar assim, nesse nível! Pagando 500 euros por semana só para dormir, além de tudo o resto para ser numa situação dessa, não dava mais!” (Priscila, transgênero).

Esta parte da entrevista foi muito reveladora para mim porque entendi como os “pactos” ou “tratos” que as prostitutas passam com as suas cafetinas são estabelecidos. Tratam-se de acordos econômicos em que as duas partes tiram vantagem. As cafetinas são geralmente antigas prostitutas, que conhecem o país de acolhimento, falam a língua e tem muito prestígio na “carreira prostitucional”. Elas organizam tudo, pagam as passagens, procuram apartamentos para elas dormirem, colocam os anúncios nos sites, conversam e marcam os encontros com os clientes. As cafetinas se beneficiam de muita admiração, pois são vistas pelas filhas como exemplo de sucesso, tanto na carreira prostitucional como na integração no país de acolhimento. Ademais, são elas que permitem a realização do sonho de ir trabalhar na Europa.

Quanto mais a conversa avançava, mais eu percebia raiva e indignação na voz da Priscila. Sentia que a extorsão de dinheiro chegava a um ponto inaceitável. Entendi que a exploração podia ser aceita pelas prostitutas até um determinado limite, a partir do qual o contrato podia ser quebrado. A extorsão de dinheiro por parte de uma cafetina podia ser tolerada desde que essa participasse ativamente da chegada e do estabelecimento da recém-chegada no país de destino, cumprindo, assim, a sua parte

do trato. Contudo, se a ajuda da cafetina é considerada insuficiente ou não adequada pelas trabalhadoras do sexo, a exploração chega a um ponto insustentável e por conseguinte, o trato acaba se quebrando. Desta forma, entendi que a exploração econômica repousava num frágil equilíbrio, que, uma vez desestabilizado, tornava a exploração intolerável e o acordo caduco. Neste caso particular, a ajuda que a cafetina proporcionava para Priscila não foi considerada suficiente para justificar tal proporção de dinheiro extorquido. Quando mais escutava o tom de revolta na voz da Priscila, mais eu compreendia as dinâmicas dos tratos entre as prostitutas e suas cafetinas. A exploração chegava a um ponto tão intolerável que a Priscila não tinha outra opção senão se rebelar e se liberar do controle de sua cafetina. O oportunismo econômico da “mãe” tinha perturbado o equilíbrio tão delicado sobre o qual o pacto econômico-moral que ela tinha contratado com a sua “filha” se mantinha.

O foco da conversa era sobre aquela cafetina, sobre se ela tinha sido “boa” ou “ruim”. Embora a Priscila estava ciente de ter sido explorada por ela, ficava desconfortável quando as outras amigas falavam mal dela. Parecia que Priscila defendia a sua “mãe” e que ainda permanecia um sentimento de gratidão por essa a ter protegido e ajudado a concretizar o projeto de ir trabalhar na Europa. Eu senti que ainda perdurava um pouco de afeto, reconhecimento e benevolência em relação à sua cafetina. Assim, a Priscila continuou falando:

“Aí passou o tempo. Aliviou. Ela esqueceu de mim e fui para o meu lado. Me encontrei com ela ultimamente e ela foi super maravilhosa comigo. Bom... É verdade que ela foi pouco generosa comigo, mas ela foi muito educada. Ela foi muito boa comigo... Porque ela viu a minha situação, ela viu que realmente não dava, e ela deixou para lá. Tem muitas cafetinasque fazem muito mal, que tratam mal... Mas ela não foi maldosa comigo, não foi como as cafetinas das histórias que escutei lá da Itália.” (Priscila, transgênero)

Exasperada ao ver que a Priscila defendia a sua cafetina, a Ana intervia o tempo todo na conversa. A um certo ponto, Ana cortou a fala da Priscila:

“Mas ela foi presa, Priscila! A casa dela caiu! Ela estava com 17 pessoas lá dentro. Ela ficava levando as meninas de lá para cá, de cá para lá!” (Ana, transgênero).

Mas a Priscila continuava defendendo a sua “mãe”, falando:

“Mas eu tenho que agradecer por eu estar aqui né, porque eu cheguei. Hoje em dia, ela mudou. Ela se arrependeu, ela não é mais essa pessoa maldosa que era.” (Priscila, transgênero).

Porém, a Ana continuava cortando a fala da Priscila e gritou:

“Mas amiga! 100 euros por dia dava 3.000 por mês! é o preço de um apartamento de 3 quartos em Paris! Ganhar nas costas de viado isso não é legal, é errado! Isso é exploração humana!” (Ana, transgênero).

Essa discussão entre a Ana e a Priscila foi muito interessante porque estava revelando a natureza do pacto e das relações que a Priscila e a cafetina tinham estabelecido uma com a outra. A Priscila procurava justificar o comportamento da sua cafetina, ressaltando o fato que ela tinha sido um apoio crucial na sua trajetória de migração e prostituição na Europa. Mesmo estando ciente do desequilíbrio nas relações entre ela e a cafetina, Priscila não demonstrava ressentimentos; pelo contrário, demonstrava uma forma de reconhecimento e gratidão. A Ana mantinha a sua posição com muita firmeza e determinação: para ela, a cafetina não tinha “ajudado” a Priscila. Ela a tinha enganado e aproveitado de sua situação de vulnerabilidade, portanto, não merecia compaixão nem perdão.

### **5.2.1.3 A lei do retorno como expectativa de justiça**

Escutamos agora a versão da Nadine, a outra mulher traficada pela mesma cafetina:

“Nós somos todas da mesma mãe, a mesma geração de miss. E a mesma bicha que levou ela [mostrando a Priscila] me levou! [rindo]. Primeiro veio o meu amigo, depois veio um amigo daquela cafetina, que ela mandou buscar. E depois veio um outro. Todos eles eram gays. Ai veio um, falou ‘Vou para Paris e tu fica aqui tomando conta da casa, quando eu chegar lá, eu vou mandar para te buscar, vamos morar em Paris e vamos estar felizes para sempre’. É assim que fica a cabeça da gente antes de sair do Brasil: sonhando. Era um empurrando o outro: ‘tu vai e depois eu vou’. Ai ela veio, depois o outro, depois o outro e depois fui eu. Foi muito rápido, mandaram me buscar em 4-5 meses. Porque ela falou assim: ‘Assim que eu conseguir um

apartamento mando para te buscar'. Ela conseguiu um apartamento, só que a Carla descobriu que pegou um apartamento, e que estavam armando trazer as outras. A Carla é uma das mais antigas. A gente se ajuda uma com a outra, mas tem aquela história da mais veterana, que tem que respeitar, tem que saber chegar, senão tem as puxadas de tapete. Aí deu uma puxada no tapete quando esse meu amigo entrou na casa dela. E quando cheguei aqui, o apartamento já tinha tombado.” (Nadine transgênero).

Neste relato, vemos a importância do respeito e da estima que as trabalhadoras do sexo devem ter para com as mais antigas. De certa forma, podemos dizer que a cafetina rompeu certas regras, códigos e obrigações morais, como o respeito à hierarquia e à antiguidade dentro do universo social da prostituição de rua. Se a prostituição e a imigração irregular são fenômenos sociais que penetram a fronteira da ilegalidade, isso não significa, todavia, que não haja regras morais claras e definidas entre os envolvidos.

Escutamos agora a Priscila e a Nadine falando sobre os cafetões e as cafetinas:

“Só que as pessoas que fizeram tudo isso com a gente, que são cafetões ou cafetinas, todos os filhos deles tiveram fim horríveis. Não quero nem falar porque é muito triste sabe, porque é a lei do retorno. Porque eles estavam abusando do ser humano.” (Priscila, transgênero).

“Eu conheci essa semana uma pessoa que andava com um bom carro importado, com bolsa da Chanel e várias joias. Era um sonho para muitas bichas.... mas essa pessoa era cafetina, ganhava milhões. Sabe como ela tá hoje? Passaram anos e hoje ela tá pobre, drogada, numa esquina de São Paulo, fumando craque. Perdeu tudo. Como muitas outras também. Como várias outras. Elas morem cedo de maldade.” (Nadine, transgênero).

Aqui, parece que a compaixão e o perdão se dissipam para dar lugar ao desejo de vingança, como se as vítimas de tráfico e exploração sexual estivessem satisfeitas com os destinos infelizes de seus exploradores. Acreditam na " lei do retorno " que pune a vaidade, arrogância, ostentação da riqueza e exploração dos outros. Por um lado parece que consideram “justo” que os cafetões e cafetinas tivessem sido presos ou que tivessem um fim lamentável. Porém, por outro demonstram pena e compadecimento para os seus filhos inocentes, que foram torturados ou mortos por



vingança.

No final das contas, esta história mostrou como “interesse” econômico e “moralidade” se entrelaçam de forma muito complexa nas relações entre as trabalhadoras do sexo e suas cafetinas. Foi com base na noção de “economia moral” que conseguimos ilustrar a ambiguidade das relações economico-morais que se desenvolvem entre as migrantes trabalhadoras do sexo na França.

## **5.2.2 Quando expectativas econômicas e obrigações morais se integram nas interações das trabalhadoras do sexo brasileiras com as suas cafetinas**

### **5.2.2.1 Da “ajuda” proporcionada pelas “amigas” e familiares**

Quando decidem empreender a viagem para Europa, as brasileiras trabalhadoras do sexo “ativam” a suas redes de contatos no meio da prostituição (Piscitelli, 2007b). Sobre as 31 entrevistas realizadas, 18 trabalhadoras do sexo brasileiras efetuaram a viagem graças à participação de uma pessoa intermediária por fora da esfera familiar e 12 viajaram sozinhas. Porém, dentro das 12 pessoas que organizaram as suas viagens sozinhas, mais da metade já tinham um “contato” no país de destino, para recebê-las nos primeiros dias e ajudá-las a se instalar. A grande maioria das brasileiras cisgênero que atravessou as fronteiras do Brasil para França por conta própria já estava inserida em redes de vizinhas, amigas, conhecidas e parentes no território (Piscitelli, 2007a).

Em todos os casos, a escolha do país de destino não se faz por acaso, mas depende dos “contatos” que conseguiram ativar e que estão dispostos a ajudá-las de certa forma (Negroni, 2011). Escutamos a fala da Rosângela e da Lorena, a título de exemplo:

“Eu conhecia amigas que já pensavam em ir também. Elas eram todas amigas minhas. Eu não queria nem vir para Europa mas como era tudo conhecimento, quando elas vinham da Itália, elas me davam uma bolsa, um sapato. Então peguei amizade. E quando cheguei na Itália, já conhecia todas. Então foi mais fácil para

mim. Estava no meio das cobras mas nunca elas quiseram botar o veneno lá de fora.” (Rosângela, transgênero).

“Essa minha amiga, ela não estava me dando atenção. Eu fiquei 4 dias sem falar com ela, porque a gente tinha discutido. Porque ela é bem egoísta, digamos. Mas depois de um tempo a gente tinha voltado a conversar. Duas vezes ela blefou comigo, entendeu. Não deu para eu ir da primeira vez. Ela inventava desculpas. Na segunda não deu também não, por causa do apartamento. Então eu fiz contato com uma outra amiga que me passou um contato em Londres. Então eu pensei que era para eu ir para Londres, que lá ia ser o axé! Mas nesse tempo a outra, a da França, recomeçou a falar comigo. E aqui para mim ia ser mais fácil do que em Londres por causa do apartamento e da doença. Porque aqui ela já sabia o caminho, já tem o apartamento dela, já está estabilizada entendeu?” (Aslhey, 27 anos, transgênero).

Podemos ver que o lugar de destino depende antes de tudo da qualidade e da fiabilidade dos contatos estabelecidos nos países europeus. Quanto mais os “contatos” ou as “amigas” são integrados e estabelecidos nas sociedades de acolhimento, em outras palavras, quanto mais as já estabelecidas praticam a língua do país, conhecem o sistema de saúde local e estão inseridas em redes de associações ou instituições de apoio às migrantes e trabalhadoras do sexo, mais se tornam contatos “seguros” para as brasileiras que desejam ter uma experiência no exterior.

O que mais me surpreendeu ao longo do meu trabalho de campo e da minha inserção no meio das brasileiras trabalhadoras do sexo na França foi que as descrições desses “intermediários” não correspondiam em nada com a imagem do cafetão que eu havia imaginado anteriormente. Com efeito, os retratos que as minhas interlocutoras desenhavam dos “contatos” que as tinham ajudado na travessia divergiam muito da figura do cafetão violento e manipulador erguida pelos discursos abolicionistas e amplamente divulgados nas mídias. Assim, o termo “amiga” era onipresente nas histórias que escutava, para designar as pessoas, geralmente mulheres, que as ajudaram a pagar a passagem de avião, a encontrar um quarto para dormir, aprender as bases da língua francesa, elaborar os anúncios nos sites, acertar com os clientes, etc. (Piscitelli, 2007a)

Vejamos com mais detalhes um encontro que tive com duas brasileiras

transgênero em Paris. Encontrei primeiramente a Lorena, por meio de uma associação de luta para os direitos das pessoas transgênero. Ela me explicou que fazia uma semana só que estava em Paris, e que se sentia um pouco desnorteada pela quantidade de estímulos e coisas novas que tinha que absorver aqui. Mas me contou que a sorte dela era ter uma amiga próxima, a Jéssica, que a ajudava:

“Foi minha amiga que me trouxe aqui, foi, ela já está aqui há 4 anos. Eu conheci essa amiga desde antes de vir para a Europa, em Belo Horizonte. Tínhamos um contato direto mas não morávamos juntas. Eu vi que todo mundo começou a ir e eu já não estava mais bem. Eu já tinha planos para ir. Não sabia quando, mas tinha eu planos para ir. E a minha amiga me chamava para vir. Só que já tinha a minha grana para vir. Eu já tinha pago a minha passagem, já tinha a reserva do hotel e tudo, mas ela me ajudou com outras coisas. Ela me deu 2.000 reais para fazer outras coisas, entendeu? O dinheiro de eu vir para Europa eu já tinha. Só que tinha que tirar fotos, comprar mala, tinha uns gastos para pagar lá em casa, entendeu? Apesar de eu não precisar do dinheiro, ela me emprestou. Não me emprestou não, ela me deu né! Ela me recebeu e me deu esse dinheiro. Ela não me cobrou nada. Ela sempre foi minha amiga. Não é questão de ser interessada no dinheiro. Ela é uma pessoa que precisa de uma ajuda psicológica, porque fica centrada e acha que o mundo gira em torno dela. A maioria das trans são assim. Ela é também uma pessoa muito estressada, mas é uma pessoa que gosta de ajudar.” (Lorena, transgênero).

Neste relato, a amizade entre as duas brasileiras parece íntima, sincera e profunda. Segundo Lorena, a sua amiga Jéssica não tinha expectativas de retribuição financeira, já que ofereceu a sua ajuda de graça, de boa vontade. Foi também a sensação que eu tive quando fui convidada para jantar com elas no apartamento delas. Lembro que a conversa era muito animada, trocavam piadas, fofocavam ao me mostrar vídeos de shows no YouTube, se olhavam e gargalhavam. Elas deixavam transparecer muita cumplicidade e bondade.

A relação entre a Lorena e a Jéssica foi para mim um exemplo de relação horizontal, de trocas e de reciprocidade. Se a preocupação com o dinheiro é um elemento que sobressaía de maneira constante em todas as entrevistas com trabalhadoras do sexo brasileiras, não percebi por parte da Jéssica nenhuma forma de pressão ou expectativa de ganhar dinheiro em cima do trabalho da Lorena. Pelo contrário, a apreensão dela era mais de ajudar Lorena a torna-se mais autônoma, mais

independente. Ao longo da noite, a Jéssica contava a experiência da chegada dela na França e como tinha conseguido engrenar no trabalho. Dava dicas e sugestões práticas para a Lorena, insistindo no fato de que tinha sido difícil para ela e que não queria iludir Lorena. Jéssica tentava transmitir o conhecimento que tinha extraído da própria experiência, explicando quais eram as armadilhas que tinha que evitar e as boas técnicas para ajudar Lorena a enveredar, ter perspectivas de progresso na carreira prostitucional e assim, não depender mais dela:

- Jessica: “Lorena, você vai precisar de 6 à 8 meses para aprender o francês. Você precisa viajar! Vai precisar saber o que você vai falar na estação de trem, no hospital, nos mercados perto de casa. Você vai precisar viajar mesmo. Para ficar mais independente.”

- Lorena: “Eu preciso praticar o francês para eu ter desenvoltura. Então o meu telefone ainda não está tocando muito, tenho poucos clientes por enquanto. Eu uso a tradução do Google para escrever as mensagens, mas daqui a pouco esqueço de novo. Não adianta nada. Eu estou vendo como que posso fazer para pegar aulas de francês.”

- Jessica: “Mas se ela faz aulas ela vai ter que ficar aqui em Paris, agarrada! Aulas de francês não dá para puta não! Puta aprende com a vida mesmo! Vamos ser realista, amor! Até porque não é possível ela ficar 8 meses ou 1 ano na minha casa. Ok se eu viajo um mês eu posso deixar ela sozinha aqui, mas se eu ficar aqui sem viajar não dá para ficar juntas tanto tempo. E também em Paris você precisa ser famosa para ganhar dinheiro. Tem tudo isso ainda para fazer. Os clientes têm que conhecer ela. A primeira coisa que tem que fazer é fazer um vídeo dela para que seja conhecida. Porque tem muitas fotos falsas nos sites. E a Lorena tem um perfil no site muito parecido aos outros perfis com fotos falsas, vou fazer o que?! Todos os perfis das bichas têm fotos falsas! Você tem que botar um vídeo! Tem que fazer ensaios de fotos, com várias fotos belíssimas! Eu tenho um por ano. Os homens acham que já pegou, já montou. Ninguém pensa que é você que tá aqui. É igual comigo aqui! Eu tive que fazer um filme pornô. Eu odiei fazer porque era a minha imagem ali! Imagina eles me abriram em cima de uma cama, com a câmara entrando em você, filmando. Você acha isso legal?! Todo mundo vendo ali, por 800 euros? Mas foi um avanço, porque eu tava igual a você, assim sem ganhar, precisando de dinheiro. Então em relação ao trabalho, isso foi ótimo! Você vai ter que fazer, Lorena! Então, tem várias etapas. Eu tenho experiência.” (Lorena e Jéssica, transgêneros).

Da mesma forma, vejamos a narrativa de outra brasileira transgênero, Ana, que se tornou muito amiga da pessoa que a ajudou a realizar a viagem para Paris:

“Fui para São Paulo. Conversei com as meninas e foi quando ela entrou em contato comigo. Ela estava em Paris, morava sozinha e procurava alguém para dividir na

França. Fui para São Paulo, mas já com esse intuito de mudar de vida, de conhecer e focar nesse trabalho. Mas estava já com o pensamento de vir para cá. Porque já tinha conversado com essa menina e ela me falava que se eu queria conhecer, eu podia vir. Aí fiquei 3 meses em São Paulo e nesse meio tempo a gente já estava conversando. Eu falei para ela que queria vir mesmo. E ela me falou: ‘Olha, você vai precisar disso, disso e disso, e de tanto para viajar. Eu posso te ajudar com a passagem porque vai sair mais em conta para mim aqui, e você me reembolsa.’ Ela me falava que ela podia me receber, para eu ficar com ela na casa dela. A gente podia dividir o aluguel e pronto. Aí eu fiz tudo. Acho que fazia dois ou três anos que ela estava na França. Vim para cá em 2012. Cheguei na casa dela, ela foi me buscar no aeroporto e ela me levou pro apartamento dela. Depois ela foi apresentar para mim Paris. Eu fiquei deslumbrada, porque nunca tinha viajado, nem mesmo no Brasil, nem para outros países. Eu fiquei deslumbrada com a língua, a forma de se vestir, com a cultura. Eu fui gostando e fui ficando. Eu comecei a dividir o aluguel no segundo mês que cheguei, reembolsei só uma parte da passagem que ela gastou comigo. Acho que ela gastou 600 euros e reembolsei 400 euros para ela, porque o resto ela me pediu coisas do Brasil para eu levar para ela. Aí a gente já bateu nisso. A gente trabalhava juntas, no mesmo apartamento. Porque antes ela trabalhava só. E no começo, quando ela chegou, ela descia no Bois de Boulogne. E quando ela conseguiu um apartamento ela falou: ‘Eu não quero mais ficar sozinha no meu apartamento. Para mim, pagar o aluguel sozinha, que são 1600 euros, fica pesado. Você é uma pessoa de confiança, eu sei que você é responsável, eu sei que vou ficar tranquila’. Foi aí que eu vim. (Ana, transgênero).

Nessa história, a amiga pagou a passagem de avião de Ana e a recebeu em casa. Contudo, embora a Ana não lhe tenha reembolsado a totalidade do valor da passagem e não tenha pagado o primeiro mês de aluguel para ela, ela é vista como uma “vítima” de tráfico de seres humanos a fins de exploração sexual perante a lei. Assim, apesar de ter a ajudado e provavelmente ter “dado mais do que recebeu” dela, a sua amiga é considerada como cafetina pelo direito.

Assim, esses “contatos” pode ser simplesmente “amigas” que as esperam e as ajudam a se instalar no lugar de destino, como podem ser também “cafetinas” no sentido mais estrito do termo, participando mais ativamente da viagem das trabalhadoras de sexo e se beneficiam de compensação financeira pelo serviço prestado. Dessa forma, existe um vasto leque de relações entre as trabalhadoras do sexo e suas cafetinas, dependendo do grau de proximidade e intimidade entre elas, da autoridade da cafetina, e da pressão psicológica sofrida pela migrante trabalhadora do

sexo.

Muitas trabalhadoras do sexo transgênero contaram como sua afirmação e transição de identidade foi guiada sob a égide de uma trans mais velha. Os novos trans são acompanhados tanto na transformação de seu corpo como na integração em lugares de trabalho e socialização específicos do grupo comunitário (Monvalon, 2016, Negroni, 2011). Em troca, os novos oferecem dinheiro e presentes a seus protetores e, assim, criam um elo de reciprocidade emocional e social. Na maioria dos casos, nos acordos econômico-morais concluídos entre as trabalhadoras do sexo e suas cafetinas, as cafetinas disponibilizam o conhecimento sobre o sistema de migração e de prostituição adquirido pelas suas próprias experiências e exigem dinheiro como contrapartida. Ana, uma brasileira transgênero as chama ironicamente de “fadas madrinhas”. Ela nos explica como funciona o sistema de cafetinagem e detalha as modalidades dos pactos de passagem na narrativa seguinte:

“A maioria de nós que vem assim toda ajeitada pelas fadas madrinhas, elas dão todo o aparato: elas te explicam como você tem que vir, que roupa você tem que usar, que tem que pegar um seguro turístico, que tem que vir com o visa turístico. Elas mandam a gente de um jeito discreto. E quando a polícia pergunta para você ‘o que vai fazer aqui?’ você tem que responder: ‘Turismo’ Se o policial te pergunta ‘Tem dinheiro?’, aí você tem que mostrar o dinheiro. Todas elas te dizem o que tem que fazer: abrir uma conta no banco, fazer a reserva no hotel e tudo, entendeu? As que vem na tola, que não sabem de nada, elas vêm assim, não sabem que tem que fazer a reserva do hotel, só compra o bilhete e junta um dinheirinho, elas acham que é só isso. Mas não! Hoje em dia se você chega no aeroporto Charles de Gaulle, se você tem dinheiro, a reserva do hotel mas não tem o seguro turístico, você não entra! Entendeu? Aí as fadas madrinhas, elas já te dão toda essa parada. Elas te pegam no dia e dizem assim ‘vai fazer o passaporte’, te pega no dia seguinte e te levam na agência. E já sai com tudo ali. Até o falso passaporte elas arrumavam na época. Eu vim direto. Até eu vim com o meu dinheiro. Prometi pagar essa conta. E a bicha me falou: ‘Você é linda, vai tirar o ponto de muitas bichas e vai trazer problemas lá na Itália. Você vai trazer muito problema, então me dá um presentinho?’. Eu vim por 10.000 euros, porque eu paguei a passagem pelo meu nome. Foi 10.000 só, porque eu banquei a passagem. Senão ia ficar mais caro ainda.” (Ana, transgênero).

Continuamos agora olhando para a conversa entre Lorena e Jéssica sobre as vantagens e desvantagens de empreender a viagem sozinha ou passar pelo intermédio

de um cafetão:

- Jessica: “A primeira coisa que eu falei para a Lorena foi que tinha que pagar um ‘*maquereau*’ [‘cafetão’ em gíria francesa), para atender o seu telefone, para botar seu anúncio sempre no top. Eu falei para ela que podia vir desse jeito, porque aqui a minha reputação pode cair, as pessoas me olham de um jeito diferente, pensam que eu sou a cafetina dela. E eu já passei por problemas assim. Mas a Lorena não quer pagar essas pessoas. Então se ela quer vir com o dinheiro dela, ela tem que viver como eu! Eu vim com o meu dinheiro e demorei um ano para ganhar dinheiro. Um ano em que chorava todos os dias. As bichas já tinham me falado: quando você vem com o seu dinheiro é tudo muito mais difícil. Agora, a pessoa não pagou ninguém, veio já se achando: ‘Tá ótimo, não vou pagar ninguém, vou ganhar o meu.’ Não existe isso! É por isso que existe cafetinagem, entendeu! Porque existem bichas como eu que perceberam que vir por conta própria não é aquela coisa. Eu avisei para ela, eu avisei! Eu liguei várias vezes para ela falando ‘Vem com o Fabrício, paga uma bicha ali’.

- Lorena: “Eu calculei para vir, dá 36.000 reais. Que são 8.000 euros para o cafetão...”

- Eu: “E o que que o cafetão faz com esses 8.000 euros? Te deixa num ponto, te hospeda...?”

- Jessica me cortou a palavra e respondeu, agitada: “O quê?! Te hospedar? Não! Sabe o que ele faz? Ele te joga na França! Aí o resto depende de você, se você tem amigas aqui ou não. Ele não quer nem saber, você se vira, viado! ‘Vou atender o seu telefone, o cliente vai chegar em 10 minutos.’ É uma coisa assim, é muito babado! Você paga 8.000 euros para ele e tá tudo resolvido. Ele te cobra a passagem e arranjam um apartamento para você. Mas hospedagem, nada. Você chega, mas na próxima semana você tem que se virar. Não quer nem saber não.” (Lorena, Jessica, transgêneros)

No caso das brasileiras cisgêneros, constatei que muitas delas vieram por meio de uma rede familiar ou de um círculo de convivência muito próximo ao núcleo familiar.

“Era a filha da amiga da minha mãe. Que mora aqui em Paris já tem 15 anos. E ela que me trouxe, que me mostrou. No caso ela comprou a passagem para mim, eu não tinha nem um centavo na época. Ela comprou tudo o que eu precisava. E como ela tem a documentação espanhola, então não tive problema para fazer a conexão no aeroporto. Aí eu vim com ela, só que eu paguei para vir. Assim, tipo para botar palavra certa: ela me cafetinou. Além da passagem, eu paguei para ela me mostrar como se faz, para me guiar. Ela me guiou mais ou menos um mês. Ela não tem casa, então ela meio que foi me levando em apartamentos, em hotéis em que dava para fazer. A menina que me trouxe me explicou tudo. No começo é ela que fazia para mim, ela colocava os anúncios para mim e depois ela me ensinou como fazer.” (Larissa, cisgênero).

4 das 13 brasileiras cisgêneros que entrevistei tinham uma parente próxima

que exercia também a prostituição, muitas vezes a própria mãe ou as irmãs.

Escutamos a conversa entre Camila e Natália sobre os laços que as vinculam:

- Camila: “Eu conhecia ela, a Natália no Brasil. Ela era mais antiga, ela vivia dentro da casa da minha mãe, era colega de trabalho dela. Era colega também da minha irmã, e é até agora. Há mais de 30 anos que nos conhecemos. É que o pessoal a gente vai conhecendo. Por exemplo chega uma brasileira, de repente precisa de alguma coisa, olha como está e assim vai se conhecendo. De tanta intimidade como tipo nós, que faz anos que nos conhecemos.”

- Natália: “São todas casadas, tem família tudo. Só ela que está aqui nessa vida. O resto não. Mas elas sabem sim. A mãe dela era muito querida. Sou uma mãe para a Camila. Conheci ela quando era bem pequenininha. Quando eu morava lá em Porto Alegre, que a mãe dela fazia essa vida, a Camila nem tinha nascida. Nos íamos de manhã cedinho, coitadinhas, a gente levantava às 6h da manhã para ir nos puteros. A gente trabalhava, e comprava pão, presunto e queijo e a gente tomava cafezinho esperando os clientes. Ai que gostoso que era naquele tempo! Estava também com a irmã mais velha dela, que hoje está no Canadá e tá muito bem lá. Ela também saiu daquela vida, ela fazia essa vida também em Porto Alegre comigo.” (Camila e Natália, cisgêneros).

O meu encontro com Camila e Natália tinha sido muito marcante. Era a primeira vez que ia entrevistar trabalhadoras do sexo no lugar de trabalho dela, no bairro das camionetas. Lembro dos esforços que eu fazia para não deixar transparecer o meu nervosismo. Eu conversando em voz alta, exagerava meus risos e fazia muitas piadas sobre os franceses e os brasileiros, para esconder o meu desconforto. Quando entrei na camioneta dela, tive a sensação de entrar na privacidade dela, como se estivesse entrando no quarto delas. Me dei conta mais tarde que todas as camionetas estavam organizadas e ajeitadas da mesma maneira: uma cama de casal era disposta logo no fundo da camioneta, ao lado da qual colocam uma mesa de cabeceira com várias gavetas com produtos de limpeza, cosméticos, papéis higiênicos etc. Uma cortina separava o “quarto” dos bancos do condutor e do passageiro na frente. Mas naquela hora tinha a sensação de entrar na casa delas, estava espantada ao ver como era tudo limpo, cheiroso e aconchegante. A Camila falava muito pouco, era bem mais discreta e passiva. Em contraste, a Natália falava demais, de forma extremamente rápida e as vezes confusa, trocando de assunto o tempo todo. A primeira pergunta que



veio na minha cabeça ao escutar a Natália foi: “Quem é ela? Será que é a cafetina da Camila”. A grande diferença de idade e as atitudes opostas delas me faziam duvidar sobre o tipo de relação que existia entre elas.

Depois de meia hora de conversa animada, um cliente chegou. Natália baixou o vidro, indicou para ele os preços e ele assentiu com um sinal de cabeça. Fiquei sem saber para onde ir, o que fazer do meu corpo. Fiz a proposta de sair da camioneta. Natália me falou que era para eu ficar na frente, porque estava muito frio lá fora. Fechou a cortina que nos separava da Camila, que estava fazendo o programa na parte de trás com o cliente. Fiquei muito desconfortável, mas continuei a conversa como se nada estivesse acontecendo. Depois de 3 ou 4 minutos só, o cliente saiu, Camila abriu a cortina e deu os 40 euros para Natália. Natália pegou o dinheiro e colocou embaixo do banco dela.

Esta anedota de campo contribuiu em forjar a minha intuição de que a grande maioria dos programas era provavelmente realizado por Camila, dado que era muito mais jovem, bonita e valorizada no mercado do sexo, e que Natália era responsável pelo gerenciamento do dinheiro. Me confirmaram depois que dividiam todas os lucros. A relação entre Camila e Natália ilustrou de forma muito evidente a ambivalência das relações que as trabalhadoras de sexo tem com as suas cafetinas. Eu conseguia distinguir demonstrações de afeto, maternagem, intimidade e proteção entre elas, ao mesmo tempo que estavam inseridas em uma relação desequilibrada, dado que Natália parecia ter uma forma de ascendência e autoridade sobre Camila.

Vamos ver agora como a “ajuda” proporcionada pelo “contato” ou “intermediário” pode se transformar em real situação de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. Quando o interesse econômico é tanto que acaba abafando a contrapartida da ajuda e da benevolência, o pacto “econômico-moral” entre as trabalhadoras do sexo e suas cafetinas se rompe e se transforma em real relação de dominação e exploração sexual.

### 5.2.2.2 ... ao oportunismo econômico e exploração sexual

Nem todas as brasileiras que encontrei tinham viajado sozinhas ou sido ajudadas para atravessar as fronteiras por familiares ou amigas benevolentes, mas esse foi o caso da maioria. De fato, como já falei acima, das minhas 31 interlocutoras, 18 foram “cafetinas”, no sentido de que contraíram uma dívida em troca da ajuda de uma pessoa alheia para chegar na Europa e na França. Em muitos casos, como o da Ágata, as trabalhadoras do sexo devem reembolsar a dívida que criaram com a cafetina, dando-lhes os 50 % das receitas de seus programas, além de outras despesas cotidianas:

“Quando eu vim para França a primeira vez, eu tinha uma cafetina. Trabalhava meio a meio. De tudo que fazia, eu tinha que dar a metade. Porque trabalhava no apartamento dela. Mas tem muitas camionetas em que as mulheres que trabalham em dupla, então além de pagar a camioneta, ainda tem que pagar a metade. Principalmente em Gerland. Tem que pagar aluguel da camioneta e ainda a metade do que você fez. E elas te cobram tudo, para te levar no mercado elas te cobram, para pegar uma água elas cobram, para tudo!” (Ágata, cisgênero).

No caso de Natália, ela teve que reembolsar os 8.000 euros que tinha prometido para a sua cafetina antes da viagem:

“Eu entrei na Espanha com o visa turístico de 3 meses. Mas eu paguei para vir para a Espanha 8.000 euros. Por um bilhete que não custava nem 1.000 reais. Como a gente não conhece nada dessas coisas, tem outras pessoas que te informam como vir até aqui, que vão te ajudar. Só que você vai pagar uma certa quantia de dinheiro. A gente fica trabalhando até pagar isso e depois é cada um por si mesmo. Mas eu sabia de tudo antes. A gente combina um acordo antes: “Vou te comprar a passagem e te dar 1.000 euros, só que em troca vou querer 8.000”. Entendeu? Quando eu cheguei em Barcelona, eu tinha um apartamento que ela tinha alugado. Eu fiquei nesse apartamento, ela me deu dinheiro para chegar, comprar as minhas coisas e começar a minha vida. A gente paga pela organização, porque a gente não sabe nem falar. Aí você vem e tem alguém te esperando, tem um apartamento, tem tudo. Senão, você fica sem falar nem uma palavra da língua, você não sabe nada, não sabe aonde tem que trabalhar, aonde alugar apartamento, aonde colocar os anúncios. Eu consegui devolver esse dinheiro em menos de um ano. Eu dava tipo 1.000 euros por mês. (Natália, transgênero).

A Natália pagou 8.000 euros pela organização completa da viagem e da instalação na França, da sua recepção no aeroporto, à hospedagem na cidade de

destino, passando pela gestão dos anúncios e dos clientes. Ao final das contas, até poderíamos comparar com os serviços prestados pela cafetina com os “pacotes” propostos pelas agências de viagem comuns ou pelas empresas de coordenação de eventos. Por um lado, Natália se deu conta de que tinha que reembolsar mais de 8 vezes o valor da passagem e do dinheiro emprestado, mas por outro, ela afirma não ter sido enganada por ela, já que as condições foram elaboradas juntas antes da viagem e que ela recebeu o apoio logístico esperado.

Vejam agora a narrativa da Fernanda:

- Eu: “Você nunca teve contato com cafetinas ou cafetões?”

- Fernanda: “Com cafetões não, Deus me livre! Cafetina já... Mas não era cafetina. Era troca de favores né? Porque eu não podia chegar aqui trabalhando. Então tinha que trabalhar com alguém. Então trabalhava com a mais velha e dividia, eu dava 50% para ela. De tudo o que fazia dava 50% para ela, para pagar o ponto. Aí depois de um certo tempo, falei ‘oh, já paguei e não pago mais nada, já estou velha! Vai pegar das meninas novas porque eu não vou dar mais nada, já era!’ 50% é muito. Tinha que pagar a metade, mais os 50 euros da camioneta. Fiquei quase um ano pagando para ela e depois falei ‘Basta!’. Ela respondeu ‘Como assim? Você não vai trabalhar aqui sozinha’. Eu falei para ela ‘Vamos ver! Porque eu já paguei a minha praça. A minha praça já tá paga. Eu trabalhei um ano te dando dinheiro da minha periquita. Já comeu daqui durante um ano, chega! Acabou!’ Aí brigamos feio. Porque se você vem no lugar, estaciona a van na rua, as outras vêm e não deixam você ficar, entendeu? Agora eu posso parar onde quiser, ninguém mexe comigo porque já paguei a minha praça. Não divido nada com ninguém”. (Fernanda, cisgênero).

Aqui, vemos que a Fernanda se revoltou e enfrentou a cafetina dela quando ela julgou que o dinheiro que tinha dado para ela era suficiente para justificar o encerramento do acordo “econômico-moral”. Ela considerou que depois de um tempo, ela tinha honrado a parte econômica e moral do trato e que desde então não devia mais nada para a sua cafetina. Podemos avançar o argumento de que a Fernanda não se sentia mais em dívida, nem economicamente e nem moralmente falando. Este relato nos mostra como as trabalhadoras do sexo desenvolvem sentidos do que elas acham “justo” ou “injusto”.

Da mesma forma, a honestidade e a transparência são valores morais que devem ser respeitados, como podemos ver no relato seguinte da Luciana:

“Cheguei aqui em 2000. Faz 19 anos. Eu vim por 12.000 dólares. Porque estava pagando o meu bilhete e queria descer nos pontos babados que a fada madrinha tinha. As fadas madrinhas são as meninas que ajudam mas que pedem dinheiro. As cafetinas, pois é. Tinha uma fada madrinha que estava de olho em mim mas eu falei ‘Ciao!’ e fiquei aqui em Paris. Eu tava com o bilhete para ir para a Itália na mão, mas tinha uma conexão de 4 horas aqui em Paris e uma amiga de verdade me propos ficar com ela sem me cobrar nada. Ela me falou que podia ficar na casa dela e eu fiquei. Eu falei para a fada madrinha ‘Olha, achei uma porta aqui em Paris então vou ficar por aqui’. Mas ela não ficou com tanta raiva de mim não. Porque na verdade eu vim com o meu dinheiro. Eu paguei a minha passagem. A maioria das fadas madrinhas ficam com raiva se você pega o dinheiro delas emprestado e depois não quer pagar. Você tem que pegar o dinheiro, quase 5.000 reais para o bilhete, e mais 1.000 dólares que você tem que ter na mão para passar na fronteira. Porque é tudo um aparato. Você não poder chegar lá e falar para sua madrinha ‘Aí madrinha, não posso pagar porque não tô ganhando nada’. Se faz isso, a madrinha dá um ataque! [rindo] Tem que ser honesta. Como eu não dei esse prejuízo pra ela, ela não ficou com raiva não. A gente ficou amiga. Até recebi ela na minha casa um dia que estava de passagem em Paris. (Luciana, transgênero).

Vemos através desta história que nem a Luciana nem cafetina dela ficaram com ressentimento, dado que as duas respeitaram as cláusulas do acordo.

Escutamos agora como a Natália diferencia as “boas” cafetinas das “ruins” e quais são os critérios que fazem com que as cafetinas passem da categoria de “ajudante” à “exploradora”:

- Eu: “E você já foi ameaçada ou pressionada?”

- Natália: “Não, eu nunca fui ameaçada. No meu caso não. Mas eu já tenho muitas amigas que ficaram presas, que não podiam sair de casa. Eu tenho uma amiga que veio de lá para a França, ela trabalhava para uma pessoa e dava 50%. Ela dava todos os dias a metade do dinheiro dela. Ela não podia sair de casa, não podia fazer nada. Um dia ela quis sair; ela inventou que estava doente. Quando chegou na discoteca, ela teve o azar de que essa pessoa estava lá e viu ela. Essa gay já tinha documento, ela tinha o passaporte italiano. Aí foi para casa da minha amiga, agrediu ela, pegou o passaporte brasileiro dela. Pegou o computador e a roupa da minha amiga e levou tudo, como castigo por ela ter saído. Fazia tudo para ela ficar ali, para dar mais lucro. Aí sim, eu acho que isso não é certo. Essa minha amiga, ela denunciou e teve toda uma investigação aqui em Paris durante um ano e meio. Essa gay foi presa, saiu no jornal e tudo. Foi presa dois anos e saiu agora. É brasileiro. Confiscaram quase todos os bens dele, hoje em dia não tem quase nada. Como foi comprovado que ela conseguiu quase todo o patrimônio dele extorquindo o dinheiro das pessoas, aliciando a prostituição, ela pegou a maior parte. Mas ele continua aqui. E trabalha aqui, ele continua se prostituindo.” (Natália, transgênero).

Nesta narrativa, vemos que a pressão que a cafetina exerceu sobre a amiga da Paula, em termos da privação de liberdade de ir e vir, do confisco dos itens dela e das agressões verbal e física chegaram a um ponto insuportável para ela. A denúncia para a polícia foi a consequência lógica da exploração sexual sofrida pela amiga da Natália. Em contraste, Natália afirma não ter motivo para denunciar a cafetina dela porque “não tinha motivo” para isto:

“Mas no caso da minha amiga, foi bem porque ela me explicou tudo antes. O que eu tinha que dar e o que não tinha que dar. É tudo uma troca de favor. Não é exatamente uma troca não, porque a gente que tem que pagar né, nada é de graça. Mas depois de um ano, eu fiquei livre. A minha cafetina, ela me falou tudo antes, eu sabia que ela ia me cobrar 8.000. Mas ela nunca foi agressiva comigo, ela nunca me bateu. Não tinha motivo para denunciar ela. Eu já sabia que ela ia querer os 8000. Às vezes eu não tinha como pagar ela e ela me falava ‘Tudo bem, tranquila, vai trabalhar, você me dá semana que vem’. Eu conheci uma amiga minha que quando não tinha o dinheiro ela ficava espancada. Já tinha o telefone confiscado, o computador, o passaporte preso pela cafetina. É que a maioria das pessoas tem medo porque acha que aquela pessoa é muito forte. Quando na verdade ela não é. Mas é complicado porque ao mesmo tempo são pessoas que ajudam, que sabem por onde entrar, por onde não entrar, que te dão o contato do apartamento. Quando você chega, que não fala nem uma palavra da língua, ela tem uma pessoa que atende o telefone para a gente. Então a gente tem aquela segurança porque quando você vem, já tem um apartamento. Até a gente pegar os temas e saber o que fazer. Uma parte do trato também é boa. E essas meninas, elas se prostituem há mais de 30 anos na Europa, então conhecem tudo e fazem isso para iniciar a gente, para ensinar como fazer.” (Natália, transgênero).

Se as cafetinas exercem um papel de proteção das trabalhadoras do sexo, esta proteção não se faz sem uma certa forma de autoridade ou pressão psicológica e/ou física. No relato seguinte, as relações entre a “mãe” e as “filhas” nos mostram como os vínculos de maternagem das filhas pela cafetina são inevitavelmente desenvolvidos através de uma forma de manipulação afetiva e psicológica:

“Ela me perguntou: ‘você tem o dinheiro para viajar?’ Eu respondi: ‘Olha, eu tenho em mãos 5.000 reais.’ Ela me falou ‘Então faça o seguinte: você compra a passagem no seu nome e eu levo você junto comigo para a Itália e você me paga 7.000 dólares’. Se eu viesse com o bilhete pago por ela e se tivesse que pagar o ponto da Itália para me garantir o trabalho, era 10.000-15.000 dólares. Mas como ela gostou muito de mim... Ela morreu há pouco tempo, assassinada. Ela me falou ‘Filha, você vai comprar a sua passagem e a mãe vai fazer 7.000 para você, mas não fala para

ninguém, tá bom? Você vai comprar a passagem no seu nome, e lá você trabalha e vai me pagando os 7.000 e depois você tá livre’. Viajei junto com ela. Foi ótimo! Em uma semana paguei os 7.000 dólares, já paguei na hora. Em um mês eu comprei a primeira casa da minha mãe. Na época ficava no hotel, ela tinha todos os seus contatos, ela era uma cafetina muito antiga. Tanto que quando cheguei com ela, ninguém mexeu comigo, nem as outras cafetinas. Cada cafetina tinha as suas filhas. As cafetinas perguntavam ‘Você é a filha de quem?’ ‘Eu sou filha da Xandinha’ ‘Mas a Xandinha é no Brasil. Paga, viada.’ A gente tinha que pagar. Só que eu nunca tive que pagar para ninguém porque cheguei junto com ela. Nunca paguei nem um café para ninguém.” (Luana, transgênero).

Podemos ver que Luana tem a sensação de ter tido uma relação privilegiada com a cafetina dela. Ela acreditou ser “a preferida” das filhas, e que por isso beneficiou de favores especiais, como o de pagar a metade do preço real para efetuar a viagem. Só que ela também foi coagida a não falar nada para as outras filhas. Percebemos que este tipo de constrangimento faz com que a Luana se encontre numa relação ainda mais oprimente que a isola do resto do grupo.

Conforme vimos nessa segunda seção, focamos na “economia moral” da migração das brasileiras trabalhadoras do sexo. Estudamos como o deslocamento do Brasil para França foi vivenciado pelas trabalhadoras do sexo cisgênero e transgênero como uma experiência na interseção entre dimensões materiais e estruturais ao nível macro, e dimensões subjetivas e individuais ao nível micro. Analisamos como preocupações e projetos de ordens econômica e materiais se misturam com aspirações pessoais, desejos, emoções e valores morais. Vimos também como o conceito de economia moral pode ser usado para interpretar os acordos concluídos entre as trabalhadoras do sexo e as pessoas intermediárias que as ajudam a atravessar as fronteiras. O oportunismo econômico na exploração sexual se mistura com sentimentos como a ajuda, a benevolência, a maternagem e a amizade, de forma muito ambígua.

### **5.3. As economias morais no cotidiano das brasileiras trabalhadoras do sexo na rua**

#### **5.3.1 Interações das trabalhadoras do sexo brasileiras entre colegas de trabalho**

As relações das trabalhadoras do sexo entre elas são muito complexas e são regidas por uma variedade de códigos, normas e expectativas de comportamento. As práticas e os modos de atuar vão da competição, da guerra aberta e da denúncia para a polícia à ajuda e solidariedade comunitária. Ao mesmo tempo um lugar de reunião e de troca de informações, o grupo de pares também é um lugar de muitas competições e ciúmes que resultam em brigas frequentes. O termo “espaço social”, apreendido por Lilian Mathieu (2000), nos ajuda a interpretar o espaço da prostituição como coletivos formados por indivíduos que compartilham o mesmo modo de existência e o mesmo *status* desviante. O autor especifica que o modo de existência da prostituição se encaixe mais nas “configurações de interdependências”, que resultam não tanto pelos laços que unem seus membros, mas também pelas limitações que os preocupam coletivamente.

##### **5.3.1.1 Da concorrência e das guerras por “pontos”...**

As táticas de resistência e os jogos de concorrência são centrais no espaço de socialização da prostituição de rua (Montvalon, 2013). Durante as saídas com os ônibus de prevenção de saúde das associações nas ruas em Paris, Lyon e Toulouse, tentei observar como as brasileiras se comunicavam e atuavam, por um lado com colegas brasileiras, e por outro, com colegas de comunidade distintas, proveniente de outros países. Notei que, independentemente do país de origem, a primeira reação diante da chegada de uma nova colega era a desconfiança e a suspeição:

“Aqui eu não tenho “colegas” aqui, eu conheço pessoas, são duas coisas bem diferentes. Eu já tive contato com pessoas que fazem prostituição, mas não tenho muitas amigas mulheres [cisgênero]. Tenho muitas conhecidas trans, entendeu? Mas

amigas não tenho! Então, você sofre com isso. Às vezes elas [as transgênero] se aproximam de você com maldade. Elas chegam assim, sorrindo, iguais a raposas. Quando você vê, ela te dá um bote. Se você é boa demais, se você acreditar nas pessoas, você nem vê que ela vai fazer isso com você. Tem muitas pessoas ruins na Europa. Que não transparece, que não mostra, entendeu? Que você vê assim em um vídeo no Facebook ou no Instagram e você acha que é a melhor pessoa do mundo. Aqui se um brasileiro não gostar de você, ele vai fazer de tudo para te destruir. Só pelo simples fato de você ganhar dinheiro, de você ser bonita, jovem... Se você faz as suas coisas sozinha e se dá certo, já é um motivo para te incomodar. É uma inveja que a pessoa quer transparecer, que sente ressentimento. As trans mais velhas, elas têm um prazer de fazer o mal para as outras pessoas, isso as deixa felizes, contentes. De armar coisas horríveis, com a polícia daqui ou fazendo bruxaria, digamos, magia. Elas tentam de todos os jeitos. Eu juro para você, é engraçado, mas é verdade. Elas tentam por todas as formas te deixar no pó.” (Ariane, transgênero).

Durante todo o meu trabalho de campo, fiquei surpreendida pela virulência da concorrência que existe entre trabalhadoras do sexo, sobretudo dentro da comunidade transgênero. Quanto mais as recém-chegadas são novas e bonitas, mais dificuldade vão ter para serem aceitas pelas colegas de rua. Num cenário de permanente valorização do novo e do diferente (Piscitelli, 2007b), as “novas” são consideradas mais atrativas, portanto, são mais procuradas pelos clientes. A animosidade das mais antigas e das mais experimentadas pelas novas é diretamente ligada ao fato de que essas últimas podem “roubar os clientes” das mais antigas e assim “tirar o pão da boca delas”:

“A pista de trabalho, de programa na rua, é muito perto da minha casa e ficava muito acessível para eu ir. E comecei a ir. Cada vez mais. Apanhei na rua. Aquela coisa, né... Eu acho que era um incômodo mesmo. Novinha, jovem, bonita... A pele esticadíssima, toda jovem. E na época que eu cá, só tinha bichas velhas né? E elas ficavam incomodadas. Apanhei e tive que ir para um outro ponto.” (Lorena, transgênero).

Até as disputas pelos melhores pontos e melhores clientes pode chegar a um grau de violência extrema, incluindo ameaças de morte, agressões físicas e até assassinatos:

“É um meio fechado, muito babado. E as trans são podres também. São pouquíssimas as que te ajudam. Elas são malignas. Elas até mandam para te matar. Que no meu caso foi o que aconteceu. Lá na minha cidade, elas estavam juntando dinheiro para



mandar alguém para me matar. Só que eu pedi a Deus tanta força que eu viajei, e quando voltei, a poeira baixou, graças a Deus.” (Lorena, transgênero).

Se a competição é presente dentro das comunidades compartilhando as mesmas identidades de gênero (entre as cisgênero e entre as transgênero). ou a mesma nacionalidade (entre brasileiras), ainda existem disputas inter-comunitárias. Dado que a repartição geográfica das trabalhadoras do sexo se faz através de divisão baseadas na nacionalidade e no gênero, os conflitos entre trabalhadoras do sexo de distintas comunidades acontecem geralmente quando uma trabalhadora do sexo chega num novo bairro ou num bairro que não corresponde à sua categoria de pertencimento. A narrativa de Natália testemunha essas questões territoriais:

“Quando cheguei aqui, tinha 12 camionetas de *black*. Eu trabalhava na rua. As *blacks* [negras] não nos deixavam ter camionetas, e nem ficar perto delas aqui. Elas vinham com um caminhão, em duas ou três, saltando, batendo, fazendo agressão, me falando ‘*Vas-y! Dégage! c’est ma place!*’ [‘Some daqui! Bora! Aqui é minha praça!’] e eu corria para outro ponto. E assim fui de galho em galho, pegava o ônibus, escapava de lá para a Perrache<sup>64</sup>, e da Perrache escapava até aqui na Gerland<sup>65</sup>, e assim eu ia, como uma louca, correndo delas. Quando cheguei aqui, eu estava sozinha, só correndo das negras aí, das africanas. E daí depois elas pegavam a gente. Um dia 7 me colocaram dentro de um carro. Pensei que elas iam me matar, né? Me empurraram assim, tinha um homem conduzindo, que devia ser o *maquereau* e tinha mais 7 africanas. Me jogaram dentro do carro, eu fui por cima delas e elas por cima de mim. E me soltaram lá no Hotel de Ville<sup>66</sup>, que só tinha travestis. De lá já fui para outro ponto que já conhecia, já sabia que era perigoso, porque os clientes me falavam ‘cuidado que aqui tem os travestis, eles não vão deixar você ficar, vai para um outro lugar’. Daí eu peguei o cliente e fui lá perto da minha casa, perto da praça da ponte. Fiquei numa ruazinha ali, viam dois ou três travestis correndo, eu corria, me escondia. Não ia mais naquele ponto, ia para outro ponto. Sofri muito assim, 4 anos assim, correndo das travestis e das *blacks*.” (Natália, cisgênero).

Em geral, as violências e agressões não acontecem de forma interpessoais entre dois indivíduos, mas sim em contextos que implicam o envolvimento de outras pessoas. De fato, as represálias e os acertos de contas ocorrem muitas vezes em grupo, entre colegas de nacionalidades, culturas, idade, ou por identidade ou gênero

64 Bairro de prostituição famoso em Lyon.

65 Outro bairro de prostituição em Lyon

66 Outro bairro de prostituição em Lyon, onde ficam as trabalhadoras do sexo transgênero.

semelhantes, ou entre bandas rivais de cafetões. Escutamos como Taís sofreu com a concorrência na rua:

“Um dia antes de operar o peito, a minha amiga Joana foi esfaqueada. Foi por causa daquela Kelly. Como a Kelly andava na cidade e viu as putas albanesas trabalhando perto, pediu para a Joana botar as meninas para correr. A Joana acabou empurrando uma das meninas. Ela estava de peruca loira. No dia seguinte, muito idiota, ela foi trabalhar no mesmo ponto, com a mesma peruca loira. O cafetão da menina albanesa pegou ela e fez uma peneira dela, deu um monte de facadas nela. Acabou que quando cheguei em Verona para repousar da cirurgia, a Joana estava toda esfaqueada e ela me falou ‘Não vou poder cuidar de você’. A gente entrou em um acordo, ela falou assim: ‘Eu tinha que cuidar de você, mas acabou que é você que vai cuidar de mim’. Eu falei para as bichas em Verona, para eu descer para ir trabalhar, só para fazer o dinheiro do aluguel da Joana e deixar ela quieta. Todo mundo estava de acordo. Menina, na hora que cheguei na rua na primeira noite, eu fiz o dinheiro do aluguel da Joana. Tipo quase 1.000 euros. Menina, assim que cheguei no segundo dia na rua, eu vi aquela Kelly, com um facão enorme na mão dela e ela estava vindo pra cima de mim, pelada na rua, de noite. Eu sai correndo e esta Kelly me gritando: ‘eu vou cortar a tua cabeça, terrorista, viado!’. Por mim, eu matava todas. É muita bicha ruim! Tem alguns que estão ok, a Julia por exemplo, que tem uma vida difícil, ok. Mas tem muitas bichas que são tão ruins.” (Taís, transgênero).

Para a Natália, a “guerra” dos pontos durou entre dois e três anos, o tempo necessário para que as outras se habituassem com a presença dela no bairro e aceitassem que ela comprasse uma camionete para trabalhar:

“Quando cheguei aqui, tinha 12-13 ou 14 africanas só, lá na Perrache. Depois daí, eu fiquei 3-4 anos com elas que não deixavam encostar nem o pé nem com caminhão, nada. Então era aquela correria. Aí agentei, porque ia na Perrache e fazia bem a minha vida. Eu ganhava muito, porque era mais nova, tinha lindas pernas e um peitão de fora. Eram clientes atrás do outro. E eu era diferente porque era branca. Então quando a gente fica aí no meio das negras elas não gostavam, elas ficavam com raiva porque a gente ganhava muito e elas ficavam para trás. Fiquei nessa correria dois ou três anos assim. Mas depois que passou esses três anos, daí um dia peguei e falei para a moça: “Escuta, eu posso comprar um caminhão?” Ela disse: “Poder, você pode, como todo mundo. Só que você vai ter que discutir com elas, porque elas não vão deixar.” E daí falei: ‘Então eu vou comprar’. E daí comprei um caminhão. Fiquei uma semana encostada no caminhão; nem entrava no caminhão de tanto medo que eu tinha. Os clientes chegavam e eu ia no canto com eles. Um dia fiquei com raiva, peguei e entrei no caminhão. E o caminhão estava lá balançando. E lá vem os travestis, de lá da Perrache. Que nem loucos. Já queriam empurrar o caminhão. Daí comecei a gritar, e peguei o telefone. E eles foram embora. Depois, no outro dia, vieram as negras, as africanas. Eu falei: “Eu vou ficar, você pode ficar, então eu vou

ficar, porque já falei com a moça, a moça disse que eu também posso comprar um caminhão e posso ir por onde quiser. A guerra é com você, faço o que eu quiser, podem chamar a polícia para mim! Daqui para me tirar é só a polícia, mas a polícia vai tirar vocês também daí”. Daí elas foram se acostumando.” (Natália, cisgênero).

Vemos que a determinação e a persistência de Natália foi fundamental na sua aceitação pelas outras trabalhadoras do sexo no bairro. Ela conhecia as normas implícitas na rua e se conformou à regra de respeito à hierarquia e antiguidade dentro da prostituição. Ela teve que esperar dois a três anos de trabalho no mesmo lugar antes de perguntar para uma cafetina se ela também podia comprar uma camioneta. O decorrer do tempo foi crucial para que ela pudesse ganhar legitimidade frente aos olhos das outras colegas e impor sua vontade.

Escutamos agora o relato de Taís sobre uma verdadeira “guerra de ponto” entre uma cafetina e sua secretária por um lado, e um grupo de trabalhadoras do sexo por outro. O conflito começou quando uma cafetina e sua secretária começaram a mudar as regras do pagamento dos “pontos”, alugando o ponto delas por dia. Isso fez com houvesse uma forte rotatividade no mesmo, uma menina nova desfilando atrás da outra. Foi esta nova configuração que desequilibrou as normas antigas e provocou um conflito aberto:

“A bicha que me levou para esse ponto me falou ‘lá é 5.000 dólares.’ O problema foi que esse ponto em que eu trabalhava foi descoberto por 5 travestis. As outras tinham várias filhas, assim, de 5.000 dólares também. Mas uma cafetina, que era a principal lá, ela não vendia ponto, ela tinha diaristas. Essa cafetina tinha uma ‘secretária’, quando a cafetina estava no Brasil, a secretária ficava arrecadando dinheiro e mandando o dinheiro para ela. Ela ganhava tanto dinheiro, mas tanto dinheiro! Imagina o que ela tinha: um lugar que era 50 viados trabalhando e cada um pagando 100 euros por dia. Chegou uma hora que nem eu que era nova estava ganhando dinheiro ali, de tantas bichas novas que ela trazia. Começou a dar uma guerra. [...] Quando começou a guerra ali com a bichas, de repente me encontrei numa situação com 40 viados com facas, paus em cima de mim. E eu enfrentando todas elas e falando ‘Eu não vou denunciar ela porque nunca paguei nada para ela. Eu não sou diarista. Eu sou filha da outra fulana’. Nessa guerra, eu consegui ficar na minha. Elas conseguiram por essa cafetina na cadeia. As outras bichas falavam: ‘Esse ponto agora é nosso. Ninguém é filha de ninguém. Agora ninguém vai pagar diária de ninguém.’ 15 dias depois, a polícia solta a cafetina e a secretária. Imagina! Menina, deu uma guerra! Essa secretária estava se aproveitando da situação. Enquanto a outra ia viajar

para o Brasil, ela girava de carro ali para arrecadar o dinheiro das diaristas, ela passava de carro e falava para a cafetina que estava no Brasil que tal bicha estava devendo quatro diárias, quando na verdade estava devendo duas diárias. Ela mentia. Resumindo: as 40 bichas pegaram a secretária e deram uma coça nessa bicha. Tudo aconteceu no meio de uma estrada, num posto de gasolina. Essa doida pegou 10 euros de gasolina, jogou em cima da secretária e botaram fogo nessa bicha. Ela estava em chamas, quase que explodiu o posto de gasolina com tudo mundo dentro. Foi uma história que acho que na época, essa história até chegou no Brasil. Nem eu estava acreditando em tudo que tinha acontecido ali. Ela não morreu, porque uma das bichas que batiam pegou o extintor no carro dela e apagou o fogo dela. Foi assim que a bicha acordou no hospital, com 94% do corpo queimado.” (Taís, transgênero)

O relato de Taís é permeado por considerações de ordem moral. Apesar da ilegalidade da exploração sexual e do tráfico de pontos, os comportamentos das trabalhadoras do sexo na rua são julgados através de noções acerca do “justo” e do “injusto”, do que “se pode fazer” e do que “não se pode fazer”. Ao colocar um sistema de pagamento por diária, a cafetina e sua secretária prejudicaram os rendimentos das outras trabalhadoras do sexo transgênero. O enriquecimento da cafetina e sua secretaria ocorreu portanto em desfavor das outras trabalhadoras do sexo. Essas últimas formaram uma aliança para se rebelar contra a quebra das regras e dos costumes implícitos do grupo e as denunciaram para a polícia. Nesse caso, a convivência das trabalhadoras do sexo entre elas se transforma em verdadeira guerra territorial, que acabou tendo um fim trágico.

Em suma, quando as trabalhadoras de sexo se relacionam entre elas no lugar de trabalho, é o aspecto econômico que domina, já que elas se veem como potenciais concorrentes que poderiam roubar a própria clientela. Porém, se os conflitos ligados ao fenômeno de concorrência são muito comuns entre trabalhadoras do sexo, existem situações nas quais considerações e obrigações morais predominam sobre as disputas econômicas.

### **5.3.1.2... à solidariedade comunitária e à transmissão do conhecimento profissional**

Embora as trabalhadoras do sexo na rua se olhem com suspeição e

desconfiança à primeira vista, observei, entretanto, que o fato de compartilhar o mesmo lugar de trabalho faziam com que elas acabassem “tendo um olho” uma sobre a outra, e se ajudando em casos de risco. Assim, é interessante notar que se a competição pelos clientes está no centro das disputas entre elas, são estes mesmos clientes que, dependendo de seus comportamentos, podem gerar um movimento de solidariedade. De fato, quando se tornam ameaçadores ou violentos frente a uma trabalhadora de sexo na rua, a compaixão e o espírito de ajuda ultrapassam os interesses econômicos.

Sendo um meio pequeno e bastante fechado, a circulação das informações relativas à atitude dos clientes “ruins” é muito rápida. Por exemplo, durante uma saída com o ônibus de prevenção da associação em Lyon, fiquei surpreendida ao ver que todas as trabalhadoras do sexo com as quais o pessoal associativo interagiu na rua tinham sido informadas sobre a presença de um cliente bem particular no bairro. Todas sabiam que tinham que ficar atentas porque havia um cliente que andava pelo bairro com um palito de dente escondido na boca e que costumava furar as camisinhas das mulheres durante os programas. Tinha acontecido com duas mulheres dois dias atrás e em menos de 24 horas, todas as trabalhadoras da cidade tinham sido alertadas, mesmo as que trabalhavam em zonas prostitucionais afastadas do bairro, onde esse cliente tinha sido encontrado.

Nas situações em que uma trabalhadora do sexo sofre uma tentativa de agressão física, de estupro e de roubo por parte de um cliente, a tendência geral das colegas que trabalham no mesmo recanto é a de intervir e prestar assistência à vítima. Muitas vêm bater nas portas das camionetas quando ouvem gritos ou alertam a polícia. Portanto, o fato de compartilhar os mesmos riscos cotidianos gera compaixão e empatia dentro da comunidade de trabalhadoras do sexo.

Da mesma forma, as dificuldades relativas às situações de irregularidade da estadia na França, ao preconceito sofrido por ser se prostituir, por serem estrangeiras e transgênero conduzem as trabalhadoras do sexo a desenvolver um espírito de

auxílio comunitário. Nos relatos seguintes, vemos que o sentimento de serem provenientes do mesmo país faz com que elas teçam laços de intimidade e ajuda entre elas:

- Carla: “O brasileiro fora do Brasil, ele é assim. Se você procurar, ele tem uma consciência de ajudar. Ou se ele não puder, ele dá uma força. Sempre com o jeitinho brasileiro. Seja ele rico ou pobre. Com ou sem documento europeu. Eu já vi muitas brasileiras abrir a porta delas para qualquer um. Como é no meu caso. Como é o caso da Federica ou da Monica. Muitas são assim. Abrem a porta sem saber nem para quem estão abrindo. Maldoso, o brasileiro não é.”

- Helena: “Olha, eu conheci a Carla pela internet, observava ela falando. Depois tive a convivência, pessoalmente, porque eu conhecia a Antonela e ela era amiga da Antonela. Então foi aquelas conversas. Ela abriu as portas e fez muitas coisas por mim, ela abriu uma conta no banco para mim.”

- Isabel: “Nem sabia que era ela. Ninguém queria abrir a porta para a bicha. Tudo mundo sendo domiciliado e até a bicha estava sem documento. Naquela residência, ninguém queria abrir, aí eu abri a casa para ela e falei: ‘Entra lá’. Sabe o que eu falei? ‘Eu Helena, vou dar uma lição de ética’. Porque eu não tive pena dela, eu tive compaixão. Porque a pena não é de Deus, compaixão foi o que eu fiz. De pegar sopinha, casaquinho, levar para o miserável que está debaixo da ponte e deixar ele lá, isso não é compaixão. Isso é pena. Porque você vai voltar para a sua própria casa e ele vai ficar debaixo da ponte. Compaixão é pegar essa pessoa, levar para a sua casa, dar banho e roupa e acompanhar ele até ele sair daquela exclusão. Isso é compaixão, é isso que eu fiz para ela.” (Carla e Helena, transgêneros).

“No hotel onde fiquei em Milão, era bem uma coincidência. Na rua de trás do hotel, tinha um prédio no final da rua que era só de travestis. E na janela a gente começou a se ver e a se falar. ‘Ah, você é brasileira?’ ‘Sim.’ ‘Daonde?’ ‘São Paulo’ ‘Ah, eu sou do Rio. Chegou quando?’ ‘Ontem’ ‘Nossa, mas estão morando em um hotel, mas no hotel não pode levar clientes. Vem comigo, que eu vou falar com a fulana’. Fui para casa da fulana e a fulana me falou ‘em vez de pagar 50 euros de hotel lá, pode pagar 50 euros para mim, ficar aqui e você vai poder levar clientes.’ Foi assim que tudo começou em torno de lá.” (Taís, transgênero).

“Tenho a minha vizinha aqui, nos juntamos. A gente se une por ser da mesma comunidade brasileira. A gente é cooperativa. Por exemplo, a gente faz comida junta, a gente tem essa união de uma ajudar a outra, uma arruma e se junta com a outra. A gente se ajuda, isso é muito bom! A gente não tem isso da competição porque a gente trabalha para sobreviver, não trabalha mais para mandar dinheiro para o Brasil. A gente trabalha para pagar o aluguel, para a internet, pagar a eletricidade, para comer, e tudo.” (Ariane, transgênero).

As trabalhadoras do sexo incorporam um espaço social através do qual

aprendem e adotam gradualmente modos de ser, valores e normas. Esse aprendizado proveniente do grupo de pares é uma tática essencial para superar a discriminação. Não é específico para pessoas prostitutas e é frequentemente encontrado entre os grupos de indivíduos considerados pela sociedade dominante como desviantes (Becker 1985, Goffman 1975). Dessa forma, além da solidariedade frente a dificuldades cotidianas e situações de risco, as trabalhadoras do sexo podem chegar a compartilhar as suas experiências e trocar dicas profissionais (Negroni, 2011). Assim, dependendo dos laços entre as colegas e do grau de confiança e amizade, as mais experientes podem explicar para as mais novas como trabalhar, quais precauções tomar e quais situações evitar:

“Tem muitas mulheres que explicam, mas tem outras que não. Tem muitas que fazem as novinhas, não explicam nada, fazem sofrer. Quando a minha amiga veio, eu expliquei tudo para ela: ‘Você faz assim. Você toma cuidado. Você fica de olho. Você cobra antes. Olha sempre o dinheiro’. Eu falo. Mas tem gente que não fala. Mas quando eu fui trabalhar na rua pela primeira vez, ninguém me explicou nada. Eu fui e aprendi a trabalhar. Eu vou tentando passar um pouco da minha experiência. Porque nesses 15 anos eu aprendi muitas coisas. Também sou muito desconfiada, de tudo. Eu sou meio neurótica com as coisas. Principalmente com camisinha, com mão, com bolsa. Com telefone também, porque eles têm muita mania de gravar.” (Ágata, cisgênero).

“Eu não sabia nem como começar. Tinha pessoas que me ensinaram, que me falaram que tinha que fazer assim, assim e assim. Que me ensinaram como falar no telefone. Olhar assim, responder isso. Mas você tem que pagar o ônibus, tem que pagar o piso, a telefonista. Sai muito carro para as meninas que começam agora. Mas depois de um tempo, a gente que já faz isso há muito tempo já se vira sozinha.” (Carolina, cisgênero).

Depois de termos analisado as relações que ligam as trabalhadoras de sexos entre si, proponho agora olhar para os atores principais das trocas econômico-sexuais, em outras palavras, para as relações que se estabelecem entre as trabalhadoras do sexo e seus clientes.

### **5.3.2. Interações das trabalhadoras do sexo brasileiras com os clientes**

Muitas brasileiras trabalhadoras do sexo me confessaram ter, nas palavras

delas, um instinto “feminino” para escolher seus clientes à primeira vista. É muito curioso entender como elas conseguem perceber os sinais corporais e comportamentais, identificar o grau de perigo e de problemas que o cliente poderia causar e assim decidir dar seguimento ou não à negociação. Trocando apenas um olhar e algumas palavras, elas têm de fato poucos segundos para decidir se dão luz verde aos clientes para proceder com o programa sexual:

“E se não gosto do cara eu falo que faço mais caro, ou então vou embora. A primeira impressão do cara conta muito. Tem pessoas que transmitem o perigo, né? São pessoas que quando você abre a porta, te dão um frio nas costas. As mulheres, nós temos a intuição. Quando eu bato o olho na pessoa, já sei se a pessoa vai dar problema, se é um cliente pesado ou não.” (Julia, cisgênero).

#### **5.3.2.1. As interações com os “bons” clientes: “care”, apoio psicológico, carinho e apego**

Prostituição e intimidade não são duas esferas desconexas uma da outra. Pelo contrário, as duas têm muitos pontos de interseção. Com efeito, há um entrelaçamento entre afeto, sexo e dinheiro nas trocas no mercado sexual transnacional (Berstein 2007, Zelizer, 2005). Por um lado, as transações econômicas penetram na vida pessoal e afetiva; por outro lado, emoção e intimidade invadem a vida profissional (Zelizer, 2001, 2005). Interesses econômicos e afetos se misturam nas trocas no mercado sexual, visto que a racionalidade da mulher *homo-economicus*, que a empurra a calcular e elaborar estratégias para obter mais dinheiro, se imbrica com a esfera emocional, que a empurra a desenvolver relações de proximidade com os clientes.

Assim, as trabalhadoras do sexo desenvolvem uma variedade de relações econômico-afetivas com seus clientes, misturando interesse econômico com demonstração de empatia, maternagem, e assistência psicológica. De acordo com Adriana Piscitelli (2009a), além do serviço sexual, “os clientes buscam trabalhadoras sexuais calorosas, amigáveis e que proporcionem a impressão de uma genuína conexão erótica, de uma relação interpessoal autêntica.” (Piscitelli, 2009a, p 192)



De forma similar aos outros trabalhos nas áreas sociais e de saúde, intimidade, interações interpessoais e cuidado ao outro são requisitados para a boa realização das prestações sexuais. Vejamos as narrativas seguintes sobre este tema:

“Tem clientes que me perguntam: ‘Por que que você tá aqui?’, ‘Por que que faz essa vida?’, ‘Por que que você tá trabalhando com isso?’. Por mais de que eu faça o trabalho de modo certo, eles falam que eu sou fria, que não dou beijos na boca. E eu uso preservativos. Também porque já passei por muitas coisas, quando cheguei aqui, quando era inocente, que me fizeram ser assim hoje com os meus clientes. Eu sou totalmente profissional! Eu sei como fazer o bolo e depois entregar para o cliente. Eu falo para meus clientes: ‘Olha, você está me pagando pelo sexo, e não pelo amor. Amor é um uma coisa que você tem aqui dentro [mostrando o seu coração]. O sexo é outra coisa, é isso aqui [mostrando a genitália], é preservativo, é rua!’. Eles ficam impressionados. Eu falo para eles: ‘Olha onde que a gente está fazendo sexo: na rua!’. Às vezes a gente faz sexo no mato. Aí falo para eles: ‘Olha o lugar onde a gente tá!’ No mato tem preservativo, não tem nada, não tem beijo não. Eu falo: ‘Amor é uma coisa aqui de dentro do coração, aqui não, a gente só vai fazer sexo, você vai gozar e voltar para a sua casa e eu vou continuar aqui. É isso! Eu saio muito com clientes novos, homens de 20-25 anos. Eles vêm mesmo para dar sexo. Sexo, sexo, sexo e sexo. Mas também saio com cliente mais velhos e para a maioria dos homens mais velhos, o prazer deles não é tanto ejacular, o prazer deles é mais a imagem, te pagam para conversar. Os velhos são assim. E não vou mentir para você, clientes mais velhos para mim são muito chatos. Eu vou mais pelo dinheiro, porque com eles é mais tempo: Você tem que ouvir, você tem que ter paciência. Às vezes eu gosto, adoro conversar com clientes que me propõem coisas adequadas. Tipo, se eles me perguntam: ‘Você faz sem camisinha?’ e faço a cabeça deles, começo a arrasar com eles psicologicamente, por dentro. Eu falo: ‘Você vem para a rua e vai fazer para aquela africana ali ou com outra mulher sem camisinha. Ali depois chega em casa com toda a sua carga que você absorveu na rua e descarrega na sua mulher? Olha o que você vai fazer com a sua mulher. Você acha que isso é certo?!’ e depois falo para eles ‘Por que você está me propondo fazer sem camisinha quando eu posso fazer você gozar super bem com preservativo?’ Falo ‘Vamos! Vou!’ e eles já estão acabando, gozando e falando que foi maravilhoso. E usei preservativo. E pronto! Se eu seguisse a mente deles, eu ia me foder, entende?!” (Ariane, transgêneros).

Em seus artigos, Marina Veiga França (2014, 2015, 2017) mostra como a prostituição tem similaridades com trabalhos do *care* (cuidado), como os trabalhos nas áreas de serviço ou de atendimento a uma clientela, pois demanda ao mesmo tempo implicação e distanciamento. As técnicas e atitudes exigidas das trabalhadoras do sexo para manter a “boa distância” com seus clientes envolve compreender as vontades do cliente, adequar as suas performances às expectativas dos clientes e

mostrar envolvimento com sua demanda. Nas palavras da autora,

“A prostituição, como um comércio, exige interpretação da demanda do cliente, negociação de termos e tarifas e atenção à satisfação e fidelização do cliente. Além disso, aproxima-se de empregos como o de enfermeira, massagista, terapeuta, que implicam contato corporal e lidar com emoções. Como a prostituição é um comércio que envolve diversas intimidades –corporal, sexual, informacional e emotiva – qualidades relacionais e a conservação de uma boa distância são especialmente importantes.” (França, 2015, p.48-49)

As trabalhadoras do sexo aprendem a desempenhar qualidades tidas como femininas: acolhem as confissões, os desejos e as angústias dos clientes e aprendem a manejá-los, a parecer simpáticas e a dar apoio emocional. Muitas brasileiras que interroguei me confessaram que boa parte das prestações tinha a ver com a capacidade de escuta e compreensão dos problemas dos clientes, como se estivessem dando um atendimento psicológico. Além do contato sexual, muitos clientes procuram uma forma de apoio mental e emocional:

“Eu graças a Deus tenho clientes bons. Eu trato eles até como se fossem meus maridinhos, entendeu? Saem comigo toda semana, todo mês. Tenho vários clientes regulares. Que vêm toda semana, ou de 15 em 15 dias. Eles ficam conversando muito, chegam com um monte de problemas. É tipo atendimento psicológico. Às vezes quando vejo que tá muito complicado, que começam a chorar, aí falo: ‘Chega de problemas, relaxa e goza!’ [rindo]” (Flávia, transgênero).

“As vezes os clientes te pagam por uma hora e eles ficam 15 minutos. Tem cliente que vem meio depressivo, que vem para conversar. Te pagam a noite toda para você ficar ali. Tem clientes assim, que falam da família, trazem todos os problemas. E eu não tenho muita paciência, não vejo a hora que eles vão embora e me deixem em paz. Porque às vezes fica pesado, porque tem clientes que têm ainda mais problemas do que você.” (Natália, transgênero).

“Nós trans temos que ser psicólogas, maestras, professoras, mães com os clientes. Porque eles têm tantos problemas na cabeça. E a gente tem que entender o que que tem dentro da cabeça deles, as fantasias, o amor, o tratamento. Tem horas que eles vão para casa e a gente fica tão pesada. A gente pode ganhar o nosso dinheiro. Mas fica pesado, estressado.” (Rosângela, transgênero).

“Ontem veio um cliente que tinha sido traído pela mulher. A mulher dele deixou ele no Natal. Depois de 18 anos de casamento. Um português. Ele me perguntou: ‘Você fala português?’ Eu respondi: ‘Falo’. Ele sentou e começou a falar. Aí ele me deu 50 euros. Eu fiquei olhando meu relógio e pensando ‘Acabou né, senão ele vai ter que

me dar 50 euros mais pela terapia' [rindo]" (Fernanda, cisgênero).

As trabalhadoras do sexo devem ao mesmo tempo entender o estado de espírito dos clientes e adivinhar as suas fantasias, a fim de responder e determinar a melhor forma de dar resposta à especificidade ou à complexidade das suas exigências.

Escutamos agora a conversa entre Ariane e Luciana sobre os clientes:

- Ariane: "A maioria dos clientes da gente, quase 85 % são pais de família, heterossexuais, casados com mulheres com filhos. Eles têm uma vida normal, equilibrada, só que estão querendo descobrir alguma coisa diferente. Por curiosidade, tesão, fetiche. Cada um tem um fetiche diferente. Então a gente recebe fetiches diferentes."

- Luciana: "A gente não é só puta não. A gente é psicóloga, massagista, cozinheira, mulher, amiga. A gente faz todos os papeis! Eles vão com tudo. Tá ali o prato, eles experimentam. Eu já fui com um homem que me diz assim: 'Eu amo a minha mulher, Deus me livre, ela é minha casa, minha fortaleza, minha família, mas a gente não come no mesmo restaurante todo dia.' Essa expressão eu aprendi com europeus, viu? '*On aime pas bouffer la même chose tous les jours.*' ['não gostamos comer a mesma coisa todos os dias' em francês]". Quer dizer, eles comem todo o menu."

-Ariane: "Às vezes querem um carinho diferente, é uma curiosidade, tudo isso! Tem vários homens e cada um é diferente. Tem aqueles clientes que vêm na gente, que parecem moleques, tocam na nossa pele tremendo e falando 'a sua pele é doce'. Eles vêm com medo e depois pensam mas eles não são monstros, são seres humanos [rindo]."

- Luciana: "Mas tem também aqueles que vêm para o sexo mesmo, que querem provar tudo, toda parte do trans, que quer descobrir." (Ariane e Luciana, transgêneros).

Contudo, o desejo de atenção e cuidado nas transações econômico-sexuais não é procurado de forma unilateral pelos clientes, mas sim as interações de ordem não materiais podem ser recíprocas, ou seja, procuradas também pelo lado das trabalhadoras do sexo. Além do sexo e do dinheiro, as trabalhadoras do sexo podem achar no trabalho sexual uma forma de receber carinho, de se sentir desejadas, tocadas e abraçadas por alguém:

"Meus pais não são ricos, mas também nunca passamos necessidades. A gente é de classe média. Mas mesmo assim, tem aquela coisa de quer ter, quer ter, quer ter... Acho que uma prova de falta. Porque eu estudei um pouco a psicologia e a maioria das minhas amigas com quem eu tive amizade verdadeira, mesmo quando falam 'Eu, namorar com homem? Deus me livre, quero só dinheiro!', eu acho que o que elas

querem mesmo é ter alguém do lado delas, um companheiro. Ter alguém para conversar quando voltam para casa, ter alguém para jantar junto com elas. É a maioria da gente, das transexuais, são poucas as que tiveram a chance de ter um marido para sempre. Porque todas tiveram um marido por um determinado tempo da vida. Mas são poucas as que foram até o fim. Eu conheço amigas que conheceram o marido quando eram jovem e estão com ele até hoje. Mas são poucas, são muito poucas. É que a gente fica muito carente. Eu fiquei pensando alguns anos atrás que acho que o que atrai a gente para se prostituir não é nem tanto o dinheiro. Lógico que o dinheiro ajuda a pagar as suas contas, o seu aluguel, para você não precisar pedir nada para ninguém. Mas eu acho que é a falta de alguém que faz você se prostituir. Você, mesmo sabendo que você está se prostituindo, que o cliente tá ali só porque você está se prostituindo e ele está te pagando, são aqueles 20-30 minutos de carinho, de alguém te tocando, te desejando. Para mim, se prostituir é o jeito que as trans acharam de ter afeto.” (Laura, transgênero).

A narrativa de Laura nos mostra como através da relação íntima que com os clientes, as trabalhadoras do sexo podem chegar a se sentirem valorizadas, ao mesmo tempo no âmbito pessoal e estético. Acima de tudo no caso das mulheres transgênero, a prostituição pode ser vista neste sentido como um meio através do qual elas se sentem valorizadas e reconhecidas enquanto corpos feminizados atraentes, aumentando, assim, a autoestima de si.

No relato seguinte, vemos que embora Ana “coloque todos os clientes no mesmo saco”, ainda assim, ela diferencia entre os que vêm “só para o sexo” e os “fixos”, com quem desenvolve relações mais profundas em termos de amizade, afinidade e confiança, e com quem compartilha outros tipos de atividades:

“Tem meninas que são mais aventureiras, que vão com clientes drogados, cada uma faz o que quer. Mas eu sou mais fechada para os homens. Hoje em dia, eu coloco todos eles no mesmo saco. Então sou mais fria nesse sentido, com os homens. Tem uns clientes que conheço há muito tempo, com que eu tenho mais afeto. Mas também não sou assim muito ligada com clientes que vêm passar uma hora e depois querem passar a noite comigo não. Eu cobro por hora. Varia de 100 a meia hora a 150 uma hora. Ai depende também do que quer que se faça, pode cobrar um pouco mais. Vêm sempre pessoas novas, que nunca te viram e vêm para te conhecer, como experiência. E tenho também uns bons clientes antigos, que vai da afinidade com a pessoa, se a pessoa é legal contigo, se você é legal com a pessoa, dependendo da afinidade eles acabam se tornando fixos. Tem uns que no começo vêm uma vez por mês. Aí depois, passam a vir toda semana. Eles são clientes fixos nesse aspecto. Tenho um cliente que conheci aqui, desde o começo que cheguei aqui pela primeira vez, e a gente passou por uma amizade quando passei por um momento difícil aqui. Ele me

hospedou 2-3 dias no apartamento dele, ele me ofereceu, porque eu não tinha onde ficar. Tem clientes que me chamam para ficar nos apartamentos deles, tem outros que me chamam para conhecer outras cidades, visitar castelos, museus, para passear no domingo. Mas isso aí eu não cobro, fica fora do programa porque é o que te falei, é uma afinidade que tenho com a pessoa. E também é uma coisa que eu gosto de fazer. Então eu vou por vontade própria. Porque sozinha aqui, eu acabo saindo só para discoteca com as meninas, para baladas, mas a gente não tem costume de museus, essas coisas. Então me convêm aproveitar. (Ana, transgênero).

A fala de Ana nos dá uma visão plural e nuançada das relações que ela estabelece com seus clientes, destacando as suas experiências tanto “negativas” como “positivas”. Se ela aparece bastante fria e desconfiada com os clientes à primeira vista, ela consegue se abrir para os clientes mais companheiros e generosos.

No mercado sexual transnacional, as relações entre as trabalhadoras do sexo e seus clientes podem até evoluir para relacionamentos longos e estáveis:

“Aqui eu tive dois relacionamentos longos. Mas não sou muito de namorar não! Na verdade, os dois eu conheci trabalhando assim. Não, um eu conheci como cliente, o outro não. Um eu conheci porque moramos numa casa e tal, e começamos a falar. Nos tornamos amigos e depois acabou virando uma relação. Durou pouco porque eu passava um tempo aqui, um tempo lá com ele. Eu chamo de relação porque a gente acabava se gostando, porque quando se encontrava a gente namorava mas, mas também não era uma coisa super séria, do tipo que a minha família chegasse a conhecer ele ou ele a minha família, não. E o segundo foi igual também. A gente fala namorado porque quando a gente se encontrava a gente saía junto, ia para a discoteca, saía para jantar. Eu tinha uma sensação de segurança, de que se eu precisasse e estivesse em qualquer lugar e ligasse para ele falando: ‘Olha, eu preciso disso’ e sentia que ele estava pronto para ajudar.” (Mariana, cisgênero).

Durante os meus encontros com as brasileiras em Paris, Lyon e Toulouse, ocorreram algumas ocasiões de abordar o tema do prazer sexual na prostituição. De modo geral, devo confessar que eu me sentia muito mais à vontade para falar desse tema com as mulheres transgênero do que com as mulheres cisgênero. Acho que isto foi devido ao fato que quando conversava com as mulheres cisgênero, eu não sentia tanta abertura para abordar esta questão e eu não tomei o risco de as constrangir com perguntas inadequadas. Em contraste, com as brasileiras transgênero, sentia muito menos incômodo em evocar o tema do prazer sexual. Essas últimas pareciam muito

mais à vontade para falar disso e muitas vezes chegavam nesses assuntos de forma natural e espontânea. Embora tanto as trabalhadoras do sexo cisgênero como as transgênero tenham ficado distantes e desconfiadas nos primeiros encontros com os clientes, algumas transgênero com quem tive a oportunidade de falar desse tema me confessaram que já tinham tido prazer durante os programas. Vejamos os comentários de Aline e Luciana:

“A maioria dos homens que a gente não pagou foi porque era maravilhoso! Foi tão delicioso que depois a gente esquece de pegar o dinheiro no final [rindo]. Aconteceu comigo várias vezes! Aconteceu com um cara com quem saía, ele me falou que me dava 500 para eu dormir com ele. No final da noite, ele me levou do hotel para o banco para ele tirar dinheiro para me dar lá. Mas eu não estava nem aí para o dinheiro porque tinha sido uma noite maravilhosa! Eu já tinha saído com ele umas 5 vezes, ele era grandão, delicioso! Fiquei com ele a noite inteira!” (Aline, transgênero).

“Eu sou uma pessoa que sempre soube respeitar os outros. Os clientes que vêm na minha casa, se eu falava que cobrava 100 euros para passar uma hora, eu passava realmente uma hora com eles. Às vezes nem é uma hora de sexo. Às vezes o cara quer chegar tranquilo, poder tirar a roupa tranquilo, tomar um banho, ter um sexozinho, conversar um pouco. É uma forma de escapar um pouco dos problemas. Falar, conversar. Tem aqueles que só querem fazer sexo, assim durante uma hora. Mas normalmente dura entre 20 e 30 minutos. Tem um cara que fez recorde, fez 45 minutos. Mas normalmente é rapidinho. Eu sempre respeitei os clientes, então eu fiz uma boa clientela, trabalhava bem, tanto que faz 5 anos que não passo mais anúncios nos sites. Eu tenho os meus clientes da época. Faço um ou dois por mês, mais um pouco de serviço de faxineira e tá ótimo! Eu não tô mais escrava igual às meninas que ficam atendendo o telefone o tempo todo. Eu tô atendendo só os fixos, aqueles que com quem a gente tem feeling mesmo, com quem me divirto na cama e que são bem generosos. É quase pelo meu vício, eu acho que sou ninfomaniaca, eu adoro o sexo! Eu junto *‘l’utile à l’agréable’* [“o útil com o agradável”], como se diz em francês.” (Luciana, transgênero).

### **5.3.2.2. As interações das trabalhadoras do sexo com os clientes “ruins”: estratégias de manipulação e técnica de defesa**

Nem todos os clientes no mercado sexual transnacional são “bons” e fáceis de se lidar. De fato, a probabilidade de uma trabalhadora do sexo “ter problemas” com clientes é muito alta. Elas são muito atentas a todos os sinais corporais e situacionais na interação com os clientes que poderiam dar a elas uma estimativa dos riscos envolvidos.

Durante o meu trabalho de campo, eu desconstruí muitos preconceitos que tinha sobre a prostituição. Uma das coisas que realmente tinha fantasiado e que não correspondia à realidade do campo foi a minha visão dos clientes. Antes de mergulhar no universo das trabalhadoras do sexo, eu pensava que quase a totalidade das violências que elas sofriam era por parte dos clientes. Eu percebi que a realidade era outra: os clientes representavam uma parte limitada da violência na prostituição.

Quando eu acompanhei a saída dos ônibus de prevenção de saúde de noite e de madrugada nos bairros de prostituição pelas primeiras vezes, eu me sentia nervosa, mas não conseguia identificar daonde vinha este meu nervosismo. Depois de compreender mais sobre o funcionamento do mundo prostitucional, eu entendi que a minha ansiedade vinham justamente do fato de que eu não conseguia identificar daonde vinham os perigos na rua. No meu imaginário ingênuo da prostituição, os cafetões mafiosos e os clientes psicopatas eram facilmente identificáveis, enquanto todos os outros sujeitos - prostitutas, passantes, residentes - eram pessoas de confianças. A minha imersão no campo me mostrou que não era assim: a sensação de risco, além de ser contínua e difusa, não tinha rosto. O perigo está lá, pode chegar a qualquer momento, em qualquer lugar, e provir de qualquer pessoa. Essa minha ingenuidade em colocar os clientes e os cafetões (que na minha imaginação eram obviamente homens) na categoria dos “perigosos” se revelou também como imprópria conforme eu formulei algumas vezes as minhas perguntas sobre o tema da violência. Nas poucas vezes em que perguntei: “Já aconteceu de você ter problemas com clientes?”, as brasileiras trabalhadoras do sexo ficavam surpreendidas com meu uso da palavra “clientes”. Para elas, as pessoas que exerciam violência verbal e física contra elas não eram considerados clientes; eram “pessoas violentas”, “loucos”, “bandidos” ou “oportunistas”. A fala de Carla é muito significativa neste sentido:

“O que você chama de clientes, a gente fala oportunistas. Tem muitos homens ruins que vêm para roubar, eles vêm com essa intenção. Às vezes são pessoas que gostam de uma coisa e não podem, porque a sociedade condena. Mas aí nessa situação, você tem que trazer conhecimento para eles, conversar com eles para explicar porque que

não pode fazer. Porque quando você limita um ser humano, ele pode criar um monstro. É melhor não limitar. É melhor explicar para ele, conversar com ele, levar a educação para ele. A educação e o conhecimento são primordiais. Os homens querem sexo e carinho. A gente aprende. Existem os oportunistas, mas, para mim, não chamo eles de clientes.” (Carla, transgênero)

Dito isto, quando os possíveis “clientes” transmitem sinais de insegurança para as trabalhadoras de sexo, elas costumam elaborar estratégias de prevenção de risco. Eu diria que muitas dessas manobras são, na verdade, técnicas de antecipação de situações que elas devem absolutamente evitar. Com a prática profissional e a experiência pessoal, elas sabem que, antes de tudo, devem antecipar todos os cenários possíveis, e fazer de tudo para que esses cenários não aconteçam de verdade. Por exemplo, elas vão evitar de se colocar em situação de submissão e vulnerabilidade, e sempre mostrar que são elas as que lideram a prestação sexual:

“Quando você está no carro, é você que tem que comandar. Não pode deixar o cliente se sentar em cima e fazer o que ele quer. Porque se você deixar ele tomar a liderança, acabou! Ele faz o que quiser dentro do carro. Então na primeira coisa que ele te faz de errado você tem que dar uma de louca. Eu trabalhei muito tempo na rua, então você tem que ficar mais louca do que ele, entendeu? Então, quando me machuca eu mordo. Quando ele aperta meu peito eu aperto as bolas. Porque se ele nota que você tem medo ou se ele nota que ele tá no poder, ele senta em cima de você e você não controla mais nada. Então você tem que dar uma de retardada.” (Ágata, cisgênero).

No discurso de Ágata, vemos como é importante para ela mostrar para o cliente que ela domina o jogo da relação. É ela quem impõe as regras do jogo, que determina de que modo o programa correrá. Porém, a medida em que o sentimento de ameaça se faz real, algumas trabalhadoras do sexo tentam inverter a relação de dominação, e retomar uma forma de ascendência sobre eles:

“Tem clientes que acham que o que te oprime é esse negócio de não ter documentos. Tem clientes muito abusados que acham que como você é ilegal, você não vai ligar para a polícia. Tipo assim, a maioria acha que você não tem documento e ficam surpresos quando falo para eles: ‘Mas eu tenho documento, pode ligar para a polícia’. Eu levanto o pé para eles, e eles abaixam a bola e vão embora, entendeu? Tem clientes muito abusados que pagam 30 minutos e querem ficar uma hora. Ou que querem mandar em você, que acham que podem tratar você como cachorro. Entendeu? Tem clientes e clientes.” (Larissa, cisgênero).



À medida em que elas ganham experiência profissional, elas conseguem detectar e manejar as suas interações com os clientes com mais facilidade. Dessa forma, com a prática e a repetição dos programas, as trabalhadoras do sexo refinam seus critérios de seleção e aperfeiçoam seus métodos de manipulação dos clientes. Nos relatos seguintes, podemos nos dar conta de até que ponto as trabalhadoras do sexo brasileiras prestam atenção a todos os detalhes e etapas do programa, e de como usam subterfúgios para manter o controle sobre as suas relações com os clientes:

“Tem vários clientes que não aceito. Sair com cliente muito novo ou sair com preto ou árabe. Eu olho sempre nos olhos. Se tá com óculos escuros eu não saio com ele. Porque a gente não sabe como tá o olho daquela pessoa. E quando o cliente vem me falar, eu fico bem nos olhos e falo ‘Hein? *Je comprends pas*’ [‘O quê? Não entendi?’ em francês]. Só para a pessoa ficar falando mais tempo, para eu ter mais tempo para olhar nos olhos da pessoa, entendeu? E outra coisa, se você não quer, você tem que saber como falar ‘não’. Porque se você for ‘*méchante*’ [‘má’, em francês] eles quebram o caminhão, eles se tornam agressivos. Ontem veio um novinho aqui e ele me falou muito mal. Eu menti para ele falando que não podia atender ele porque tava chegando um outro cliente meu. Aí ele entendeu e foi embora de boa. Tem outros que vêm e eu falo para eles que não porque a polícia tá chegando. Falo: ‘*regarde là-bas: les flics!*’ [‘Olha lá: os policiais!’], em francês]. E eles saem correndo! [rindo]”. (Fernanda, cisgênero).

“Eu não deixo eles mandar. Só eu que falo aonde ele tem que sentar ou deitar. Eu falo para eles ‘Olha, pode sentar aqui’ e se ele me responde que prefere outro lugar e falo ‘Ah não, assim não é bom porque assim dói o joelho’. Entendeu? Mas tem uns que são agressivos, tem muitos que pegam a tua cabeça, para enfiar até o fundo no sexo deles. Aí eu já tiro a mão e falo ‘Ou você pára, ou vai embora!’. Aí em geral eles ficam mais assim ‘*Ah excuse-moi*’ [‘me desculpa’, em francês]. Às vezes falo para eles que vou ligar para o meu patrão. Tipo, quando não gosto da pessoa, falo que não e que meu patrão já tá vindo, fico fingindo olhar para fora. Tem que ser assim. Eu trabalhei na rua na Suíça, no mato fechado. Até teve uma morte de uma menina lá. Ela morreu com tiros na cabeça. O cara foi roubar e acabou matando ela. Mas ali tinha tráfico, muita confusão. Mas enfim, eu trabalhei em lugares assim, então tive que dar uma de louca, entendeu? Então quando eu ficava desconfiada dos clientes, eu olhava para o mato e eles falavam ‘O que que foi?’, e eu respondida ‘É meu cafetão, ele tá me falando que já deu o tempo’ [rindo]. Eles ficavam com medo porque eles não sabiam se tinha realmente alguém ou não. Também lá, eu morei numa casa de 3 andares e 5 quartos. Às vezes quando tinha churrasco, eu ficava gravando fita de videocassete com o barulho de toda a galera fazendo festa. E depois quando eu ficava sozinha na casa até meia noite e queria atender clientes, sabe o que eu fazia?! Eu colocava a fita no leitor áudio para fazer barulho. Aí quando os clientes perguntavam

‘Quem que tá ali?’, eu respondia ‘Tem o aniversário da minha amiga na outra sala, tem muita gente lá.’ E eu tava sozinha dentro de casa! [rindo]. Mas é que tem que ser muito esperta. Porque se você for meia bobona, eles ficam em cima. Você tem que ficar ligado 24 horas em tudo o que eles fazem. Em tudo. Porque em uma virada eles furam a camisinha. Entendeu? Tem clientes que entram com o palitinho de dente na mão para furar a camisinha. Porque eles querem sem camisinha. São doentes mentais. Quando falo que os homens são animais, eles são de verdade. Tem clientes que você tem que ficar em cima, tem cliente que quer tirar a camisinha. Eu por exemplo não gosto quando usam a mão porque tenho medo que tirem a camisinha e eu não perceber. Eu sou chata em algumas coisas mesmo. Por exemplo, eu sempre fico segurando com a minha mão o pinto deles antes de virar, de trocar de posição. Todas essas coisas eu fui aprendendo com o tempo. Ninguém chegou para mim me falando ‘Você vai fazer assim’. São coisas que fui aprendendo e vendo com o tempo, com a prática.” (Ágata, cisgênero).

Às vezes, quando os manobras de prevenção não são suficientes para controlar os clientes em situações em que o perigo se torna real, algumas trabalhadoras do sexo não hesitam em entrar na briga. Se a maioria das brasileiras cisgênero e transgênero que interroguei prefere gritar, fugir ou alertar as pessoas ao seu redor ou a polícia, algumas decidem contra-atacar e entrar na luta mais ativamente:

“Eu tenho a mão para me proteger. Que dou uma bofetada na cara, tenho tesoura, tenho máquina de choque. A bomba eu usei num árabe que tentou me estuprar. Eu tava no meio das romanas e elas são todas pequeninhas e magrinhas. Ele não me viu e entrou no caminhão. Acho que ele pensou que era pequeninha e magrinha. E ele era grande e alto. Ele foi puxando os meus cabelos assim, para me beijar. Puxando a minha roupa. Peguei a bomba que tinha deixado no bolso do meu casaco. Peguei assim, joguei assim. Aí a porta já tava aberta. Nem tinha fechado a porta. E joguei ele para fora. Ele foi embora e eu também, porque o cheiro da bomba, filha, ficou impregnado! A tesoura também já peguei, já usei uma vez. Ela fica na primeira gaveta já peguei uma vez e ameacei: ‘Tu, que quer?’ Aí ele foi embora. Só para assustar. Porque se você briga com o homem, dependendo do homem você pode perder. Eu posso perder, mas vou perder lutando minha filha!” (Fernanda, cisgênero).

“Quando eu sinto medo, eu não saio correndo, eu levanto bem tranquila, falo ‘Amor, por favor, pára de fazer isso, pára.’ com uma voz bem suave. E assim que pego a minha bomba de gás, eu já volto uma outra pessoa. É a bomba de gás que me dá esse embalo todo. E quando eles me veem assim, eles ficam quietinhos. Porque eles conhecem os travestis, eles sabem que a gente joga mesmo. Bichas não tem essa de mostra só não, a gente vai na briga mesmo! E porque a gente é homem nessas situações, né? Quando um homem se sente atacado, ele quer atacar, é uma reação

masculina né? Se a bicha mostrou a bomba de gás quer dizer que ele já vai apontar, ele quer fazer alguma coisa. A menos que seja muito medrosa e queira ir embora só. Mas a maioria não é.” (Aline, transgênero).

Neste quinto capítulo, analisamos as economias morais que permeiam o universo social das brasileiras trabalhadoras do sexo na França. Ademais, estudamos as interseções existentes entre dimensões materiais e estruturais e dimensões subjetivas e individuais, não apenas nas experiências de migração e de prostituição das brasileiras trabalhadoras do sexo na França, mas também nas suas interações cotidianas com cafetinas, colegas na rua e clientes.

No próximo e último capítulo desta tese, deteremos a nossa atenção na construção das categorias de “vítima” e de “criminosa”, ressaltando os diferentes significados associados a esses rótulos com base nas experiências de migração e de prostituição das brasileiras trabalhadoras do sexo. Argumentarei que a realidade das brasileiras cisgêneros e transgêneros na França é muito mais complexa e sutil do que a mera classificação entre “vítimas” de tráfico e prostituição forçada por um lado, e, por outro lado, “culpável” pela exploração sexual alheia, dado que vitimização e criminalização se misturam de forma altamente complexa e ambígua na maioria das experiências de migração e de prostituição.

## **Capítulo 6. Vítimas e/ou criminosas? As ambivalências na fala das brasileiras trabalhadoras do sexo**

Neste capítulo, detemos a nossa atenção na construção das categorias de “vítima” e de “criminosas”, ressaltando os diferentes significados associados a esses rótulos com base nas experiências de migração e de prostituição das brasileiras trabalhadoras do sexo.

Na primeira seção, analiso as forças globais que afetam a realidade das brasileiras trabalhadoras do sexo na França, e como elas influenciam desde as decisões de deslocamento para a Europa e exercício do trabalho sexual, até o cotidiano e as condições de vida e de trabalho nas cidades de destino. Destaco como as estruturas geopolíticas e macroeconômicas, o capitalismo desigual, o racismo, o machismo e a transfobia mundial são um conjunto de fatores sistêmicos que pesam na vida das prostitutas brasileiras, colocando-as em uma situação de “vítimas”. Assim, a acumulação dos estigmas de “migrante”, “clandestina”, “mulher prostituta” e “transgênero” contribuem em colocá-las em situação de extrema precariedade econômica e vulnerabilidade social, o que aumenta seus riscos de exposição às formas de violências verbais e físicas.

Na segunda seção, enfatizo os impactos dos mecanismos de criminalização das brasileiras trabalhadoras do sexo, tanto por parte das instituições públicas quanto por parte da sociedade na sua globalidade. Aponto como as políticas restritivas em matérias de migração e de prostituição participam na precarização e marginalização das migrantes trabalhadoras do sexo, que, por sua vez, se vêm obrigadas a se esconderem das autoridades públicas e se envolverem com outras formas de delinquência e criminalidade para conseguirem sobreviver. Vistas ao mesmo tempo como criminais por serem indocumentadas e transgressoras por exercerem um trabalho imoral, elas acabam sendo ainda mais precarizadas e estigmatizadas, o que, de modo paradoxal, aumenta mais ainda as suas probabilidades de serem traficadas e vítimas de exploração sexual ou outras formas de abusos por parte dos atores sociais no dia-a-dia.

Já na terceira seção, estudo as dicotomias decorrentes da visão dualista que separa as “vítimas” das “criminais” em termos de raça, nacionalidade, classe e gênero. Enfatizo que a realidade é muito mais complexa e sutil do que a mera classificação das trabalhadoras do sexo entre “vítimas” de tráfico e prostituição forçada por um lado, e, por outro lado, “culpável” pela exploração sexual alheia. Embora algumas brasileiras tivesse realmente sido vítimas de proxenetismo no núcleo rígido da lei, enquanto outras, em contrapartida, foram verdadeiramente ativas na exploração sexual de outras brasileiras, a esmagadora maioria das brasileiras interrogadas não se veem nem como “vítimas” nem como “cafetinas” rigorosamente falando. Inclusive, muitas se recusam ser identificadas como vítimas, como transgressoras ou até como criminais, mesmo se tiverem passado por situações em que poderiam ser consideradas como “vítima” ou “ofensora” simultaneamente perante a lei.

### **6.1. As brasileiras trabalhadoras do sexo na França como vítimas das forças globais**

O senso comum tende a considerar que nenhuma pessoa aceita se prostituir por vontade própria; e que a prostituição resulta sempre de uma forma de coerção, pelo menos do ponto de vista econômico. Quando se trata de jovens mulheres migrantes em específico, a associação entre prostituição e escravidão funciona de maneira quase que automática. De fato, vários estudos enfatizaram a tendência das mídias e outros canais de informação de apresentarem as prostitutas migrantes como vítimas escravizadas, estupradas ou sequestradas (Pheterson, 2003), ou seja, como arquétipo da vítima de tráfico (Deschamps, 2007; Jaksic, 2008) e isso quaisquer que sejam suas estratégias de migração (Darley, 2007; Guillemaut, 2008; Moujoud & Pourette, 2005). Nesse contexto, a condenação moral da exploração sexual de outros

e a compaixão coletiva para essas vítimas, descritas como desprovidas de qualquer forma de agência, tornam-se unânimes: a figura da mulher vítima, passiva, explorada e reduzida à escravidão é exibida de modo emblemático.

Ao articular diferentes fatores de vulnerabilidade tais como gênero, idade, classe social e nacionalidade, a maioria dos documentos oficiais possuem uma tendência para interpretar as jovens mulheres de países do terceiro mundo como alvos privilegiados de “passividade” e, portanto, de “vitimização” (Piscitelli, 2010; Lowenkron, 2015).

Esses fatores de vulnerabilidade são entendidos como atributos que permitem identificar indivíduos que, por apresentarem uma predisposição em se submeter à uma situação de “exploração”, estariam em maior risco de vitimização. Assim, textos jurídicos e Convenções internacionais, tais como o Protocolo de Palermo, mencionam a pobreza, o subdesenvolvimento e a desigualdade de oportunidades, a idade, o *status* migratório irregular, a insegurança, a doença ou deficiência física e mental, o gênero, a sexualidade, as crenças religiosas e culturais, o isolamento linguístico, a ausência de redes sociais e a dependência, etc. – todos esses elementos como um conjunto de fatores que tornam as pessoas, especialmente mulheres e crianças, vulneráveis ao tráfico e a exploração sexual (Castilho, 2015).

Dito isso, nesta seção, com base nas entrevistas realizadas com as brasileiras trabalhadoras do sexo em Paris, Lyon e Toulouse, analiso de que forma as suas trajetórias individuais de migração e de prostituição podem ser entendidas como o resultado das influências das estruturas geopolíticas e macroeconômicas. A fratura Norte/Sul, as desigualdades decorrentes do sistema capitalista contemporâneo, as opressões de gênero e o racismo são alguns dos vários fatores estruturais que pesam nas decisões individuais das brasileiras ao deslocarem para Europa e se inserirem na indústria do trabalho sexual transnacional.

## 6.1.1. Vítimas das estruturas geopolíticas e macroeconômicas

### 6.1.1.1. A exploração do trabalho feminino não qualificado como consequência da fratura Norte/Sul e do sistema capitalista desigual

Como já mencionado ao longo dessa pesquisa, o desejo de ascensão econômica é destacado como uma das principais razões que motiva às brasileiras migrarem para França. Porém, além dessa justificativa econômica, muitas decidiram viajar para Europa para fugir da pobreza, da corrupção estrutural e do baixo poder aquisitivo no Brasil. Assim, muitas mulheres entrevistadas comentaram ter passado por experiências profissionais extremamente difíceis e declararam até ter sido vítimas de exploração laboral. Para Luiza, o salário-mínimo que ganhava trabalhando numa loja de esporte não era suficiente para a sua sobrevivência, o que a obrigou a recorrer a prostituição:

“Eu já me prostituía no Brasil. Por causa da situação econômica que era uma lástima. No Brasil, nessa época, o salário era de fazer piedade porque a gente trabalhava por miséria. Com o que a gente ganhava não dava para nada. Porque o salário-mínimo na época era uma miséria. A gente trabalhava sete dias por semana, 8-9-10 horas por dia e no final do mês, o salário não dava nem para pagar o que você come. Na época, eu morava em um quarto que nem era um quarto, era uma vaga em um quarto com mais cinco pessoas. E não conseguia nem pagar o quarto e a comida ao mesmo tempo. Era uma coisa ou a outra. O que me chocou foi trabalhar o mês inteiro e no final do mês não ter nada, sabe. De viver naquela situação de escravidão. Era uma fábrica de roupa chique na época. Era roupa chique de esporte.” (Luiza, cisgênero).

Da mesma forma, Lídia decidiu empreender a viagem para França porque não aguentava mais as condições de trabalho degradantes que lhes eram impostas trabalhado numa clínica no Brasil:

“Eu trabalhava numa clínica de ricos no Brasil. Era realmente explorada. A sessão era 250 reais e a dona me dava só 70 reais. Eu tinha que abrir a clínica, limpar as três salas, atender os clientes e fechar a clínica. Eu abria a clínica às 10 horas e tinha que fechar às 21h. Eu atendia homens e mulheres. Eu tinha que fazer *Shiatsu*, drenagem linfática, reflexologia, *quick* massagens na cabeça. Aí para os clientes masculinos, eu tinha que fazer a finalização também. E se eu quisesse ganhar um extra de clientes, eu tinha que fazer alguma coisa a mais. E ela me dava só 70. Aí cansei de ser

explorada. Aí eu falei ‘nunca mais vou trabalhar em clínica porque eles exploram. Agora vou trabalhar para mim’. Aí decidi vir para França.” (Lídia, cisgênero).

A falta de oportunidade e a depreciação das mulheres no mercado de trabalho incitam muitas mulheres mais pobres a procurarem outras fontes de rendimento através da prostituição. O trabalho sexual pode ser visto, nesse contexto, como a consequência direta da desvalorização e exploração do trabalho feminino pouco qualificado dentro do sistema capitalista atual.

Além disso, cabe mencionar que o risco de ser explorada economicamente continua sendo muito forte quando as migrantes chegam no país de destino. De fato, a própria situação de irregularidade leva à essas mulheres migrantes sem documentos estarem ainda mais expostas à exploração laboral, na medida em que muitos padrões desonestos procuram aproveitar dessa mão de obra clandestina subvalorizando os salários, como foi o caso de Carolina:

“Aí fui para França e... mas é assim. Você não tem papel, não tem nada e você trabalhar no meio de portugueses. Todas as amigas me falavam: ‘Faz isso [prostituição] e você vai ganhar dinheiro’. Claro, lá no restaurante eles me pagavam 800 euros por mês para ficar até o sábado e o domingo trabalhando. Porque se você não tem papel, eles te exploram entendeu?! Eu fiquei dois anos nesse trabalho. E depois entrei na prostituição”. (Carolina, cisgênero).

### **6.1.1.2. A insegurança e violência estrutural no Brasil**

Além do desejo de ganhar mais dinheiro no chamado “Primeiro mundo”, a insegurança generalizada e a violência sexista, em particular no Brasil, incitaram muitas das minhas interlocutoras brasileiras a sair do país natal para tentar uma nova vida no exterior. Vejamos os trechos das entrevistas seguintes:

“Já fazia programas no Brasil, em São Paulo. Morria de medo por causa da insegurança no Brasil. Foi esse o motivo que me empurrou a deixar o Brasil. No Brasil, vivia apavorada quando saía, ainda mais que naquela época era os anos 90 e tava começando aquela coisa do crack. E esses casos de crack no Brasil me deixava tão apavorada. E então fugi e fui embora. Por isso também que fui embora para Itália porque era muita violência, muito comércio do crack no Brasil. Eu vi o povo cair na droga e aí eu fui.” (Taís, transgênero).



“Eu já fui agredida várias vezes no Brasil. Tenho cicatrizes. Aqui é um pistolete. Hoje é muito difícil no Brasil. Por isso que quis morar na França. Porque aqui não tem muitos assaltos e assassinatos como no Brasil. Aqui tem uma segurança muito grande. No Brasil, eu trabalhava na rua. Imagina eu na rua! Ficava com muito medo. A Irene [uma amiga] já me salvou a vida várias vezes. Ela já me livrou de um assassinato. Todo dia tinha uma confusão lá no Brasil.” (Aline, transgênero).

Vejamos agora o relato de Taís, que sofreu uma agressão muito violenta quando voltou a morar no Brasil depois de ter morado dois na Itália:

“Eu sofri uma violência forte lá em Praia Grande, acho que era em 2003 ou 2004, quando tinha vinte e seis anos. Eu tinha uma amiga minha em São Paulo que eu evitava de ligar do telefone de casa. Eu ia sempre com o cartão ligar para ela do orelhão. O orelhão era na avenida aonde trabalham os travestis. Eu estava com um maço de cigarros na mão. Dois caras me roubaram de moto. Eles acharam que tinha um celular na mão em vez do maço de cigarros. Olha a burrice do brasileiro mesmo, ver que estava do orelhão e achar que estava com o celular na mão! Menina, eu saí do orelhão, ele me falou ‘me dá o celular’ com o revolver. Eu abri a mão e falei ‘É cigarro, não tenho celular’. Ele me deu um golpe de revólver na cabeça ‘pac!’. Eu vi o sangue voar. Eu voltei para a casa, estava sozinha, com a cabeça sangrando. ‘Meu deus e agora?’ Ali que começou o trauma que não queria sair à noite. Eu esperei até o dia seguinte de manhã cedinho para ir no hospital. Eles não me fizeram nem uma radiografia na minha cabeça. A mulher só me raspou a cabeça e me falou que era tarde demais para costurar. Passou. Esse trauma durou no Brasil muito tempo. Quando ia na rua e via muita gente junta, eu tinha ataques de pânico. Eu não ficava na rua. Quando voltava para casa às 6 horas da tarde e via alguém vindo na minha direção, eu voltava para trás e me escondia atrás dos carros, estava louca, com medo de violência, de agressão. Então falei ‘Vou embora. Não vou mais ficar aqui’. É essa agressão aconteceu depois de 2 anos e pouco que estava no Brasil. E fiquei quase 2 anos para me recuperar do trauma dessa agressão e criar coragem para ir embora novamente.” (Taís, transgênero).

O machismo e a violência contra as mulheres também levou Luiza a se afastar do seu país de origem:

“Hoje, no Brasil, é muito violento. Por causa da mentalidade dos brasileiros. Da sociedade brasileira que tem essa mentalidade machista, até hoje. E aí aqui quando vi como as pessoas eram educadas, os clientes tinham consideração, respeito. Foi por causa do respeito e da consideração que vim aqui. Não, primeiro foi o dinheiro mesmo né. Porque na realidade no começo a gente nem enxerga isso. Mas depois você vai vendo, aos poucos que os clientes são educados e respeitosos. É a mentalidade mesmo, porque os brasileiros são violentos, sem educação, sem modos. A mentalidade francesa é pacífica, de direitos humanos foi o que mais me segurou

aqui, até hoje. A maneira como os franceses falam. O respeito pela mulher. Ainda tem muito progresso a fazer mas comparado com o Brasil, o Brasil tá muito para atrás.” (Luiza, cisgênero).

Para além da insegurança difusa no Brasil, a violência por motivos de orientação sexual e de identidade de gênero parece ser ainda mais grave para as pessoas transgêneros, pois muitas das entrevistadas relataram ter sofrido de agressões verbais e físicas no passado, como é o caso de Rosângela:

“No Brasil, era perigoso, sim, na minha época morriam muitas, sim. Mas Deus dá sempre aquela oportunidade. Quando não é seu dia, não é seu dia. Quando é a sua hora, é a sua hora. Eu via muitas morrer. Eu estava uma vez na esquina em São Paulo, na Vianópolis, veio um carro, e mataram 5 bichas de uma vez. Eu estava por perto, eu me abaixei, me escondi. E aquelas que não tiveram sorte morreram.” (Rosângela, transgênero).

Assim, os países europeus se tornam muito atraentes, uma vez que são considerados pelas trabalhadoras do sexo transgêneros como lugares onde valores como a educação, a tolerância e o respeito aos Direitos Humanos das minorias predominam:

“E quando eu cheguei em Milão, eu percebi que a mentalidade do povo em geral aqui na Europa é diferente. Eles podem ser até um pouco preconceituosos e racistas, mas não tanto quanto no Brasil ou na América do Sul. Porque no Brasil dizem que é tudo festa, é tudo bonito, mas trans ‘não na minha casa!’. É assim no Brasil. E eu percebi que aqui na Europa, embora tenha preconceito, as pessoas são mais corretas. Aqui quando os europeus veem que as trans, os gays, as lésbicas são pessoas boas e corretas, as portas ficam abertas. O povo não gosta, mas procura! É sempre assim! Mas eu percebi que aqui quando a gente estuda e trabalha, e tenta não viver da prostituição, a gente consegue muitas coisas. A gente consegue o respeito deles aqui.” (Laura, transgênero).

“Você pode ter certeza, uma pessoa que mora aqui, por mais que aconteça muitas coisas, ela é feliz. Você pode ir na cidade maior e você vai andar com segurança, ninguém vai falar ‘Olha, uma trans’. Aqui, tu é tratada super bem, pode ir para todos os lugares. Aqui, tudo mundo pode viver uma vida igual. Do rico ao pobre, do pobre ao rico. Lá no Brasil, se você é pobre, você é pobre. Você não tem direito de entrar aqui nesse lugar por exemplo. Aqui na França não, tudo mundo pode tudo. Basta que tem o seu dinheiro e trabalha, e você tem a sua vida. Aqui não vejo preconceito. Aqui não existe preconceito. Você pode entrar e sair. Aqui tem respeito. Vocês têm muito isso: respeito. Aqui as pessoas, por mais que as pessoas não gostam da sua opção

sexual, jamais vai transparecer para você. Jamais vai falar ‘ela é trans, não vou falar para ela não’. Jamais! Elas vão dar sorriso para você, porque aqui todo mundo faz teatro. Sorrindo, por mais que não gostam.” (Ariane, transgênero).

### **6.1.1.3. O racismo e a xenofobia como legado da colonização**

As brasileiras trabalhadoras do sexo que encontrei na França relataram ter sofrido discriminações por ser, além de prostitutas, imigrantes. Muitas já foram vítimas de xenofobia e racismo. De fato, a liberdade e a autonomia adquiridas por meio das rendas da prostituição andam lado a lado com situações de violência e discriminação.

As representações comuns definem as brasileiras principalmente pela sua sensualidade e erotismo, ou seja, como se fossem naturalmente sexualizadas (Piscitelli, 2007a; 2007b). De acordo com autores pós-coloniais, a construção histórica da identidade da mulher brasileira como mulher sensual e liberada sexualmente evidencia um caráter claramente eurocêntrico e colonial (Silva & Blanchette, 2005). A sexualização do exótico, da raça e da etnia é parte integrante do jogo de relações de poder e de exclusão entre cidadãos europeus e cidadãos estrangeiros, mulheres europeias e mulheres imigrantes, mulheres brancas e mulheres de cor (Mayorga, 2011).

Assim, algumas das minhas interlocutoras indicaram ter sido vítimas de preconceito por ser imigrante brasileira na França. Julia me comentou como o amálgama entre prostituição e identidade brasileira a afetou pessoalmente:

“A gente recebe muito preconceito quando chega. Acho que isso passa com toda brasileira. Porque eu sofri muito preconceito por ser brasileira. Quando você chega para procurar trabalho, sempre te veem como prostituta. Inclusive conheço três meninas que foram na Espanha direito para trabalhar em outras coisas, que nunca tiveram contato com prostituição e tiveram aquela injustiça de serem tratadas como se fossem prostitutas. Por serem brasileiras, nada mais. É racismo por você ser brasileira. Porque a brasileira tem aquele estereótipo do carnaval, do samba. Quer dizer isso já te atacam sem te conhecer, entendeu. Então tem um preconceito.” (Julia, cisgênero).

As dificuldades ligadas à situação de clandestinidade, ao preconceito por ser estrangeira e à falta de domínio da língua francesa são muito bem descritas na voz de Carolina, no trecho seguinte:

“Olha, eu consegui fazer faxina normal. Mas não me deram o contrato regular legal. Por isso que já não aguento mais. Já quero ter um trabalho normal. Porque para fazer faxina tem que trabalhar de pé e eu não aguento mais. E para mim é ainda mais complicado porque tenho duas crianças. Quero ter meus papéis, minha vida normal. Como eu sempre tive no Brasil. Porque aqui a minha vida virou de ponto a cabeça. Eu passei por traumas aqui que nunca passei no Brasil. Por ser estrangeira, por não falar francês direito. Por preconceito. Eu nunca passei por isso no Brasil, nunca imaginei que ia passar. Mas aqui na França, existe preconceito, sim. Demorei duas semanas para abrir uma conta bancária aqui. Eu não conseguia abrir, eles não queriam abrir para mim, entendeu? Porque não sou francesa. Então é difícil aqui para os estrangeiros. Para um francês já é difícil, então imagina para uma pessoa que não fala a língua direito, que não tem trabalho fixo e que tem duas criancinhas”. (Carolina, cisgênero).

Em suma, a exploração econômica, o racismo, a xenofobia contra os imigrantes, a misoginia ambiente e a discriminação contra as prostitutas representam muitas restrições que pesam e dificultam fortemente a vida e o cotidiano das brasileiras trabalhadoras do sexo, tanto no Brasil quanto na França ou outros países europeus. A acumulação dos estigmas de “imigrante pobre”, “clandestina”, “pobre” “mulher” e “prostituta” as deixam em situação de extrema marginalização e vulnerabilidade social, como o resume Luiza na seguinte conversa que tivemos juntas:

- Eu: “você já sofreu racismo ou discriminação por ser prostituta?”

- Luiza: “É claro. Em lugar nenhum você pode falar tranquilamente que você é prostituta. Tem gente mais aberta, outra menos, mas de qualquer maneira, sempre tem uma reticência. Claro que já sofri racismo, já sofri discriminação, já sofri de tudo isso, mas acredito muito que faz parte da sociedade. Já sofri também sendo mulher no Brasil. A sociedade vai evoluindo aos poucos. Ainda vai exigir muita luta. De qualquer maneira, no mundo inteiro a sociedade é machista. Existe machismo porque os machos tem medo da mulher abrir o olho, ir dominando e não ir precisando mais deles.”

- Eu: “E para você o mais discriminador é a condição de ser prostituta ou imigrante?”

- Luiza: “Existe os dois. Mais acho que o pior é de prostituta. Porque como prostituta você não pode trabalhar em lugar nenhum. São poucos os que têm a mente aberta. A sociedade não está preparada. Eu achava que na Holanda, que é o primeiro país que

legalizou, eu achava que a gente podia viver normalmente, mas não.” (Luiza, cisgênero).

## 6.1.2. Vítimas da opressão de Gênero

### 6.1.2.1. O sistema patriarcal e o machismo generalizado

Nessa subseção, quero mostrar como o peso do patriarcado influencia de modo mais ou menos direto e pernicioso a construção social da identidade da mulher em geral. O contexto machista e a consequente desvalorização das mulheres são transmitidos e reproduzidos de geração em geração, tendo repercussões fortes na forma como as meninas são criadas e educadas nas nossas sociedades.

Aqui, escolhi trechos marcantes de entrevistas sobre o contexto familiar e a infância de algumas brasileiras entrevistadas para mostrar como o machismo familiar e societal, ao criar e difundir uma imagem pejorativa da mulher, foram fatores implícitos na orientação e tomada de decisão de migrar para Europa para trabalhar na indústria do sexo.

No que diz respeito ao tema do ambiente e da estrutura familiar, um dos aspectos recorrentes nas entrevistas com as brasileiras trabalhadoras é a falta de envolvimento do pai na criação dos filhos. A ausência da figura paterna e a dedicação quase que exclusiva das mães solteiras no sustento familiar contribuem em forjar uma imagem negativa dos relacionamentos amorosos, baseada numa diferenciação e hierarquia de gênero, como foi o caso de Lorena:

“Meu pai nunca deu assistência. Como se eu não tivesse pai. A minha mãe criou todos nós, sozinha. Cada filho é de um pai diferente. Acho que a minha mãe ficou com homens muito nova e não sabia nada com nada e aí ela se virou sozinha. Eu fui na casa do meu pai uma vez, o vi uma vez, dormi com ele e tal, ele teve aquele momento paterno e tal. Mas depois disso, ele não me procurou mais, eu não procurei ele e já era preciso também. Eu já era uma pessoa formada e minha mãe se virava sozinha. Quando eu o vi, eu era menino ainda. Eu depois fiquei sabendo que ele falou para as pessoas que se eu tivesse virado trans mesmo, era para não considerar mais ele como pai. Sendo que ele nunca foi meu pai praticamente. Nunca foi mesmo! Não deu pensão, não deu assistência em nada.” (Lorena, transgênero).

No caso de Aline, além da ausência do pai, a morte da sua mãe, que engravidou dela e morreu no parto quando ainda era criança foi significativo para explicar a forma como ela cresceu no Brasil e a extrema autonomia com que conduziu a sua vida:

Minha mãe morreu quando eu nasci, no parto. A minha mãe tinha 13 anos quando morreu. Eu sou filho de uma criança. E naquela época, 30 anos atrás era muito foda ser uma mulher. E meu pai tinha 33 anos. Mas a minha mãe não era uma safada; ela adorava o meu pai. Claro que meus avôs ficaram muito preocupados com o que estava acontecendo, porque ela tinha 13 anos e meu pai, 33. Mas a minha mãe gostava do meu pai. Ele casou com ela. Ela casou antes de morrer. Foi assim. A família do meu pai tinha dinheiro. Mas tenho um pouco de distância com a família do meu pai. Eu cresci com meu pai até os 4 anos. A minha madrasta me queimava com os cigarros. Depois eu fui para casa da minha avó materna, até os 17 anos. A minha avó que me criou, saía às 6 horas da manhã. Eu não tinha ninguém para me olhar. A minha tia, ela tinha 16 anos e não queria saber nada de mim. Eu fiz a minha vida, eu cresci sozinha. A vida toda eu fui sozinha, eu fiz a minha vida sozinha. Depois eu fui para a rua, para a vida.” (Aline, transgênero).

Quando Aline me contou a tragédia da sua história familiar, senti muita dor e solidão na sua voz. Percebi que ela era atravessada por um sentimento de culpa por ter “matado” a sua mãe, no momento do seu parto. Essa responsabilidade inconsciente pela morte da mãe parecia lhe colar a pele desde o seu nascimento, como que se ela estivesse culpada pela sua mãe ter sido casada ilegalmente quando era menor de idade e forçada sexualmente pelo seu pai, vinte anos mais velho. Aqui, podemos ver como a violência do sistema patriarcal, sofrido e pagado pela mãe pela sua própria morte, teve repercussões psicológicas importantes na vida de Aline.

Outra regularidade notada na maioria dos relatos contados pelas brasileiras cisgêneros e transgêneros, cujos pais não eram separados, foi a predominância de um padrão familiar hierárquico, segundo o qual os papéis de gênero eram claramente delimitados: o pai era o principal provedor da família, enquanto a mãe ficava em casa para cuidar do lar. Muitas vezes, no caso das brasileiras transgêneros, a opressão de gênero sofrido pelas mães fizeram com que elas não tivessem poder de decisão no que tangia a assuntos familiares. De fato, a falta de autonomia financeira dessas mães

as mantinham em uma situação de subalternidade, o que as obrigava a se submeterem à autoridade de seus maridos. Luciana nos explica como a mãe dela não pôde se opor à decisão do seu marido de expulsá-la de casa, quando este descobriu que era transgênero:

“O meu pai cortou o cordão umbilical por causa da minha escolha sexual. Mas eu não tenho raiva do meu pai, porque compreendo o meu pai. Eu saí de casa com 16 anos. A minha mãe chorou no dia que meu pai me expulsou de casa. Ela me disse: ‘Meu filho, se eu pudesse eu batia o pé. Mas teu pai falou que se você ficasse, ele ia embora’. E tinha os três irmãos pequenos. Tinha Pedrinho que tinha 4 anos. E Mariana que tinha 6. Quem ia assumir eles? Era meu pai, claro! Então, como era a minha escolha ser trans, eu fui viver a minha vida. Saí e fui para São Paulo. Eu lembro que quando ele me expulsou de casa, ele estava chorando, ele se levantou gritando: ‘Deus me livre!! Eu criei uma praga dessa durante 15 anos! Ave Maria, não me dê esse desgosto! Menino, gente como você acaba em vala, com a cabeça estourada, espancada! Entendeu?!’ Porque na época dele, era isso que se fazia com os homossexuais: batiam e matavam. Então, ele tinha medo que acontecesse isso comigo. Eu vi na reação dele o pânico. Porque ele não tentou me bater, não. Ele me deu uma bofetada assim, porque é pai, né. Ele tinha que fazer isso, mesmo se ele não queria. Eu sei que era desgostoso para ele fazer isso, mas tinha que fazer entendeu. Então, ele cortou o cordão. Tanto que passou anos e anos sem falar comigo.” (Luciana, transgênero).

Vemos como a mentalidade patriarcal da sociedade brasileira influencia modelos familiares e condicionam atitudes das pessoas de acordo com as expectativas sociais associadas ao gênero. Se por um lado, a mãe de Luciana não tinha outra injunção social a não ser de ficar calada e aceitar a decisão do seu marido, por outro, era esperado do pai que se comportasse como “verdadeiro macho”, corrigindo e expulsando da casa o filho por ter desviado da norma heterossexual. Embora fosse desagradável ao pai, a pressão social associada à construção da “masculinidade” o obrigou a atuar dessa forma com seu filho.

Outro exemplo de como o machismo afeta o modelo familiar pode ser visto através da história de Fernanda, quem, por ser filha caçula, teve que cuidar da mãe alcoólica enquanto o pai e os meio-irmãos maiores, frutos do primeiro casamento da mãe, se desproviram dessa responsabilidade:

“Eu sou a décima-terceira, eu sou a mais nova da minha mãe. É muito filhos, cara! A gente tem só um ano de diferença. A minha mãe ganhava bem. Ela teve dois maridos. O primeiro marido da minha mãe era bom, ele era desembargador. Ganhava muito bem, entendeu. Só que a minha mãe caiu no alcoolismo. Então, nada quando você é viciada em alguma coisa, nenhum dinheiro é suficiente. Então, ela deixava a gente passar fome. Só que meus irmãos eram maiores, aí eles saíram de casa. Eu era a menor então tive que ficar, entendeu. Tive que aguentar um monte de coisas. Tive que ficar porque eu era pequena, era a mais nova. O primeiro marido da minha mãe morreu. Aí, a minha mãe conheceu o meu pai. Aí teve duas filhas, a minha irmã e eu. Aí, minha mãe separou do meu pai. Meu pai encontrou outra mulher de 26 anos mais nova do que ele e ele casou. Teve outros filhos. A minha mãe faleceu e agora tenho meu pai só.” (Fernanda, cisgênero).

Mais uma vez, vemos que, após a separação dos pais de Fernanda, o pai dela casou com outra mulher, vinte e seis anos mais nova. A recorrência de casamentos de homens com mulheres muito mais jovens integra a construção de representações sociais em relacionamentos amorosos e casamentos, nos quais a juventude e a beleza das mulheres são sobrevalorizadas. Isso contribui ao incitar às mulheres em investirem muito mais no próprio capital estético do que em outras qualidades pessoais, com o intuito de conseguirem um “bom casamento” ou para ganhar dinheiro por meio da sedução do sexo oposto, como por meio da prostituição.

Vejamos agora o relato de Luiza, que, por si só, resume o cúmulo de restrições estruturais que condicionam até hoje a vida das mulheres brasileiras:

“Eu sou de Recife. Em Recife, morava com a minha família. Eu me casei muito jovem, com 16 anos. Eu já casei grávida, mas a minha família não soube. Acho que eles desconfiavam também. A minha filha nasceu 8 meses depois. Mas logo depois me separei do meu marido que era violento. E aí, fui para São Paulo com 17 anos justamente para poder sobreviver, para ter uma vida melhor. Foi graças à minha mãe que eu consegui sobreviver, porque foi a minha mãe que me estimulou a me separar dele. Porque a sociedade na época dizia: ‘É ruim com ele, mas é pior sem ele’. A sociedade dizia que uma vez que casou tinha que aguentar. Que não tinha outra maneira, porque naquele tempo as mulheres não trabalhavam. Naquela época, era o começo da libertação feminina. Mas a sociedade não estava preparada para abrir as portas para as mulheres. Então, a mulher que trabalhava já era considerada como uma puta. Uma vizinha minha, que era secretária, todo mundo dizia que ela era puta, que ela era a amante do patrão, que ela devia dar para o patrão. As mulheres não tinham direitos de ter liberdade. Então, no Brasil eu estava naquela situação crítica. Por ser mulher e ter todas as portas fechadas, mas também porque os salários eram



miseráveis. Então as mulheres que não viviam com a família era obrigada a se prostituir para sobreviver.” (Luiza, cisgênero).

Vítima tanto da misoginia no Brasil (por ter sido obrigada a casar com o marido grávida e por ter sido maltratada por ele), como da desvalorização do trabalho feminino no mercado capitalista da época (por ter sido explorada economicamente e sido considerada como “transgressora”), Luiza foi obrigada a fugir da dependência e da violência do marido para recomeçar a sua vida de zero em outra cidade. A sua decisão de se extrair dessa situação crítica e tentar construir uma nova vida pode ser interpretado como um verdadeiro ato de emancipação feminina. Efetivamente, embora não tivesse outra opção do que trabalhar como prostituta, a sua vontade de ganhar a sua própria renda, além de não depender mais de ninguém pode ser interpretada como uma decisão exemplar e corajosa. Portanto, no caso de Luiza, a prostituição pode ser entendida como o resultado complexo de múltiplos fatores estruturais e subjetivos, sendo, ao mesmo tempo, produto de opressões de gênero e resultado de uma decisão autônoma e consciente.

#### **6.1.2.2. A heteronormatividade e as derivas homofóbicas e transfóbicas**

Ao longo do meu trabalho de campo junto com as brasileiras transgênero, fiquei chocada ao me dar conta até que ponto a expulsão da casa de adolescentes transgêneros era uma prática comum dentro das famílias no Brasil. Jogadas na rua, sem dinheiro e sem teto, a esmagadora maioria delas entraram de forma automática no universo da prostituição quando eram ainda menores de idade. Nos deteremos a seguir nas histórias sobre o sofrimento sentido pelas brasileiras transgênero ao serem rejeitadas pelos próprios familiares:

“A gente nasce assim, pode ter certeza. Desde criança, eu ficava mais com as meninas. Era de criancinha, quando eu passava o batom na boca das bonequinhas das meninas. E meu pai me fala: ‘Para de passar o batom nas bonecas. Isso daqui é coisa de meninas’. Aí eu começava a chorar. E eu correndo e gritando: ‘Eu quero brincar com as meninas’. E ele jogando uma pedra me chamando de viado.” (Ariane, transgênero).

“Eu, desde criança, desde de novinha, gostava de ficar com as meninas. E meu pai me reprimia à beça com isso e eu não entendia porquê. Até então eu não tinha desejo nenhum. Mas acho que era já afeminada.” (Luciana, transgênero).

“A minha mãe fala comigo, mas ela não me apoiou porque ela dependia do meu pai. Era o meu pai quem trabalhava e sustentava a casa. Na época, como ela não trabalhava, ela dependia dele. O meu pai me deu uma surra primeiro e depois me colocou para fora com a roupa no corpo. Aí eu tive que ir embora. Aí eu fiquei morando na rua quase 10 dias. E como não tinha dinheiro eu comecei a me prostituir. Foi aí que eu comecei. Depois fui para o Paraná e depois para São Paulo. E de São Paulo fui para Barcelona.” (Natália, transgênero).

Observemos agora como Taís passou por uma manipulação perversa e foi assediada pelo próprio pai que, embora não usasse força física para reprimir a sua transsexualidade, a forçava a jogar futebol de propósito:

“Era horrível a infância que eu tive com meu pai. Como ele me batia, como ele me perseguia! Ele é professor de educação física. Ele é jogador de futebol. Todo dia, eu tinha que jogar bola com ele. Tudo o que eu odeio, que eu detesto. Eu mutilava o meu pé para não jogar bola com ele. E como ele estava construindo a casa, tinha blocos de cimentos no quintal. Todo dia eu já ia preparada a chutar pedra e acabar com o meu dedo do pé para não jogar bola com ele. E quando chutava a pedra eu ficava morrendo de felicidade, porque ia ficar 15-20 dias até sarar o dedo sem jogar bola com ele depois da janta. Quando começava a curar o dedo, já estava pensava em arquitetar como que eu podia machucar novamente o dedo do pé, porque não aguentava jogar bola. Ele me levava nos negócios para assistir jogo e eu não gostava. Ele me via diferente. Ele nunca me bateu, assim, de violência. Era uma coisa meio estranha. Ele segurava meu pescoço e me falava: ‘Não!’. Era verbal. Mas era muito forte, porque eu dentro de mim, eu já sabia o que eu era e o que eu queria ser. E eu acho que dentro de mim eu sabia que ele fazia isso de propósito.” (Taís, transgênero).

A maldade do pai de Taís continuou quando esta já era adolescente; ao se dar conta que Taís se transformava e frequentava outros travestis na cidade, ele a ameaçou de morte:

“Meu pai não podia me ver. Nossa senhora, quando ele viu que estava virando um travesti, ele queria me matar! Um dia foi me procurar na rodoviária e ele me falou: ‘Nossa, o teu cabelo tá cumprido, né? Eu vou te levar no ‘pela-porco’ hoje’. Olha o nome do barbeiro: ‘pela-porco’. Eu falei: ‘Não, não quero cortar o cabelo’. Eu devia ter quinze anos. Ele me falou: ‘Você não vai entrar na minha casa desse jeito’. Eu falei assim: ‘Tá bom, então vou na casa da minha avó’. Então, fui para a casa da mãe dele. Nessa época, eu já tinha uma cara de 20 anos e podia voltar até 1 hora da manhã. Nessa época, eu já ia para rua trabalhar com as bichas. Eu conhecia uma

bicha lá na cidade. Um dia o meu pai passou por lá e me viu na esquina. Quando ele me viu, ele me ameaçou até de morte! Ele me falou: ‘Que bom que você está se prostituindo, que você fica por aí pelas esquinas, porque assim é mais fácil dar um fim em você’. Quando eu falei isso para a minha mãe, ela ficou apavorada. E isso reforçou a minha decisão: ‘Não mãe, eu vou ir para Itália’. E foi o que aconteceu. Com 18 anos, eu já fui embora. Mesmo agora, ele não pode nem me ver. Ele conversa comigo, mas de uma forma, assim, super informal. Ele continua se referindo a mim como homem. Essa relação que tenho com o meu pai é superficial e meio blindada. Ele não muda de modelo. Eu não sei te falar, hoje, qual é o papel que eu tenho para ele. Se eu sou um tormento, uma vergonha ou se eu nem existo. Ele não entende essas coisas de transexualismo. Nem eu queria, ninguém queria, mas eu era assim, não tinha outra opção.” (Taís, trans gênero).

Além da rejeição pelos próprios familiares, muitas brasileiras transgêneros que interroguei mencionaram terem sido vítimas de assédios pelos colegas na escola. As piadas, as humilhações em público e até a violência física foram apontados como parte do cotidiano das brasileiras transgêneros durante todo percurso escolar:

“Apanhei na escola. Juntaram mais de 6 homens encima de mim. Juntou dois, dei conta, mas quando chegou o terceiro e o quarto, menina.... bateram horrores, ainda bem que tinha amigos e amigas que falavam para eles de parar de bater em mim. Menina, para que isso?!” (Lorena, transgênero).

“Mulher, na minha escola na época, se eu não fosse uma menina meio escandalosa e de não deixasse pisar nos meus calos, eu tinha apanhado e sofrido muito *bullying*<sup>67</sup> na escola. A maioria dos homossexuais da época, que não gostam de problema e têm medo de dar a cara à tapa, sofre *bullying* babado. Eu, na época, não sofri muito porque eu tinha muito orgulho e eu ia na briga.” (Luciana, transgênero).

“No começo, foi chato. Foi difícil até para mim mesmo porque eu não me via como gay. Eu era adolescente, eu estava começando só e, no Brasil, a gente tem esse costume de sarrar as pessoas, de tirar sarras, de zoar. Então, eu cresci nesse meio assim, em um bairro pobre no meio da molecada. No Brasil, é assim: se passa uma pessoa muito magra, com cabelo enrolado e black, a gente tira aquele sarrinho. Se passa um menino gay ou afeminado, a gente vai chamar de ‘bicha’. Então, cresci nesse meio. E foi na faixa de 14 para 15 anos que eu comecei a ver que tinha alguma coisa errada. Porque as meninas davam encima de mim, queriam ficar comigo no colégio porque era bonito, mas eu não tinha interesse por elas. Eu falava que tinha namorada. Mas até então eu não tinha interesse nem pelos meninos. E o povo já me pesava por causa do meu cabelo, porque eu usava o cabelo cumprido na época e o

---

67 Termo que designa assédio em inglês, comumente utilizado no Brasil para se referir à abusos e outras formas de assédio.

povo já ficava perguntando: ‘Ah esse menino vai ser viado’. E eu ficava mal porque eu não queria ser isso também.” (Ana, transgênero).

“Eu fiquei 2 anos lá e sofri muito *bullying*. Eu fui dos dez aos doze anos, mas não aguentei. Não tinha o psicológico para aguentar o *bullying* dos amiguinhos que gritavam: ‘bolinha!’, ‘bestinha’, ‘goiabinha!’, porque eu já era afeminada, né. Eu sofri muita agressão verbal, e física também. Físicas muito menos porque o regime de lá era rígido, tinha muitas regras, né. Às vezes tinham brigas, mas muito poucas. E aí, não aguentei essas zoações e saí. Peguei, surtei e falei: ‘Sabe, eu vou embora’. Peguei e fui embora. Voltei para casa. Eu acho que os professores mesmo me deixaram ir porque eles estavam vendo que não estava bem lá. E aí, o tempo foi passando, eu voltei para a escola de novo. Também sofria *bullying*, mas sofria menos porque eu tentava ser outra pessoa. Porque eu tinha uma máscara lá, eu tentava ser um menino ali, grosava a voz e tudo, para não ser tanto julgada pela sociedade, pelos alunos e pelos amigos de escola. Mas aí, eu estava sendo o que não era, né. Ali eu estava me prendendo e na verdade eu queria me soltar! Aí passou dois anos mais na escola e falei: ‘Eu vou me soltar, eu não estou aqui para ninguém, eu vou me assumir’. Aí me assumi de gay e depois virei trans. Na sequência, já comecei a tomar anticoncepcional, hormônios femininos, com catorze anos. (Asheley, transgênero).

Como podemos ver a partir dos últimos dois trechos acima, muitas mulheres transgêneros tentaram reprimir a própria sexualidade e identidade de gênero para ser reintegradas na norma de heteronormatividade e, assim, evitar serem constantemente assediadas pelos colegas de escola. Porém, esses repetidos assédios obrigaram muitas delas a sair da escola e parar os estudos acadêmicos:

“Tudo começou com treze, catorze anos. Já tinha problemas na escola. Sofria violência na escola. Eu parei os estudos com treze anos. Quando comecei a virar travesti, eu fui obrigada a parar meus estudos na escola. Porque eu apanhava de skate da molecada da escola. Estavam três ou quatro em volta de mim, me batendo com o skate. Era assim. Tinha hora que todo dia tinha uma briga e como eu nunca ficava quieta, sempre batia de volta, e no dia seguinte, tinha mais briga ainda. Ave Maria! Assim foi durante 2-3 meses até que não aguentei mais e parei de ir.” (Taís, transgênero).

A discriminação de gênero e a transfobia perseguem as pessoas transgêneros ao longo das suas vidas, mesmo quando se tornam adultos. O preconceito contra pessoas transgêneros enquanto grupo social é tão generalizado que persiste, um rótulo que lhes colam à pele em todas as etapas das suas vidas, pervertendo suas relações sociais. Ana e Ariane explica como o estereótipo da transsexual “maluca” e

“violenta”, que faz escândalos e anda com “gilete na boca” impacta na diminuição da própria autoestima:

“E depois, sofri preconceito dos outros, da sociedade. A gente morava num bairro pobre, cheio de molecada. Eu sofria pedrada todas as vezes que voltava para casa. Eu já apanhei uma vez, voltando para casa, sem fazer nada. E eu fiquei muito chocada porque já tinha ouvido falar disso, mas até então eu achava que se as bichas apanhavam era porque elas provocavam, porque xingavam. E eu vi que não, porque eu estava voltando de um desfile para casa e eu apanhei assim, de graça, por ser quem eu era. Porque estava passando nesse lugar naquela hora, e os meninos estavam bebendo, e um jogou uma latinha na linha cabeça e me chamou de filho da puta e eu fiz a mesma coisa, peguei a latinha e joguei nele. E aí eu apanhei de três, e o povo se metendo, e separou.” (Ana, transgênero).

“O problema é que as pessoas generalizam, acham que somos todas iguais. Quando falo: ‘Vou trazer uma amiga transexual para a festa’, respondem: ‘Você pode vir, mas não traz esse povo não, pelo amor de Deus’. De criança, a gente tinha medo de transexual. Quando a gente perguntava: ‘Quem é aquela dali, mamãe?’, respondia: ‘Aquele é uma bicha, um transexual, eles andam com o gilete na boca!’. Eu tinha tanto medo que quando via gay, eu pensava: ‘Será que ele vai me atacar? Será que ele vai cortar a minha cara com o gilete?’. A gente tinha medo porque a família e a sociedade já faziam a cabeça da gente, faziam medo na gente. Porque teve uma época que para se defender as bichas usavam a gilete. Então, as pessoas tinham aquela imagem dos transexuais como violentos. Eu já engoli muitas coisas. A minha imunidade baixava, a minha autoestima ia lá embaixo. Ficava triste o dia todo, passava mal vomitando. A minha autoestima só levantava se acontecia muitas coisas boas. Isso foi horrível. De humilhar, é horrível. Você se sente o pior ser humano do mundo. Fica aquela energia pesada. Porque a gente chega numa boa, tranquila, e recebe muitas energias ruins”. (Ariane, transgênero).

Além disso, a constante associação entre transgeneridade e prostituição nas mentalidades brasileiras e europeias levam às pessoas transgêneros a considerarem seus próprios corpos, antes de tudo, como um objeto sexual por meio do qual podem ganhar dinheiro. Com efeito, as repetidas insinuações e propostas por parte dos homens conduz muitas pessoas transgêneros a se orientar quase que mecanicamente em direção à prostituição:

“Na Itália, eu fazia pequenos trabalhos. Eu trabalhava em cafés. Consegui um trabalho numa discoteca, como *hostess*. Mas eu saía também de vez em quando com homens. Eu acho que a gente que é transsexual, os homens cercam muito a gente. Mesmo que se gente não se prostitui, eles cercam, cercam, cercam, eles te oferecem dinheiro sabe. E as vezes você está precisando dinheiro, como tudo mundo. Aí, você

acaba aceitando. Na cabeça dos homens, todas as transsexuais são prostitutas. Eles não sabem associar uma transexual que trabalha em um escritório ou que é enfermeira, que é faxineira. Eles até podem pensar que pode trabalhar com isso de dia, mas eles pensam que, com certeza, de noite elas dão a voltinha. É a mentalidade de homens. Eles assediam a gente. Eles rodeiam, rodeiam, rodeiam. Até que a gente cede. E aí, quando a gente cede, já tá aceitando, né. E no momento em que você aceitou dinheiro, já é prostituição, mesmo se for só para passar algumas horas. E a gente fica aceitando porque são poucas as que falam que não aceitam. E mesmo se elas falam que não aceita, acho que é só da boca para fora. Porque eu acho que quando ninguém tá vendo, elas aceitam. Porque tanto na Itália como na França, tem dinheiro. Então, os homens podem te oferecer muitas coisas. Principalmente se a trans é jovem, é bonita, eles assediam muito. Porque quando eu cheguei aqui nova, eu praticamente não pagava hotel, eu não pagava comida, eu tinha carro alugado, porque eram os homens que pagavam. Porque eu era jovem. Ele me assediavam e ofereciam. Eles fazem assim: ‘Eu não quero te pagar. Mas quanto que é seu aluguel? É tanto? Ah, então tá, todo mês eu vou te dar tanto para você pagar o seu aluguel. Aí de vez em quando, você me convida para vir na sua casa’. É prostituição do mesmo jeito. Mesmo que fica pagando o meu aluguel, que fica pagando o aluguel do carro, mesmo que ia no mercado para fazer compras para mim, no final, é prostituição”. (Laura, transgênero).

Eventualmente o assédio sexual começa enquanto são crianças ainda, no qual algumas até foram vítimas de agressão sexual e estupro durante a infância. Foi o caso de Luciana, que foi abusada por um padre católico, quando era coroinha de missa no Brasil:

“Quando fiquei maior, com dez anos, quando a gente jogava a esconde-esconde, eu começava a sentir o cheiro de testosterona dos meninos, e isso ali, não rejeitei. Eu, já nessa época, fazia muito sexo oral com os meninos da minha idade. Mas até os dez anos, eu não sabia que isso era sexo homossexual. Eu vim saber que era sexo homossexual no catecismo. Eu fiz o catecismo um ano inteiro e quando chegou o dia da Crisma, aí tem a hora da confissão dos pecados, com onze anos eu falei para o padre que tinha relações com meninos. Porque a igreja já falava daquilo, as histórias de Sodome gomore, então, eu, na minha concepção, eu já sabia que isso era um pecado, porque a religião falava e me confessei pro padre falando que eu era, já era isso. O padre me falou que ele ia ficar com um olho em mim e foi falar com a minha mãe, me botou na paróquia, eu virei coroinha de missa e, um ano depois, ele estava me botando para eu chupar ele. Eu chupei o padre até os doze, treze anos e não tive coragem de dar para ele, porque ele era adulto e eu tinha medo de homem grande, mas eu fazia sexo oral para ele. No começo eu falava: ‘paramos de fazer essas coisas’ e ele respondia: ‘Não, essa semana não’, ele citava as histórias da bíblia, falava do seu amigo Pedro e me botava para chupar. Aí, teve uma hora que acordei e pensei: ‘Mas espera aí, eu to dentro da casa do senhor, fazendo esses pecados para o próprio padre?’ Aí, parei de ser coroinha e saí da Igreja. E comecei a ter as minhas relações

com rapazinhos. Passei por aquela guerra dentro de mim, pensando: ‘Aí mas por que que sou assim? Não posso’. Decidi guardar Deus dentro do meu coração como o meu salvador, mas decidi fazer da minha vida, do meu mundo o meu templo. Então, onde eu tou, o senhor tá comigo.” (Luciana, transgênero).

A história de Luciana nos mostra a realidade dos crimes de pedofilia cometidos por religiosos em crianças afeminadas ou homossexuais. Sendo encobertos pelas instituições religiosas, os autores desses abusos ficam ainda hoje muitas vezes impunes. O sentimento de isolamento das crianças e adolescentes homossexuais, que sentem muita culpa por ser atraídos por colegas do mesmo sexo, é um fator de vulnerabilidade amplamente explorados pelos adultos pedófilos.

Além da hipersexualização e excessiva objectificação dos corpos transgêneros, a propensão das pessoas transgêneros em recorrer à prostituição para responder às despesas pessoais se justifica também devido às faltas de oportunidades no mercado do trabalho. Por serem vítimas de preconceito e discriminação de gênero nos empregos clássicos, as mulheres transgêneros se encontrem induzidas a usar seus corpos como instrumentos de trabalho:

“Na nossa época, no final dos anos 80 e no começo dos anos 90, o meu pai descobriu que era gay e me mandou embora da casa. Não pude terminar meus estudos. Fiz formação de cabeleireira. Mas não me pegaram no sério, porque era bonita e loirinha. Eu gostava de andar bonita, bela. Mas meus patrões me enchiam o saco por causa disso: ‘Ah não, essa roupa não, amarra esse cabelo aí, não bota batom na boca não’. A sociedade do trabalho foi me fechando as portas porque estava me botando na praça de puta, porque eu era transexual, eu era feminina. Então tinha uma certa prisão social entre a gente que não dava uma liberdade, entendeu? Ou se não, se você andava sexy demais, aí iam te falando que você era puta. Por ter escolhido virar uma mulher, seguir e aparentar uma mulher, a sociedade faz uma exclusão seletiva. Por não enquadrar no padrão que a sociedade tem do heterossexual. Então foi essa prisão social que fez com que eu sáisse pro desfile de miss e pensei: ‘Agora, eu vou me assumir mesmo’. Aí caí na putaria. Fiz a puta quando eu vim para São Paulo, aos 20 anos, aí fiquei lá até os trinta anos mais ou menos e o resto foi por aqui na França. Eu ainda sonho ver uma sociedade ainda mais abertas para nós, com transexuais em bons postos, trabalhando direitinho, não só no meio da prostituição ou no meio da beleza, da maquiagem ou cabeleira, mas em todos os setores. Mas como a gente não tem oportunidade de estudar, então não podemos nos especializar em uma formação. Para as novas gerações de trans, que a família aceita e continua dando apoio para estudar e virar gente, vai dar. Mas para nós vai ser difícil porque nós fomos cortadas do estudo, do direito ao auxílio de formação cedo por causa da cabeça quadrada de

nossos parentes! Eu não vejo que hora das novas transexuais com família mais abertas se formar e não jogar para rua para virar marginal! Dar a oportunidade de estudar.” (Luciana, transgênero).

Em suma, os preconceitos e as discriminações contra pessoas transgêneros as tornam excluídas e marginalizadas na sociedade contemporânea. As extremas dificuldades que decorrem da transgeneridade obrigam a muitas pessoas se esconderem e reprimirem a própria sexualidade e identidade diante dos pares, o que não deixa de gerar importantes repercussões psicológicas:

“Eu conheço amigas que são reprimidas, que tem vontade de ser trans, mas não tem a coragem de enfrentar a luta contra a sociedade, porque realmente é uma vida muito sofrida. A gente sofre muito. Eu não me arrependo, mas tem horas que eu choro e falo “Mas porque que a vida é tao difícil?”. Quem nem falei, a gente não faz mal para ninguém não tá matando, não tá roubando, mas fica sempre excluída da sociedade.” (Natália, transgênero).

### **6.1.3. Sujeitas à violências múltiplas**

#### **6.1.3.1. Violências contra as “putas”**

Ao falar sobre suas práticas, muitas mulheres cisgêneros e transgêneros que exercem a prostituição apontam que a insegurança ambiental é tão forte e onipresente que a perspectiva de ser atacada por um cliente ou por outra pessoa desequilibrada é totalmente integrada na própria atividade prostitucional. Assim, o horizonte violento é tão difundido no universo da prostituição que ele é integrado pelas trabalhadoras do sexo como um dado adquirido, como se fosse parte natural da condição natural de prostituta (Mathieu, 2002).

Queria trazer, nesse sentido, um trecho do meu caderno de campo que descreve uma das várias situações em que me encontrei, na qual relato a insegurança difusa e constante do universo da prostituição de rua:

“Ontem, uma mulher bastante velha veio ao nosso encontro no caminhão. Notamos logo que alguma coisa tinha acontecido com ela, já que seu rosto estava cheio de respingas de sangue, como se tivesse recebido um golpe no crânio que tivesse jorrado sangue no rosto inteiro dela. Ela tinha sido agredida por três homens. Ela nos informou que ia alertar a polícia. Ela era velha, bastante feia. Parecia muito



negligenciada, com se morasse na rua. Fiquei surpreendida pela extraordinária calma que irradiava dela. Tinha o rosto grave e crispado, mas em nenhum momento vi o corpo dela tremer ou a voz dela se quebrar pela emoção. Virei-me para os dois funcionários da Associação que estavam comigo no caminhão e perguntei para eles o que podíamos fazer para ajudá-la. Eles me responderam com uma expressão desiludida que não era mais o problema da Associação e que não tínhamos nada a fazer. A frieza e o distanciamento com que eles me responderam contrastava com o meu estado de pânico diante dessa situação de violência bastante inédita para mim. Insisti perguntando para eles se não era melhor a gente ligar de novo para a polícia, para ter certeza que os policiais se deslocassem até o *Bois de Boulogne*. Eles nem me responderam. Fiquei chocada pelo desinteresse ou talvez a letargia dos funcionários diante dessa situação de violência. Fiquei me perguntando se era a normalização da violência no *Bois de Boulogne* tinha chegado a tal ponto que tivesse até alterado o comportamento dos funcionários associativos, os tornando meio que indiferentes diante da violência difusa que reinava nesse lugar lúgubre...” (Relato da autora, saída de noite com uma associação de auxílio às pessoas prostitutas, *Bois de Boulogne*, fevereiro de 2019).

Nessa anedota de campo, podemos interpretar o comportamento calmo e quase desinteressado da equipe associativa como o resultado da banalização da violência no Bois de Boulogne. Como se o simples fato de estarem nesse espaço prostitucional autorizasse e justificasse a presença pernicioso da violência nesse lugar sinistro. Aliás, quantas vezes escutei a frase: “A violência faz parte dessa profissão”?! Demasiadas vezes.

Dito isso, os principais riscos mencionados pelas brasileiras que interroguei na França são: roubos, estupro, ódio às prostitutas e à homofobia. Os agressores são identificados, na maioria dos casos, como clientes, homens atuando em grupo ou indivíduos isolados, mas não necessariamente clientes, como moradores ou passantes.

Entre esses possíveis agressores, os mais temidos são os clientes, cujas reações são sempre imprevisíveis pelas trabalhadoras do sexo. O objetivo mais comum de tais ataques é o roubo. Geralmente depois de obter o serviço sexual, o cliente exige, sob ameaça de arma, que lhe seja retornada não apenas o dinheiro que pagou pelo programa, mas também todo o dinheiro na posse da pessoa prostituta.

Em outros casos, a violência dos clientes assume a forma de agressão física e sexual. Não respeitando o acordo preliminar com a prostituta sobre o tipo de serviço

sexual, o cliente impõe às pessoas prostitutas outros tipos de práticas, que apresentam muitas vezes um caráter degradante ou extremamente brutal, sob a ameaça física. Muito frequentemente, o uso da força física e o roubo se desdobram às violências sexuais. Sendo assim, agressões físicas, sexuais e roubos são formas de violências contra as trabalhadoras do sexo que podem existir de forma combinada, como podemos constatar nas histórias que seguem:

“Como são pessoas que não tem muito que perder, viram perigosos. Já aconteceram três casos de agressão na rua. Então, já é um caso de alerta. Um que furou a mão da menina. Tentou violar ela, só que como ela era grande, ela botou ele fora. A outra, ele violou e a outra recebeu um golpe de arma na cabeça.” (Julia, cisgênero).

“No sábado passado, aconteceu que a minha amiga foi estuprada. Tem gente que já vem para fazer isso. Não é que vem uma oportunidade, eles vêm para fazer isso mesmo. O cara veio mais cedo do que o horário previsto e ela já sentiu que o cara estava com uma intenção. Aí, ele chegou e pediu para falar com o patrão. Porque têm meninas que trabalham para alguém. Aí ela já entendeu que não era uma boa pessoa. Ela falou para ele: ‘Tá bom. Fica fora do meu apartamento um pouquinho, que eu vou ligar para o meu patrão’. Aí ela ligou para o meu amigo trans, colocou o celular no viva voz, para o amigo falar para o cara ir embora. Ele mandou embora, mas o cara não quis sair da porta e começou a bater à porta e querer entrar. E ela, ao invés de chamar a polícia, ao invés de fazer uma coisa decente logo, ela não fez nada. Ela esperou o cara resolver ir embora. Só que o cara não tinha ido embora. Ela atendeu um outro cliente e na hora que o cliente foi sair, ela saiu com ele porque ela estava sem cigarro. E quando ela saiu junto com o cliente, o cara estava esperando ela na porta. Aí o cara empurrou o cliente, empurrou ela dentro do apartamento, fechou a porta e abusou dela. Também roubou tudo o que ela tinha.” (Larissa, cisgênero).

As prostitutas que trabalham nos carros dos clientes são particularmente propensas a serem vítimas desse tipo de agressão, uma vez que correm o risco de serem levadas para um local isolado sem poder escapar do veículo. Isso foi o caso de Natália que, no relato seguinte, nos narra a agressão extremamente violenta que ela sofreu alguns anos atrás já na França:

“A segunda agressão que tive foi aqui na França foi com um francês e dois árabes escondidos dentro de um carro velho. Eu trabalhava na rua. Aí entrei no carro com o cliente, eu vi que era francês, com olhos verdes, tudo bonitinho. E, ao invés de ir direito lá pelo meu *parking*, ele seguiu direto numa direção periférica, indo pro interior, quarenta e cinco minutos me batendo. Eu comecei a gritar, e vendo que eles estavam rindo, eu me vi morta. Achei que eles iam me matar. Tanto foi que eles

prenderam meu braço e eu tenho defeito até hoje nesse braço. Pensei: ‘alguma coisa tenho que fazer’. Eu estava com uma bota grossa, e consegui dar dois chutes no parabrisas, quebrei o vidro todo e foi daí que eles me bateram. Tanta coisa, nossa senhora, foi feio! Eles me puxaram pelo cabelo, porque tinha o cabelo muito comprido na época. Eles me deram um tapão, depois me viraram ao contrário, me enfiaram o dedo na buceta, no cu, aí minha nossa senhora!... Me batiam, me batiam até que o caco do vidro aqui caísse. Foi uma agressão muito forte. A irmã da Lúcia tirou fotos de todo o meu corpo. Se você não vê a foto, você não acreditaria. A polícia conseguiu achar e prender eles. Eles me levaram num lugar tão difícil de achar que custou muito à polícia para encontrar o mesmo caminho que eles fizeram comigo. Quando entrei no carro deles, era 11h30 da noite e eles me tiraram do carro e me largaram em um campo às 3h30 da manhã. Eles queriam dinheiro. Eles me perguntaram: ‘Onde está seu dinheiro?’, pareciam uns loucos, que tinham fumado maconha ou cheirado cocaína, sei lá o quê. Sei que estavam drogados. Me bateram demais. Tinha manchas de sangue no peito. As pernas, os braços... Nossa senhora me barbarizaram! As minhas amigas nem me reconheciam. O corpo todinho cortado. Todos os três eram marinheiros de primeira viagem. Nunca tinham feito nada. Só pensaram assim: ‘vamos fazer um saco de uma puta hoje’. Eu tinha 15 peças de ouro e me roubaram tudo. O condutor me ajudou a tirar o brinco, aqui. Ele não fez nada mais porque estava dirigindo. O outro preto me bateu mais. E o outro, que era mais branquinho, me bateu menos. O condutor pegou treze anos, o outro pegou treze anos e o outro pegou doze. Quando eles saíram da cadeia, eu estava aqui, continuando. Ao final, eles fizeram cinco ou seis anos de cadeia, porque os anos ficaram diminuindo... Devia não diminuir, devia levar o certo: se era treze anos tinham que ficar treze anos! Porque, puta merda, a gente está aqui no lugar, não mexe com ninguém, a gente vai trabalhar e esses desgraçados vem para fazer mal para gente do jeito que eles me fizeram! Eu levei pontos aqui, aqui e aqui [mostrando as cicatrizes no corpo], tenho uma marca aqui na perna e no braço, é tudo pela faca. Aqui, aqui e aqui com canivete. Eles me fizeram muito mal e eu não fiz nada mal para eles, só quebrei o vidro deles. (Natália, cisgênero).

### 6.3.2. Violências contra as “trans”

“A primeira pessoa que vi morrer na minha frente foi fazendo a puta em São Paulo”. (Luciana, transgênero).

“Matar um homossexual, um trans, é a mesma coisa que matar um inseto. É que nem barata. A polícia brasileira adora”. (Rosângela, transgênero).

“Onde eu fiz escola foi no Brasil. Quando eu cheguei nos anos 80, a repressão era tão grande no Brasil que a polícia me batia na rua. Já voltei para casa roubada, estuprada, tudo. Foi terrível. Os policiais matavam na rua. Menina, no Brasil se você encostava no carro de um policial, ele te quebrava no meio. Quando o policial chegava, você tinha que abaixar a cabeça, não podia nem olhar para a cara dele”. (Flávia, transgênero).

O grau de violência às pessoas transgêneros exercida pelos clientes, policiais ou quaisquer outras categorias de sujeitos envolvidas indireta ou diretamente ao mundo da prostituição é apontado como muito maior no Brasil do que na França pelas brasileiras que entrevistei em Paris, Lyon e Toulouse. Porém, isso não significa necessariamente que elas não correm mais riscos de vidas uma vez que chegam em território europeu.

Na realidade, os ataques realizados por indivíduos maldosos continuam sendo muito frequentes na França. Clientes ou não, sozinhos ou em grupos, aqueles que agredem pessoas prostitutas são guiados seja por um sentimento de homofobia, transfobia ou seja por outra lógica associada ao desejo de demonstração da própria virilidade. Se muitas agressões se limitam ao registro verbal, através de insultos ou xingamentos lançados na rua, outras podem assumir uma forma física muito mais danosa, provocando ferimentos graves e traumas psicológicos. Vejamos as histórias das mulheres transgêneros seguintes, que sofreram de roubos, estupros e agressões muitíssimo violentas:

“Aqui me sinto um pouco segura, mas nem tanto. Porque a qualquer hora a gente pode estar no metro, aí vem um louco com uma faca e tenta matar você, por ser trans. Tem muito preconceito aqui. Mas não pelos europeus. Pelos árabes, negros, machistas, que vem de cultura religiosa extremista. Eles passam falando: ‘*travelos!*’ [‘viado’ em francês], ofendem, agredem. Eu finjo que não escuto. Mas a Cristiana, por exemplo, quando fazem isso para ela, ela já responde. A Cristiana tem as suas coisas, ela sabe falar, sabe se defender e ela tá certa, eu dou razão à ela. Mas eu abaixo a cabeça”. (Rosângela, transgênero).

“Só uma vez eu fui estuprada. Porque o negro tinha acho que quase dois metros de altura. Ele olhou para a minha cara assim. Pegou a minha TV e bateu falando assim: ‘Eu saí da cadeia agora. Só preciso de 5 a 10 minutos do teu tempo. Não vou te perturbar mais. Você tem certeza que você quer estragar a sua tarde por causa desses 10 minutos que você não quer me dar?’ Eu falei: ‘Mas você não tem dinheiro! Desce daqui, eu tenho outro cliente lá embaixo’. Ele falou: ‘Não, não vou sair daqui agora, não. Preciso de 10 minutos. Me dê’. Peguei a máquina de choque e fiz ‘craca’. Ele não teve nem desconfiança, nem medo, ele nem se mexeu. Continuou. Ele só soltou o negócio, tirou o sexo e me ajoelhei. Mas não foi nem 5 minutos, não. Botei a camisinha e chupei. Ele virou para trás e *poumpoumpoum*. Falou: “*Merci, ma chérie*” e foi embora. Foi a única vez que a máquina não deu medo. O negão não teve medo da máquina. Eu cedi porque não queria criar problema e vi que ele ia a quebrar toda a

minha casa. Porque ele estava querendo arrumar um jeito de ser preso novamente’. (Luciana, transgênero).

“Esse olho que operei, isso foi no Brasil. Eu fui atrofiada no Brasil quando trabalhava na BR. E estupros, acho que devo ter até... sei lá, tenho uma coleção de estupro, nem sei mais contar, entendeu? E as pessoas que nunca foram estupradas me falam: ‘Mas como você deixou a pessoa te estuprar? Por que você não reagiu?!’ Gente, a melhor coisa a fazer nesse momento, quando você já conhece, já sabe como que é. É só deixar a pessoa te estuprar, sem se mexer, entendeu? Porque se você reage, vai ser pior, porque esse homem no final pode até te matar. Você acaba concedendo, mas na sua cabeça você sabe que isso é estupro. As pessoas que não sabem o quê que é ser estuprada acabam até te botando a culpa. Mas se você olha a cara do homem, quanto mais força você faz para resistir, dá mais tesão nele ainda. Quanto mais você reage, a testosterona do estuprador sobe ainda mais. É uma coisa absurda. Uma pessoa que nunca foi estuprada não sabe isso, mas quanto mais você reage, a tesão e a cara do homem muda. O tesão tá nessa perversidade”. (Flávia, transgênero).

“Eu já sofri violência pelos clientes. Eu já tenho um cortezinho aqui na perna, foi com faca. Também com garrafa, tenho também dois cortes no meu braço. Aqui e aqui”. (Lorena, transgênero).

As cicatrizes e outros traços corporais funcionam aqui como testemunhas das agressões sofridas por Flávia e Lorena. Colocando em outras palavras, como estigmas físicos inscritos nas suas próprias carnes que atestam de seus “desvios” social por serem ao mesmo tempo transgêneros e prostitutas.

Em última instância, a repetição de ataques pessoalmente experimentados pelas trabalhadoras do sexo cisgêneros e transgêneros ou relatados pelas colegas contribui para difundir um sentimento de resignação diante da violência, entendida como um “risco laboral” contra o qual não há saída possível. Essa interiorização da perspectiva de agressão informa diretamente a consolidação do sentimento de indignidade das prostitutas, bem como uma resignação diante de uma condição desgraçada percebida como irrevogável e sem esperança de transformação. Essa integração e aceitação fatalista do horizonte violento na vivência cotidiana pode assim ser considerado como elemento constitutivo da “violência simbólica” (Bourdieu, 2001) à qual as prostitutas são submetidas.

No entanto, a violência física e a violência simbólica não podem ser consideradas radicalmente distintas. Na realidade, se reforçam e se legitimam uma a outra: a violência física e simbólica participam do mesmo processo difuso de estigmatização e dominação das prostitutas brasileiras na França. Nesse sentido, ao colaborar na construção dos estigmas ligados à prática da prostituição, a violência representa uma forma de negação da humanidade às migrantes trabalhadoras do sexo, lhes recordando diariamente o pouco valor comumente atribuído às suas existências no mundo social (Mathieu, 2002).

## **6.2. As brasileiras trabalhadoras do sexo na França: “criminais” e “transgressoras” diante das instituições**

Como já exposto nos capítulos anteriores, a exacerbada vitimização das mulheres migrantes trabalhadoras do sexo, bastante recorrente em campanhas anti-tráfico e propaganda abolicionistas, favorece as pretensões de repressão dos fluxos de imigrantes dos países do Norte (Lowenkron & Sacramento, 2018). Incapazes de blindar as suas fronteiras às migrações que consideram indesejadas (Schuerkens, 2005), esses países tentam instrumentalizar a noção de tráfico de forma intimidatória (Nieuwenhuys & Pécoud, 2007) com o objetivo de criar um ambiente favorável ao reforço do controle e da restrição seletiva das mobilidades humanas.

Paradoxalmente, como já mostrei no segundo capítulo dessa tese sobre os impactos das leis de penalização dos clientes na França, muitos posicionamentos anti-tráfico acabam por incrementar o tráfico e o auxílio à imigração irregular que supostamente se propõem enfrentar. Além de participarem na precarização e marginalização das migrantes que praticam a prostituição na Europa, as estratégias predominantemente repressivas dos governos abolicionistas não conseguem reduzir o número de migrantes que entram nos territórios nacionais. Assim, a lei de 2016 não teve impactos até então na diminuição do tráfico de pessoas para fins de prostituição,

pois a chegada de migrantes trabalhadoras de sexo na França permaneceu constante e inclusive aumentou um pouco. Ao contrário, essa lei teve repercussões negativas em termos da perda de autonomia das pessoas prostitutas no exercício do trabalho do sexo, o que aumentou os riscos de exploração sexual por redes de proxenetismo (ver capítulo 2).

De acordo com Laura Lowenkron & Octávio Sacramento (2017) as estratégias de endurecimento das políticas migratórias são sintomáticas da hipocrisia política dos países do Norte. Se por um lado, os governos dos países desenvolvidos desejam limitar o fluxo de pessoas que necessitam de ajuda humanitária, por outro, querem ter acesso ao custo do trabalho barato garantido pelo emprego dos migrantes com o intuito de se manterem competitivos no mercado internacional (Grassi, 2006).

Dessa forma, por trás da suposta benevolência dos instrumentos legais no âmbito internacional que afirmam estar ao serviço da proteção de populações mais vulneráveis, essa jurisprudência são instrumentalizadas para servir, acima de tudo, para reforçar a influência bem como os interesses políticos e econômicos dos países do Norte (Kempadoo, 2005). Em vez de reforçar a cartilha dos direitos laborais e demais legislação relevante para cidadãos migrantes (Duarte, 2012), os Estados se projetam como apenas preocupados em reprimir e criminalizar as migrações, o que reforça, de forma perversa, as condições sociais estruturais que alimentam o próprio fenômeno do tráfico.

Nesta seção, uso as narrativas das brasileiras trabalhadoras do sexo em Paris, Lyon e Toulouse, para evidenciar os mecanismos de criminalização dessas brasileiras por parte das instituições públicas e da sociedade em geral. Irei mostrar como as políticas restritivas em matérias de migração e de prostituição, ao auxiliar na precarização e marginalização das migrantes trabalhadoras do sexo, as obrigam a se esconderem e se envolverem com outras formas de delinquência e criminalidade para sobreviver. Os estigmas de “clandestinas” e “transgressoras” as colocam em uma situação de extrema vulnerabilidade, o que, de modo paradoxal, aumenta mais ainda

as suas probabilidades de serem traficadas e vítimas de exploração sexual ou demais formas de abusos por parte dos atores sociais na França.

### 6.2.1. “Criminais” porque clandestinas

#### 6.2.1.1. O não reconhecimento pelos Estados europeus as obriga as falsificar os seus documentos ou a ficarem sem papéis

De acordo com Anne McNevin (2013, p.193), a perspectiva da Autonomia da Migração considera que o impulso migratório precede ou excede sempre toda tentativa política de controle fronteiriço. De fato, para a autora, a circulação de corpos e sexualidades é uma força irrefreável que escapa a qualquer tipo de governança biopolítica pelos Estados soberanos. A conversa seguinte entre quatro trabalhadoras do sexo transgêneros e cisgêneros sobre o tema das deportações de migrantes ilegais para seus países de origem confirma a visão do impulso migratório como força criativa incontrolável ressaltada pela perspectiva da Autonomia da Migração:

- Isabel: “Olha a Lorena, ela já foi expulsa!”
- Lorena: “Pois é. Foi em Roma em 1995, eu estava trabalhando na rua e aí eles me pararam com o cliente. Quando me abaixei para falar, eles já tinham botado as algemas nos meus braços. Me levaram pro comissário e lá a gente teve uma discussão. Aí me acompanharam até o aeroporto, mas não dei meu passaporte porque não tou louca!”
- Rosângela: “Claro, porque se desse o passaporte dela, sujava.”
- Lorena: “E depois para voltar, as pessoas vão no consulado para pegar um *laissez-passer*. Porque nessa época não tinha internet ainda. Então quando eram expulsas, muitas faziam isso: apenas chegavam no Brasil, e já compravam uma passagem de volta para o outro dia. Não tinha como controlar.”
- Rosângela: “E quando sujava o passaporte, a gente ia comprar. Pagava e comprava outro. Por exemplo, se o passaporte era 1.000 dólares, a gente pagava 2.000 para pegar um passaporte sujo.”
- Lorena: “Naquela época, às vezes vinha uma com um passaporte limpo. Aí ela te vendia o passaporte dela por 1.000 dólares no Brasil, e você colava só a sua foto no passaporte dela e já tava!”
- Tiffany: “Como foi aqui o que eu fiz. Eu vendi o meu passaporte para a Maria, ela jogou fora a minha foto e botou a foto dela.”
- Rosângela: “No Brasil, se você quer um passaporte, você dá 1.000 dólares pro cara e ele te dá rapidinho.”
- Tiffany: “A gente usava passaporte falso só para entrar e quando chegava aqui jogava fora. Ou então vendia para outra. Porque não é a sua verdadeira identidade.”



- Lorena: “No meu caso, eu tive sorte, eu tive tempo de ir para casa, peguei três malas, peguei meu dinheiro. Os policiais foram super do bem. Eles me falavam que tinham que fazer isso porque era o trabalho deles, mas que não gostavam de fazer. Eles me falavam: ‘Amanhã você volta, né?’, eu respondia: ‘Com certeza.’, pois eles sabem que a gente volta logo depois.” (Conversa entre Isabel, Marzia, Rosângela, Tiffany, transgêneros e cisgêneros, fevereiro de 2019).

Essa conversa revela as práticas migratórias recorrentes das brasileiras trabalhadoras do sexo: uma vez deportadas de volta ao Brasil, elas compravam logo em seguida outra passagem e um passaporte falso para poder retornar alguns dias depois de volta para Europa. Luana e Rosa, trabalhadoras do sexo transgêneros, explicam a rapidez que voltaram à Europa após suas deportações:

“Quando cheguei na Europa, fiquei três dias em Madrid e fui deportada [rindo]. Fomos para uma discoteca na grande rua de Madrid, a ‘*Gran Via*’. E na porta, para entrar, veio um árabe, que deu um chute na minha bunda. Eu comi ele todinho na porrada, evidente. Eu joguei ele no chão, dei nele, desmontei ele todinho. Aí fomos para a comissária. Eles me falaram: ‘Faz três dias que você está aqui e já tá aprontando desse jeito? Tu vai voltar pro Brasil’. Voltei, cheguei no Brasil, fui no banco, saquei dinheiro, comprei a passagem de novo e voltei. Entrei pelo mesmo aeroporto que eu entrei [rindo]. Nessa época, era mais fácil. Todo mundo entrava de boa.” (Rosa, transgênero).

“Cada vez que a gente era deportada no Brasil, a gente tirava um outro passaporte. A gente chegava deportada no Brasil. O comandante entregava a gente para a polícia federal de São Paulo, mas não fazia nada. Tanto que daqui a pouco a gente pegava outro passaporte e voltava. Graças a Deus, todas as vezes que fui deportada eu consegui voltar sem problema. Eu fui deportada três vezes da Itália e uma da Alemanha. Aí fui procurando saber para onde estava entrando. Sempre partia do Rio, porque era essa cafetina que programava, ela conseguia o bilhete da agência, se não tivesse o dinheiro para voltar ela conseguia um truque para quem eram as amigas preferidas. Aliás, comigo nunca precisei porque sempre tive dinheiro, mas elas sabiam por onde comprar as passagens da gente, ela sabia quais eram os lugares que estavam passando ou não, né.” (Luana, transgênero).

Aqui, podemos ver como o impulso de se deslocar por parte das pessoas é mais forte do que qualquer tentativa de controle biopolítico de seus corpos. A liberdade de movimentação na escala global acaba, portanto, transcendendo as políticas migratórias restritivas.

A decisão de falsificar seus próprios documentos ou ficarem sem papéis pode ser explicada à luz da extrema dificuldade em acessar a cidadania francesa ou títulos de residência na França. Mais da metade das prostitutas brasileiras que interroguei na França confessaram estarem sem documentos. Como as condições de regularização são rigorosas, são muito poucas que tentam apresentar pedidos de regularização com medo de serem rejeitadas e mandadas de volta para o Brasil:

“Papel, documento nunca teve porque nunca deu. Até hoje, as que pegaram, foi com pagamento e com muita dificuldade. Eu fui duas vezes tentar acertar minha situação, mas me disseram que era melhor não fazer, que era difícil demais, e que se fizesse iria me mandar embora para o Brasil. Por que irei atrás das dificuldades? Não! Então eu deixei para lá! Até hoje, não fiz.” (Rosângela, transgênero).

Essas mulheres migrantes que chegam na Europa sem documentos se encontram frente a um impasse jurídico muito problemático: se, por um lado, elas precisam apresentar seus documentos legais para ser contratadas por empresas regulares, por outro, elas precisam demonstrar terem trabalhado em setores formais da economia nacional para solicitar um pedido de regularização. Em última instância, esse paradoxo bloqueia toda forma de ação laboral ou jurídica das mulheres migrantes na Europa:

“Até agora eu não tenho documentação. Eu tenho medo de fazer porque eu sei que tem muitas armadilhas no meio do processo. Porque eu nunca trabalhei normal. Eles exigem que o empregador assine um papel para declarar os empregados. E tem muitos empregadores que tem medo de declarar por causa disso, porque a lei pode cair encima deles.” (Flávia, transgênero).

“A minha vida aqui, esse tempo todinho, fiquei sem nenhuma carta. Eu nunca fiz o pedido. Para fazer esse pedido tem que provar que você está trabalhando, que tem uma ocupação na França. E eu não tenho nada. Então, tu não vai chegar sem nada falando assim: ‘Eu não faço nada e quero assinar o papel’. Não tem como. Aí, sim, pode chegar falando: ‘Eu já tô trabalhando, tentei trabalhar nisso’. Para mostrar que você está trabalhando há um bom tempo ou que você está se esforçando em arrumar alguma coisa. Aí, sim, te dão. Mas se você chega assim sem nada não pode.” (Daniela, transgênero).

Assim, nesse segundo relato, Daniela nos explica que ela não pode apresentar um pedido de regularização porque nunca trabalhou fora da prostituição. Contudo, ela

também nunca teve oportunidade de trabalhar em uma loja, em um salão de estética, ou como cozinheira ou empregada doméstica por conta de discriminação na contratação contra pessoas clandestinas e transgênero. Essa situação de beco sem saída faz com que as migrantes sem documentos se mantenham presas dentro de um círculo vicioso da ilegalidade.

Dessa forma, ao invés de tentar a sorte e obter possivelmente um status de residência legal, muitas preferem se manter na clandestinidade, mesmo que essa situação dure vários anos. Outras tentam obter seus documentos por meio do casamento ou da união estável com um cidadão europeu, com o fim de validar seus diplomas brasileiros e abrir seus próprios negócios na França, como é o caso de Ana:

“Eu entrei com o visa turístico de três meses; eu não fiz nada, ele expirou e eu fiquei. Corri atrás para tentar ver se tinha alguma forma de tipo pagar impostos e trabalhar como cabeleireira também. Mas ninguém pode me empregar se não tenho documento, se o meu passaporte tá fora de validade. E o problema também é que o meu diploma não é válido aqui. No caso, eu teria que fazer de novo o curso, estudar de novo, para poder trabalhar aqui como cabeleireira. Os problemas já começam com a forma do trabalho, que para eles a prostituição é errada. E o trabalho como cabeleireira eu já tentei mas vi que não dava porque tinha que validar o diploma, que não podia vir assim e trabalhar porque não tenho o direito de trabalhar. As meninas da associação, elas me falaram que não podia fazer nada enquanto não tiver documento e que a única coisa que poderia fazer para ter o documento é casar ou ter um PACS [união estável francesa], mas não tenho namorado francês. Tenho que encontrar alguém. A minha finalidade no momento seria essa, encontrar uma pessoa pelo documento mesmo. Eu estaria disposta a pagar, para ter o documento e para poder dar entrada nas outras coisas, para eu fazer o curso de cabeleira e tal. Porque, no dia do exame, eu vou precisar de um documento francês. Então, não adianta nada eu estudar agora. Eu fico assim dessa esperança de encontrar uma pessoa para casar com ela. Nem que foi por amizade, com te falei, para eu ter o PACS e conseguir fazer as outras coisas, entendeu. Por amizade ou por dinheiro, eu tenho que casar com um francês.” (Ana, transgênero).

Ana, então, está disposta a casar com qualquer pessoa que aceite ajudá-la, mesmo em troca de uma forma de pagamento. Portanto, a rigidez do sistema de regularização francês aparenta ser feito para que as migrantes procurem se desviar da lei e adentrem na criminalidade. De fato, algumas migrantes trabalhadoras do sexo se veem obrigadas a recorrer ao tráfico de papéis e usurpação da própria identidade para

obterem documentos falsos e, assim, poder trabalhar em empregos normais. Esse é o caso de Lídia, que recorreu ao passaporte falso para que seu filho pudesse ser contratado para trabalhar em uma loja:

“E eu coloquei meu filho para trabalhar, já. Ele trabalha numa grande loja. Comprei documentos portugueses para ele trabalhar. Com esse falso documento português meu filho pode trabalhar em qualquer empresa aqui na França. E a ele vai pagar impostos para no futuro conseguir documentos certinhos aqui. Porque, aqui na França, para os estrangeiros, é assim: se você arruma um documento falso para trabalhar numa empresa aqui, ou seja, se você fez o documento só para trabalhar aqui, para você sobreviver, comer e pagar o aluguel aqui, você pode conseguir. Então, se você pega documento falso para entrar naquela empresa para trabalhar e depois dar entrada no documento oficial, aí você tem o direito. Porque consideram que você usou o falso documento só para aquilo, para sobreviver aqui, para trabalhar, comer e pagar o aluguel aqui. Estudar ele não pode porque no futuro não vai valer. Mas trabalhar, sim. E no futuro, eles reconhecem aqui que a pessoa usou só para trabalhar, comer e conseguir viver. Então, a lei olha para esse lado: ele pagou os impostos e usou o documento falso só para trabalhar e sobreviver.” (Lídia, cisgênero).

Os testemunhos relatados acima revelam alguns dos obstáculos enfrentados pelas migrantes brasileiras em querer regularizar as suas situações migratórias. A rigidez das políticas migratórias europeias não permite outra opção para essas migrantes senão ficar em situação de clandestinidade. Vítimas de um sistema migratório que as fragilizam e as marginalizam, muitas trabalhadoras do sexo se veem obrigadas ou a aceitarem suas condições de “ilegais” ou a tomar iniciativas ilícitas, tais como a falsificação de seus documentos. De certa forma, a condição de ilegalidade, na qual elas são colocadas tanto pela sociedade quanto pelas instituições, as forçam a mergulharem ainda mais no mundo da ilegalidade, levando-as a frequentar e pedir ajuda a sujeitos mais ou menos envolvidos na criminalidade organizada. Mais uma vez, a vítima vulnerável, que deve ser resgatada e compassivamente protegida pelo Estado francês, se transforma em uma criminosa que deve ser expulsa no território nacional (Jaksic, 2008). Dessa forma, a vítima, antes inocente e exposta à possível exploração por parte de traficantes, é transfigurada em

uma estrangeira perturbadora; ou seja, em uma ameaça para a segurança dos Estados europeus (Aradau, 2004, Berman, 2003, Mathieu, 2012).

### **6.2.1.2. O status de migrante ilegal as precariza e vulnerabiliza**

Com maior frequência do que os homens migrantes, as mulheres migrantes na Europa são confinadas a setores informais da economia, como a prostituição ou os trabalhos domésticos não declarados. Ora, é justamente nesses setores obscuros que a discussão e reflexão em termos de direito social é evitada. Assim, o fato dessas atividades não serem avaliadas pela sociedade como trabalhos oficiais ou empregos moralmente aceitos reduz as possibilidades de melhorar as condições de trabalho dessas migrantes (Deschamps, 2007).

Nesse sentido, a situação de irregularidade jurídica constitui um grande obstáculo à melhoria das condições de trabalho e de vida das imigrantes trabalhadoras do sexo na França. Como mencionei acima, as duas barreiras enfrentadas pelas brasileiras prostitutas na França são por um lado as políticas de migração francesa que, ao restringir a mobilidade humana, gera um grande estoque de imigrantes em situação irregular, e a legislação francesa em matéria de prostituição que, apesar de não condenar a prática prostituicional, não permite seu reconhecimento legal ou sua regulamentação por outro.

Logo, o status irregular das migrantes trabalhadoras do sexo, tanto em termos de cidadania quanto em termos de trabalho, implica que essas mulheres dificilmente encontram trabalho sozinhas ou possam administrar seus próprios negócios. A falta de documentação legal cria uma espiral infernal de marginalidade e vulnerabilidade, levando-as a trabalhar em setores “negros”:

“Todo mundo faz isso para sobreviver. A gente não vem aqui para fazer coisas erradas. Tem violência social, racial, sexual. Tem falta de informação. E a falta de documentação te leva sempre para o lado mais negro, mais baixo. Ou seja, digamos para o lado com menos direitos sociais e de trabalho. Isso sujeita a entrar no mundo negro, tipo de trabalhar como empregada doméstica sem fichas de pagamento, todos esses trabalhos que ninguém quer fazer.” (Carla, transgênero).

“As meninas que faziam isso [a prostituição], elas me recomendaram fazer. Mas eu dizia sempre: ‘Não, não vou. Eu vou ficar aqui no restaurante’ e não fiz mesmo. Fui embora porque falei para o meu patrão aumentar o meu salário para 1200 euros, normal, direitinho, mas ele me falou que não podia porque eu não tinha papel, porque eu tinha ficado muito tempo sem papel e que tinha que tirar meus papéis primeiro. Mas como que ia tirar meus papéis? E ele sempre me cobrava dos papéis. A questão dos papéis dificulta a vida para quem quer trabalhar normal.” (Carolina, cisgênero).

No relato acima, vemos como a situação de ilegalidade das migrantes transforma-a em alvos fáceis da exploração econômica. O status de ilegalidade de Carolina a desfavorece na negociação do aumento do próprio salário com o seu patrão. Como são produtivas para os patrões oportunistas de empresas, a exploração da mão de obra feminina clandestina é uma realidade na qual muitas brasileiras que entrevistei passaram. A exploração, marginalização e precarização das mulheres migrantes tem como consequência a reclusão das mesmas no mundo da prostituição.

Nesse momento, queria trazer um relato interessante no que diz respeito as dificuldades diante das quais as brasileiras não documentadas se encontram na Europa. E, com isso, as ações às quais estão obrigadas para conseguir regularizar as suas situações. Na história seguinte, Natália nos explica como ela teve que casar com um homem espanhol para conseguir seus documentos legais:

“Eu fiquei na Espanha por cinco anos. Eu tive que casar, porque na Espanha não se ganha nada. Consegui a cidadania espanhola, me casei com um senhor de família boa, que me queria muito bem. Com o tempo, eu falei o que fazia. Ele já sabia o que fazia porque ele era meu cliente. Eu adorava ele, ele tinha uma casa com seis quartos, eu limpava tudo. A família dele viu depois de seis meses que eu tava com ele. Os vizinhos falaram para a família dele que ele estava com uma menina boa, que eles não tinham que se preocupar porque ele estava nem cuidado, que ele não andava mais naquela putaria que ele andava. Ele tinha operado do coração. E daí tudo bem, nos casamos. Isso já foi há uns quinze anos. Eu tinha cinquenta e cinco anos, agora estou com setenta e três anos. E daí, eu casei com ele para eu poder sair do país, para poder ir para meu Brasil. Fazia sete anos que eu não tinha visto a minha família. Eu não podia sair eu não porque estava sem papel. Estava clandestina. O velhinho ficou com pena de mim e casou. Senti firmeza e me deu o papel. Não casei para ganhar dinheiro, mas casei para pegar o papel. Na Espanha, não se ganha nada, na Espanha é uma merda, que nem Brasil. Os clientes só queriam meninas novas, queriam tudo sem preservativos. E como eu não fazia e não faço até hoje, então eu ganhava pouco. Eu já era de idade. Não dava, então tive que casar. Graças a Deus, foi uma

colombiana que me arrumou ele. Ela disse para ele que eu era uma senhora boa. Ela disse para ele: ‘Vai ver, ela não é uma cria, então você vai se dar bem com ela, ela vai cuidar de você’. E cuidei bem mesmo! Cuidei do senhor até a morte dele. E ele me deu um passaporte. Ele morreu cedo, com sessenta e quatro anos. Ele era dez anos mais velho do que eu só. Mas era um homem muito bom.” (Natália, cisgênero).

Com isso, observamos como a perspectiva de casar com um cidadão europeu é considerado pelas migrantes prostitutas como um meio de saída da precariedade associada à clandestinidade. A dificuldade de acesso à cidadania ou a residência legal na Europa obriga as mulheres migrantes a recorrer a casamentos arranjados, por meio dos quais elas trocam seus serviços sexuais e domésticos contra a obtenção de documentos legais.

Ademais, a irregularidade do status gera medo de exercer prostituição em lugares abertos e frequentados, obrigando-as a se prostituir em lugares isolados e sórdidos. Nesses espaços, elas estão ainda mais vulneráveis às imposições dos clientes, que podem lhes ameaçar de denunciá-las às autoridades caso não respondam às suas exigências sexuais. A irregularidade favorece amplamente os clientes nas negociações econômico-sexuais, uma vez que estão em uma situação de dominação para exigir das migrantes prostitutas que realizem programas sexuais mais baratos ou desprotegidos. Também, o medo de serem presas ou deportadas para o Brasil, as desestimulam em se defenderem diante de clientes regulares violentos:

“As meninas me falam que tenho que levar alguma arma ou um spray de pimenta para me defender, mas fico pensando que se jogo esse spray de pimenta num cliente, o problema pode virar uma bola de neve para mim, se a pessoa é francesa mesmo e tem documento francês. Por exemplo, se eu agrido uma pessoa dentro da minha casa e se eu faço algo errado, seja por não ter documento ou por me prostituir, eu tenho medo de ir para a cadeira.” (Ana, transgênero).

Muitos atores sociais se beneficiam dessa situação de precariedade. Eles se aproveitam do isolamento e da vulnerabilidade dessas imigrantes irregulares para se enriquecerem. Por exemplo, muitos condutores de táxis falsos demandam preços significativamente mais altos do que aqueles geralmente praticados no mercado regular quando deslocam mulheres prostitutas de sua casa para os bairros de

prostituição de rua. Na entrevista a seguir, Luana nos conta como o taxista que a levou da fronteira Suíça para a Itália quis se aproveitar da sua situação extremamente delicada para lhe pedir cada vez mais dinheiro:

“Olhei dentro do passaporte e tinha um carimbo de três meses, para ficar dentro na Suíça. Só que eu não tinha contato nenhum na Suíça para ficar trabalhando lá. Os contatos que tinha eram na Itália. Saí uma hora da tarde de Genebra e cheguei às seis horas da tarde em Torino. Paguei um táxi de 1100 euros para atravessar a fronteira da Suíça para a Itália. Ele queria mais, mas eu não dei. O bofe [*homem em gíria*] era árabe, quis até se aproveitar de mim. Ele cobrou muito caro. Quando cheguei dentro da cidade de Torino e consultei o taxista, como ele viu que eu era turista, ele queria que eu pagasse mais. Antes de chegar na fronteira dos carros, tinha a guarda da fiança. Olhava um carro, olhavam outro e controlava. Só que bem antes na fila o taxista me falou: ‘olha, se eles fazem descer você aqui, eu não vou levar você de volta para a Suíça viu?’ Olha que podre! Como tinha o visto suíço, até podia voltar com ele, ficava na Suíça e lá me virava para trabalhar, mas ele me falou que não me levava de volta, não. Quando fomos nos aproximando da fronteira, acho que tínhamos que pagar 35 euros. Ele queria que eu pagasse o pedágio. Eu falei que não, que já tinha pago 1100 euros para me levar até a Itália com tudo incluso. Eu fiquei na frente, bem ‘madame’, bem linda, maravilhosa, com os óculos, com cache coló e tudo mais. Eles olharam rapidinho, nem controlaram, nem pediram documentos nem nada. Atravessei e passei na Itália. Peguei meu telefone e avisei para a menina de Torino que tinha conseguido. Chegamos às seis e meia da tarde em Torino. O taxista falou que com o GPS<sup>68</sup> não encontrava o endereço da menina. Ele ficou me enrolando, me enrolando. Eu falei: ‘Quer saber meu filho, eu vou descer aqui e eu pego um outro táxi. Eu me viro’. Ele me falou: ‘Você não pode me dar 50 euros há mais por que fiquei procurando?’ ‘Vai tomar no seu cu, seu árabe de merda! Paguei 1100 euros era para você me deixar na porta!’” (Luana, transgênero).

O mesmo vale para proprietários, que aproveitam da ilegalidade do status dessas migrantes para exigir pagamentos de aluguéis exorbitantes:

“Sem documentos, você é explorada. Quando eu morei na Place d’Italie, eu não tinha documento. Tanto que a dona que eu pagava o aluguel do apartamento foi presa, porque ela subalugava o apartamento para quase o dobro do valor. O valor do apartamento onde eu morava era 800 euros e ela me alugava por 1400 euros. Por quê? Porque não tinha documento! Ela me cobrava 600 euros a mais para me alugar e fazer os trâmites lá como se eu tivesse alguma coisa. Mas, na verdade, eu não tinha documentos, então ela cobrava a parte dela. Só que eu já sabia, claro. Mas como eu não tinha nenhum lugar para morar e não queria ficar na rua, ela aceitou. Mas claro que é exploração porque ela cobrava 600 euros a mais do valor certo do apartamento.

68 O Sistema de Posicionamento Global (*Global Positioning System*) é um sistema que, através de um conjunto de satélites, fornece a um aparelho móvel a sua posição em relação às coordenadas terrestres.



Era um apartamento de vinte metros quadrados na Place d'Italie por 1400 euros, é caríssimo.” (Natália, transgênero).

A legislação francesa condena de forma muito firme o proxenetismo hoteleiro e todos outros atos de proxenetismo de “apoio”, ou seja, que facilitam a prostituição alheia. A repressão dessa forma de delito contribui na recusa da maior parte dos proprietários em alugar seus bens para pessoas prostitutas, com medo de serem incriminados e condenados.

Os poucos que se atrevem a violar a lei, o fazem em troca de “interesse” no pagamento do aluguel, pelo risco legal corrido por eles. Essa situação implica os bens imobiliários são alugados, na maioria dos casos, para pessoas regularizadas, que os subalugam depois para migrantes indocumentados, por um valor consideravelmente superior ao custo inicial. Isso dá espaço para todo tipo de cafetinagem e tráfico de apartamentos, dos quais as migrantes prostitutas são vítimas:

“Teria que legalizar a prostituição, porque isso ajudaria muito para evitar os roubos, a exploração, a marginalização, as agressões, ter planos de saúde, tudo. Também poderíamos alugar um apartamento mais fácil, a gente não teria que se sujeitar àquela bicha que se casou o francês que usa o nome dela para alugar um apartamento grande para botar várias meninas dentro para tirar tanto por semana. Porque hoje em dia, se você vai numa agência para alugar um apartamento, mesmo que esteja bem preservado e que esteja com vontade, a gente não tem fichas de pagamento.” (Luciana, transgênero).

“Teve casos de meninas que pagavam o aluguel para um magrebino ou um francês. Claro que para a lei francesa, já entra no proxenetismo. Mas para eles, eles estavam só alugando um apartamento, não estava na cabeça deles que estavam explorando alguém, mas eles foram incriminados. Por isso que agora tá difícil alugar um apartamento. Porque os franceses, o pessoal que tem apartamentos para alugar não quer alugar para prostitutas, porque têm medo que depois a gente denuncie eles para a polícia, falando que somos exploradas. É a palavra da prostituta contra a palavra de quem aluga o apartamento, entendeu? Então quem consegue apartamento geralmente tem seus documentos, ou tem aquele amigo que subaluga. As que tem os documentos certos alugam e depois realugam. Então, ela paga 500 e ela cobra 1000. Ai é cafetinagem também, cai ainda mais no proxenetismo.” (Laura, transgênero).

“A gente tem um apartamento aqui. Mas a gente paga caro, caríssimo: 1000 euros. Aliás estamos procurando outro porque não dá. Mas é difícil para encontrar. É esse preço porque o proprietário é um português e porque não tenho ‘Fiches de Paye’

[“fichas de pagamento” em francês]. Então quando você não tem ‘Fiches de Paye’, você paga mais caro. Eu consegui assim. Eu fiquei praticamente um ano na casa da minha irmã e daí fui para esse. Mas se tivesse ‘Fiches de Paye’, pagava praticamente a metade. Esse português não faz nada certo e tira por fora, fode com as pessoas. Mas ele tem um monte de problemas. O pai dele já está preso, ele tem um monte de problemas com prostitutas que alugam os apartamentos dele 300, 400 ou 500 euros por semana. Ele é um explorador, sabe. Por enquanto, ele não tem problema com polícia, mas o pai dele já foi preso. E o irmão dele saiu da cadeia faz dois meses. Ele também, se continuar desse jeito vai entrar na cadeia.” (Camila, cisgênero).

Além disso, a falta de proteção legal conduz as migrantes prostitutas recorrerem à ajuda de intermediários ou proteção de cafetões para as suas sobrevivências cotidianas. Durante uma conversa com Natália, Camila explica de que forma a irregularidade e o proxenetismo são dois fenômenos intimamente ligados. De acordo com ela, os crimes de tráfico de pessoas e de proxenetismo prosperem na medida em que se fundamentam na vulnerabilidade e clandestinidade das migrantes:

- Camila: “As meninas, que geralmente não têm documentos, têm muito ‘maquereau’ [“cafetão” em gíria francesa]. O problema maior para elas é esse: elas não têm papéis. Por isso que elas não falam nada, por isso que ficam assim. E quando têm, às vezes, a polícia passando e pedindo documentos, elas correm e se escondem. São meninas novinhas, de 15-16 anos. Se você vem a noite, tá lotado, tem muitas. Tanto as Africanas com as Albanesas, Romena, Dominicanas. Tem muita máfia.”

- Natália: “O problema é que elas não podem denunciar assim, não. A polícia quer dar papel para nós e depois com a morte que vem por trás, que fazemos? A polícia vai cuidar de nos depois? Não dá, não pode, não adianta.”

- Camila: “Eu escutei um negócio, sobre uma colega minha, só não vou falar o nome. Essa moça sabia de tal pessoa que eles estavam procurando, uma senhora. A polícia falou: ‘te dou 20.000 euros, te dou papel, tudo isso e você entrega’. Você acha que a pessoa vai fazer isso? Claro que não.”

- Natália: “Então, se fosse para sair do país, até eu faria. Se me dá os 20.000 e meu papel eu vou para outro lado. Pronto!”

- Camila: “Mas você acha que é verdade, que a polícia realmente vai fazer isso?”

- Natália: “Se a polícia me dá 50.000, eu entrego todas as cafetinas que tem ali. Todas. Uma por uma. Até brasileiras! [rindo]. E depois eu sumo! Se vejo que ela está me buscando pago elas primeiro. Dou 10.000 para essa filha da puta para que ela me apague e pronto.”

- Camila: “Mas eles não dão nada, isso é só história! As meninas não entregam porque elas têm medo. Não vão entregar porque as cafetinas sabem onde elas moram, sabe da família, sabe de tudo. Não entregam. E a polícia sabe já.”

- Natália: “Tudo mundo sabe de tudo. Nos conhecemos todas as cafetinas africanas, romanas, dominicanas.” (Natália e Camila, cisgêneros)..

Em suma, os elos da cadeia de irregularidade são reproduzidos graças aos interesses convergentes de diferentes atores sociais (clientes, taxistas, proprietários, proxenetas, etc.) que se beneficiam da grande vulnerabilidade e isolamento das mulheres migrantes em geral e das migrantes trabalhadoras do sexo em particular (Oso Casas, 2006).

### **6.2.1.3. As políticas de deportação dos imigrantes irregulares as constroem a se esconderem das autoridades públicas**

As operações policiais de verificação da documentação e detenção dos imigrantes irregulares são o principal fator de insegurança para as migrantes prostitutas. Elas se sentem constantemente ameaçadas de deportações para o país de origem (Oso Casas, 2006).

Durante o meu trabalho de campo em Lyon e em Paris, tive a oportunidade de observar o funcionamento das operações de forças policiais. Vejamos um trecho do meu caderno de campo sobre esse assunto:

“Durante uma saída com a associação, notamos logo que todas as caminhonetes tinham sido retiradas dos lugares em que costumavam ser estacionadas. A polícia tinha acabado de passar. Todas as mulheres foram forçadas a sair da zona. Encontramos, em um primeiro momento, uma mulher romena, que estava esperando em pé na frente de um ponto de ônibus. Descemos do carro para conversar com ela. Ela nos explicou que tinha sido perturbada pela polícia três vezes durante a manhã. No momento preciso em que falávamos desse assunto, um carro de polícia apareceu na rua e se aproximou de nós. Os policiais estacionaram na nossa frente. Os três policiais ficavam plantados ali, silenciosos, nos observando. Nem baixaram o vidro do carro para nos cumprimentar nem falaram conosco. Ficaram, assim, plantados na nossa frente, por mais de 10 minutos, só para nos incomodar. Os dois funcionários da associação fingiram ignorá-los e continuaram falando com a romena sobre outros assuntos. Interpretei esse momento de tensão como se fosse uma tática de intimidação e dissuasão por parte dos policiais, como se fossemos todos atores de uma ‘guerra fria’: a presença muda e incômoda dos policiais funciona como um lembrete para recordar as mulheres que são eles que mandam. O trabalho deles consiste em chamar as migrantes à ordem e ameaça-las de levá-las para o comissariado caso recusam de sair do lugar. Embora a lei de criminalização do delito “racolagem” [solicitação ativa e passiva] ter sido abolido pela nova lei de 2016, os policiais seguem pressionando as mulheres na rua. Eles testam as suas resistências,

assediando-as constantemente, até que elas caem na tentação de entrar na briga com eles. Nessa guerra de desgaste, algumas cedem e acabam respondendo verbalmente às humilhações dos policiais, entrando no jogo deles. Qualquer forma xingamento pode ser usado em desfavor delas, já que pode ser interpretada como delito de insulto à agente do governo. E isso já abre a possibilidade para os policiais a levá-las legalmente pro comissariado...” (Extrato do caderno de campo da autora, janeiro de 2019).

Durante a minha imersão no campo, observei o quanto a presença dos policiais era ameaçadora para as prostitutas de rua. Com medo contínuo de serem interpeladas pelos policiais, elas devem estar preparadas para escapar em qualquer momento, seja correndo a pé ou com o caminhão, o que as deixa em um estado de estresse permanente. De acordo com Natália, uma das entrevistadas, a verificação dos documentos das prostitutas de rua nos horários em que a maioria dos clientes solicitam prestações sexuais faz parte de uma estratégia policial de constante intimidação:

- Natália: “Aqui a polícia não nos deixa trabalhar. Daqui a pouco, eles vão andar por aqui. Às 11h30 ou meio-dia, eles vão vir. Quando a polícia vem, a gente vai embora e dá um giro. Eles vêm nos perturbando durante duas horas, eles vêm meio dia e ficam rodando até às 14h30. Justo na hora que os caras saem para comer, no momento que dá uma fome e que eles vêm para nos foder! Das 5h da tarde até 19h30 da noite também é a hora em que o pessoal sai do trabalho e quer dar uma ‘fodidinha’ antes de ir para casa. E daí quando a polícia vem a gente dá um giro, vai lá pro estádio um pouquinho, e daí volta. Eles vêm e ficam parados aqui. Se você vai para lá, eles estão parados lá. Se você vai para lá, eles já dão um giro. Não é fácil, não! Tem dias que eles são bravos, cavalos e vão me xingando. Tem um árabe aí, um filho da puta, ele vem, ele bate na porta que nem um louco e ele abre a porta. É assim. Eles falam para gente voltar para casa. Mas vou comer o quê amanhã? Meus filhos vão comer o quê?”

[Passa um carro de polícia perto da van.]

- Natália: “Falando do diabo, aparece o rabo! Mas acho que não é nada, eles vão para outro lugar.” (Natália, cisgênero).

Essa permanente perseguição pelas autoridades policiais as constroem de forma a forçá-las a se esconder, fugindo dos pontos de prostituição. Porém, essas “caças” resultam em ineficácia, visto que a maioria delas acabam por fazer uma volta

em outro bairro perto para então voltar ao mesmo ponto mais tarde. É como se estivessem presas em um jogo de gato e rato interminável com a polícia:

“A polícia manda embora, você vai e depois volta, né. Tenho carta de condução, tenho tudo. Nunca levaram o meu carro para a ‘fourrière’ [“reboque” em francês]. Se você está dentro da caminhonete, e se não tiver os documentos em dia, eles podem tirar. Mas ninguém confronta a polícia, né. Se eles falam: ‘desce que tem que ir’, tem que ir, né. A gente não deixa o carro aqui, depois das 19h a gente estaciona o carro em qualquer outro lugar, mas depois volta. É assim o tempo todo.” (Mariana, cisgênero).

## 6.2.2. Transgressoras porque prostitutas

### 6.2.2.1. Transgressoras por exercerem e reivindicarem o trabalho de sexo

Nos discursos abolicionistas contemporâneos, a dicotomia entre a prostituição “voluntária” e “culpável” e a prostituição “forçada” e “inocente” é continuamente reproduzida e reforçada. Nesse modo de pensar, as “vítimas” são objetos de atenção especial, enquanto as prostitutas “voluntárias”, mesmo as que sofrem algum tipo de abuso ou exploração, não despertam muito interesse no nível político e científico (Oso Casas, 2006). Por trás dessa retórica carregada de moralidade, a prostituta voluntária aparece, então, como uma mulher que, por ter transgredido as normas sociais associadas ao amor, aos relacionamentos e a sexualidade, “só tem o que merece” (Doezema, 1999).

Como consequência desse esquema de pensamento dualista, as prostitutas “profissionais”, descritas como autônomas e livres da coerção de terceiros, têm dificuldade de acatar o discurso de vitimização difundido pelos abolicionistas (Mayer, 2011). Nesse sentido, a ideia de “escolha pessoal” se torna problemática, dado que é inconcebível pelo senso comum imaginar que uma mulher possa aceitar a prática de prostituição sem ser obrigada. Daí vem o argumento comum que se uma mulher realiza programas sexuais remunerados, é precisamente porque ela “é” prostituta, ontologicamente falando. Em outras palavras, ela não é mais considerada como uma

pessoa que é prostituída no sentido passivo do termo, mas como uma pessoa cuja identidade é definida pela sua atividade prostitucional.

Ao longo da minha imersão no universo da prostituição de rua e de apartamentos, eu tive a oportunidade de encontrar mulheres que, não apenas assumiam o fato de se prostituírem, mas também reivindicavam a consideração do trabalho sexual como atividade profissional igual a qualquer outro tipo de emprego. Foi o caso de Natália, que demonstrava muito orgulho de ser profissional do sexo:

“A minha família sabe tudo. Se você quiser, muito bem, se não quiser, que se foda. Assim eu me declaro, e é a verdade. Sempre eu me defendi sozinha, nunca precisei das parentes. Eu conheço quem quer a minha amizade e quem não quer também. Eu bato na minha buceta, e digo: ‘eu vivo disso aqui’. Quem quiser vem, quem não quiser vai se foder e pronto! Eu consegui fazer um patrimônio que faz com que tudo mundo me respeita agora. Outra coisa: quando eu tive essa agressão forte, saiu no jornal. E onde foi parar essa folha de jornal? Na mão do meu ex-marido, que não sabia que eu fazia nessa vida. Aí um dia a prima dele veio lá em casa. E ela falou: ‘olha, a gente viu aquela agressão’. Eu respondi: ‘É isso mesmo. Eu faço essa vida, faço a puta lá na Europa. Quem quiser fazer parte da minha vida continua entrando, mas quem não quiser, pela porta em que entrou pode sair! Que eu sou puta mesmo! E agora sou puta de primeira, não de segunda! Agora meu negócio é Europa! Quem quiser entra, quem não quiser sai’. Bem assim eu falei para a prima dele.” (Natália, cisgênero).

O relato de Natália deixa transparecer muita autoafirmação e segurança de si. A vontade de Natália de ser reconhecida no seu trabalho se manifesta através da terminologia e das palavras cruas empregadas por ela. O espírito de independência de Natália, a autoconfiança que sobressai da sua voz e a afirmação contínua de ter escolhido e administrado a sua vida sozinha dela são elementos que desvelam a agência – *agency* – de Natália nas suas trajetórias pessoais de migração e de prostituição. Numa visão dicotômica estereotipada, Natália representa a categoria a-histórica de “ser prostituta”, no sentido de que o seu estado ou essência de prostituta a distinguiria da categoria das “boas mulheres” (Tabet, 2004).

Assim, as migrantes que exercem “voluntariamente” o trabalho sexual não despertam nem benevolência nem compaixão. Pelo contrário, considerando que contribuem em esbater a linha de divisão que separa as prostitutas das outras

mulheres, elas inspiram medo e repulsão. Como mencionado por Gail Pheterson (2009), o termo “prostituta” não se refere apenas à mulheres envolvidas na prostituição; aliás, ele pode ser aplicado a todas as mulheres. Atribuir às “profissionais do sexo” uma natureza ou essência diferente consiste, em última instância, diferenciá-la da mulher “normal”. Dessa forma, o arquétipo da “trabalhadora do sexo voluntária” pode ser interpretado como instrumento que serve de bode expiatório para purificar as mulheres “honestas” desse tipo de estigmatização (Mayer, 2011).

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, sexo e intimidade são comumente considerados inseparáveis. Interpretada como necessariamente ligada à privacidade, a sexualidade não pode ser existir de forma aceitável fora de um relacionamento íntimo (Parent & Bruckert, 2005). A “boa” sexualidade é idealmente consumada dentro do padrão de um amor romântico recíproco e livre de restrições, enquanto a sexualidade sem amor é vista como suja. Nessa perspectiva, a desconexão entre sexualidade e sentimentos constitui um grande tabu nas nossas sociedades, principalmente quando se refere as mulheres (Combessie, 2008). De fato, além de ser reprimida por dissociar o sexo da reciprocidade do desejo, a prostituição é julgada degradante porque cria uma conexão entre sexo e dinheiro. Quando inserido em uma transação de mercado, o sexo é considerado uma mercadoria estragada ou, na melhor das hipóteses, como um paliativo, destinado a quem não encontra nada melhor (Darley, 2007).

Dessa forma, a denúncia da “mercantilização dos corpos” em geral, e da mercantilização do corpo feminino estrangeiro em particular, é uma injunção dirigida a todas as mulheres para não deixarem os espaços privados, definidos como femininos. Ao nível de um país, a esfera privada refere-se ao *domus*, à casa cujas paredes ocultam os corpos, enquanto a esfera pública refere-se ao espaço público. Considerando que as mulheres permanecem ainda hoje menos autorizadas que os homens a investir em espaços urbanos ou políticos, a prostituta de rua, ao investir no domínio público, rompe com esse modelo binário (Deschamps, 2007).

Por extensão, no nível internacional, o país de origem torna-se o *domus* das mulheres, enquanto o país de destino é um espaço que pode ser investido pelos trabalhadores migrantes masculinos. No caso das prostitutas estrangeiras, as deportações para o país de origem nada mais são do que repatriações de natureza "familiar", que consistem em levá-las de volta para seus papéis sociais iniciais, negando-lhes o status de trabalhadoras. O gerenciamento do tempo, por meio da perpetuação de gerações num solo fixo e delimitado, continuaria sendo um domínio feminino, enquanto a apropriação do espaço, através do deslocamento, continuaria sendo uma prerrogativa masculina (Deschamps, 2007).

Como argumentado por Jo Doezema (1999), em um mundo em que é cada vez mais difícil atravessar as fronteiras, especialmente para as pessoas sem diplomas e provenientes de países pobres, a prostituição se tornou o principal modo de expatriação feminina. Consequentemente, ao querer abandonar o país de origem, as migrantes prostitutas rompem com o pacto social de complementaridade de gênero associada ao espaço e ao tempo. Portanto, elas não têm outra opção senão reforçar o estigma geral associado a "mulher migrante" com o estigma específico de "puta" (Deschamps, 2007).

Um aspecto importante, salientado ao longo da minha imersão no campo nas cidades de Paris, Lyon e Toulouse, é a sensação de autonomia percebida pelas migrantes trabalhadoras do sexo, pelo fato de não depender economicamente de ninguém. Ter um trabalho e um rendimento mensal propiciam um sentimento de maior independência, o que lhes dão mais legitimidade para impor seus desejos, opiniões e formas de vida para suas famílias e seus companheiros. Assim, o respeito que elas ganham através do dinheiro proveniente da prostituição é vivenciado pelas mulheres de forma muito satisfatória (Mayorga, 2011). Contrariamente a abordagem abolicionista que denota a prostituição com conotações negativas em termos de opressão e exploração sexual, a prostituição é vivenciada pelas brasileiras trabalhadoras do sexo entrevistadas como uma forma de emancipação e autonomia



frente a possíveis parentes ou companheiros autoritários, que queriam dirigir suas vidas. Em última instância, por meio da prostituição, as brasileiras trabalhadoras do sexo acabam negando seus papéis tradicionais de gênero. Vejamos as narrativas seguintes sobre esse assunto:

“Eu estava morando sozinha porque eu sempre gostei de ser independente. A minha mãe pode bater no peito e ter orgulho da filha que ela tem! Porque eu sempre fiz tudo sozinha, eu sempre corri atrás das coisas, nunca fui uma pessoa de ficar parada. Eu tenho carteira de trabalho assinada no Brasil desde que tenho 15 anos de idade. Eu sempre corri atrás. Com 18 anos, eu já tinha o meu apartamento, com o meu marido. A gente namorou um ano, dos 16 para os 17 anos e aí com 17 anos a gente casou oficialmente. Aí fiquei dois anos e pouco morando com ele, debaixo do mesmo teto. E descobri que não era aquilo que eu queria. Eu queria viver! Enfim, a gente se separou e vendemos tudo. E eu estava já com esse foco de ir embora, de vir para fora. E eu vim de vez.” (Larissa, cisgênero).

“Meu novo namorado é brasileiro também. Ele mora em Paris também. Não tem nem oito meses que ele está aqui. Então, coitado, ele não sabe nem falar francês. Ele tem que ter aulas de francês, porque o plano dele também é morar aqui. Eu encontrei ele na rede social. Ele sabe o que estou fazendo, ele diz que aceita numa boa, mas eu coloquei meus limites, né. Porque sempre eu coloquei limites para ele: ‘Você nunca vai perguntar quanto eu ganho, nunca quanto que eu fiz, nunca onde eu estou’. E ele nunca perguntou nada sobre o meu trabalho. E coisas de dinheiro, compra, comida, restaurante: é metade, metade. Eu tive que pôr limites, porque o meu ex que tive anteriormente abusava, era abusado. No meu relacionamento anterior, meu ex queria saber, perguntava, ficava nervoso. Ai falei: ‘Não, vaza!’ (Natalia, cisgênero).

“Eu acho que a gente é independente demais. Até eu acho que essa vida assim estraga a mulher mesmo. Porque você fica muito independente mesmo, você não tem paciência de esperar. Tudo o que você pede é para ontem, não é para hoje. É complicado. O ano que vem quero fazer uma terapia para ver se consigo desacelerar a minha vida. Para ver se consigo voltar à vida real. Porque como estou acostumada a estar sozinha e ter meu dinheiro, eu prefiro pagar do que pedir um favor, tá entendendo? A gente não consegue mais pedir um favor para as pessoas! Por exemplo pedir ‘por favor, poderia fazer isso, trocar essa lâmpada para mim?’. Aí a pessoa demorar dois dias para trocar a lâmpada e eu fico chateada. Então é melhor ir lá pagar alguém para trocar a lâmpada do que pedir favores. Quando você pede um favor, você não quer que ele faça o dia seguinte, você quer que esteja feito para ontem, entendeu? Porque o mercado é isso, sabe. Então, eu acho que a mulher que vive disso fica muito independente, muito no extremo. Não é só uma independência financeira. É muito mais. Fica independente ao extremo.” (Mariana, cisgênero).

### 6.2.2.2. Perturbadoras por serem transgêneros

Como acabamos de mencionar, o tabu projetado na mulher prostituta é de ordem sexual, pois refere-se à oposição entre boa e má sexualidade, entre uma sexualidade considerada normal e legítima e outra, rotulada anormal e ilegítima. A figura “má prostitua” condensa principalmente o medo do “outro sexual”, ou seja do estranho e do perverso.

As linhas a partir das quais as oposições se baseiam obedecem a uma lógica de compartilhamento, dado que possibilitam construir e separar as categorias com base naquilo que se supõe que as diferencie fundamentalmente. A "outra" é mantida à distância, e a fronteira imaterial funciona como tela de proteção contra quem não está em seu lugar de origem (as migrantes estrangeiras) e que não devem ser expostos aos olhos das “pessoas comuns” (as prostitutas). Esse primeiro movimento de separação leva ao estabelecimento de uma linha divisória no espaço moral: entre o puro e o impuro, entre o bom e o ruim, entre o tolerável e o intolerável.

No caso das migrantes transgêneros prostitutas, a transgressão moral é dupla: além de serem vistas como “suja” porque realizam programas sexuais remunerados, elas são também consideradas como “estranhas” porque subvertem a heteronormatividade ambiente.

Segundo Judith Butler (2003), a heteronormatividade é a regulação da prática heterossexual, imposta como norma não apenas cultural, mas também, biológica, se constituindo como uma “ordem compulsória do sexo/gênero/desejo”. A homossexualidade e transsexualidade são vistas, dessa forma, como fuga à norma, e, conseqüentemente, como um desvio que precisa ser novamente reintegrado à norma.

Uma das principais críticas da perspectiva *queer* acerca do feminismo radical é que tende a se preocupar exclusivamente com as relações de gênero, dentro de uma estrutura heterossexual. Em contraste, a teoria *queer* rompe com as categorias binárias, como "masculino"/"feminino" ou "heterossexual"/"homossexual", argumentando que “sexual identities, desires, and categories are fluid and dynamic” (Gamson & Moon, 2004, p 49). O termo “*queer*” não se refere a uma essência, seja

de natureza sexual ou não, mas é um termo puramente relacional, que extrai seu significado precisamente por estar fora de qualquer norma.

Segundo David Halperin (1995), o termo “*queer*” adquire seu significado em oposição à norma: “Queer is by definition whatever is at odds with the normal, the legitimate, the dominant. There is nothing in particular to which it necessarily refers. It is an identity without an essence” (Halperin, 1995, p. 62). De fato, a relação negativa da política *queer* consiste em uma resistência subversiva contra as categorias normativas hegemônicas de gênero e sexualidade. Portanto, é contra-normativa, anti-conformista e antiassimilacionista.

Subvertendo a regulação social da sexualidade, a política *queer* contribui, então, para a libertação das trabalhadoras do sexo diante das ideologias sociais e sexuais dominantes. Desafiando a ideia de que existe uma identidade sexual unificada ou fixa, a teoria *queer* refuta as limitações associadas à identidade “profissional do sexo”. Judith Butler (1990) argumenta que o gênero e a orientação sexual não são identidades internas estáticas, mas processos que são continuamente promulgados, no cotidiano. A partir da chave de leitura *queer*, pode-se dizer que as práticas sexuais das trabalhadoras do sexo são *queer* na medida em que manifestam uma forma de liberdade não-conformista e não-compatível com a ordem sociopolítica do patriarcado heteronormativo.

O ato de trabalho sexual se torna uma “performance da heterossexualidade” que desafia os arranjos dominantes de poder (Pendleton, 1997). Embora a trabalhadora do sexo interprete um conjunto de códigos altamente femininos para responder ao desejo masculino, essa teatralização é realizada de acordo com seus próprios termos. As trabalhadoras do sexo inventam e se apropriam deliberadamente de uma personalidade, jogando com os atributos da feminilidade e com as fantasias masculinas. O trabalho do sexo torna-se então uma “paródia da norma heterossexual” (Read, 2013, p. 475).

Aderindo à algumas normas da feminidade hegemônica, e, simultaneamente, violando outras, as profissionais do sexo desestabilizam as ideologias binárias de gênero e subvertem as estruturas, regras e costumes da heteronormatividade (Kay, 1999). A indústria internacional do sexo está repleta de contradições e nuances, e vai além da caricatura binária e simplista entre “mulheres escravas” e “homens dominantes”.

De fato, o mundo da prostituição é um espaço de conversão e transformação de gênero, no qual a complexidade e a ambiguidade das *práxis* sexuais se manifestam. Nesse sentido, as profissionais do sexo, como todos os outros indivíduos, “enact multiple, overlapping, intertwined, contradictory and simultaneous identity roles” (Read, 2013, p 244). Nesse sentido, o movimento *queer* possibilita a formulação de um discurso alternativo, que privilegia as múltiplas dimensões da sexualidade e promove a diversidade e a pluralidade de identidades sexuais (Creed, 1994).

Sobre esse assunto, queria trazer dois trechos de entrevistas com brasileiras transgêneros que mostram a ambivalência de suas posições, e como a transidentidade, ao invés de ser vivenciada como uma tara social, pode ser usada para reverter as relações de poder existentes dentro de seus círculos sociais. Vejamos em primeiro lugar a história de Daniela, que com distância emocional nos conta as dificuldades que ela enfrentou quando era criança:

“Eu saí de casa com oito anos de idade, você acredita?! E nunca mais voltei. Com oito anos, fui para Manaus. Fui me virando. Conhecendo, indo para a casa de alguém. Entendeu. Louca, né? Eu saí com oito anos e agora tô com quarenta. Não tinha problema que meu pai me batia ou me agredia porque eu era trans. Não. Meu pai nunca fez isso. Fui eu mesmo que saí de casa. E fugi e nunca mais voltei. Cada um conta a sua história, né. Essa a minha. Óbvio que tem muita trans que a família não aceita, que bate e tal. Mas eu não tive esse problema, mas é verdade. Vai lá, isso é a vida. Minha vida que eu escolheu para ser para mim.” (Daniela, transgênero).

Aqui, Daniela acredita ser senhora da sua vida e das suas escolhas pessoais, mesmo no que se refere à decisão de ir embora de casa com oito anos de idade.

Daniela não se considera como vítima das estruturas de dominação e de discriminação de gênero, mas como verdadeira atriz de seu percurso de vida.

É o caso também de Luciana, que, além de demonstrar muita agência no gerenciamento da sua vida, usa as vantagens associadas a transexualidade no seu favor. No relato seguinte, Luciana nos revela de que forma ela usou o seu charme para inverter as relações de poder com os homens em geral e com seu primo em particular, se mantendo assim numa posição ascendente:

- Ariane: “O que acontece muito com a gente, quando a gente é adolescente, é a gente ser molestada. Molestada por família, por vizinhos, entendeu. Todas fomos molestadas. Existe isso.”

- Luciana: “Eu não me vi como molestada porque já fazia isso. Então, eu não fui forçada a nada. Até quando comecei a fazer sexo anal. Relação homossexual mesmo, de penetração anal, foi com doze anos, com um garoto da minha idade. Quando meus primos viram e me falaram que iam contar para o meu pai, eu seduzia eles para caírem na minha rede. E fazia com meus primos. Mas era eu quem seduzia, eu não fui molestada por eles. Agora tem pessoas que não entendem aquele estado de aceitação que eu passei. Eu nunca tinha sofrido realmente de ser molestada dentro de casa. Para mim, tudo foi tudo natural, eu comecei desde nova fazendo essas coisinhas, saiu naturalmente e gostei, então, para mim, foi natural. Meu primo começou a querer fazer a chantagem, aí eu dei o café com açúcar para ele e quando ele tomou, eu disse: ‘eu vou chantagear você agora’. Para você entender o meu poder com ele, eu falava para ele: ‘Tu vai ver a sua namorada, mas não faz nada, e tu passa aqui mais tarde, sou eu quem vai secar!’. Eu falava: ‘Vem, senão, eu vou avisar a minha tia que você me molestou’ [rindo]. Eu acho que tinha problemas sexuais, que eu sou ninfomaníaca. Para mim, foi muito cedo e foi meio natural. Agora eu já conheci meninas que até hoje vêm chorando falando que é o tio que botou nessa situação, e eu falo para ela: ‘Não mulher, se você não tivesse gostado, você não tinha virado trans. Você não gostou porque foi seu tio e ele usou a chantagem, mas você já gostava, senão você não tivesse virado trans’.” (Ariane e Luciana, Transgêneros).

Aqui, Luciana vê o seu corpo como ferramenta de contrapoder, o que lhe permite se extrair da sua posição da vítima. Ela é um exemplo de como a transexualidade e o trabalho do sexo podem ser transformados em atos de resistência face as estruturas, códigos e práticas da heteronormatividade.

### **6.2.3. Racismo, “prostitutofobia” e transfobia institucionais**

#### **6.2.3.1. Assédio e não atendimento dos policiais em caso de agressão**

Em primeiro lugar, ao longo da minha imersão no universo prostitucional de Paris, Lyon e Toulouse, ouvi muitas histórias que relatavam a violência e os abusos por partes das forças policiais brasileiras. Além da corrupção que gangrena a instituição policial no Brasil, a transfobia é ressaltada como sendo muito comum entre as patrulhas de rua e as equipes nas delegacias. Muitas vezes, as mulheres transgêneros sofre de humilhações, assédios e até agressões durante os controles na rua e as custódias nas delegacias. Vejamos o testemunho de Luciana sobre as chantagens e pressões feitas pelos policiais para ganhar propinas:

“No Brasil, mesmo se você é educado, a homofobia faz com que os policiais queiram te foder. Eles adoram propina no Brasil: ‘E aí, vai me dar um cafezinho ou vai pro posto, gata?! Vai tirar do seu bolso o dinheiro para me dar uma cervejinha ou você quer dormir no posto hoje?!’ A gente que faz os programinhas ali, tem que tirar 40 ou 50 reais do bolso e dar para ficar tranquila. Porque querendo ou não, é cafetinagem o que eles fazem.” (Luciana, transgênero).

Porém, as várias formas de discriminações praticadas pelas forças policiais não são particulares ao Brasil. Na verdade, embora as cenas de corrupção e violência sejam muito menores na França, ainda existem um sistema de tratamentos policial diferente. Através dos relatos seguintes, vejamos como transfobia e racismo se manifestam nas intervenções dos policiais:

“O mesmo tratamento transfóbico da polícia brasileira, de humilhar uma mulher transgênero quando chega no posto policial, é o mesmo que aqui na França. É tipo usar: ‘o senhor’ para te humilhar. Falando e te zombando: ‘*Monsieur, bonjour! Oups, excusez-moi, madame.*’ [“Bom dia Senhor! Ops, desculpa, Senhora.” em francês]. A polícia é igual no mundo inteiro. Isso é verídico. Agora, quando te conhecem, que sabem que você tem documento europeu, e que você não é uma estrangeira ilegal, a canção muda, aí sim falam de ‘madame’ porque eles sabem que você vai ganhar seus direitos humanos aqui!” (Isabel, transgênero).

“Hoje em dia, o que acontece é que as bichas que são roubadas ou agredidas não querem denunciar porque sabe que a polícia vai chegar em casa, ver que é puta, vai falar que tá errado e não vai dar nem atenção. Entendeu? A polícia teria que vir sem nos tratar como diferentes.” (Luciana, transgênero).

A pesar da polícia francesa não representar uma ameaça física direta para a maioria das brasileiras trabalhadoras do sexo na França, tal qual era o caso no Brasil,

a polícia também não é vista como uma força protetora. De fato, os policiais não são vistos como agentes do Estado que cumprem as suas funções de proteção das populações. Em vez disso, eles são percebidos muitas vezes como ausentes ou ineficazes quando ocorre qualquer agressão na rua:

“Na realidade, você não pode contar com eles [os policiais]. Apesar de eu achar ótimo que eles estejam ali, a gente não pode contar com eles. Quando estão perto, eles vêm logo, porque é muito rápido. Mas às vezes que eu precisei, quando foi necessário, não teve resultado.” (Luiza, cisgênero).

“Normalmente, a polícia não vêm: já aconteceu com as meninas de terem chamado a polícia e a polícia não vir atendê-las. Comigo não. Mas já aconteceu com as meninas de terem um problema, elas chamarem a polícia e a polícia não dar moral. Mas acredito que se eles estão passando e veem alguma coisa, não é possível né que eles fechem os olhos. Porque já aconteceu deles estarem passando, mas em outro lugar e eles darem o suporte. Mas se ligar não acredito que eles venham, não.” (Mariana, cisgênero).

Enquanto algumas brasileiras trabalhadoras do sexo declararam que os policiais das equipes móveis, que patrulham a rua, geralmente chegam perto quando elas estão numa situação crítica, a maioria delas também comentou que eles não as atendem quando os ligam pelo telefone:

- Eu: “Para vocês, o fato de ter documentos as deixam mais tranquilas em relação à polícia, para ligá-los em caso de agressão por exemplo, não é?”

- Ágata: “Se eles atendem, né?! [rindo] Porque às vezes os policiais que atendem no telefone se fingem de tontos. Porque se eu ligo e falo: ‘*Problème dans la rue de l’avenir. Numéro 25*’ [“Problema na rua do futuro. Número 25”, em francês]. Às vezes, eles perguntam: ‘O quê que aconteceu? O quê que houve? Quem?’. Eu respondo: ‘*Moi, pas parler français. Il y a un problème*’. [“Eu não falo francês. Há um problema aqui”, em francês]”. Depois eu peço para eles mandarem uma viatura, mas eles ficam perguntando ao invés de vir. É foda. Uma vez uma amiga ficou com um problema, eu liguei e a mulher me falou: ‘*J’ai pas compris. Demande à quelqu’un qui parle français*’ [“Eu não entendi. Peça para alguém que fale francês”]. Isso é racismo. Quando eles escutam o acento de estrangeira, eles pensam que é problema de rua, já pensam que é um problema de prostituição e não querem mais vir.” (Ágata, cisgênero).

Contudo, a diferenciação de tratamentos por ser prostitutas, estrangeiras ou transgêneros não é uma prática exclusiva das autoridades policiais, dado que

preconceitos existem também em outras esferas do Estado, como a justiça e o meio associativo.

### **6.2.3.2. Preconceitos da justiça e das associações de ajuda às pessoas prostitutas**

De forma similar às falas das brasileiras trabalhadoras do sexo sobre a instituição policial no Brasil, muitas das minhas interlocutoras testemunharam da falta de imparcialidade e da corrupção do sistema judicial no Brasil. Por exemplo, Luciana, além de sofrer de humilhações por ser transgênero, teve que pagar muito mais caro para que um advogado aceitasse tratar o caso dela:

“Eu fui expulsa de casa com dezesseis anos. E desde dessa idade que assumi a minha identidade feminina, eu nunca mais parei de andar de mulher. Eu sabia que ia a ser controlada e que ia a ser presa. Você acredita que isso, em 83, eu fui chutada de dois gabinetes de advogados, me dizendo assim: ‘isso é bem-feito para sua cara. É só não sair mais de casa. Toma vergonha na sua cara, viado!’. Por isso que digo que o povo ainda tava fechado. E quando arrumei um advogado que aceitou pegar o meu caso, ele me cobrou mais caro. Enquanto na época os advogados pegavam 1000 reais para pegar um caso, ele cobrou meu caso mais caro. Você entende porque na época eu abandonei o Brasil e a sociedade brasileira? Porque as etiquetas nos criminalizaram, ao ponto que até eu precisava de serviços sociais, como qualquer cidadão”. (Luciana, transgênero).

Contudo, além do Brasil, a estrutura marginalizante da sociedade francesa também conduz as migrantes trabalhadoras do sexo a se encontrarem presas em ciclos intermináveis de discriminação de gênero e de raça, em todos os níveis. Esses mecanismos de exclusão tocam até a instituição que mais deveria ser erguida como exemplo de imparcialidade e equidade, ou seja, a justiça.

Por exemplo, Lorena nos conta como o fato de ser transgênero pode ser um obstáculo incontestável no que diz respeito a processos jurídicos relacionados a assuntos familiares. Assim, o companheiro dela teve que esconder a transsexualidade de Lorena, para não correr o risco de perder a guarda de seus filhos:

“Aqui na França, eu conheci o Franck, um hoteleiro. Era interesse, ele tinha cinquenta e cinco anos. Eu amei os filhos dele, ele tinha dois gêmeos de seis anos. Eu fui muito bem acolhida. Ficamos com uma amizade muito bonita com o Franck. Os filhos ficavam loucos comigo, ficavam querendo que eu casasse com ele. A mãe do Franck gosta de mim, ela acha que eu seria a mulher certa para casar com ele. Mas o



Franck não foi homem suficiente para assumir para todos que eu era uma transexual. Ele era separado da Karina, da ex-mulher dele, mas ele morria de medo das pessoas descobrir que eu era trans porque ele podia perder a guarda de seus filhos. Um monte de coisa. Mas eu entendo...” (Asheley, transgênero).

Por estar fora da norma de parentalidade heterossexual, as pessoas transgêneros são geralmente consideradas como incapazes de assumir responsabilidades familiares. Atrás das discriminações da sociedade em geral e da justiça em particular contra das pessoas transgênero, existe o preconceito de que elas não podem ser “boas companheiras” ou “boas mães”. Como se a transgeneridade fosse incompatível com os cuidados do lar ou a educação dos filhos.

Outra instituição no qual os preconceitos e discriminações são muito comuns é o sistema penitenciário, pois as piadas racistas e transfóbicas contra as pessoas detidas são moeda corrente entre os guardas:

“Fiquei nove meses na prisão, nove meses aqui na França. E o que foi a prisão aqui na França! Não sei se era por causa da idade, mas não conseguia dormir por nada e tomava remédio que me davam pesadelos. Eu sequei muito e tive muitos problemas emocionais. Aqui na França, nossa senhora, como eles [os guardas da prisão] perturbam a vida da gente! Pelo fato da gente ser trans! Chega uma hora que não é mais uma pena, é uma pena de quatro! Você paga pelo que você fez, pelo que você não fez, por você ser trans, por você ser diferente, por ser imigrante, por ter HIV! As fofocas deles, as brincadeiras de mal gosto... No primeiro dia do ano novo, o primeiro de janeiro, tinham catorze guardas tomando champagne e eles estavam explicando as coisas para os novos estagiários que estavam chegando. Foi uma coisa bem assim: ‘Vem cá, vamos ver agora onde que estão os viados!’. Na hora deles abrirem as portas das celas, até o menino que veio entregar a comida para a gente estava sem jeito das brincadeiras e das risadas deles. Tudo mundo foi dormir num sarcasmo... Isso me abriu uma depressão ali que só nesse mês de janeiro eu emagreci o que não tinha emagrecido em nem um ano. De tão horríveis que eles são com as pessoas das minorias.” (Taís, transgênero).

Se a grande maioria das brasileiras trabalhadoras do sexo que entrevistei em Paris, Lyon e Toulouse afirmaram estar satisfeitas com o acompanhamento social realizado pelas associações de apoio às pessoas prostitutas e transgêneros, algumas poucas indicaram ter vivenciado situações em que foram vítimas de preconceitos e discriminação na forma com que foram atendidas. Foi o caso de Ariane, quem se

sentiu vítima de discriminação social, quando uma associação de saúde a excluiu do grupo por ser prostituta e transgênero e a orientou para outra associação especializada:

“Uma outra mulher me deu uma folha de indisposição. Foi assim: eu precisava de uma domiciliação, para fazer demandas para várias coisas. Foi assim, a associação onde fiz o teste, ela poderia ter feito para mim, mas só que a menina que me acompanhava, ela tinha tanto preconceito, que ela me enviou para um lugar onde tem prostituição. Porque nessa associação vai muitas pessoas da sociedade. Então, eu acho que ela não queria misturar uma trans puta ali no meio da sociedade, daquelas pessoas jovens, velhas, pessoas que tem dinheiro. Porque nessa associação vêm muitas pessoas que tinham vírus que não faziam nada desse trabalho, nada de prostituição. Eles vão lá, fazem reuniões, conversas, fazem chá, essas coisas, bem chique. Então, jamais ela ia a querer meter uma trans ali no meio. Ela achou que não ia a me comportar, que não ia a chegar onde cheguei hoje. Ela achou que ia infectar, infectar, infectar todo mundo. Ela achou que eu não ia a tomar consciência do que era a doença, entendeu.” (Ariane, transgênero).

### **6.2.3.3. Quando até a família se torna cúmplice da exploração: a convivência social generalizada**

Como já mencionado anteriormente, as migrantes trabalhadoras do sexo enviam uma parte considerável da renda da prostituição para as suas famílias no país de origem. Se alguns poucos familiares não sabem realmente qual é o trabalho que elas exercem na França, a esmagadora maioria dos parentes próximos não têm dúvida sobre a finalidade da viagem delas para Europa, ainda mais no caso das famílias das mulheres transgêneros. Essas famílias, ao exigir cada vez mais dinheiro das mulheres que trabalham na França, exercem uma forma de pressão sobre as migrantes prostitutas. Vejamos como Larissa ficou decepcionada ao se dar conta que seus pais solicitavam dela cada vez mais dinheiro, enquanto a sua mãe estava ciente da proveniência desse dinheiro:

“Mas, ultimamente, fiquei muito decepcionada porque eu conheci um pai e uma mãe que não sabia que eu tinha. Porque quando envolve o dinheiro, as pessoas se transformam. Então, eu descobri um pai e uma mãe que eu não sabia que eram tão capitalistas, que pensavam tanto no dinheiro. Aí fiquei muito chateada, é por isso que falei para eles que eu ia morar aqui, que ia a fazer a minha vida aqui. Por isso que falei esse ano nem vou ao Brasil. Eles querem receber sempre e cada vez mais. É o que eles querem. Às vezes eu brigo, falto respeito com eles para tentar colocar um

limite. Assim, digamos que eles melhoraram bastante porque briguei feio com eles falando: ‘Vocês estão achando o que? Que sou um banco? Que vou lá retirar e retirar? Não é assim que funciona, não.’ Tem dias que passo a noite sem dormir. Eu falo para a minha mãe: ‘Você passou por isso, então por que que você faz isso comigo?’ Porque a minha mãe também fez o que fiz. Só que ela fez só oito meses, quando eu tinha quatro anos de idade. Minha mãe foi para Espanha, ela fez oito meses, mas ela não aguentou e foi embora. Minha mãe me teve com dezesseis anos. Ela tinha mais ou menos a minha idade, quando ela foi para Espanha. Então ela não aguentou e voltou. Ela não aguentou oito meses! E eu tem dois anos que tô aqui! Aí falo: ‘Mãe, você sabe que a senhora está me exigindo coisas demais.’ Eu briguei com ela e ela deu uma melhorada. Mas enfim...” (Larissa, cisgênero).

Assim, as migrantes trabalhadoras do sexo na França se encontram sob o golpe de uma dupla violência: de uma família que, em última instância, se torna cúmplice no tráfico e na exploração sexual, mas também dos Estados ocidentais, e do Estado francês em particular, que as mantêm em situação de extrema vulnerabilidade implementando políticas migratórias restritivas. A sociedade toda, desde das instituições que regem o domínio público até as que regem a esfera privada, se transformam em cúmplices do tráfico e da exploração sexual das mulheres que se deslocam para se prostituírem na Europa.

O discurso alarmista anti-tráfico, ao dar aos cafetões, redes de prostituição e grupos mafiosos o papel do “vilão”, tende a tornar invisível a responsabilidade que demais atores sociais, tais como agentes da administração, políticos, proprietários, taxistas, policiais, advogados, clientes e familiares têm na exploração e na degradação das condições de trabalho e de vida das migrantes prostitutas. Ao se tornarem as principais fontes de renda para as famílias transnacionais, elas são presas em uma engrenagem que as levam para situações de exploração e reprodução de desigualdades sociais (Oso Casas, 2006).

A combinação da política restritiva de migração com a política abolicionista de prostituição limita o reconhecimento dos direitos das migrantes prostitutas enquanto cidadãs e trabalhadoras. Considerando que já é difícil para um imigrante que trabalha em setores econômicos legalmente reconhecidos, tais como serviço

doméstico ou na restauração regularizar sua situação na França, isso é ainda mais verdadeiro para uma profissional do sexo cujos títulos provisórios para trabalho não são reconhecidos. Além das dificuldades econômicas ao pagar as dívidas de viagem e sustentar as respectivas famílias no país de origem, elas se veem incapazes de trabalhar legalmente e ainda são criminalizadas. Essa situação de irregularidade jurídica cria um verdadeiro círculo vicioso de criminalidade que envolve uma multiplicidade de atores sociais que, por sua vez, obtêm benefícios econômicos em cada uma das etapas do processo da migração e da prostituição.

Em suma, ao usar as mulheres migrantes como bodes expiatórios e ao explorar a vitimização e etnicização de mulheres estrangeiras, as políticas públicas reforçam uma violência estrutural contra as mulheres (Guillemaut, 2004b). O pretexto da luta contra o tráfico de pessoas se inscreve no prolongamento e fortalecimento de uma série de medidas de ordem pública e de repressão (Monnet, 2005). A vítima absoluta que certos discursos contemporâneos fazem das prostitutas em geral tem, portanto, como corolário o destino desgraçado que é reservado aos estrangeiros em particular.

### **6.3. Vítimas e/ou culpadas de tráfico e exploração sexual?**

Nesta última seção, a nossa atenção irá se deter nos mecanismos do tráfico e da exploração sexual, para ver até que ponto as brasileiras trabalhadoras do sexo que entrevistei passaram por situações em que se autodesignaram como “vítimas” ou como “cafetina” no sentido estrito dos termos

Com base nos relatos das minhas interlocutoras, analiso, em um primeiro momento, como as brasileiras trabalhadoras do sexo reproduzem em certa medida as visões dualistas das abordagens convencionais, ao classificar seus grupos de pares em duas categorias - “vítimas” e “criminosas” - de acordo com o gênero, a raça, a nacionalidade e a idade.

Depois disso, destaco uma história particularmente esclarecedora que relata um caso real de tráfico e exploração sexual para mostrar que existem situações em que são “vítimas” de sequestro, coerção, violência psicológica ou física. Também, saliento outras histórias nas quais brasileiras trabalhadoras do sexo, por terem sido muito ativas no processo de tráfico e exploração de outras brasileiras prostitutas, podem ser categorizadas com “cafetinas” ou “criminosas”, no sentido jurídico da norma.

Por fim, argumento que a esmagadora maioria das brasileiras interrogadas não se percebem propriamente como “vítimas” ou como “cafetinas”. As trajetórias pessoais são muito mais complexas do que a mera separação das trabalhadoras do sexo entre “vítimas” de tráfico e prostituição forçada por um lado e as “culpáveis” de exploração sexual de outros por outro. Na verdade, muitas se recusam ser identificadas como “vítimas” ou como “criminosas”, mesmo quando passaram por situações em que poderiam ser consideradas simultaneamente como “vítima” ou “criminosas” diante das leis.

### **6.3.1. As dicotomias de gênero e de nacionalidade**

#### **6.3.1.1. Diferenciação de acordo com a etnia e a nacionalidade: as “africanas traficadas” vs. as “brasileiras autônomas”**

As mulheres brasileiras são um exemplo de como as designações eurocêntricas prescrevem a noção de *outra* racializada e sexualizada. De fato, as mulheres brasileiras são representadas no imaginário comum como mulheres amáveis e carinhosas, mas também sensuais e eróticas (Piscitelli, 2009b). Assim, elas vêm sendo definidas a partir de uma clara associação com seus aspectos étnicos e raciais, como naturalmente sexualizadas (Piscitelli, 2009a). Essa sexualização da mulher não-ocidental participa amplamente na construção e associação causal comum entre ser brasileira e ser prostituta.

De acordo com Julia Mayorga (2011), essas representações presentes na própria identidade europeia contribuem na criação de significados específicos na mente coletiva da comunidade de imigrantes brasileiras, marcados pelo jogo das relações de poder entre cidadãos europeus e estrangeiros, mulheres europeias e imigrantes, mulheres brancas e de cor. Essas imagens coletivas, que vêm se moldando e se reforçando desde os tempos coloniais, participaram na designação das mulheres do terceiro mundo com base no modelo dominante da mulher ocidental. Segundo a autora,

“Assim se constituíram as *outras* mulheres, mulheres de etnias e raças distintas, culturas e sociedades diferentes, que comparadas com o modelo hegemônico da mulher ocidental foram heterodesignadas como sem cultura, vítimas e incapazes de autonomia, sexualizadas (muitas vezes imorais) e presas a valores tradicionais de gênero. Essas representações que concebem uma espécie de natureza das mulheres do terceiro mundo, das latinas e/ou das brasileiras, justificam relações hierárquicas de poder, de exclusão e desautorização de seus discursos e práticas.” (Mayorga, 2011, p.144).

As projeções cognitivas de identificação ou diferenciação ao “outro” por parte das prostitutas imigrantes se reiteram nas suas relações com os outros imigrantes, sejam com outras prostitutas ou com clientes. Na escada de valorações das diversas nacionalidades dos imigrantes na França, as hierarquias entre as nacionalidades podem ser interpretadas como consequência da situação de subalternidade a qual todos eles estão submetidos (Mayorga, 2011). Nesse sentido, as brasileiras trabalhadoras do sexo sofrem com o racismo, ao mesmo tempo que reproduzem discursos e práticas de xenofobia junto a imigrantes de outras nacionalidades.

Como já mencionei na terceira seção do capítulo 5 sobre a economia moral no cotidiano das migrantes trabalhadoras de sexo na rua, as brasileiras tendem a desenvolver relações de ajuda e solidariedade com as outras brasileiras por um lado, e relações de concorrência e rivalidade territorial com prostitutas de nacionalidades distintas por outro. De fato, a competição por um mercado desregulamentado e desvalorizado é motivo de querela entre as prostitutas de diversas nacionalidades.

Muitas vezes, quando interrogava às brasileiras sobre seus cotidianos como trabalhadoras do sexo, percebi que faziam questão de não serem confundidas com outras latino-americanas tais como as peruanas ou as equatorianas, e de serem claramente distinguidas das negras africanas ou europeias do leste. Isso se justifica pois a associação com outros grupos muito marginalizados era visto como algo negativo para algumas delas. Ao querer se diferenciar das nacionalidades as mais estigmatizadas, as brasileiras trabalhadoras do sexo buscam construir suas posições sociais a partir de valorações positivas.

Além disso, as representações coloniais eurocêntricas sobre as mulheres imigrantes têm repercussões muito fortes na forma como as próprias brasileiras trabalhadoras do sexo se auto-percebem, sempre em relação às “outras”. Com efeito, elas constroem as suas próprias identidades não apenas em relação às mulheres e prostitutas europeias, mas também em relação às prostitutas de outras etnias e nacionalidades. A visão dualista “nós ocidentais” vs. “outros estrangeiros” encontram reiterada dentro do grupo de trabalhadoras do sexo e transformada na dicotomia “nós brasileiras” vs. “elas, africanas e europeias do leste”.

A primeira diferenciação que observei nas falas das brasileiras foi a de distinguir as diferentes comunidades de pertença das trabalhadoras do sexo de acordo com o as suas condições de trabalho e as suas ligações com redes de proxenetismo. Assim, de acordo com Camila, a primeira distinção que diferencia a brasileira das outras nacionalidades é, antes de tudo, que as brasileiras exercem maioritariamente a prostituição de forma voluntária, livre e autônoma por um lado, enquanto por outro as africanas e leste europeias são principalmente exploradas e coagidas por outras pessoas:

“As meninas que geralmente não tem documentos têm muito *maquereaux* [“cafetões” em gíria francesa]. O problema maior para elas é esse. Por isso que elas não falam, por isso que ficam assim. São meninas novinhas, de quinze, dezesseis anos. Se você vem à noite, tá lotado, tem muitas. Tanto as africanas com as dominicanas, albanesas, romenas. Tem muita máfia. Eu, por exemplo, graças a Deus, não tenho *maquereaux*. Eu tenho um filho de oito anos. Nenhuma brasileira tem *maquereaux*. Acho que

somos mais de trinta brasileiras aqui e nenhuma tem. É assim que funciona: vem uma, depois vem outra, depois conhecem um outro lugar e falam entre elas. Eu não sou muito assim. Eu conhecia ela, a Natália, que era mais antiga, mas no Brasil, ela vivia dentro da casa da minha mãe, era colega. Era colega também da minha irmã, e é até agora. Há mais de trinta anos que nos conhecemos. É que o pessoal a gente vai conhecendo. Por exemplo, chega uma brasileira, de repente precisa de alguma coisa, olha como está e assim vai se conhecendo. As brasileiras não têm *maquereaux*, mas agora a maior parte das outras sim, elas têm. Aí é um problema. Tem as “mamas” que prendem os passaportes, prendem tudo. Quase todas elas estão sem passaportes. O problema dessas gurias, quando elas vêm para cá, é que as “mamas”, é assim que se fala, elas seguram o passaporte. E daí as mamas conhecem as famílias delas, de onde elas vêm. Aí quando elas vêm para cá, elas têm que trabalhar para pagar os 30.000 euros para as mamas. A polícia faz o trabalho para pegar, como foi em Paris. A polícia pegou as meninas. Chegam perante o delegado que faz as perguntas, mas elas negam até o final. Porque tem medo das suas famílias, porque essas mamas já sabem onde as famílias vivem e tudo. Aí elas ameaçam. As mamas falam para elas: ‘Se você contar tal coisa, tal pessoa da sua família vai morrer’. Elas vêm ameaçando. Então nenhuma delas abre a boca. Não falam nada. E aí por isso que a polícia não consegue pegar nada. A polícia sabe de tudo, quem é quem, quem faz o que, mas não adianta, sem pegar testemunha, o juiz solta porque não tem prova. Nenhuma delas provam. Então, é esse daí o problema.” (Camila, cisgênero).

De forma semelhante, quando conversava com brasileiras sobre o assunto da cafetinagem, percebi que as distinções de etnia e nacionalidade reaparecia em seus relatos, ao discriminar as “brasileiras autônomas” das “outras cafetinas”:

- Camila: “Aqui tem uma negra que tem mais de dez caminhões, só dela. Só dela! Ela cafetina todo dia e as meninas têm que pagar 50 euros pelo caminhão por dia. Quase todas delas fazem isso aqui. E a polícia sabe, porque elas colocam os carros sem ter o direito de colocá-los. Porque acho que você só tem direito de pôr só 2 carros no seu nome. Acho que elas dão 200 euros para tal outra pessoa botar no nome delas.”

- Natália:- “Não são dois, não! É um caminhão só que você tem no seu nome. E quando as meninas vão embora elas passam o nome delas. Por exemplo, eu compro um caminhão e ponho alguém para trabalhar para mim, depois coloco o nome dela.”

- Camila: “E daí vão se fazendo trocas, entendeu?”

- Natália: “E como tem muitas que não sabem dirigir, elas pagam o condutor. Por exemplo, 80 para pôr o condutor para pôr o caminhão e 50 a diária. Essas coisas todas elas fazem, as romanas, as africanas, as dominicanas. São todas assim, todas cafetinadas assim. Brasileiras não, aqui cada uma das brasileiras tem seu caminhão.” (Camila e Natália, cisgêneros)..

- Ágata: “Por exemplo, se o cafetão estipula “você vai trabalhar aqui”, ela [prostituta] tem que trabalhar e dar dinheiro para ele todo dia, senão ele bate nela. Tem uma aqui que apanha todo dia. Ela chega com os olhos roxos, machucada, a boca toda estourada. Porque não deu o dinheiro para ele. Depende onde ele coloca ela. E tem



que trabalhar e tem que ganhar dinheiro para ele. Acho que com o cafetão você não paga dívida nenhuma, o que ele te oferece é só a “role” e acabou. O resto ele só quer dinheiro, que você se lasque e dá dinheiro para ele. Tem muitos aqui que fazem isso. E eles vão colocando e vão se falando. Em cada lugar ele instala e leva lá. Aqui você vê na mulatinha, tem uma moça bem bonita. Ela é linda. Mas se você olhar bem, vê na cara dela a tristeza de estar no meio da rua, porque sabe que tem um cafetão e que tem que dar dinheiro todo dia. A moça é bonita, alta, com cabelo preto. Bonita essa moça. E está ali. Quando ela não está na praça, ela está para aca naquela curva. Ela faz tudo a pé, não fica igual à gente que anda de caminhão, ela tá sempre a pé. Você vê ela no ponto de ônibus, de vestido e todo mundo sabe. Mas claro, eles passam cuidando. Têm umas que chegam jovens, outras acabadas. Depende da pessoa.”

- Julia: “Essa vida com cafetão não é fácil. No Brasil, nós, dessa turma que tá toda aqui, nunca nenhuma delas teve cafetão. Nenhuma. Eu por exemplo, sempre trabalhava para a família. Eu já tenho desde os vinte e sete anos nessa vida noturna aí e nunca tive cafetão e nunca tiraram a minha carteira.” (Ágata e Julia, cisgêneros).

### **6.3.1.2. Diferenciação de acordo com o gênero: “cafetão” vs. “cafetinas”, “trans” vs. “travestis” e “trans operadas” vs. “trans não operadas”**

Além de discriminar as outras prostitutas de acordo com critérios étnicos e raciais, notei uma clara tendência das brasileiras trabalhadoras do sexo em identificar categorias diferentes de proxenetas, usando o gênero como parâmetro de identificação e valoração do grau de coerção e violência empregadas.

Em primeiro lugar, na classificação dos grupos criminais que exploram as mulheres imigrantes, as redes de proxenetismo da Europa do leste são identificadas pelas brasileiras como sendo as mais brutais de todas. Os exploradores são assinalados como sendo do gênero masculino, e como tendo muitas vezes uma relação íntima e amorosa com as suas vítimas:

“As brasileiras, elas não aceitam os cafetões. Mas a maioria das outras tem cafetão. Todas as romenas, elas têm cafetão. Todas. O marido fica dentro de casa e ela tem que levar o dinheiro. A outra, no outro dia, saiu de baixo da pancada se jogando na frente do carro de polícia. A polícia levou para a delegacia. O marido achou 600 euros dela escondidos, ela estava guardando o dinheiro para fugir. Ele achou e ela apanhou, mas apanhou muito. Mexe com elas, elas pegam o telefone, aparece dois carros com oito homens assim. Quebram os carros dos clientes. E tudo assim. Outra vez apareceram e eu falei: ‘Oh eu sou brasileira, não tenho nada a ver com isso aí, não’. Eu prefiro ficar quietinha no meu canto e não pagar nada para ninguém. Para cafetão nenhum, o dinheiro é meu. Eles dão porradas para elas e acho que não sobra

nada de dinheiro para elas. Para que a outra ficasse escondendo o dinheiro para poder fugir, é ela não deviam aguentar mais nada não.” (Fernanda, cisgênero).

“O caso mais grave são as romenas. A gente conseguiu derrubar uma rede de quarenta pessoas. E aí a própria família colocava as meninas na rua. O próprio pai, a mãe, os tios, os avós exploravam. Eles tinham várias mansões e colocavam as filhas. Ai que horror! Eu fiquei tão horrorizada, tão chocada, eu nunca tinha visto uma coisa dessa. E como se fosse um trabalho de família, como se estivessem esportistas e a família estivesse administrando. Que horror! O problema com as romenas é que os cafetões trazem elas com a finalidade delas trabalhar para eles. Porque a trata é isso mesmo. Eles fazem tudo isso para ter escravas mesmo. Eles não fazem com a intenção de ajudar. É só quando tem a sorte de escapar deles que a polícia dá apoio. Só que elas hesitam, elas demoram anos antes de ter a coragem para falar. Mas eles fazem no sentido mesmo de tirar proveito. Eles não têm intenção nenhum de te ajudar: eles querem se ajudar. Aliás, é nem se ajudar, é ficar rico. Para eles, você é só um investimento, como se estivesse montando um negócio. Impressionante.” (Luiza, cisgênero).

Além disso, no que diz respeito à exploração sexual das mulheres de origem africana, a coação é percebida pelas brasileiras como sendo menos física e mais psicológica, uma vez que se baseia em pressões e ameaças de tipo religiosos. A exploração é identificada como sendo exercida por pessoas do gênero feminino, chamadas “mamas” ou “madames”:

“O caso das Nigerianas não é o mais grave, porque são mulheres que exploram. Elas exploram no sentido psicológico, através da religião. De dizer que elas têm um juramento. Elas têm um dever moral. As Nigerianas são muito jovens sim, mas você vê que elas são muito unidas, que elas brincam. Mesmo que a gente saiba que estão numa situação muito difícil, a gente não tem a impressão que elas são muito infelizes. Porque atrás delas são as mulheres. Eu acho que elas são agredidas nem nada.” (Luiza, cisgênero).

De modo geral, reparei que a noção de proxenetismo e exploração sexual na mente das brasileiras era entendido de forma diferenciada dependendo se era praticado por homens ou por mulheres. Se as cafetinas são muitas vezes vistas como antigas prostitutas, que cobram os pontos na rua, os apartamentos, o aluguel do caminhão ou o gerenciamento dos clientes, geralmente elas não chegam a exigir mais de 50 % dos ganhos das prostitutas. Embora algumas cafetinas possam exercer uma

forma de pressão psicológica nas mulheres, elas raramente se tornam violentas com essas últimas.

No final das contas, as cafetinas são muitas vezes consideradas como benfeitoras que permitiram ajudá-las a se estabelecer e a se integrar no país ou na cidade de destino, como já mencionei no capítulo anterior. Ao contrário, os cafetões são vistos como muito sendo mais cruéis e violentos, e são reputados por extorquir a quase totalidade do dinheiro lucrado lucrados pelas mulheres:

“Quando eu cheguei aqui, cheguei a pagar praças, mas para nós não era cafetinagem. Porque na minha opinião, cafetão é quem te põe num lugar para você trabalhar para ele. Tudo o que você ganha, você dá para ele. Mas o fato de você pagar para estar ali porque a pessoa está lá para te proteger, isso não é exploração. Por exemplo, em vários lugares eu paguei por semana, para estar ali. Porque ali era o lugar dela. Para ela me permitir estar lá no ponto exato dela. Na França eles consideram exploração, mas na minha cabeça, não é. No Brasil, também é considerado como exploração, mas nas nossas cabeças, não é. Para nós que estamos no local, a gente faz a diferença ente o gigolô, o cafetão e a cafetina. Porque cafetina é outra coisa para nós. O cafetão é aquele que explora e toma o dinheiro, já a menina não trabalha mais para ela. O gigolô é quem vive sobre, que aproveita do que ela tem. E cafetina é o feminino de cafetão, mas ela não explora, ela cobra pela despesa da menina. Por exemplo, ela cobra o ponto ou o apartamento, porque ela também tem despesas. Mas ela te cobra para você estar ali. E muitas vezes as cafetinas se prostituem também. Principalmente as brasileiras, elas são putas que envelheceram e se tornam cafetinas. Aqui as mais velhas estão alugando apartamentos para as mais novas.” (Luiza, cisgênero).

Outro tipo de demarcação que se articula em torno da noção de gênero é a forma com que as brasileiras transgêneros se dividem em subgrupos, de acordo com a forma de integrar e interpretar a própria transgeneridade. Em primeiro lugar, percebi que muitas brasileiras que se autoproclamavam “transgêneros” insistiam para serem distinguidas das “travestis”, das “gays” ou das “*drag queens*”, como é foi o caso de Isabel:

- Isabel: “Agora o que acontece: hoje chegam esses monstros homossexuais vestido de mulher que falam que são transgêneros. Tá errado! Eles são transformistas. Olha, você é uma mulher cis. Por exemplo, se você tiver uma hemorragia e tiver que tirar o seu útero, você não vai deixar de ser menos mulher, se você tiver um câncer de seio e tiver que arrancar seu seio, não vai te deixar menos mulher. Porque você é mulher e ponto final. A tua essência é mulher. Ser mulher transgênero é a mesma coisa: é alma e cabeça, não é roupa, não é cirurgia plástica. É a alma, é o comportamento. É a

maneira em que se comporta, é a postura dela na sociedade, como ela vai se impor na sociedade. Isso, sim, é ser mulher transgênero. Eu sou uma mulher transgênero. Eu nasci transgênero. Eu sou assim desde que estava na barriga da minha mãe. Bem desde criancinha. O que eu quero que entenda é que muitas travestis que você vê em realidade são homens! Eu bato palma para o Pabllo Vittar<sup>69</sup>. Porque quando perguntam para ele: ‘Você é uma travesti?’, ele chorou e falou: ‘Eu? Não sou, não, eu sou um *Drag Queen*. Eu me visto de mulher porque me sinto mulher naquele momento do show.’ De repente, ele vai para um cabaret, já tira tudo porque já não suporta mais aquela peruca e aquela maquiagem e ele é o Pabllo. Um homossexual. A orientação sexual dele é homossexual, como a minha, com a dela e como a dela. Por quê? Porque nascemos com um sexo masculino e só temos amor e sexo com outro homem. Agora a nossa identidade de gênero é transgênero. Porque nós somos mulher na cabeça e na alma. E o Pabllo Vittar não é mulher na cabeça e na alma. Ele deixou bem específico isso e achei bonito. Mas esses gays de hoje ficam postando fotos no *facebook* mostrando que é mulher, bota a calcinha e fica ali rebolando. Esses bichos vivem uma vida escondido no armário, se vestem de mulher nas noites, apanham e falam que isso é transfobia. Que transfobia é essa que ela sofreu, se ela é homem?! Não é. Eles saem de noite vestidos de mulher, só isso. Porque gay é uma coisa e transgênero é outra coisa.”

- Rosângela: “Mas como eles têm vergonha, só saem de noite. Aí fazem sacanagem, pegam o homem que está passando na rua no pau, querem se exhibir, querem mostrar que é uma mulher, querem enfrentar a sociedade. Mas como uma travesti. Uma travesti não sabe andar de dia bem-arrumada ou bem-vestida.”

- Isabel: “A Vanessa, que mora aqui, ela chegou com a barba roxa. Aí falava: ‘Minha filha, não existe mulher barbada, a não ser no circo. No circo tem mulher de barba.’ Desde que o mundo é mundo a mulher se depila. Você não vê na sociedade mulher de barba.” (Isabel e Rosângela, transgêneros)..

Nessa conversa, vemos que dentro da comunidade das “trans”, há uma multiplicidade de maneira de definir as categorias de gênero, de acordo com a maneira com que elas se comportarem, se posicionam na sociedade e vivenciam a própria feminilidade no dia-a-dia.

Além disso, em muitas conversas com as brasileiras transmadoras do sexo, tive a oportunidade de abordar a questão da cirurgia de redesignação sexual. Sobre as dezenove mulheres transgêneros que interroguei, apenas duas tinham realizado uma operação cirúrgica de mudança de sexo. Para muitas mulheres transgêneros, a radicalidade e irreversibilidade dessa operação cirúrgica têm um forte efeito de

---

69 Phabullo Rodrigues da Silva, conhecido por seu nome artístico Pabllo Vittar é um cantor, compositor e *drag queen* brasileiro. Par saber mais acesse [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pabllo\\_Vittar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pabllo_Vittar)

dissuasão. Ademais, muitas temem de serem penalizadas economicamente, uma vez que a mudança de sexo pode gerar uma perda de clientela:

“São poucas as trans que fazem a operação, porque é um passo muito grande. Acho que elas pensam no trabalho. Porque elas sabem que depois de operar elas não vão trabalhar tanto quanto as não operadas. E talvez seja a mentalidade mesmo. Porque para operar você tem que estar muito correta, você tem que pensar muito bem porque não é igual um nariz ou um peito que você vai lá e troca caso não gostar ou achar pequeno ou grande demais. Você operou e acabou, não tem mais volta para trás. É uma coisa que muda a vida. No meu caso, essa operação foi muito pensada, eu queria... ser mulher! Eu não queria estar encima do muro, queria ser uma mulher.” (Laura, transgênero, operada).

“Eu nunca fiz a operação. Deus me livre! Eu estou muito bem assim, obrigada! Eu tenho muitas amigas que já fizeram e se arrependeram. Tenho amigas que fizeram e que ficam trabalhando disso e não é tanto dinheiro como antes. Porque os clientes que gostam da gente procuram da gente pelo fato de ter um corpo feminino, um corpo de mulher com algo há mais. Porque se ele quiser a vagina, ele já tem em casa, a esposa. Tenho muitas amigas que se arrependeram e ficaram louca da cabeça. Porque tenho muitas amigas que fazem a operação, mas não fazem o tratamento psicológico ao lado. Porque normalmente você tem que ter um tratamento de dois anos com um psicólogo. Mas tem muitos médicos que se você vem lá com 10.000 na mão, ele te opera e não quer saber se você tem o psicológico correto para operar. Conheço amigas que depois da operação elas descobriram que elas não são aquilo que elas queriam. Tenho amigas que acabaram em depressão, outras que se mataram. Porque isso é uma mudança de vida de 100 %, é muito radical. Tenho amigas que dizem que depois para ter orgasmo é quase impossível. Eu vejo que elas estão assim um pouco fora de órbita.” (Natália, transgênero, não operada).

No imaginário das pessoas transgêneros, essa cirurgia pode ser vista como a etapa final do processo de “feminização”. Porém, ainda assim a maior parte delas fica pensando que o sentimento de identidade é mais mental e emocional do que físico ou corporal:

“Eu até os trinta anos, eu tinha a vontade de operar. Quando eu tomava muito hormônios, me incomodava me ver pelada. Mas aí depois dos trinta, a imagem de me ver pelada não me incomodava mais. Depois dos trinta, eu descobri que meu charme era o que eu sou: uma mulher com isso a mais. E é isso que me traz o fetiche que os homens vem atrás de mim, que me tratam bem, que fazem tudo o que eu quero. Me aceitei e não tenho mais vontade de operar. E também tem o lado sexual, hoje em dia eu estou bem satisfeita com isso. No começo, eu era bem passiva sabe. Mas agora não ligo mais não. É igual quando o homem brinca com o corpo da mulher, ele vai na frente, vai atrás, ele vai em todo e qualquer canto. A gente representa uma fantasia

para os homens, na verdade a maioria deles procuram o lado da frente da gente. Isso me incomodava quando eu tomava hormônios, quando tinha a cabeça de passiva. Hoje em dia, não me incomoda mais. Eu agora sou tanto passiva como ativa. Eu pego o prazer dos dois lados.” (Luciana, transgênero, não operada).

Contudo, tanto as brasileiras transgêneros que fizeram a cirurgia de redesignação sexual como as que não a fizeram, confessaram perceber muitas diferenças de atitude entre as “operadas” e as “não operadas”, relacionadas a maneira de apreender o próprio corpo, de se relacionar com os clientes e de se comportar em sociedade. Assim, existiria uma clara divisão entre esses dois subgrupos:

“As trans operadas, elas mesmas não querem mais ter que conviver com as outras trans. Tenho uma amiga que depois de operar não quis mais ter esse convívio com a gente. Ela só fala: ‘oi’ para a gente, mas não tem mais aquela coisa de sair juntas, de ir para o restaurante juntas. Acho que elas mesmas se excluem da gente. É complicado. No grupo da gente, das trans, é muita disputa porque a gente não é unida, é uma falando mal da outra, é uma quer ser melhor que a outra. Ser mulher não é só peito ou bunda, também tem que ter a consciência. Não é só botar peito de silicone, é o psicológico, é o comportamento. Tudo vem de dentro para fora. (Natália, transgênero, não operada).

“Os transexuais gays eles falam que se pudessem escolher, eles escolheriam nascer mulher. Eles gostam do universo feminino. Mas são tão machistas, que eles não se dão conta do resto. Eles gostam de quê? Da mulher perfeita, maravilhosa, aquela coisa. Mas aquela mulher que sofre, que tá lá na pobreza, que cuida dos filhos, que o marido dá na cara, que sai e trai com outra mulher. Aí não querem mais ser mulher! Aí eles não gostariam mais de ser mulher. A mulher que eles têm na cabeça é aquela mulher linda, maravilhosa e bem-casada. O país é muito machista e hipócrita, que até os gays são machistas. O meio transexual aqui é muito machista, eu fico pensando. Às vezes, as outras trans [não operadas] me falam: ‘você não pode fazer isso’ ou ‘não pode se comportar de tal forma’. Mas por quê?! Eles acham que por eu ter uma vagina não posso fazer as mesmas coisas do que eles. Esse mundo é falocêntrico.” (Flávia, transgênero, operada).

Os principais elementos de diferenciação entre as transgêneros que realizaram a cirurgia de redesignação sexual e aquelas que não realizaram dizem respeito ao conteúdo das conversas entre elas, no pudor no modo de falar e a elegância no modo de se expressar. As mulheres trans não-operadas são consideradas por aquelas que foram como muito grosseiras e indecentes, pelo fato delas fazerem piadas sobre isso e

contar de forma detalhada e exagerada suas performances sexuais. Parece que as visões dualistas típicas da heteronormatividade são interiorizadas e reincorporadas dentro do grupo de pessoas transgêneros, associando qualidades tradicionalmente femininas, como a discrição e a delicadeza às pessoas transgêneros operadas por um lado e qualidades historicamente ligadas à virilidade, como o fato de se exibir às pessoas transgêneros não operadas por outro:

“Tem muitas diferenças entre as trans operadas e não operadas. Porque as trans operadas e não operadas conversam de coisas diferentes. As não operadas ainda têm aquela coisa de masculinidade. Elas ficam falando do que elas fizeram com os clientes: ‘Eu fiz, isso, isso e depois isso’. Coisa que as operadas não podem fazer. A conversa é diferente: a conversa delas é diferente da nossa. E as trans não operadas, elas não gostam muito de estar no meio da gente [as trans operadas]. Mas eu acho um pouco que isso é de medo da inferioridade. Pela gente estar um pouco acima delas. Porque a gente operou, trocou de nome, trocou de estado civil. E elas se sentem inferiores porque elas não tiveram a coragem de fazer a operação, porque a gente pode entrar em qualquer estabelecimento e apresentar o nosso documento e tá escrito mulher. Mesmo que agora, elas podem mudar de nome e de sexo, lá no fundinho elas se sentem inferiores. Eu percebi muito isso tendo conversado com as meninas. E a gente também, as operadas não são muito de se misturar com as não operadas. Porque é um sofrimento operar, é muito doloroso, é uma cirurgia horrível. E depois que a gente opera a gente não quer estar mais naquele meio assim sabe. É diferente. Par quem está de fora, pode parecer que não, que é tudo a mesma categoria, mas entre a gente e elas tem diferenças. A gente pode ser amiga, a gente pode sair junta, mas sempre tem algum atrito. Tem sempre uma forma de exclusão. Tipo assim: ‘Ah vamos fazer uma festa, vamos convidar uns dez homens’. ‘Aí mas os homens que vão vir gostam só da gente, não gostam das operadas, então não convida as operadas.’ Entendeu, é isso entre a gente. E a gente também entende normalmente os homens que se relacionam com as operadas não são os mesmos que se relacionam com as operadas. Claro que o homem é um bicho estranho né, é curioso. Mas o homem que gosta de estar com a gente, eles pensam diferente. Eu percebi que os homens que se relacionam com as operadas não encaixam direito com as não operadas. Porque eles veem as operadas de um modo e as não operadas de um outro modo. Não sei se é positivo ou negativo mas eles veem a gente diferente.” (Laura, transgênero operada).

No seu discurso, Laura afirma que as pessoas transgêneros não-operadas sentem uma forma de inferioridade, pelo fato de não ter “finalizado” o processo de transformação de gênero. A fala de Laura é mais um exemplo de como as

trabalhadoras do sexo transgêneros constroem um sistema de valoração hierárquico com base nos significados associados a transgeneridade.

Depois de termos analisado os pensamentos dualistas que permeiam os discursos das trabalhadoras do sexo, vamos agora estudar de que forma seus relatos apresentam elementos que nos permite identificá-las como “vítimas” de tráfico e exploração sexual ou como “culpadas” de proxenetismo.

### **6.3.2. Das vítimas traficadas às culpadas de exploração sexual**

#### **6.3.2.1. Exemplo de vítima de tráfico e exploração sexual**

“Não são todas as brasileiras autônomas. Por exemplo, na Holanda, eu conheci uma rede de proxenetismo que tinha várias moças brasileiras trabalhando para o mesmo cara, que era um cafetão. Ele pegava as meninas nas cidades pequenas do interior, iludia primeiro, fazia todo um trabalho psicológico primeiro encima. As iludia, as levava para passear, chegava com aquele carro chique. É desse jeito que ele conseguiu aliciar umas dez. Eu vim umas dez garotas todas jovens trabalhando para ele. Todas jovens, todas ingênuas que vem de cidades do interior. Não é como a gente que vem de cidade maiores.” (Luiza, cisgênero).

O relato de Luiza apresenta similitudes muito grandes com as histórias divulgadas pelos discursos abolicionistas, que ressaltam a figura da vítima vulnerável e ingênuo. Com efeito, essa narração faz eco às histórias sensacionalistas divulgadas pelas mídias sobre a manipulação e o abuso da inocência de jovens mulheres pelos traficantes.

Durante o meu trabalho de campo, fiquei me perguntando se eu iria conseguir encontrar uma brasileira que tinha vivenciado uma experiência de tráfico e exploração parecidas com aquelas descritas pelos discursos abolicionistas. Se a quase totalidade das brasileiras que entrevistei durante o meu trabalho de campo na França tinha vindo ao país de forma voluntária, com a ideia de trabalhar na prostituição, uma brasileira se destacou do grupo, pela excepcionalidade da sua história biográfica. De fato, Lúcia apresentava uma trajetória semelhante aos casos de tráfico e exploração



sexual, no sentido de que tinha sido vítima de manipulação, coerção, sequestro, exploração e violência psicológica.

Quando vi Lúcia entrar na sala de espera da associação, ela parecia tímida e introvertida. Tomei coragem, me aproximei dela e expliquei o objetivo da minha pesquisa. Pude perceber que minha apresentação despertava sua curiosidade, pois ela parece ter realmente vontade de conversar comigo, mas alguma coisa a impedia de falar, como se fosse medo ou a desconfiança. Essas duas energias contrárias me deixaram perplexa: por um lado, sentia que ela estava feliz de poder conversar comigo, mas por outro, sentia que ela desconfiada. Me dei conta logo que ela tinha um perfil diferente das brasileiras que tinha interrogado até agora. Ela abriu a conversa afirmando que não podia falar. Não obstante, ela continuou falando, e parecia que lhe fazia muito bem.

À medida que ela contava a sua vida, eu ficava tentando reunir os elementos do seu discurso para dar coerência a sua biográfica. Entendi que ela foi traficada e explorada sexualmente. No começo, ela mencionou isso por meias palavras, mas poucos minutos depois, a sua fala se liberou de forma muito rápida e incontrolável. Percebi que fala a aliviava de um peso. Ao ver que eu não ficava surpreendida pela sua narrativa e que acreditava nela, ela continuou me contando cada vez mais detalhes. Ela acabou me perguntando como eu poderia melhorar a sua situação jurídica. Expliquei a ela que era seguro confiar na associação, que os funcionários costumavam atender migrantes sem documentos e que eles não iriam denunciá-la para a polícia. Expliquei a ela que, na França, mesmo as pessoas não regularizadas tinham direitos e sugeri a ela a contar tudo para os funcionários da associação. Assim, ela poderia entrar em contato com um advogado. Vejamos agora algumas partes do seu relato:

“Eu tô querendo voltar para o Brasil, mas tenho que correr atrás de alguma forma para eu conseguir documentação, voltar para lá e recomeçar de zero, para fazer o que eu vim querendo fazer realmente. Eu sou chefe de cozinha. E eu vim para cá fazer cozinha para depois voltar. Tipo isso. Mas aí, quando cheguei aqui, foi totalmente

diferente. Eu até trabalhei em restaurante brasileiro, mas não pude ficar porque era muita exploração para nada, trabalhava demais para pouco dinheiro. E por causa da documentação, era complicado. Eu fiquei em um restaurante durante três meses primeiro. Ai depois desandou tudo. E agora não posso voltar para o Brasil. Mesmo se eu vou agora, eles falaram que não podia ficar mais aqui. No Brasil, eu nunca trabalhei com prostituição. Porque eu era casada. Eu saí do meu emprego sonhando. Eu fiquei imaginando as coisas, cheguei aqui e foi outra coisa. Eu vim aqui para aprender sobre culinária! Que era para a minha profissão. Com nenhum outro objetivo. Eu só soube que ia me prostituir só quando cheguei na França. Muitas pessoas não tão nem aí de ficar preocupadas pelos familiares saberem, porque vem aqui para fazer isso, mas, no meu caso, só vim sonhando. Eu vim com o meu dinheiro. Mas o meu problema foi eu ter vindo para aqui na França com uma pessoa que já tava na intenção de... sabe... Então, foi mais por isso. Foi uma pessoa que morava na minha cidade, que falou que ia me ajudar. Ele fingiu ser uma pessoa boa, até chegar a um ponto que ele não conseguia mais fingir que ele era aquilo. Ele acabou me falando a verdade, que ele me trouxe para isso.” (Lucia, cisgênero).

Vemos, então, que Lúcia não tinha ideia que ia trabalhar no meio da prostituição e que foi vítima de manipulação afetiva por parte de um proxeneta. Ela confessou ter sido enganada por ele, pois pensava que ia trabalhar na sua área profissional, como chefe de cozinha:

“Ele fez tudo planejado, sabe. Eu nunca imaginei. Ele mentiu para mim, me falou que eu ia ter uma boa formação na cozinha para a minha profissão. Ele me falava que com seis meses, eu ia a conseguir um visto de trabalho. Ele falou tudo o que queria ouvir (voz quebrada). Ele falou que queria me ajudar em tudo o que queria fazer aqui, para chegar aqui. Ainda bem que consegui fugir! Porque eu escapei. E até hoje eu me escondo dessa pessoa. Até hoje eu fico desconfiando muito. Mas eu fui me escondendo, porque nem sei o que ele poderia fazer. Talvez ele pense que eu voltei para o Brasil, ele não sabe. Eu só sei que eles [os cafetões] falam muitas coisas e que a gente acredita, sabe. Olha, eu não sou burra, mas, ao mesmo tempo, eu fui burra, entende? Como que uma coisa dessa aconteceu comigo? Mas aconteceu... Mesmo a pessoa mais esperta do mundo, ela cai nessa. Parece que ele fez psicologia justamente para penetrar na mente da gente para você cair dessa. Tinha uma outra menina comigo, que ficou lá. Mas ela já veio já para isso, sabendo. Um certo dia, quando eu fiquei sem nada mesmo, nada de verdade, que nem tinha dinheiro para eu comer, ele chegou e me falou: ‘Olha, agora você vai ter que fazer isso [a prostituição], tal, tal e tal’. Ele chamou ela e ela falou tudo, o porquê que ela tinha vindo para aca. Sabe. Essas coisas todas...” (Lucia, cisgênero).

Aqui, vemos que o recrutamento bem como a outras etapas da exploração repousam em um mecanismo de manipulação psicológica constante e profunda.

Nesse caso, a influência psíquica do cafetão se embasou no desespero econômico e emocional de Lúcia, uma vez que esperou o último momento em que ela se encontrasse na situação mais crítica possível para não deixar mais opção para ela, a não ser de se prostituir. Embora não houve coerção física, o proxeneta exerceu uma pressão de ordem psicológica, ameaçando-a de jogá-la na rua caso não aceitasse o trato. Nesse contexto, a extorsão de dinheiro fez parte de uma estratégia para que Lúcia se encontrasse numa situação de total dependência:

“Ele tirou muito dinheiro. Eu não tinha mais nada, e eu não tinha ninguém, não tinha casa, não tinha comida, nada. A minha sorte foi que eu trouxe dinheiro. Mesmo se ele tomou muito. Quando eu cheguei, ele pediu muito dinheiro, falando que tinha que comprar isso, aquilo e aquilo outro. O aluguel, sabe, essas coisas assim. Aí ele fez de propósito para eu ficar sem nada, para não ter outra opção. Ele sempre me pedia dinheiro, estava dando uma certa pressão. E eu sabia que o dinheiro estava acabando o dinheiro ali. Eu dava muito mais da metade para ele. Para eu ficar sempre dependente dele. Entende?” (Lucia, cisgênero).

O controle do cafetão sobre Lúcia foi possibilitado por meio de um sistema de chantagem. Além da ameaça de denunciá-la para a polícia caso tentava escapar, ele a ameaçava de revelar para seus familiares a verdadeira atividade dela na França. Por medo de eventuais represálias físicas em seus parentes no Brasil e da reação de seus pais se soubessem que ela estava se prostituindo, Lúcia se manteve nessa situação de submissão e dependência diante do seu cafetão:

“Ele começou a falar que se eu não fizesse isso [a prostituição] para ele e se tentava fugir dele, ele ia me denunciar para a polícia e que meus pais iam a saber. Eu estava precisando de dinheiro. Estava ferrada. Na cozinha, eles estavam me explorando de qualquer jeito. E eu estava cansada. Qual era a outra opção? O que podia fazer? Era ele que arrumava os clientes, ele fazia tudo. É como se ele tivesse planejado tudo certinho, sozinho. Ele pega as meninas assim sem recurso, que não tem absolutamente nada. Eu ia a pedir o que para meu pai e para minha mãe? Como que eu podia pedir dinheiro para meus pais já que eu estava trabalhando aqui na cozinha, sabendo que eu menti para eles? Eu não queria falar. Depois das ligações com meus pais, eu sempre pensava que tinha que ir embora e que tinha que ter falado para eles, mas não podia. É foda. Ele não foi ver a minha família e tudo mais. Só que ele conhece pessoas lá, entendeu. Então, era o tipo de medo que eu tinha. Não me importa tanto as ameaças que ele faz comigo tipo: ‘Vou te matar e tal’, mas mexer com a minha família, sabe, coisas do tipo, isso, não! Meu Deus, o meu pai morreria se ele soubesse uma coisa assim. Até me arrepiava. Eles

são muito crentes. Até eles enfartariam, por isso que deixei as coisas para lá, sabe. Eu ficava com medo que ele falasse para a minha família.” (Lucia, cisgênero).

Nesse caso, poderíamos avançar o argumento de que o cafetão e aproveitou do sentimento de vergonha e de culpa de Lúcia para pressioná-la e explorá-la sexualmente. Em um contexto social em que o trabalho sexual é moralmente reprimido, o medo de decepcionar seus pais crentes e conservadores contribuiu em mantê-la nessa armadilha. De certa forma, podemos afirmar que é a condenação moral da prostituição pelas sociedades patriarcais contemporâneas que contribuem em oprimir as mulheres e mantê-la na posição de vítimas de tráfico e exploração sexual.

O medo permanente e onnipresente de Lúcia se revelou através do próprio som e do volume da sua voz: ela falava com uma voz muito baixa e olhava para todos os cantos da sala durante a entrevista. Assim, o medo de estar sendo perseguida pelo seu antigo cafetão explicava a alta desconfiança que Lúcia demonstrava nos primeiros momentos da entrevista. No trecho seguinte, podemos perceber o estado de confusão e paranoia de Lúcia ao pensar no seu antigo proxeneta, mesmos vários meses após ter fugido dele:

“Agora não sei se com o cara do restaurante era do mesmo jogo, eu não sei. Ou se a coisa do restaurante foi também manipulada... Não quero nem pensar. É um monte de coisas. Mas já é passado! Provavelmente, eles eram todos no mesmo grupo. Esse cara mora numa cidade pequenininha. Eu ando com medo nas costas. Ainda hoje eu fico com muito medo dele ligar alguém no Brasil e a minha família saber. E nem sei onde ele está agora. Eu não conheço ele de verdade, então pode ser que ele tenha casa aqui, que ele tenha conhecidos aqui. Mas só de sair de lá e chegar aqui, eu já estou feliz. E fui eu com nada. Não tinha nada mesmo. Agora tenho que recomeçar tudo do zero. Tentar fazer tudo certinho para ter a documentação e tentar fazer o que eu vim para fazer. Mas agora sempre fica esse medo. Eu não sei mais nada desse cara. Se ele falou para a fulana. Se ele ainda está me procurando. Sabe, essas coisas. Não sei. Não sei mesmo.” (Lucia, cisgênero).

Em suma, através desse relato, podemos identificar elementos característicos de uma situação de tráfico e exploração sexual. Com efeito, a manipulação psicológica, a chantagem, as ameaças e a extorsão de dinheiro nos leva a pensar que

Lúcia entra no arquétipo da “vítima”, tal como descrito pelos discursos alarmistas e divulgado nas medias sensacionalistas.

Contudo, ao longo da minha imersão no campo da prostituição em Paris, Lyon e Toulouse, me encontrei também face a situações ou perfis de brasileiras trabalhadoras do sexo que coincidiam com as representações comuns associadas à figura da “proxeneta”, como veremos a seguir.

### 3.3.2.2. Exemplos de cafetinas ativas na prostituição de outras

Durante a minha imersão no campo na França, o assunto da cafetinagem surgia de modo muito recorrente nas conversas com brasileiras trabalhadoras do sexo cisgêneros e transgêneros. Se um pouco menos da metade das minhas interlocutoras realizaram a viagem para Europa de forma autônoma, ou seja, sem recorrer a passadores ou traficantes, quase totalidade dela passaram por uma situação de exploração sexual uma vez que chegaram aos países de destino.

Com efeito, como já mencionado ao longo da pesquisa, para se estabelecer na França ou outros países europeus, a grande maioria das brasileiras que interroguei recorreram à “contatos” ou “amigas” da mesma comunidade. Além de pagar as despesas relacionadas a alojamento, comida, gestão dos clientes, viagens de táxi, muitas delas tiveram que pagar 50 % dos ganhos dos programas sexuais para suas cafetinas. Vejamos o relato seguinte, que é muito esclarecedor do funcionamento do sistema de cafetinagem:

“É desse jeito que a gente começou: ele [outro cafetão] pegava apartamentos e a gente dividia o dinheiro. A gente sublocava 600 euros por semana para cada pessoa que morava nos apartamentos. A gente pagava tipo um aluguel de 1300 reais para um apartamento de quatro salas, com dois quartos e a gente colocava três pessoas no apartamento para elas se prostituírem. A gente colocava os anúncios para elas e tudo mais e aí era 50 % para elas e 50 % para nós de tudo que entrava de pagamento de diária. Mas depois de um tempo o proprietário descobriu e quis se aproveitar também. E como se ganhava muito bem naquele então, o proprietário passou a exigir que a gente pagasse a metade para ele, os 50%. E aí as pessoas começavam a se prostituir e pagar também uma taxa por dia. E como as pessoas procuravam lugares para se prostituir então tinha muita procura e aí eu fui pegando mais apartamentos. Aí

óbvio que chegaram alguns problemas para resolver. Houve confusão, houve brigas. E aí veio a denúncia por proxenetismo, foi usada a lei de proxenetismo. Então eu tive que sair do país. E fui para outro país. E naquele outro país primeiro comecei a trabalhar nos apartamentos fazendo metade - metade, os 50 % e logo depois comecei a pegar outros apartamentos.” (Karina, transgênero).

Aqui, vemos como os/as proxenetas passam a exigir casa vez mais dinheiro, se aproveitando da situação de vulnerabilidade, precariedade e clandestinidade das migrantes trabalhadoras do sexo. Nesse caso, os dois cafetões se beneficiam da baixa oferta de apartamentos disponíveis para alugar e da irregularidade administrativa das migrantes prostitutas para se enriquecer pessoalmente.

Outros atos considerados pela lei como ações de participação ou apoio ao tráfico e prostituição de outro é o fato de pagar a passagem aérea ou alugar um quarto para uma pessoa que exerce a prostituição:

“Eu fiquei nove meses em Paris. Eu estava com destino lá. Eu tive que ir embora rápido, porque senão na próxima vez me pegavam e me davam deportação. Porque, todavia, não tinha a cidadania. Tinha só o passaporte brasileiro. E daí passei a data de vir embora. A primeira vez eu fiquei 11 meses, correndo toda hora da polícia. E depois fui para Brasil, voltei e fiquei de novo 8 meses alguma coisa assim e depois voltei de novo. E aí da terceira vez eles fecharam nosso mato e não deixaram mais entrar por lá. Daí fiquei dois anos no Brasil sem poder sair, porque não tinha dinheiro lá. E daí achei uma amiga que queria vir para conhecer a Espanha. E como eu tinha um carro, eu falei para ela: ‘vamos vender esse carro e vamos embora. Eu pago a passagem de você com esse dinheiro do carro e depois você me paga lá’. Aí tudo bem, fomos para Espanha, pois ela queria conhecer a Espanha.” (Natália, cisgênero).

“Eu tive um amigo meu brasileiro, que havia muitos anos que morava aqui no bairro. Ele morava com uma amiga minha na minha casa. Ele fez um cliente, desceu e demorou um pouco. A minha amiga pensou: ‘Será que ele foi preso?’. Depois de cinco minutos, ele subiu com a polícia, ele estava algemado. Não era um problema nem comigo nem com a minha amiga: ele era procurado. Fazia três anos que eu não via essa pessoa. Mas ele foi ficar lá em casa e ele trabalhava muito junto com a minha amiga. Ele foi preso. Dali, os policiais pegaram meu passaporte, me perguntaram porque que ele estava lá dentro e não sei quê. Mas se era procurado, era problema dele! Daí, eu fiquei preso por dois anos, só por ele estar dentro da minha casa. Resolvi o que eu tinha que resolver e fui embora. (Daniela, transgênero).

Contudo, essas histórias foram as poucas em que a exploração se desvelava de forma tão evidente tão direta. Com efeito, a grande maioria das brasileiras

trabalhadoras do sexo desenvolveram relações muito mais ambivalentes com as suas cafetinas. Como vimos no quarto capítulo da presente tese, as brasileiras entrevistadas não identificam essas pessoas como traficantes ou exploradores, mas bem como “contatos” ou “amigas” que as ajudam a se estabelecerem na França. No final das contas, me dei conta que algumas das pessoas interrogadas podiam até serem pensadas ao mesmo tempo como vítimas e criminais, e/ou como oprimidas e transgressivas.

### **6.3.3. Quando vitimização e criminalização se misturam nas experiências pessoais das brasileiras trabalhadoras do sexo**

#### **6.3.3.1. Vítima e criminal**

Ao longo da minha imersão no mundo da migração e da prostituição brasileira na França, encontrei mulheres cisgêneros e transgêneros que passaram pelas mesmas situações em que estavam simultaneamente eram “vítimas” e “criminosas”. Assim, a partir da análise de elementos biográficos, resalto as trajetórias de duas brasileiras trabalhadoras do sexo que foram ao mesmo tempo objetos e autores de tráfico e exploração sexual.

Vemos, no primeiro momento, a história da Ágata e a ambiguidade com que ela se posicionou frente as várias situações. Se por um lado, podemos afirmar que Ágata foi vítima de exploração sexual, na medida em que pagava mais da metade do que ganhava para pessoas intermediárias, ela era, entretanto, ativa e voluntária no processo de procura desses “contatos”. Ela alternou entre momentos de trabalho sexual explorado e trabalho sexual autônomo, dependendo das oportunidades da sua rede de contatos e dos lugares onde ela exercia a prostituição. Esse vai-e-vem entre as categorias de “prostitua explorada” e de “trabalhadora do sexo autônoma” a desloca continuamente do arquétipo da “vítima forçada” para o arquétipo da “prostituta transgressora” e vice-versa:

“Eu cheguei em Portugal, tinha vinte e sete anos. Eu vim sabendo o que eu ia fazer. Quando eu vim para França a primeira vez, eu tinha uma cafetina. Eu trabalhava ‘meia meia’: de tudo o que fazia, eu tinha que dar a metade para ela. Porque eu trabalhava no apartamento dela. Depois eu fui embora. Eu tinha uma amiga e o marido dela tinha uma casa. E pronto eu fui trabalhar nessa casa. Paguei três vezes o valor da passagem. Depois, pronto, sai de lá, comecei a alugar meu apartamento e trabalhar para mim. Depois casei, mas sempre continuei trabalhando. Nunca parei e o meu marido sabia. Depois me divorciei. Depois eu comecei só em apartamento, sempre para mim. Depois, a partir de 2008 comecei a vir para França, para Alemanha, para Itália. E daí que comecei a viajar muito.” (Ágata, cisgênero).

Embora Ágata passou por situações de real exploração sexual, ela me deu a sensação de ser uma mulher muito livre e independente. Fiquei impressionada pelas várias experiências que Ágata tinha acumulado na prostituição, pela quantidade de países europeus que ela conhecia e pela facilidade com a qual se deslocava de um lugar para outro. Observei que as suas viagens seguiam um padrão específico: primeiro ela chegava pelo intermédio de um “contato”, que ela pagava em troca da ajuda e dos serviços recebidos (hospedagem, conhecimento da língua local, gestão dos clientes e dos deslocamentos etc.), ela ficava algum tempo se estabelecendo no novo lugar e, se as condições de exploração não a satisfaziam completamente, ela saía da sua situação de exploração e começava a se prostituir por conta própria:

“Depois fui para Itália. Fui para Itália umas duas vezes. Fui a primeira vez, ganhei dinheiro, voltei para Portugal e depois fui de novo. Na Itália, tava meio fraco e daí liguei para uma amiga minha que me falou que tinha um contato. Era uma mulher que tava procurando meninas lá na Alemanha. Aí eu liguei para a menina na Alemanha. Eu peguei e falei: ‘Então tá, vou para Alemanha’. Fiquei nessa casa durante três dias. Nessa casa, tinha mais duas brasileiras que ela tinha pegado. Sorte que uma delas falava inglês, porque eu não falava nada. Só que a gente não estava cadastrada na Alemanha e os clientes não chegavam. Ela cortou a internet para a gente não poder... Enfim... Eu fui ligando para amigas e amigas desesperada. Daí liguei para uma brasileira em outra cidade e ela me falou: ‘Vocês pegam o trem e vem’. Fui eu e levei essas duas outras comigo! [rindo] Ai fomos embora todas de trem! Daí fomos parar na casa dessa brasileira que antigamente ganhava muito dinheiro, mas tava meio faladinha. Embaixo era sauna, em cima era tipo boate. Eu peguei, já coloquei uma amiga, que não falava nada, então falei para ela de vir junto comigo. Aí trabalhamos eu e ela, com ele. Ganhamos dinheiro. Aí ficamos uns dois dias nessa casa, mas depois já não trabalhava mais à noite, só trabalhava de dia, porque lá os clientes batiam na porta. Eu fiz um dinheirinho, comprei a minha passagem para Portugal e elas foram embora. E pronto, foi isso.” (Ágata, cisgênero).



Porém, ainda que Ágata tivesse sido objeto de exploração sexual nos primeiros momentos em que ela chegava e se estabelecia na nova cidade de destino, ela também participava na prostituição e exploração sexual de outras pessoas prostitutas. De fato, por ter ajudado e acompanhado duas brasileiras nos seus deslocamentos para outra casa de prostituição, ela entrou na pele de um proxeneta intermediário. Diante da lei francesa, Ágata organizou e facilitou a prostituição de outros, uma vez que as ajudou a se deslocar e as levou para uma casa de prostituição na Alemanha.

Além disso, em outro momento da entrevista, ela confessou ter ficado com a máquina de cartão de crédito e com as chaves dos quartos de outras mulheres prostitutas na Suíça. Isso a colocava claramente numa posição de “cafetina”, que organiza ativamente a prostituição de outros:

“Eu sempre tive apartamento em Portugal para trabalhar, então quando eu chegava, já no outro dia, ia trabalhar no apartamento. Eu fui umas três vezes para Suíça e umas três vezes para Alemanha, mas sempre voltava para o Portugal. Na Suíça, eu fiquei muito tempo. Nos outros lugares eram praças de tipo quinze dias e depois eu voltava. Lá na Suíça, eu ficava tipo um mês e meio e depois voltava uma semana no Portugal. Mas na Suíça eu ficava louca porque lá, eu ficava com as chaves dos quartos das meninas, porque elas perdiam as chaves o tempo todo. E ficava também com a máquina de cartão de crédito. Então eu não dormia.” (Ágata, cisgênero).

Analisamos agora o caso de Fernanda, que foi ao mesmo tempo “vítima” de exploração sexual e “culpada” pela falsificação de documentos oficiais. Em primeiro lugar, de forma similar a história de Ágata, se Fernanda foi objeto de exploração sexual, ela foi, entretanto, ativa no processo de negociação das condições do contrato que a ligava com a sua cafetina. Assim, depois de ter pago sua “praça” na rua e ter dado 50% do que ganhava para a sua cafetina durante um certo tempo, Fernanda julgou que o trato “econômico moral” que a vinculava com a sua cafetina tinha sido cumprido e que então ela tinha “direito” a começar a trabalhar de forma autônoma.

Como vimos no terceiro capítulo sobre as “economias morais” entre as trabalhadoras do sexo e suas cafetinas, os pactos econômico-morais são regulados e

negociados entre as duas partes, de acordo com regras comuns, expectativas morais e considerações sobre o “justo” e o “injusto”:

“Cafetões nunca tive, Deus me livre! Cafetina já... Mas não era cafetina. Era troca de favores, né. Porque eu não podia chegar aqui trabalhando. Então, tinha que trabalhar com alguém. Então, eu trabalhava com a mais velha, e dividia, dava 50% para ela. De tudo o que fazia dava 50% para ela, para pagar o ponto. Aí depois de um certo tempo, falei: ‘oh, já paguei, eu não vou pagar mais nada, já estou velha! Vai pegar das outras meninas novas porque eu não vou dar mais nada, já era!’ Era 50 euros do caminhão, mais 50% do que ganhava. Fiquei quase um ano pagando para ela. Não tem um acordo, depende da pessoa, entendeu. Eu mesmo que falei: ‘basta!’ Ela respondeu: ‘Não, você não vai trabalhar aqui sozinha’. Eu falei: ‘Vamos ver! Porque eu já paguei minha praça. Minha praça já tá paga. Eu trabalhei um ano te dando dinheiro da minha periquita. Já comeu daqui durante um ano, chega! Acabou.’ Aí brigamos feio. Porque se você vem no lugar, estaciona o caminhão, as outras vêm e não deixam você ficar, entendeu. Agora eu posso parar aonde quiser, ninguém se mexe comigo porque já paguei a minha praça. Não divido nada com ninguém”. (Fernanda, cisgênero).

No entanto, se Fernanda foi realmente vítima de exploração sexual, ela também jogou um papel de criminosa, na medida em que teve que falsificar seu contrato de trabalho e o passaporte do filho dela. As medidas políticas de repressão da prostituição e de restrição da imigração na França a obrigaram a atuar de forma ilícita:

“Agora, eu já tenho documento português, a carta de condução portuguesa. Tenho também um título de residência. Uma que conheço todo mundo lá, outra que não faço nada errado, sempre pago tudo certinho. E agora não faço mais contrato, faço como se fosse autônoma, como se eu fosse massagista. Porque também faço massagens, mas não trabalho de massagens, né. Mas faço como massagista e eu passo recibo verde lá em Portugal, entendeu? ” E eu coloquei meu filho para trabalhar, já. Ele trabalha numa grande loja. Comprei documentos portugueses para ele trabalhar. E aí, ele vai pagar impostos para no futuro conseguir documentos certinhos aqui. Porque aqui na França para os estrangeiros é assim: se você arruma um documento falso para trabalhar numa empresa aqui, ou seja, se você faz o documento só para trabalhar aqui, para você sobreviver aqui, para comer e pagar o aluguel, você pode depois dar entrada no documento oficial.” (Fernanda, cisgênero).

Os relatos de Ágata e Fernanda são muito reveladores das posições ambíguas e eventualmente contraditórias em que elas encontraram na França. Esses exemplos nos mostram como as dificuldades da vida cotidiana das brasileiras trabalhadoras do

sexo as coloca em situações muito complexas, engajando-as ao mesmo tempo em processos de vitimização e de criminalização.

### 6.3.3.2. Nem vítima nem criminosa

Embora certas brasileiras trabalhadoras do sexo confessassem terem sido “vítimas”, “culpadas” ou “transgressoras”, a grande maioria não se reconhece como tal. De fato, a quase totalidade das minhas interlocutoras brasileiras cisgêneros e transgêneros recusaram estar reduzidas à tais categorias.

Por um lado, me dei conta que as pessoas prostitutas que interroguei não se consideraram como vítimas, mesmo as que passaram por situações de tráfico e exploração sexual evidentes. Por exemplo, apesar de algumas delas lamentavam dos preconceitos, racismo, machismo e transfobia da sociedade em geral, a grande maioria não se identificou como vítima dessas forças estruturais. Em vez disso, elas afirmam terem sido autoras ativas das suas vidas e terem escolhido de forma autônoma seus próprios caminhos. Vejamos o relato de Mariana, a respeito disso:

“Eu vim com vinte e cinco anos para Espanha. Antes disso, no Brasil trabalhava normal, fui casada e tinha uma vida normal. Trabalhava normal. Não cheguei a fazer a faculdade nem nada, mas tinha uma vida legal. Não era má a minha via. Não tenho uma história triste, não, a minha história é uma história feliz e boa. Não é uma história triste, não. Toda vida foi assim: sozinha. Toda a vida tomei as minhas decisões sozinha. O que eu estou te falando, é que eu com a minha família me dou super bem. Eu tenho muita saudade porque a gente é uma família muito bonita. Então, é o que eu falo eu não tenho assim uma história triste com a minha família. Eu tenho um bem estar bonito com a minha família.” (Mariana, cisgênero).

Durante a entrevista toda com Mariana, ela não parou de repetir que não tinha uma história família traumática e que ela estava bem assim. Eu interpretei essa insistência por parte dela como uma vontade de se extrair do estereótipo da vítima inocente e vulnerável que teve uma infância infeliz ou que foi abusada sexualmente, tal comumente descrita pelos discursos abolicionistas.

Por outro lado, outras brasileiras que ganharam dinheiro com a prostituição de colegas negaram terem sido autoras de exploração sexual de outros. Ao invés de se

autoidentificarem como “cafetinas”, muitas se consideraram como “protetoras” ou “amigas”. Na conversa seguinte, vejamos como Natália fica indignada de ser suspeita e perseguida pela polícia por suspeita de proxenetismo, enquanto ela confessava receber a metade das receitas dos programas sexuais realizados por Camila. Natália não considera o fato de receber dinheiro da prostituição de Camila como uma forma de exploração sexual, mas sim como uma recompensa pela ajuda, proteção, troca de dicas e sugestões, gestão dos clientes e cuidados que ela confere à Camila:

“A polícia vai vir e que vai pegar. Tem mais de cinquenta africanas aí que eu sei, que têm dez caminhões alugados e a polícia não fala nada. É isso que não entendo. Depois entraram as dominicanas, tem a máfia que tem todos os caminhões alugados pelas dominicanas e a polícia não consegue pegar. Eu não entendo isso! E eles vêm perturbar a nós porque trabalhamos nós duas. É só para ganhar um pouco, já que sou velha e ninguém mais me quer. Mas nós dividimos tudo o que nós gastamos aqui. É tudo dividido, fazemos muitas surubas e dividimos. Nós fazemos tudo certinho e eles acham ruim. Eles vêm justo procurar na minoria, porque nós somos uma minoria e eles sabem que não vão conseguir nada com nós. E na grande maioria eles não vão! Onde eles deveriam correr é com as africanas, com as romanas, com as dominicanas. Aí sim, vão correr o monte de ‘chulo’ [‘cafetão’ em gíria espanhola] que têm. Agora nós, nem ‘chulo’ temos. Comandar uma a outra não fazemos não! O que eu acho errado é a polícia se focar com nós, que somos em trinta e não temos nada a ver com isso, enquanto onde tem máfias eles não vão!” (Natália, cisgênero).

Em suma, vimos aqui que se algumas brasileiras interrogadas foram realmente “vítimas” de proxenetismo e se outras foram verdadeiramente ativas na exploração sexual de outras pessoas prostitutas, a maioria não se reconhecem nem como “vítimas” nem como “cafetinas”.

Neste último capítulo, vimos como as estruturas geopolíticas e macroeconômicas, o capitalismo desigual, o racismo, o machismo e a transfobia mundial são um conjunto de fatores sistêmicos que pesam na vida das prostitutas brasileiras, colocando-as em uma situação de “vítimas”. A acumulação dos estigmas de “migrante”, “clandestina”, “mulher prostituta” e “transgênero” contribuem em colocá-las em situação de extrema de precariedade econômica e vulnerabilidade

social, o que aumenta seus riscos de exposição às formas de violências verbais e físicas.

Aponte também como as políticas restritivas em matérias de migração e de prostituição participam na precarização e marginalização das migrantes trabalhadoras do sexo, que, por sua vez, se vêem obrigadas a se esconderem das autoridades públicas e se envolverem com outras formas de delinquência e criminalidade para conseguirem sobreviver. Vistas ao mesmo tempo como criminais por serem indocumentadas e transgressoras por exercerem um trabalho imoral, elas acabam sendo ainda mais precarizadas e estigmatizadas, o que, de modo paradoxal, aumenta mais ainda as suas probabilidades de serem traficadas e vítimas de exploração sexual ou outras formas de abusos por parte dos atores sociais no dia a dia.

Em última instância, a realidade das brasileiras cisgêneros e transgêneros na França é muito mais complexa e sutil do que a mera classificação das trabalhadoras do sexo entre “vítimas” de tráfico e prostituição forçada por um lado, e, por outro lado, “culpável” pela exploração sexual alheia. Embora algumas brasileiras tivesse realmente sido vítimas de proxenetismo no núcleo rígido da lei, enquanto outras, em contrapartida, foram verdadeiramente ativas na exploração sexual de outras brasileiras, a esmagadora maioria das brasileiras interrogadas não se veem nem como “vítimas” nem como “cafetinas” rigorosamente falando.

Portanto, com base nos relatos das brasileiras prostitutas na França, demonstrei nesse último capítulo que a separação entre a categoria de “vítimas” por um lado e a categoria de “culpável” ou “criminoso” por outro resulta ser uma forma de classificação infundada e redutora, dado que vitimização e criminalização se misturam de forma altamente complexa e ambígua na maioria das experiências de migração e de prostituição.

## Conclusão

Por que, apesar de ser difusa e omnipresente, a prostituição continua sendo um tabu ainda hoje? A que se deve a moralização que as sociedades e, nelas, as mulheres, fazem da prostituição? Às concepções históricas estigmatizantes? Ao sistema colonialista e patriarcal? À violência que as trabalhadoras do sexo sofrem?

Esta pesquisa tentou responder a algumas dessas perguntas, mobilizando tanto os discursos das organizações públicas que governam às problemáticas da migração e da prostituição, como as falas das próprias mulheres migrantes envolvidas nessas práticas. Este trabalho visou privilegiar a escuta de diferentes e até eventualmente opostas opiniões para lançar luzes no debate público sobre a questão da mobilidade de trabalhadoras do sexo e o tráfico de seres humanos para fins de prostituição. Sendo o coletivo de imigrantes e prostitutas heterogêneo, mostra-se fundamental que a diversidade de experiências, vivências, opiniões, hierarquias e valores sejam consideradas nas discussões políticas acerca desses temas. Portanto, estar atento às vozes de mulheres imigrantes que exercem a prostituição permite integrar a pluralidade e heterogeneidade de experiências no debate público mais amplo.

A correlação entre migração de trabalhadoras do sexo e tráfico sexual deve ser problematizada, de forma a identificar os interesses políticos e ideológicos presentes nessa conexão. Criar espaços para a inclusão dos múltiplos atores em tensão - securitários, humanitários, comunitários - e das múltiplas perspectivas - abolicionistas, regulamentaristas, feministas, pós-coloniais, pós-estruturais, *queer* - faz-se preciso para que políticas públicas direcionadas às mulheres imigrantes que exercem a prostituição possam ser pensadas para elas, mas também com elas.

Nesta presente tese, explorei como migração e prostituição se articulam dentro dos campos acadêmico e político, examinando as bases conceituais e teóricas em jogo na construção dos significados associados à categoria de “migrante trabalhadora do

sexo” e confrontando-a com a realidade das brasileiras profissionais do sexo na França. Para tanto, realizei uma imersão etnográfica nas cidades de Lyon, Paris e Toulouse para acompanhar a vida e o cotidiano dessas mulheres enquanto imigrantes ilegais. Argumentei que a prostituta brasileira pode ser interpretada de múltiplas formas, de acordo com os interesses, as visões morais e os objetivos políticos dos atores governamentais, das associações e organizações não governamentais de apoio às pessoas prostitutas e das próprias brasileiras trabalhadoras do sexo cisgêneros e transgêneros.

Então, estudei a forma com que as visões de “segurança”, de “gênero” e da “resistência” se reverberam na experiência de brasileiras trabalhadoras do sexo cisgêneros e transgêneros na França, em geral, e nas suas interações ambíguas com os outros atores que configuram a “economia moral” da migração de prostitutas brasileiras, em particular na França. Vinculei o debate teórico-conceitual com a especificidade do meu trabalho de campo, mostrando como o conceito de economia moral se articula com as falas e práticas das brasileiras trabalhadoras do sexo. Assim, por meio de um estudo antropológico das “economias morais da migração e do trabalho sexual”, ressaltai o ponto de vista das principais pessoas implicadas, ou seja, dando voz às próprias migrantes trabalhadoras do sexo.

A noção de “economia moral” serviu de base conceitual para estudar essas imbricações entre o material (forças estruturais e econômicas) e o moral (regras éticas, obrigações morais, ideologias, emoções e afetos) que regem o universo da migração e do trabalho do sexo. Olhar para a economia moral permitiu que este trabalho interpretasse as tensões, bem como os paradoxos entre os quadros morais e as lógicas do mercado do trabalho sexual transnacional. Dessa forma, foi possível ressaltar a ambivalência vigente das relações recíprocas entre os diferentes atores envolvidos na governança da migração e da prostituição.

As mulheres brasileiras cisgêneros e transgêneros, que migraram para França e exercem o trabalho do sexo, constroem novas significações a partir de suas

interações com os diversos atores que as cercam – colegas de trabalho, cafetinas, clientes, agentes associativos, policiais. Como brasileiras, prostitutas, imigrantes, clandestinas e transgêneros e ainda sofrendo racismo, sexismo e transfobia, elas vão tecendo posições e construindo estratégias identitárias para driblar formas de exploração e opressão às quais estão submetidas. É por esse motivo que analisamos as conexões entre as forças sistêmicas em nível macro e as práticas intersubjetivas em nível micro, levando em consideração tanto a importância das estruturas socioeconômicas que influenciam os comportamentos das migrantes trabalhadoras do sexo, como também da sua agência e práticas autônomas.

Se a questão do tráfico é amplamente debatida hoje na Europa, o ponto de vista das próprias mulheres e sua experiência de vida são pouco documentados. Desde a ratificação do Protocolo de Palermo, o tráfico sexual tem sido definido como um problema de crime organizado associado à migração ilegal e como um problema moral, o que levou aos Estados a usar a luta contra o tráfico como instrumento de defesa das suas fronteiras nacionais (Blanchet, 2002; Wijer, 1998). Assim, nos discursos institucionais, as imigrantes prostitutas são descritas como vítimas a serem protegidas ou como criminosas que residem ilegalmente no território de destino.

Nesse sentido, esta tese investigou como o rótulo de “vítima” vulnerável e ingênua por um lado, e os rótulos de “criminoso”, “cafetina”, “clandestina” e “imoral” por outro, são produzidos pelos diferentes atores envolvidos na regulação da migração laboral sexual com o fim de legitimar discursos e práticas de vitimização e criminalização das migrantes trabalhadoras do sexo e implementar políticas migratórias e prostitucionais restritivas. Em particular, examinei como os discursos dos atores governamentais sobre as migrantes prostitutas se articulam em torno na figura da “vítima criminoso”, designando-a ao mesmo tempo como “vítima” e “transgressora”, traficada e traficante, explorada e oportunista.

Dessa forma, segui um movimento de desconstrução e transcendência dessas formas de categorizações subjetivas associadas às migrantes trabalhadoras do sexo



que se baseiam em lógicas binárias, fixas e hierárquicas. O intuito foi desconstruir esse duplo rótulo de “vítima transgressora”, mostrando que as brasileiras trabalhadoras do sexo cisgêneros e transgêneros não se veem nem como “vítima” “vulnerável” e “inocente”, nem como “criminosa” ou “cafetinas”.

Assim, o meu trabalho de campo pôde propiciar um amplo material pertinente para evidenciar as articulações existentes entre a categoria de “vítima” - de tráfico, de exploração laboral sexual, do patriarcado, do capitalismo desigual, etc.- e a categoria de “criminosa” - por ser a cafetina das amigas, por ser clandestina, por alimentar o mercado negro, por exercer uma atividade imoral, etc. Em última instância, mostrei como as migrantes trabalhadoras do sexo não podem ser reduzidas a essas duas categorias simplistas, visto que as suas experiências e trajetórias são extremamente plurais e flutuantes.

Embora sujeitas à múltiplas adversidades socioeconômicas, as migrantes brasileiras cisgêneros e transgêneros revelam uma notável capacidade em agir estrategicamente em função das suas circunstâncias e necessidades, desafiando o paternalismo dos discursos anti-tráfico hegemônicos nos quais são apresentadas somente como ingênuas, vulneráveis, passivas e vítimas (Lowenkron & Sacramento, 2018). Muito da literatura que debate a globalização do mercado sexual em conjunto com a mobilidade das trabalhadoras do sexo sul-americanas apontara que, apesar de estarem intrincadas em condições de grande vulnerabilidade estrutural, elas assumem os seus projetos de migração e de prostituição, demonstrando uma verdadeira capacidade de agência (Agustín, 2007, 2007a; Piscitelli, 2009; Ribeiro et al., 2007; Sacramento & Alvim, 2016).

Assim, as palavras das migrantes trabalhadoras do sexo evidenciam certas discrepâncias entre o discurso institucional sobre a prostituição e o tráfico sexual e as próprias experiências subjetivas. Na verdade, ao analisar as vozes das brasileiras trabalhadoras do sexo na França, vimos que a realidade é bem mais nuançada e ambivalente do que pretendem os atores e instituições públicas, uma vez que muitas

vezes as brasileiras trabalhadoras do sexo são ao mesmo tempo vítimas e autônomas, manipuladas e oportunistas, cafetinas e exploradas.

Além disso, as experiências e a vivência cotidiana das migrantes prostitutas revelam a importância dos efeitos do “gênero”. Por um lado, as vozes das próprias mulheres evidenciam o sexismo ordinário na abordagem vitimizadora dos textos legais, que negam a opinião das próprias mulheres, consideradas como sujeitos não políticos. Por outro lado, seus relatos desvelam estratégias de adaptação e contorno das limitações às quais elas se veem confrontadas. De forma muito mais sutil e ambivalente do que as representações comuns sobre o tráfico sexual, reparamos que a mobilidade geográfica das mulheres de um país para outro representa, para além de um deslocamento físico, uma transgressão de normas e valores tradicionais que levam, inclusive, a um sentimento de acesso à liberdade e ascensão econômica e social.

Em suma, mediante a imersão nos interesses e mecanismos das políticas públicas, nas visões ideológicas das instituições, nos impactos da violência estrutural e nas experiências práticas das brasileiras trabalhadoras do sexo cisgêneros e transgêneros, esta tese lançou luz sobre as principais questões teóricas que até agora ficaram pouco debatidas: o lugar das mulheres migrantes como provedoras de recursos, a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social, o sexismo estrutural das políticas públicas e da sociedade em geral, a migração e como meio de transgressão de normas patriarcais e o uso da própria sexualidade como formas de micro-resistência.

Como vimos, um dos principais objetivos subjacentes aos textos legais relativos à questão do tráfico sexual são os obstáculos à imigração com uma gramática de repressão, bem como a manutenção das mulheres em suas famílias e países de origem (Chaumont, 2004; Doezema, 1999; Wijers, 1999;). Na Europa, os sujeitos migrantes, usualmente percebidos como trabalhadores ou requerentes de asilo

político, são sempre pensados como masculinos. Assim, no pensamento comum, o homem que migra para sustentar a sua família ou se exila por razões políticas.

Nesse contexto, uma análise de gênero do fenômeno migratório se torna muito esclarecedora. Embora os homens que migrem também recorram às redes de contrabandistas, eles não costumam ser considerados vítimas de traficantes, mas como “requerente de asilo”; ou seja, atores com um projeto de migração. As representações vinculadas à migração das mulheres, em contrapartida, são raramente associadas ao trabalho ou ao asilo político, mas bem ao casamento e à família (reagrupamento familiar) ou à exploração e tráfico sexual (Guillemaut, 2004a, 2004b). Nesse sentido, podemos argumentar que as percepções comuns dos processos migratórios das mulheres contribuem em reforçar a sua vitimização.

Em última instância, vimos que as restrições das possibilidades migratórias das mulheres acabam reforçando as relações de dominação e a opressão das mulheres migrantes. A desconstrução do conceito de “tráfico” possibilita, então, ver o aspecto sexista subjacente às políticas públicas da Europa e analisar os problemas das relações sociais de sexo e de gênero nos processos de migração.

Para tanto, de forma a desvelar essas contradições, esta pesquisa estudou as articulações entre migração e prostituição a partir das experiências de mulheres brasileiras cisgêneros e transgêneros na França. Interpretei a noção de “mulher” de forma ampla, desvinculando a identidade de gênero do sexo biológico, e privilegiando a dimensão social e individual do gênero feminino.

Em uma próxima contribuição científica, poderíamos dar enfoque na construção subjetiva dos indivíduos através não apenas de dois, mas de três contextos: prostituição, migração e transgeneridade. O status de transgênero pode ser visto como a etapa final de uma longa trajetória de transição. Se por um lado, o trabalho sexual alimenta essa construção de identidade, por outro, a migração, através da mudança de contexto espacial, abre novos caminhos propícios a tal transmutação.

Seria interessante, assim, levar essa reflexão sobre os “efeitos de gênero” ainda mais longe, ao analisar de forma mais minuciosa o olhar e as práticas das instituições governamentais sobre a especificidade da mobilidade das migrantes trabalhadoras do sexo transgêneros e confrontá-las com as experiências subjetivas das mulheres transgêneros. De fato, se alguns trabalhos científicos se concentraram nas vidas e no cotidiano das prostitutas transgêneros, ainda há lacunas em uma análise mais a fundo na forma com que esses sujeitos específicos são governados hoje em dia. Corrigir essa lacuna poderia ser o objetivo de um próximo trabalho de pesquisa, que analisaria como as instituições governamentais, as organizações não-governamentais e as associações interpretam de forma diferenciada a mulher “transgênero” da mulher “cisgênero”, ao ativar processos burocráticos e mecanismos de proteção jurídicos diferentes.

## Referências bibliográficas

- ABRAHAMSEN, R.; WILLIAMS, M. C. **Security beyond the State: private security in international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: sovereign power and bare life**. Tradução Daniel Heller-Roazen. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- AGUSTIN, L, M. **Sex at the margins: labour, markets and the rescue industry**. Londres e Nova York: Zed Books, 2007.
- ALLES, N, L; COGO, D. Mídia e migração Feminina, (In) distinções entre trabalho sexual e tráfico de pessoas. **Périplos: Revista de Pesquisa sobre Migrações**, v. 2, n. 2, 2017, p. 1-17.
- ANDERSEN, M. L. Thinking about women: a quarter century's view. **Gender and Society**, v. 19, n. 4, p. 452, 2005.
- ANDERSON, B.; DAVIDSON J. O. **Trafficking: a demand led problem? Part I – Review of Evidence and Debates**. Stockholm: Save the Children - Suécia, 2004.
- ANDRIJASEVIC, R. La traite des femmes d'Europe de l'Est en Italie. Analyse critique des représentations. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, v. 21, n. 1, p. 16, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Trafficking in women and the politics of mobility in Europe**. Utrecht, 2004. 252p. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - University of Utrecht, 2004.
- AOUST, A. M. Femmes, genre et sécurité en relations internationales et en droit international: un dialogue en construction. In : JOUANNET, E. T. et al. **Féminisme(s) et droit international : études du réseau Olympe**. Paris: Institut des sciences juridique et philosophique de la Sorbonne, Société de législation comparée, v. 39, 2016, p. 141-188.
- ARADAU, C. **Rethinking trafficking in women: politics out of security**. Basingstoke. Londres: Palgrave, 2008.
- \_\_\_\_\_. The Perverse politics of four - letter words: risk and pity in the securitisation of human trafficking. **Millennium: Journal of International**, v. 33, n. 2, 2004, p. 251-277.

- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Clarendon: Oxford, 1962.
- AUSSESER, C. **Controle em nome da proteção**: análise crítica dos discursos sobre tráfico internacional de pessoas. Rio de Janeiro, 2007. 170p. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- BAIL, H.; GIAMETTA C.; RASSOUW N. **Que pensent les travailleur.se.s du sexe de la loi prostitution**. Paris: Médecins du Monde, abr. 2018.
- BALZACQ, T. **Securitization theory: how security problems emerge and dissolve**. Nova York: Routledge, 2011.
- BARRY, K. **The Prostitution of sexuality**. Nova York: New York University Press, 1995.
- \_\_. **Female sexual slavery**. Nova York: New York University Press, 1984.
- BECK, U. **Risk society**: towards a new modernity. California: Sage Publications Ltd., 1992.
- BECKER, H. S. **Outsiders**: études de sociologie de la deviance. Paris: Médailié, 1985.
- BERMAN, J. (Un)popular strangers and crises (Un)Bounded: discourses of sex-trafficking, the European political community and the panicked state of the Modern State. **European Journal of International Relations**, v. 9, n. 1, 2003, p. 37-86.
- BERSTEIN, E. **Temporarily yours**: intimacy, authenticity, and the commerce of sex. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- BIGO, D. Detention of foreigners, state of exception and the social practices of control of the Banopticon. In: RAJARAM, P. K.; GRUNDY-WARR, C. (Eds.). **Borderscapes**: hidden geographies and politics at territory's edge. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 3-33, 2007.
- \_\_. Security and immigration: toward a critique of the governmentality of unease. **Alternatives**, n. 27, 2002, p. 63-92.
- BIGO, D. A Sociologia Política Internacional distante da grande síntese: como articular relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. **Contexto Internacional**, v.35, n.1, 2013, p.173-195.
- BIGO, D; WALKER, R. B. J. Political Sociology and the problem of the

international. **Millennium: Journal of International Studies**, v.35, n.3, 2007, p.725-739.

BLANCHET, T. **Beyond Boundaries: A critical look at Women Labour Migration and the Trafficking Within** – Estudo realizado para a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Dhaka, Drishti Research Center, 2002. 210p.

BOURDIEU, P. **Langage et pouvoir symbolique**. Catégorie 12. Paris : Edition Fayard e Coll Points, 2001.

BOURDIEU P.; WACQUANT L. **Réponses: pour une anthropologie réflexive**. Paris e Seuil: 1992.

BUNCH, C. Stratégies et organisation du réseau contre l'esclavage sexuel. **Nouvelles Questions féministes**, n.8, 1984, p. 61-75.

BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"**. Nova York: Routledge, 1993.

—. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. Nova York: Routledge, 1990.

—. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUZAN, B. New patterns of global security in the twenty-first century. **International Affairs**, v. 67, n.3, jul. 1991, p.431-451.

BUZAN, B.; WAEVER O.; WILDE, J. **Security: a new framework for analysis**. Boulder, Colorado, USA: Lynne Rienner, 1998.

CAMPBELL, D. **Writing security: United States foreign policy and the politics of identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CASTEL, R. From dangerousness to risk. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Eds.). **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

CASTILHO, E. W. V. Human trafficking in Brazil: between crime-based and human rights-based governance, **Anti-Trafficking Review**, n.4, 2015, p. 174-185. Disponível em: <[www.antitraffickingreview.org](http://www.antitraffickingreview.org)> Acesso em: 25 nov. 2019.

CHAPKIS, W. Trafficking, migration, and the law: protecting innocents, punishing immigrants. **Gender and Society**, v. 17, n. 6, 2003, p. 923-37, .

- CHAMBERS, S. A. A queer politics of the democratic miscount. **Borderlands e-journal**, v. 8, n. 2, 2009.
- \_\_\_\_\_. Telepistemology of the closet; or, the queer politics of *Six Feet Under*. **Journal of American Culture**, v. 26, n.1, 2003, p. 24-41.
- CHAUMONT, J. M. **Sociologie de l'histoire. Traite et prostitution en débat** – European Network Against Trafficking in Human Beings. Louvain: Université Catholique de Louvain, 2004.
- CHIMIENTI, M. Selling sex in order to migrate: The end of the migratory dream? ". **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 36, n. 1, 2010, p. 27-45.
- CHOWDRY, G. Edward Said contrapuntal reading: implications for critical intervention in International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 36, n.1, 2007, p.101-16.
- CIPRIANI R.; POZZI E.; CORRADI C. Histoires de vie familiale dans un contexte urbain. **Cahiers internationaux de sociologie**, n. 79, 1983, p. 253-62.
- CLINTOCK, A. Sex workers and sex work: introduction. **Social Text 34**, Special Issue on Sexwork. Durham: Duke University Press, 1993.
- COMBESSIE P, Le partage de l'intimité sexuelle, pistes pour une analyse du pluripartenariat au féminin. In : LE GALL, D. (dir.), **Identités et genres de vie**, Chroniques d'une autre France. Paris: L'Harmattan, 2008, p.209-261.
- COOLE, D.; FROST, S. Introducing the new materialisms. In: \_\_\_\_\_. (Eds.) **New Materialisms: ontology, agency, and politics**. Londres, Durham: Duke University Press, 2010, p.1-43.
- CREED, B. Queer theory and its discontents: queer desire, queer cinema. In : GRIEVE, N. ; BURNS, A. (Eds). **Australian women** : contemporary feminist theory. Melbourne: Oxford University Press, 1994, p. 151-164.
- DARLEY, M. La prostitution en clubs dans les régions frontalières de la république tchèque, **Revue Française de Sociologie**, v. 48, n. 2, 2007, p. 273-306.
- DEAN, M. **Governmentality**: power and rule in modern society. Newcastle: University of Newcastle, 2009.
- DERKS, A. White slaves to trafficking survivors: notes on the trafficking debate. In: **Conference on Migration and Development**. University of Nijmegen, the



Netherlands, may 2000.

DESCHAMPS, C. La figure de l'étrangère dans la prostitution, **Autrepart**, v. 42, p. 39-52, 2007.

DILLON, M. **Politics of security**: towards a political philosophy of continental thought. Londres e Nova York: Routledge, 1996.

DITMORE, M.; WIJERS M. The negotiations on the UN protocol on trafficking in persons. **Nemesis**, v. 4, 2003, p. 79-88.

DOEZEMA, J. ¡A crecer! La infantilización de las mujeres en los debates sobre tráfico de mujeres. In: OSBORNE, R. Osborne, Raquel. (Eed.s) **Trabajador@s del sexo**: d - Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Bellaterra, 2004. p.151-163.

\_\_\_. Choice in Prostitution in Changing Faces of Prostitution. Helsinki: **Unioni-The League of Finnish Feminists**, 1995.

\_\_\_. Loose women or lost women? The re-emergence of the mMyth of White Slavery in contemporary discourses of trafficking in women. **Gender issues**, v. 18, n. 1, 1999, p. 38-64.

DUARTE, M. Prostitution and trafficking in Portugal: legislation, policy, and claims. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 9, n. 3, 2012, p. 258-268.

DYER, R. **The matter of images**: essays on representations. Londres e Nova York Routledge, 1993.

ELSTER, J. **Local justice**. NovaYork: Russell Sage Foudation, 1992.

ENLOE, C. **The curious feminist**: searching for women in a new age of empire. Berkeley: University of California Press, 2004.

FASSIN, D. Beyond Good and Evil?: questioning the anthropological discomfort with morals. **Anthropological Theory**, v. 8, n 4, 2012, p. 333-44.

\_\_\_. **Moral Economies Revisited**. Princeton: Institute for Advanced Study, Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2009.

\_\_\_. Policing borders, producing boundaries : the governmentality of immigration in dark times. **Annual Review of Anthropology**, v. 40, 2011, p. 213-226.

FERREIRA, L. V. A securitização da cooperação para o controle de fronteiras da União Europeia. **Lex Humana**. v. 3, n. 2, 2011, p.41-58.

- FIERKE, K. **Critical approaches to international security**. Cambridge: Polity Press, 2007.
- FOUCAULT, M. Governmentality. In: BURCHELL, G. et al. in G. Burchell et al (Eds), **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. Chicago: University of Chicago Press, pp. 87-104. 1991, p.87-104.
- \_\_. The right to death and power over life. In. \_\_\_\_\_. **History of sexuality: Introduction**. Londres: Penguin, 1976.
- FRANÇA, M.V. A vida pessoal de trabalhadoras do sexo: dilemas de mulheres de classes populares. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, . (Rio J.) n.25, p.134-155, 2017.
- \_\_. Expressão e produção de emoções no comércio do sexo. **Clínica e Cultura**, v. 4, n. 1, 2015.
- \_\_. Quando a intimidade sobe e desce as escadas da zona boêmia de Belo Horizonte. **Cadurno Pagu**. n.43, 2014, p.321-346.
- GALLAGHER, A. Human rights and the new UN protocols on trafficking and migrant smuggling: A Preliminary Analysis. **Human Rights Quarterly**, v. 23, n. 4, 2001, p. 975–1004. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/4489368](http://www.jstor.org/stable/4489368)> Acesso em: 27 fev. 2020. 2020.
- GAMSON, J.; MOON D. The sociology of sexuality: queer and beyond. **Annual Review of Sociology**. n. 30, p. 47-64, 2004.
- GENOVA, N. The queer politics of migration: reflections on "illegality" and "incorrigibility". **Studies in Social Justice**, v. 4, n. 2, 2015, p.101-126.
- GOFFMAN, E. **Stigmaté: les usages sociaux des handicaps** (1963). Paris: Éditions de Minuit, 1975.
- GONZALEZ, O. L'imbrication classe et sexe à l'œuvre: parcours identitaires et migratoires chez les personnes trans MtF latino-américaines. **Genre, sexualité & société**, n. 20, 2018.
- GRASSI, M. Formas migratórias: casar com o passaporte no espaço Schengen. Uma introdução ao caso de Portugal. **Etnográfica**, v. 10, n. 2,, 2006, p. 283-306.
- GUILLEMAUT, F. Femmes africaines, migration et travail du sexe. **Sociétés**, n. 99, 2008, p. 91-102.
- \_\_. **Femmes et migrations en Europe: Stratégies et empowerment**. Lyon:

Cabiria, Le Dragon Lune, 2004a.

\_\_\_ . Trafics et migrations de femmes, une hypocrisie au service des pays riches. **Hommes et migrations**, n. 1248, 2004b, p. 75-87.

\_\_\_ . Victimes de trafic ou actrices d'un processus migratoire? Saisir la voix des femmes migrantes prostituées par la recherche-action. , **Terrains & travaux**, n. 10, 2006, p. 157-177.

GUSTERSON, H. Ethnographic research. In : KLOTZ, A. ; PRAKASH, D. (Eds.) **Qualitative methods in International Relations: a pluralist guide**. Basingstoke e Nova York: Palgrave Mcmillan, 2008, p.93-113.

HALPERIN, D. M. **Saint Foucault: towards a gay hagiography**. Nova York: Oxford University Press, 1995.

HAMATI-ATAYA, I. Reflectivity, reflexivity, reflexivism: IR's "reflexive turn" and beyond. **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 4, 2013.

HUGHES, D. M. The demand for victims of sex trafficking. – Estudo realizado para a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Rhode Island, Women's Studies Program, University of Rhode Island, 2005. 65p. **Report prepared for the US. Department of State**, 2005.

\_\_\_ . The Natasha Trade: the transnational shadow market of trafficking in women. **Jounal of International Affairs**. v. 53, n. 2, 2000, p. 625-651.

HUYSMANS, J.; NOGUEIRA, J. P. Ten years of IPS: fracturing IR. **International Political Sociology**, v. 10, n.4, 2016, p.299-319.

HUYSMANS, J. The European Union and the securitization of migration. **Journal of Common Market Studies**, v. 38, n. 5, 2000, p.751-777.

\_\_\_ . **The politics of insecurity**. Londres: Routledge, 2006.

ISIN, E. F. Theorizing acts of citizenship. In: ISIN, E.; NIELSEN, G. (Eds.). **Acts of citizenship**. Londres: Palgrave Macmillan, 2008, p.15-43.

\_\_\_ . The neurotic citizen. In: NYERS, P. (Ed.). **Securitizations of Citizenship**. Nova York: Routledge, 2009, p.15-33.

JAHIC, G.; FINCKENAUER J. O. Representations and misrepresentations of human trafficking. **Trends in Organized Crimes**, v. 8, n. 3, 2005, p. 24-40.

JAKSIC, M. Figures de la victime de la traite des êtres humains: de la victime idéale à la victime coupable. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, n. 124, 2008, p. 127-146.

- \_\_\_ . **La traite des êtres humains en France: De la victime idéale à la victime coupable.** Paris: CNRS éditions, 2016.
- \_\_\_ . M. Le mérite et le besoin: critères de justice et contraintes institutionnelles des associations d'aide aux victimes de la traite. **Terrains & Travaux**, v. 22, n. 1, 2013, p. 201-216.
- JEFFREYS S. The idea of prostitution. **Womens Studies International Forum**, v.23, n.4, jul. 2000, p. 517-518.
- \_\_\_ . **The industrial vagina: The political economy of the global sex trade.** Nova York e Londres: Routledge, 2005.
- JORDAN, A. D. Human Rights or wrongs? The struggle for a rights-based response to trafficking in human beings. **Gender and Development – Trafficking and Slavery**, v. 10, n. 1, 2002, p. 28-37.
- KAPUR, R. Cross-border movements and the law: renegotiating the boundaries of difference. In: KEMPADOO, K. (Ed.). **Trafficking and Prostitution Reconsidered: new perspectives on migration, sex work, and Human Rights.** Londres: Routledge, 2005,
- KAY, C. Is sex work queer?. **Social Alternatives**, v. 18, n. 3, 1999.
- KEMPADOO, K. Introduction. From moral panic to global justice: changing perspectives on trafficking. In: KEMPADOO, K.; SANGHERA, J.; PATTANAIK, B. (Orgs.). **Trafficking and prostitution reconsidered: new perspectives on migration, sex work and human rights.** Londres: Paradigm Publishers, 2005, p. vii-xxxiii.
- KEMPADOO, K.; DOEZEMA, J. **Global sex workers: rights, resistance and redefinition.** Nova York e Londres: Routledge, 1998.
- LEIDHOLDT, D. Position paper for the Coalition Against Trafficking in Women. **Seminário Especial sobre Tráfico, Prostituição e Indústria Sexual Global**, United Nations Working Group on Contemporary Forms of Slavery, Genebra, 21 jun. 1999. Disponível em: <<http://www.uri.edu/artsci/wms/hughes/catw/posit1.htm>> Acesso em: 20 fev. 2020.
- LIMONCELLI, S. A. The trouble with trafficking: conceptualizing Women's sexual labor and economic human rights. **Women's Studies International Forum**, v. 32, n.4, jul. 2009, p. 261-269.
- LOWENKRON, L. Consent and vulnerability: some intersections between child sexual abuse and the trafficking in persons for sexual exploitation. **Cadernos**

**Pagu**, n. 45, 2015, p.225-258. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/18094449201500450225>> Acesso em: 20 dez. 2019.

LOWENKRON, L.; SACRAMENTO, O. Tráfico de seres humanos usos e sentidos da categoria nos contextos português e brasileiro. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 11, n. 17, 29 jan. 2018.

MAI, N. Between embodied cosmopolitanism and sexual humanitarianism: the fractal mobilities and subjectivities of migrants working in the sex industry. In: BABY-COLLINS, V.; ANTEBY, L. (Eds). Baby-Collins, V. and Anteby, L. (eds). **Borders, mobilities and migrations: perspectives from the Mediterranean in the 21st Century**. Brussels:, Peter Lang, 2014, p. 175-192.

\_\_\_. Embodied cosmopolitanisms: the subjective mobility of migrants working in the global sex industry. **Gender, Place and Culture: a journal of Feminist Geography**, v.20, n.1, 2012, p. 107-124.

MAINSANT, G. **L'Etat et les illégalismes sexuels**, Ethnographie et socio-histoire du contrôle policier de la prostitution à Paris. Paris, 2012, 510 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Institut de Recherches Interdisciplinaires sur les Enjeux Sociaux, École des Hautes Études en Sciences Sociales.

MANDELBROT, B. **The fractal geometry of nature**. Nova York: Freeman, 1982.

MATHIEU, L. An Ambiguous Compassion: Policing and Debating Prostitution in Contemporary France. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 9, n. 3, 2012, p. 203-211.

\_\_\_. Quand “ la peur devient une existence” : Sur la place de la violence dans le monde de la prostitution, **L'Homme & la Société**, v. 143-144, n. 1, 2002, p. 47-63.

\_\_\_. L'espace de la prostitution, Eléments empiriques et perspectives en sociologie de la déviance. **Sociétés Contemporaines**, n. 38, 2000, p. 99-116.

\_\_\_. Mobilisations de prostituées. Coleção C, Paris, Belin, coll. Socio-histoires. Paris e Berlim: Michelle Zancarini-Fournel, 2001, p. 272-274.

MAYER, S. Construction sociale de la “prostitution” et des “prostituées” par les riverains, **Déviance et Société**, v. 35, n. 1, 2011, p. 35-58.

MAYORGA, C. Cruzando fronteiras: prostituição e imigração. **Cadernos Pagu**, n. 37, 2011, p. 323-355.

- MEZZADRA, S. The gaze of autonomy. Capitalism, migration, and social struggle. SQUIRE, V. (Ed.) **The contested politics of mobility: borderzones and irregularity**. Londres: Routledge, 2011, p.121-142.
- MOHANTY, C. T. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. MOHANTY, C.; RUSSO, A.; TORRES, L. (Eds). **Third world women and the politics of feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1991, p.91.
- MONTVALON, P. Trans, migrantes et prostituées à Nice: dominations imbriquées et espaces de négociation. **Cahiers de l'URMIS** - Unité de recherches "Migrations et société" Université Côté d'Azur, 2013.
- MOUJOURD N.; POURETTE D., 'Traite' de femmes migrantes, domesticité et prostitution. À propos de migrations interne et externe, **Cahiers d'Études africaines**, v. XLV, n.3-4, 2005, p. 1093-1121.
- NEGRONI, C. Migrantes équatoriennes, transsexuelles, prostituées : une construction identitaire au-delà des normes binaires, **Déviance et Société**, v. 35, n. 4, 2011, p. 459-484.
- NEVIN, A. Ambivalence and citizenship: theorising the political claims of irregular migrants. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 41, n. 2, 2013, p. 182-200.
- \_\_. Political belonging in a neo-liberal era: the struggle of the sans papiers. **Citizenship Studies**, v. 10, n. 2, 2006, p. 135-151.
- NIEUWENHUYNS, C.; PÉCOUD, A. Human trafficking, information campaigns, and strategies of migration control. **American Behavioral Scientist**, v. 50, n. 12, 2007, p. 1674-1695.
- NYERS, P. No one is illegal between city and nation. In: ISIN, E. F.; NIELSEN, G. M. (Ed.). **Acts of citizenship**, Londres: Zed Books, 2008.
- \_\_. Abject cosmopolitanism: The politics of protection in the anti-deportation movement. **Third World Quarterly**, v. 24, n. 6, 2003, p. 1069-1093.
- OSBORNE, R. Transgenerismos, una aproximación de etnografía extrema : entrevista a Norma Mejía. **Política y Sociedad**, v. 46, n. 1-2, 2009, p. 129-142.
- OSO CASAS, L. Mulleres inmigrantes e prostitución en Galicia. **Cadernos de Psicoloxía** 1, n.1, 2005, p. 24-35.
- \_\_. Prostitution et immigration des femmes latino-américaines en Espagne,

**Cahiers du Genre**, n. 40, 2006, p. 91-113.

OUTSHOORN, J. **The politics of prostitution**: Women's Movements, Democratic States, and the Globalization of Sex Commerce. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PATEMAN, C. **The sexual contact**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PALOMERA, J.; VETTA, T. Moral economy: rethinking a radical concept. **Anthropological Theory**, v. 16, n 4, 2016, p. 413-432.

PAPADOPOULOS, D; NIAMH S.; VASSILIS T. **Escape routes**: control and subversion in the 21st Century. Londres: Pluto Press, 2008.

PARENT, C.; BRUCKERT, C. Le travail du sexe dans les établissements de services érotiques: une forme de travail marginalisé. **Déviance et Société**, v. 29, n. 1, p. 33-53, 2005.

PELUCIO, L. Amores perros" – sexo, paixão e dinheiro na relação entre espanhóis e travestis brasileiras no mercado transnacional do sexo. In: PISCITELLI, A.; OLIVAR, J. M. N.; DE ASSIS, G. O. (Orgs). **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: Pagu/Unicamp, 2012, p.185-224.

—. "Sin papeles" pero con glamur: Migración de travestis brasileñas a España (Reflexiones iniciales). **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 6, n. 1, Brasília, 2009.

PENDLETON, E. Love for sale. Queering Heterosexuality. In: NADGE, J. (Ed.) **Whores and Other Feminists**. Nova York: Routledge, 1997.

PERKINS, R. **Working girls**. Canberra: Australian Institute of Criminology, 1991.

PETERSON, V. S; RUNYAN A. S. **Global gender issues**. Boulder: Westview Press, 1999.

PETERSON, V. Grossesse et prostitution. Les femmes sous la tutelle de l'État, **Raisons politiques**, n. 11, 2003, p. 97-116.

—. **The Prostitution Prism**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1996.

—. **The whore stigma**: Female Dishonor and Male Unworthiness. La Haye: DCE, 1986. PHILIPS, C. Difference, disagreement and the thinking of queerness. **Borderlands E-journal**, v. 8, n. 2, 2009.

PICKUP, F. Deconstructing trafficking in women: The Example of Russia.

**Millennium: Journal of International Studies**, v. 27, n. 4, 1998, p. 995-1022.

PISCITELLI, A. As fronteiras da transgressão: a demanda por brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n.1, 2009a, p.177-201.

\_\_\_. Corporalidade em confronto: brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, 2007a, p. 17-32.

\_\_\_. Emigração e tráfico: um debate. PACELLI, A. et al. (Orgs). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**, Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 361-382.

\_\_\_. Procurando vítimas do tráfico de pessoas: brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **Revista Internacional Mobilidade Humana**. Brasília, n. 37, 2011, p. 11-26.

\_\_\_. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional, **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 717-744, Santa Catarina: universidade federal de Santa Catarina, 2007b.

\_\_\_. **Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

\_\_\_. Trânsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial. **Horizontes Antropológicos**, v.15, n.31, 2009b, p. 101-136.

PRYEN, S. La prostitution: analyse critique de différentes perspectives de recherche. **Déviance et Société**, v. 23, n. 4, 1999, p. 447-473.

RAYMOND, J. G. Prostitution on demand. Legalizing the buyers as sexual consumers. **Violence against women**, v. 10, n. 10, p. 1156, 2004.

\_\_\_. The new UN Trafficking Protocol. Women’s Studies International Forum, v.25, n. 5, set. 2002, p. 491-502.

RANCIÈRE, J. Democracy, republic, representation. **Constellations**, v. 13, n. 3, 2006, p.297-307.

\_\_\_. Who is the subject of the rights of man? **South Atlantic Quarterly**, v.103, n. 2-3, 2004, p. 297-310.

READ, K. W. Queering the brothel: identity construction and performance.



**Sexualities**, v. 16, n. 3-4, p. 467-86, 2013.

ROSE, N. **Governing the soul: The shaping of the private self**. Londres: Routledge, 1989.

SACRAMENTO, O.; ALVIM, F. De emigrantes a vítimas de tráfico: mobilidades e prostituição no espaço transatlântico. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 41, 2016, p. 357-389.

SAID, E. W. **Culture and imperialism**. Londres: Vintage, 1993.

SALES, L. M. M.; ALENCAR, E. C. O. Tráfico de seres humanos: algumas diferenciações. **Revista de informação legislativa**, v. 45, n. 180, out./dez. 2008, p. 179-195.

SANGHERA, J. Unpacking the trafficking discourse. In: KEMPANDOO, J. (Ed.) **Trafficking and prostitution reconsidered: new perspectives on migration, sex work, and human rights**. Boulder: Paradigm Publishers, 2005.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p.25-94.

SANTOS, E. C. **Tráfico e gênero na trajetória de brasileiras no exterior**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2017.

SCHUERKENS, U. Transnational migrations and social transformations: a theoretical perspective. **Current Sociology**, v. 53, n. 4, 2005, , p. 535-553.

SCOTT, J. C. **The moral economy of the peasant: Rebellion and subsistence in Southeast Asia**. New Haven: Yale University Press, 1976.

SHRAGE, L. **Moral dilemma of feminism: prostitution, adultery and abortion**. Nova York: Roulteledge, 1997.

SILVA, A.; BLANCHETTE, T. G.; BENTO A. R. Cinderella Deceived: Analysing Brazilian Myth Regarding Trafficking in Persons. **Vibrant**, v. 10, n. 2, 2014, p. 377-419.

SILVA, A. P.; BLANCHETTE T. G. Nossa Senhora da Help: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. **Cadernos Pagu**, n. 25, 2005, p. 249-280.

—. Sexual tourism and social panics. Research and Intervention in Rio de Janeiro. In: McGLOTTEN, S.; DAVIS, D.A. (Eds.). **Black genders and sexualities: the critical black studies series**. Nova York: Palgrave Macmillan,

2009, p.203-212.

SIMEANT, J. “Économie morale” et protestation - détours africains, **Genèses**, v. 4, n. 81, 2010, p. 142-160.

SQUIRE, V. **The exclusionary politics of asylum**. Basingstoke: Palgrave, 2009.

SULLIVAN, B. Trafficking in women. **International Feminist Journal of Politics**, v. 5, n.1, 2003, p.67-91.

TABET, P. **La grande arnaque**. Paris: L'Harmattan,, col. bibliothèque du féminisme, 2004.

THOMPSON, E. P. The moral economy of the English crowd in the eighteenth century. **Past & Present**, v.50, 1971, p.76-136.

TICKNER, J. A. **Gendering world politics**. Columbia : Columbia University Press, 2001.

TOUPIN, L. **La question du “trafic des femmes” : points de repère dans la documentation des coalitions féministes internationales**; Document de travail. Montréal: Alliance de recherche IREF-Relais-femmes (ARIR) et Stella, 2002.

TRUONG, T. Gender, exploitative migration, and the sex industry: A European perspective. **Gender, Technology and Development**, v. 7, n. 1, 2003, p. 31-52.

UÇARER, E. M. Trafficking in women, the European Union, and nongovernmental organizations. **40<sup>th</sup> Annual Meeting of the International Studies Association**, Washington, fev. 1999.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside: International relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WEBER, C. Queer International Relations : From queer to queer IR. **International Studies Review**, n. 16, 2004, p. 596-622.

WEITZER, R. The social construction of Sex Trafficking: Ideology and Institutionalization of a Moral Crusade. **Politics and Society**, v. 35, n. 3, 2007, p. 447-475.

WIJERS, M. Keep your women home: European Union pPolicies on trafficking in women. In : ROSSILI, M. (Ed). in Mariagrazia Rossilli ed. Gender pPolicies in the European Union. Nova, New York: Peter Lang, 1999, p. 209-229.

- . Women, labor and migration: the position of trafficked women and strategies for support. In : KEMPADOO, K. ; DOEZEMA, J. (Eds.). **Global sex workers: rights, resistance and redefinition**. Nova York: Routledge, 1998, p.69-78.
- WIJERS, M; LAP-CHEW, L. Trafficking in women: Forced Labour and Slavery Foundation Against Trafficking in Women. Utrecht: Foundation Against Trafficking in Women (STV),1997.
- WILLIAMS M. C. Words, Images, Enemies: securitization and international politics. **International Studies Quarterly**, v. 47, n. 4, 2003, p. 511-531.
- ZALEWSKI, M. **Feminism after postmodernism: theorising through practice**. Londres: Routledge, 2000.
- ZELIZER, V. **The purchase of intimacy**. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- . **Transactions intimes**. Genèses, n. 42, 2001, p.121-144.
- ZETTER, R. Labelling refugees: forming and transforming a bureaucratic identity. *Journal of Refugee Studies - Oxford Journals Social Science*, v. 4, n. 1, 1991, p. 39-62.

